

OSNI DE MEDEIROS RÉGIS:

ARTIGOS E DISCURSOS
(1955-1970)



MEMORIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

*Organizadores: Antonio Carlos Wolkmer, Cesar Luiz Pasold,
Gunter Axt, Helen Crystine Corrêa Sanches.*

OSNI DE MEDEIROS RÉGIS:

ARTIGOS E DISCURSOS
(1955-1970)

SÉRIE MEMÓRIA VIVA DE SANTA CATARINA - VOLUME II

Florianópolis
2014

MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
Santa Catarina



Concepção e organização: Antonio Carlos Wolkmer, Cesar Luiz Pasold, Gunter Axt, Helen Crystine Corrêa Sanches.

Supervisão editorial e coordenação de pesquisa: Gunter Axt.

Conferência de fidedignidade e notas explicativas: Maria Isabel Camargo Régis, Regina Iara Régis Dittrich e Gunter Axt.

Pesquisa: Adriano Enderle, Cássio Bogdan, Marcelo Augusto de Oliveira de Melo e Matheus Fernando Silveira.

Digitação: Adriano Enderle, Cássio Bogdan, Cristhina Boni Lavratti, Manoela de Souza, Marcelo Augusto de Oliveira de Melo, Marcos Lauermann dos Santos, Matheus Fernando Silveira, Priscilla Nathani Pessôa de Lima (digitação parcial de *Classe social e poder*).

Tradução das citações em francês: Christian Guy Caubet.

Tradução das citações em italiano: Davi do Espírito Santo.

Tradução das citações em espanhol: Sandra Chait.

Tradução das citações em inglês: Marcos Wiese.

Revisão e atualização ortográfica: Elizabeth Castillo Fornés.

Apoio à pesquisa: Rosaura Schmitz Schweitzer e José Paulo Speck Pereira.

Apoio técnico-administrativo: Thiago Maio.

Capa e editoração eletrônica: Comunicação Social do MPSC.

Foto da capa: Osni de Medeiros Régis.

Impressão: Alfa Print

ISBN: 978-85-62615-09-2

Tiragem: 1600

Osni de Medeiros Régis : artigos e discursos (1955-1970) / organizado por Antonio Carlos Wolkmer ... [et al.]. – Florianópolis : MPSC, 2014. 438 p. – (Memória Viva de Santa Catarina ; 2)

Memorial Ministério Público de Santa Catarina.

ISBN 978-85-62615-09-2

I. Régis, Osni de Medeiros – Discurso. I. Wolkmer, Antonio Carlos.
II. Título: artigos e discursos (1955-1970). III. Série.

CDD - 340

Ficha Catalográfica: Magda Daré (CRB-14/982)

ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Procurador-Geral de Justiça

Lio Marcos Marin

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Antenor Chinato Ribeiro

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais

Walkyria Ruicir Danielski

Colégio de Procuradores de Justiça

Presidente: Lio Marcos Marin

Paulo Antônio Günther

José Galvani Alberton

Odil José Cota

Paulo Roberto Speck

Raul Schaefer Filho

Pedro Sérgio Steil

José Eduardo Orofino da Luz Fontes

Humberto Francisco Scharf Vieira

João Fernando Quagliarelli Borrelli

Hercília Regina Lemke

Mário Gemin

Gilberto Callado de Oliveira

Antenor Chinato Ribeiro

Narcísio Geraldino Rodrigues

Jacson Corrêa

Anselmo Jeronimo de Oliveira

Basílio Elias De Caro

Aurino Alves de Souza

Paulo Roberto de Carvalho Roberge

Tycho Brahe Fernandes

Guido Feuser

Plínio Cesar Moreira

André Carvalho

Gladys Afonso

Paulo Ricardo da Silva

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Lenir Roslindo Piffer

Paulo Cezar Ramos de Oliveira

Gercino Gerson Gomes Neto

Francisco Bissoli Filho

Newton Henrique Trennepohl

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Norival Acácio Engel

Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes

Ivens José Thives de Carvalho

Walkyria Ruicir Danielski

Alexandre Herculano Abreu

Durval da Silva Amorim

Vânio Martins de Faria

Américo Bigaton

Eliana Volcato Nunes

Sandro José Neis

Mário Luiz de Melo

Rogério Antônio da Luz Bertoncini

Genivaldo da Silva

Rui Arno Richter

Lio Marcos Marin

Cristiane Rosália Maestri Böell

Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti - *Secretário*

Conselho Superior do Ministério Público

Membros Natos

Presidente: Lio Marcos Marin - *Procurador-Geral de Justiça*

Gilberto Callado de Oliveira - *Corregedor-Geral*

Representantes do Colégio de Procuradores

Odil José Cota

Humberto Francisco Scharf Vieira

Jacson Corrêa

Representantes da Primeira Instância

Pedro Sérgio Steil

Narcísio Geraldino Rodrigues

Vera Lúcia Ferreira Copetti

Gercino Gerson Gomes Neto

Heloísa Crescenti Abdalla Freire

Fábio de Souza Trajano

Américo Bigaton

Sandro José Neis

Secretário: Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Corregedor-Geral do Ministério Público

Gilberto Callado de Oliveira

Subcorregedor-Geral

José Galvani Alberton

PATRONOS E ACADÊMICOS DA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS JURÍDICAS - ACALEJ

01. Henrique Stodieck – Acadêmico Cesar Pasold - Presidente
02. José Arthur Boiteux - Acadêmico José Isaac Pilati - Vice-Presidente
03. Osvaldo Ferreira de Melo - Acadêmica Elizete Lanzoni Alves - Secretária-Geral
04. Hélio Barreto dos Santos - Acadêmico Ricardo José da Rosa - Tesoureiro
05. Milton Leite da Costa - Acadêmico Paulo de Tarso Brandão
06. Pedro de Moura Ferro - Acadêmico Aluizio Blazi
07. Osmundo Wanderlei da Nóbrega - Acadêmico Zenildo Bodnar
08. Telmo Vieira Ribeiro - Acadêmico Luis Carlos Cancellier de Olivo
09. Orlando Ferreira de Melo - Acadêmico José Rubens Morato Leite
10. Osni de Medeiros Régis - Acadêmico Antonio Carlos Wolkmer
11. Thereza Grisólia Tang - Acadêmica Maria da Graça Dias (*In memoriam*)
12. Nereu Ramos – Acadêmico Marcos Leite Garcia
13. Túlio Cesar Gondin
14. Acácio Bernardes – Acadêmico Ruy Samuel Espíndola
15. Afonso Guilhermino Wanderley Júnior
16. Edmundo Acácio Moreira – Acadêmico João dos Passos Martins Neto
17. João Bayer Filho
18. José Roberto de Viana Guilhon
19. Marcílio João da Silva Medeiros
20. Eugênio Trompowsky Taulois Filho – Acadêmico Carlos Alberto Pereira de Castro
21. Heitor Blum – Acadêmico Cesar Amorim Krieger
22. Ari Kardec Bosco de Melo – Acadêmico Julio Cesar Machado Ferreira de Melo
23. Henrique da Silva Fontes
24. Othon da Gama Lobo D’ Eça - Umberto Grillo
25. Luiz D’ Assunção Gallotti
26. José Ferreira Bastos
27. Vitor Lima
28. Cid Caesar de Almeida Pedrosa
29. Renato Barbosa
30. Paschoal Apóstolo Pítsica
31. Severino Alves Pedrosa
32. Fúlvio Aducci
33. Evilásio Neri Caon
34. João de Borba
35. Dante Martorano – Acadêmico Aristides Cimadon
36. Carlos Gomes de Oliveira
37. Abelardo Luz
38. Belisário Ramos da Costa
39. Ary Pereira e Oliveira
40. João Baptista Bonnassis

SUMÁRIO

Apresentação	11
<i>Lio Marcos Marin</i>	
Palavra da Academia Catarinense de Letras Jurídicas	13
<i>Cesar Luiz Pasold</i>	
Palavra do Memorial	15
<i>Helen Crystine Corrêa Sanches</i>	
<i>Vanessa Wendhausen Cavallazzi</i>	
Prefácio	19
<i>Antonio Carlos Wolkmer</i>	
Nota biográfica e trajetória política	25
<i>Gunter Axt</i>	
PARTE 1 - Escritos acadêmicos	59
Classe social e poder	60
Introdução	60

Capítulo II - Dificuldade de conceituar classes sociais – Conceituação de Duguit e de Boukarine – Conceituação de Halbwachs e Sorokin – Conceituação de Gurvitch	68
Capítulo III - Classificação das classes sociais – Classificação tripartida das classes sociais	75
Capítulo IV - Características das classes.....	79
Capítulo V - Mobilidade social – Canais de ascensão	84
Capítulo VI - Marx – O Estado: interpretação marxista	89
Capítulo VII - Pareto.....	94
Capítulo VIII - Histórico do pensamento tecnocrático – Teoria de Burnham – Tecnocracia	99
Capítulo IX - Poder e classe – Pirâmides de poder	107
Capítulo X - Conceito de partido político – Tipos de partidos – Sistema de partidos.....	111
Conclusões	119
Referências	121
A vida de Émile Durkheim	126
Os dois códigos mais antigos.....	131
Observações sobre a nova Constituição da União Soviética	137
PARTE 2 - Discursos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1955 a 1961)	145
PARTE 3 - Discursos na Câmara dos Deputados (1963 a 1970)	315

APRESENTAÇÃO

A escolha da obra do Professor Osni de Medeiros Régis para ilustrar o segundo volume da série editorial *Memória Viva de Santa Catarina* foi de grande felicidade. A empreitada, levada a cabo pelo nosso Memorial, foi concebida a partir do Termo de Cooperação Técnica, firmado com a Academia Catarinense de Letras Jurídicas, entidade surgida em dezembro de 2012 e devotada à preservação e à divulgação da memória jurídica de nosso Estado. A organização dessa obra contou ainda com o inestimável concurso da Biblioteca Osni Régis, entidade privada sem fins lucrativos, destinada a celebrar a memória do seu idealizador e graciosamente aberta ao público, que, assim, tem acesso a um dos mais relevantes acervos bibliográficos da capital catarinense, montando milhares de volumes com ênfase nos estudos jurídicos, humanísticos e na literatura. Num país tão carente de sortidas e densas bibliotecas acessíveis à população, de forma a servir como elemento de estímulo à leitura e de âncora para pesquisas no campo humanístico e jurídico, e, além disso, no qual ainda não são comuns os entes empenhados no reconhecimento da contribuição dada ao nosso meio por aqueles que construíram nossas instituições e nossos parâmetros intelectuais, trata-se, sem dúvida, de duas instituições altamente meritórias, às quais o Ministério Público de Santa Catarina se sente honrado em poder se associar para a efetivação dessa iniciativa.

Osni Régis foi advogado, jurista, prefeito do Município de Lages, deputado estadual na Assembleia Legislativa, deputado federal na Câmara dos Deputados, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, onde

lecionou durante anos no Curso de Direito, sendo um dos mais destacados expoentes da Sociologia Jurídica no Brasil, matéria interdisciplinar por natureza, que articula os domínios do Direito, da História, da Sociologia e da Filosofia. A erudição e desenvoltura na transposição das fronteiras convencionais das disciplinas espelharam-se, assim, no trânsito por diferentes esferas da atuação profissional. Como lente da Faculdade de Direito, Osni Régis foi reconhecido Professor Emérito e hoje seu nome designa a biblioteca daquela Faculdade, na qual alunos e professores abeberam-se do saber dos grandes mestres do Direito. O Legislativo estadual, por sua vez, rendeu-lhe homenagem batizando com o seu nome o Plenário, espaço emblemático no moderno estado democrático de Direito que acolhe os debates parlamentares e onde são votadas as nossas leis.

Sua atividade parlamentar foi sempre, assim, enriquecida pela sua erudição como jurista e pela sua experiência como professor. E vice-versa. Como expoente do meio cultural florianopolitano, Osni militou em prol do interior do Estado, ao mesmo tempo em que se projetou nacionalmente, para gáudio da intelectualidade catarinense. Independentemente das posições político-ideológicas que sustentou ao longo da vida, como prócer do antigo PSD, nos anos 1950 e 1960, e da velha Arena, a partir de 1966, Osni Régis, que chamava a atenção por sua dedicação à causa do ensino e da pesquisa no Direito, destacou-se por seu empenho em favor de uma conciliação possível entre capital e trabalho, entre o mercado e os direitos sociais fundamentais.

Uma vista d'olhos pelos textos que compõem este volume descortina ao leitor a multiplicidade de temas que figuravam na alça de mira do Professor Régis. Graças a essa edição, que reuniu artigos acadêmicos e discursos parlamentares do Prof. Osni Régis, o cidadão, na contemporaneidade, pode acessar escritos que, doutra sorte, estariam esquecidos pelo tempo. As páginas que se seguem nos permitem revisitar os debates que agitaram a política entre os anos 1950 e 1970, bem como nos reconectam com reflexões conceituais que ainda hoje nos são de grande utilidade. O Ministério Público de Santa Catarina, enfim, se sente gratificado em poder concorrer para a realização desta publicação.

Lio Marcos Marin

Procurador-geral de Justiça de Santa Catarina

PALAVRA DA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS JURÍDICAS

A Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ, foi fundada em 13 de dezembro de 2012, e instalada sob os auspícios da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, tendo por objetivo principal o aperfeiçoamento e perpetuação da memória das Letras Jurídicas neste Estado e no Brasil.

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a Academia Catarinense de Letras Jurídicas (ACALEJ), firmaram um Termo de Cooperação Técnica que tem por objeto o compartilhamento de informações e acervo documental jurídicos, a promoção e preservação do resgate histórico de dados literários jurídicos, a contribuição para as Letras Jurídicas em quaisquer de seus ramos, com a difusão e publicação de obras neste campo. As duas instituições decidiram que o Termo de Cooperação seria concretizado inicialmente com a publicação de livro resgatando a produção de um dos Patronos da ACALEJ.

A Diretoria da Academia escolheu o Jurista, Professor Doutor Osni de Medeiros Régis e sua obra, para a produção deste livro.

Ele é o Patrono da Cadeira nº 10, cujo ocupante é o Acadêmico Antonio Carlos Wolkmer.

O Patrono Osni de Medeiros Régis foi advogado, professor e político. Nasceu em Florianópolis, em 1º de dezembro de 1917 e faleceu na mesma cidade, em 25 de janeiro de 1991. Bacharel pela Faculdade de Direito de Santa Catarina (1944), advogado militante na região de Lages, foi prefeito daquele município, de janeiro de 1951 a dezembro de 1954. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina em duas legislaturas sucessivas, de 1955 a 1963 e deputado à Câmara Federal de 1963 a 1971, reeleito em duas legislaturas. Docente da Universidade Federal de Santa Catarina, pontificou como professor de Sociologia Jurídica no curso de mestrado e doutorado em Direito daquela instituição. Dotado de excepcional percepção multidisciplinar, aprofundou-se na Sociologia Geral e Jurídica, no Direito, na Filosofia, na História. Compôs uma biblioteca pessoal extraordinária, não apenas pelo número de volumes, mas principalmente pela abrangência temática das obras e pela presença de livros raros, nacionais e estrangeiros. Seus ex-alunos nutrem por ele e por sua memória um especial respeito e admiração. Foi um sábio, merecidamente homenageado com o título de Professor Emérito *Post Mortem*, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

O MPSC, com a anuência da ACALEJ, incumbiu o Prof. Dr. Gunter Axt de organizar esta obra. Pesquisador de escol, o Professor Gunter, com a preciosa e inestimável colaboração das Professoras Regina Iara Régis Dittrich e Maria Isabel Régis, filhas do Dr. Osni Régis, selecionou e revisou os textos, que estão sendo republicados e, enfim, esta obra foi composta e alcança o público, permitindo que as atuais e futuras gerações tenham acesso à extraordinária cultura jurídica e, repito, à excepcional percepção multidisciplinar do Professor Osni de Medeiros Régis.

É uma honra para a Academia Catarinense de Letras Jurídicas integrar este importante projeto de cooperação com o Ministério Público de Santa Catarina.

Florianópolis, fevereiro de 2014.

Cesar Luiz Pasold

Presidente da Academia Catarinense de Letras Jurídicas

PALAVRA DO MEMORIAL

A concepção da série editorial *Memória Viva de Santa Catarina*, no âmbito das atividades do Memorial do Ministério Público, obedece a um conjunto de estratégias que transcendem à dinâmica convencional da memória institucional. Isto porque a sua temática intrínseca extrapola as fronteiras da história propriamente dita da instituição. Longe, porém, de haver contradição nessa opção, há convergência sinérgica. Afirmando-se o ente ministerial pós-Constituição Federal de 1988 como um guardião da cidadania, interessa-lhe contribuir para o estímulo dos debates que reflitam sobre o processo de construção e de afirmação da nossa cidadania, ontem e hoje. Ademais, incumbido da fiscalização da adequada preservação do nosso patrimônio cultural, somar-se a iniciativas que promovam a consciência em torno dessa importante missão, reveste-se de centralidade.

O livro dedicado à obra do Professor Osni Régis, que o Memorial agora disponibiliza ao leitor, foi concebido a partir da parceria com a Academia Catarinense de Letras Jurídicas, entidade empenhada na reflexão e na preservação da nossa memória intelectual. Esta edição, além disso, contribuiu para promover a visibilidade do importante acervo guardado pela Biblioteca Osni Régis, pelo Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pelo Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e pelo Arquivo da Câmara Federal dos Deputados, cumprindo, assim, a missão de aproximar o cidadão

aos acervos arquivísticos e bibliográficos. Durante mais de um ano de trabalho, a equipe do Memorial pesquisou junto a esses acervos, selecionou documentos, digitou-os, editou-os e os revisou, num esforço que agora se vê materializado nesta edição, cuidadosamente editorada pela equipe da Comunicação Social do Ministério Público de Santa Catarina.

Por meio de seu Memorial, o CEAF desenvolve pesquisas e produz conhecimento de relevância acadêmica, cumprindo uma importante missão social, pois, agora, se disponibiliza ao público de Santa Catarina e do Brasil uma publicação editada com esmero, que poderá funcionar como obra de referência para futuros pesquisadores que se debruçam sobre a história intelectual, jurídica e política do nosso Estado. Fruto de uma parceria com importantes instituições do nosso meio cultural, esta edição também sintetiza o espírito de diálogo e de colaboração com a comunidade que rege o nosso Memorial.

O trabalho do Memorial é essencialmente interdisciplinar, articulando as instâncias da memória e da História, com o Direito, a Administração e a Comunicação. Nesse sentido, há uma feliz coincidência com a trajetória do Prof. Osni Régis, cuja obra, centrada na Sociologia do Direito e lastreando um trânsito profissional que se estende do magistério em Lages aos píncaros da representação parlamentar na Capital Federal, também é interdisciplinar por essência. Afinal, o processo de construção e de debate da cidadania, ao qual se devotava o Prof. Régis, por meio de suas múltiplas atividades, igualmente o foco de interesse do nosso Memorial, só pode se dar de forma consistente pela via da interdisciplinaridade, tendo em vista, justamente, a complexidade intrínseca da vida social.

Finalmente, além do reconhecimento à equipe do Memorial e da Comunicação Social, pela execução deste trabalho, cabem agradecimentos especiais ao Prof. Cesar Luiz Pasold, quem tomou a iniciativa para a concretização desta obra, militando em seu favor ao longo de todo o processo; ao Prof. Antonio Carlos Wolkmer, que prefacia com descortino esta edição; às Professoras Maria Isabel Camargo Régis e Regina Iara Régis Dittrich, por toda a dedicação à confecção deste volume, da pesquisa à revisão; aos funcionários do Centro de Memória da Assembleia Legislativa e do Arquivo Público de Santa Catarina, bem como aos servidores do Centro de Memória e Arquivo da Câmara Federal, incansáveis no atendimento às demandas dos nossos pesquisadores; a todos

aqueles que colaboraram traduzindo voluntariamente citações dos originais em língua estrangeira, a saber, os Professores e/ou Doutores Christian Guy Caubet, Davi do Espírito Santo, Sandra Chait e Marcos Wiese.

Florianópolis, junho de 2014.

Helen Crystine Corrêa Sanches,

Promotora de Justiça

Vanessa Wendhausen Cavallazzi

Promotora de Justiça, Diretora em exercício do CEAF

PREFÁCIO

Em Homenagem ao Prof. Osni de Medeiros Régis

É indiscutível a imensa satisfação de ser membro da Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ, criada em 13 de dezembro de 2013, que tem, estatutariamente, o objetivo de preservar a cultura jurídica de Santa Catarina, resgatando a vida de seus notáveis juristas e promovendo a difusão de suas grandes contribuições literárias.

Assim, chega à luz, oriunda dos primórdios da ACALEJ, uma das primeiras publicações em homenagem a um de seus mais ilustres juristas, o Emérito Prof. Osni de Medeiros Régis, que dignificou a cultura jurídica e a vida pública catarinense contemporânea.

É com indelével orgulho que assumimos esta missão de prefaciarmos a obra desta inesquecível personalidade, que foi escolhido para ser o patrono da Cadeira nº 10 da ACALEJ, e que, honrosamente, hoje a ocupamos, na expectativa de representá-lo à altura.

Tal sobeja manifestação se concretiza pela interação histórica de três felizes aproximações com o nosso homenageado:

- a. primeiramente, a satisfação de conhecê-lo pessoalmente e de assistir ao seu Seminário “Transformação do Mundo Socialista”, no curso de Doutorado em Direito da UFSC, entre os dias 9 e 11 de maio de 1990.
- b. Posteriormente, em abril de 1993, mediante concurso público, quando assumimos como professor titular a disciplina de História das Instituições Jurídicas, sucedendo o ilustre homenageado, que criou e ministrou esta matéria por longos anos no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC.
- c. Finalmente, o júbilo de tomar posse na Cadeira nº 10, da ACALEJ, que tem como patrono justamente o Prof. Osni de Medeiros Régis.

Mas, quem foi e o que representou este notável jurista para a vida pública e a cultura jurídica de Santa Catarina?

Nascido em 1º de dezembro de 1917, Osni de Medeiros Régis, após formar-se em 1944, na até então Faculdade de Direito de Santa Catarina, seguiu, com muito brilhantismo, as trilhas da advocacia, da política e do magistério.

No início da década de 40, transferiu-se para a cidade de Lages, onde foi professor e diretor do Instituto de Educação, posteriormente ingressando na carreira política por intermédio da agremiação PSD. Nesta incorporação, acabou sendo eleito prefeito deste município para o período de 1950 a 1954.

Sua atividade como homem público alcança uma nova etapa e se alarga, quando, ao retornar à capital do Estado, participa de dois mandatos na Assembleia Estadual: é escolhido deputado na 3ª legislatura (1955-1959), sendo reeleito para a 4ª legislatura (1959-1963). Neste segundo mandato, foi convidado, durante o Governo de Celso Ramos (1961-1966), para ser secretário de Estado da Viação e Obras Públicas e, mais tarde, assumiu, em 17 de janeiro de 1962, a Secretaria da Educação e Cultura de Santa Catarina.

Transpondo as fronteiras do Estado, mas sem deixar o digno exercício da política enquanto prestação de serviços à causa comunitária e ao bem social da população, tornou-se representante estadual, em nível nacional, sendo sufragado mais uma vez nas urnas, agora, como deputado federal, pela primeira vez em 1962 (42ª legislatura, de 1963-1967), e agraciado, por seus méritos, com a reeleição para a Câmara Federal em 1966 (43ª legislatura, de 1967-1971).

Se sua trajetória como político e homem público foi indiscutível, como exemplo de dedicação, probidade e competência na Administração Pública, não menos relevante e dignificante foi sua atuação e seu reconhecimento no mundo acadêmico, como intelectual, professor e pesquisador social do Direito.

Quando de seu regresso a Florianópolis, em 1955, passou a integrar o corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, onde construiu uma carreira no magistério superior, marcada pela seriedade, dedicação à docência, profundidade das pesquisas e pelo gosto indelével pela cultura clássica, histórica e sociológica no âmbito do Direito. Com a criação do curso de Mestrado (1973) e o reconhecimento do Doutorado em Direito (1984) da UFSC, a trajetória acadêmica do Prof. Osni de Medeiros Régis alcança a maturidade e seu nome passa a ser identificado neste meio acadêmico como pessoa humana muito sensível e bondosa, admirada pelos seus alunos. Aliado a isso, há que se ressaltar o rigor da pesquisa científica, a respeitabilidade pelo domínio de obras-primas em língua estrangeira, as amplas e profundas leituras, enfim, a sua inesgotável fonte erudita de conhecimentos jurídicos. Nos tempos em que, na área da educação e da formação profissional dos bacharéis em Direito, não se valorizavam suficientemente os estudos políticos e sociológicos aplicados ao campo jurídico, o insigne Prof. Osni de Medeiros Régis projetou, embasado em vasta cultura clássica, suas pesquisas pioneiras, de teor histórico-sociológico, bem como a extensão destes intentos no exercício admirável de disciplinas como História das Instituições Jurídicas e Sociologia Jurídica.

A tudo isso, na mescla de uma personalidade humanística, aliada ao seu comprometimento social no exercício da coisa pública e ao seu pendor para uma docência responsável e inovadora, sublinha-se, com louvor, sua inestimável conduta expressa na aguda preocupação com a produção de um conhecimento jurídico profundamente social, mas sem se descuidar de valorizar o que nos foi legado de melhor da tradição jurídica clássica do Ocidente.

Esta carreira que alcançou notoriedade, mais do que por sua reputação de homem público, mas, fundamentalmente, como aquele educador exemplar que estimulou e formou toda uma geração dedicada aos caminhos da Justiça e do Direito, teve sua brilhante trajetória finda na capital da Ilha da Magia, em 25 de janeiro de 1991. Após sua morte, foi agraciado, em abril do mesmo ano, com

o justo reconhecimento, na concessão *post mortem*, pela UFSC, do título honroso de Professor Emérito. Anos depois, em 1999, também, o Conselho Estadual de Educação concedeu-lhe, postumamente, o prêmio “Educador Elpídio Barbosa”, outorgado àqueles que se destacaram pela grande contribuição, promoção e aperfeiçoamento da educação em Santa Catarina.

Sua memória, sua obra e seus livros estão hoje representados pela criação e manutenção, por parte de seus filhos e herdeiros, da Fundação Prof. Osni Régis (aberta ao público e a pesquisadores), situada no centro da capital do Estado, e que conta com um acervo de aproximadamente 15 mil livros.

Mas, ao fazermos este laudatório de sua inolvidável caminhada, registrando alguns momentos de sua vida pública e de sua exitosa carreira como jurista e como consagrado professor, importa introduzir a obra que, presentemente, está sendo prefaciada, que vem, finalmente, a público, sob os auspícios da ACALEJ, onde se republicam livros esgotados, editam-se manuscritos e ensaios, e resgatam-se discursos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e na Câmara Federal.

No levantamento da produção de textos do Prof. Osni de Medeiros Régis, realizado pelo historiador Gunter Axt, com a colaboração inestimável de suas filhas Regina e Maria Isabel, pudemos aglutinar em três partes, recuperadas e bem-definidas na presente obra: a) alguns manuscritos que foram digitalizados e ordenados dentro dos padrões ortográficos atuais; b) reedição do livro *Classe social e poder*, publicado pela primeira vez em 1955 – cabe lembrar uma outra produção de 1960, *Aspectos demográficos do trabalho*, também esgotada, que não chegou a ser incluída nesta coletânea; e c) conjunto de proferimentos nos legislativos estadual e federal, cobrindo o período de 1956 a 1970.

A obra inicia-se com três textos já publicados em revistas da UFSC nas décadas de 1970 e 1980: *A vida de Émile Durkheim*, *Os dois códigos mais antigos* e *Observações sobre a nova constituição da União Soviética*. É indiscutível, no amplo leque de clássicos da Sociologia, a preferência do Prof. Osni Régis pelo autor de *Regras do método sociológico* e *A divisão do trabalho social*, descrevendo sua formação como pesquisador, momentos de sua vida e sua dedicação ao magistério. Reconhece a importância de Durkheim para as bases de uma teoria social científica e para a edificação de conceitos nucleares como “solidariedade social”. Em um segundo manuscrito, aparece a lavra do historiador do Di-

reito ao descrever, de forma didática e panorâmica, os dois primeiros códigos escritos da humanidade nas terras da antiga Mesopotâmia, que antecederam e influenciaram o código mais famoso da região, atribuído ao rei Hammurabi (1754 a. C.).

Portanto, os estudos compreendem o Código de Ur-Nammu (2111- 2094 a. C.) e as Leis de Eshnunna (1815 - 1780 a. C.). Concluindo com os textos jurídicos, entra em cena o publicista e historiador das instituições, que se debruça sobre as constituições que vigoraram desde a instalação do regime marxista e a Revolução de Outubro de 1917, na antiga União Soviética. Tal cenário político-constitucional culmina com a constituição de 7 de outubro de 1977, a quarta do período histórico, caracterizada como a constituição de Brezhnev, que deveria “espelhar a nova sociedade: ‘a sociedade socialista avançada’”.

Em sequência, na segunda parte da obra, introduz-se o livro reeditado *Classe social e poder* (1955), que compreende dez capítulos. O estudo é aberto com reflexões sobre o significado dos “dirigentes” e dos “dirigidos”, bem como a influência das classes sociais sobre o poder político e sobre os partidos nas democracias (Capítulo I). O segundo capítulo revela-se essencial para o entendimento de toda a obra, pois é aprofundada e esclarecida a dificuldade de conceituar classes sociais, sua definição, classificação, características e mobilidade social. Posteriormente, são trazidos estudos sobre o significado do marxismo no trato científico de questões como classe social e o papel do Estado (Capítulo VI). Deixando o legado de Marx, contrapõe, já no Capítulo VII, o exame das teses de V. Pareto sobre a “circulação das elites” e as incursões sobre os “técnicos-burocratas” de J. Burnham. Não menos sobressaliente, neste recorrido histórico e político-sociológico, foi trazer para a distinção, no Capítulo IX, os estudos extremamente importantes, para a época, do Poder Político e Classe Social, feito por R. M. MacIver e pelos publicistas franceses como M. Hauriou, G. Burdeau e M. Duverger. O Capítulo X finaliza com minuciosa análise sobre os partidos políticos, privilegiando o conceito, espécies e sistemas partidários.

Por fim, na terceira parte, aparecem seus pronunciamentos como representante legislativo na Assembleia Estadual e na Câmara Federal. Trata-se de louvável esforço de colaboradores e familiares para reencontrar e compor suas produções mais importantes, onde Osni de Medeiros Régis tratou, entre 1956 e 1963, exemplarmente, com seriedade, agudeza de espírito e perseverança, de

temas sobre o funcionalismo público estadual, transporte, agricultura, agropecuária e educação. Já em seus discursos na Câmara Federal (1963-1970), além da constante preocupação e defesa dos conteúdos de interesse direto do Estado de Santa Catarina, inclinou-se por temas sociais (benefícios para agricultores, pensionistas civis, liberdade de cátedra, isonomia no funcionalismo, defesa de artistas frente às restrições do regime, etc.) e políticos (questões mundiais e nacionais, como o subdesenvolvimento econômico, particularmente a pauta do nordeste do país).

Diante de tudo isso, fica o reconhecimento à Diretoria da ACALEJ, na pessoa de seu presidente, Prof. Dr. Cesar Luiz Pasold, ao competente trabalho de recuperação do historiador Gunter Axt e à incansável colaboração dos familiares do Emérito Prof. Osni de Medeiros Régis, por tornarem possível esta Obra-Homenagem, de reconhecimento público e divulgação desta destacada personalidade pública e insigne educador do Direito. Em suma, trata-se de Obra bem-vinda de inesgotável valor histórico, grande contribuição para as letras e para a cultura jurídica de Santa Catarina.

Florianópolis, fevereiro de 2014.

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer

INTRODUÇÃO

NOTA BIOGRÁFICA E TRAJETÓRIA POLÍTICA

Gunter Axt

Osni de Medeiros Régis nasceu em 1º de dezembro de 1917. Sua mãe, Júlia de Medeiros Régis, natural de Santo Amaro, tendo enviuvado, uniu-se em segundas núpcias com seu pai, Clarimundo Régis, natural de São Miguel, localidade próxima a Morretes, na região de Biguaçu. Osni tinha dois irmãos nascidos do segundo casamento, Jacy e Nery, e três meios-irmãos, rebentos do primeiro matrimônio de sua mãe com Pedro Luís Demoro, o Pedro Inglês, como era conhecido no Estreito (hoje na área continental de Florianópolis, mas que então pertencia ao Município de São José). O Coronel Pedro Demoro, nome de rua no Estreito, fora superintendente de São José em 1899 e entre 1908 e 1909, e comandante da Polícia Militar de Santa Catarina entre 1900 e 1907. A mãe do coronel era irmã do ex-Governador Lauro Müller, militar e engenheiro que se projetou na política com a Proclamação da República, chegando aos postos de ministro de Obras e Viação, ministro de Relações Exteriores e senador. Demoro construíra uma confortável casa de um piso para a família, com fachadas entrecortadas por amplas e esguias janelas, em meia-lua no topo. O pé-direito alto era encimado por telhado em duas águas, com o beiral da varanda frontal arrematado por gracioso lambrequim de madeira, decorado por elipses em rendilhado.

Osni foi o primogênito do segundo casamento. Seu pai e sua mãe tinham um pequeno comércio. Mais tarde, Clarimundo torna-se chefe de equipes na construção de estradas de rodagem, no Departamento Estadual ao qual então esta função se cometia. Clarimundo e Júlia separaram-se por volta de 1940. Ele veio a fixar-se em Joaçaba com uma nova companheira, Maria, com a qual teve três filhos, meios-irmãos, portanto, de Osni: Clarma, Clarmi e Clarimar.

A família Júlia, Clarimundo e filhos vivia confortavelmente. Os pais puderam proporcionar aos filhos acesso às melhores instituições de ensino. Um de seus irmãos mais velhos estudou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Outro, Lauro, também se transferiu para o Rio de Janeiro, por volta de seus 14 anos, onde morou com o tio-avô, Lauro Müller, falecido em 1926, dando prosseguimento aos estudos e lá se tornando advogado e jornalista. Retornando periodicamente a Florianópolis para visitar a família, trazia sempre na bagagem livros e revistas, com os quais presenteava o jovem Osni, que, assim, foi tomando gosto pela leitura. Já a irmã mais velha, Lourdes, era conhecedora de francês e guiou o menino no aprendizado dessa língua.

Osni cursou o prestigioso Colégio Catarinense, mantido pelos padres jesuítas. Ingressou em 1930 e se formou no ginásio em 1935. Seus melhores desempenhos costumavam ser em História, Português e Geografia, justamente as disciplinas que ministraria como professor do curso pré-ginásial do mesmo Colégio em 1937.

Em fevereiro de 1936, Osni prestava o exame vestibular na antiga Faculdade de Direito de Santa Catarina, hoje pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo média final seis em provas que então versavam sobre Literatura, Higiene, Latim, Psicologia, Lógica e Geografia. Em março daquele ano, estava matriculado no curso de Direito.

Seu percurso como acadêmico, entretanto, não seria dos mais tranquilos. Em agosto de 1937, a Congregação da Faculdade resolveu cancelar a sua matrícula, por entender que tendo o aluno terminado o ginásio em 1935, estaria já sujeito às regras da reforma educacional de 1931, que estabelecia um curso complementar como pré-requisito para acessar o nível superior. O problema foi apontado pelo fiscal federal. Em 1º de novembro de 1937, a faculdade, criada em 1932 como entidade de direito privado e estadualizada em 1935, fora equiparada aos estabelecimentos federais de ensino. Como, porém, a Constituição

ditatorial de 10 de novembro de 1937 proibira a acumulação de cargos públicos, a faculdade foi, em 9 de junho de 1938, novamente convertida em entidade de direito privado, pois, caso contrário, não restariam professores suficientes para manter o curso em atividade; tão poucos eram os bacharéis qualificados na pequena Florianópolis. O Governo Federal concedeu então à instituição o benefício da inspeção prévia, que reconhecia tacitamente a instituição. A fiscalização permanente e o reconhecimento definitivo do curso viriam apenas em 1946. Em 1956, a Faculdade foi federalizada.

Osni, afinal, interpôs recurso e teve sua matrícula restabelecida em março de 1938, o que lhe permitiu avançar no curso. Em setembro de 1941, concluía a quinta fase, conquistando notas 10 – em Direito Administrativo, Direito Judiciário Civil e em Direito do Trabalho. Novamente, entretanto, o inspetor federal requereu o cancelamento de sua matrícula. Osni Régis apenas conseguiu o diploma de bacharel em 1944, depois de satisfeita a exigência do curso complementar, classe Direito, efetuado no Colégio Catarinense, onde até já lecionara como professor. Quando recebeu o diploma, estava em plena atividade profissional, no magistério e na advocacia. Naqueles tempos, alunos quintanistas recebiam a carteira de solicitador junto à OAB, o que lhes permitia, embora com algumas restrições, advogar.

Durante os estudos, Osni trabalhou no Departamento Estadual de Estatística, criado pela Lei nº 119, de 7 de novembro de 1936, no Governo de Nereu Ramos, e que funcionava em cooperação com o Departamento Nacional de Estatística, órgão então dirigido por José Carlos de Macedo Soares e por Mário Augusto Teixeira de Freitas e que mais tarde daria origem ao IBGE. A estatística estava organizando-se de forma sistemática e metódica no Brasil, para se tornar uma importante ferramenta no processo de formulação de políticas de desenvolvimento e modernização. Era, portanto, uma disciplina nova que auferia prestígio. Vem daí sua intimidade com os estudos estatísticos, tema que abordaria na obra *Aspectos demográficos do trabalho*, publicada em 1960.

Paralelamente, Osni Régis lecionava na antiga Escola Normal de Florianópolis, fundada em 1892 e que desde 1926 funcionava num elegante sobrado neoclássico na rua Saldanha Marinho, no centro da capital. O educandário devotava-se à formação dos professores que ensinavam no primário. Em 1935, a instituição passou a chamar-se Instituto de Educação, convertendo-se, mais tarde, no Colégio Estadual Dias Velho.

Naquele majestoso edifício, realizou-se, entre os dias 6 e 16 de setembro de 1940, o IX Congresso Brasileiro de Geografia, com abertura presidida pelo Presidente da República, Getúlio Vargas. O conclave mobilizou grande número de intelectuais das mais diversas áreas que se envolviam com os estudos geográficos, alcançando grande repercussão. Osni Régis integrou uma das oito comissões técnicas julgadoras de teses, a de Geografia Humana, tendo por colegas, dentre outros, a célebre Professora Alice Canabrava, que se tornaria, em 1951, a primeira mulher catedrática da Universidade de São Paulo, e o sociólogo Fernando de Azevedo, que foi um dos introdutores da obra de Durkheim no Brasil e, já nessa época, servia de referência e inspiração a Osni Régis.

Em agosto de 1942, Osni Régis foi nomeado, pelo Interventor Nereu Ramos, Diretor do Instituto de Educação de Lages, criado com o nome de Escola Normal em 1934 pelo seu antecessor, o Interventor Aristiliano Ramos. O educandário, segundo do gênero estabelecido em Santa Catarina, era a menina dos olhos dos lageanos. Osni mudou-se para a cidade serrana com a recém-constituída família. Em maio de 1941, unira-se em primeiras núpcias a Dilma da Silva, que pertencia também a uma família natural de Florianópolis. A filha, Regina, tinha um mês de vida quando o casal partiu para Lages.

A par da direção do Instituto de Educação, onde lecionava, como catedrático, Sociologia e Sociologia Educacional, Osni constituiu também uma banca de advocacia, em sociedade com Jorge Barroso Filho. A sua grande atuação como causídico era no crime, embora também tenha defendido causas trabalhistas e auxiliado na organização de sindicatos. Na época, alguns municípios da serra e do oeste de Santa Catarina eram conhecidos pela maior incidência de crimes contra a vida, em função de disputas de terras, pistolagem, vingança e crimes que envolviam questões ligadas à honra, temas recorrentes, por exemplo, nos depoimentos de promotores que passaram pela região antes dos anos 1980. A filha, Regina, recorda-se: “Certa feita, o pai defendia um pistoleiro, que descarregara a arma sobre sua vítima. Não havia Medicina Legal ainda no interior, de maneira que foi preciso improvisar a contagem das perfurações no corpo do morto. Eram tantas, que para eles não se perderem, foram inserindo ramos de capim em cada orifício. A gente ficava imaginando... o defunto cheio de pedacinhos de capim... uma cena tragicômica...!”.

Lages era então o maior município de Santa Catarina, em extensão territorial, e o segundo colégio eleitoral do Estado. Reduto da poderosa família Ramos,

que pontificava na política catarinense havia décadas. Quando, após a queda do ditador Getúlio Vargas do Governo em 1945, os novos partidos políticos se organizaram, Osni acompanhou as lideranças dos irmãos Nereu Ramos e Vidal Ramos Júnior, que até então administrava a municipalidade, na criação do PSD. Getúlio Vargas, ao se afastar do poder, deixara engatilhada a formação de dois partidos: grosso modo, o PSD reuniu o *establishment* administrativo do Estado Novo (como ficou conhecido o período ditatorial de Getúlio Vargas no comando da nação, entre 1937 e 1945), enquanto o PTB congregou lideranças sindicais. A oposição ao getulismo mobilizou-se na UDN. Partidos menores, como o PRP, o PCB, o PDC, o PL e o PSP jogariam em momentos diferentes da vida política nacional e regional papel de fiéis da balança, fazendo as decisões dos pleitos penderem ora para um lado, ora para outro.

Ao longo dos anos 1950, o PTB tornou-se a terceira força política em Santa Catarina, seguindo o PSD e a UDN, mas nada que se comparasse à expressão que teve em outros Estados. Em Santa Catarina, o cenário era polarizado pelo PSD e pela UDN, esta, forte na região do Vale do Itajaí, onde imperava a família Konder-Bornhausen. Em Lages, os Ramos estavam divididos. Aristiliano, que fora interventor entre 1933 e 1935, rompera com Nereu, quando das eleições indiretas para o Governo do Estado, contribuindo dez anos depois na fundação da UDN. O médico Saulo Ramos, por sua vez, foi até o fim dos anos 1950 a principal liderança do PTB catarinense.

Nesse contexto, era quase natural que o homem à frente da mais importante escola pública de Lages e que ganhava visibilidade com suas atuações no Tribunal do Júri, que naqueles tempos funcionava como uma verdadeira vitrine, sobretudo no interior do país, se encaminhasse para uma trajetória política. Assim, nas agitadas eleições de 1950, assumiu candidatura à Prefeitura, para suceder o amigo e correligionário Vidalzinho.

Em 1944, a esposa Dilma faleceu: contraiu tifo, provavelmente com a ingestão de verduras mal-lavadas numa refeição realizada na estrada entre Lages e Florianópolis. O pai de Dilma, que acompanhava o casal na viagem, também faleceu. Osni foi poupado, ao que se suspeita, por não ter ingerido salada. O triste episódio impactou a família profundamente. Superado o trauma na medida do possível, Osni tornou-se um gestor e parlamentar atento para o problema do saneamento como uma importante responsabilidade do Poder Público.

Quando se lançava na política, Osni já estava casado em segundas núpcias com Maria Helena Camargo. A moça, natural de Bom Jesus, era filha de Carmosino Camargo de Araújo, médico, um dos fundadores do Partido Libertador em Santa Catarina, mas que migrara para a UDN, legenda pela qual se elegeria vereador, em 1947 e em 1950. O casal se conheceu durante as férias escolares de Maria Helena, que se formou em Letras pela PUC do Rio Grande do Sul e, mais tarde, em 1953, em Direito, pela Faculdade da UFRGS. Aristiliano Ramos, que em 1951 romperia com a UDN, foi testemunha de casamento – ele e Osni eram amigos. Em 1950 nasceu o filho Jorge. Em 1952, veio a filha Isabel. O filho Osni Eduardo chegou em 1955, quando a família já se preparava para se mudar para Florianópolis. Luiz Antônio nasceu na capital do Estado em 1958 e Daniel, em Brasília, em 1966. Osni perdeu os dois filhos mais novos. Daniel faleceu ainda bebê e Luís Antônio, engenheiro da Petrobras, faleceu em um acidente de carro em 1985, no Rio de Janeiro.

A campanha para o pleito que se desferiu em 3 de outubro de 1950 desenvolveu-se em clima de acesa disputa. Eram as maiores eleições gerais realizadas até então no país. Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos, eleito em 1947, embora carismático, fizera uma gestão considerada sofrível, percepção que não melhorava com os contínuos afastamentos do governador para tratamentos de saúde em decorrência de uma persistente tuberculose. Como registra João Mosimann, o período ainda foi marcado por terríveis inundações, que atingiram vários municípios, por uma devastadora praga de gafanhotos, que assolou o interior, e pelo avanço da famigerada peste suína. A UDN teve três anos para se articular e se entrincheirava. E se fortaleceu ainda mais ao conseguir captar o apoio do PTB, que nas eleições anteriores estivera ao lado do PSD.

A peculiaridade da composição de forças regionais ficou patenteada no último comício daquela campanha, realizado na Praça Pereira e Oliveira, em Florianópolis, contando com a surpreendente presença de Getúlio Vargas, candidato à Presidência da República pelo PTB. A expectativa era grande. No último momento, Getúlio decidiu apoiar Nereu Ramos, que se candidatara ao Senado. O futuro presidente foi então vaiado pelos udenistas, que se acotovelavam na plateia e no palanque, esperando o seu apoio, por conta da aliança com o PTB.

Contudo, mesmo sem a mãozinha de Getúlio, a UDN fez barba, cabelo e bigode. Irineu Bornhausen bateu o candidato pessedista, Udo Deecke, por folgada margem de quase 30 mil votos. Deecke era protestante e o clero católico operou abertamente em favor de Bornhausen, o que pesou em favor de sua vitória. Além disso, o PSD estava rachado em torno do apoio às candidaturas à Presidência de Getúlio Vargas, pelo PTB, e de Cristiano Machado, pela própria legenda. Por sua vez, Nereu Ramos amargou derrota para o Senado para Carlos Gomes de Oliveira, este do PTB. Nereu só não ficou sem mandato porque a Constituição de 1946 permitia candidaturas superpostas, de maneira que conseguiu se eleger para a Câmara dos Deputados, Casa que chegaria a presidir entre 1951 e 1954 (na condição de Presidente da Câmara, chegaria à Presidência da República, em substituição ao Vice, Café Filho, que assumiu a investidura após o dramático suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954). O resultado, enfim, deixou os udenistas exultantes. Depois de quase duas décadas, deblateravam que Santa Catarina deixava de ser um feudo da oligarquia Ramos.

Mas, apesar do avanço inequívoco, ainda se registrava relativo equilíbrio de forças. Em 1950, dos 50 municípios do Estado, 27 ficaram com a coligação UDN/PTB e 23 com o PSD. Em algumas cidades, como Chapecó e Brusque, a dobradinha vitoriosa encerrava décadas de predomínio dos Ramos. O PSD manteve-se firme, porém, em vários redutos tradicionais, como Criciúma e Tijucas. A Osni Régis coube a delicada missão de administrar o principal baluarte dos Ramos em um contexto de erosão, ainda que temporária, do poder do PSD e do clã de Nereu. Enquanto procurava imprimir uma imagem de dinamismo na gestão pública, o novo governador fazia o que podia para isolar os adversários, o que amplificava as tensões.

O oeste do Estado estava na mira do governador eleito. Em novembro de 1951, quando o Presidente Getúlio Vargas preconizava a célebre “marcha para o Oeste”, ação que deveria incentivar o aumento demográfico no interior do país, Irineu organizou uma expedição, seguindo os passos do primeiro governador do Estado a visitar a região, 32 anos antes, o cunhado Adolfo Konder. Em dezembro de 1953, foram estabelecidos oito novos municípios no Oeste e serra. Irineu também criou a Secretaria da Agricultura e procurou implantar silos e armazéns em todo o Estado, o que foi fundamental para a expansão de culturas como o trigo. No último ano de seu Governo, ainda, a Assembleia aprovou o Plano de Obras e Equipamentos, que deveria funcionar como um plano de metas para a

administração pública, visando especialmente à construção de rodovias e pontes e à geração de energia elétrica, demandas então muito presentes.

O PSD reagia, denunciando, por exemplo, o uso do Banco INCO, fundado por Irineu, como instrumento de cooptação política e enriquecimento pessoal. Como registra Yan Carreirão, a participação de recursos do Tesouro do Estado no banco cresceu de 2,1% em 1950 para 69% em 1955, enquanto na Casa Bancária Hoepcke, do adversário Aderbal Ramos da Silva, decrescia de 19,3% para 0% em igual período.

Como recorda a filha Isabel, “Na região serrana de Santa Catarina, naqueles tempos, dizia-se que não se deveria nunca ficar de costas para um desconhecido. E eu não sei que inimigos o pai tinha, mas quando a mãe estava grávida, me esperando, contavam eles anos depois, havia algum tipo de ameaça, de sorte que à noite não se acendiam as luzes das peças junto à fachada frontal da casa, pois, da rua, pela veneziana, mesmo fechada, podia-se perceber o vulto das pessoas.”.

No primeiro semestre de 1952, com efeito, o governador teria resolvido intervir de forma prosaica em assuntos do município: alterou a localização do ponto de táxis, deslocando-o de uma área central para área do Mercado. A ação mexeu com as forças políticas locais, motivando protestos dos motoristas, os quais granjearam logo apoio do prefeito e do líder Vidal Ramos Júnior. Incomodado com a resistência, o governador enviou ao município o secretário de Segurança, acompanhado de um contingente da Polícia Militar, encarregado de fazer respeitar a determinação. Mas a força pública foi recebida por uma passeata, puxada por um carro de praça, sobre cujo capô seguia sentado Vidal Ramos, desafiando os policiais e o secretário de Segurança. Foram dias tensos. Osni andava armado e em pelo menos uma das ruas do município transitava a pé, apenas bem pelo centro, evitando as laterais e as calçadas. O confronto da briga dos taxistas acabou não produzindo feridos e o ponto permaneceu em seu tradicional endereço, mas Vidal Ramos Júnior e Osni Régis, além de vários choferes, foram processados por desacato à autoridade e resistência à execução de ato legal. Tempos depois, o processo acabaria arquivado e o caso todo entrou para o folclore da cidade.

Segundo a filha Isabel, sua mãe relatava que o município não recebia recursos do Governo Estadual. Para, em tal contexto, imprimir dinamismo à

gestão, Osni passou a tomar medidas que tinham baixo custo, mas impacto na população. Encetou uma campanha para a observância dos códigos de posturas. Dessa forma, os moradores passaram a limpar e murar os terrenos, arrumar calçadas, depositar o lixo em locais adequados, respeitar o recuo necessário para as novas construções, etc. O resultado dessa mobilização contribuiu para melhorar o aspecto geral da cidade e acabou agradando a população, que assim percebeu os resultados da administração.

Além disso, Osni preocupava-se muito com o saneamento, o fornecimento de água e de energia elétrica para a população. Em 1952, entrou em funcionamento o sistema de esgotos, obra iniciada no Governo Aderbal Ramos da Silva. As crises de abastecimento de eletricidade foram fonte de algumas dores de cabeça do prefeito e eram bastante exploradas pela oposição. Numa oportunidade, estudantes organizaram uma passeata portando velas acesas de frente à sede da companhia concessionária dos serviços locais, a Força e Luz, que tinha Vidal Ramos Júnior dentre seus acionistas.

A pavimentação de rodovias vicinais com macadame era outra ação que estava entre as prioridades do prefeito. E, finalmente, a contratação de professores, sobretudo para os distritos distantes. Lages era composto por diversos povoados que, mais tarde, se desmembraram, formando novas cidades.

Osni desencadeou, também, conforme registros nos discursos proferidos mais tarde no Legislativo estadual, um programa de construção de moradias populares, iniciativa então pouco comum nos municípios, beneficiando cerca de até 700 famílias. O programa, contudo, encontrou forte resistência na oposição. Como o PSD não tinha 2/3 das cadeiras da Câmara de Vereadores, foi necessária a pressão das galerias, depois de dois anos de espera, para que pelo menos a autorização para a venda subsidiada de 200 lotes para os operários fosse aprovada. Foram, além disso, construídas 92 casas de madeira pela Prefeitura, também financiadas em cinco anos.

Em 1954, Osni renunciou ao mandato de prefeito para se candidatar a uma vaga para a Assembleia Legislativa. Foi eleito como o deputado mais votado pelo PSD e o terceiro mais sufragado em todo o Estado, recebendo votos da região serrana em torno de Lages, Bom Retiro, Curitibanos e Campos Novos. UDN e PSD conquistaram 15 cadeiras cada um. O PTB elegeu cinco deputados, o PSP dois, o PDC e o PRP um parlamentar cada. Nas eleições para o Senado, o

PSD, coligado agora com o PTB, saíra-se bem, elegendo Nereu e Saulo Ramos. Cresciam, assim, as chances de reconquista do Governo do Estado.

Retornando a Florianópolis em 1955, a família se instalou no Estreito, anos mais tarde (em 1971) mudando-se para a casa na Avenida Mauro Ramos, onde hoje está localizada a Biblioteca Osni Régis. Enquanto foi deputado estadual, Osni dava aulas na Faculdade de Direito. Prestou concurso para livre-docente e, em seguida, para duas cátedras – Teoria-Geral do Estado e Economia Política -, obtendo a vaga para a segunda. Também deu aulas no curso de Sociologia. Na segunda metade dos anos 1950, já estava em andamento o projeto de criação da Universidade Federal de Santa Catarina, oficialmente instalada em 1962, instituição à qual Osni dedicaria alguns de seus discursos.

Osni Régis estreou na Assembleia Legislativa abordando temas relativos à infraestrutura, ao saneamento, ao trânsito e a aspectos urbanísticos na região do Estreito, onde morava. A infraestrutura de Lages e demais cidades serranas também estava na sua alça de mira. Mas não demoraria a ser tragado pelas polêmicas partidárias. Avizinhavam-se as eleições de outubro de 1955 e o nível da tensão política subia. O Deputado Osni Régis foi porta-voz na tribuna de denúncias de partidários em municípios como Laguna, Palhoça e Urubici, que se diziam perseguidos ou pressionados pelas autoridades policiais, mormente os delegados.

Na Assembleia, os fatos repercutiam e o Deputado Osni os debatia. Irineu, não obstante o Governo relativamente bem-avaliado, tinha dificuldade em encontrar um candidato a sua sucessão dentro da própria UDN. Em abril de 1955, a cisão intestina explodiu, quando um grupo de dissidentes, dentre os quais Aristiliano Ramos, Wanderley Júnior e Melquíades Fernandes, divulgou manifesto em apoio à candidatura de João Colin, Prefeito de Joinville e desafeto de Irineu. Já, então, havia sido lançada, pelos modestos PDC e PSP, a candidatura ao Governo do Estado do Deputado Federal pelo PRP Jorge Lacerda. Tão profundas eram as fraturas no interior da UDN que se chegou a especular um possível apoio do PSD à candidatura de Aristiliano Ramos. Também a candidatura do Senador Saulo Ramos (PTB), com apoio do PSD, chegou a ser aventada. O PSD, por sua vez, vivia um racha em função da situação política nacional, já que se viram frustradas as pretensões de Nereu Ramos para concorrer à Presidência da República: enquanto o diretório nacional do PSD

abraçava a candidatura de Juscelino Kubitscheck, Nereu aderiu ao dissidente pernambucano Etelvino Lins. Finalmente, em uma agitada convenção realizada entre os dias 11 e 12 de junho, a maioria da UDN catarinense se decidiu pelo apoio à candidatura de Jorge Lacerda, que, assim, se adiantava na campanha. O pleito foi renhido e Lacerda venceu Francisco Gallotti, que saiu candidato pelo PSD, por uma estreita margem de 3.136 votos.

Inconformados, os pessedistas recorreram ao Tribunal Regional Eleitoral e, depois, ao Superior Tribunal Eleitoral, pretendendo a anulação do pleito em algumas localidades. A Justiça acabou negando o provimento do recurso e Lacerda teve seu mandato plenamente confirmado ao longo de 1956, mas a polêmica ganhou os jornais, repercutiu no Parlamento e mobilizou a intelectualidade, em Florianópolis e no Rio de Janeiro, onde Lacerda tinha excelentes relações, fundador que fora do suplemento literário do jornal *A Manhã*. Nesse contexto, Osni Régis sublinha a incoerência da UDN, que inclusive, tal qual o PSD em Santa Catarina, recorria do resultado das eleições nas Alagoas, onde fora derrotada, enquanto em nível nacional, no caso da eleição de Juscelino Kubitscheck, optara pelo confronto, atizando os militares, ao invés de buscar o Judiciário.

Se os pessedistas procuravam colar à candidatura governista o rótulo de contaminação pelo fascismo, já que Lacerda ligava-se ao PRP, cujo líder ideológico, Plínio Salgado, fora um dos principais idealizadores do Integralismo no Brasil, os udenistas acusavam os membros do PSD de “esquerdismo” e, mesmo de receberem apoio dos comunistas. Nesse quadro de polarização ideológica, Osni assomava à tribuna ora para torpedear o flerte de Lacerda com o fascismo, ora para repelir a chancela de esquerdista que lhe tentavam aplicar. Lembrou que desde os tempos da candidatura a prefeito em Lages, seus adversários tentavam associá-lo, injustamente, ao comunismo. Afinal, sustentava, interesse por causas sociais não implicava o abandono dos compromissos com a democracia.

Em um breve pronunciamento de maio de 1955, Osni sinaliza para a aceitação da Ação Católica e da Encíclica de Leão XIII como alternativa viável entre o individualismo capitalista e o comunismo marxista, nesse sentido, talvez, se aproximando do horizonte conceitual de ideólogos como Alberto Pasqualini. Em pelo menos duas outras oportunidades, na Assembleia, Osni

manifesta sintonia com o catolicismo: quando enaltece a ação dos jesuítas no Brasil e quando solicita apoio governamental ao Congresso Eucarístico que se realizou em 1956, em Lages.

Por outro lado, Osni Régis dedicava-se a uma permanente defesa da escola pública laica, como transparece num debate de outubro de 1956 sobre o curso colegial nas escolas normais. Osni Régis ligava-se conceitualmente à proposta de escola pública de educadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, o que fica posteriormente evidenciado em alguns de seus discursos na Câmara dos Deputados.

Esta aposta na chance de uma terceira via, entre o liberalismo e o comunismo, assim como ambos eram compreendidos nos anos 1950, ganhava concreitude quando Osni defendia, por exemplo, a ampla adoção do salário-mínimo no Brasil, inclusive para funcionários públicos federais e estaduais, preocupado que se dizia, particularmente, com os vencimentos dos professores e policiais militares. Por diversas vezes, Osni Régis ocupou a tribuna para defender os interesses do funcionalismo estadual: manifesta-se contrário à contratação de funcionário com alto salário para atuar no interesse do Estado na Capital Federal, enquanto o salário-mínimo não era pago a outras categorias pelo Governo; propõe um projeto de redução da jornada para turno contínuo de seis horas, como forma de reduzir o peso do custo com transporte no orçamento dos funcionários; defende a igualdade de vencimentos entre os funcionários aposentados e os da ativa.

O papel do Estado na economia também lhe interessava. Em um debate sobre o Plano de Obras e Equipamentos, Osni Régis mostra-se favorável à intervenção seletiva do Estado na economia e reforça posição no sentido de salvaguardar ao Poder Público o controle acionário de sociedades de economia mista, criadas em parcerias com a iniciativa privada para viabilizar obras infraestruturais.

Por outro lado, em um pronunciamento, Osni instiga o Governo a se mobilizar de forma mais eficiente para a atração de grandes investimentos industriais do capital estrangeiro, como estariam fazendo de resto Governos de outros Estados. Para a filha Isabel, a propósito, Osni “[...] costumava se manifestar sobre a importância de que o Governo Kubitscheck tivesse mantido seu propósito inicial de atração do capital estrangeiro dentro de uma

série de mecanismos de controle”. Em outros discursos, por sua vez, procura defender interesses de agricultores e industriais. Não se tratava, portanto, de um parlamentar infenso à iniciativa privada. Em pelo menos uma passagem, contudo, Osni indica estar solidário ao combate dos chamados “tubarões”, ou seja, atravessadores que intermediavam a produção entre o produtor rural e o consumidor, jogando pela alta dos preços. E, quando se debateu a questão do aumento do salário-mínimo, achou natural que os recursos para tanto saíssem do lucro dos empresários.

Dentre os temas que figuravam nos seus primeiros discursos, há destaque para questões relacionadas à educação. Osni propugnava o fortalecimento das Escolas Normais, responsáveis pela formação dos professores do ensino primário; defendia a valorização da docência e o desenvolvimento da instrução técnico-industrial, cuja precariedade considerava um dos pontos mais fracos do Estado de Santa Catarina. Fundamentalmente, insistia no combate ao preconceito bacharelesco para com o trabalho manual no Brasil, tema ao qual voltaria ao longo de sua trajetória como parlamentar.

Na noite de 16 de setembro de 1956, a irritação política em Santa Catarina atingiu o ápice com um incêndio criminoso que devorou o belo prédio da Assembleia Legislativa. Naquele ano, presidia o Parlamento o jovem Deputado Paulo Konder Bornhausen, filho do ex-Governador Irineu. O inquérito não foi conclusivo e a autoria jamais foi apurada. O Legislativo passou a funcionar provisoriamente no Teatro Álvaro de Carvalho, transferindo-se em seguida para o quartel da Polícia Militar, onde ficaria por 14 anos. O incêndio desorganizou o acervo da Assembleia, afetando inclusive as publicações subsequentes no Diário Oficial: os discursos de 1956 apenas seriam publicados no ano seguinte e, a partir de 1957, com exceção de 1958, substituiu-se a reprodução dos discursos na íntegra por ementas das sessões. As falas completas voltariam a ser publicadas a partir de 1961.

Mas outros fatos dramáticos agitariam a política do Estado. Às 18 horas de 16 de junho de 1958, caía um avião da companhia Cruzeiro do Sul pouco antes de aterrissar no aeroporto de Curitiba. Faleciam, no acidente, o Governador Jorge Lacerda, o Senador Nereu Ramos e o Deputado Federal Leoberto Leal, uma das grandes promessas do PSD e que se afirmava cada vez mais como possível candidato do partido ao Governo. O udenista Heriberto Hülse,

o primeiro Vice-Governador eleito da história de Santa Catarina, sucedeu Lacerda no cargo até 31 de janeiro de 1961.

A partir de então, Celso Ramos, Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina e irmão do falecido senador, passou a dirigir o PSD. Nas eleições de 1958, para preenchimento de uma vaga para o Senado, Celso Ramos e Irineu Bornhausen enfrentaram-se, sendo a vitória alcançada pelo udenista. O candidato do PTB, Carlos Gomes de Oliveira, tentou correr por fora da polarização, mas sem chances. Osni Régis reelegia-se para a Assembleia, com votação similar à recebida anteriormente, mas agora ficando na quarta posição entre os mais votados do PSD.

Com a derrota para Irineu, Celso Ramos compreendeu que não lograria êxito sem articular-se estrategicamente ao PTB, que não apenas conquistara mais uma cadeira na Assembleia, como ainda passava por uma importante mudança nos seus quadros, com o ocaso de antigas lideranças e a assunção de novas, com destaque para o jornalista Armindo Marcílio Doutel de Andrade, que estreava como deputado federal, com auspiciosa votação. Doutel, assim, foi indicado vice de Celso Ramos na chapa que concorreu às eleições de 1960 para o Governo do Estado. Irineu, também ciente de que o PTB se constituía no fiel da balança, engajou em sua chapa o agora dissidente petebista Carlos Gomes de Oliveira. A dobradinha PSD/PTB venceu a disputa.

Osni Régis teria participação importante no novo Governo. Assumiu a Secretaria de Viação e Obras Públicas entre 24 de outubro de 1961 e 16 de janeiro de 1962. Apesar de sua experiência como prefeito de um importante município catarinense e de suas inúmeras intervenções no Legislativo em torno das questões infraestruturais e, em especial, no que respeitava às estradas de rodagem, Osni sentia-se deslocado na função, por não ser engenheiro, e teria solicitado ao Governador para ser transferido para a Secretaria da Educação, o que de fato acabou acontecendo. Na nova função, permaneceu até 1º de junho, quando precisou desincompatibilizar-se para concorrer à deputação federal. No curto mandato de menos de seis meses, entretanto, Osni conseguiu avançar com o programa de criação de novas escolas e implantou o Conselho Estadual de Educação, além de ter criado a Escola de Aplicação do Instituto Estadual de Educação.

A filha Regina lembra que, como secretário de Viação, uma de suas primeiras providências foi mandar asfaltar um trecho de uma via no Estreito com

a qual ele implicava, pela alta incidência de acidentes, o que de fato se acha referido em seus discursos na Assembleia. Sobre a rotina da família durante o período, a filha Isabel recorda: “No início de sua trajetória como deputado, o pai ainda não tinha carro. Ele comprou um DKW depois. Mas continuava indo às sessões da Assembleia de ônibus. Quando se tornou secretário, disponibilizaram a ele um carro oficial, com motorista. Lembro que num dia de forte chuva eu perguntei a ele se não seria possível o motorista me levar até a escola. Ele perguntou como eu fazia para ir estudar normalmente: ‘a pé’, respondi. ‘Então calça as tuas galochas, veste tua capa e vai, porque o veículo oficial deve ser usado apenas para o trabalho do secretário’”.

As eleições parlamentares de 1962 foram positivas para o PSD. Na Assembleia, o partido recobrou maioria, conseguindo emplacar 20 deputados, contra apenas 15 da legislatura anterior. Para o Senado, elegeram-se Antônio Carlos Konder Reis, pela UDN, e Atílio Fontana, pelo PSD. Doutel de Andrade, que saíra candidato pelo PTB ao Senado, não conseguira se eleger. Para a Câmara Federal, PSD e UDN elegiam seis deputados cada. Osni Régis estava entre os contemplados.

A respeito dessa campanha, recorda a filha Isabel: “Meu pai foi um dos únicos deputados eleitos em 1962 dentre os candidatos do PSD e da UDN de Santa Catarina que não foi apoiado pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Este, através da filial catarinense, publicou a lista de candidatos que recomendava. Quanto ao meu pai, o IBAD difundiu o boato de que ele seria comunista. Eu me lembro nessa época, na saída da missa, que várias pessoas vinham conversar com minha mãe, perguntando se ele era mesmo comunista... A ideia principal que se difundia do comunista é que ele fechava as igrejas e que cercearia a liberdade religiosa. Minha mãe respondia com firmeza que não, que ela o conhecia bem, e que eles rezavam juntos há doze anos”.

Como registra Carlos Lenzi, o IBAD, que fazia sua estreia em Santa Catarina nas eleições de 1962, “era tecido na mesma trama que preparava o movimento de 1964”, funcionando como “ponta de lança ligada às forças capitalistas de direita [e] setores duros do militarismo, com incensos da Embaixada dos Estados Unidos”. A entidade recebia recursos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), financiado generosamente por grandes empresas e pela própria CIA. Dentre os dirigentes do IBAD em Santa Catarina

estava o General Paulo Vieira da Rosa, também diretor da Ação Democrática Popular Catarinense, braço executivo do IBAD. Em 1963, como relata René Dreifuss, acusações de corrupção eleitoral desdobraram-se na instalação de uma rumorosa CPI no Congresso Nacional, que teve um dos beneficiados pelo IBAD, o Deputado Laerte Ramos Vieira (da UDN de Lages e tradicional oponente de Osni Régis), por relator. A CPI acabou recomendando o fechamento da entidade.

Na Câmara Federal, Osni Régis estreia com pronunciamentos sobre a pavimentação da estrada Lages-Florianópolis, a participação de professores da UFSC na Universidade de Brasília e com reflexões sobre as estratégias para superação do problema de descompasso de desenvolvimento entre as distintas regiões do país. Valendo-se de citações eruditas, refuta teses de determinismo racial e geográfico empregadas na explicação do fenômeno do subdesenvolvimento no Nordeste. Fixa, ainda, posição divergente do marxismo e próxima ao que entende por estruturalismo, ao repelir a redução do problema às pré-condições econômicas. Para Osni, a melhoria das condições do nordeste do Brasil passava pela alteração radical das condições socioeconômicas e, as transformações políticas em curso já naquele momento, estavam reforçando esse processo. Esse é o momento, a propósito, em que Francisco Julião Arruda de Paula, advogado e conhecido militante das Ligas Camponesas, chegou à Câmara, provocando fortes reações dos setores conservadores. Osni, assim, refere-se ao debate, celebrando por legítima a representação no Parlamento de lideranças populares do Nordeste.

Osni se diz, em seguida, um entusiasta da reforma agrária e da erradicação dos latifúndios improdutivos ou das explorações predatórias. Mas com ressalvas. Na tribuna ele lê documento de produtores rurais que advoga não deverem “ser passíveis de desapropriação por interesse social as propriedades produtivas, independentemente de tamanho e localização”. De qualquer forma, ele admite e defende a “função social” da propriedade, posição que continuará sustentando depois de abril de 1964.

Osni milita em favor da elevação do padrão de vida do homem do campo, invocando não apenas a regulamentação urgente da reforma agrária nos moldes por ele defendidos, mas também reivindicando a fixação de uma prática de preços mínimos para os produtos agrícolas, a ampliação dos investimentos

na construção de estradas para escoação da produção e a sistematização de uma estratégia nacional para a distribuição das safras. Após o golpe de Estado civil-militar de 1964, Osni, que integraria a base governista, segue coerente com estas posições, criticando progressivamente o Governo pela incapacidade e pelo desinteresse na proposição de uma nova política agrária para o país.

Em outubro de 1963, Osni advoga a imperiosidade de o Governo agilizar a realização de concursos para provimento das cátedras, tendo em vista a recente expansão do movimento de federalização das universidades, pois, para ele, liberdade de pensamento não poderia existir sem estabilidade e segurança funcionais. Osni acredita ainda na excelência de um modelo universitário que contribuísse na articulação entre a ciência e a indústria.

Depois de 1964, o parlamentar permanece também nesse particular, coerente com as posições assumidas, denunciando o que qualificaria, parafraseando Tristão de Ataíde, como “terrorismo cultural”, patrocinado pelo Governo, ao promover perseguições a artistas (em junho de 1965 ele reproduz na tribuna o célebre manifesto da classe teatral e cinematográfica), cassações e prisões de professores universitários, tais como Florestan Fernandes, quem, afiançava, ser alvo de enorme injustiça, por ter protestado contra os inquéritos policiais-militares. Osni registra que mesmo dentro da lógica do regime de perseguição aos marxistas, esta prisão seria uma contradição, uma vez que Florestan sequer se filiava teoricamente em seus escritos ao marxismo. Aliás, para Osni, muitos católicos e padres franceses estavam estudando o marxismo, incentivados pelo espírito das Encíclicas, mas isso não fazia deles ameaças às instituições. Ele lamenta episódios como a proibição ao Padre Calvez de palestrar na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que o lembrava “da outra ditadura”, numa referência ao estado policial de Getúlio Vargas.

Para Osni Régis, o conservadorismo católico era uma ameaça grave à sociedade brasileira. Em um discurso de 1968, ele qualifica a ação da afamada *Sociedade Tradição Família e Propriedade*, fundada em 1960, de repulsiva, reacionária, extremista e direitista. Mas isso não o torna um revolucionário em matéria de comportamento. Osni se afirma favorável à noção de família tradicional, contrário ao divórcio e problematiza os excessos da emergente revolução sexual entre os jovens. A propósito, segundo a filha Isabel, Osni integrava, na Câmara, pelo menos em 1967, um grupo suprapartidário de deputados cristãos.

Possivelmente tem origem nessa matriz ideológico-espiritual a sua oposição ao controle de natalidade, tema muito em voga na época em determinados círculos; vista como um caminho para a superação da pobreza em massa, a tese era repelida pela Igreja, mas também por sociólogos nacionalistas, para os quais uma vasta população era um diferencial estratégico no planeta, o que de fato se confirmou plenamente no século XXI. Para a filha Isabel, desde os anos 1940, Osni era um estudioso das questões demográficas.

É também às Encíclicas que Osni se remete, em abril de 1967, ao procurar explicar a disseminação de movimentos guerrilheiros em países pobres, como a Bolívia e o Vietnã: muito embora lamentasse a violência, não é à radicalização ideológica que ele atribui a causa fundamental para tais revoltas, mas à consciência que os povos estariam tomando sobre a sua condição de subdesenvolvimento e ao conseqüente desejo de lutar contra a pobreza e a exploração. Doutra sorte, o padrão de “golpes de Estado” latino-americanos, como o acontecido no Peru, em 1968, matizava-se, em sua opinião, pelo autoritarismo baseado nos fuzis, pela dissimulação ideológica e pela manutenção do *status quo* socioeconômico.

O contexto da Guerra Fria também não lhe escapava: em agosto de 1968, Osni repudia a invasão da Tchecoslováquia pelo exército da União Soviética. E acredita que a China não teve a mesma sorte em parte devido à sua gigantesca população, o que lhe parece motivo de sobra para desconfiança sobre as reais intenções norte-americanas ao advogarem o controle da natalidade no Brasil. Em muitas passagens, a propósito, Osni reconhece a excelência de algumas virtudes norte-americanas, mas nem por isso deixa de perceber a voracidade imperialista dos Estados Unidos para com os países do Continente Sul-Americano, aí incluído o Brasil, equiparando, assim, os seus métodos aos da União Soviética.

Os extremismos, não resta dúvida, o inquietavam. Em fevereiro de 1964, quatro anos antes de investir da tribuna contra a TFP, Osni Régis traduz grande preocupação com a movimentação “subversiva” e “deletéria”, no oeste de Santa Catarina, dos assim chamados *Grupo dos Onze*, cuja orientação atribui a “determinados líderes que não podem ou não estão em condições de concorrer a determinados cargos eletivos”, referência irônica ao petebista gaúcho Leonel de Moura Brizola. Diante do quadro ameaçador, Osni reclama, às vésperas do

Golpe de Março/Abril, que “principalmente” as Forças Armadas, tomassem “mais cuidado”.

Para quem, anos antes, insinuara o desserviço que a UDN fazia em recorrer aos militares, no caso da eleição contestada de JK para a Presidência da República, não deixa aqui de surpreender esse apelo às Forças Armadas. De fato, em sua trajetória parlamentar, são relativamente poucas as intervenções de elogio aos militares, sobretudo se comparadas às críticas. No dia 11 de junho de 1956 ele saudara o Comandante do 5º Distrito Naval, em Florianópolis, pelas comemorações em torno do aniversário da Batalha do Riachuelo. Naquela época, o 5º Distrito organizava anualmente um baile de gala em registro à efeméride, no qual Osni e a esposa, segundo a filha Isabel, algo avessos às badalações sociais, jamais se faziam presentes, de forma que a intervenção na tribuna poderia, nesse caso, até ser percebida como uma compensação pela ausência física. Já numa fala de 1955, ele exalta as qualidades liberais e de gestão do Marechal Hermes da Fonseca. O elogio a Hermes da Fonseca, um militar que Osni considera democrático, serve, no mesmo discurso, de contraponto ao desenho sinistro que propõe da Ação Integralista, cuja investida contra o Palácio da Guanabara completava então 20 anos.

Em abril de 1968, quando uma bomba explodiu na portaria do prédio onde se localizava a sede do jornal *O Estado de São Paulo*, num atentado cuja autoria foi atribuída à VPR, Osni Régis mais uma vez se pronuncia contra a ação que considerava radical, pois, mesmo manifestando-se contrário às ideias promovidas por este veículo de imprensa, esgrimiou repúdio à violência e ao cerceamento da liberdade de expressão.

Apesar do rechaço às articulações da esquerda armada e do apelo aos militares feito em fevereiro de 1964, contra o *Grupo dos Onze*, Osni Régis não integrou o esquema que conspirou para a queda do Governo Jango. Em 31 de março de 1964, Osni Régis estava na Irlanda, numa viagem com um grupo de parlamentares, que procurou retornar ao Brasil tão logo chegaram as primeiras notícias da ruptura institucional.

Enquanto isso, porém, já no dia 2 de abril, pelas páginas de *O Estado*, órgão tradicionalmente ligado ao PSD, o Governador Celso Ramos declarava-se, “sem reticências no coração”, solidário “com as gloriosas forças militares que defendem a verdade democrática”. Enquanto as autoridades do Estado

participavam de passeatas, repastos e cerimônias de comemoração, cerca de 100 pessoas, segundo o historiador João Carlos Mosimann, eram presas em várias cidades, na maioria sindicalistas, mas também estudantes, intelectuais e dirigentes de setores estratégicos do Estado. Nesse ambiente, o jornal *A Gazeta* estampava tendenciosamente a notícia: “Populares incendiam livros marxistas na Livraria Anita Garibaldi”, uma conhecida livraria no centro de Florianópolis que pertencera ao escritor Salim Miguel. No dia 9 de maio, a Assembleia Legislativa do Estado cassava, com 39 votos, o mandato do Deputado Paulo Stuart Wright, então do PSP, jovem brilhante, cujo crime fora organizar o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Joaçaba e Herval do Oeste (em 1958), bem como organizar os pescadores artesanais, fundando a Federação das Cooperativas de Pesca de Santa Catarina, além de ser acusado de propagar as ideias do Padre Alípio de Freitas e de Leonel Brizola. Apesar de o Ato Institucional ter estabelecido a competência do presidente da República para aplicar sanções políticas, os deputados catarinenses apressaram-se em mostrar solidariedade ao novo regime, atendendo a uma solicitação do próprio Embaixador norte-americano Lincoln Gordon, que estivera em Florianópolis no final de abril: Paulo Wright tinha dupla cidadania, brasileira e norte-americana. A cassação de Wright aconteceu com a totalidade dos votos da bancada do PSD, da UDN e do PDC, bem como da maioria dos representantes do PTB.

Segundo Isabel Régis, Osni “Era muito crítico em relação à atuação do Brizola e à atuação do Darcy Ribeiro (na Casa Civil – não no Ministério da Educação). Quando se falava no Brizola, ele amarrava a cara e dizia: ‘enterrou o cunhado’. Ele tinha muita bronca da radicalização de esquerda, o que, lhe parecia, teria levado à reação da direita. Na opinião dele, o golpe foi detonado porque os militares legalistas aderiram aos golpistas em decorrência dos equívocos de Brizola e Darcy, que teriam levado Jango a apoiar os sargentos e marinheiros insubordinados. Mas ele não se colocava como sujeito dessa reação, ou como parte da articulação golpista. Ele achava o Goulart hesitante. Ele criticava o fato, por exemplo, de que o Executivo negociara mal a proposta de reforma agrária apresentada ao Congresso por deputados do PTB. Na sua opinião, o Jango, enquanto chefe do Executivo, deveria ter mandado uma proposta de reforma agrária ao Congresso, não deixando isso a cargo dos deputados mais radicais do PTB. Ele se incluía na Frente Parlamentar Nacionalista

e acreditava que havia um grupo de deputados do PSD dispostos a negociar a reforma agrária. Ele sempre defendeu a necessidade de se fazer uma reforma agrária com instrumentos legais bem-definidos. Portanto, ele não criticava o Jango por ser esquerdista, mas sim por entender que ele tinha um comportamento vacilante enquanto chefe do Executivo. Outro exemplo nesse sentido é a regulamentação da Lei de Controle das Remessas de Lucros para o Exterior: o pai era favorável à medida aprovada na Legislatura anterior, mas lamentava a demora do Goulart em regulamentá-la. Inclusive, no Governo Castelo, quando a Lei de Controle das Remessas de Lucros foi revogada, o pai votou contra essa mudança”.

A filha Isabel registra, ainda, que Osni, após o golpe, continuou, nas suas atividades políticas, fiel ao programa da Frente Parlamentar Nacionalista. Este grupo interpartidário funcionou no Congresso Nacional desde 1956, como um instrumento de combate ao imperialismo e de imposição de limites à ação do capital estrangeiro, reivindicando, além do controle das remessas de lucros para o exterior, o controle estatal dos setores estratégicos da economia; a política externa de não alinhamento; reformas sociais com caráter redistributivo; e assumindo o compromisso de repercutir, no Congresso Nacional, os movimentos progressistas de atores sociais. Bem mais tarde, já nos anos 80, ainda segundo Isabel, o pai revelou a ela que havia sido articulador desta Frente junto aos comunistas, em Santa Catarina.

Na Câmara Federal, Osni Régis, seguidor da orientação nacional do partido, não acusou frontalmente os novos mandatários do regime instalado em 1964. Embora não haja um discurso específico investindo contra a legitimidade dos Atos Institucionais, dois meses após o golpe inicia as críticas em relação às políticas do Governo, nas mais diversas áreas.

Em mais de uma oportunidade, ele proclama a ameaça tecnocrática, que considera cerceadora da liberdade e comprometida com os interesses das grandes empresas, como algo imposto, sobretudo, por meio da ação do Ministério de Roberto Campos, da CONSULTEC e da Escola Superior de Guerra. A política anti-inflacionária do Governo Castelo Branco também foi alvo de suas críticas, bem como o aumento do número de falências e concordatas e a progressiva desnacionalização das indústrias brasileiras.

Já em junho de 1964, ele questiona a desproporção exorbitante do aumento dos vencimentos dos militares com relação ao reajuste proposto aos funcionários públicos civis. Em outubro, ele compara a situação política brasileira à da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, onde os Governos não eram escolhidos pelo povo e pelo voto direto, por oposição à da Inglaterra, onde os eleitores tinham a chance de escolher livremente seus dirigentes. Em junho de 1965, se opõe no Plenário ao envio das tropas brasileiras à República Dominicana, para colaborar na intervenção que os Estados Unidos operou naquele país com o intuito de depor um Governo de esquerda, posição que já sustentara anteriormente na Comissão de Constituição e Justiça. O discurso repercutiu com certo destaque no jornal *O Estado de São Paulo*. Em extensa manifestação de 5 de julho de 1965, ele considera a Lei de Inelegibilidades, que o Governo enviava ao Congresso, cerceadora, casuística e com endereço certo, como de fato era, identificando-a com o macarthismo, termo que descreve o período, entre os anos 1940 e 1950, nos Estados Unidos, de intensa patrulha anticomunista, com conseqüente constrangimento das liberdades civis. Em abril daquele ano, Osni encaminhara à Mesa Diretora da Câmara emenda ao projeto de Código Eleitoral, permitindo a presença de pessoas com direitos políticos suspensos nas campanhas eleitorais, o que reverbera no jornal *O Estado de São Paulo*. Em 1966, percebe a impossibilidade de os parlamentares influírem no Plano de Viação Nacional como uma coação das competências do Congresso. No mesmo ano, ele ousa homenagear o nascimento de Getúlio Vargas, saudando o seu espírito nacionalista. Dois anos mais tarde, Osni reproduz, na Câmara, manifesto do Congresso Internacional de Direito do Trabalho, realizado em Florianópolis, que dimensiona a jurisdição como um dos pilares fundamentais para a justiça social. Em 1967, numa defesa do que restava de autonomia federativa, mostra-se contrário à submissão das polícias militares estaduais ao comando de oficiais do Exército. Em 1968, opõe-se à criação dos municípios de segurança nacional, justamente porque a medida representaria novo golpe sobre a soberania popular. Impostos excessivos, corrupção e inoperância de setores do Governo (como o IBRA, que Osni qualifica como um cabide de empregos) seguem ao longo do período como temas a receberem atenção do parlamentar.

Ao problema da corrupção, Osni Régis retornou várias vezes. Em 1964, lamentou que o Governo Castelo tolerasse a convivência com denúncias de trânsito de favores e desvios de recursos. Em outubro, quando caía a vigên-

cia do artigo 7º do Ato Institucional, destacava que certas punições, quando aplicadas, haviam-se dado ao arrepio da lei, sem direito à legítima defesa, e poderiam ser posteriormente revistas pelos Tribunais. Em 24 de setembro de 1968, o jornal *O Estado de São Paulo* repercutia fala de Osni na Câmara, pouco depois de ele mencionar o quadro de corrupção no IBRA, em que o deputado parabenizava o Ministro da Fazenda Delfim Netto pela iniciativa de solicitar a prisão administrativa dos diretores da empresa de cigarros SUDAN (acusados, num grande escândalo, de sonegação e apropriação indébita): “há necessidade de que o povo brasileiro saiba que cadeia não foi feita apenas para ladrão de galinhas, mas também para aqueles grandes ladrões que roubam a nação e, portanto, roubam o povo brasileiro. [...] Foi preciso uma revolução para que se modificasse a legislação brasileira, mandando que se prendessem aqueles que sonegam impostos”.

Em 1967, Osni funcionara como relator na Comissão de Constituição e Justiça do relatório da CPI do IBAD, manifestando-se pelo encaminhamento das suas recomendações ao Poder Judiciário e contrário a uma emenda que pretendia suprimir os nomes dos acusados. Durante o ano de 1968, Osni Régis presidiu uma CPI na Câmara, dedicada a investigar a questão dos direitos autorais. Foram convocados a depor, dentre outros, o apresentador de TV Flávio Cavalcanti e o produtor Nelson Motta. O assunto dividia a classe artística brasileira. Osni Régis também ocupara a vice-presidência da Comissão Especial de Reforma do Código Civil. Em 1968, ainda integrou a CPI sobre o ensino superior.

Osni parecia um deputado de oposição. Para o regime, contudo, a permanência do parlamentar na ARENA talvez garantisse a sua relativa fidelidade em momentos cruciais. Segundo a filha Isabel: “Eu não sei se ele votou no Castelo Branco em 1964. É provável que sim. Embora os discursos dele na Câmara fossem de crítica ao Governo. Em 1969, eu já tinha 17 anos e lembro que o pai votou no Médici. Quando ele retornou da Câmara naquele dia eu perguntei e ele me respondeu que sim. Ele estava muito brabo, de cara amarrada e disse algo assim: ‘eu não tinha outro jeito! Se a gente não votasse, eles não reabrem o Congresso’”.

O Congresso brasileiro foi fechado pelo regime militar entre 13 de dezembro de 1968 e 21 de outubro de 1969, como represália à rebeldia de parte

da Arena, que não acatou pedido para processar, junto ao Supremo Tribunal Federal, o Deputado Márcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, que, em dois discursos de princípios de setembro, propusera um boicote popular ao militarismo. A rebeldia da Arena foi comandada pelo Senador Daniel Krieger, presidente nacional do partido, mas encontrou ressonância em outros congressistas, que entendiam não poder o crime de opinião atingir parlamentares protegidos na tribuna pela garantia constitucional da imunidade. Nos dias 9 e 10 de outubro, o *Estado de São Paulo* noticiava que Osni Régis, então membro suplente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, se convocado fosse, votaria contra a aprovação da concessão, nesse sentido acompanhando posição do presidente da Comissão, Deputado Djalma Marinho, da Arena. Já então, um grupo de arenistas dissidentes havia sido afastado da Comissão, substituídos por deputados que estivessem mais dispostos a acompanhar o regime. O pedido acabou sendo aprovado no dia 10 por 19 votos a 12, tendo votado contra a concessão da autorização, além dos dez deputados do MDB, os arenistas Djalma Marinho e Monsenhor Arruda Câmara. Osni estava presente à sessão, mas não votou, tendo sido afastado pelo líder da bancada. Após a votação na Comissão, em protesto pela intervenção do Governo no Parlamento, Djalma Marinho renunciou ao posto, acompanhando-o os dez representantes efetivos e os dez suplentes do MDB, bem como um arenista, o Deputado Osni Régis. Aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, o pedido de licença foi, contudo, rejeitado em votação secreta em plenário no dia 12 de dezembro, por surpreendentes 216 votos contra 141 (houve doze votos em branco). O fechamento do Congresso foi o primeiro desdobramento da edição do Ato Institucional nº 5, que concentrou poderes discricionários nas mãos do presidente da República.

Em nível regional, a acomodação também se mostrava difícil. Como nos conta Isabel Régis, “Em junho de 1965, quando se discutia em Santa Catarina quem seria o candidato do PSD ao Governo, ele me contou, anos mais tarde, ter sido então informado pelos militares que, se eleito fosse, não lhe seria permitida a posse. Não sei dizer quem teria sido o porta-voz dessa posição dos militares. Mas eles inclusive mencionavam as razões do veto. Especialmente duas atitudes dele como deputado federal: a oposição na tribuna ao envio das tropas brasileiras a São Domingos e o fato de ter sido contra a intervenção no Governo Mauro Borges em Goiás. Como sobre esse segundo aspecto não foi possível localizar um discurso, uma hipótese é que esta posição tenha sido sustentada

na Comissão de Constituição e Justiça, onde votou contra a intervenção. Em face desse veto, ele retirou a pré-candidatura e teria indicado Ivo Silveira. A essa altura, o Aderbal, chefe político do PSD, também se manifestava em favor do Ivo Silveira, que seria o seu preferido para o cargo. Mas o relato do pai é que a maioria dos deputados o apoiava e passaram a apoiar a pré-candidatura do Ivo quando ele retrocedeu. Ele não quis ir para o confronto com os militares. Tinha essa posição pessedista mais contemporizadora. Ele dizia: ‘nós não queríamos um interventor no Estado, então era preferível escolher outro entre nós’.

A versão é corroborada por Carlos Lenzi, na biografia de Celso Ramos (p. 97): “A candidatura de Osni Régis, deputado federal que havia sido prefeito de Lages ([...] na serra tinha o apelido de canarinho, porque, oriundo da capital, falava cantando, na linha açoriana), intelectual e professor universitário, era, entretanto, vetada pelas forças militares de 1964, que o tinham como esquerdista”.

Se os dados já estavam rolando, por que Osni Régis decidiu então em 1965 ingressar na Arena e não no MDB? É mais uma vez a filha Isabel Régis quem esclarece: “Ele disse que foi para a Arena por lealdade ao Ivo, quem indicara para candidato ao Governo. Ele se sentia responsável por esta indicação a tal ponto de se sentir constrangido em, eventualmente, estar no partido de oposição. Ele lançava mão ainda de outro argumento para explicar o ingresso na Arena. Ele tinha a noção da importância do deputado para trazer verbas para o seu Estado e sua região, e sabia que, se estivesse na oposição, não teria acesso às mesmas. A Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, estava em processo de implantação e ele sempre dizia que dentre as instituições congêneres era uma das que menos recursos recebia. Portanto, na oposição, ele acreditava que não conseguiria ajudar o Estado trazendo verbas federais”.

De fato, há uma profusão de discursos (nem todos reproduzidos nesta edição) de Osni, na Câmara, pleiteando recursos para comunidades e para projetos em Santa Catarina, sobretudo na região serrana. Osni tinha clareza de que seu Estado atravessava um momento crucial no processo de desenvolvimento e que seria fundamental lutar pelas verbas federais. Segundo a filha Isabel, “Ele chamava a atenção para a abissal desproporção entre os impostos pagos pelo Estado de Santa Catarina e os recursos ali investidos pelo Governo Federal”.

A decisão pode parecer contraditória aos olhos contemporâneos, mas é coerente com a história da composição de forças e de lealdades. A lógica

do funcionamento dos partidos era ainda regional, muito embora fossem as agremiações organizadas nacionalmente. Em outros Estados, como no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, por exemplo, era inimaginável uma aliança entre o PTB e a UDN, como aconteceu em Santa Catarina. Em São Paulo, Estado mais industrializado na nação, despontava o PSP, enquanto o PTB era ali frágil, desarticulado e ideologicamente inconsistente. E assim por diante. Talvez, em 1965, as pessoas ainda não tivessem plena consciência de que o país resvalava para uma longa ditadura, com um processo avassalador de centralização que se aprofundaria nos anos seguintes. Havia uma aceitação tácita de que, embora o regime estivesse endurecendo, a “Revolução de 1964” tinha legitimidade para fundar uma nova ordem jurídica, assim como o tivera a “Revolução de 1930”, de maneira que, para alguns, uma estratégia razoável seria compor com a situação nacional para se preservar o melhor possível a esfera de autonomia regional. A intervenção federal, seja nas polícias militares, seja no próprio Governo, seria um espectro a ser evitado. Para a filha Regina Régis, com efeito, “Ele era extremamente fiel ao partido e isso pesou muito na decisão. O PSD de Santa Catarina acompanhara a posição nacional e seguira majoritariamente para a Arena”.

Mais uma vez, a solução caminharia por desfechos menos conciliatórios. Diante da aliança PSD/PTB para a sucessão estadual, que ademais se reeditava na Guanabara e em Minas Gerais, a UDN radicalizou e passou a acusar os pesedistas de *comunização*, além de envolvimento com corrupção. Apesar dos protestos estridentes dos líderes udenistas, especialmente de Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, o Presidente Castelo Branco permitiu a posse dos governadores eleitos, mas editou, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2, cassando o registro dos partidos existentes, estabelecendo o bipartidarismo e a eleição indireta para os Executivos estaduais e federal. Entrementes, Osni, na Câmara Federal, repelia os ataques da UDN e desconstruía o argumento, demonstrando que os opositores também tentaram, dessa vez sem sucesso, uma aliança com o PTB em seu Estado. Para Osni, a UDN pressionava por uma intervenção federal no Estado, o que de fato acabaria sucedendo. Em 16 julho de 1966, o Vice-Governador Francisco Dall’Igna foi cassado por ato do presidente da República, se rendendo, assim, às pressões da UDN local, que pregava a incoerência de um vice-governador ligado ao MDB num Governo da Arena. A antiga UDN conseguiu em seguida impor o jovem Jorge Konder

Bornhausen para a vaga aberta, por eleição indireta. Como ele tinha 28 anos de idade, foi necessário emendar a Constituição estadual, reduzindo-se a idade mínima exigida para o posto de 35 para 25 anos. Com isto, as duas correntes políticas que se antagonizaram virulentamente até o Ato Institucional nº 2 e que agora precisavam conviver na Arena, harmonizavam-se, pelo menos institucionalmente, no Governo estadual.

Nesse contexto, as eleições proporcionais de 1966 aconteceram protocolarmente. A Arena, favorecida pela capilarização de suas lideranças (oriundas de diversas greis, como o PSD, a UDN, o PDC, o PSP, o PRP e o diminuto PL), pela farta irrigação de recursos federais e pela intimidação que o regime impunha aos dissidentes, logrou eleger onze deputados federais, contra apenas três do MDB, além de 34 deputados estaduais, contra apenas onze do MDB. O partido oposicionista organizava-se timidamente e sofreria novo baque com a cassação, em outubro, de outra de suas principais lideranças, Armino Doutele de Andrade. Em 1968, na esteira do AI-5, foram ainda cassados os três deputados federais do MDB: Eugênio Doin Vieira, Lígia Doutele de Andrade (que substituíra a candidatura do marido Armino, após a sua cassação) e Paulo Macarini, além dos deputados estaduais Evilásio Caon, Genir Destri e Manoel Dias. A oposição estava miserabilizada pela máquina aplastante do regime militar. Em 1969, ainda, dois dos algozes de Paulo Wright, Waldemar Salles e Fernando Viegas, agora na Arena, também foram atingidos por cassações. A difícil acomodação entre tradicionais oponentes na nova Arena produziu situações curiosas, como a do Deputado Laerte Ramos Vieira, udenista ferrenho, que em 1966 se elegeu primeiro-suplente a deputado federal pelo MDB, embora sintonizado com a ideologia que caldeara o regime instalado em 1964.

Diante do quadro sinistro, já plenamente desenhado, por que Osni Régis aceitou se candidatar à reeleição nas eleições proporcionais de 1970? Segundo a filha Isabel Régis, “Como eu já morava em São Paulo na época, não acompanhei a decisão do pai de ser candidato em 1970 e até fiquei muito surpresa, porque o pai, que sempre fora um homem otimista e bem-humorado, ficara com um semblante muito amargurado durante o período em que o Congresso esteve fechado, em 1969. Ele estava muito desgostoso com o esvaziamento do Poder Legislativo já em curso mesmo antes do fechamento do Congresso e, após o AI-5, passou a se perguntar se havia sentido em ser deputado. O Ivo Silveira já estava encerrando o mandato. Ele não queria mais ser candidato, mas terminou

aceitando, por pressão do partido. Mas essa relação parecia ser cada vez mais ambígua, porque a gente percebe, pelas votações na Câmara, um afastamento dele em relação aos colegas do antigo PSD catarinense, pois o pai vai votando isoladamente. Por exemplo, só o Orlando Bertolli e o pai votaram contra o acordo nuclear com os Estados Unidos”.

O próprio Osni Régis nos fornece uma pista para esta resposta. Em um discurso proferido em 1970, em face da proposta de redução das sessões legislativas semanais, quando até reconhece ter deixado de ser dos parlamentares mais assíduos na tribuna, reitera a necessidade premente de afirmação do Legislativo, pois seria justamente por intermédio dos discursos que os deputados poderiam amplificar suas reclamações e dar azo às solicitações dos Estados perante um Executivo federal cada vez mais frio e distante. Persistir, assim, apesar de tudo, para o professor parlamentar, seria uma forma de brechar o arbítrio, lutando pelo que restava de autonomia legislativa e federativa, e não de contribuir para a legitimação da ditadura. O impasse se constituiu num dos mais importantes dilemas de uma geração no Brasil. Basta invocar o testemunho de Fernando Gabeira, quem no extremo oposto, avaliou, anos depois, em pleno quadro democrático, que a resistência armada ao regime militar mais teria contribuído para o seu aferro e radicalização do que para a sua distensão.

Inquieta com a decisão do pai, nos relata a filha Isabel: “Eu perguntei para o pai – ‘O que é que o senhor fala nos comícios? Como o senhor faz a sua campanha?’. Ele respondeu: ‘Eu digo o que é uma democracia e as pessoas que tirem as suas conclusões’”. Essa fora a estratégia que Osni adotara em 1964, quando suas preleções na Câmara desenhavam as diferenças entre ditadura e democracia nos outros países. Mas ela se frustrara, pois desde então o regime endurecia cada vez mais.

Com efeito, como pondera Isabel, “O eleitorado não aceitou esse jogo de conciliação que ele propôs. Afinal, ele era contrário às práticas do regime militar, mas permanecia no partido governista. Ele teve mais ou menos o mesmo número de votos em 1970 que conquistou em 1966. Mas precisava conquistar novos eleitores para se eleger, o que não aconteceu. O eleitorado da região já estava se politizando em favor da oposição”. Um bom contraponto pode ser captado na trajetória do ex-udenista Laerte Ramos, cuja votação no

MDB disparou de 16.475 votos em 1966 para 29.521 votos em 1970 e chegou a 60 mil sufrágios em 1974. Foi somente com a emergência de novas lideranças de oposição, como Pedro Ivo de Campos, sobretudo a partir das eleições de 1978, que a estrela de Laerte Ramos Vieira no MDB começou a se apagar – em 1982, ele apanhou uma distante suplência para a Assembleia Legislativa, agora pelo PDS, partido (identificado com a herança da Arena) no qual encontraria espaço após a redemocratização gradual.

Para a filha Regina, a ambiguidade emanou também da Arena. Seu pai teria sido inicialmente cogitado para concorrer a uma vaga do Senado, mas as candidaturas acabaram sendo assumidas por Antonio Carlos Konder Reis e por Lenoir Vargas Ferreira, que se elegera em 1966 para a Câmara com 1.570 votos a menos do que Osni. Além disso, a distribuição das zonas eleitorais o prejudicou. Como registra Regina, “Ele ficou com Lages, mas outras regiões nas quais ele obtinha votos foram disputadas por outros candidatos. Para compensarem, deram-lhe a região de Joaçaba, na qual ele não tinha penetração. As pessoas que prometeram ajudá-lo em Joaçaba acabaram não comparecendo”. Para Pedro Dittrich, Osni enfrentou o problema da concentração de muitos candidatos da Arena à Câmara Federal na região serrana, sua tradicional base eleitoral. Um dos candidatos que teria drenado votos de Osni foi Dib Cherem, líder da bancada do PSD na Assembleia em 1964, mas que nas eleições de 1966 amargara uma terceira-suplência na Câmara.

Como que fazendo a crônica do desfecho anunciado, Osni disse em um discurso de 1970: “Temos ouvido e lido que grande número dos atuais deputados não pretende candidatar-se, porque acham que nas próximas eleições as despesas serão imensas”. Em seguida, observa que os novos partidos tinham ainda pouca “consistência”, “pela maneira como foram constituídos”, o que adriçaria o conflito interno. Isto é, para Osni, naquele momento, o maior choque se daria entre candidatos do mesmo partido.

De volta a Florianópolis, Osni Régis retomou suas atividades docentes na Universidade Federal. Para a filha Regina, a derrota nas eleições não o abalou, pois “entre ser professor, político e advogado, ele sempre dizia que mais prezava era a atividade de professor”.

Paralelamente, Osni abriu um escritório de advocacia com os Professores Valdemiro Cascaes e Mário Clímaco. Além disso, Osni Régis integrou

a Comissão de Direitos Humanos da Seccional Catarinense da OAB. Nessa função, segundo a filha Isabel, exprimia preocupação com a situação dos presos comuns, submetidos com frequência a interrogatórios violentos e que eram alojados em condições desumanas, tema que já figurava em suas manifestações desde os tempos de deputado no Parlamento estadual. A filha Isabel lembra que ele lhe disse certa vez considerar “um grave erro da esquerda se ocupar da tortura apenas quando atinge presos políticos: os presos comuns merecem a mesma atenção!”.

Osni Régis viveria tempo suficiente para testemunhar o fim do regime militar e para acompanhar a difícil luta pela redemocratização do país. Estudioso que era do bloco socialista, assistiu, ainda, a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e a emergência do neoliberalismo nos anos subsequentes, o que no Brasil se patenteava com a eleição de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto desde Jânio Quadros e João Goulart. Para Isabel Régis, “Ele achava que o mundo caminharia para um ponto de convergência, que os países capitalistas tenderiam a adotar cada vez mais políticas de Estado para corrigir desigualdades, com intervenção do Estado na economia, em áreas estratégicas e ações redistributivas, enquanto os países do bloco socialista tenderiam a admitir formas de propriedade. No comentário que ele faz à Constituição de 1977, da URSS, parece que observa uma tendência no sentido da ocidentalização do Direito soviético mediante a incorporação de elementos das democracias burguesas. Era um homem muito otimista, achava que o melhor de cada sistema prevaleceria. Ele chegou a acompanhar a queda do Muro de Berlim e a expansão do neoliberalismo na virada dos anos 1980 para os 1990, o que iria contra tudo o que imaginara. O ressurgimento tão forte do neoliberalismo nesse momento foi muito decepcionante. Ele era um crítico do sistema econômico liberal, mas defendia a propriedade, especialmente a pequena e a média. No bloco soviético, incomodava-o a falta de democracia: criticava o totalitarismo stalinista. Ele era contrário à estatização completa, mas entendia que áreas estratégicas da economia deveriam ser geridas pelo Estado. Na única eleição direta para presidente da República que ele vivenciou após 1960, votou no primeiro turno em Ulysses Guimarães e, no segundo turno, no Lula”.

Osni Régis faleceu em 25 de janeiro de 1991. Em 6 de março daquele ano, por iniciativa do Deputado Sérgio Grandó, do PCB, a Assembleia Legislativa

de Santa Catarina resolveu homenagear o tribuno batizando o Plenário com o seu nome. Em seguida, a Universidade Federal de Santa Catarina distinguiu-o com o título de Professor Emérito *Post Mortem*, e o Centro de Ciências Jurídicas da mesma Universidade batizou a sua biblioteca com o nome do professor, que ajudara a instalar o prestigioso curso de Pós-Graduação em Direito. Osni Régis distanciara-se tempo suficiente da política para se apartar do entrechoque das facções. Se sua proposta de conciliação esbarrara na inexorabilidade do processo histórico, era justamente esta condição que se via agora exaltada pela memória.

NOTA SOBRE ESTA EDIÇÃO

Esta obra se divide em três partes. Na primeira parte, reproduziram-se o livro *Classe social e poder*, publicado originalmente em 1955, bem como três artigos acadêmicos de Osni Régis, divulgados entre 1977 e 1980. O conjunto da obra acadêmica escrita de Osni Régis ainda inclui, além de prefácios, o livro *Aspectos demográficos do trabalho*, publicado originalmente em 1960, que não integra esta seleção de textos, dada a natureza estatística e de época das informações, o que talvez suscitasse mais interesse de leitores especializados. Os textos originais foram digitados, atualizados ortograficamente e revisados. Optou-se por corrigir eventuais falhas de impressão, de modo a facilitar a compreensão do leitor contemporâneo. Além disso, com o mesmo objetivo, as citações em língua estrangeira foram traduzidas para o vernáculo.

Metodologia semelhante foi obedecida no processo de edição dos discursos proferidos por Osni Régis na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e na Câmara dos Deputados, os quais compõem a segunda e a terceira parte, respectivamente, deste livro. Neste caso, entretanto, o grau de complexidade foi um pouco maior, tendo em vista o fato de algumas cópias dos originais apresentarem passagens de difícil compreensão, ou, mesmo, ilegíveis. Além disso, quase todos os discursos foram publicados sem revisão do orador, de modo a apresentarem passagens truncadas, falhas de compreensão do taquígrafo ou erros de digitação. Sempre que possível, procuramos ajustar tais aspectos. Nomes próprios também foram complementados ou corrigidos. Algumas notas explicativas foram confeccionadas também com o intuito de ajudar a clarear o contexto para o leitor.

Reproduziu-se aqui o conjunto dos discursos na Assembleia que nos foi possível localizar. Embora se tenha recorrido a vários arquivos – como o Centro de Memória da Assembleia, a Biblioteca Pública do Estado e o Arquivo Público do Estado – a coleção apresenta muitas falhas. Não foi possível localizar os discursos proferidos em 1957, ano no qual o Diário Oficial publicou as sessões de 1956. Além disso, entre 1959 e 1961 deixou-se de publicar os discursos na íntegra, substituindo-os por ementas das sessões. Já para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados, foi preciso operar-se uma seleção, pois, dado o seu volume, era impossível publicá-los na totalidade. Assim, optou-se por não transcrever muitas intervenções curtas do orador, dedicadas a homenagens ou a pedidos de verbas para projetos ou localidades específicas, em geral da região serrana de Santa Catarina.

Complementarmente, procedeu-se a uma pesquisa nos jornais *A Gazeta*, *O Estado*, ambos de Florianópolis, e *O Estado de São Paulo*, privilegiando-se o período que se estende dos anos 1950 aos anos 1960. Nos jornais de Santa Catarina, muito embora fossem encontradas reproduções de trechos de discursos de Osni Régis no Parlamento, bem como diversas ocorrências que mencionavam sua atividade pública, sobretudo do seu período como secretário de Estado, não foram localizados artigos de opinião ou entrevistas que justificassem a sua transcrição nessa edição. Já no *Estado de São Paulo*, as referências à atuação parlamentar de Osni crescem entre 1965 e 1968. Há registros orais de entrevistas concedidas na década de 1980 por Osni Régis a jornais e a instituições acadêmicas em Florianópolis. Esses documentos, contudo, não foram localizados a tempo de poderem integrar esta edição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Gunter. As eleições estaduais de 1966 e a formação do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In: AXT, Gunter; D'ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes. (Org.). *Espaços da negociação e do confronto na política*. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2007.

_____. *Histórias de Vida*, volume 2. Florianópolis: Memorial do MPSC/PGJ-SC, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Ed. Revan; Brasília: Ed. UNB, 7. ed., 2001.

- BENEVIDES, Maria Victoria. *O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo - 1945/1964)*. Lua Nova, n. 17. São Paulo, junho de 1989. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200008>.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945 - 1979*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder - de 1964 ao AI-5*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2. ed., 2007. 640 p.
- CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- CORREA, Marcelo Fernandes; SOUZA, Ivete Oliveira Alano de. *Metalmorfose em Joaçaba: a história do município sob o olhar metalúrgico*. Florianópolis: Insular, 2013.
- DITTRICH, Pedro. Entrevista ao Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, 5 de junho de 2014.
- DITTRICH, Regina Iara Régis; RÉGIS, Maria Isabel Camargo. Entrevista ao Memorial do Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, 28 de maio de 2014.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1964.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Rev. Bras. Hist.*, v. 24, n. 47, p. 209, 2004.
- _____. 1961: o movimento pela Legalidade. In: AXT, Gunter. *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Nova Prova, 2008.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GOULART, Yedda de Castro Bräscher. *Vidal Ramos Júnior: um lageano, uma paixão*. Florianópolis: Editora Insular, 2004.
- HISTÓRICO Escolar. Faculdade de Direito de Santa Catarina. 1944.
- LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos. Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. Belo Horizonte: Vega Editora, 2010.
- LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- _____. *Celso Ramos: um perfil político*. Florianópolis: Editora Terceiro Milênio, 1997.
- MOSIMANN, João Carlos. *Catarinenses: gênese e história*. Florianópolis: edição do autor, 2010.

NEREU Ramos. *Perfis Parlamentares 42*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Edições de: 8 (p. 84) e 24 (p. 34) de maio de 1965; 19 de junho de 1965 (p. 5); 6 de maio de 1967 (p. 5); 13 (p. 12) e 23 de março de 1968 (p. 10); 24 de setembro de 1968 (p. 1 e 24); 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 de dezembro de 1968.

PACHECO, Diego. *Ecossistemas da resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961 – 1964)*. Dissertação apresentada para obtenção do requisito do grau de mestre em História Cultural, USFC. Florianópolis, 2012.

PASTA de registros de Osni de Medeiros Régis. Ginásio Catarinense. 1929-1937.

PIAZZA, Walter F. *O Poder Legislativo catarinense: das raízes aos nossos dias (1834-1994)*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PINTO, Flávia M. Machado. *Escola pública em Lages na década de 1930: espaço de disputa política?* Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RELATÓRIO do Ginásio Catarinense. Florianópolis. 1930-1935.

RESENHA Eleitoral. *Eleições Catarinenses (1945-1998)*. Tribunal Regional Eleitoral. Florianópolis, novembro de 2001.

REVISTA Brasileira de Geografia. Ano II, n. 4. Rio de Janeiro, outubro de 1940.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

SIMON, Pedro (Org.). *Alberto Pasqualini: obra social e política*. Brasília: Senado Federal, 1994.

SOCAS, Marlene. *Meu querido Paulo*. Criciúma: edição do autor, 2014.

TANCREDO, Luiz Henrique. *Doutor Deba: poder e generosidade*. Florianópolis: Editora Insular, 1998.

PARTE 1
ESCRITOS ACADÊMICOS

CLASSE SOCIAL E PODER¹

INTRODUÇÃO

Observando, no momento, a sociedade política brasileira, que notamos quanto à sua direção, às suas diretrizes, seus caminhos, sua feição?

Vemos que a direção marcada, as diretrizes que toma, os caminhos que segue, a feição que apresenta dependem, modo geral, dum número reduzido de pessoas em confronto com a população total. É desse grupo de pessoas, geralmente, que depende se a sociedade política brasileira, em última instância, é ou não democrática; segue ou não o nacionalismo na exploração de suas riquezas básicas; é ou não bem-administrada; constrói ou não fábricas grandes; abrem-se ou não estradas, por onde possam circular riquezas ou se locomoverem pessoas; tem-se ou não divórcio; importa-se maquinário ou automóveis de luxo; exporta-se café por alto ou baixo preço; o “petróleo é nosso”; tem-se ou não, eleições. Desse grupo dependem os jornais que lemos e as notícias que ouvimos nos rádios. Essa minoria são os dirigentes e forma o que se costuma chamar de elite. É, em geral, composta de elementos da classe alta. Esses dirigentes se encontram divididos em vários subgrupos, os quais no Brasil

1 Obra originalmente editada em 1955.

nós poderíamos classificar de maneira seguinte: político, militar, econômico, religioso e burocrático. Dentro do político está incluído também o dirigente de massas operárias. Raymond Aron notava que, nas democracias inglesa, francesa e americana, a elite é subdividida em cinco grupos: o dos líderes políticos, o dos administradores governamentais, o dos diretores econômicos, o dos líderes de massa e o dos chefes militares. (Social Structure and the Ruling Class. In: *British Journal of Sociology*, v. I, n. I, p. 9).

O que observamos, em linhas atrás, sobre a sociedade política brasileira, ocorre em todas as sociedades, quer presentes, quer passadas, e foi notado por um sem-número de tratadistas. Objetivistas ou utopistas ressaltaram esse aspecto da sociedade: os dirigentes e os dirigidos. E cada um desses grupos com suas funções específicas. Paradigma dos primeiros é Aristóteles, que, em sua *Política*, notava os homens separados em dois grupos: o dos dirigentes e o dos dirigidos. Os primeiros, a que pertencia necessariamente o poder supremo, tinham, normalmente, por fim o bem comum. Protótipo dos utopistas, Platão dividia sua *República* em três classes, cada uma delas com funções específicas, cabendo o Governo aos filósofos.

Em alguns tratadistas, dos últimos 60 anos, encontramos a mesma tese.

Gaetano Mosca em seus *Elementi di Scienza Politica* escreve:

Fra le tendenze ed i fatti costanti, che si trovano in tutti gli organismi politici, uno ve n'è la cui evidenza può essere facilmente a tutti manifesta: in tutte le società, a cominciare da quelle più mediocrementemente sviluppate e che sono appena arrivate ai primordi della civiltà, fino alle più numerose e più colte, esistono due classi di persone, quella dei governanti e l'altra dei governati. La prima, che è sempre la meno numerosa, adempie a tutte le funzioni politiche, monopolizza il potere e gode i vantaggi, che ad esse sono uniti; mentre la seconda, più numerosa, è diretta e regolata dalla prima, in modo più o meno ovvero più o meno arbitrario e violento, e ad essa fornisce, almeno apparentemente, i mezzi materiali di sussistenza a quelli che alla vitalità dell' organismo politico sono necessari.² (Edição 1896, p. 60).

Woodrow Wilson que, além de político, foi professor de Direito, ensinava sobre o Estado: “Há de um lado os que governam, do outro, os que são

2 Entre as tendências e os fatos constantes, que se acham em todos os organismos políticos, há uma cuja evidência pode ser facilmente a todos manifesta: em todas as sociedades, a começar por aquelas menos desenvolvidas e que recentemente chegaram aos primórdios da civilização, até as mais numerosas e mais cultas, existem duas classes de pessoas, a dos governantes e a dos governados. A primeira, que sempre é a menos numerosa, reúne todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a este são inerentes; enquanto a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de uma forma mais ou menos arbitrária e violenta, e a ela provê, ao menos aparentemente, os meios materiais de subsistência que são necessários à vida do organismo político.

governados. E a autoridade dos governantes descansa sempre, em último termo, na força. O governo é, em definitivo, a força organizada.” (*El Estado*, trad. esp. 1943, p. 525).

Um autor brasileiro e moderno repete, como tanto outros, a mesma sentença: “O Estado é formado de governantes e governados, já reconhecia Aristóteles”. (CALMON, Pedro. *Curso de Teoria Geral do Estado*, 3. ed. p. 213).

Duguit, como se sabe, na sua concepção do Estado inclui, como um dos seus elementos, a diferenciação entre governantes e governados. Os primeiros ocupam tal posição em virtude de ter grande força material ou moral. Esses governantes, nos Estados modernos, segundo o mestre francês, apresentavam-se em três formas: 1) de um só dirigente absoluto, como a Rússia anterior a 1905; 2) a forma mista em que a força governante está dividida entre um indivíduo (o rei) e grupos mais ou menos extensos, democráticos ou aristocráticos, e exemplifica com a Inglaterra; 3) a forma tipo parlamentar, em que a força governante se encontra na maioria numérica de cidadãos e nos grupos profissionais. (DUGUIT, Léon. *Traité de Droit Constitutionnel*, Paris, tomo II, p. 33, 1928).

Os subgrupos dirigentes, em que falamos atrás, exercem o poder do Estado, ou claramente, oficialmente, ou de maneira oculta. Por sua vez, estes subgrupos unem-se uns aos outros, ou se combatem e a resultante destas uniões ou destes embates, é que dá o característico deste poder. O que significa que, se predomina o subgrupo econômico, a sociedade política, em regra, toma o sentido liberal.

Assim, predominando o grupo militar, o Estado apresenta uma forma autoritária.

Muitas vezes dois ou mais subgrupos se unem, mas, para que tal aliança se consuma, fazem entre si concessões; isto nas sociedades de elites pluritárias em que existem vários subgrupos. Nas sociedades políticas de elite unificada, como as denomina Raymond Aron, no trabalho antes citado, não ocorrem, é claro, aquelas lutas ou uniões de que falamos. O choque, porém, se processa dentro do grupo único de dirigentes.

Nos Estados modernos, este poder, que se encontra nas mãos da classe dirigente, sofre a pressão constante das classes dirigidas. O Estado é tanto mais democrata quanto mais dependente está o poder da influência das massas.

Georges Burdeau, no seu volumoso e excelente tratado de ciência política, dedicou belas páginas ao estudo dos poderes de fato, dos choques destes poderes e dos reflexos dos mesmos sobre o poder oficial.

Aquilo que atrás falamos sobre predomínio, no poder de um subgrupo, é que Burdeau chama de “imperialismo do poder”. Esses estudos modernos sobre o poder, objetivos, sociológicos, de certa maneira, são continuação dos trabalhos de Hauriou, acerca do poder. O velho mestre francês reclamava que há 50 anos, antes de publicar seus *Princípios de Direito Público e Constitucional*, haviam os tratadistas abandonado a velha teoria medieval do poder colocando, em seu lugar, outros sistemas jurídicos falsos, e, porque era realista, volvia à teoria do poder. Para ele o poder é um dos elementos do regime constitucional, sendo os outros a ordem e a liberdade. A existência da sociedade supõe um grupo de pessoas que dirija o Estado.

Escreve o mestre francês:

Hay poderes de varias clases; todas las formas sociales que se han sucedido en la historia han tenido su manera adecuada de poder. Ha habido poderes religiosos, poderes político-económicos y poderes puramente políticos; ha existido el poder del jefe de la horda y del clan, el del jefe de bandos de cazadores o de ladrones, el del patriarca o del jefe de tribu, el del rey primitivo, el del Estado antiguo, el del señor feudal, el del Estado moderno. (Principios de Derecho Público y Constitucional, trad. espanhola, 2. ed. p. 164)³.

Hauriou notava, no seu tempo, que o poder político está separado do religioso, do econômico e do militar, frisando que, se reunidos nas mesmas mãos, os poderes políticos e os econômicos, os dirigidos ficam em verdadeira escravidão e que é imprescindível, à liberdade dos súditos, a separação entre esses poderes. Recomenda, ainda, para maior liberdade, a separação dos poderes religioso e político e do político e militar. Infelizmente, esses poderes, de fato, conforme dissemos acima, chocam-se, querendo cada qual predominar no poder oficial.

Pensamento idêntico ao nosso é o do moderno constitucionalista francês, Roger Pinto que tem as seguintes palavras sobre o poder:

3 Há poderes de várias classes; todas as formas sociais que se sucederam na história têm tido sua maneira adequada de poder. Houve poderes religiosos, poderes político-econômicos e poderes puramente políticos; há existido o poder do chefe da horda e do clã, o do chefe dos bandos de caçadores e de ladrões, o do patriarca, o do chefe da tribo, o do Estado antigo, o do senhor feudal, o do Estado moderno.

*La définition du pouvoir est malaisée. Le pouvoir ne se confond pas avec l'appareil gouvernemental. Le concept de pouvoir nous paraît exprimer une résultante de facteurs complexes. Il résume l'ensemble des contraintes qui se manifestent dans le groupe social considéré (...). Des rapports de puissance s'établissent entre les différents intérêts en présence; rapports dont la résultante fixe la direction du groupe. (PINTO, Roger. *Éléments de Droit Constitutionnel*, 2. ed. p. 55-56).⁴*

Esses interesses de que fala são os dos governantes, governados, burocratas, detentores de riquezas materiais, etc.

Sendo, portanto, o poder, uma resultante do choque entre os subgrupos do grupo das classes altas e também do embate destas últimas com as outras classes inferiores, o nosso estudo se concentrará na compreensão do conceito de classe, classificação das classes sociais, e na maneira pela qual se processa a mobilidade vertical dentro das classes. Exporemos, também, as principais teorias a respeito de classe e poder, que são as de Marx, Pareto, e a da nova classe que se está formando, a dos *managers*, elaborada principalmente por Burnham. E, afinal, a influência das classes, nas democracias modernas, sobre o poder, por intermédio dos partidos.

ESPAÇO SOCIAL

Para marcar a posição de determinado ponto no universo físico, temos sempre que considerá-lo em relação a outros pontos ou posições determinadas. Se queremos saber onde fica a cidade X, perguntamos a quantos graus se encontra de latitude e de longitude, em relação à linha do Equador e ao meridiano de Greenwich. Muitas vezes dizemos, se nos queremos referir a um acidente geográfico, a um morro, por exemplo, que se encontra a tantos quilômetros ao norte ou sul da cidade Y. De modo semelhante há, na sociedade humana, um verdadeiro espaço social. Cada pessoa tem seu lugar, sua posição dentro desse espaço social, que, de certa maneira, também engloba o espaço físico. Toda pessoa tem sua posição, sempre determinada em relação a outras posições, quer físicas, quer sociais, de pessoas ou de grupos. Assim, uma pessoa é brasileira ou chinesa; rica ou pobre; médico, engenheiro ou operário manual; chefe político ou simples eleitor; religioso ou ateu; literato ou analfabeto.

⁴ Definir o poder é tarefa incômoda. O poder não se confunde com o aparelho governamental. O conceito de poder parece-nos expressar uma resultante de fatores complexos. Ele resume o conjunto das pressões que se manifestam no grupo social considerado. [...] Relações de poderio estabelecem-se entre os diferentes interesses presentes; relações cuja resultante fixa o rumo do grupo.

Sorokin resume:

1) social space is the universe of the human population; 2) man's social position is the totality of his relations toward all groups of the population and, within each of them, toward its members; 3) the location of a man's position in this social universe is obtained by ascertaining these relations; 4) the totality of such groups and the totality of the positions within each of them compose a system of social coordinates which permits us to define the social position of any man. (Social Mobility, 1927, p. 6).⁵

Nosso jurista e sociólogo, Pontes de Miranda, foi um dos que melhor escreveu sobre espaço social. Procurou, entretanto, geometrizar e fiscalizar os fenômenos sociais. Nas páginas de sua *Introdução à sociologia geral e sistema de ciência positiva do direito*, bem como em *Os fundamentos atuais do Direito Constitucional*, encontramos sua teoria, afirmando que os fenômenos sociais se acham já no mundo físico, no próprio átomo. Diz, ainda, que se deve dar alta consideração ao espaço social que é de “n” dimensões. Assim, ensina o mestre brasileiro que os fenômenos sociais e também a posição de cada pessoa é demarcada por várias dimensões. Além das três dimensões físicas e do tempo, temos as dimensões política, econômica, moral, religiosa, jurídica, doméstica e gnoseológica. Note-se que esta teoria, de Pontes de Miranda, é anterior ao aparecimento do livro clássico de Sorokin. Fundou, Pontes de Miranda, o que denominou Escola Sociológica Brasileira. Tem como discípulos, no campo sociológico e jurídico, vários expoentes da cultura sociológica-jurídica, os quais têm exposto a teoria do espaço-tempo social. Entre eles Djacir Menezes que, em seu *O princípio de simetria e os fenômenos econômicos* deu ênfase absoluta à dimensão econômica, na situação do fenômeno e das pessoas no espaço-tempo social, como também Pinto Ferreira, hoje notável professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Recife, em a *Teoria do espaço social*, e agora com *Sociologia*. Outro discípulo de Pontes de Miranda que se tem dedicado em especial ao tema focalizado é Mário Lins, que publicou a este respeito, afora artigos na Revista de Sociologia e na Revista Mexicana de Sociologia, o tratado *Espaço-tempo e relações sociais*.

Como vemos, tem sido, no Brasil, estudado com acuidade e profundidade, por pessoas de vasta cultura sociológica e não menos jurídica e filosófica, o conceito de espaço social. A este respeito, escrevia também, Gilberto Freyre:

5 1) espaço social é o universo da população humana; 2) a posição social do homem consiste na totalidade das suas relações para com todos os grupos da população e, dentro de cada um deles, para com seus membros; 3) a localização da posição de um indivíduo, neste universo social, é obtida através da determinação dessas relações; 4) a totalidade desses grupos e a totalidade das posições, dentro de cada um deles, compõem um sistema de coordenadas sociais que nos permite definir a posição social de qualquer indivíduo.

Deve-se notar que para esclarecimento de uma noção sociológica de espaço e de tempo, tem sido considerável, a julgar pelo próprio Sorokin, a contribuição de sociólogos brasileiros. Sorokin não só inclui na bibliografia sobre o assunto como comenta e critica trabalhos dos Srs. Pontes de Miranda (*Introdução à Sociologia Geral*, Rio de Janeiro, 1926), Pinto Ferreira (*Teoria do espaço social*, Rio de Janeiro, 1939 e *Von Wiese und die zeitgenössische Beziehungslehre*, Rio de Janeiro, 1941), e Mário Lins (*Espaço-tempo e relações sociais*, 1940), fazendo também generosa menção do nosso *Aspectos de problema de Distância social em Sociologia* (Sociologia, 1945, v. I, p. 149).

STATUS

Dentro do espaço-tempo social, como vimos, cada pessoa ocupa várias posições, conforme o ponto em referência, pois pode ser: pai (dimensão doméstica); católica (dimensão religiosa); rico (dimensão econômica); democrata -cristão (dimensão política); etc.

A tais posições corresponde um papel. Posição tem sentido estático, enquanto que papel o tem dinâmico. Posição social é sinônimo de *status*. Linton e outros preferem o termo *status*, ao passo que Newcomb prefere a palavra posição.

Sobre o conceito de *status* ou posição são clássicas as páginas de Linton, que o resume no seguinte: “*The place in a particular system which a certain individual occupies at a particular time will be referred to us his status with respect to that system*”⁶. (*Role and Status*. In: *Readings in Social Psychology*, 1947, p. 368; ver também *O Homem: Uma Introdução à Antropologia*).

Uma pessoa ou um grupo de pessoas pode trocar de posição dentro da sociedade geral. A esta mudança dá-se o nome de mobilidade. Pode verificar-se horizontal e verticalmente. Temos a primeira modalidade, quando se processa de um território para outro, de religião para religião, etc., sem alteração de posição no sentido vertical.

Ocorre a mobilidade vertical, quando a mudança de posição da pessoa ou de um grupo de pessoas se dá por elevação ou por abaixamento. Aquelas pessoas que se encontram no mesmo ou em semelhante *status* vertical formam, como estudaremos em outro capítulo, uma classe social.

6 “A posição ocupada por um indivíduo, em um determinado sistema, durante certo período, será considerada como o seu *status* em relação a esse sistema”.

Mobilidade vertical de pessoas, dentro de um grupo ou dentro de uma sociedade ocorre todos os dias. Assim, pessoas ricas tornam-se pobres; filhos de operários formam-se em profissões liberais. Filhos de operários casam-se com militares de alta categoria.

Com menos frequência, mas sucede vez ou outra, há mudança vertical de todo um grupo. Por exemplo, a classe aristocrática da Rússia, com a Revolução de 1917, passou de classe mais alta para mais baixa.

Segundo expusemos, as pessoas que verticalmente possuem *status* semelhante, principalmente no tocante à renda, profissão, ideologia, pertencem ao que se denomina uma classe social. A posição destas classes apresenta forma de estratos (*stratum camada*). Sua diferenciação se denomina estratificação social: "Social stratification means the differentiation of a given population into hierarchically superposed classes". (Sorokin, op. cit. p. 11).⁷

Estratificação social, pelo que sabemos, existe em todas as sociedades humanas. Tais estratificações podem ser por casta. A casta se diferencia, da classe social, porque é fechada; não há passagem de indivíduos de uma para outra casta. Nasce, cresce, vive e morre a pessoa dentro da mesma casta.

Autores há que diferenciam classe de estado e veem a classe como fenômeno próprio da era capitalista industrial.

Assim, Sorokin dá a classe como aparecendo no século XVIII e Gurvitch, no século XVI. Ludwig von Mises também não reconhece como idênticos os estados e classes, e neste sentido criticou Marx. (*Socialism*, trad. ingl. 1951, p. 332).

Somos dos que pensam que a classe tem existido em épocas e sociedades as mais variáveis, com outras denominações e que os estados, assim denominados, no período medieval, não passam de classes.

Estamos com o sociólogo inglês MacRae, quando escreve:

Personally, I do not believe that societies exist in which some form of stratification is absent, though such societies are perfectly imaginable and would not even need to be lacking in social differentiation. (Current Sociology, v. II, n. 1, p. 8)⁸.

7 "Estratificação social significa a diferenciação de uma dada população numa superposição hierárquica de classes."

8 Pessoalmente, eu não acredito na existência de sociedades sem nenhuma forma de estratificação, não obstante esse tipo de sociedade é algo perfeitamente imaginável e nem mesmo a diferenciação social faria falta, necessariamente.

CAPÍTULO II

DIFICULDADE DE CONCEITUAR CLASSES SOCIAIS – CONCEITUAÇÃO DE DUGUIT E DE BOUKARINE – CONCEITUAÇÃO DE HALBWACHS E SOROKIN – CONCEITUAÇÃO DE GURVITCH

DIFICULDADE DE CONCEITUAR CLASSES SOCIAIS

Todos, pelo senso comum, sabem o que é classe social. Incluem cada conhecido seu numa das classes e a si mesmos se fixam numa delas. Quando, porém, se lhes pergunta qual o conceito de classe, o que entendem por classe, dificilmente saberão responder. Falarão que há a classe dos ricos, a classe dos pobres; a classe alta, a classe baixa, mas não será dada ideia clara e adequada do termo. Um publicista francês, André Joussain, escreveu todo um livro sobre classes sociais e acabou não dando seu conceito preciso, nem anotou definição alguma. É desse autor o seguinte trecho que fazemos nosso:

Qu'est-ce donc au juste qu'une classe sociale? Il en est question constamment dans les conversations particulières, dans les journaux, sur les affiches électorales et dans les programmes des partis; on y parle à chaque instant de lutte de classes, de collaboration des classes, de société sans classes, etc. Tout le monde s'en fait une idée et ne doute pas qu'il comprenne bien le sens de ce mot; et cependant, si l'on demande à ceux qui en parlent d'en donner une définition ou tout au moins de préciser ce qu'ils entendent par là il n'est pas rare qu'ils semblent pris de court, restent quelque peu embarrassés ou que leurs explications prouvent assez bien qu'ils ne s'en font pas une idée claire. (JOUSSAIN, André. Les classes sociales, 1949, p. 6)⁹.

Pitirim Sorokin, em artigo publicado em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, reúne todas as definições dadas à classe social em cinco grupos: 1) as que consideram classe social um simples agregado, puramente nominal; 2) as que são vagas, incompletas; 3) as que consideram a classe social apenas como posição; 4) as que identificam as classes sociais como um grupo unifuncional; 5) aquelas que veem na classe social um grupo multifuncional.

⁹ O que é exatamente uma classe social? É noção constantemente evocada nas conversas particulares, nos diários, nos cartazes eleitorais e nos programas partidários; onde se fala a cada instante de luta de classes, de colaboração de classes, de sociedade sem classes, etc. Todos possuem sua própria ideia e não duvidam entender bem o sentido da palavra; entretanto, se se pedir aos que falam para dar uma definição ou, ao menos, detalhar o que entendem com isso, não é raro que pareçam sem jeito, permaneçam algo embaraçados ou que suas explicações comprovem bastante bem que não possuem ideia clara a respeito.

Já Mendieta y Núñez agrupa as diferentes definições em outros cinco grupos: a) étnica – quando vê na classe social o elemento raça como predominante para diferenciação dos homens; b) de divisão de trabalho – se adota como critério para conceituação de classe a tarefa que executa; c) econômica – cujo elemento de definição é a renda; d) cultural – caso o conceito se estribe na diferenciação de hábitos sociais, ideias, costumes, estilo de vida; e) complexa – enquanto une dois ou mais desses fatores.

Nós não faremos classificações dos diferentes conceitos, porque seria arbitrário, pois já notamos, pelas duas acima, que tal critério é falho. Daremos algumas das definições que julgamos as melhores apresentadas até o momento.

CONCEITUAÇÃO DE DUGUIT E DE BOUKARINE

Léon Duguit, o conhecido constitucionalista francês, procurou também dar a “verdadeira noção de classe social”. Começa por dizer, e com razão, que os limites entre as classes são extremamente flutuantes, e em seguida as conceitua, adotando por característica a divisão do trabalho. Aí sente-se a influência do livro de Durkheim *De la Division du Travail Social*, sobre o jurista francês. Neste livro é estudada a transformação da sociedade mecânica em orgânica, em virtude do fator de divisão do trabalho. Depois de criticar o conceito marxista, Duguit define a classe social como:

[...] des groupements d'individus appartenant à une société donnée, entre lesquels existe une interdépendance particulièrement étroite parce qu'ils accomplissent une besogne du même ordre dans la division du travail social. (DUGUIT, Léon. Le Droit Social, le Droit Individuel et la Transformation de l'État, 1922, 3. ed. p. 117)¹⁰.

Esta definição é falha, por isso que considera somente um critério, o da categoria profissional. À mesma classe pertencem indivíduos também de profissões diferentes, como na classe alta; nos dias modernos, são incluídos banqueiros e generais.

Vejamos agora a definição de um marxista; é a de Boukarine, que a considera como:

¹⁰ [...] agrupamentos de indivíduos que pertencem a uma dada sociedade, entre os quais existe uma interdependência particularmente estreita por cumprirem labuta da mesma ordem na divisão do trabalho social.

Un ensemble de personnes jouant un rôle analogue dans la production, ayant dans le processus de la production des rapports identiques avec d'autres personnes. (citado por CUVILLIER, Armand. *Manuel de Sociologie*. 1950, v. 2, p. 432)¹¹.

Esta também [é] a definição aceita por Cuvillier, pois como se sabe, este excelente tratadista é também seguidor da filosofia e sociologia de Marx. Esta definição se caracteriza exclusivamente pela relação de produção, que é aceita pelos marxistas. A mesma crítica que fizemos à anterior serve para esta: pessoas que tomam parte em produções diferentes, mas que têm rendas semelhantes, pertencem à mesma classe, em geral. De outra parte, há quem trabalhe na mesma produção, mas tem renda diferente e, de modo geral, pertence a classe diversa: assim, o patrão e o operário da mesma empresa.

Passaremos a expor três definições descritivas e que no momento são das mais consideradas. O autor de uma destas definições, Gurvitch, notava, em 1949, que as melhores tentativas para clarear o conceito de classe social nos últimos anos eram as de Halbwachs e de Sorokin. E, naturalmente, a melhor de todas seria a dele, Gurvitch.

CONCEITUAÇÃO DE HALBWACHS E SOROKIN

Maurice Halbwachs põe em relevo os critérios seguintes:

Les classes constituent une hiérarchie; cette hiérarchie se fonde sur des représentations collectives et des jugements collectifs de valeur qui ont leur source aussi bien dans la société tout entière que dans le groupe des intéressés lui-même ; cette hiérarchie et ces estimations définissent les degrés de participation de ces groupes aux « activités sociales », par excellence, c'est à dire au « foyer » ou à la « région qui est considérée comme plus collective (et partant plus précieuse) que toutes les autres », et non, uniquement, à la production économique; les classes ont non seulement des fonctions, rôles et situations économiques différents mais des « niveaux de besoin » et partant des « niveaux de vie différents ». (cit. GURVITCH, Georges. *Groupement social et Classe Sociale*. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 1949, v. VII, p. 36)¹².

- 11 Um conjunto de pessoas desempenhando um papel análogo na produção, possuindo, no processo de produção, relações idênticas com outras pessoas.
- 12 As classes constituem uma hierarquia; esta hierarquia funda-se em representações coletivas e juízos coletivos de valor que têm sua fonte tanto na sociedade inteira como no próprio grupo dos interessados; essa hierarquia e essas estimações definem os graus de participação desses grupos nas "atividades sociais" por excelência, isto é no "foco" ou na "região que é considerada como mais coletiva (e, portanto, mais preciosa) que todas as demais", e não, unicamente, na produção econômica; as classes têm não apenas funções, papéis e situações econômicas diferentes, mas "níveis de necessidades" e, portanto, "níveis de

A definição de Halbwachs é realmente boa, apesar de extensa. Realmente os característicos marcados, como hierarquia, representações coletivas e julgamento coletivo de valor, funções de situações econômicas diferentes e níveis de vida diversos encontram-se em todas as classes. No tocante a níveis de necessidade e níveis de vida diversos, tornaram-se clássicas as páginas escritas pelo sociólogo francês (*L'Évolution des Besoins dans les Classes Ouvrières*). Nossa crítica à sua definição é que ela serve também às castas. Faltou à sua definição o elemento “possibilidade de movimento vertical entre as classes”. É que as castas são fechadas e as classes são mais ou menos abertas.

Sorokin, em artigo publicado nos *Cahiers Internationaux de Sociologie*, depois de criticar uma série de definições apresentou a sua, com as seguintes características:

[...] 1) en droit ouverts à tous, mais en fait à demi fermés; 2) fondés sur des solidarités; 3) “normaux”; 4) en opposition avec certains autres groupes (classes sociales) de la même nature générale “X”; 5) partiellement conscients et partiellement inconscients de leur propre unité et existence; 6) partiellement organisés, mais surtout quasi organisés; 7) caractéristiques de la société occidentale des XVIII^e, XIX^e et XX^e siècles; 8) ils constituent des groupes multifonctionnels, unis par deux liens unifonctionnels: la profession et la situation, toutes deux prises dans leur acception la plus large, et par un lien fondé sur la division et stratification sociales, c'est à dire par l'existence d'un ensemble de droits et de devoirs s'opposant essentiellement aux devoirs rigoureusement différents de certains autres groupes – classes sociales – de la même nature générale “X”. (SOROKIN. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. 1947, v. II, p. 78)¹³.

Gurvitch, depois de considerar os méritos da definição descritiva do sociólogo russo-americano, critica a mesma, porque considera as classes como grupos suprafuncionais e não multifuncionais, como faz Sorokin. Somos dos que pensam que as classes sociais não começaram a existir somente nos últimos séculos, com o capitalismo industrial. Elas sempre existiram; é claro que, com formas diferentes, dependendo da estrutura da sociedade. Temos, nesta parte, ponto de vista contrário a Sorokin e a Gurvitch. A sociedade grega, a romana,

vida diferentes”.

13 [...] 1) em direito abertos a todos, mas de fato semifechados; 2) fundados em solidariedades; 3) “normais”; 4) em oposição com certos outros grupos (classes sociais) da mesma natureza geral “X”; 5) parcialmente conscientes e parcialmente inconscientes de sua própria unidade e existência; 6) parcialmente organizados, mas sobretudo quase organizados; 7) característicos da sociedade ocidental dos séculos XVIII, XIX e XX; 8) constituem grupos multifuncionais, unidos por dois vínculos unifuncionais: a profissão e a situação, ambas tomadas na sua mais ampla acepção, e por um vínculo fundado na divisão e na estratificação social, isto é, pela existência de um conjunto de direitos e de deveres que se opõem essencialmente aos deveres rigorosamente diferentes de certos outros grupos – classes sociais – da mesma natureza geral “X”.

mesmo a medieval, eram estruturadas em classes. Não eram, como nos dias de hoje, tão fáceis de ser transpostas as barreiras entre as classes, mas nem por isso deixavam de ser transpostas. O que passava é que no começo da sociedade, algumas vezes elas tomavam a forma de estruturação étnica e somente depois de algum tempo a mobilidade vertical tornava-se mais fácil.

CONCEITUAÇÃO DE GURVITCH

G. Gurvitch caracteriza a classe social em função de uma classificação de grupos sociais, baseada em 15 critérios diferentes: 1) conteúdo (grupos uni, multi ou suprafuncionais); 2) envergadura (número de participantes, apresentando três grupos, reduzidos, médios ou extensos); 3) duração (grupos temporários, duráveis ou permanentes); 4) ritmo (grupos de cadência lenta, média ou acelerada); 5) medida de dispersão (grupos à distância, contatos artificiais, reuniões periódicas, reuniões permanentes); 6) fundamento de formação (grupos de fato, voluntários ou impostos); 7) modos de acesso (grupos abertos, acesso condicional ou grupos fechados); 8) grau de exteriorização (grupos inorganizados não estruturados, grupos inorganizados estruturados, grupos parcialmente organizados ou grupos completamente organizados); 9) funções (grupos de parentesco, localidade, atividade econômica, grupo intermediário entre atividade fraterna e atividade econômica, grupo de atividade não lucrativa, místico, estático ou de atividade fraterna); 10) orientação (grupos de divisão ou de união); 11) modo de penetração pela sociedade global (grupos refratários à penetração, submetidos mais ou menos, inteiramente submetidos à penetração pela sociedade global); 12) compatibilidade (inteiramente compatíveis entre si, parcialmente compatíveis, incompatíveis entre si ou exclusivos); 13) modo de constrangimento (grupos dispendo de constrangimento condicional ou incondicional); 14) princípios de organização (grupos de dominação ou de colaboração); 15) grau de unidade (grupos unitários, federalistas ou confederalistas).

Desses 15 característicos dos grupos sociais, usa onze deles para definir classe social:

La classe est pour nous un groupement: 1) supra-fonctionnel; 2) étendu en nombre; 3) permanent; 4) à distance; 5) de fait; 6) ouvert; 7) inorganisé mais structuré (sauf lorsqu'il est en germe); 8) de division; 9) normale-

ment réfractaire à la pénétration par la société globale (sauf lorsqu'il est au pouvoir); 10) radicallement incompatible avec les autres classes; 11) ne disposant à l'égard de ses membres que de la contrainte conditionnelle. (GURVITCH. La Vocation Actuelle de La Sociologie, 1950, p. 345)¹⁴.

Esta definição de Gurvitch, muito descritiva, é, não há dúvida, uma das melhores até hoje expostas. Cuvillier (*Où va la Sociologie Française?*, 1953, p. 151 e segs.) critica tal definição, por não haver Gurvitch dado a importância necessária ao fator econômico, pois o subestimou, tanto que não o incluiu como característico especial, embora se encontre no número nove de sua classificação de grupos.

De outra parte, sua definição é, infelizmente, de difícil compreensão; Gurvitch reconhece, em seu último trabalho, que sua fórmula nem sempre foi bem-compreendida. Apresenta nova definição que se assemelha, na sua estrutura à da *Vocation Actuelle*... Acrescenta a esta o característico da consciência coletiva nas classes, frisa o aparecimento das classes só nas sociedades industrializadas e ressalta as funções econômicas. Sua última fórmula é bem mais vasta que a primeira e nem por isso menos obscura. Ei-la:

*Les classes sociales sont des groupements particuliers de très vaste envergure représentant des macrocosmes des groupements subalternes, macrocosmes dont l'unité est fondée sur leur supra-fonctionnalité, leur résistance à la pénétration par la société globale, leur incompatibilité radicale entre eux, leur structuration poussée impliquant une conscience collective prédominante et des oeuvres collectives spécifiques; ces groupements, qui n'apparaissent que dans les sociétés globales industrialisées où les modèles techniques et les fonctions économiques sont particulièrement accentués, ont en plus les traits suivants: ce sont des groupements de fait, ouverts, à distance, de division, permanents, restant inorganisés, ne disposant que de la contrainte conditionnelle. (GURVITCH, *Déterminismes Sociaux et Liberté Humaine*, 1955, p. 178)¹⁵.*

14 A classe é para nós um agrupamento: 1) suprafuncional; 2) numericamente extenso; 3) permanente; 4) à distância; 5) de fato; 6) aberto; 7) inorganizado mas estruturado (salvo quando está em germe); 8) de divisão; 9) normalmente infenso à penetração pela sociedade global (salvo quando está exercendo o poder); 10) radicalmente incompatível com as demais classes; 11) só dispondo, em relação a seus membros, de coerção condicional.

15 As classes sociais são agrupamentos particulares de envergadura muito ampla, representando macrocosmos de agrupamentos subalternos, macrocosmos cuja unidade funda-se na sua suprafuncionalidade, sua resistência à penetração pela sociedade global, sua recíproca incompatibilidade radical, sua profunda estruturação, implicando uma consciência coletiva predominante e obras coletivas específicas; esses agrupamentos, que só aparecem nas sociedades globais industrializadas, nas quais os modelos técnicos e as funções econômicas são particularmente acentuados, possuem ademais os traços seguintes: são agrupamentos de fato, abertos, à distância, de divisão, permanentes, permanecendo inorganizados, só dispondo de coerção condicional.

DEFINIÇÃO

Definimos classe social como um grupo hierárquico, mais ou menos aberto, de grande número de pessoas, de ambos os sexos e todas as idades, com *status* semelhantes provenientes de família, profissão ou riqueza, apresentando cultura própria.

É um grupo hierárquico, porque as classes pressupõem estratificação e umas estão sempre sobre as outras. Nunca se encontram em níveis iguais.

São mais ou menos abertas, isto é, há maior ou menor possibilidade de circulação entre as diferentes classes.

A classe compõe-se sempre de número elevado de pessoas, não havendo, entretanto, quantidade certa. As classes mais altas apresentam geralmente menor número de pessoas do que as inferiores. Essas pessoas são de diferentes idades; de ambos os sexos, pois, modo geral, os membros da família pertencem à mesma classe que o cabeça da família.

Os membros de cada classe têm *status* semelhantes, sendo que, no espaço-tempo social de uma sociedade, encontram-se em posição análoga.

São reconhecidos porque apresentam maneira de sentir, pensar e agir próprias. Têm, portanto, cultura comum no sentido da Antropologia Social.

CAPÍTULO III

CLASSIFICAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS – INTRODUÇÃO – CLASSIFICAÇÃO TRIPARTIDA DAS CLASSES SOCIAIS

CLASSIFICAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS - INTRODUÇÃO

Vimos quão variáveis são as definições de classes sociais. Não menores em número e em compreensão se encontram as classificações de classes. Marx que, indiscutivelmente, foi dos pensadores que melhor viram o fenômeno das classes e seus choques, usa diversos termos para distinguir as várias classes. No *Manifesto Comunista* fala somente em burguesia e proletariado, afora as classes médias em declínio. No *18 Brumário de Luís Bonaparte* discrimina, na França do Segundo Império, cinco classes: camponesa, pequena burguesia, aristocracia rural, burguesia capitalista e proletariado. Já na *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, só no grupo dos agricultores, nota quatro classes: grandes camponeses, pequenos camponeses, servos, trabalhadores agrícolas nômades. (Cf. CHAIX-RUY, J. *Les Classes Sociales et l'Origine de l'Inégalité*. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 1953, v. XIV, p. 79).

Como vemos, Marx não se preocupou em dar uma classificação precisa das classes. Daí porque aglutina subgrupos da mesma classe como sendo classes diversas.

Gurvitch, em quem se reconhece um estudioso dos mais profundos da Sociologia e do Direito moderno, não cuidou em dar classificação precisa das classes. No seu último livro *Déterminismes Sociaux et Liberté Humaine*, acidentalmente usa os seguintes termos para as classes: burguesa, camponesa, classes médias, operária, dos latifundiários (sucessores da nobreza feudal). Reconhece que se está formando uma nova classe, a dos técnicos-burocratas (*managers*).

Sorokin dá a seguinte classificação de classes sociais: a) classe dos trabalhadores industriais ou proletários; b) classe dos camponeses e reideiros; c) classe dos latifundiários, em via de desaparecimento; d) classe capitalista, que se está transformando na classe dos técnicos-burocratas (*managers*).

Reconhece, também, que cada uma pode ser dividida em subclasses. Esta classificação, como a de Gurvitch, prende-se, quase sem modificação, a

uma das estabelecidas por Marx. Não emprega, Sorokin, em sua classificação, o grupo das classes médias, incluindo, na classe proletária, grupos que não são considerados como tais, assim como os membros de profissões liberais, pequenos funcionários e mesmo empregados de escritórios. (SOROKIN. *Qu'est-ce qu'une Classe Sociale?* In: Cahiers Internationaux de Sociologie, 1947, v. II, p. 83).

Richard Centers, no seu estudo sobre a estrutura das classes americanas, adota a seguinte classificação: classe alta, média, classe trabalhadora e classe inferior. (The American Class Structure. In: *Readings in Social Psychology*. NEW-COMB; HARTLEY. (Org.), 1947, p. 483).

CLASSIFICAÇÃO TRIPARTIDA DAS CLASSES SOCIAIS

Já Aristóteles notava que todas as cidades compreendem certo número de famílias, de onde se formam os habitantes, os quais necessariamente são: uns ricos, outros pobres e os restantes constituindo a classe média. (*La Politique*, trad. francesa Garnier, p. 225). Esta divisão tripartida tem sido, geralmente, seguida pela grande maioria de pensadores. É claro que não se adota hoje, como o fez o estagirita, somente o fator riqueza para discriminação das classes.

Ainda há pouco, num artigo bastante citado, Mendieta y Núñez, seguiu tal classificação, repartindo as classes em: alta, média e inferior. (The Social Classes. In: *American Sociological Review*, abril, 1946, p. 171). O sociólogo brasileiro Guerreiro Ramos também a aceita. (*Sociologia do Orçamento Familiar*, 1950, p. 69). Achamos que, para um estudo geral, pode ser adotada a classificação tripartida, mas com os seguintes dizeres: bloco das classes altas, bloco das classes médias e bloco das classes inferiores.

O bloco das classes altas compreende, em geral, os capitalistas, dirigentes de grandes indústrias, grandes proprietários, altos funcionários, alta magistratura, alto clero, oficiais de alta patente, membros proeminentes das classes liberais, da intelectualidade e das artes.

O bloco das classes médias é geralmente composto dos membros do comércio e indústria médios, profissionais liberais, oficiais das Forças Armadas, funcionários públicos em geral, clérigos, chefes técnicos de oficinas, pessoal de escritório e professores. O bloco das classes inferiores é composto, modo geral,

por operários das cidades, trabalhadores do campo, funcionários públicos subalternos. Entre estes blocos de classes não há uma demarcação certa, precisa. A inclusão das diferentes categorias sociais, nos três blocos de classes, se bem que seja genérica, foi elaborada com os olhos voltados para a realidade brasileira.

Ralph Beals, num estudo sobre a estratificação social na América Latina, incluiu uma classificação das classes sociais no Brasil. Ei-la:

BRASIL ¹⁶

Rural

Urbano

A elite da classe alta tende a definir-se racialmente, embora ideologicamente se oponha à discriminação em questões econômicas e políticas.

Grandes proprietários de terras que se voltam para a indústria, para as altas finanças e para o comércio. Altos funcionários do Governo, dignitários eclesiásticos, altas patentes das Forças Armadas, muitos profissionais liberais, número decrescente de intelectuais.

Pessoal de direção, inclusive alguns antigos fazendeiros da classe alta
Funcionários Públicos.

Profissionais liberais, clérigos, oficiais das Forças Armadas, professores primários e secundários, pequenos fazendeiros, comerciantes.

Pessoal de direção

Funcionários públicos (médios)

Varejistas

Alguns profissionais liberais e intelectuais

Professores primários e secundários

Técnicos e parte do pessoal de serviço

Empregados "de colarinho e gravata"
(*white collar workers*)

(Crescente afrouxamento das barreiras)

Negros, mulatos e mestiços com poucas barreiras ao intercasamento; pequena discriminação.

Pequenos negociantes

Pequenos sítiantes

Trabalhadores de roça

Funcionários públicos subalternos

Pequenos varejistas

Artesãos

Grupos operários.

Grandes grupos rurais e urbanos de indivíduos extremamente pobres".

¹⁶ As linhas horizontais contínuas significam barreiras efetivas ao movimento vertical; as linhas interrompidas significam mobilidade fácil. (*Sociologia*, ago. 1954, p. 231).

Aceitamos esta classificação para o Brasil, mas com a ressalva, que reputamos essencial, qual seja, a de que **não há uma barreira efetiva entre as classes altas e as classes médias.**

Notamos, nos dias de hoje, que, no Brasil, os altos funcionários do Governo, dignitários eclesiásticos, altas patentes das Forças Armadas, profissionais liberais, em grande número provêm ou são descendentes de membros dos blocos das classes médias ou, mesmo, das próprias classes inferiores. Os grandes industriais e comerciantes encontram-se na mesma situação.

CAPÍTULO IV

CARACTERÍSTICAS DAS CLASSES

Há, entre as classes, diferenças sensíveis, no tocante aos característicos antropométricos, psicológicos e culturais. Quanto aos dados antropométricos, grande é o número de trabalhos feitos procurando conhecer as variações físicas entre os indivíduos pertencentes às diversas classes. Obra clássica sobre o assunto é a de Niceforo *Les Classes Pauvres* que, apesar de publicada no começo deste século, ainda tem muito de atual. Por ela e por outros trabalhos, ficamos sabendo que as classes altas, em média, têm maior altura, maior peso e maior capacidade craniana. Nas próprias elites das classes altas, a aristocracia apresenta-se com maior altura do que a média dos membros da burguesia.

De Boldrini tiramos os seguintes dados:

Nella tabela seguente, i caratteri medi dei membri delle aristocrazie vengono confrontati con i caratteri dei rischi dell'Istituto Nazionale delle Assicurazioni, supponendo che questi offrano un vasto campione di quella borghesia italiana da cui provengono quasi tutte le élites, eccetto quella dela nascita.

Caracteres médios das aristocracias italianas

	Número dos casos	Estatura média cm	Peso médio Kg	Relação peso-estatura Kg/%
Nobres (príncipes, duques, cavaleiros de Malta)	122	174,6	70,5	40,4
Homens de negócios	114	171,5	72,4	42,3
Homens políticos (ministros, senadores, deputados, altos magistrados, prefeitos)	311	171,2	74,3	43,3
Artistas	109	170,3	68,3	40,0
Pessoal científico das Universidades	1.749	170,3	69,8	41,2
População de controle (segurados)	98.374	166,5	71,1	42,7

BOLDRINI, M. *Biometria e Antropometria*, Milão, 1934, p. 429.

As classes altas apresentam também mais fortaleza física e saúde e maior vitalidade do que as classes inferiores. A duração de vida é mais elevada nas classes altas do que nas baixas. A mortalidade é mais baixa nas classes altas do que nas classes inferiores. As classes altas, de modo geral, apresentam maior índice de inteligência do que as classes inferiores.

Sorokin que, em sua *Social Mobility*, nos dá um apanhado geral destas diferenças, no que se refere aos dados psicológicos; entre outros aspectos, resume alguns no seguinte:

Except during the period of decay, the upper classes are richer with strong, ambitious, bold and adventurous characters; with hard, severe and non-sentimental natures; with insincere and cynical men. In the period of decay, this difference disappears. The upper classes – become soft, sincere, humanitarian, timid and cowardly. Such aristocracy is usually put down and superseded by the newcomers of usual type of character. (SOROKIN, op. cit. p. 312)¹⁷.

A diferença entre os membros das diversas classes, no dizer de antigos racistas, era em virtude de fator hereditário. Apresentavam maior vitalidade, mais força porque eugenicamente eram superiores. Estudos modernos, feitos no campo da Biologia e da Sociologia, têm demonstrado que não eram verdadeiras aquelas afirmações. Viu-se que o fator ambiente, o fator cultural é, em certo sentido, predominante. São clássicos, hoje, os trabalhos de Boas, principalmente quando demonstrou que os filhos dos imigrantes europeus, que foram para os Estados Unidos, apresentavam um novo tipo antropológico, porque encontraram melhor alimentação, padrão de vida mais elevado, mais perfeitos cuidados médicos. (BOAS, *Race, Language, and Culture*). Importantes também foram os estudos feitos sobre gêmeos – criados no mesmo meio ou criados em ambientes diferentes. Gêmeos univitelinos, vivendo em separado, apresentaram diferenças em peso, saúde, quociente de inteligência e mesmo grande diferença de personalidade. (NEWMAN, Horatio. *Uniformities and Variations under Differing Social Influences*. In: *Readings in Social Psychology*, 1947). Portanto, os indivíduos das classes superiores apresentam física e intelectualmente melhores índices físicos do que os das classes inferiores, em virtude de viverem em condições melhores. Não há dúvida, entretanto, que, em certos caracteres influi a herança. E de outra parte, estamos falando em média e em tese.

Culturalmente, as diferenças entre as classes são mais pronunciadas, porque, de modo geral, seus membros têm rendas diversas e apresentam níveis de vida muitas vezes contrastantes. No que se refere às despesas, conforme

¹⁷ Exceto durante o período de decadência, as classes altas são mais ricas com índoles fortes, ambiciosas, ousadas e aventureiras; com naturezas duras, severas e nada sentimentais; com homens insinceros e cínicos. No período de decadência, esta diferença desaparece. As classes altas tornam-se flexíveis, sinceras, humanitárias, tímidas e covardes. Essa aristocracia é geralmente rebaixada e suplantada pelos recém-chegados de caráter comum.

a situação social, são conhecidíssimas as chamadas “Leis de Engel”. Maurice Halbwachs retificou algumas das Leis de Engel, em diversos pontos (*L'Évolution des Besoins dans les Classes Ouvrières*, 1933, cap. II). Continuou caracterizado que a percentagem das rendas gastas com alimentação é maior nas classes pobres do que nas outras classes e que as despesas diversas, isto é, cuidados do corpo, saúde, cultura, distrações, viagens, esporte, transporte são, de modo geral, maiores nos blocos das classes altas, do que nas classes inferiores.

A diferenciação entre as classes vai, também, na maneira de vestir, de se divertir, na localização da residência, e até na linguagem.

O bloco das classes altas caracteriza-se, modo geral, por ter a riqueza, o poder; ser eminentemente dominado pelas convenções sociais; afastamento do trabalho produtivo; formas refinadas. Na política caracteriza-se por ser geralmente conservador. Foi estudado, de maneira especial por Veblen, que o marca pelo ócio, conceituando o ócio como sendo:

Pasar el tiempo sin hacer nada productivo: 1) por un sentido de la indignidad del trabajo productivo, y 2) como demostración de una capacidad pecuniaria que permite una vida de ociosidad. (VEBLEN, Thorstein. *Teoría de la Clase Ociosa*, trad. esp. México, 2. ed. p. 41)¹⁸.

Este ócio, as classes elevadas empregam de maneira vária, conforme o tipo de sociedade: em guerras, em política, em direção de fábricas, em distrações.

Halbwachs tem as seguintes palavras sobre esse bloco de classe:

*Es la clase más elevada, la más rica, la que ejerce las funciones más importantes. Púdesela llamar **dirigente** no solo porque posee más potencia y autoridad material, política y económica, sino porque sus maneras de pensar se imitan y en ellas se inspiran las clases menos elevadas.* (*Las clases sociales*, trad. esp. México, 1954, p. 67)¹⁹.

Mendieta y Núñez resume muito bem o sistema de vida das classes superiores da seguinte maneira:

[...] 1) possession of wealth, worldly possessions, capital, power; 2) a refined form of material and moral living permitting satisfaction of the human needs, individual and collective by means of the enjoyment of the best things; 3) a feeling of safety and of pride of class; 4) an organic reflection, in the physical aspect, in manners, of the above mentioned

18 Passar o tempo sem fazer nada produtivo: 1) por um sentido da indignidade do trabalho produtivo, e 2) como demonstração de uma capacidade pecuniária que permite uma vida de ociosidade.

19 É a classe mais elevada, a mais rica, a que exerce as funções mais importantes. Pode-se chamá-la **dirigente** não somente porque possui mais potência e autoridade material, política e econômica mas porque suas maneiras são imitadas e nelas se inspiram as classes menos elevadas.

characteristics until constituting selective types differentiated as a result of "social culture"; 5) conduct dominated by social conventions rigorously observed, i. e., a life of frequent intercourse within limited circles; 6) constant preoccupation about keeping up appearances; 7) a reactionary and conservative spirit. (MENDIETA Y NÚÑEZ, op. cit. p. 172)²⁰.

No estudo de Centers, sobre a estrutura da classe americana no tocante à parte política, vemos que os grandes comerciantes e industriais, portanto, do bloco das classes mais elevadas, são, em regra, conservadores ou ultraconservadores, numa média de quase 90%.

O bloco das classes médias, como vimos anteriormente, abarca um número grande de subclasses. O conceito das mesmas é muito fluido. Em inquéritos realizados por vários sociólogos, nos quais se perguntava aos entrevistados a que classe pertenciam, grande maioria se incluía na classe média. No citado estudo de Centers foi notado que, nos Estados Unidos da América do Norte, 3% da população se considerava classe alta, 43% da classe média, 51% da classe trabalhadora, 1% da classe inferior e 2%, vários. No inquérito realizado pela revista americana *Fortune Magazine*, em que se fez à população a indagação a que classe pertencia, a resposta foi que 7,3% se consideravam da classe alta, 70,4% da classe média e 22,3% da classe inferior. (Cit. in OGBURN; NIMKOFF. *Sociology*, 1946, p. 331). A preocupação dos componentes das classes médias, em geral, é de imitar o sistema de vida da classe superior. Veblen notava que, impossibilitado o marido da família de classe média, de viver em ócio, porque levado a se dedicar a um trabalho produtivo, entregava-se a mulher a esse ócio vicário. Dão-se os membros das classes médias aos estudos, à técnica, às profissões liberais, não só como meio de conseguirem elemento material para viverem, mas também com a preocupação de se elevarem dentro da "pirâmide social". Se, de uma parte se caracterizam pela moderação, pela ordem, pelas virtudes marcadas pelo que se chama de "pequeno burguês", é dentre os membros dos blocos dessa classe que têm saído os doutrinadores e reformadores sociais. Dentre as subclasses das classes médias notamos, no referente à política, variações. Os pequenos comerciantes e industriais são conservadores.

²⁰ [...] 1) riqueza, posses mundanas, capital, poder; 2) uma forma refinada de vivência material e moral permitindo a satisfação das necessidades humanas, individuais e coletivas por meio do gozo das melhores coisas; 3) um sentimento de segurança e de orgulho de classe; 4) um reflexo orgânico, no aspecto físico, nas maneiras, das características mencionadas acima, até constituírem tipos seletivos diferenciados como resultado da "cultura social"; 5) conduta dominada pelas convenções sociais rigorosamente observadas, isto é, uma vida de relacionamento social frequente em círculos limitados; 6) constante preocupação em manter as aparências; 7) um espírito reacionário e conservador.

Já os profissionais liberais e os funcionários desse bloco de classes são em parte conservadores e em parte radicais. Notamos, no cenário político brasileiro, a confirmação do que dissemos e, mais ainda: foi do grupo das classes médias que, em sua maioria, saíram os atuais dirigentes da política brasileira. Outro traço distintivo interessante é que também para o oficialato das Forças Armadas se dirigem membros, em seu maior número, vindos das classes médias.

A classe inferior é, conforme falamos, formada, em sua maioria, de pequenos funcionários e trabalhadores manuais das zonas rurais e urbanas. Em virtude de os filhos terem que começar a trabalhar com pouca idade, a instrução é de nível muito mais baixo do que a das outras classes. Nota-se que, com a industrialização e urbanização, agrupando um número elevado de operários, foi pouco a pouco se criando uma consciência desta classe. Dirigidos ou por líderes da própria classe ou de outras classes superiores lutam por melhores condições de vida. Essa consciência de classe está formando um novo tipo de líder. Antes, quando pessoas, pela sua instrução, pela sua combatividade, se ressaltavam, faziam questão de subir para a outra classe, enquanto que, como já dissemos, hoje se nota que em alguns dos líderes dessa mesma classe não há a preocupação de sair dela.

Não há dúvida que existe uma antropometria, uma psicologia e uma cultura próprias a cada bloco de classes.

CAPÍTULO V

MOBILIDADE SOCIAL – CANAIS DE ASCENSÃO

MOBILIDADE SOCIAL

Conforme já falamos em capítulo anterior, há duas espécies de mobilidade social: a horizontal e a vertical. A mobilidade horizontal ocorre quando há mudança duma pessoa ou um grupo, segundo movimento horizontal, sem alteração de sua posição vertical; assim, a conversão do protestantismo para o catolicismo, a mudança de uma localidade para outra, de uma família para outra do mesmo nível social.

A mobilidade vertical é a modificação do *status* duma pessoa ou grupo todo no sentido de ascensão ou descensão.

Esta circulação de pessoas ou grupos pode ser mais ou menos fácil, dependendo da estrutura da sociedade e de suas variações no tempo. Há sociedades em que esta mobilidade vertical é muito difícil. Por exemplo, no período medieval, a mobilidade era muito restrita, pois os canais de ascensão eram poucos e as oportunidades, raras. Os canais, que então serviam para as pessoas das classes inferiores se elevarem, eram o militar e o eclesiástico. As barreiras entre as classes eram quase intransponíveis. Mesmo nos dias atuais, nos regimes democráticos, o ensejo não é igual nas diferentes sociedades ocidentais. Há, de fato, mais ocasiões e oportunidades nos países americanos que nos europeus. As sociedades mais novas apresentam mais facilidades. Nos Estados Unidos da América do Norte autores há que estão notando que a mobilidade vertical já não é tão grande quanto o era em anos atrás. As possibilidades de o trabalhador chegar a grande industrial, na América do Norte, não são tão numerosas quanto o eram no tempo de seus pais. Há mais dificuldade em se fazer grandes fortunas em pouco tempo. (CHINOY, Ely. *Social Mobility Trends in the United States*. In: *American Sociological Review*, abril 1955).

Realmente, se há dificuldade na formação de grandes fortunas, aparecem novas categorias sociais que se incluem na alta classe, havendo ampliação de outras categorias, como o aumento do número de altos funcionários, oficiais

de alta categoria e dos *managers*. A sociedade americana, no dizer de Peter Drucker, transforma-se em sociedade de empregados (The Employee Society. In: *The American Journal of Sociology*, janeiro 1953). Neste ponto está de acordo com a tese de Burnham, conforme veremos depois.

No Brasil também as barreiras são frouxas, havendo possibilidade de ascensão. Porque em sociedade em crescimento aparecem continuamente novas categorias sociais nas classes altas e há ampliações das já existentes. Mesmo existindo grande fertilidade entre os membros da classe alta, estes podem preencher todos os lugares da elite, conforme pensa Lynn Smith (Algumas tendências sociais correntes na América Latina. In: *Sociologia*, agosto 1954), ao menos no que se refere ao Brasil.

CANAIS DE ASCENSÃO

Diferentes são os canais pelos quais se processa a mobilidade social: família, corporações militares, religião, escola, política, burocracia, comércio, indústria, artes. A família foi quase sempre um dos canais de fixação dum *status* da pessoa. O nascer e o se formar dentro de uma família pertencente a uma determinada classe, coloca a pessoa dentro dessa mesma classe, da qual fará ela parte. Há maiores possibilidades de continuar a pertencer a esta classe do que ascender ou descer para outra classe. Ainda no tocante à família, uma maneira de mobilidade é o casamento. Pessoas de classes diferentes que se unem sobem ou descem na hierarquia social.

A carreira militar foi, quase sempre, um canal de elevação social das pessoas. A entrada no oficialato das Forças Armadas representa um meio de subir, para aqueles que não pertencem à classe elevada. Em época de guerra, essa mobilidade é maior e torna-se mais fácil, porque o quadro se torna maior e os militares têm mais prestígio. Houve sociedades em que o oficialato das classes armadas era casta. Nos países democráticos, principalmente nos dias de hoje, é o canal militar um dos que melhor servem de meio para subir das classes inferiores.

O ministério religioso foi, e de certa maneira continua ainda a ser, meio de mobilidade social. Durante a Idade Média foi um dos principais fatores de que se serviram membros de classes inferiores para ascender, para subir. Hoje

já não é usado o ministério religioso em tão grande escala, para ascensão na classe social.

Nas sociedades democráticas modernas, o fator preponderante de mobilidade social é a educação. Com as facilidades que se apresentam aos membros das classes inferiores, em comparação com há algum tempo atrás, de se instruírem, e de se formarem, grande é o número de pessoas das classes inferiores e médias de se elevarem a posições altas. Quanto mais acessível for a instrução, principalmente secundária e superior, às classes inferiores, de modo melhor as pessoas dessas mesmas classes conseguem, com o esforço pessoal, alcançar elevadas posições.

A política tem atualmente servido de meio de elevação das classes médias e inferiores à elite governamental. Pelo trabalho de Guttmann, feito sobre a estrutura de classes dos membros do Gabinete Britânico de 1886 a 1935, ficamos conhecendo que a percentagem de descendentes de pais das classes médias e trabalhadoras é cada vez maior, naquele gabinete:

Gabinete	Ano	Aristocracia	Classe Média	Classe Trabalhadora	Total
Gladstone	1886	9	6	-	15
Salisbury	1886	10	5	-	15
Gladstone	1892	9	8	-	17
Salisbury	1895	8	11	-	19
Balfour	1902	9	10	-	19
Campbell-Bannerman	1906	7	11	1	19
Asquith	1914	6	12	1	19
Lloyd George	1919	3	17	1	21
Bonar Law	1922	8	8	-	16
MacDonald	1924	3	5	11	19
Baldwin	1925	9	12	-	21
MacDonald	1929	2	4	12	18
Ministério Nacional	1935	6	10	2	18

The Changing Social Structure of the British Political Élite, 1886-1935. In: *The British Journal of Sociology*, junho, 1951, p. 125.

A burocracia serve de canal de mobilidade, em especial naqueles países em que o concurso é meio de se introduzir nela, e em que se aproveitam, nas promoções, os elementos de maior valor.

Atualmente, a maneira pela qual se eleva maior número de membros de classes inferiores é a indústria e o comércio. A riqueza foi sempre fator de promoção de *status*. No regime industrial capitalista tornou-se mesmo o principal. Não podemos esquecer, como canal de mobilidade, as artes. Os grandes artistas são colocados no ápice da sociedade.

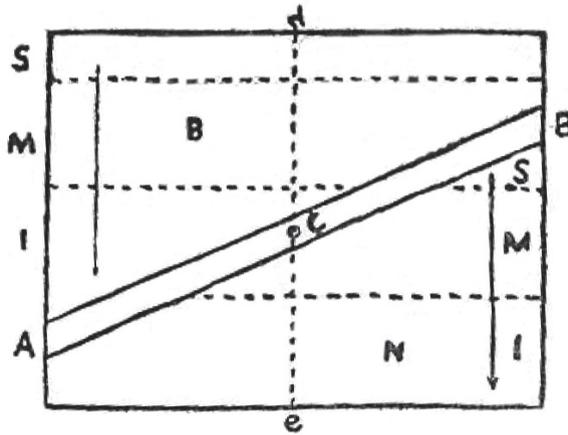
Porque estudamos mobilidade social e mais adiante veremos a influência de maior ou menor facilidade de movimentos, sobre os poderes de fato, necessário se faz que se dediquem algumas linhas ao fator racial, como barreira. Em determinadas sociedades modernas se encontram grupos de diferentes raças humanas. É sabido que a cor da pele é que aparentemente as diferencia com mais facilidade. Quando, nessas sociedades, se encontram grupos brancos e pretos, tem-se notado, em algumas delas, a formação de verdadeiras castas. Nos Estados Unidos, houve formação de castas mesmo depois da abolição da escravidão. Levavam os indivíduos, das duas diferentes raças, vidas segregadas. O elemento negro, mesmo que conseguisse fortuna, cultura ou se notabilizasse como artista, não se elevava às elites, porque não se equiparava aos brancos. Hoje já existe uma reação por parte dos próprios Poderes Públicos para que haja igualdade entre os indivíduos das duas raças. Já no Brasil não ocorre isso. Nossa separação é de classe. As pessoas de raça negra ou mulatos que conseguem fortuna, ou se tornam altos funcionários, ou grandes profissionais liberais, ou artistas consumados pertencem às elites, como os elementos brancos. O que Thales de Azevedo escreve sobre a Bahia, podemos ampliar para todo o Brasil.

A sociedade baiana é uma sociedade multirracial de classes, em que realmente não há castas, isto é, grupos fechados, cujos componentes são hereditariamente classificados e não têm possibilidade de mudar a sua localização social ou de passar para outros grupos; as pessoas de cor têm o seu *status* condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com os brancos. (*As elites de cor*, 1955, p. 195). (No mesmo sentido PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia*, trad. bras. 1945, e HARRIS, Marvin et al. *Race et Classe dans le Brésil Rural*).

Aqueles canais de ascensão social de que falamos tanto servem para o branco como para os outros membros de outras raças no Brasil.

Há dentro do sistema de classe dos Estados Unidos da América do Norte, principalmente da zona sul, do *Deep South*, um sistema de casta. Lloyd Warner apresenta a este respeito um diagrama que ilustra e clareia muito bem o assunto:

A melhor maneira de apresentar as relações existentes entre esses dois tipos de estratificação social como existem no *Deep South* é o gráfico que se segue. As linhas diagonais separam a casta negra inferior (N) da casta branca superior (B), e as duas linhas interrompidas em cada segmento separam as três classes gerais (superior, média, inferior) entre si em cada casta. As duas setas verticais de duas pontas indicam que o movimento ascendente e descendente nas classes dentro de cada casta podem ter e realmente têm lugar, e que é socialmente sancionado, mas que não há movimento ou casamento entre os dois segmentos. (Casta e Classe. In: *Estudos de organização social*, PIERSON, Donald (Org.), tomo II, p. 420).



Relação entre o sistema de castas e o sistema de classes no *Deep South*. (Este diagrama não pretende descrever relações quantitativas entre os grupos. Indica antes as posições relativas no espaço social vertical e permite uma rápida análise das relações de superordinação e subordinação entre as camadas da sociedade).

Este aspecto da sociedade americana é bastante conhecido, e se demos tão grande citação, é porque desde já defendemos nossa posição quando em capítulo posterior criticaremos Maclver.

CAPÍTULO VI

MARX – O ESTADO: INTERPRETAÇÃO MARXISTA.

MARX

Raymond Aron, em artigo publicado no *The British Journal of Sociology* frisava que ultimamente têm aparecido estudos empíricos acurados sobre as classes, mas nenhum destes pode substituir as velhas teorias de Pareto e Marx. Não resta dúvida, Marx, vivendo no período em que a indústria tomava bastante incremento, e em que o capitalismo chegava a seu apogeu, no momento em que se faziam sentir os choques de classes, soube ver com clareza alguns pontos do problema.

Karl Marx nasceu em Treves, na Renânia em 1818. De família judaica, porém convertida ao protestantismo, possivelmente por motivos políticos. Seu pai era advogado. Em virtude de relações que seu pai mantinha com um barão renaniano, a juventude de Marx decorreu em ambiente de alta burguesia, ligada à aristocracia, no meio de cultura e atividade intelectual. Estudou Direito em Bonn e Berlim. Embrenhando-se pela Filosofia, foi influenciado pelo pensamento hegeliano. Lançou-se à política, escrevendo em jornais. Revolucionário, foi obrigado a sair da Alemanha. Passou-se a Paris, onde verdadeiramente entrou em contato com o socialismo e o comunismo. Daí foi para Bruxelas e de lá para Londres, onde ficou até o fim da vida. Nesta última capital, tornou-se amigo de Engels, cuja ligação tanta influência teve sobre ambos. O pensamento de um tornou-se complemento do pensamento do outro.

Não vamos estudar aqui toda a obra de Marx: sua filosofia, sua sociologia, sua economia, sua política. Isto é assunto contraditório em histórias do socialismo, em tratados de economia e de política e de história da filosofia. A influência de Marx neste sentido foi profunda, e não se pode deixar de reconhecê-la. Razão assiste a Henri Lefebvre (LEFEBVRE. *La Pensée de Karl Marx*, 1946, p. 56), quando critica historiadores de Filosofia, como Bréhier, que não dão o devido lugar a Marx.

A nós, a nosso trabalho, só nos interessam suas reflexões ao lado das de Engels e de seus seguidores, enfim, o pensamento marxista no que tange às

classes sociais e suas relações com o poder político. Marx não deu uma definição precisa de classe social. Foi, não resta dúvida, quem com mais acuidade levantou o problema das classes, mas em suas obras não apresentou uniformemente o conceito e o número de classes. Possivelmente pretendia fazê-lo no capítulo intitulado *As classes* que se encontra, inacabado, no final de *O capital*.

Razão tem Gurvitch, quando diz que:

On sait que malgré le rôle primordial joué par celles-ci, par leurs luttes et leurs idéologies, dans toutes ses analyses philosophiques, sociologiques, économiques et historiques, Marx n'en donne pas une interprétation uniforme dans ses différents écrits, et que ses conceptions sur leur formation, sur leur rôle, sur leur nombre, ont varié. (La Vocation Actuelle de la Sociologie, p. 341)²¹.

A sociologia marxista é baseada no materialismo histórico. Por este princípio, todos os acontecimentos importantes da história foram condicionados pelas classes sociais, ou pelos homens que as representam. Toda pessoa tem um papel e uma função na divisão do trabalho, isto é, na organização da sociedade. Aqueles, pois, que se encontram nas mesmas condições de existência formam uma classe. Surge, de outro lado, uma consciência própria de classe, principalmente quando na formação, uma classe entra em choque com outra. Daí, ser a história uma luta contínua de classes. No célebre *Manifesto Comunista* – ao qual nenhuma obra marxista, nem mesmo *O capital* pôde substituir até o fim do século XIX, no dizer de Chevallier (*Les Grandes Oeuvres Politiques*, p. 286) – publicado em 1848, de autoria de Marx e Engels, há a exposição clara da teoria. Inicia, o capítulo primeiro, intitulado *Burgueses e proletários*, com a declaração:

A história de toda sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre-artesão e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos estiveram em oposição constante uns contra os outros e travaram uma luta sem quartel, às vezes dissimulada, às vezes aberta, que terminava sempre por uma transformação revolucionária da sociedade inteira e pela destruição comum das classes em luta.

A sociedade capitalista burguesa, que saiu das ruínas da sociedade feudal, substituiu o antagonismo das antigas classes por duas novas: a burguesia e o proletariado.

21 Sabe-se que apesar do papel primordial que desempenham pelas suas lutas e suas ideologias, em todas as suas análises filosóficas, sociológicas, econômicas e históricas, Marx não dá uma interpretação uniforme nos seus diferentes escritos, e que suas concepções sobre sua formação, seu papel, seu número, têm variado.

Se Marx não definiu as classes, seus continuadores, porém, o fizeram. Já vimos uma delas, a de Boukarine. Semelhantes encontraríamos em outros marxistas, como Lenine (ROSENTHAL; IUDIN. *Dicionário Filosófico Marxista*, trad. esp. Montevideo, p. 45), em que o acento recai sobre o papel que a pessoa desempenha na produção.

Também Marx não ofereceu uma classificação das classes. No *Manifesto Comunista* fala que a sociedade moderna se acha dividida em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado. Reconhece ainda a existência das classes médias, formadas dos pequenos industriais, pequenos comerciantes, pequenos rendeiros, artesãos e camponeses. Fala, porém, que em virtude da grande indústria e da concorrência dos grandes capitalistas, seus elementos irão para o proletariado. Já em *O capital*, adotando como característica a fonte de renda, divide as grandes classes, no regime capitalista de produção, em proletários, os que vivem da força de seu trabalho; os capitalistas, que vivem dos lucros dos capitais; os latifundiários, vivendo da renda da terra. (*El Capital*, trad. esp., México, tomo III, v. II, p. 1021).

No fundo, a grande divisão dos marxistas é entre os que possuem os meios de produção e os que nada possuem além de sua força de trabalho, o proletariado.

O ESTADO

Para os marxistas, no estágio primitivo da humanidade havia o comunismo dos meios de produção e, assim, não se encontravam classes dominadoras e classes dominadas. Em caso de necessidade destes grupos, dirigiam-no os mais capazes.

Com o desenvolvimento da sociedade, e a subsequente divisão do trabalho, os meios de produção foram caindo na mão de grupos. A desigualdade dos trabalhos foi diferenciando as funções de direção de trabalhos materiais. Essas funções superiores, que eram preenchidas pelos que possuíam os meios de produção, tornaram-se hereditárias. Com o tempo, os indivíduos que ascendiam às funções intelectuais, políticas e administrativas, portanto às superiores, faziam-no em virtude de sua riqueza privada e não do seu valor próprio. Assim aparecem as classes e, ao mesmo tempo, o Estado.

O Estado ficou sendo uma emanção da classe dominante. Engels resume:

[...] es el Estado una fuerza de la clase más poderosa, de la que impera económicamente, y que por medio del Estado se hace también clase preponderante desde el punto de vista político, y crea de ese modo nuevos medios de postergar y explotar a la clase oprimida. (Origen de la Familia, de la Propiedad Privada y del Estado, trad. esp. 3. ed., Buenos Aires, p. 198)²².

A tese de Engels, afirmando que os que são economicamente mais fortes, adquirem o poder do Estado, é aceita, sem discussão, pelos marxistas. O professor John Hazard, no seu conhecido livro sobre o Direito soviético diz que, quem quer que estudou ou trabalhou com pessoas cultas da União Soviética, é testemunha de que elas estabelecem, sem qualquer dúvida, uma ligação entre poder econômico e político. Para elas, a propriedade é a instituição fundamental para adquirir e guardar o poder. Ainda o mesmo professor americano informa que os estudos feitos no Ocidente, afirmando não se confundir a propriedade com o poder, não fazem a menor impressão sobre os intelectuais soviéticos. (*Le Droit Soviétique*, tomo II, p. 6).

Para os marxistas, no presente e no futuro, as sociedades modernas passarão por etapas determinadas.

Em primeiro lugar, o Estado democrata burguês que, se de uma parte reflete efetivamente a ditadura da classe dominante, é, por outro lado, obrigado a concordar com os interesses e objetivos políticos das classes dominadas. Daí porque foram toleradas as organizações dos trabalhadores. A burguesia foi a este ponto porque, conforme ensina Levebvre, havia apelado para o povo, quando lutou contra os senhores feudais, admitindo a liberdade de opinião e de expressão do pensamento. Chegará o ponto em que o proletariado, necessariamente tomará o poder e implantará uma ditadura sobre a burguesia, ao mesmo tempo em que derrubará seu sistema econômico, o capitalismo, e o aparelhamento do Estado burguês.

A segunda etapa será a ditadura do proletariado ou o Estado socialista. Os meios de produção pertencem inteiramente ao Estado. Vai havendo o desaparecimento das classes e sua respectiva luta. O poder se encontra, então, na mão da classe proletária, que é a classe dominante. Tal Estado há de preparar o caminho para a terceira etapa, a da sociedade comunista.

22 [...] é o Estado uma força da classe mais poderosa, da que impera economicamente, e que por meio do Estado se faz também classe preponderante do ponto de vista político, e cria deste modo novos meios de postergar e explorar a classe oprimida.

Nesta etapa, que é a terceira, desaparecerá o Estado. Para o pensamento marxista, a expressão “Estado Comunista” não tem sentido, pois a sociedade comunista é caracterizada pela supressão do Estado. A sociedade comunista implica, no dizer de Henri Lefebvre:

1)[...] *la disparition complète des classes et de leurs survivances;*

2) *un prodigieux développement des forces productives (« l'ère de l'abondance », déjà techniquement possible au XX^{èmes} siècle);*

3) *le dépassement de la division du travail en travaux subordonnés (matériels) et travaux supérieurs (intellectuels);*

4) *un épanouissement de l'individu libre dans une société libre, l'individuel ne s'opposant plus au social mais trouvant en lui les conditions de son développement total, de sorte que les dons naturels et spontanés de chacun se trouvent rationnellement et consciemment cultivés (au sens profond du mot « culture »).* (*Le Marxisme*, Paris, 1954, p. 101)²³.

23 1)[...] o desaparecimento completo das classes e de suas superveniências; 2) um prodigioso desenvolvimento das forças produtoras (“a era da abundância”, já tecnicamente possível no século XX); 3) a ultrapassagem da divisão do trabalho em trabalhos subordinados (materiais) e trabalhos superiores (intelectuais); 4) um desabrochar do indivíduo livre em uma sociedade livre, o individual já não se opondo mais ao social mas nele encontrando as condições de seu total desenvolvimento, de maneira que os dotes naturais e espontâneos de cada um encontram-se racional e conscientemente cultivados (no sentido profundo da palavra “cultura”).

CAPÍTULO VII

PARETO

TEORIA DE PARETO

Nelson de Souza Sampaio, em seu erudito trabalho sobre *Ideologia e Ciência Política* nota, com bastante fundamento, que apesar de não ter Vilfredo Pareto deixado obra alguma com o título de Sociologia Política, a parte:

mais interessante do seu volumoso *Tratado de Sociologia Geral* é justamente dedicada ao estudo dos fenômenos políticos ou com estes relacionado, com as suas teorias sobre a estratificação social, os tipos de dominação governamental, a circulação das elites e as revoluções. (p. 146).

Daí o grande espaço que dedica à exposição paretiana, como também o fizeram outros tratadistas, assim como Arturo Enrique Sampay, em sua profunda *Introducción a la Teoría del Estado*.

Não vamos aqui expor o método paretiano, ou a sua teoria completa dos resíduos e derivações como o fez, com amplidão, Sampay. Cingir-nos-emos à teoria das elites e à circulação das mesmas.

Donald MacRae, em artigo na *Current Sociology*, dizia que a teoria de Pareto, sobre as elites, fora previamente preparada pelos *Elementi di Scienza Politica* de Gaetano Mosca. Este mestre da Ciência Política italiana, no dizer daquele sociólogo inglês: “[...] paved the way for the incomplete but fascinating account of elites in Pareto”. (*Current Sociology*, v. II, número I, p. 12)²⁴.

Muitos afirmaram ter Pareto plagiado Mosca. Realmente Pareto não cita Mosca em seu *Tratado de Sociologia* nem o inclui na bibliografia de sua obra. Acontece que o assunto exposto, porém em seus *Elementi*, era mais ou menos tratado em livros de Sociologia Política, como nos de Gumpłowicz, Loria ou Novicow.

Razão tem, possivelmente, o conhecido professor italiano, Alexandre Groppali, quando diz que a Teoria da Circulação das Elites,

²⁴ “[...] preparou o caminho para a incompleta, todavia fascinante descrição das elites em Pareto”.

proposta quase simultaneamente por Mosca e Pareto, sem conhecimento recíproco, foi depois integrada por Gini, o qual, à base de observações estatísticas, demonstrou que a menor proliferação das classes privilegiadas facilita o seu desaparecimento, substituindo-se a elas novas classes mais vigorosas e dinâmicas, acelerando-se, por essa maneira, a modificação social. (*Doutrina do Estado*, trad. bras. 1953, p. 107).

Como é do conhecimento geral, Pareto é chamado de “o pai do fascismo”:

*Vilfredo Pareto, el llamado padre del fascismo, ha fundamentado, en forma penetrante y articulada, este neomaquiavelismo burgués, al hacer depender toda conciencia del “residuo”, del estado general individual-irracional del que obra*²⁵. (HELLER, Hermann. *Teoría del Estado*. trad. esp., México, 1942, p. 26).

De Pareto só nos vai interessar expor sua Teoria da Circulação das Elites. Para isso nos basearemos no seu *Tratado de Sociologia Geral* e no *Précis de Sociologie d'après Vilfredo Pareto*, de Bousquet. Este, numa parte, inspira-se em Sensini, que aprofundou as investigações de Pareto, no tocante às classificações dos homens, conforme o caráter da sociedade.

A sociedade não é homogênea, por isto que os homens diferem, não só fisicamente, mas também sob o ponto de vista intelectual e moral. Divergem, ainda, por suas profissões, rendimentos e educação. Os que possuem tais elementos semelhantes, modo geral agrupam-se em classes e estas possuem sentimentos e interesses opostos. As classes sociais, não sendo completamente separadas, produz-se entre elas, uma circulação intensa.

Classificando os homens segundo suas aptidões profissionais, econômicas, políticas, educativas, vemos que uns poucos indivíduos possuem qualidades positivas em alto grau, um grupo médio as possui em grau medíocre e o maior número as possuem em grau mínimo. Tem-se, então, feita a colocação dos indivíduos, uma pirâmide social, ainda que de forma grosseira. Bousquet resume:

En combinant les trois critères, économique, professionnel et politique, on peut former un « solide social » dont les diverses couches se rapprochent de la réalité et qui présente une classe supérieure, peu nombreuse au sommet, une classe moyenne plus nombreuse, une classe inférieure très nombreuse. (*Précis de Sociologie*, p. 157)²⁶.

25 Vilfredo Pareto, o chamado pai do fascismo, tem fundamentado em forma penetrante e articulada, este neomaquiavelismo burguês, ao fazer toda consciência depender do “resíduo”, do estado geral individual-irracional do qual opera.

26 Combinando-se os três critérios, econômico, profissional e político, pode-se formar um “sólido social” cujas diversas camadas aproximam-se da realidade e que apresenta uma classe superior, pouco numero-

O grupo superior é a elite. Pareto concorda com o conceito de elite que dá Marie Kolabinska, para quem a elite de uma sociedade são as pessoas que têm um grau notável de qualidades de inteligência, caráter, direção e capacidade de todo gênero. Exclui inteiramente toda apreciação sobre os méritos e utilidade destas classes. Pareto subdivide a elite em dois grupos: a elite governante e a não governante.

Há pessoas que pertencem à elite, mas que, por motivos especiais, não influem no Governo. Pareto exemplificava com determinadas amantes de soberanos absolutos ou de homens políticos muito poderosos.

Usando palavra com significado novo podemos dizer que há certas pessoas “bem” que, apesar de pertencerem à elite, não influem politicamente sobre o Governo, ou, conforme a terminologia que empregamos, sobre o poder.

Há uma diferença entre a classificação segundo a aptidão real e a posição efetiva na pirâmide social. Indivíduos que, pelas suas aptidões reais, deviam estar nas classes altas, se encontram nas inferiores. Em compensação, outros, que deveriam estar nas classes inferiores, por lhes faltarem aptidões, encontram-se nas classes superiores. Isso ocorre em virtude de dificuldades, obstáculos encontrados pelos primeiros, e facilidades, pelos segundos:

*La richesse, la parenté, les relations, sont utiles aussi en beaucoup d'autres cas, et font donner à qui ne devrait pas l'avoir l'étiquette de l'élite en général ou de l'élite gouvernementale en particulier. Là où l'unité sociale est la famille, l'étiquette du chef de famille profite aussi à tous ceux qui la composent. (PARETO, *Traité de Sociologie Générale*, Paris, 1919, v. II, p. 1299)²⁷.*

O movimento dos indivíduos de um grupo a outro, a passagem dos mesmos para as classes inferiores e vice-versa é o que Pareto chama de circulação das elites.

Há dois aspectos a notar quanto à circulação das elites:

a. Quando os obstáculos, barreiras, não são muito importantes, a circulação é contínua e os indivíduos bem-dotados ocupam o cume da

sa, na cúpula, uma classe média mais numerosa, uma classe inferior muito numerosa.

²⁷ A riqueza, o parentesco, as relações, também têm utilidade em muitos outros casos, e fazem outorgar, a quem não deveria tê-la, a etiqueta da elite em geral ou da elite governamental em particular. Onde a unidade social é a família, a etiqueta do chefe de família beneficia também a todos os que a compõem.

pirâmide. Este é o caso ideal e a maneira de os capazes ocuparem o poder; como veremos depois, seria no sistema de partidos.

A intensidade do movimento varia segundo a forma de sociedade e em virtude de certos fatores.

b. Se os obstáculos, barreiras, são de difícil transposição, ocorrerá, de um lado, o degeneramento cada vez maior da elite, pois não há circulação normal e de outro lado, a formação de indivíduos capazes em grande número, nas classes inferiores. Isto ocasiona, muitas vezes, revoluções. Assim, as pessoas capazes, das classes inferiores, conseguem tomar, pela violência, o poder e manter-se nele.

A CIRCULAÇÃO DE ELITES E A DEMOGRAFIA

Um dos fatores preponderantes da circulação de elite ou de mobilidade vertical é o demográfico. Tem sido notado que há uma relação entre a reprodutividade das pessoas e as classes sociais a que pertencem. É que as classes altas apresentam uma reprodutividade menor do que as classes médias e estas, menor do que as classes inferiores. Ocorre, então, conforme nos ensina Gini, que as classes elevadas não apresentam o número de membros suficiente, pela sua força reprodutiva e em proporção numérica, com a população total, para exercer suas funções de grupos dirigentes. Dá-se, então, a circulação de indivíduos das classes médias para as altas e das inferiores para as médias.

Vimos atrás que o Professor A. Groppali falara na integração da teoria de Pareto, feita por Gini. Marcello Boldrini, a este respeito, escreve:

Gini ataca mais a fundo o problema das aristocracias, começando por observar que uma corrente ascensional, das classes baixas para as altas, está sempre presente em todas as sociedades, enquanto a corrente no sentido inverso é muito reduzida. Diferentemente do que imaginava Pareto, os aristocratas decaídos, que voltam às fileiras da multidão, representam sempre uma pequena minoria. (*O homem e a sociedade*, Rio, 1950, p. 108).

Não vamos estudar os motivos da fraca reprodutividade das classes altas tão bem-resumidos no trabalho do Professor Henrique Stodiek, *A ascensão da ignorância no mundo contemporâneo*. (*Formação* – Revista Brasileira de Educação, maio de 1953).

Gini frisa que a mudança rápida demais e intensa dos elementos das classes inferiores para as superiores, faz com que sejam prejudiciais à sociedade, porque eles carecem da preparação intelectual e moral para as funções dirigentes. De outra parte, se não há renovação contínua de membros das classes altas, essas se cristalizam em velhas ideias tradicionais e degeneram física e intelectualmente, fazendo estacionária a civilização (GINI, Corrado. *Teorías de la Población*, trad. esp. Madrid, 1952, p. 142-143).

Acreditamos que são certas a teoria de Pareto e a sua integração por Gini, conforme nos dá a observação dos fatos. A teoria deixa ver que barreiras fáceis de serem transpostas, ou, para usarmos a terminologia de Boldrini, quando o diafragma dentre as classes é permeável, temos elites dirigentes saudáveis, progressivas e vigorosas. Melhor ainda, para a sociedade, quando tomam o poder por meio de sistema de partidos, e por intermédio deste sistema sentem o influxo contínuo das massas, das classes proletárias.

CAPÍTULO VIII

HISTÓRICO DO PENSAMENTO TECNOCRÁTICO – TEORIA DE BURNHAM – TECNOCRACIA

HISTÓRICO DO PENSAMENTO TECNOCRÁTICO

Etimologicamente, tecnocracia é o governo exercido pelos técnicos. Poderia perguntar-se o que tem que ver esse assunto num trabalho sobre classes e poder, isto é, num ensaio de Direito Político. Veremos, no decorrer deste capítulo, da sua importância e oportunidade. Tão importante é o assunto que foi tema da Primeira Semana Sociológica, organizada pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica da França. Aí, ao lado de sociólogos puros se encontravam economistas e juristas, e filósofos, como: Maurice Byé, Charles Bettelheim, Jean Fourastié, Georges Friedmann, Georges Gurvitch, Everett Hughes, Harold Laski, Henri Lefebvre, Emmanuel Mounier, André Varagnac, Jacques Vernant, Max Barioux, Pierre de Bie, François Bourricaud, René Clémens, Georges Davy, Georges Duveau, Pierre Francastel, Paul Gemoehling, Jean Hyppolite, Paul Kahn, Maxime Lery, Jean Lhomme, Ignace Meyerson, Pierre Naville, Marcel Prelot, Jean Weiller. Serviu de ponto de referência para as discussões dessa Semana, a obra de Burnham: *The Managerial Revolution*.

Naquela reunião, Georges Friedmann, esse admirável, claro e profundo sociólogo do trabalho, deu uma síntese histórica do pensamento tecnocrata. Parte do conceito de tecnocrata. Diz:

Les technocrates, si l'on considère leur évolution dans l'histoire, sont des doctrinaires qui soulignent l'importance du technique au détriment de l'économique et du politique. (Les Technocrates et la Civilisation Technicienne. In: Industrialisation et Technocratie, direção de GURVITCH, 1949, p. 43)²⁸.

Em virtude da industrialização é que se firmou a tecnocracia, e daí o se exprimir por meio de diferentes doutrinas. Primeiramente, a encontramos de maneira difusa, no socialismo utópico de Saint-Simon. Exaltava ele a indústria em detrimento da política. Os chefes da indústria seriam os dirigentes do Estado,

²⁸ Os tecnocratas, considerada sua evolução na história, são doutrinadores que ressaltam a importância do técnico em prejuízo do econômico e do político.

Ceux qui auront pris la direction effective de l'industrie, prouveront par ce fait même, leur capacité administrative qui, à notre époque, est la première capacité politique. (HALÉVY, Élie. Histoire du Socialisme Européen, 1948, p. 57)²⁹.

O mestre de Augusto Comte, afastando-se do liberalismo, defendia inteiramente os produtores. O regime imaginado era aquele em que os produtores tomavam conta da administração da sociedade futura, que seria uma sociedade industrial.

Outro que declarou o aparecimento da era da mecanização foi Cournot. Ele previa a passagem da humanidade do vital para o racional. Sente-se, no dizer de Friedmann, que Cournot visualizava e temia este mundo que se aproximava, onde o governo das pessoas poderia ser substituído pela administração racional das coisas.

Depois de Cournot, cronologicamente vem Taylor. A influência de sua obra na indústria é imensa. Os estudos sistemáticos do trabalho industrial que fez serviram para o aumento da produção. Deu, porém, valor tão somente à parte técnica, esquecendo-se do homem. Este, para o taylorismo, é uma peça da produção apenas. É contra sua doutrina, nesta parte, que reagiram os fisiologistas, psicólogos e sociólogos do trabalho. Era Taylor um tecnólatra. Ford, nos Estados Unidos, tinha também esta visão tecnólatra. Aplicou às suas fábricas e pregou nos seus livros a racionalização extrema do trabalho. Ainda nos Estados Unidos, ao redor de Howard Scott, juntou-se um grupo que desejava a resolução direta dos problemas sociais, por meio das técnicas das ciências físicas.

É com estes antecedentes, no país mais industrial do mundo e onde a técnica é imensamente respeitada, e se teme o comunismo, que aparece a obra de Burnham; prega uma ideologia onde encontra ambiente acolhedor.

TEORIA DE BURNHAM

James Burnham nasceu em Chicago em novembro de 1905. Estudou em Princetown, em Oxford, tornando-se depois professor de Filosofia na Universidade de New York. Em 1933 entrou a fazer parte do grupo pertencente ao Centro Trotskysta. Anos depois entra em discussões, em polêmicas, com Trotsky, que

²⁹ Os que tiverem exercido a direção efetiva da indústria comprovarão, por este mesmo fato, sua capacidade administrativa que, em nossa época, é a primeira capacidade política.

vivia então no México. E concluía Burnham que nem tudo no marxismo era certo e que era impossível chegar ao comunismo integral. Por essa época, já era influenciado pela visão do fascismo alemão e italiano.

Burnham procura, em seu modo de pensar, fazer teoria descritiva. Isto é, expor a transformação por que passa o mundo no presente e como se apresentará no futuro. Não se preocupa em saber se esse mundo futuro será justo ou injusto, bom ou mau. Para usarmos linguagem filosófica, deseja Burnham dar-nos juízos de realidade e não de valor. Parte ele de que estamos numa época de revolução social. Modificam-se radicalmente as instituições sociais mais importantes, que são as econômicas e políticas. Isto leva à mudança da própria ideia que se fazem os homens de seu lugar no mundo e no universo. E finalmente, substitui-se o grupo dirigente.

A sociedade capitalista moderna, segundo Burnham, caracterizou-se pelo tipo de sua economia, que é de produção de mercadorias. Nessa economia, o lugar proeminente, predominante, é dado ao dinheiro. Sua função é servir como meio de troca e de capital. A produção tem por finalidade o lucro e é regulada pelo mercado. Nesta sociedade capitalista há duas classes: a dos que têm os instrumentos de produção, isto é, os capitalistas ou burgueses, e a outra, a dos que trabalham, o proletariado. Do ponto de vista político essa sociedade divide-se em número mais ou menos elevado de Estados nacionais. As funções do Estado, apesar de variações de época para época, apresentam algumas constantes, mas seu campo de atividade é limitado. Diz que não há relação necessária entre capitalismo e democracia.

Le système légal de la société capitaliste, imposé par l'Etat, était naturellement établi pour soutenir la structure générale de la société capitaliste et fortifier les règles en usage au sein de cette structure. (L'Ère des Organismes, Paris, 1948, p. 26)³⁰.

Burnham, porque influenciado pelo marxismo, apesar de ter seguido nova direção, afirma que, na sociedade capitalista, os burgueses formam a classe dirigente, por deterem os meios de produção. Segundo ele, os estudos de “teoristas de história” sobre o futuro da sociedade capitalista se resume em duas concepções: 1) o capitalismo continuará ainda por muito tempo, senão para sempre; 2) os que predizem sua substituição pela sociedade socialista.

30 O sistema legal da sociedade capitalista, imposto pelo Estado, era naturalmente estabelecido para sustentar a estrutura geral da sociedade capitalista e fortalecer as regras em uso no âmbito dessa estrutura.

A primeira teoria não é verdadeira para Burnham, pois não existiu sempre a sociedade de estrutura capitalista. É o tipo de sociedade de poucos séculos. Com efeito, essa afirmação de Burnham encontra apoio em sábios do peso de um Werner Sombart (veja-se *El Apogeo del Capitalismo*, trad. mexicana, *Les Bourgeois*, trad. francesa). De outra parte, reconhece ele que a sociedade capitalista não pode resolver os problemas que se estão apresentando. E o que é pior, as ideologias burguesas já não têm mais forças para reagir. Conceitua ideologia como a expressão de esperanças, desejos, temores, ideais.

O segundo grupo de teorias acha que a sociedade capitalista será substituída pela sociedade que nós diríamos comunista, cujos característicos são: a – ser sem classe; b – democrata; c – internacional. Burnham critica essas teorias, porque acha ser impossível que possa existir tal sociedade. Exemplifica com a Rússia, dizendo que lá, onde se pretendia criar tal tipo de sociedade, há estratificação econômica, falta liberdade e não se vislumbra o internacionalismo.

Burnham passa a expor sua teoria que denomina de “revolução diretorial”. Acha que estamos no período de transição da sociedade capitalista para a diretorial. O grupo de diretores, que nós chamaremos com Gurvitch, de técnicos-burocráticos, se esforça atualmente para se transformar em classe dirigente. Friedmann, na conferência já citada, diz que Burnham não precisou o que entende por diretores. Não tem razão Friedmann. O autor ora estudado, depois de discriminar como técnicos-burocráticos ou, quando empregados do Governo, administradores, comissários, diretores de departamentos, escreve:

[...] J'entends par « directeurs » les hommes qui, dans la société contemporaine, dirigent véritablement, du point de vue technique, le travail de la production, peu importe la forme juridique ou financière de l'affaire, qu'elle soit individuelle, en société ou gouvernementale. (Op. cit. p. 87)³¹.

Estes diretores é que, nos países mais avançados industrialmente, estão dominando as empresas. Nesta parte, Burnham foi elevado principalmente pelo trabalho de Berle e Means, *Moderne Corporation and Private Property* e esses procuraram mostrar que está havendo a separação da propriedade e do controle da empresa. Sob tal ponto de vista, há observações, mais ou menos semelhantes no claro livro de C. Ripert sobre os *Aspectos jurídicos do capitalismo moderno*.

31 [...] entendo por “diretores” os homens que, na sociedade contemporânea, verdadeiramente dirigem, do ponto de vista técnico, o trabalho da produção, pouco importando a forma jurídica ou financeira do negócio, quer seja individual, em sociedade ou governamental.

A par disso, o Governo intervém cada vez mais no setor da economia, não somente quanto ao seu controle, mas também como grande empresário. E essas empresas estatais têm à sua frente o mesmo tipo de homem que dirige as empresas privadas. Quando o Estado controlar todos os meios de produção, será um Estado de função ilimitada e teremos, conforme Burnham, a sociedade diretorial completamente estabelecida. E seus dirigentes serão aqueles diretores já falados. Nessa sociedade, existirão classes sociais, pois que para que não houvesse classes, seria necessário que todos os cidadãos controlassem o Estado, sendo este o único proprietário dos meios de produção. Expõe ainda Burnham que os poderes do Estado, como está acontecendo, passarão completamente dos parlamentos para os departamentos administrativos. Os chefes destes são do mesmo tipo dos chefes-diretores de indústria. Burnham exemplifica com a Rússia, onde os diretores de repartição e os diretores industriais são semelhantes, já que não existe indústria fora da propriedade do Estado. Quando Burnham escreveu seu livro sobre a era de diretores, ou melhor, dos técnicos-burocratas, imaginava que as nações que estavam mais próximas da estrutura diretorial eram a Rússia, a Alemanha e a Itália, isto é, ditaduras totalitárias e, nelas, conforme seu modo de pensar, existia fortemente impregnada a ideologia diretorial. Julgava que os Estados Unidos da América do Norte, com o *New Deal*, seguia o caminho daquelas outras potências, na via da destruição do capitalismo e instituição da sociedade diretorial. Dizia que o grupo do *New Deal* era formado de técnicos-burocratas que desprezavam o capitalismo e ao mesmo tempo não tinham muita confiança na massa. Resumindo o pensamento de Burnham: a) está formando-se uma classe técnico-burocrata; b) esta tomará o poder político e econômico da sociedade futura.

Veremos, em seguida, a posição a se adotar perante essas duas teses.

TECNOCRACIA

Repete Burnham o que já foi dito bastas vezes sobre a revolução social: a técnica avança muito e nossas instituições sociais, incluindo as econômicas, políticas e morais estão muito aquém daquelas. Há um atraso das instituições sociais em relação ao desenvolvimento das Ciências Físicas. Também não resta dúvida que novos grupos de homens estão tomando, em suas mãos, grande parte do poder que antes pertencia a outros grupos. O Estado, como é coisa

sabida, está controlando a vida econômica do povo. Grandes indústrias estão sendo criadas pelo Estado. E na direção desses serviços controladores e dos estabelecimentos industriais encontram-se os técnicos-burocratas. Nas grandes organizações privadas, paulatinamente, os administradores estão sendo esses técnicos. São engenheiros, gerentes, administradores, diretores, altos funcionários dos serviços públicos, militares, enfim, técnicos-burocratas ou *managers*.

Os problemas que nos interessam são os seguintes: a) constituir-se-ão em classe social os técnicos-burocratas? b) Caso positivo, chegará ela ao poder para instituir um regime técnico-burocrático? Ao primeiro problema, os que se filiam ao marxismo, quer sejam ou não comunistas, respondem pela negativa. Charles Bettelheim reconhece que os técnicos se distinguem por uma função dada nos sistemas de produção – um dos característicos de classe, para os marxistas. Mas acrescenta que suas relações com os meios de produção só os diferencia, dos outros trabalhadores, pelo lugar especial de chefes que geralmente ocupam. Coloca os técnicos entre os proletários dos meios de produção. Outra objeção apresentada pelo ilustre sociólogo é de serem um pequeno número de técnicos-burocratas, em relação com a população total duma sociedade dada. Ele próprio exemplifica com as estatísticas soviéticas, que mostram tal grupo ser composto de menos de 5% da população russa. A terceira oposição oferecida pelo conhecido pesquisador Auxerre é que a remuneração entre os técnicos é muito variável e que elas têm diminuído em relação às percebidas pelos operários qualificados. A quarta objeção de Bettelheim é de que os técnicos constituem tão somente uma categoria profissional ou uma série de categorias profissionais. E, finalmente, diz ele:

La solidarité de classe commence par être un fait spontané. Elle commence par être une sorte de solidarité mécanique mais, ensuite, elle devient conscience de classe. Or, c'est seulement quand cette conscience de classe existe qu'un groupe social est véritablement constitué en classe sociale. (BETTELHEIM, Les techniciens constituent-ils une classe sociale? In: *Industrialisation et Technocratie*, GURVITCH (Org.), p. 93)³².

O Professor Maurice Byé, da Faculdade de Direito de Paris, apresenta também crítica quase semelhante à de Bettelheim, apesar de não tão completa. (Vers un quatrième pouvoir? GURVITCH (Org.). In: *Industrialisation et Technocratie*.)

32 A solidariedade de classe começa como fato espontâneo. Começa como uma espécie de solidariedade mecânica, porém, em seguida, torna-se consciência de classe. Ora, é tão somente quando existe essa consciência de classe que um grupo social é verdadeiramente constituído em classe social.

Gurvitch rebateu alguns destes argumentos e expôs com clareza o seu pensamento a este respeito. Quanto ao número de técnicos-burocratas em relação à população total, é coisa que ocorre sempre com as classes dirigentes. Seus membros são em muito menor número do que os das classes dirigidas. No tocante à ideologia, fala Gurvitch ser ela já marcante em determinados países, como na França, com o grupo da Escola Politécnica e principalmente nos Estados Unidos. Caracteriza-se, essa ideologia, por considerar seu grupo como uma elite certa de sua competência e que despreza os “incompetentes” e “profanos”. Gurvitch diz que aceita a teoria da luta das classes, mas separa-se de Marx, quando este prediz a existência de uma sociedade sem classes. E afirma:

Etant relativiste et partisan de l'empirisme radical, je considère qu'il s'agit d'une question de fait et que le groupe technocratique, s'il n'est pas une classe en ce moment, est en train d'en devenir une - et extrêmement dangereuse. (GURVITCH. In: Industrialisation et Technocratie, p. 96)³³.

Sorokin também acha que está formando-se essa classe, pela transformação da classe capitalista, conforme foi dito em capítulo anterior.

Somos dos que não acreditam, no momento, na formação desta classe à parte, a dos técnicos-burocratas ou *managers*. Formam eles uma categoria profissional, e assim mesmo bem variável e dispersa. Vez ou outra têm seus elementos um foco de reunião, ou mesmo de formação de ideologia, mas ainda não bem-pronunciada. Um desses focos no Brasil é, a nosso ver, a Escola Superior de Guerra, cujos alunos, em sua maioria, pertencem ao tipo técnico-burocrata. As pessoas que têm tal função econômica na sociedade estão dispersas nos vários blocos de classes. Algumas pertencem às classes altas. Sua maioria, às classes médias e outras, ainda, às classes proletárias.

No que se refere ao segundo problema, que a denominada classe técnico-burocrata tomará o poder, as respostas são várias. Burnham, como vimos, acha inevitável sua tomada do poder. Os marxistas, de qualquer corrente, não acreditam nem na constituição de uma classe de técnicos-burocratas, e muito menos que ela se possa tornar a classe dirigente. Lasky falava:

33 Sendo relativista e partidário do empirismo radical, eu considero tratar-se de uma questão de fato e que o grupo tecnocrático, se não for uma classe social neste momento, está tornando-se uma - e extremamente perigosa.

Je suis sûr, en ce qui concerne les hommes de ma génération, qu'il n'y a aucun danger de voir les techniciens constitués en « classe », essayer de diriger la vie de la communauté. (L'État, l'Ouvrier et le Technicien. In: Industrialisation et Technocratie. GURVITCH (Org.), p. 159)³⁴.

O que ele teme para a democracia é o poder econômico, das “duzentas famílias” da França, das outras “duzentas famílias” da Inglaterra e das “quatrocentas famílias” dos Estados Unidos. Gurvitch teme que ocorra a tecnocracia e julga que desde já há necessidade de se estudar o assunto e ver os meios que se tem para combatê-la. E um desses é que haja sempre diferentes grupos técnicos-burocratas, divergentes entre si. (Ver *La Technocratie est-elle un effet inévitable de l'Industrialisation?* In: *Industrialisation et Technocratie*.).

O filósofo e romancista Aldous Huxley deu-nos uma visão do que seria um Estado tecnocrata, no seu conhecido romance *Admirável Mundo Novo*. O grupo de dirigentes, pela técnica, controla toda a vida da comunidade. Indivíduos sadios, vivendo na riqueza e no conforto, sem a preocupação da vida material; em compensação desaparece a liberdade e o sentido de pessoa.

A nós nos parece, entretanto, porque achamos que estes grupos técnicos-burocratas estão disseminados entre as diferentes classes, que não há nada a temer quanto a isso, por ora. Mesmo porque, de outra parte, o poder oficial, o poder político nas sociedades democráticas, é uma resultante dos choques dos diferentes grupos dirigentes e da influência da massa.

Nos grupos de dirigentes há os políticos, os militares, o clero, os capitalistas e dentro desses grupos há subgrupos que entram em choque.

Ainda, no sistema, realmente democrático, por intermédio dos partidos políticos, as classes dirigidas influem poderosamente sobre o poder oficial.

³⁴ Tenho certeza, no que diz respeito aos homens da minha geração, de que não há perigo algum de ver os técnicos constituídos em “classe” tentarem reger a vida da comunidade.

CAPÍTULO IX

PODER E CLASSE – PIRÂMIDES DE PODER

PODER E CLASSE

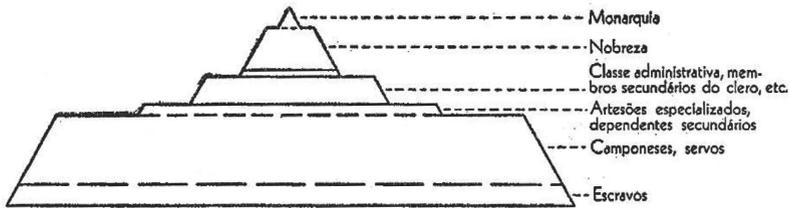
Hauriou dedicou todo um grande capítulo de seus *Princípios de Direito Público e Constitucional* à doutrina do poder. O insigne mestre francês de Direito se referia à necessidade da volta a essa teoria que tinha sido tão cuidadosamente elaborada, desde a Idade Média. Tratadistas de Direito Político hodiernos têm continuado este caminho, porém mais objetivistas, porque se baseiam em estudos sociológicos. Assim têm desdobrado o conceito de poder que se encontra na mão desta minoria dirigente. Georges Burdeau ressaltou, ao lado do poder oficial ou poder político, outros poderes denominados poderes de fato. Tais poderes de fato são de diferentes formas, econômicos, militares, religiosos, burocráticos. Conforme foi frisado na introdução, cada um desses poderes tende a fazer predominar seu interesse nas diretrizes do poder oficial. Muitas vezes combinam-se dois ou mais desses poderes com o mesmo fim. Autores há que falam até que o poder oficial representa um equilíbrio dessas forças. A verdade é que cada uma delas é imperialista, no dizer de Burdeau.

O que não se pode deixar de notar é serem eles dependentes da estrutura da sociedade e das variações sofridas por esta estrutura no tempo e no espaço. Durante a Idade Média, as forças militares e religiosas eram as que predominavam nos países da Europa. Com o aparecimento do capitalismo, as forças econômicas começaram a se fazer sentir com mais intensidade. No século passado, alcançaram tais forças seu apogeu. Porque tinham mais influência sobre o poder estatal, procuraram modelar o Estado à sua feição. Vemos, então, o pleno desabrochamento do Estado liberal, separação do poder político e do econômico, mas com predomínio do último. O capitalismo industrial criou dentro de si uma nova força que cedo se lhe declarou como inimiga: a classe proletária. Esta usava a política como meio para combater a força econômica industrial-capitalista. Com o decorrer do tempo, o voto foi a arma de que começaram a se servir para contrabalançar as outras forças, principalmente a econômica. Daí a formação de partidos em que há predomínio dos elementos do bloco das

classes médias e do bloco das classes inferiores. Não há identidade perfeita entre os partidos e as diferentes classes, mas a verdade é que há predomínio.

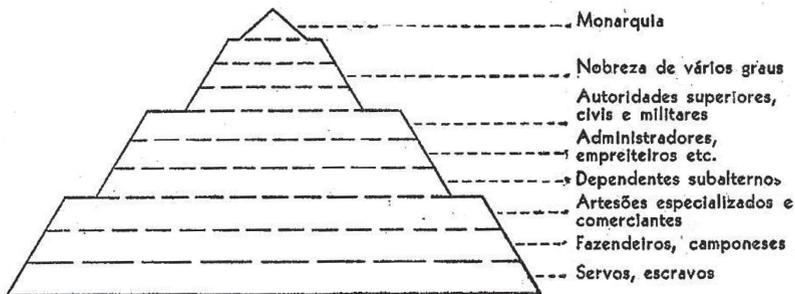
PIRÂMIDES DE PODER

MacIver, numa obra eminentemente sugestiva sobre o assunto que ora tratamos, sintetiza em três tipos de pirâmides as relações de poder e classe, conforme a estrutura da sociedade. O primeiro tipo apresenta o que ele chama de pirâmide de casta, com a seguinte forma:



O traço contínuo representa a barreira intransponível e os traços interrompidos, possibilidade de transposição. A direção do poder, neste tipo de Estado, se encontra com o monarca e seu círculo imediato: a nobreza hereditária, a classe guerreira e a hierarquia eclesiástica. A base, que é constituída pela maioria da população, não influi sobre a cúpula, e, de outra parte, seus membros não têm possibilidade de se alçarem às culminâncias. Este tipo do Estado se encontrava na Índia; no início do feudalismo, em diversas zonas da Europa e em grandes dinastias da Ásia.

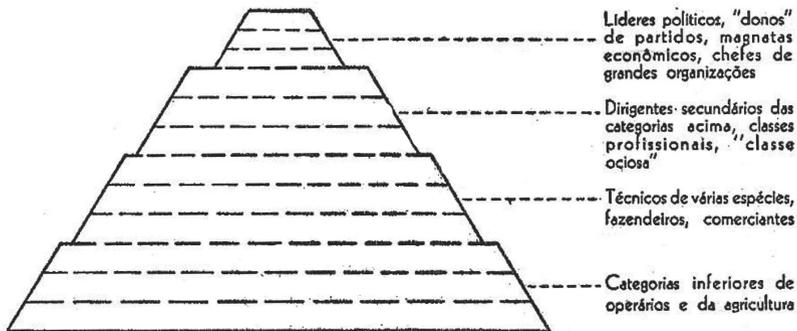
O segundo tipo de pirâmide, que MacIver denomina de pirâmide oligárquica, tem a seguinte figura:



As barreiras aqui não são intransponíveis; o mais dificultoso é a passagem de um nível para outro, onde os traços são mais acentuados. O topo da pirâmide é menos abrupto do que o da outra.

Este tipo de pirâmide era encontrado nos últimos estágios do feudalismo e nos Estados oligárquicos que nasceram do feudalismo. A mobilidade ainda não é muito intensa, porque os elementos das classes baixas não têm facilidade, não se educaram, e as possibilidades do comércio e da indústria não são muito grandes. MacIver coloca o regime fascista dentro deste tipo, ressaltando, entretanto, que se há notáveis semelhanças, há também diferenças. É que a classe dirigente se encontra como um todo sólido, formado pela elite do partido. Da mesma forma, coloca neste tipo a Rússia soviética. Não estamos de acordo com o professor americano, neste tocante. É que há a possibilidade da elevação dos indivíduos aos grupos altos; por isso que a educação é geral. E se realmente só os membros do partido é que, modo geral, são encontrados no topo da pirâmide, dá-se isso em virtude de entrarem no partido os elementos que se sobressaem, isso em tese. No regime soviético, há predomínio completo do político. Lá só há força política. Parece que, ultimamente, há também influência do grupo militar.

O terceiro modelo é a pirâmide democrática. Tem a seguinte forma:



Este tipo de pirâmide é encontrado nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, e, de modo geral, nos países ocidentais. A mobilidade dentro deste sistema é grande. Há possibilidade de pessoas das classes inferiores se elevarem ao topo. No cimo dão-se aqueles choques, segundo falamos antes, entre os vários poderes de fato para dirigirem, a seu modo, o poder oficial. Por

sua vez, as classes inferiores, influem sobre o poder, indiretamente, por meio da escolha, em votação, dos dirigentes de direito, isto é, o Governo.

Por outro lado, controlam o poder oficial, por meio de ações e reações públicas. Quando não concordam com a direção do poder, no sentido tomado, em virtude do predomínio de um daqueles poderes de fato, agem e pressionam com manifestações. Por exemplo, o caso do petróleo no Brasil. MacIver, referindo-se a este terceiro tipo de pirâmide do poder diz que nele: “*class position and power do not coincide, whether for individuals or for groups*”³⁵. (*The Web of Government*, 1948, p. 103).

Tem ele razão, em parte. Um dirigente sindical pode ter mais força no poder do que uma pessoa “bem”. O que é de se notar, conforme havíamos frisado atrás, é que a maior parte dos dirigentes de fato pertencem às classes altas. A tendência atual do Estado moderno é de pessoas com qualidades especiais do bloco das classes médias e inferiores influírem no poder oficial. Exemplo disto é o quadro apresentado em capítulo anterior dos membros do gabinete britânico. Abrimos um parêntesis para mostrar que essa pirâmide democrática de poderes, quanto aos Estados Unidos, tem na sua base uma parte de casta, pois 10% de sua população é composta de negros, que se encontram na base da pirâmide sem, verdadeiramente, terem possibilidade de ascensão. O tipo democrático em sua forma mais ou menos pura é raro. Depende, antes de tudo, de que a população do Estado apresente elevado nível social, não só quanto ao padrão de vida material, mas também quanto à parte de instrução e moral, esta compreendendo honestidade, lealdade, respeito à opinião alheia.

Maurice Duverger, escreve que:

*1) développement de la démocratie varie en raison directe du développement du niveau social des peuples; 2) que dans le développement du niveau social des peuples, les éléments intellectuels et moraux importent plus ici que les éléments matériels. La combinaison de ces deux faits explique la rareté de la démocratie. (Manuel de Droit Constitutionnel et de Science Politique, 1948, p. 59)*³⁶.

35 “Posição de classe e poder não coincidem, seja para indivíduos ou grupos”.

36 1) desenvolvimento da democracia varia em razão direta do desenvolvimento do nível social dos povos; 2) que no desenvolvimento do nível social dos povos, os elementos intelectuais e morais importam mais que os materiais. A combinação desses dois fatos explica a raridade da democracia.

CAPÍTULO X

CONCEITO DE PARTIDO POLÍTICO – TIPOS DE PARTIDOS – SISTEMA DE PARTIDOS

CONCEITO DE PARTIDO POLÍTICO

O poder oficial dispõe, para agir, de meios jurídicos, que são as fontes do Direito Positivo e se encontram nas mãos dos governantes. Daí podemos dizer que o poder oficial é o poder mais a lei. Este poder é alcançado, nas democracias modernas ocidentais, por meio das eleições. Estas são disputadas pelos partidos políticos.

No seu sentido moderno, os partidos políticos têm poucos anos de existência. Na Grécia e em Roma, apesar do nome de partidos, não se encontram sistemas de partido, nem representações. Aristóteles, em sua *Constituição de Atenas*, fala em partido democrático e em partido dos ricos ou dos nobres, e nomeia seus chefes dos séculos VI e V a. C. (trad. francesa Budé, 1952, p. 30). Tal organização não se assemelha à nossa atual, pois lhe faltava o sistema representativo. Além disto, o conceito de cidadania era diverso do nosso. (MACIVER. *O Estado*, trad. port. S. Paulo, p. 269).

Nas cidades da Idade Média há partidos assim denominados, mas que não passam de facções em lutas sangrentas para conseguir o poder. Conhecidíssimos, por neles estarem envolvidos o poeta máximo da Itália, são os partidos dos guelfos e gibelinos. Estes partidos medievais se assemelham mais aos gregos do que aos partidos atuais.

Afonso Arinos afirma que, na sua acepção atual, as origens dos partidos políticos não vão além do último quartel do século XVIII. (*História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro*, Rio, 1948, p. 5).

Duverger dá seu aparecimento muito depois:

En fait, les partis véritables datent d'un siècle à peine. En 1850 aucun pays du monde (sauf les Etats Unis) ne connaissait de partis politiques au sens moderne du mot. (Les Partis Politiques, Paris, 1951, p. 1)³⁷.

37 De fato, os partidos verdadeiros mal chegam a ter um século. Em 1850, nenhum país no mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno da palavra.

Não vamos agora fazer o histórico completo dos partidos políticos nas democracias ocidentais. Nosso tema se refere somente aos tipos de partidos, e à possível influência das classes sobre eles.

Mas como definir o partido político? Duverger frisa ser difícil defini-lo. Dá-nos a seguinte conceituação que se refere apenas a partido no regime democrático:

[...] tout groupement constitué dans le but de solliciter les suffrages des électeurs au profit de certains de leurs membres et d'assurer l'encadrement de ceux de ces membres ainsi élus. (Manuel de Droit Constitutionnel, p. 85)³⁸.

Acreditamos que esta definição, em que pese a autoridade do mestre, não dá a finalidade precípua dos partidos políticos que, a nosso entender, é a posse do poder oficial e a execução dos princípios programáticos, expostos ou velados.

Kelsen apresenta, a nosso ver, melhor definição:

[...] les partis sont des formations qui groupent des hommes de même opinion pour leur assurer une influence véritable sur la gestion des affaires publiques. (Cit. in BURDEAU, Traité de Science Politique, 1949, tomo I, p. 424)³⁹.

Nós definiríamos partido político como o grupo de homens da mesma opinião que tem por finalidade assegurar o poder oficial e orientá-lo, se possível, segundo os princípios expostos ou velados de seu programa.

TIPOS DE PARTIDOS

Na nossa época encontramos dois tipos de partidos, nos vários Estados: o partido único ou de massa e o sistema de partidos.

O partido único tem por base o princípio de que só a ele compete organizar e dirigir o Estado. Assim sendo, não há necessidade de outros partidos. Todo partido único vê a coletividade, o Estado, como um ser todo-poderoso em que a pessoa se anula. Burdeau diz que este tipo de partido se caracteriza

38 [...] todo agrupamento constituído com o objetivo de solicitar os sufrágios dos eleitores em prol de alguns de seus membros e de prover o monitoramento desses membros assim eleitos.

39 [...] os partidos são formações que agrupam homens com a mesma opinião para garantir-lhes uma influência verdadeira na gestão dos negócios públicos.

menos pelo número de cidadãos que agrupa do que pela humanidade que supõe: o homem-massa. Isto significa a transformação da pessoa, do indivíduo, em número. A maneira de sentir deste homem-massa é retratada num romance de Koestler: *O zero e o infinito*. É a substituição completa do eu pelo nós.

Aqui fazemos diferença entre as finalidades do partido sistema fascista e do partido sistema comunista. O primeiro vê no fundo o engrandecimento do Estado. O segundo, se no momento prega o Estado todo-poderoso, é porque age pensando num futuro em que desaparecerá o Estado e o indivíduo viverá em sua plenitude de homem, sob o ponto de vista material.

Há também diferenças grandes destes dois regimes no tocante às suas estruturas econômico-sociais e quanto às origens dos grupos dirigentes. No regime fascista, o sistema capitalista continuou com o controle mais ou menos profundo da vida econômico-social. Temos economia dirigida, a qual também hoje notamos quase na mesma escala nas democracias ocidentais.

Os dirigentes, no regime fascista, em sua maior parte, pertenciam às classes burguesas. De certa maneira, o fascismo visava à perenidade do poder nas mãos da burguesia.

O regime comunista, no momento, apresenta-se com a socialização dos meios de produção. Os seus dirigentes, em sua maior parte, provêm do proletariado. (DUVERGER, *Manuel de Droit Constitutionnel*, p. 161; ANGELOPOULOS A., *Planisme et Progrès Social*, 1953, p. 21).

Os caracteres do partido de massa, segundo Burdeau, são os seguintes:

1) o rigorismo de sua disciplina e a homogeneidade de seus princípios: « *le parti n'est pas fait pour que chacun y trouve une expression de son autonomie, mais pour que tous y ressentent l'identité de leur destin temporel* ». (BURDEAU. op. cit. p. 468)⁴⁰.

2) O exclusivismo: não admite outro partido a não ser ele. O partido de massa dominando o Estado confunde-se com o poder. E se é do regime socialista, faz desaparecer o que denominamos anteriormente, usando a terminologia de Burdeau, os poderes de fato. É o que vemos na Rússia.

Segundo o pensamento marxista, cada partido representa uma certa classe. Veremos adiante que isto não é completamente verídico. Desde já exem-

40 O partido não é feito para que cada um nele encontre uma expressão de sua autonomia, mas para que todos sintam a identidade de seu destino temporal.

plificamos com os partidos da América do Norte. Não há lá um partido que represente cada uma das classes. Os sindicatos não têm função política, como na Inglaterra. Tudo o que fazem é agir sobre os partidos políticos, como *pressure group*. (WALINE, Pierre. *Les Syndicats aux États Unis*, Paris, 1951, p. 85 e segs.).

Baseando-se naquele princípio, os marxistas dizem que havendo uma só classe na Rússia, só um partido pode representá-la. (HAZARD, John. op. cit. II, p. 87).

Embora desde o princípio reconhecesse que só podiam votar e ser eleitos os que trabalhavam, recusando tal direito aos que se dedicavam a fins lucrativos, o Estado marxista não reconhecia explicitamente o monopólio do partido comunista. Só pela Constituição de 1936 é que foi reconhecido este monopólio. De fato, porém, já o tinha desde os verdes anos da Revolução Russa.

O artigo 3º da Constituição diz: « *Tout le pouvoir dans l'URSS appartient aux travailleurs de la ville et de la campagne formés en Soviets de députés des travailleurs.* »⁴¹.

Portanto, pela Constituição, o poder pertence às classes proletárias. O grupo mais ativo, mais representativo, mais preparado desta classe pertence, de modo geral, ao partido comunista, o único nomeado pela Constituição. É o que vemos pelo artigo 126, o qual, depois de enumerar os vários tipos de organizações públicas permitidas fala:

Les citoyens les plus actifs et les plus conscients de la classe ouvrière et des autres couches de travailleurs s'unissent dans le parti communiste (bolchevik) de l'URSS qui est l'avant-garde des travailleurs dans leur lutte pour le renforcement et le développement du régime socialiste et qui représente le noyau directeur de toutes les organisations de travailleurs, tant sociales que publiques. (Constitution de l'URSS. In: Anexo a DAVID, René. *Le Droit Soviétique*, 1954, v. I)⁴².

Stalin, tratando da Constituição de 1936, dizia que, na Rússia, tendo sido afastadas as classes capitalistas, latifundiárias e outras, e existindo somente a dos operários e camponeses e seus interesses não sendo hostis, não havia razão de existirem vários partidos:

41 "Todo o poder na URSS pertence aos trabalhadores da cidade e do campo formados em *Soviets* de deputados dos trabalhadores".

42 Os cidadãos mais ativos e mais conscientes da classe operária e das demais camadas de trabalhadores unem-se no partido comunista (bolchevique) da URSS, que é a vanguarda dos trabalhadores na sua luta pelo fortalecimento e o desenvolvimento do regime socialista e que representa o núcleo diretor de todas as organizações de trabalhadores, tanto sociais como públicas.

Accordingly, there is in the U. S. S. R. no ground for the existence of several parties, and so none for freedom for these parties, either. In the U. S. S. R. there is ground for one Party only – the Communist Party; and in the U. S. S. R. only one party can exist – the Communist Party, boldly defending to the end the interests of workers and peasants. (Cit. In: VYSHINSKY, A. The Law of the Soviet State, New York, 1948, p. 627)⁴³.

Como vimos, a elite dirigente pertence, de modo geral, ao partido. Este não é bastante numeroso, proporcionalmente à população. Em 1952, o número de seus membros era de 6.882.145. Foi o maior número até então alcançado. Em 1939 tinha 2.477.666 membros.

O partido comunista da Rússia não forma uma classe hereditária.

Duverger nos informa que se bem que os membros do partido tenham deveres e direitos particulares, não está havendo, entre eles, um aburguesamento: « *Le parti constitue peut-être une élite, mais non pas une élite bourgeoise, au sens sociologique du terme* ». (*Les Partis Politiques*, p. 297)⁴⁴.

Os canais de entrada no partido, portanto, de acesso ao grupo de elite, estão abertos a todos os capazes, como fala a Constituição e declarava Stalin. Desde 1939, este privilégio não pertence apenas aos operários. Essa elite é que, em geral, controla as posições oficiais e econômicas da URSS. Em 1936, cerca de 97,5% a 99,1% dos diretores de fábricas eram membros do partido. (MOORE, B. *The Communist Party of the Soviet Union, 1928-1944*. In: *American Sociological Review*, junho 1944).

SISTEMAS DE PARTIDOS

Os sistemas de partidos se encontram nas democracias modernas ocidentais. Por eles, vários partidos coexistem no mesmo país e por meio de eleições, cada qual procura alcançar o poder. No dizer de MacIver, em virtude de tais sistemas foi transformado o Estado-Classe, até há pouco existente, no Estado-Nação. No Estado-Classe, o poder é completamente dominado pelo bloco das

43 Portanto, não há terreno para a existência de vários partidos na URSS, tampouco para a liberdade desses partidos. Na URSS, há terreno somente para um partido – o Partido Comunista; e, na URSS, apenas um partido pode existir – o Partido Comunista, corajosamente, defendendo até o fim, os interesses dos trabalhadores e camponeses.

44 “Pode ser que o partido constitua uma elite, porém não uma elite burguesa, no sentido sociológico da palavra”.

classes altas, pelas classes dominantes. A burguesia foi que organizou o sistema de partidos. Mas com o decorrer do tempo, o sistema está servindo para que a luta pelo poder passe de luta de classe, para luta de partido. O poder, então, em lugar de ficar encerrado nas mãos do bloco das classes altas, torna-se aberto a todos os indivíduos das várias classes.

O partido de opinião é composto de pessoas pertencentes a diversos blocos de classes. Não há, como pensam os marxistas, necessariamente, para cada classe um partido. É verdade que há certa correlação entre os blocos de classes e os partidos, dependendo do tipo de estrutura social do país. Quando as classes são bem-demarcadas, como, por exemplo, na Inglaterra, a correlação é mais acentuada. Se as barreiras entre as classes são mais frouxas, e há mais mobilidade vertical, há menor correspondência entre as classes e os partidos. Nos Estados Unidos e, mesmo no Brasil, vemos ocorrer este último caso.

Os partidos de opinião variam na ação e no programa e isso leva a receberem o apoio de maior número de membros desta ou daquela classe.

Por exemplo, a maioria do bloco das classes inferiores na Inglaterra, vota no Partido Trabalhista, enquanto a do bloco superior, no Partido Conservador. É o que vemos pelo gráfico abaixo, no inquérito feito naquele país, antes das eleições de 1951. Os entrevistados, *lower* e *very poor*⁴⁵ entram na nossa categoria de classes inferiores.

ESCOLHAS PARTIDÁRIAS DE 9.225 ADULTOS ENTREVISTADOS PELA PESQUISA GALLUP, DURANTE AS TRÊS SEMANAS ANTERIORES ÀS ELEIÇÕES GERAIS BRITÂNICAS DE OUTUBRO DE 1951

	GRUPOS DE RENDA			
	Abastado	Médio	Inferior	Muito Pobre
Número de entrevistas	451	1.885	5.191	1.698
Partidos	Porcentagem das preferências			
Conservador, etc.	86,5	68,5	40,5	27,5
Trabalhista	6,0	20,5	47,0	56,5
Nenhum	7,5	11,0	12,5	16,0
	100,0	100,0	100,0	100,0

BONHAM, John. The Middle Class Elector. In: *The British Journal of Sociology*, set. 1952, p. 224.

⁴⁵ Inferior e muito pobre. A expressão em inglês deve-se a que no original as tabelas não haviam sido traduzidas.

Pelo já citado trabalho de Centers sobre a estrutura de classe na América do Norte, ficou confirmado, com dados numéricos, que a maioria das pessoas das classes altas é mais conservadora, ou melhor, ultraconservadora, e a das inferiores, mais radical.

As atitudes político-econômicas dos membros das diversas classes estão associadas aos seus *status* e papéis na ordem econômica.

No Brasil, na região mais industrializada e urbanizada, no *Brasil novo*, em contraposição ao Brasil quase feudal, o *Brasil velho*, na terminologia de Jacques Lambert (*Le Brésil: Structure Sociale et Institutions Politiques*, Paris, 1953), encontramos os mesmos aspectos que já vimos na Inglaterra e nos Estados Unidos, isto é, a formação do Estado-Nação, contrapondo-se ao Estado-Classe.

Até há bem pouco, os partidos brasileiros representavam as classes altas tão somente. Uns, o coronelismo do interior; outros, os burgueses das cidades. Com a transformação econômico-social do país, as massas proletárias fizeram o seu aparecimento como força política, influenciando no poder, por intermédio dos partidos. Isto porque, o proletariado das zonas urbanas e das zonas rurais do *Brasil novo* se está alçando à altura do proletariado dos outros países bastante industrializados. Charles Morazé escreve a este respeito, no tocante às eleições de 1950:

C'est qu'il est né un prolétariat de type urbain (même dans les campagnes). Ce prolétariat a pris conscience de ses peines et de ses droits. Il n'a pas voté pour une démocratie de bourgeois, il n'a pas voté selon la tradition d'un coronélisme qui l'avait tenu serf, il a voté pour l' « ami du peuple », le « père des travailleurs ». (Les 3 Ages du Brésil, Paris, 1954, p. 159)⁴⁶.

Com o sistema de partidos, deixa-se liberdade à pessoa, para a escolha dos dirigentes e das diretrizes a serem tomadas pelo poder oficial. Há países em que tal sistema alcançou desenvolvimento invejável, como na Inglaterra. Muito falta, porém, a ser feito ainda, principalmente no Brasil, para se chegar ao ponto ideal do sistema. Para isto, é necessário, não o desaparecimento da estratificação social, o que possivelmente nunca ocorrerá, pois os homens são diferentes, mas as transformações são as seguintes:

1 – elevação do nível econômico-social do povo;

46 É que nasceu um proletariado de tipo urbano (até no campo). Esse proletariado tomou consciência de suas penas e de seus direitos. Não votou para uma democracia de burgueses, não votou segundo a tradição do coronelismo que o mantivera servo, votou para o “amigo do povo”, o “pai dos trabalhadores”.

2 - possibilidade de educação ampla, secundária e mesmo superior para todos;

3 - desaparecimento do nepotismo, com a conseqüente facilidade de ascensão às elites, por parte das pessoas mais capazes, independentemente da classe à que pertençam;

4 - ausência de controle absoluto, aberto ou velado, do poder oficial por qualquer dos subgrupos das elites;

5 - liberdade completa de pensamento.

Assim, quando o povo alcança maturidade política, base educativa e certo padrão econômico-social compatível com a dignidade de homens, o sistema de partido é aquele que, de melhor maneira, serve. Os poderes de fato, na terminologia de Burdeau, ficam condicionados, em suas influências, no poder oficial, ao apoio que recebem ou não do povo, por meio do partido.

CONCLUSÕES

1 – Há um espaço-tempo social, dentro do qual, as pessoas têm uma posição determinada. Esta posição se denomina *status*.

2 – As pessoas que possuem *status* semelhantes formam uma classe.

3 – As classes sociais podem ser classificadas em três blocos: o das classes superiores, o das classes médias e o bloco das inferiores.

4 – Cada bloco de classes representa uma antropometria, uma psicologia, uma cultura própria.

5 – As classes são mais ou menos abertas e o movimento vertical entre elas se processa por meio de canais. A importância destes canais varia com a estrutura de cada sociedade.

6 – Para os marxistas, o poder oficial se encontra nas mãos da classe dominante. A história nada mais é do que a luta entre as classes dominantes e as dominadas. O proletariado tomará, pela força, o poder, criando um Estado socialista, o qual, com o correr do tempo, se transformará numa sociedade comunista, sem classes.

7 – Burnham, marxista e fascista, acha que se está formando uma classe, a dos técnicos-burocratas, a qual controlará os meios de produção e, dessa maneira, ficará com o poder. No momento, não há perigo de formação desta classe e muito menos de a mesma controlar o poder.

8 – Entre a classe dirigente e a classe dirigida há um movimento contínuo de seus membros, subindo ou descendo. A isto Pareto chamou de “circulação das elites”.

Gini mostrou que esta circulação depende especialmente da diminuição do número de membros da classe alta, em virtude da pequena reprodutividade da mesma.

9 – A posição das pessoas dentro do espaço-tempo social toma a forma de uma pirâmide, que Pareto denominou de “pirâmide social”. MacIver aproveitou-se deste termo e apresentou três tipos de pirâmides sociais, em relação ao poder: pirâmide de casta, oligárquica e democrática.

10 - O último tipo de pirâmide é o mais desejado, mesmo porque ele ocorre no sistema de partido. Na sua forma ideal, este sistema apresenta vários subgrupos na elite; circulação das elites, sem entraves; liberdade de pensamento; elevação do nível econômico e cultural das massas; representação das diversas classes no Governo, em proporção ao seu valor numérico por meio de partidos. E, assim, o poder não é dirigido unicamente por um ou vários subgrupos do bloco das classes altas, mas sim representa a resultante do pensamento e da aspiração de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANGELOPOULOS, Angelos. *Planisme et Progrès Social*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1953.
- ARISTÓTELES. *La Politique*, trad. franc. Paris: Classique Garnier, 1936.
- _____. *Constitution d'Athènes*, trad. franc. Paris: Les Belles Lettres. Coleção Budé, 1952.
- ARON, Raymond. Social Structure and the Ruling Class. In: *The British Journal of Sociology*. London, março, 1950.
- AZEVEDO, Thales. *As Elites de Cor*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BEALS, Ralph. Estratificação Social na América Latina. In: *Sociologia*, Escola de Sociologia e Política. São Paulo, agosto 1954.
- BERLE, A. A.; MEANS, G. C. *The Modern Corporation and Private Property*. New York: The Mac Millan Co., 1933.
- BETTELHEIM, Charles. Les Techniciens Constituent-ils une Classe Sociale? In: *Industrialisation et Technocratie*. GURVITCH (Org.). Paris: Librairie Armand Colin, 1949.
- BOAS, Franz. *Race, Language and Culture*. New York: The Mac Millan Co., 1940.
- BOLDRINI, Marcello. *O Homem e a Sociedade*. Rio: IBGE, 1950.
- _____. *Biometria e Antropometria*. Milan: Giuffrè, 1934.
- BONHAM, John. The Middle Class Elector. In: *The British Journal of Sociology*, setembro, 1952.
- BOUSQUET, G. H. *Précis de Sociologie d'après Vilfredo Pareto*. Paris: Payot, 1925.
- BURDEAU, Georges. *Traité de Science Politique*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1949.
- BURNHAM, James. *L'Ère des Organiseurs*, trad. franc. Paris: Calmann-Lévy, 1948.
- BYÉ, Maurice. Vers un Quatrième Pouvoir. In: *Industrialisation et Technocratie*. GURVITCH (Org.). Paris: Librairie Armand Colin, 1949.
- CALMON, Pedro. *Curso de Teoria Geral do Estado*. 3. ed. Rio: Livraria Freitas Bastos, 1954.
- CENTERS, Richard. The American Class Structure. In: *Readings in Social Psychology*, NEWCOMB; HARTLEY (Org.). New York: Henry Holt, 1947.

- CHAIX-RUY, J. Les Classes Sociales et l'Origine de l'Inégalité. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, 1953, v. XIV.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *Les Grandes Oeuvres Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin, 1950.
- CHINOY, Ely. Social Mobility Trends in the United States. In: *American Sociological Review*. New York, abril, 1955.
- CUVILLIER, Armand. *Manuel de Sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- _____. *Où vá la Sociologie Française?* Paris: Librairie Marcel Riviere et cie., 1953.
- DAVID, René. Les Données Fondamentales du Droit Soviétique. In: *Le Droit Soviétique*, DAVID, R.; HAZARD, John (Org.), Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1954.
- DRUCKER, Peter. The Employee Society. In: *The American Journal of Sociology*, janeiro, Chicago, 1953.
- DUGUIT, Léon. *Le Droit Social, Le Droit Individuel et la Transformation de l'État*, 3. ed. Paris: Felix Alcan Éditeur, 1922.
- _____. *Traité de Droit Constitutionnel*, Paris: E. De Boccard ed., 1928.
- DURKHEIM, Émile. *De la Division du Travail Social*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1932.
- DUVERGER, Maurice. *Les Partis Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin, 1950.
- _____. *Manuel de Droit Constitutionnel et de Science Politique*, Paris: Presses Universitaires de France, 1948.
- ENGELS, Federico. *Origen de la Familia, de la Propiedad Privada y del Estado*, trad. esp. Buenos Aires: Editorial Claridad.
- FERREIRA, Pinto. *Teoria do Espaço Social*. Rio, [s.n.], 1939.
- _____. *Sociologia*. Rio: José Konfino editor, 1955.
- FRIEDMANN, Georges. Les Technocrates et la Civilisation Technicienne. In: *Industrialisation et Technocratie*, GURVITCH (Org.), Paris: Librairie Armand Colin, 1949.
- FREYRE, Gilberto. *Sociologia*. Rio: José Olympio, 1945.
- GINI, Corrado. *Teorías de la Población*, trad. esp. Madrid: Aguilar Ediciones, 1952.
- GROPPALI, Alexandre. *Doutrina do Estado*, trad. S. Paulo: Saraiva, 1953.

- GURVITCH, Georges. Groupement Social et Classe Sociale. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, 1949, v. VII.
- _____. *La Vocation Actuelle de la Sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- _____. *Déterminismes Sociaux et Liberté Humaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.
- _____. La Technocratie est-elle un effet inévitable de la Industrialisation? In *Industrialisation et Technocratie*, GURVITCH (Org.), Paris: Librairie Armand Colin, 1949.
- GUTTSMAN, W. L. The Changing Social Structure of the British Political Elite, 1886-1935. In: *The British Journal of Sociology*, London, junho, 1951.
- HALBWACHS, Maurice. *L'Évolution des Besoins dans les Classes Ouvrières*, Paris: Librairie Félix Alcan, 1933.
- _____. *Las Clases Sociales*, trad. esp., México: Fondo de Cultura Económica, 1954.
- HALÉVY, Élie. *Histoire du Socialisme Européen*, Paris: Gallimard, 1948.
- HAURIOU, Maurice. *Principios de Derecho Público y Constitucional*, trad. esp., 2. ed. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1927.
- HAZARD, John. Le Droit et l'Évolution de la Société dans l'U. R. S. S. In: *Le Droit Soviétique*, DAVID, R.; HAZARD, John (Org.), Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1954.
- HELLER, Hermann. *Teoría del Estado*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*, trad., P. Alegre: Livraria do Globo, 1941.
- JOUSSAIN, André. *Les Classes Sociales*, Paris: Presses Universitaires de France, 1949.
- LAMBERT, Jacques. *Le Brésil – Structures Sociales et Institutions Politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1953.
- LASKY, Harold. L'État, l'Ouvrier et le Technicien. In: *Industrialisation et Technocratie*, GURVITCH (Org.), Paris: Librairie Armand Colin, 1949.
- LAVAU, G. E. La Dissociation du Pouvoir. In: *Esprit*, Paris, junho, 1953.
- LEFEBVRE, Henri. *Le Marxisme*, Paris: Presses Universitaires de France, 1954.
- _____. *La pensée de Karl Marx*. Paris: Bordas, 1947.
- LINS, Mário. *Espaço-Tempo e Relações Sociais*. Rio: Rodrigues e Cia., 1940.

- LINTON, Ralph. Role and Status. In: *Readings in Social Psychology*, NEWCOMB; HARTLEY (Org.). New York: Henry Holt, 1947.
- _____. *O Homem: Introdução à Antropologia*, trad. port., S. Paulo: Martins, 1943.
- MACIVER, R. M. *The Web of Government*. New York: Mac Millan Co., 1948.
- _____. *O Estado*, trad., S. Paulo: Martins, 1945.
- MACRAE, D. G. Social Stratification: A Trend Report. In: *Current Sociology*. Paris: UNESCO, 1953-1954, n. 1, v. 2.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*, trad. Rio, 1945.
- _____. *El Capital*, trad. esp., México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro*. Rio: edição do autor, 1948.
- MENDIETA Y NÚÑEZ, Lucio. The Social Classes. In: *American Sociological Review*, New York, abril, 1946.
- MENEZES, Djacir. *O Princípio de Simetria e os Fenômenos Econômicos*. Rio: Irmãos Pongetti, 1939.
- MIRANDA, Pontes. *Introdução à Sociologia Geral*. Rio: Pimenta de Mello, 1926.
- _____. *Sistema de Ciência Positiva do Direito*, Rio: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1922.
- _____. *Os Fundamentos Actuaes do Direito Constitucional*, Rio: Freitas Bastos, 1932.
- MISES, Ludwig von. *Socialism*, trad. ingl., Londres: Jonathan Cape, 1951.
- MOORE, B. The Communist Party of the Soviet Union, 1928-1944. In: *American Sociological Review*, junho, 1944.
- MORAZÉ, Charles. *Les 3 Ages du Brésil*, Paris: Armand Colin, 1954.
- MOSCA, Gaetano. *Elementi di Scienza Politica*. Roma: Fratelli Bocca, 1896.
- NICEFORO, Alfredo. *Les Classes Pauvres*. Paris: V. Giard e E. Brière., 1905.
- NEWMAN, Horatio. Uniformities and Variations under Differing Social Influences. In: *Readings in Social Psychology*, NEWCOMB; HARTLEY (Org.). New York: Henry Holt, 1947.
- NEWCOMB, Theodore. *Social Psychology*, Londres: Tavistok, 1952.
- OGBURN, William F.; NIMKOFF, Meyer F. *Sociología*, Madrid: Aguilar, 1955.
- PARETO, Vilfredo. *Traité de Sociologie Générale*. Paris: Payot et Cie., 1919.

- PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*, trad. S. Paulo: Co. Editora Nacional, 1945.
- PLATÃO. *La Republique*, trad. franc., Paris: Classiques Garnier, 1937.
- PINTO, Roger. *Éléments de Droit Constitutionnel*, 2. ed. Paris: Lille Morel et Corduant, 1952.
- RAMOS, Guerreiro. *Sociologia do Orçamento Familiar*, Rio: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- RIPERT, Georges. *Aspectos Jurídicos do Capitalismo Moderno*, trad., Rio: Freitas Bastos, 1947.
- ROSENAL, M. M.; IUDIN, P. F. *Diccionario Filosófico Marxista*, trad. esp., Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1946.
- SAMPAIO, Nelson de Souza. *Ideologia e Ciência Política*. Salvador: Livraria Progresso, 1953.
- SAMPAY, Arturo Enrique. *Introducción a la Teoría del Estado*. Buenos Aires: Politéia, 1951.
- SMITH, Lynn. Algumas Tendências Sociais Correntes na América Latina. In: *Sociologia*. Escola de Sociologia e Política. São Paulo, agosto, 1954.
- SOMBART, Werner. *El Apogeo del Capitalismo*, trad. esp. México: Fondo de Cultura Económica, 1946.
- _____. *Le Bourgeois*, trad. franc., Paris: Payot, 1926.
- SOROKIN, Pitirim. *Social Mobility*. New York: Harper e Brothers Ed., 1927.
- _____. Qu'est-ce qu'une Classe Sociale? In: *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. II, 1947.
- STODIECK, Henrique. A Ascensão da Ignorância no Mundo Contemporâneo, In: *Formação, Revista Brasileira de Educação*, maio, 1953.
- VEBLEN, Thorstein. *Teoría de la Clase Ociosa*, 2. ed., trad. esp., México: Fondo de Cultura Económica, 1951.
- VYSHINSKY, A. *The Law of the Soviet State*. New York: Mac Millan, 1948.
- WAGLEY, Charles (Org.). *Races et Classes dans le Brésil Rural*. Paris: Unesco, 1951.
- WARNER, Lloyd. Casta e Classe. In: *Estudos de Organização Social*, PIERSON, Donald (Org.). São Paulo: Martins Ed., 1949.
- WALINE, Pierre. *Les Syndicats aux États-Unis*. Paris: Armand Colin, 1951.
- WILSON, Woodrow. *El Estado*, trad. esp., Buenos Aires: Editorial Americana, 1943.

A VIDA DE ÉMILE DURKHEIM¹

Antes de expor a teoria sociológica de Émile Durkheim e de seus seguidores, que formariam o grupo do *L'Année Sociologique*, duas palavras serão necessárias para se conhecer sua vida: vida de professor, isto é, de muito trabalho, de muito estudo e sem grandes mutações, sem grandes lances dramáticos, a não ser com a I Guerra Mundial, a perda de seu filho e de muitos amigos e discípulos nos campos de batalha.

Nasceu, Durkheim, em 15 de abril de 1858, em Épinal, na França, sendo seus pais Moisés e Melanie Durkheim. Era de uma família de rabinos, o que naturalmente o levou a estudar o hebraico e a doutrina talmúdica. Cedo, porém, tornou-se agnóstico. Foi aluno brilhante no colégio de sua cidade natal.

Depois de terminados seus estudos secundários, seguiu para Paris a fim de fazer exame de admissão para a *École Normale*. Entrou para a *École Normale* em 1879, quando tinha 21 anos. Paris, nessa época, sentia os efeitos da derrota de 1870 e da “Comuna”. Debatiam-se problemas políticos, mas, sobretudo, a “questão social”.

Na escola, além de encontrar colegas que se tornariam também eminentes homens públicos e sábios, teve a felicidade de ter por mestres sábios e

¹ Publicado originalmente em Boletim de Ciências Sociais, n. 2, maio de 1977. Primeiro artigo de um projeto inacabado sobre a obra de Durkheim. Deste projeto, Osni Régis deixou, ainda, cerca de 80 páginas manuscritas.

filósofos, como Fustel de Coulanges e Boutroux. E então, a leitura de Espinas, Spencer, Comte e dos antropólogos ingleses, levam-no para a Sociologia. Diz Duvignaud que, em Comte, Durkheim foi encontrar a:

[...] delimitação rigorosa do lugar da sociologia entre as outras ciências humanas, a irredutibilidade do fato social, a crítica ao individualismo, ao nominalismo, a definição do papel das regulações sociais, enfim, a tentativa para construir uma sociologia do conhecimento. (DUVIGNAUD, Jean. *Durkheim*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965, p. 3).

A leitura da obra do neokantiano Renouvier vai influenciá-lo bastante no tocante à constituição de uma ciência positiva da moral. A Renouvier ele deverá o princípio de que o todo não é a simples soma das partes. A Boutroux, a teoria de que os fenômenos sociais devem ser explicados por fenômenos sociais, isto é, cada ciência, por seus princípios próprios.

As leituras e principalmente o ambiente da escola e de Paris, levam-no a se voltar para o problema “indivíduo-sociedade”. O estudo dessa antítese vai, mais tarde, servir de tema central à sua tese de doutorado. É de se notar que, nessa época, Jules Guesde introduzira o marxismo na França. O marxismo era então conhecido como “coletivismo”. Em 1877 Guesde fundou a “Federação dos Trabalhadores Socialistas da França”. E, na *École Normale*, Durkheim conviveu com Jaurès, que será o continuador da obra de Guesde.

Depois de formado, Durkheim foi nomeado professor no Liceu de Sens, em outubro de 1882. Em 6 de agosto de 1883 pronunciou discurso na entrega de prêmios aos alunos do Liceu. Seria seu primeiro trabalho de que se tem notícia (publicado em *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. XLIII, 1967). Aí trata do papel dos grandes homens na História. Contrariando Renan e outros pensadores da época, frisava que “o que faz uma nação não são os grandes homens, que o acaso faz nascer de repente, mas a massa compacta de cidadãos”. É então, destes que é preciso se ocupar. Os homens são desiguais, mas não se deve preparar “donos da nação, mas fazer com que todos os indivíduos, por mais humildes que sejam, tenham o direito de aspirar à vida superior do espírito”. Nesse discurso vemos já em Durkheim a preocupação com a melhoria das condições da espécie humana e o delinear do conceito de “função”.

Em 1885-1886 foi licenciado para preparar sua tese e fazer as leituras necessárias em Paris. Lá, depois de conversar com Louis Liard, diretor do Ensino

Superior, foi encarregado de estudar, na Alemanha, os métodos e conteúdo do ensino filosófico.

Antes de ir à Alemanha já se interessara pelo pensamento filosófico e sociológico daquele país. Num extenso artigo publicado no nº 19, de 1885, da *Revue Philosophique*, expôs em resumo e criticou, no que havia a criticar, o livro de Albert Schäffle *Bau und Leben des socialen Körpers*. A leitura desse artigo nos mostra como Schaeffle influenciou o pensamento de Durkheim quanto ao seu conceito de sociedade, ao uso da terminologia biológica, quanto à diferença entre organismo e sociedade; à matéria da sociedade, compreendendo pessoas e coisas, o conceito de consciência social, o de direito. E ainda contribuiu para levar Durkheim a valorizar as corporações “como agentes por excelência da atividade nacional”. No final do artigo, apreciando criticamente a obra de Schaeffle, diz que “em suma, bem poucas leituras são mais altamente instrutivas, para um francês, do que esta”. E Durkheim retém para uso futuro a palavra “*Gemeinsinn*” (o sentido da solidariedade).

Mais tarde, em 1902, respondendo a uma enquete, ele dirá que deve muito aos alemães: “é, em parte, à sua escola que devo o sentido da realidade social, de sua complexidade e de seu desenvolvimento orgânico”. (*Textes*, 1, p. 400).

Durkheim, em 1907 e em 1913, rebatendo um artigo de Simon Deploige, procurará afirmar que a influência alemã sobre ele não foi tão grande e não se compara à de Comte, Spencer, Espinas ou dos antropólogos ingleses.

Não se pode negar, entretanto, que foi muito poderosa a influência dos filósofos, sociólogos, historiadores, economistas, juristas e geógrafos alemães sobre o pensamento durkheimiano.

É de se notar que em 1884 bosquejou o primeiro plano do trabalho que seria sua tese de doutorado, *La Division du Travail Sociale* e, em 1886, formulou a primeira redação desse trabalho, onde estabeleceu o essencial da teoria da solidariedade e da evolução social.

Foi possivelmente quando se encontrava em Leipzig, durante os meses que passou na Alemanha, que um amigo finlandês o estimulou a estudar Marx. E, pela citação do nome de Marx feita em várias passagens de seus artigos e livros, verifica-se que ele lera o essencial do autor do *Das Kapital*.

Quando Durkheim voltou da Alemanha foi lecionar Ciência da Educação na Universidade de Bordeaux, onde também dava cursos de Ciência Social.

Dos comentários sobre livros que Durkheim então escrevia, e das aulas inaugurais dos cursos de Ciência Social e Sociologia da Família, depreendeu-se que, em 1888, seu pensamento sobre teoria social estava elaborado. Poucos eram os pontos ainda não completamente fixados, como os referentes à Sociologia Religiosa, conforme se verifica na exposição que fez sobre o livro de Guyau, *L'irreligion de l'avenir*.

E ainda no ano de 1888 publica, na *Revue Philosophique*, o artigo sobre “Suicídio e Natalidade” – estudo de estatística moral. É o primeiro trabalho que publica sobre suicídio e que serve de início a seu futuro livro clássico sobre o assunto.

Em Bordeaux dá aulas referentes à “Física do Direito e dos Costumes”; depois de repetidas na Universidade de Paris, serão publicadas, em 1950.

Em 1893 obteve o título de doutor pela Sorbonne. Como tese complementar apresentou o trabalho em latim *Quid Secundatus Politicae Scientiae Instituendae Contulerit*. Aí procurava mostrar a contribuição de Montesquieu para a constituição da Ciência Social. E, como tese principal, a ampla exposição com o título *Da divisão do trabalho social*. A banca examinadora era constituída por Janet, Brochard, Waddington, Marion, Boutroux e Séailles. Dizia o comentarista dos debates que Durkheim não era “somente um sábio de grande valor, mas o mais seguro e o mais agradável dos oradores”. E arrematava: “será um mestre”.

Dado que a tese se definia como “de moral”, os examinadores tomaram o ponto de vista clássico, de moral formal, enquanto que Durkheim via a moral como a “ciência dos fatos morais”, a ser estudada por método científico.

Dois anos mais tarde, em 1895, ele publica esse pequeno grande livro que é *Regras do método sociológico* e, em 1897, *O suicídio*. No mesmo ano de 1897 fundou *L'Année Sociologique* que vai juntar, ao redor de Durkheim, o grupo mais brilhante de sociólogos da França. É principalmente aí que publica memórias e comentários de livros.

Além disso, escreve suas aulas sobre família, educação, socialismo, Direito. Elas serão publicadas após sua morte. Só em 1912 publica outro livro, por muitos considerado o mais importante: *As formas elementares da vida religiosa*.

Em 1902 Durkheim se transfere para Paris, pois havia sido nomeado suplente da cadeira de Fernando Brisson. E, quatro anos mais tarde é eleito professor titular. Aí, em 1913 é criada a cadeira de Sociologia da Sorbonne, a primeira que se instituiu oficialmente na França, e Durkheim foi seu primeiro titular.

Com a guerra de 1914, a maioria dos discípulos de Durkheim, inclusive seu filho André, vão para as trincheiras. Muitos morrem. Entre eles André Durkheim. Esses golpes acabrunham o sábio francês, que falece a 15 de novembro de 1917, quando tinha só 54 anos.

OS DOIS CÓDIGOS MAIS ANTIGOS¹

I. O CÓDIGO DE UR-NAMMU

Ur-Nammu herdou o reinado de Utu-hegal, da cidade de Uruk. Ur-Nammu transferiu a chefia de seu reino para a cidade de Ur. Governou, provavelmente, de 2111 a 2094 a. C. Continuando os esforços de Utu-hegal, para a unificação de sua região, Ur-Nammu atacou e venceu o rei da cidade de Lagash. E, depois disso, pôde unificar todo o território de Sumer. Apesar de se considerar, conforme declara no prólogo de seu código, rei de Sumer e de Acade, possivelmente não chegou a controlar a região de Acade.

Fundou a terceira dinastia de Ur e, além de guerreiro, preocupou-se com a distribuição da justiça: por isso, editou uma coleção de leis que hoje tem o nome de Código de Ur-Nammu. A placa, contendo seu código, encontra-se na coleção do Museu de Antiguidade Oriental de Istambul.

Em 1952, alertado por um colega, o arqueologista americano Samuel Kramer, começou a estudar os caracteres sumérios dessa placa, que tinha 10x20cm. A metade dos caracteres estava apagada, mas o que pôde ser aproveitado mostrou, ao arqueologista, que ali se continham dados do mais antigo código publicado. Ele era 300 anos mais antigo que o de Hammurabi.

¹ Publicado no Boletim de Ciências Sociais, revista do Curso de Especialização em Sociologia e Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSC, número 6, novembro/dezembro 1977.

Como nos códigos posteriores, o de Ur-Nammu contém um prólogo, em que o rei fala de si, dando o fundamento religioso de sua escolha como soberano e o porquê da redação. Assim, o prólogo diz que os deuses An e Enlil designaram o deus da Lua, Nanna, como rei de Ur, e Nanna escolheu Ur-Nammu “como seu representante terrestre para governar a Suméria e Ur”.

Depois de se referir à sua vitória sobre o rei de Lagash, diz que se voltou para estabelecer a equidade e eliminar a desordem e a iniquidade, para que houvesse segurança no campo e no comércio fluvial.

Confecionou e estabilizou a moeda e o peso.

Diz que estabeleceu a justiça para que “o órfão não se tornasse presa dos poderosos” nem “a viúva a presa do homem rico” e o “homem de um siclo fosse presa do homem de uma mina”.

O restante da justificativa do código está destruído e, da relação dos “artigos”, só cinco foi possível reconstituir.

Por estes poucos artigos ficamos sabendo que se usava o sistema de ordálio². Assim, se um homem acusava outro de feitiçaria, o acusado era levado ao deus-rio, e, se este o declarasse puro, o outro, o acusador, possivelmente seria condenado. Trezentos anos depois, o Código de Hammurabi terá a mesma cláusula, só que com mais clareza. Assim, o Código de Hammurabi, em seu § 2º, contém o seguinte:

Se um *awilum* lançou contra um [outro] *awilum* [uma acusação de] feitiçaria, mas não pôde comprovar: aquele contra quem foi lançada [a acusação de] feitiçaria irá ao rio e mergulhará no rio. Se o rio o dominar, seu acusador tomará para si sua casa. Se o rio purificar aquele *awilum* e ele sair ileso: aquele que lançou sobre ele [a acusação] [de] feitiçaria será morto e o que mergulhou no rio, tomará para si a casa do seu acusador. (Código de Hammurabi, trad. Rio, Ed. Vozes, p. 25).

De outra parte, o que nos assombra é o fato de ser usado o sistema de composição³, em lugar da Lei de Talião que, mais tarde, caracterizará o Código de Hammurabi, as leis dos assírios e mesmo a legislação hebraica.

2 Ordálio: prova judiciária sem combate, usada na Idade Média. V. Juízo de deus.

3 Composição: conciliação de partes litigantes.

Assim, se no decorrer duma rixa um homem fraturou o pé ou a mão de outro, ele deverá 10 siclos de prata; se o outro, com uma arma, quebrou os ossos, deverá pagar 1 mina de prata, (cerca de 500g), isto é, 60 siclos de prata (1 siclo equivale a cerca de 8g); se com um instrumento pesado cortou o nariz do outro, deverá pagar 2/3 duma mina de prata.

II. LEIS DE ESHNUNNA

Em 1945, foi encontrada uma placa de cerâmica em Tell Abū Harmal, nas imediações de Bagdad, com caracteres dificilmente decifráveis. Continha normas de Direito. Em 1948 foi encontrada, no mesmo local, outra placa tratando do mesmo assunto, mas em melhor estado de conservação. Eram fragmentos de leis do rei Bilalama, da cidade de Eshnunna, que ficava entre Acádia (Egade) e Elam. Essa legislação, possivelmente do ano 1930 a. C., era anterior, em 200 anos, ao Código de Hammurabi.

Há, nessas leis de Eshnunna, muitos preceitos que encontraremos depois na legislação hammurabiana, como também outros que já se achavam no Código de Ur-Nammu, como os referentes à composição (Art. 42 e seguintes).

Possivelmente os reis das diferentes cidades-estados sumerianos e acadianos faziam gravar em pedra e em placas de cerâmica, leis para serem obedecidas por seus súditos.

E como havia um fundo cultural comum, nessas duas regiões, naturalmente as normas jurídicas se assemelhavam. A mesma coisa ocorrerá mais tarde com a legislação hebraica e com a grega (o mesmo fundo cultural estará presente nas legislações das diferentes cidades-estados gregas).

Esse código, como o anterior, de Ur-Nammu, e os posteriores, como o de Hammurabi, apresentam aspecto casuístico. Constituem, no fundo, coletânea de decisões concernentes a julgamentos escolhidos.

Assim, encontramos nessas leis de Eshnunna casos de responsabilidade civil. Se um barqueiro, por negligência, deixa perder-se um barco, é responsável por tudo o que ele continha.

Outro caso de responsabilidade civil é o seguinte: se alguém tem um cão perigoso e foi prevenido pelas autoridades para que o vigiasse, e este cão morde um cidadão, e por isso ele vem a morrer, o proprietário do cão deverá pagar – naturalmente, à família do morto – 2/3 de mina de prata. Se, entretanto, o morto for um escravo, o pagamento se reduzirá a 15 siclos de prata.

Se alguém se apoderasse, ilegalmente, dum barco, deveria pagar 10 siclos de prata.

Há também a fixação de salários e de aluguéis. Assim, o salário mensal dum camponês é de 1 siclo de prata e 60 qa (cerca de 60 l) de cevada.

A locação, por dia, de um asno era de 10 qa (cerca de 10 l) de cevada e o salário de seu condutor será a mesma quantia de cevada.

Encontram-se, também, soluções para casos de Direito de Família. A respeito do dote, por exemplo. Se o filho dum cidadão enviou para a casa de seu futuro sogro o *dos ex marito*, e ele ou sua noiva vem a falecer, o dote deve retornar a seu proprietário. Entretanto, se houve casamento e logo depois a jovem esposa veio a falecer, o marido ficará com o saldo do *dos ex marito*, se não for possível reaver tudo o que entregou a seu sogro.

No caso de o sogro ter dado sua filha a outro, deverá devolver o dobro do *dos ex marito* que recebeu.

Quanto ao casamento, a lei fixa que só ocorre entre cidadãos quando for concluído o contrato de “comunidade de casamento”.

Mesmo que um cidadão tome como mulher a filha dum cidadão e com ela habite um ano, se não assinou o contrato de “comunidade de casamento” com os pais, ela não é esposa legítima.

No caso de adultério da mulher, se ela é esposa legítima, será morta. Não sendo esposa, não haverá pena.

O homem poderia repudiar a esposa. Mas se ela tinha filhos, os bens do casal, até então adquiridos, não eram passados à segunda esposa. Só os bens futuros, adquiridos na constância do segundo casamento é que também pertencerão à segunda esposa.

Há, também, os casos de penhor. Podiam ser dados em penhor, afora gado, conforme vemos no Código de Hammurabi, escravos e mesmo a mulher e os filhos, no caso de o devedor ser *muskem*, isto é, da classe que ficava entre o *cidadão-awilum* e o escravo.

Se um credor continuasse retendo um escravo que fora dado em penhor para garantir dívida, mesmo após ser reembolsado, deveria pagar, a seu antigo credor, o preço do escravo. A prova de que não deve mais nada a seu antigo credor é o juramento perante deus.

A lei deixa entender, na solução do artigo posterior a esse caso, que, além do preço, ele devolverá também o escravo. E que se o escravo vier a morrer por causa do credor, no período em que está indevidamente retido, este deverá pagar o valor de dois escravos.

Se o penhor retido indevidamente fosse a mulher ou filho de *muskem*, e se o credor for a causa da morte dela ou dele, o credor será morto.

Sobre escravo, há outro caso no código. Se um cidadão deflorasse a escrava de outrem, teria que pagar, ao proprietário da escrava, 1/3 de mina de prata, e, claro, a escrava continuaria na propriedade de seu dono.

Diversos artigos tratam de assuntos que hoje incluímos em nossos códigos penais, alguns deles com solução diferente das nossas.

Se um cidadão diz ter comprado um bem, como um escravo ou bois, mas não pode designar de quem os comprou, é considerado ladrão.

No caso de ferimentos em luta, são fixadas as quantias que o causador dos ferimentos deve pagar ao ferido. Não temos, aqui, portanto, a Lei do Talião, como a encontraremos no Código de Hammurabi, na legislação hebreia e nas leis assírias.

Pela legislação de Eshnunna, se um cidadão cortar o nariz de outro, deverá pagar 1 mina de prata; se arrancar um olho, também 1 mina de prata; por um dente pagará 1/2 mina; pela fratura do pé, 1/2 mina; por uma orelha, 1/2 mina; por um dedo, 2/3 de mina; por ferimento no tórax, 2/3 de mina; por uma bofetada, 10 siclos e a mesma quantia se o jogou por terra, em rixa.

Existe a solução salomônica, no caso de o boi de um proprietário, com os cornos matar outro boi de outro proprietário: os proprietários repartirão entre si o preço do boi vivo e do boi morto.

Antes do Código de Hammurabi temos, ainda, o de Lipit-Istar, o que será assunto de outro artigo.

REFERÊNCIAS

DRIVER, G. R.; MILES, J. *The Babylonian Laws*. Londres: Oxford Press, 1955.

GAUDEMET, J. *Institutions de l'Antiquité*, Paris: Sirey, 1967.

IMBERT, J. *Le Droit Antique*, 2. ed. Paris: Presses Universitaires, 1966.

IMBERT, J.; SAUTEL, G.; BOULET-SAUTEL, M. *Histoire des Institutions et des Faits Sociaux* (textes et documents) Paris: Presses Universitaires, 1957.

MONIER, R.; CARDASCIA, G; IMBERT, J. *Histoire des Institutions et des Faits Sociaux*, Paris: Ed. Montchrestien, 1955.

KRAMER, S. N. *A História começa na Suméria*, Lisboa, Europa-América, 1963.

_____. *The Oldest Laws*, *Scientific American*, janeiro, 1953.

O CÓDIGO DE HAMMURABI. Trad. de Bouzon, E. Petrópolis: Ed. Vozes, 1976.

OBSERVAÇÕES SOBRE A NOVA CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO SOVIÉTICA¹

Em 7 de outubro de 1977, aprovada pelo Soviete Supremo da URSS, foi posta a vigorar uma nova constituição. Seria a quarta nesse período, que abrange sessenta anos, contados a partir da instalação do regime marxista na Rússia, pela Revolução de Outubro de 1917.

A primeira constituição tem uma história toda especial. Derrubado o Governo liberal de Kerensky, realizaram-se eleições para a Assembleia Constituinte, em que foram eleitos, para as 707 vagas de deputados, 370 socialistas-revolucionários, 175 bolchevistas, 40 socialistas-revolucionários de esquerda, 17 *cadets*, isto é, do Partido Constitucionalista, e 16 menchevistas. No dia 18 de janeiro de 1918, reuniu-se a Assembleia Constituinte e, nessa ocasião, os bolchevistas apresentaram uma declaração visando sancionar os decretos anteriormente votados pelo II Congresso dos Sovietes que objetivavam modelar a futura sociedade russa. Então, os bolchevistas e os socialistas-revolucionários de esquerda retiraram-se da sessão e, no dia seguinte, os “guardas vermelhos” não deixaram ninguém entrar na sala de sessões, encerrando-se assim a Assembleia Constituinte.

1 Artigo originalmente publicado na Revista *SEQUÊNCIA*, ano 1, n. 1, p. 29, 1º semestre de 1980.

Logo em seguida, sob o controle de ferro do Partido Bolchevista, realizaram-se as eleições para o III Congresso Pan-Russo dos Sovietes.

Esse congresso, em fins de janeiro de 1918, aprova aquela declaração anteriormente apresentada pelos representantes do Partido Bolchevista à Assembleia Constituinte. Essa declaração, que compreende o título da Lei Fundamental da República Socialista Federativa Soviética, modela a estrutura do futuro Estado socialista. Ela foi aprovada e posta em execução pelo V Congresso dos Soviéticos em 10 de julho de 1918.

Oficialmente, a nova denominação do Estado russo, de *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, ocorreu em 30 de dezembro de 1922, pelo I Congresso dos Sovietes da URSS.

Então, uma nova constituição foi elaborada e posta em vigor em 6 de julho de 1923 e ratificada em 31 de janeiro de 1924 pelo II Congresso dos Sovietes da URSS.

Essa constituição, de 1924, rege oficialmente o povo soviético até a nova constituição de Stalin, de 5 de dezembro de 1936.

O período das duas primeiras constituições forma, segundo os autores marxistas, as bases do socialismo. Na economia tivemos, durante esses anos, os períodos do “comunismo de guerra” de 1917 a 1921; o do “NEP” (Nova Política Econômica) de 1921 a 1928; e o início da fase dos “planos quinquenais”, a partir de 1928.

Na política, há a liquidação dos outros partidos. O Partido Bolchevista se transforma em Partido Comunista e único. Dá-se o estabelecimento do *Komintern* (a Internacional Comunista) e o afastamento de Lenine do controle político e administrativo da URSS por motivo de doença (1923). Ocorrem as lutas pela liderança e, finalmente, há o controle absoluto por Stalin, que realiza os grandes expurgos dos começos de 30.

É então que Stalin quer ter a “sua constituição”, e, realmente, a constituição de 1936 é conhecida por “Constituição de Stalin”.

Em 1935, Stalin propõe à Assembleia Plenária do Comitê Central do Partido, que seja levada a efeito a revisão da Constituição pelo Congresso dos

Soviets, o órgão supremo do poder na URSS. Este se reuniu em 6 de fevereiro de 1935, em seu VII Congresso, e, como não poderia deixar de ser, aprovou as proposições do Partido. E passou o assunto para o Comitê Executivo da URSS, que era então formado pelo Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades. O Comitê designou uma Comissão de Constituição que tinha, como presidente, e, ao mesmo tempo, como relator, Stalin.

Feito o projeto da Constituição, foi ele lido perante a Assembleia Plenária do Comitê Central do Partido e, depois, perante o Presidium do Comitê Central Executivo da União. Aprovado o projeto, foi levado à discussão em dezenas de milhares de assembleias, reuniões, conferências em que dizem terem tomado parte mais de cinquenta e um milhões de pessoas.

O Congresso dos Soviets, reunido no final de novembro de 1936, designou uma Comissão, sob a presidência de Stalin, para deliberar sobre as centenas de milhares de emendas propostas de toda a União, e elaborar a redação final da Constituição. Em cinco dias, a Comissão “fez” tudo isso e a Nova Constituição foi adotada, por unanimidade, em 5 de dezembro de 1936.

“Em realidade a revisão foi obra de Stalin e seu partido”².

Naturalmente, no período em que esteve em vigor, a Constituição de 1936 foi por diversas vezes mudada, como ocorrera também com a anterior. E essas emendas foram feitas pela chefia do Partido, do Conselho de Ministros e do *Presidium* do Soviete Supremo, cabendo, teoricamente ao órgão supremo da URSS tão somente, e por unanimidade, retificá-las.

Para os soviéticos, o período da Constituição de 1936 corresponde ao estabelecimento do socialismo.

Em janeiro de 1959, seis anos depois da morte de Stalin, quando sua imagem já tinha sido obscurecida pelo discurso secreto de Krushev perante o IX Congresso do Partido Comunista Soviético, o então chefe do Partido frisava a necessidade de revisão da Constituição. Krushev fazia isso em relatório ao XXI Congresso do P. C. da URSS, acentuando ser preciso que a URSS passasse a uma nova fase, a da “edificação da sociedade comunista”. No Congresso seguinte, realizado em 1961, foi aprovado o novo programa do Partido e em lugar de falar, referindo-se à URSS em “Estado socialista dos operários e cam-

2 MOUSKHELY, M.; JEDRIKA, Z. *El Gobierno de la URSS*. Madrid: Technos, S.A. 1966. p. 184.

poneses” e em “ditadura do proletariado”, começa-se a usar a expressão “O Estado do povo todo inteiro”.

Em 1962, Krushev voltava à carga, declarando que “a constituição de um Estado Socialista devia ser mudada, quando a sociedade mudasse de estágio histórico”.

As principais afirmações da Constituição de 1936 estão agora ultrapassadas; não refletem mais as mudanças que se produziram na vida da nossa sociedade durante um quarto de século e não estão conforme a realidade atual³.

Um pouco antes, em março de 1962, foi constituída, pelo Soviete Supremo da URSS, uma comissão constitucional, pelo então chefe do Partido, N. Krushev. Quando, em outubro de 1964, este perdeu o controle do Partido, perdeu também a posição de presidente da Comissão Constitucional, a qual passou para Brezhnev, novo chefe do Partido.

Em fins de 1966 voltou-se a falar na Comissão Constitucional e na nomeação de novos membros para ela. Só nos começos de 1977 é que se volta a falar da Comissão Constitucional, quando novos membros são integrados a ela. E, logo em seguida, a Comissão aprova o projeto e propõe ao *Presidium* do Soviete Supremo, a sua publicação, para discussão popular.

Durante quatro meses, de meados de junho a fins de setembro de 1977, realizaram-se um milhão e quinhentas mil reuniões, nos mais diferentes setores, para debaterem o projeto em que, 4/5 da população ativa, conforme Brezhnev, tomou parte.

Contudo, em apenas quatro sessões, nos primeiros dias de outubro, as duas Câmaras do Soviete Supremo discutiram o projeto e as emendas, e a 7 de outubro era proclamada a nova constituição: a Constituição de Brezhnev.

Ela deve espelhar a nova sociedade, “a sociedade socialista avançada” que é uma etapa racional no caminho do comunismo, uma sociedade onde é de regra que todos se preocupem com o bem de cada um e cada um se preocupe com o bem de todos. Isto porque o “[...] fim supremo do Estado Soviético é o de construir uma sociedade comunista sem classes onde se desenvolverá a autogestão social comunista”. (Preâmbulo da Constituição de 1977).

³ LAVROFF, D.; CONTE, F. La Constitution de l'Union des Républiques Socialistes Soviétiques du 7 Octobre 1977, *Revue du Droit et de la Science Politique em France et a l'Etranger*, n. 3., 1978.

Como é sabido, para os marxistas, o final será o perecimento do Estado, quando surgirá a sociedade comunista.

Ora, diz Guy Desolre, “O que impressiona desde a primeira comparação entre os textos constitucionais, é a inflação do Estado”. A Constituição de 1918 enuncia, ao todo uma dúzia de vezes, o Estado, ou o adjetivo estatal. A de 1923-1924, fala do Estado uma quinzena de vezes; a de 1936, uma meia centena. A inflação alcança, com Brezhnev, proporções jamais vistas, pois o Estado aparece mais de cento e cinquenta vezes no projeto. (*Les Constitutions Soviétiques*, 1977).

Isso mostra que, de fato, na URSS está havendo é o fortalecimento do Estado e não a tendência a seu perecimento. Lavroff e Conte, no artigo anteriormente citado, afirmam que as modificações levadas a efeito pela nova constituição são principalmente concernentes aos “princípios de organização do Estado”. E Desolre diz: “Não se fala mais em perecimento do Estado, da política e do partido”. E realmente, a nova constituição dá mais realce ao Partido do que o próprio Art. 126 da Constituição de 1936. Assim, o artigo 6º reza:

O Partido Comunista da União Soviética é a força que dirige e orienta a sociedade soviética; é o centro de seu sistema político, das organizações do Estado e das organizações sociais. O PCUS existe para o povo e está a serviço do Povo.

Armado da doutrina marxista-leninista, o Partido Comunista define a perspectiva geral do desenvolvimento da sociedade, as orientações da política interior e estrangeira da URSS, dirige a grande obra criadora do povo soviético, confere um carácter organizado e cientificamente fundado em sua luta para a vitória do comunismo.

Todas as organizações do Partido exercem sua atividade no quadro da Constituição da URSS. Assim, o Partido é tudo. O que ele era antes de fato, agora, é também, de direito.

Os artigos sobre os direitos e liberdades públicas estão mais bem estruturados do que os da constituição anterior; deve-se levar em conta, porém, que a concepção soviética dos direitos do homem é, desde o começo, isto é, desde a Revolução de Outubro, diferente da concepção ocidental.⁴

E uma dessas diferenças é que o Estado pode privar de seus direitos os cidadãos que se opuserem ao regime socialista soviético.

Uma das palavras em destaque na nova constituição é “povo soviético”.

4 LESAGE, M. La Constitution de L'URSS, 7 Octobre 1977. *La Documentation Française*, Paris, 1978. p. 50.

Desde a queda de Kruschev, o nacionalismo pan-russo recebeu um impulso bastante forte, que se manifesta por uma russificação intensificada. Sua justificação ideológica pode ser encontrada na tese do “povo soviético”, unificado, que supostamente representaria uma nova comunidade histórica do povo⁵.

Apesar de dar condições de as diversas etnias manterem seus costumes, sua língua, enfim, sua cultura (Art. 36), não há dúvida que maior integração, maior centralização, maior fortalecimento das autoridades federais, é a tônica que se nota no Art. 73.

O mesmo se nota em relação à organização das Forças Armadas. O Art. 182 da Constituição de 36, apesar de nunca ter sido aplicado, rezava que “cada República federada tem suas formações militares”. A de 77, retirou essa prerrogativa constitucional das Repúblicas. As formações militares são apenas da União.

O Art. 30 trata do “Sistema socialista mundial”, segundo o “princípio do internacionalismo socialista”. Na base deste princípio, a URSS continua a intervir em países do seu bloco. E, contra a pureza do princípio, ao menos teoricamente, hoje os partidos comunistas da Espanha, Itália e França têm reagido com o seu “eurocomunismo”.

O sentido internacionalista e uniformizador nós o encontramos mais claramente exposto no segundo período do Art. 70: “A URSS encarna a unidade estatal do povo soviético, agrupa todas as nações e etnias tendo em vista edificar em comum o comunismo”.

E no Art. 73, fala na “admissão de novas repúblicas no seio da URSS”. Este artigo é igual ao Art. 14, c), da Constituição de 1936.

Na ocasião do estabelecimento da ONU, a URSS, desejando ter maior força nessa instituição internacional, conseguiu que se introduzisse também a Ucrânia e a Bielorrússia. Para isso, incluiu na Constituição de 1936, o Art. 18 a; pelo qual “cada república federal tem o direito de entrar diretamente em relações com os estados estrangeiros, de concluir com eles acordos e trocar representantes diplomáticos e consulares”.

Este artigo foi repetido no 80, com o adendo “de participar nas atividades de organizações internacionais”. E o Art. 81 fala em “direitos soberanos das repúblicas federadas”. Mas o que vale mesmo é o Art. 75: “O território da

⁵ MEISSNER, B. *A política externa na Nova Constituição Russa*. Estado de S. Paulo, 22/5/79.

URSS é unido e engloba o território das repúblicas federadas. A soberania da URSS se estende a todo seu território”.

Quanto ao sistema eleitoral, houve ligeira modificação: os deputados ao Soviete Supremo das Repúblicas agora têm mandato com duração de cinco anos, em lugar de quatro. E as sessões do Soviete Supremo da URSS são convocadas duas vezes por ano (Art. 122).

A idade dos eleitores baixou de 21 para 18 anos.

Pela Constituição de 36, o Soviete da União tinha um deputado por trezentos mil habitantes. Agora, as duas Câmaras, o Soviete da União e o Soviete das Nacionalidades têm o mesmo número de deputados, que, no momento, é de setecentos e cinquenta para cada uma.

A iniciativa legislativa não pertence só às duas Câmaras, mas a uma série de outras instituições (Art. 113).

O procedimento do Legislativo também foi modificado, mas como diz o insuspeito Michel Lesage: “[...] a prática tem sido sempre, e ainda é, a adoção de todos os textos por unanimidade”. (op. cit. p. 79).

O *Presidium* do Soviete Supremo foi modificado em parte, dando-se-lhe maior realce e criando um primeiro vice-presidente. É que desde os meados de 1977, Brezhnev, além de secretário-geral do PC, isto é, seu chefe máximo, era também presidente do *Presidium*.

Quanto à justiça, o Art. 151 abre o capítulo com as seguintes palavras: “A justiça na URSS é distribuída ‘unicamente’ pelas cortes e tribunais”. Será o término da justiça feita pelo Partido e pela Polícia?

Continua o sistema de eleições dos juízes e assessores populares das constituições anteriores.

Há referência expressa aos Colégios de Advogados, que “funcionam para dar assistência jurídica aos cidadãos e às organizações”. (Art. 160). O advogado que, nas primeiras décadas da Revolução não era muito considerado, está voltando a ter posição de relevo. Por exemplo, as empresas estatais agora não prescindem mais de advogados na elaboração de seus contratos.

Os Tribunais de Camaradas, que apareceram logo depois da Revolução Russa e que tiveram seus Estatutos em 1961, não aparecem expressamente na nova constituição.

A Procuradoria recebeu um capítulo especial, o de nº 21. Apesar da negativa dos soviéticos, há muita semelhança entre o papel do procurador e do *ombudsman*.

O último artigo é sobre a modificação da constituição, que só poderá ocorrer pela maioria de dois terços do número total de cada uma das Câmaras. Isso se não acontecer como nas anteriores constituições, que viram modificados muitos de seus artigos por simples leis, quando não por decreto.

REFERÊNCIAS

BERMAN, H. *La justicia en la URSS*, trad. Barcelona: Ed. Ariel, 1967.

COLLIGNON, Jean Guy. *La Théorie de l'État du Peuple Tout Entier en Union Soviétique*, Paris: PUF, 1967.

DESOLRE, Guy. *Les 4 Constitutions soviétiques*, Paris: Ed. Savelli, 1977.

DUVERGER, M. *Constitutions et Documents Politiques*, Paris: PUF, 1971.

ENCAUSSE, Helène Carrère d'. La nouvelle communauté soviétique et la Communauté Socialiste Internationale. In: *Pouvoir*, (6), Paris, 1978.

LAVROFF, Dmitri; CONTE, Francis. La Constitution de l'Union des Républiques Soviétiques du 7 Octobre 1977. In: *Revue de Droit Public et de la Science Politique*, (3), Paris, 1978.

LESAGE, Michel. La Constitution de l'URSS, 7 Octobre 1977 - *La Documentation Française*, n. 4493-4494, Paris, 1978.

MEISSNER, Boris. A Política Externa na Nova Constituição Russa. In: *O Estado de São Paulo*, 25-2-1979.

MOUSKHELY, M. JEDRYKA, Z. *El Gobierno de la URSS*. Madrid: Ed. Tecnos, 1966.

SCHAPIRO, Leonard. De Lénine à Staline. *Histoire du Parti Communiste de l'Union Soviétique*, trad. Paris, Ed. Gallimard, 1967.

SMIRNOV, L. N. La Cour Suprême de l'Union des Républiques Socialistes Soviétiques. In: *Revue Internationale de Droit Comparé*, Paris, XXX année, n. 1, jan./mar. 1978.

VYSHINSKY, Andrei. *The Law of the Soviet State*, N. York: The MacMillan

PARTE 2

*DISCURSOS NA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
(1955 A 1961)*

DISCURSOS PROFERIDOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ENTRE 1955 E 1961¹

24ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: como filho do Estreito e residindo novamente naquele subdistrito, não posso deixar de notar alguns de seus problemas e trazê-los ao conhecimento dos Poderes Públicos, ou seja, das repartições competentes, para que sejam estudados e resolvidos. Um dos primeiros é a respeito da luz. Como é do conhecimento de todos, houve um acidente com o transformador na subestação do Estreito. Em virtude disto, nós estamos sofrendo racionamento da luz e energia (sic). Pois bem, foi feita uma tabela e, por isso, Estreito, São José e Palhoça, um dia sim e outro não, ficam sem luz. Enquanto isto, aqui na capital, só falta luz um dia ou dois na semana em cada zona, porque é feito o racionamento em diversas linhas. Por exemplo, na linha 1, que abrange diversas ruas, falta luz somente

¹ Consultou-se a coleção de Anais, parcialmente preservada no Centro de Memória da Assembleia Legislativa e no Arquivo Público do Estado e originalmente publicada no Diário Oficial. Entre 1959 e 1961, deixou-se de publicar os discursos na íntegra, substituindo-os por ementas das sessões. Não foi possível localizar os discursos proferidos em 1957, ano no qual o Diário Oficial publicou as sessões de 1956.

nas quintas e sábados, na linha nº 2, às segundas-feiras e, nas sextas, falta luz à noite. Linhas 3 e 4, só faltará luz à noite, uma vez na semana. Enquanto isto, no Estreito, São José e Palhoça, é um dia sim e outro não. Não é justo que essas zonas sofram mais do que as da capital. É justo também que estas repartições se interessem mais pelo Estreito, São José e Palhoça; é necessário que os Poderes Públicos se lembrem do Estreito não somente nas vésperas das eleições.

Sr. Clodorico Moreira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não.

Sr. Clodorico Moreira – Quinta-feira e sábado.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. faça o favor de ver a linha 2!

Sr. Clodorico Moreira – Quinta-feira e sábado.

SR. OSNI RÉGIS – E a linha 3, Exa.?

Sr. Clodorico Moreira – Às 14h.

Sr. Paulo Konder Bornhausen – Eu queria discordar de V. Exa. quando parece ter afirmado à Casa que o atual Governo somente se lembra dos prósperos Municípios de São José, Palhoça e Subdistrito do Estreito em vésperas de eleição. Eu não queria, de maneira alguma tomar o tempo de V. Exa. neste seu discurso, mas gostaria, também, de demonstrar que o atual Governo tem-se lembrado destes municípios sem ser nas vésperas das eleições.

Sr. Ivo Silveira – Eu queria perguntar a S. Exa., o senhor Deputado Paulo Konder Bornhausen, se poderia precisar quais os melhoramentos que fez o senhor governador do Estado com relação a estes municípios?

Sr. Paulo Konder Bornhausen – V. Exa. senhor Deputado Osni de Medeiros Régis, perdoe-me se irei fazer um aparte muito longo, porém, a relação das realizações do atual Governo é muito longa. Só no Município de Palhoça, conforme o Catecismo de Realizações do senhor governador, vemos, na parte de educação: “PALHOÇA – 5 Escolas Reunidas, 6 Escolas Isoladas e 1 Circunscrição Escolar”. Veja, V. Exa., que acho que seu apelo, no sentido de se atender às justas reivindicações que V. Exa. faz, através desta tribuna, merece todo o nosso acolhimento, mas não é justo dizer, V. Exa., que o Município de

Palhoça e o Subdistrito de Estreito sejam só lembrados pelo atual Governo em vésperas de eleições.

SR. OSNI RÉGIS – Eu não desejo sair do assunto. São reparos a respeito de problemas do Estreito que estou fazendo, já que pouco conheço a respeito de Palhoça e São José. Mas quero dizer a V. Exa. que essa história de construir três ou quatro pontes, não é muita coisa.

Sr. Paulo Konder Bornhausen – V. Exa. poderá se certificar, uma vez que as obras lá estão.

SR. OSNI RÉGIS – Construindo três ou quatro pontes não é muita coisa...

(Trocam-se apartes paralelos.)

Sr. Paulo Konder Bornhausen – Não vim falar em trabalhos, tenho o direito de dar conhecimento à Casa daquilo que o Governo do Estado tem realizado.

Sr. Ivo Silveira – V. Exa. me permite um aparte?

Sr. Paulo Konder Bornhausen – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Ivo Silveira – Quero dizer a V. Exa. que ainda não tive o prazer de receber o Catecismo, mas devo dizer que, quando recebê-lo, virei a esta tribuna para fazer uma análise a respeito. Agora, no tocante ao simples reparo de uma ponte, à troca de um pranchão, uma tábuca, é coisa corriqueira da administração, obra obrigatória dos administradores.

Sr. Paulo Konder Bornhausen – É, sem dúvida, um objetivo que o Governo deve ter. Está assim cumprindo sua obrigação. V. Exa. reconhece as obras que o Governo realizou em Palhoça.

Sr. Ivo Silveira – V. Exa. terá a oportunidade de verificar se reconheço ou não as obras que o Governo realizou no meu município. V. Exa. pode observar aí a luz em vias de conclusão. Estamos esperando pela luz há uns três ou quatro anos. Continuamos ainda sem luz e não se sabe quando irá a luz (sic)...

Sr. Paulo Konder Bornhausen – Senhor deputado, como este assunto foi discutido aqui pelos mesmos colegas, não vejo por que repetir aquilo que já se discutiu. De maneira que dedicarei para outra oportunidade esse assunto.

O senhor Ivo Silveira – Segundo depreendi, V. Exa. se referiu também a respeito da construção de um prédio escolar no Distrito de Paulo Lopes. Quero adiantar a V. Exa. que nem o terreno para a construção desse Grupo foi conseguido.

Sr. Paulo Konder Bornhausen – É um das obras previstas...

Sr. Ivo Silveira – A previsão é incalculável.

(Risos.)

SR. OSNI RÉGIS – Continuando, a respeito do problema da energia elétrica, quero solicitar ao Governo que, por intermédio do Departamento de Obras Públicas, tome as medidas necessárias para solucionar o problema, porque, segundo estou informado, esse racionamento perdurará por uns três ou quatro meses.

Sr. Ivo Silveira – Quero agradecer a V. Exa. o apelo, já que ia ocupar a tribuna para tratar desse mesmo assunto.

SR. OSNI RÉGIS – No Estreito, senhores deputados, onde está localizada uma Escola de Comércio noturna, onde estão matriculadas pessoas do comércio e funcionários, encontra-se ela numa situação difícil, porque só dá aulas um dia [sim] e outro não, e isso poderá continuar por mais quatro meses. Veja o risco que seus alunos correm de não serem aprovados por falta de frequência.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Com todo prazer.

Sr. Laerte Vieira – Eu tenho escutado o nobre deputado com toda atenção, estou atento à sua exposição, e quero louvar o seu progresso pois que, nesta altura, já faz um apelo aos Poderes Públicos quando se trata deste assunto.

Quando V. Exa. era prefeito na cidade de Lajes², e V. Exa. sabe como Lajes sofreu e vem sofrendo na parte de energia elétrica, V. Exa. nunca tomou as providências que deveria tomar, alegando que a questão da luz estava afeta ao Governo Federal.

2 Nome original da cidade, alterado para o atual Lages no ano de 1960.

SR. OSNI RÉGIS – Não desejava mais tocar neste assunto, mas quero dizer o seguinte: V. Exa. sabe que, quando ocorreu o incidente na cidade de Lajes, e que faltou a luz, muitos amigos de V. Exa. forneciam dinheiro aos estudantes para que estes comprassem velas e formassem passeatas na frente do prédio da Força e Luz. Quero deixar o assunto da cidade de Lajes para outra ocasião oportuna.

Senhor presidente e senhores deputados: outro problema que noto e verifico no Estreito é a respeito da grande velocidade dos veículos que trafegam em todas as ruas, e principalmente na rua 24 de Maio e Coronel Pedro Demoro, que é um perigo enorme para a população, e principalmente para as crianças, pois já ocorreu um grave desastre com um carro da Marinha e que resultou em duas mortes. Infelizmente, a Inspetoria de Trânsito não tem dado atenção a estes abusos de velocidade, pois seria mais interessante que ela olhasse um pouco mais para esta parte, para que não venham, no futuro, ocorrer outros desastres como este, em que pereceram dois marinheiros. Que a Inspetoria de Trânsito tome necessárias e urgentes providências a respeito, e que cessem as grandes velocidades dos veículos.

Senhor presidente e senhores deputados: outro problema do Estreito que noto e vejo é a respeito também das praias do Estreito, que estão num estado de merecer cuidados. É assunto do Departamento de Saúde, que deve verificar a falta de limpeza em vários trechos da praia, notadamente na zona do Mata-douro até a Ponta do Leal, que dá uma impressão do Desterro³ antigo, como o grande e famoso historiador catarinense, Dr. Oswaldo Rodrigues Cabral⁴, cita em algumas das páginas de um de seus livros, livro lido por quase todos os catarinenses e de grande aceitação nos meios intelectuais. A praia do Estreito requer do Departamento de Saúde mais cuidados.

Sr. Paulo Fontes – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não.

Sr. Paulo Fontes – Nesta altura V. Exa. está condenando e desfazendo o atual Prefeito de Florianópolis, o Sr. Osmar Cunha, porque a limpeza das praias compete unicamente à Prefeitura; se ela não toma as providências que

3 Designação antiga da cidade de Florianópolis, rebatizada no final do século XIX.

4 Este autor descreve o despejo de dejetos domésticos nas praias da capital.

lhe competem, muito menos ao Departamento de Saúde cumpre fazê-lo. V. Exa. está menosprezando o atual prefeito da capital.

SR. OSNI RÉGIS – Em absoluto. No seu tempo era do mesmo jeito, por isso que não é com a Prefeitura, porque neste caso já estariam limpas, mas cabe e é função do Departamento de Saúde.

Sr. Paulo Fontes – Na minha administração as praias eram cuidadas; semanalmente, os operários dos Serviços Gerais faziam a devida limpeza.

SR. OSNI RÉGIS – Mas Exa., eu e minha família morávamos ali, e sempre tínhamos o costume de ir pela praia passeando e nunca notei, por parte de V. Exa., os cuidados devidos à praia.

Sr. Paulo Fontes – V. Exa. estava morando em Lajes, como podia notar a limpeza das praias?

SR. OSNI RÉGIS – Eu sempre passeava até o fim da praia, pois passava as semanas de férias no Estreito.

Sr. Laerte Vieira – Por que V. Exa. veio trazer o problema ao conhecimento da Assembleia?

SR. OSNI RÉGIS – São problemas que estão por ser resolvidos, e que afligem a população do Estreito. Uma das finalidades do parlamentar é focalizar estes problemas e, os administradores, aceitarem a crítica se procedente. Eu, por exemplo, quando da minha administração na Prefeitura de Lajes, recebi críticas de V. Exa., Sr. Deputado Laerte Ramos Vieira⁵, referentes a que o lixo estava sendo despejado numa zona próxima à estrada de rodagem; procurando certificar-me soube da procedência da crítica e providenciei a solução da irregularidade.

Não estamos nesta oportunidade tecendo críticas, estamos focalizando deficiências que muitas vezes são desconhecidas dos administradores. Eles poderão, se possível, resolvê-las a contento das populações prejudicadas.

Outro problema que aflige as populações do Estreito, e creio as da capital, é o do leite. Para se conseguir comprar leite no Estreito, somos obrigados a entrar nas filas às quatro horas da madrugada e, muitas vezes, de lá saímos

⁵ Vereador pela UDN em Lages durante a gestão de Osni Régis na Prefeitura.

sem conseguir coisa alguma; há, ainda, as vezes em que chove, e que somos obrigados a permanecer na chuva.

Este, senhor presidente, [é] um dos problemas que julgo de maior importância para o povo de Florianópolis e que creio mais importante até que o problema da carne...

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. tem alguma sugestão a fazer?

SR. OSNI RÉGIS – Não tenho, mas este problema estava resolvido há quatro anos passados.

Sr. Estivalet Pires – V. Exa. respondeu bem, bastava que se mantivesse o *status quo* e ele estaria resolvido.

Sr. Laerte Vieira – O Governo atual conserva, no Serviço de Pasteurização, a administração pessedista; veja, V. Exa., que se o problema não está resolvido, é porque não se prende à deficiência de organização, mas sim a outros pontos.

Sr. Estivalet Pires – É engano de V. Exa. O Serviço do Leite esteve até [há] bem pouco tempo subordinado à Secretaria da Viação, que, sem dúvida alguma, é ocupada por elemento de projeção da União Democrática Nacional.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. está redondamente enganado, o Serviço do Leite é subordinado à Secretaria da Agricultura, e, como afirmei, a direção da Usina de Beneficiamento foi conservada pelo atual Governo.

SR. OSNI RÉGIS – A mim interessa saber a deficiência que existe e me sinto na obrigação de focalizar estes problemas que afligem o povo.

Sr. Laerte Vieira – Exatamente, devemos focalizar, mas devemos fazer justiça ao atual Governo.

SR. OSNI RÉGIS – Há quatro anos passados se encontrava leite em Florianópolis e, desde que o atual Governo assumiu a direção, o leite desapareceu.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. sabe quanto a Usina está pagando aos produtores? Se a solução estiver na alta de preço do produto, ela é fácilima.

SR. OSNI RÉGIS – O caso é que não existe leite.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. sabe que pelo preço atual os produtores não se interessam em vender leite.

SR. OSNI RÉGIS – Outro problema, senhores deputados, e este é o final, a respeito de uma vala, parece [que] construída pelo Departamento de Saúde, antes do atual Governo, e que lança as águas no mar perto do Matadouro.

(O senhor presidente faz soar os tímpanos.).

Sr. Presidente – A Presidência comunica ao nobre orador que falta apenas um minuto para o término da Hora do Expediente.

SR. OSNI RÉGIS – Agradecido a V. Exa. Vou terminar. Muitas vezes, senhores deputados, [as águas desta vala transbordam, e] as famílias que moram nas cercanias são obrigadas, em certas ocasiões, a recorrer ao Serviço do Corpo de Bombeiros, a fim de ajudá-las na remoção de seus objetos, etc. Não dispondo do tempo para me alongar sobre o assunto, era isso, senhores deputados, que queria dizer a esta Casa.

(Palmas.).

2ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: teve oportunidade, o Deputado Laerte Vieira, de dizer que minha votação, em Lajes, havia sido feita à base de facilidades proporcionadas pela Prefeitura. Em última análise quis, S. Exa., afirmar que eu despendera os dinheiros públicos em favor de minha campanha política.

Sr. Laerte Vieira – Se penso assim é porque o alistamento eleitoral no Município de Lajes foi feito inteiramente por conta da Prefeitura, e os funcionários receberam até diárias para processar o alistamento no interior. Essa razão e muitas outras me fazem crer que V. Exa. obteve tamanha votação⁶ por ser prefeito de Lajes.

⁶ Nas eleições de 1954, foi o deputado mais votado pelo PSD e o terceiro mais votado no Estado, com 5.579 votos.

SR. OSNI RÉGIS – Tanto existiam funcionários à disposição da Justiça Eleitoral do município como do Estado. Por exemplo, do Estado, existia o Sr. Júlio Malinverni.

Sr. Estivalet Pires – Naturalmente, o Deputado Laerte Ramos Vieira desconhece a circular do egrégio Tribunal Eleitoral às diversas Prefeituras, pedindo auxílio no sentido de pôr funcionários à disposição da Justiça Eleitoral nos municípios.

Sr. Romeu Sebastião Neves – A Justiça, pelo que sei, não se encarrega de alistamento eleitoral; quem faz isto são os partidos, e a circular se prendia ao acúmulo de serviço dos cartórios.

SR. OSNI RÉGIS – Assim como em Lajes, também outros municípios procederam ao alistamento. Como exemplo citarei o Município de Blumenau.

Sr. Romeu Sebastião Neves – O que não deixa de provar que a afirmação do Deputado Laerte Ramos Vieira é procedente. V. Exa. teve realmente grandes facilidades.

SR. OSNI RÉGIS – Vou contar aqui, senhores deputados, abrindo um parêntesis neste meu discurso, o dinheiro que gastei na minha campanha eleitoral. Não possuía dinheiro para enfrentar uma eleição. Tomei emprestado, para minha campanha, no Banco do Brasil, e também por intermédio de minha senhora, Cr\$ 20.000,00, na Caixa Econômica. Hoje estive na Caixa Econômica a fim de regularizar este empréstimo. Nessa repartição me informaram que o Estado ainda não havia entregado à Caixa as contribuições referentes ao primeiro trimestre deste ano.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não, Exa., com prazer.

Sr. Laerte Vieira – Acho que V. Exa., senhor deputado, não precisaria trazer assuntos particulares para defender-se da acusação que fiz. Ratifico, entretanto, senhor deputado, as minhas palavras anteriores: V. Exa., senhor deputado, serviu-se da Prefeitura de Lajes para obter os cinco mil votos.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. está enganado. Consegui os cinco mil votos, Exa., porque tratei a todos que me procuravam na Prefeitura com a maior

solicitude. Nunca deixei de atender a quem quer que fosse, inclusive a corre-ligionários de V. Exa., quando se dirigiam a mim para solicitar algum pedido.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. acha que conseguiu os cinco mil votos só por alguns favores concedidos?

SR. OSNI RÉGIS – Não somente com isto, Exa. Conte também com o meu trabalho na Prefeitura de Lajes. Procurei amparar aquela gente abrindo estradas, providenciando, com urgência, as necessidades prementes daquela zona. Abri estradas, ruas e avenidas; procurei ajudar a população pobre daquele rincão, conseguindo que a Prefeitura doasse terrenos para construir casas populares, a fim de atender aos necessitados. Eis aí, senhor deputado, em rápidos lampejos, como consegui os meus cinco mil votos.

Sr. Romeu Sebastião Neves – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Romeu Sebastião Neves – V. Exa. será que tem a ilusão de pensar que foi pelos serviços prestados a Lajes que adquiriu os cinco mil votos? Devo dizer a V. Exa. que, na legislatura passada, o Sr. João Ribas Ramos⁷, que não prestou serviço nenhum dos enumerados por V. Exa. a Lajes, teve igual votação vitoriosa.

Sr. Estivalet Pires – Não apoiado.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. não esqueça que o ex-Deputado João Ribas Ramos pertence, como eu, a um partido forte. Infelizmente, o Governo do Estado nada tem feito por Lajes. Acredito ser este o motivo do fracasso da eleição em favor do Governo. E digo mais, Exa., além de não ter feito nada, prejudicou alguns serviços. Para melhor clarear o assunto, devo dizer a V. Exa., Sr. Deputado Laerte Ramos Vieira, que estou me referindo à estrada BR-36. O próprio povo é que dizia: “O Governo do Estado está sendo contra nós, querendo desviar a estrada federal que vai passar por aqui”.

⁷ Deputado eleito pelo PSD nas eleições de 1950, quando obteve 3.240 votos.

Sr. Romeu Sebastião Neves – Assim dizem V. Exas.

SR. OSNI RÉGIS – O Governo do Estado procurou sempre desprestigiar os chefes políticos de lá.

Sr. Laerte Vieira – Mais uma vez V. Exa., Sr. Deputado Osni Régis, comete um erro. Ainda há pouco V. Exa. me solicitou a não trazer questões de Lajes. Mas devo dizer a V. Exa. que o senhor governador do Estado tem feito inúmeras obras em Lajes.

SR. OSNI RÉGIS – Eu tive oportunidade de correr os olhos na última Mensagem do senhor governador do Estado para ver o que S. Exa. declarava que tinha feito por Lajes. Pois bem, lá encontrei o seguinte: “Construção de um Grupo Escolar, pequeno, em Copacabana”.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. tem razão, porque quando eu era vereador em Lajes, apresentei um projeto de lei, que foi aprovado, o qual visava a doação de uma área de terras de 10.000m², para a construção do Grupo Escolar. V. Exa., arbitrariamente, desobedecendo à lei, concedeu apenas 3.000m².

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. poderia obter melhores informações do engenheiro do Departamento de Obras Públicas que foi a Lajes, quando S. Exa., o senhor governador do Estado quis fazer o grupo em Copacabana, Lajes. Esse engenheiro me disse: “Precisamos de 4.000m² de terra. Respondi: V. Exas. procurem fazer um grupo maior. O grupo que ora se pretende é pequeno. Os senhores procurem ampliar esse grupo”. Sobre esse ponto eu já falei a S. Exa., o governador do Estado, dizendo o seguinte: “Todo o terreno dessa zona vai servir para os alunos do grupo”.

Sr. Laerte Vieira – Veja, V. Exa., que, quando obedecendo à legislação estadual, concedemos os 10.000m², que V. Exa. reduziu para 4.000m², V. Exa., em assim fazendo, prejudicou aquela instituição. Hoje já existe um projeto de lei na Câmara Municipal de Lajes mandando fazer o loteamento daquele terreno.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. sabe se o projeto vai passar ou não?

Sr. Laerte Vieira – O outro projeto passou, foi aprovado pela Câmara, mas não foi cumprido.

Sr. Romeu Sebastião Neves – V. Exas. não terão coragem de rejeitar este projeto.

SR. OSNI RÉGIS - O Grupo de Copacabana foi doação do Governo Federal. Temos também a construção do Grupo de Bocaina com verba federal. Essas [são] as duas obras que o Governo do Estado fez em Lajes.

Sr. Romeu Sebastião Neves - V. Exa. afirmou que foi só uma construção?

SR. OSNI RÉGIS - Citei duas.

Sr. Romeu Sebastião Neves - E a amplificação do Hospital de Caridade, a concessão de Raio X do Centro de Saúde?

SR. OSNI RÉGIS - O Raio X foi conseguido com verba conseguida pelo Sr. Nereu Ramos, no Ministério de Saúde.

Sr. Laerte Vieira - O aparelhamento do Centro de Saúde foi adquirido pelo Departamento de Saúde do Estado e mandado por S. Exa., o senhor governador do Estado, para Lajes. Acresce, ainda, o aumento do pavilhão para tuberculosos, obra realizada por S. Exa., o Sr. Irineu Bornhausen; os armazéns de trigo, feitos em acordo com o Governo Federal, na gestão do Ministro João Cleofas.

SR. OSNI RÉGIS - Em contraposição ao do Grupo Escolar de Copacabana, se encontram as grandes obras do Governo anterior. Daí a razão porque Lajes reclama do atual Governo, ainda mais quanto à Recomendação que perguntei a V. Exa. se teria recebido; é porque todos sabem que o diretório está em choque com o diretório central. Ainda no dia em que S. Exa., o governador do Estado foi a Lajes, nenhum membro do diretório compareceu à recepção, a não ser os que ocupavam cargos ou funções públicas. Os lajeanos, com aquele espírito de independência de que são dotados, fizeram questão de não andar com S. Exa., para mostrar que estavam contra ele. S. Exa. chegou a andar sozinho pela cidade, em companhia do juiz de diretório, sem ter um correligionário a seu lado.

E é por causa deste entendimento que tivemos, feito entre os partidos, UDN e PSD, que não devemos trazer a esta Casa assuntos políticos que se prendam a Lajes. Pelas atitudes do Sr. Deputado Laerte Ramos Vieira, penso que S. Exa. não tenha recebido estas Recomendações.

Sr. Rubens Nazareno Neves – Eu não queria participar dos debates, porém, acabo de notar que V. Exa., nesta tribuna, faltou com a verdade num ponto em que eu posso testemunhar pessoalmente, porquanto fui pessoalmente designado pelo senhor presidente para integrar a comissão de visita à exposição agropecuária, e posso afirmar categoricamente que, no aeroporto, estavam as figuras mais eminentes do diretório da UDN de Lajes e, durante sua estada naquela cidade, o senhor governador foi acompanhado por vários membros de projeção do diretório da UDN e pessoas que poderei até citar os nomes, se V. Exa. assim o desejar.

SR. OSNI RÉGIS – Falei o seguinte, é que os membros do diretório da UDN, que compareceram, são todos funcionários públicos, ou pessoas que ocupam funções públicas da UDN; o Sr. Aristiliano Ramos estava na sua fazenda, a uns 15 quilômetros de Lajes. Só veio para a cidade depois que o senhor governador regressou para Florianópolis. Fez questão mesmo de demonstrar que nada mais queria com o senhor governador do Estado.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. diz que o senhor governador do Estado foi a Lajes, por ocasião daquela exposição, em visita política. Está enganado, V. Exa. Ele foi em caráter oficial. Daí não termos feito manifestações políticas quando o senhor governador esteve em Lajes. Era de costume do partido de V. Exa., quando seu chefe supremo, Sr. Nereu Ramos, ia a Lajes, em visita oficial, fazer-lhe manifestações partidárias, manifestações políticas, embora sua visita fosse oficial. Nós apenas respeitamos o caráter oficial da visita do senhor governador. Não fizemos manifestações políticas. Entretanto, todos os membros do partido estavam lá e acompanharam S. Exa.

SR. OSNI RÉGIS – O presidente do diretório estava em Lajes?

Sr. Laerte Vieira – O presidente do diretório, atualmente, é o Sr. Agnello Arruda.

SR. OSNI RÉGIS – Agora compreendo o motivo por que nada recebeu S. Exa. do diretório de Lajes. Agora me considero livre, no tocante à parte de não discutirmos, aqui, assunto de Lajes.

Sr. Estivalet Pires – É, para mim, bastante significativo o relato que V. Exa. fez e não contestado pelos representantes da UDN.

Sr. Laerte Vieira – O que acontece, do conhecimento geral, senhores deputados, é que o partido de V. Exa. tem como candidato Kubistchek e Etelvino, na esfera federal, Leoberto e Saulo, na estadual, e está querendo atirar contra o seu partido, o Cel. Aristiliano Ramos, procurando lançar a discórdia e buscar proveitos para o partido de V. Exa.

(Trocam-se apartes.)

Sr. Estivalet Pires – O que acho curioso é o fato ao que se referiu o Deputado Laerte Ramos Vieira, dizendo que o Sr. Saulo Ramos procura lançar o nome do Cel. Aristiliano Ramos como candidato, quando se sabe que o Senador Saulo Ramos é candidato ao Governo do Estado!

Sr. Romeu Sebastião Neves – Isso foi depois de o PSD ter declarado que tinha candidato próprio...

Sr. Miranda Ramos – ... Não é candidato, existe indicação de diretórios municipais; após a convenção será o candidato do PTB.

Sr. Laerte Ramos Vieira – O nobre Deputado Miranda Ramos vem aqui contradizer o que afirmava o ilustre Deputado João Colodel, quando disse que o Senador Saulo Ramos era candidato ao Governo do Estado.

Sr. Miranda Ramos – Vários diretórios, inclusive o diretório da cidade de Florianópolis, lançaram o nome do Senador Saulo Ramos, para governador do Estado de Santa Catarina.

Sr. Sebastião Neves – Desejo perguntar ao nobre Deputado Miranda Ramos: a propaganda feita nas paredes, do Senador Saulo Ramos, é de responsabilidade de quem? É responsabilidade do PTB ou de qualquer outra pessoa?

Sr. Miranda Ramos – A propagação do nome do Senador Saulo Ramos pode ser feita por qualquer cidadão brasileiro.

Sr. João Colodel – Vou, se me permitem, de encontro com a interpretação do nobre Deputado Laerte Ramos Vieira. Nobre Deputado Laerte Ramos Vieira, os anais da Assembleia Legislativa estão aqui para serem verificados.

V. Exa. labora em equívoco com o desejo animado de lançar a confusão no espírito dos seus adversários: finge desconhecer e ignorar as palavras dadas naquela ocasião. Diversos diretórios lançaram manifesto, indicando o nome do ilustre Senador Saulo Ramos, para ser apresentado à convenção como um dos candidatos. É isso que consta dos anais da Assembleia Legislativa.

Sr. Laerte Vieira – Ilustre Deputado João Colodel, acho que V. Exa. não tem lembrança do que disse nesta tribuna. V. Exa. afirmou que o Senador Saulo Ramos era candidato pelo partido; a esta altura, V. Exa. quer retirar a candidatura do ilustre senador.

Sr. Miranda Ramos – O Senador Saulo Ramos, se depender do nosso voto, será candidato ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Sr. Laerte Vieira – V. Exas. fazem muito bem.

SR. OSNI RÉGIS – Quero dizer a V. Exa. que estão findas as minhas palavras, e ao mesmo tempo, que poderia mostrar ao nobre Deputado Laerte Ramos Vieira como foi a minha votação em Lajes. Como poderia dizer V. Exa. que a votação que obtive, foi em virtude da possibilidade da Prefeitura, no tocante à classificação de eleitores, se este ano, por exemplo, nós acreditamos que também faremos o máximo de esforços para que Lajes tenha 30.000 [eleitores] ou mais, para que Lajes cada vez mais, se apresente no cenário político de Santa Catarina, como um dos grandes municípios? Era o que tinha a dizer.

2ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1955, ÀS 20H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor secretário: citou, V. Exa., o relatório do grande engenheiro e grande deputado do Partido Trabalhista Brasileiro, que infelizmente há pouco deixou um claro no cenário nacional da engenharia e do ensino, o saudoso Deputado Edson Passos. Já que V. Exa. conhece o Parecer do saudoso Deputado Edson Passos, poderia V. Exa. esclarecer por que no mapa, feito ultimamente pelo Estado, aparecem dois traçados: a Estrada do Trigo e a BR-36? O que me diz V. Exa a esse respeito?

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – Não posso explicar o motivo porque no mapa elaborado pelo Departamento de Cartografia aparecem dois traçados da BR-36. Entretanto, estou em condições de esclarecer ao nobre representante de Lajes que, a BR-36, desde os debates iniciais travados na Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados e em discussão no plenário daquela Casa, foi cognominada de “Estrada do trigo”.

SR. OSNI RÉGIS – Devo, entretanto, senhor secretário, comunicar a V. Exa. que, no relatório sobre a BR-36, não aparece, uma única vez, com o nome de “Estrada do Trigo”. Outra pergunta: que me diz dos motivos técnicos que levaram o Governador Irineu Bornhausen, por intermédio do ilustre Deputado Wanderley Júnior, a que a BR-36 deixasse de passar por Lajes e viesse a Florianópolis?

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – Talvez, senhor deputado, por razões de ordem econômica

SR. OSNI RÉGIS – Perguntaria a V. Exa. dos motivos estratégicos que fizeram com que o Exército Nacional determinasse a construção passando por Lajes.

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – V. Exa. sabe que esses assuntos de estratégia pertencem ao Estado Maior do Exército e são resolvidos em sessões secretas e deles não tenho conhecimento.

(Risos.)

SR. OSNI RÉGIS – Isso não, porque na Câmara Federal, quando da discussão referente à estrada, o Exército é consultado e V. Exa., como secretário de Estado devia estar a par do assunto.

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – Infelizmente, dos assuntos estratégicos tenho desconhecimento, mas dentro do ponto de vista rodoviário, devo dizer, respondendo a V. Exa., que não compreendo o porquê da injustiça, da verdadeira e flagrante injustiça do Plano Nacional de Viação, que deixou uma das mais ricas e férteis regiões de Santa Catarina, situada entre Joaçaba, Curitiba e Rio do Sul, completamente nua de estradas federais, fazendo de Lajes, Município que V. Exa. representa nesta Casa, ponto de convergência de todas as estradas federais: BR-36, 2, 89 e 90, que vêm de Lajes passando por São Joaquim e Orleans, em detrimento de outras regiões mais ricas sob o

aspecto econômico, como a fertilíssima região de Campos Novos, Curitibanos e Rio do Sul.

SR. OSNI RÉGIS – Perguntaria a V. Exa. com que verba foi executada a ligação Lajes-Curitibanos? Com estadual ou federal?

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – V. Exa., nobre deputado, pelo que vejo está muito bem-enfrentado no assunto e do que se passou com referência à construção da ligação BR-2–Curitibanos. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, absolutamente convicto de que a BR-36 passaria em Curitibanos, delegou poderes ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de Santa Catarina para construir o citado trecho.

SR. OSNI RÉGIS – Com que verba? Federal ou estadual?

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – A estrada foi construída com verba estadual e o Departamento Nacional está indenizando o Departamento Estadual de Rodagem, na importância de três milhões e quinhentos mil cruzeiros no exercício passado, devendo ser em igual importância este ano.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor secretário: em 31 de janeiro do ano passado, o Governo Estadual iniciou, segundo foi publicado nos jornais oficiosos desta cidade, o calçamento da estrada Florianópolis–Lajes. Perguntaria quantos quilômetros da estrada foram pavimentados?

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – Cerca de três quilômetros entre a Reta das Campinas e o perímetro urbano de Santo Amaro. O calçamento se processa com lentidão dentro dos recursos do Departamento de Estradas de Rodagem.

SR. OSNI RÉGIS – Exa., eu gostaria de saber, também, se naquele relatório, por emenda apresentada, se estou bem-lembrado, pela antiga bancada do partido que represento, foram, naquele período de 1946 a 1950, apresentadas emendas incluindo, no Plano Federal, as estradas de São Francisco, Rio do Sul e Lajes e a zona de Tubarão? Gostaria de saber se essas estradas vão ser incluídas no Plano elaborado pela sua Secretaria.

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – Por uma razão muito simples. Porque a economia de Santa Catarina, a atual situação do nosso Estado

exige, impõe, a construção imediata dessas estradas, e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, como afirmei na minha dissertação, não disporá de recursos para atender todas as rodovias do Plano Rodoviário Nacional, em Santa Catarina. Tem V. Exa. mais um esclarecimento; tem V. Exa. o exemplo de que não podemos ficar a mercê do Plano Federal. A BR-59, que, segundo o Plano vai de Biguaçu, Tijucas, Itajaí até Curitiba, ao Norte, e ao Sul até Porto Alegre, está sendo construída há mais de 10 anos e até hoje só temos concluído o trecho de Florianópolis a Biguaçu e alguns trechos em Araranguá. A economia de Santa Catarina não poderá esperar que o Governo Federal destine recursos às obras do seu Plano de Viação. O Governo local é que tem de resolver o problema.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. declarou que foi o ilustre governador do Estado quem conseguiu e endereçou ao Governo Federal o pedido de construção do trecho que vai de Florianópolis a Biguaçu. Segundo estou informado, não foi só sua Exa. Sei também que o senhor Dr. Nereu Ramos, ilustre Presidente da Câmara Federal, na época também muito batalhou para que, no ano passado, fossem iniciados esses trabalhos, com recursos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – Eu não afirmei, senhor deputado, na minha explanação, que exclusivamente o ilustre senhor governador do Estado houvesse instado o Governo Federal para iniciar a BR-36. Não se explicaria que o senhor Dr. Nereu Ramos, Senador da República, Presidente da Câmara dos Deputados naquela época, deixasse de dar a sua cooperação ao seu Estado natal, principalmente a sua cidade natal.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. só falou no Governo do Estado.

Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas – E dei ensejo a que V. Exa. lembrasse o nome do senhor Dr. Nereu Ramos.

3ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: o presente projeto, de origem governamental, que tem o número 94/54, prevê a criação de um cargo, no Quadro Único do Estado, de provimento efetivo, padrão Y,

na Secretaria da Fazenda. Há, senhores deputados, nesse projeto, algo que nos parece indevido: os requisitos imprescindíveis a quem ocupar o cargo de assessor técnico. Acho que são necessários certos requisitos, certas virtudes, certa classificação, e como está redigido, poderá ser nomeado assessor técnico, pessoa mesmo leiga em assuntos fazendários.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – Pergunto qual o critério adotado por esta Assembleia para as nomeações de seus assessores técnicos?

SR. OSNI RÉGIS – Nós estamos discutindo um projeto de origem governamental que pretende a criação de cargo técnico numa Secretaria de Estado e não da Assembleia.

Sr. Laerte Ramos Vieira – De qualquer maneira, os cargos são semelhantes.

SR. OSNI RÉGIS – Mas, Exa., o que estamos discutindo é um assunto fazendário. Pela Assembleia passam os mais diferentes assuntos, como de finanças, educação, saúde, agricultura, etc., mas este projeto é sobre assessor técnico de uma Secretaria de Estado, no caso, a da Fazenda, e a pessoa que o ocupar tem, forçosamente, de apresentar os requisitos especiais de conhecimentos fazendários. É natural que só poderá ser nomeado um funcionário com conhecimentos relacionados com a Fazenda.

Sr. Laerte Vieira – A dedução de V. Exa. não está de acordo com a justificação que acompanha o projeto. Consta qual o motivo que deve o cargo ser criado e quais as condições a serem obedecidas no preenchimento do mesmo.

SR. OSNI RÉGIS – Acontece o seguinte: a lei é que deve regular o cargo e não a justificação junto ao projeto. Ela será arquivada, ao passo que a lei é que vigorará.

Sr. Laerte Vieira – A justificação dá a conhecer o espírito da lei. Se V. Exa. julgar conveniente, poderá apresentar emenda, que estarei de acordo, isto é, que o assessor técnico preencha todas as condições exigidas por V. Exa.

Verifico que são nomeados assessores técnicos que não entendem de nada. Acredito ser um defeito, e concordo com a retificação que V. Exa. pretende fazer. Nesta altura do seu discurso, V. Exa. pode contar com o apoio da bancada da União Democrática Nacional para uma emenda, que V. Exa. poderá formular no sentido de sua crítica.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: de outra parte, acredito eu que, do jeito como está redigido o projeto, a não ser que apareça uma emenda, possivelmente de autoria do nobre líder da União Democrática Nacional, neste sentido, nós, os da bancada do Partido Social Democrático, votaremos contra o projeto da maneira como está redigido. Achamos, portanto, que este projeto deverá ter, no seu corpo, os requisitos necessários, exigindo, no mínimo, que o assessor tenha curso técnico em contabilidade ou então seja economista.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa., que nesta altura fala em nome da bancada, poderá adiantar o apoio desta bancada, desde que se corrija a falha que apontou?

SR. OSNI RÉGIS – Desde que para assessor técnico seja preciso ter curso de técnico em contabilidade ou economista e desde que se provem as necessidades de um assessor técnico na Secretaria da Fazenda, estaremos de acordo.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. usa agora um novo argumento: a necessidade. Há pouco se referiu à qualidade do assessor, de modo que vejo não ser possível, infelizmente, o apoio do Partido Social Democrático, para a emenda que V. Exa. se referiu.

SR. OSNI RÉGIS – Nós vimos hoje dois projetos que a mim parecem idênticos. É bem verdade que um se referia à Secretaria da Agricultura e outro à da Fazenda. Agora, estamos de acordo que seja um economista para ocupar o cargo de assessor técnico. De acordo, nesta parte, mas como o atual Governo está nos últimos dias de sua gestão, criar cargos naquela Secretaria não nos parece que seja coisa produtiva. Achamos que devemos esperar pelo novo Governo, que no ano vindouro, verá das necessidades que tem.

Sr. Romeu Sebastião Neves – V. Exa. então não acredita na continuidade administrativa? Acha que um governante não pode continuar o ritmo administrativo anterior?

Sr. Estivalet Pires – V. Exa., Sr. Deputado Osni Régis permite-me contrapartear o Deputado Sebastião Neves?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não, Exa.

Sr. Estivalet Pires – Não acredito, Exa., porque muitas obras em andamento, no Governo passado, foram colocadas em segundo plano no atual Governo.

Sr. Laerte Vieira – O Sr. Deputado Estivalet Pires está muito equivocado. Talvez muitas pedras fundamentais lançadas no Governo anterior não tenham suas obras realizadas; pedras fundamentais que foram lançadas em quantidade enorme, mas, quanto às obras iniciadas, todas elas foram concluídas.

Sr. Romeu Sebastião Neves – O Sr. Deputado Estivalet Pires disse que o atual Governo deixou obras da gestão anterior por concluir. Gostaria que S. Exa. citasse, pois, oportunamente, responderei ao seu aparte.

Sr. Estivalet Pires – Grupo Escolar Alto Bela Vista. Grupo Escolar Anita Garibaldi.

(Trocam-se apartes.).

(O senhor presidente faz soar a campainha.).

Sr. Presidente – Está com a palavra o Sr. Deputado Osni Régis.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: na maneira como está redigido o projeto, portanto (sic), nós, do Partido Social Democrático, votaremos contra.

Era o que tinha a dizer.

(Palmas.).

10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Em virtude de se encontrar impossibilitado de falar, hoje, o Sr. Deputado Estivalet Pires, aqui me encontro a fim de ler um telegrama que S. Exa. recebeu de Laguna e, ao mesmo tempo, dizer que urge ao excelentíssimo senhor governador do Estado, por intermédio da Secretaria de Segurança, que consiga que naquele município volte a reinar a ordem, pois quase diariamente esta Assembleia vem recebendo telegramas de Laguna,

revelando perseguições por parte de autoridades policiais. O telegrama que o Deputado Estivalet Pires recebeu é do seguinte teor:

Laguna - 1.674, 177, 28, 14h, 30 - Levamos conhecimento vossência vg Deoclécio vg a mando delegado polícia Tenente Carlos Lauth vg percorre interior distrito Pescaria Brava vg intimando povo e coagindo para assinar em um papel datilografado pt Nós todos assinamos sem saber conteúdo documento vg forçados pelo aludido soldado pt Solicitamos providências sentido pôr termo atitude delituosa que é emanada João Oliveira supervisor dessas continuadas perseguições contra humilde e livre eleitorado Pescaria Brava pt Respeitosas saudações.

(a.) **Antonio Francisco Elizeu, Licurgo Vargas, João Manoel Crispim, Joaquim Pedro Borges, Imbraim Albino Medeiros, Joaquim Antônio Fermino, Manoel João Venâncio, José Antônio Fermino, Santelino Manoel de Souza, Francisco Manoel Júlio, João Antônio Borges, José Pedro, Nagrib João Borges Luiz Pedro Fermino, Carlos José Venâncio, José Pedro Fermino.**

Voltamos, senhor presidente, neste instante, a solicitar aos poderes superiores que façam cessar tais perseguições, a fim de que volte a paz ao Distrito de Pescaria Brava, e possa o povo se preparar para um pleito livre e não um pleito empanado por arbitrariedades policiais. Esperamos que o senhor governador tome providências e, assim, não mais apareçam, nesta Casa, telegramas relatando fatos como o que hoje trouxemos ao conhecimento do Plenário.

(Palmas.)

11ª SESSÃO ORDINÁRIA, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS - Senhor presidente: felizmente temos hoje, para votar, o projeto de lei que cria e dispõe sobre a carreira de professor secundário. É, senhor presidente, que de alguns anos para cá, o ensino secundário em Santa Catarina está tomando um grande incremento. Há poucos anos atrás, em Santa Catarina, existiam somente três ginásios: Florianópolis, Lajes e Blumenau e, no Estado, só tínhamos o chamado Curso Normal, em Florianópolis. Em boa hora o então Interventor Coronel Aristiliano Ramos criou o Instituto de Educação de Lajes e, tempos depois, outro Interventor, o Dr. Udo Deeke, criou a Escola Normal de Blumenau. Tivemos, também, a transformação de ginásios em Escolas Normais. Assim, foi necessário o aumento dos cursos normais e, também,

de professores. Daí a razão do projeto de lei, de origem governamental, que cria e dispõe sobre a carreira desses professores.

Com a finalidade de ser apresentada emenda ao projeto, conosco estiveram professores do Instituto de Educação, de Florianópolis, e com quem, junto com os outros líderes de outros partidos desta Casa, tivemos entendimentos, e aqui faço questão de ressaltar a boa-vontade dos nobres líderes do Governo e da UDN, que se prontificaram a entrar em entendimentos, com S. Exa., o governador do Estado, a respeito das emendas que se queriam apresentar; dessas emendas, a primeira que regula a questão de aulas extraordinárias, foi, na Comissão de Justiça, aprovada por unanimidade.

Com respeito ao Art. 36 do projeto, que dizia o seguinte:

O pessoal docente dos estabelecimentos de ensino secundário e normal do segundo ciclo é obrigado a ministrar, no mínimo 15 (quinze) aulas semanais, não podendo, no mesmo estabelecimento, o professor dar, por dia, mais de 4 (quatro) aulas consecutivas nem mais de 6 (seis) intercaladas.

Parágrafo único: Os trabalhos de exames dos próprios ou de alunos estranhos constituem serviço obrigatório dos docentes, a ser atendido dentro da retribuição ordinária.

A finalidade da emenda foi de se passar, como se encontrava no outro projeto, de 60 para 50 o número de aulas obrigatório, porque, atualmente, o número dessas aulas, obrigatoriamente, é de 10 por semana e agora passará a 50 por mês. Isto, em virtude, é claro, dos vencimentos dos professores, que tendem a alterar. Outra coisa que os professores pleitearam, como medida de justiça, foi o limite de aulas extraordinárias, que é objeto de emenda, que, se aprovada, passará ao corpo da lei; outra medida pleiteada foi a supressão do Parágrafo Único do Art. 6º. Se bem não ter sido a emenda aprovada por unanimidade na Comissão de Justiça, eu me sinto, senhor presidente, nesta oportunidade, na obrigação de defender esta emenda, porque também sou um dos professores “privilegiados”, conforme citou o nobre colega Laerte Ramos Vieira. Sou um dos professores “privilegiados” porque os nossos jovens, na maior parte, cursam o ginásio e depois preferem seguir outros cursos, ingressando em faculdades ou universidades, e não nos cursos normais⁸ e nós não vamos nos deter neste ponto. Não temos culpa que poucos

⁸ Refere-se ao curso Normal, assim chamado o curso destinado à formação de profissionais do ensino primário, hoje denominado de magistério.

alunos frequentem o curso normal, e não o frequentam porque sabem que, formados, vão ganhar pouco.

Sr. Laerte Vieira – O nosso grande desejo seria [que] tivéssemos mais professores normalistas, mas infelizmente isto não ocorre.

(Trocam-se apertes.).

SR. OSNI RÉGIS – Pode ocorrer que, daqui a algum tempo, aconteça o mesmo que no Distrito Federal, onde é enorme o número de alunos nos cursos normais, e então, pode se dar o caso de os vencimentos compensarem o sacrifício dos moços e moças que vão lecionar no interior; então bem grande seria o número de normalistas.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. permite um aparte? Quero dizer que o senhor governador do Estado está interessado nesta parte e pretende dar aos professores, que vão para o interior, um vencimento maior do que àqueles que ficam nas cidades.

SR. OSNI RÉGIS – Fico satisfeito em ouvir esta notícia; faço votos para que tenhamos, brevemente, maior número de professores normalistas que queiram lecionar no meio rural, porque está ficando cada vez menor o número de professores normalistas no interior do Estado, o que não ocorre, por exemplo, em São Paulo, onde 95% do professorado é normalista. A emenda do Sr. Deputado Estivalet Pires, no Art. 36, é que: “O pessoal docente dos estabelecimentos estaduais de ensino secundário e normal do segundo ciclo é obrigado a ministrar 50 (cinquenta) aulas mensais”. Quanto à supressão do Parágrafo único do Art. 6, estamos de acordo, porque os professores futuros, aqueles que farão concurso depois desta lei, deverão, obrigatoriamente, lecionar tanto no curso normal como no curso do segundo ciclo, matérias para que fizeram concurso. Se, para uma determinada matéria foi feito o concurso, o professor não poderá lecionar outra, e deixando como está, o Governo poderá obrigar o professor a recorrer aos tribunais. Por esta razão, achamos justa a supressão do referido Parágrafo único do Art. 6. Para que não possam ocorrer esses casos é que bem-avisado andou o ilustre líder do meu partido em suprimir aquele dispositivo. Assim, estamos nós, Legislativo e S. Exa., o senhor governador do Estado, dando um novo impulso ao ensino secundário de Santa Catarina.

(Palmas.).

15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Não podíamos deixar de falar, nesta tribuna, quando ocorre em nossa cidade e em suas redondezas um fato que vem prejudicar imensamente a população de Florianópolis e os municípios vizinhos. Não podíamos deixar sem o nosso mais veemente protesto o caso do aumento absurdo de 100% nos preços das passagens das linhas de transportes coletivos. É bem verdade que houve um aumento de preço na gasolina, aumento esse que alcançou, segundo sei, 60%. Mas, esse aumento não veio onerar as despesas de transportes sequer em 10%. Bem sabemos que houve aumento nos preços das peças; houve um aumento no preço dos veículos, mas, nem por isso havia razão de ser feito um aumento tão elevado, de 100%, sobre os preços das passagens.

Sr. Ivo Silveira – Lamentavelmente não se encontra na Casa o ilustre líder do Governo, porque S. Exa. recordaria que, quando discutido o problema do aumento das passagens, me prometeu que o senhor governador do Estado tomaria as necessárias providências. O aumento seria de 4 a 7%. Disse, ainda, que o senhor governador não permitiria o pretendido saque à bolsa do povo. Esse aumento foi um assalto à bolsa do povo e o Governo não tomou nenhuma providência.

Sr. Laerte Vieira – Não cabe ao senhor governador tomar providências sobre o solicitado pelo Sr. Deputado Ivo Silveira. A COAP⁹ foi quem concedeu o aumento das passagens. Eu dou inteiro apoio e concordamos com V. Exa., dizendo, também, que o aumento verificado foi absurdo e injustificável.

Sr. Ruy Hülse – Segundo cálculos feitos pelo engenheiro Saturnino Braga, o preço dos transportes urbanos deveria ser aumentado em 10%, devido ao aumento do preço da gasolina.

SR. OSNI RÉGIS – Assim vemos que, de acordo com o novo preço da gasolina, levando-se em conta a elevação no valor de veículos e peças, não poderíamos compreender sequer um aumento de 50%, e este, contudo, foi de 100%, e em muito vem prejudicar as populações dos municípios vizinhos e a nossa capital.

⁹ Comissão de Abastecimento e Preços (COAP) do Estado de Santa Catarina, ligada à COFAP, Comissão Federal de Abastecimento e Preços, órgão, embrião da futura SUNAB, criado em 26 de dezembro de 1951 com o objetivo de intervir na economia, congelando e tabelando preços ao consumidor e custos das matérias-primas utilizadas pelas empresas.

Sr. Caruso Mac Donald – Eu estou solidário com V. Exa. Julgo que o aumento do preço das passagens foi excessivo. Procurei ouvir a explicação que dariam os donos das empresas que fazem esses serviços, principalmente das linhas de São José e Palhoça. Declararam que o aumento não foi de 100%, porquanto instituíram passes com abatimentos de 50% para operários e estudantes. Pagarão passagem na base de 100% aqueles que usam tais ônibus esporadicamente. Eu não sei se devo aceitar essa explicação totalmente ou se devo restringi-la.

Sr. Ivo Silveira – Eu devo dizer que esse abatimento de 50% já vinha sendo feito anteriormente. Isso realmente não deixa de ser um aumento de 100%, porquanto dificilmente poderá comprar um bloco de passes, considerando os irrisórios salários que percebem.

SR. OSNI RÉGIS – Aqui fica o nosso protesto. Aproveitando a minha presença nesta tribuna, quero enviar à Mesa um Requerimento, solicitando ao chefe do Poder Executivo as seguintes informações. Antes, porém, devo dizer que grande parte dos funcionários municipais e estaduais residem em lugares afastados dos locais de trabalho, dependendo de meios de transporte para virem às repartições. São pessoas que residem na Agrônômica, Saco dos Limões, Barreiros, Estreito, Coqueiros, etc. Têm eles, os funcionários, que usar esses ônibus quatro vezes por dia: de manhã, ao meio-dia, às duas horas da tarde e às cinco horas. Portanto, achamos interessante [que] se estude a possibilidade de as repartições públicas estaduais, em lugar de dois expedientes, fazerem somente um, como ocorre com as repartições federais e em algumas estaduais. Assim, os funcionários estaduais, em lugar de usarem quatro vezes o ônibus, irão usá-lo apenas duas vezes por dia. E por isso, apresentamos a seguinte Indicação:

-Considerando que a maioria dos funcionários públicos estaduais deve-se transportar de ônibus quatro vezes ao dia da residência à repartição e vice-versa;

-considerando que as repartições públicas federais e os Bancos funcionam com um só expediente;

-considerando que já existem repartições públicas estaduais que funcionam num só expediente, apresentamos a seguinte Indicação:

-que o chefe do Poder Executivo providencie o estudo da possibilidade de funcionarem as repartições públicas estaduais num só expediente.

Tenho, também, Requerimento sobre o assunto.

Sr. Presidente – A Presidência, em face ao que determina o Regimento Interno, deixa de aceitar o Requerimento do Sr. Deputado Osni Régis, porquanto a Indicação tem tramitação regulada pelo Regimento Interno da Casa.

16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: a preocupação dos governantes, dos industriais, dos homens de negócios, dos trabalhadores é de se aumentar a produção de bens. Só com maior produção, é o que se diz, e com razão, serão resolvidos muitos de nossos problemas. Fator importante da produção é o da produtividade do trabalho. Realmente, senhor presidente, e senhores deputados, a produtividade, no momento é a palavra de ordem. É ela conceituada pela Conferência Internacional de Estatística do Trabalho: “A relação entre a produção e a quantidade de trabalho fornecida por esta produção”. Todos os países e regiões se esforçam para manter sua produtividade do trabalho. Isso tanto acontece com os países capitalistas como [com] os socialistas. Taylorismo, fayolismo, racionalização do trabalho, Psicologia do Trabalho, relações industriais, são fórmulas e meios de que se servem os industriais capitalistas para verem aumentar a produção de suas fábricas pelo trabalho humano. Stakanovismo, brigadas de trabalho, honrarias e prêmios são usados com a mesma finalidade nos países socialistas. Nesses últimos, no seu sonho, na sua luta por industrialização rápida, de imitação aos métodos norte-americanos, fez-se da produtividade um novo ser divino. Lenine escrevia: “A produtividade do trabalho é, em última instância, o ponto mais importante, o essencial para a vitória da nova ordem social”. E daí, nota um dos maiores sociólogos do trabalho, em estudo publicado num dos últimos volumes de *L'Année Sociologique*, porque “[...] é o aumento da produtividade do trabalho o principal objetivo dos dirigentes soviéticos”. Fejtö, em obra recente sobre as Repúblicas Populares da Europa Oriental diz que, entre outras cousas adotadas da Rússia, elas também aceitaram a produtividade como um de seus novos ídolos. O mesmo sucede com a nova China, de Mao Tse.

Mas, de que depende esta produtividade do trabalho? Ensina um autor moderno que depende ela dos seguintes fatores: a) da quantidade e da qualidade dos recursos, e b) dos modos de utilização desses recursos. Esses recursos podem ser tanto materiais como humanos. E quanto aos humanos, expõe Angelos Angelopoulos, em seu *Planisme et Progrés Social*:

O grau da produtividade depende mais da mão de obra do que de sua importância numérica. A formação profissional, as condições de higiene, a segurança social, os sistemas de remuneração contribuem para a melhoria da capacidade e rendimento do trabalho.

Continua, e esse ponto é o que desejamos frisar, “[...] nos países pobres, a produtividade do trabalho é fraca em virtude das más condições de higiene, do baixo nível de instrução e de ensino técnico”. E é, meus senhores, esta parte da instrução e do ensino técnico-industrial um dos pontos fracos do nosso Estado, uma página quase em branco na nossa instrução. O que temos se resume aos estabelecimentos do Governo Federal e de autarquias, de duas pequenas escolas estaduais para formação de capatazes agrícolas e o Abrigo de Menores. O SESI, conforme sei, acaba de fundar uma escola técnico-industrial em Blumenau; no momento, tramita, na Câmara de Vereadores de Lajes, projeto de lei pelo qual serão entregues, àquela instituição, vinte e cinco mil metros quadrados de terra para ser construída outra escola na cidade serrana. Temos necessidade premente de formação de operários especializados. É preciso que se dê instrução especializada, técnico-profissional a milhares de meninos e jovens que acorreriam a escolas técnicas se elas existissem.

De outra parte, há obrigação, por parte do Governo, de, por meio de propaganda e de exposições nas escolas, modificar nossa mentalidade de ojeriza, e vamos dizer, quase menosprezo pelo trabalho técnico. Devemos, e isso compete principalmente aos governantes, criar antes de tudo, a mentalidade industrial, acabando, em parte, com a do bacharelismo, que era característica do Império, continuando na República como tem sido exposto pelos nossos sociólogos. Em *Bandeirantes e pioneiros*, estudo paralelo da formação das mentalidades e civilizações brasileiras e ianques, notava Viana Moog que, enquanto no nosso país não nos preocupamos em geral com trabalhos manuais, mecânicos ou técnicos, naquele país do norte da América, em cada casa, nos seus sótãos ou em seus porões encontramos um pequeno laboratório de física e química e uma oficina.

De outra parte, ninguém se sente diminuído por trabalhar em qualquer serviço. Estudantes, durante as férias, trabalham nas oficinas. Não há divórcio entre o trabalho mecânico e o intelectual. Os grandes americanos exerceram profissões manuais: Lincoln foi lenhador; Benjamin Franklin foi tipógrafo; e depois, além de banqueiro, cientista. Nos países socialistas, de outra parte, no afã da criação da mentalidade industrial, procura-se igualar e honrar as diferentes profissões, prodigalizando prêmios aos melhores profissionais, nos mais diferentes ramos, quer seja um grande literato, um biólogo ou um mineiro que descobriu um novo método para aumentar o rendimento da extração de minérios. Temos, se quisermos progredir materialmente, de fazer propaganda principalmente nas escolas, e, por intermédio destas, nos grupos domésticos sociais, para modificar nossa mentalidade, fazendo desaparecer o preconceito de que há diferença entre o trabalho manual, o técnico, o industrial e o intelectual. Ainda, há poucas horas, lendo artigo de Chaix-Ruy, num dos últimos volumes publicados pelos *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vi que o mesmo problema se encontra na França e que esse é de proveniência da estrutura da antiga sociedade grega. Escreve esse sociólogo francês o seguinte trecho, que se enquadra tão bem à nossa exposição:

[...] é isto que explica se radique em nós tão vivaz o preconceito hostil que se prende ao trabalho manual. Também não se reconhece senão uma elite, senão aquela que percorreu o ciclo dos estudos clássicos. Uma erudição é mais estimada do que as obras onde a imaginação se afirma. Nada se opõe mais do que esse preconceito, a uma sã orientação dirigida a tarefas que permitiram a todos se tornar úteis: certas carreiras ficam embaraçando porque marcadas dum sinal de ilusória superioridade, e as tarefas não podem ser repartidas segundo as necessidades da nação. Mantêm-se obrigatórios diplomas que não correspondem às especializações e não se abre, como se devia fazer, o caminho das orientações.

É preciso ensinar às nossas crianças e aos nossos jovens que as profissões são todas dignas, que todas preenchem determinadas funções na sociedade. Eduquemos nossos meninos, no sentido de suas aptidões, quer sejam físicas ou intelectuais, mostrando-lhes que um mecânico não é menos digno do que um negociante ou um advogado. Não aconteça que por causa de preconceitos, pessoas que seriam, por exemplo, ótimos eletricitas, vão ser péssimos professores ou médicos. E daqui lançamos nossos apelos aos poderes competentes do Estado para que olhem não somente os recursos materiais, mas, em especial, os humanos. Não bastam usinas, não bastam máquinas, não bastam fábricas, se não temos pessoal qualificado para trabalhar nessas fábricas, para usar

essas máquinas. Elaborem-se planos a fim de se implantar o ensino técnico, industrial no Estado e que a Secretaria de Educação providencie propaganda eficaz para criar mentalidade nova em nossas crianças e jovens, pois só assim estaremos influenciando para que se aumente nossa produtividade do trabalho e se produza mais no Estado, o que, em última análise, representa mais conforto à sua população e melhor padrão de vida aos seus habitantes.

Era o que tinha a dizer.

18ª SESSÃO ORDINÁRIA, NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, nobres senhores deputados: o dia de hoje relembra-nos dois fatos. O primeiro é de que cem anos atrás nasceu, no Estado do Rio Grande do Sul, aquele que foi um dos grandes presidentes da República do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca. Filho do Rio Grande do Sul, sobrinho de outro grande militar, do fundador da República e do seu primeiro presidente, sobressaindo-se não só como militar, mas, também, como administrador. Como militar e vivendo junto a seu tio, desde cedo fez notar o seu grande tino administrativo-militar. Capitão ainda, era designado para acompanhar seu tio ao Mato Grosso, quando o Imperador Pedro II procurou afastar o Marechal Deodoro da Fonseca do Rio de Janeiro, com medo das consequências da sua estada na Capital Federal. Depois, já como tenente-coronel, sobressaiu-se ele como dirigente da defesa do Rio de Janeiro, durante a Revolta da Armada. Mais tarde, escolhido para comandante da Escola Militar, fez com que uma sublevação daquela Escola, nos primeiros anos deste século, pudesse ser amainada e terminada sem derramamento de sangue. Como ministro da Guerra, conseguiu fazer com que o Exército Nacional tomasse uma nova direção, um novo sentido, fazendo com que tivesse, no Brasil, o recrutamento geral e, depois, [foi] eleito presidente da República, numa das maiores campanhas que o Brasil teve.

Com ele se batia um dos maiores gênios brasileiros, um homem que com a pena e com o verbo procurava e conseguia derrubar figuras e Ministérios. Tinha contra ele, naquela campanha, Rui Barbosa, a futura “Águia de Haia”.

Presidente da República, Hermes da Fonseca mostrou-se um presidente liberal e democrático. Terminado seu período presidencial, foi eleito senador

pelo seu Estado natal. Deixando a senatoria foi para a Europa e quando, anos depois, voltava para o Brasil, o velho Marechal juntou-se à mocidade das escolas militares, acompanhando-a quando um Brasil novo procurava traçar os novos destinos da pátria.

Outro fato, senhor presidente, que hoje relembramos, é também um fato histórico: o assalto ao Palácio Guanabara pelos então integralistas. Não procurarei mostrar se tinham ou não razão, naquele assalto, os integralistas que nele tomaram parte. Procurarei, somente relatar fatos históricos. É sabido, senhor presidente, que, nos fins da Primeira Grande Guerra, o mundo passava por uma nova transformação, principalmente depois de proclamada na Rússia uma nova ordem das coisas, quando se implantava, num Estado, o socialismo. Este novo estado de coisas transferiu-se a outros países e, logo depois, na Itália, um antigo membro do socialismo conseguiu realizar, também, outra transformação.

Na Alemanha, Hitler, aproveitando-se da situação criada pela derrota de 1918, formou, também, seu partido de sentido totalitário. Mas seu pensamento [era] diferente do pensamento italiano, porque baseado em outras fontes. Enquanto o fascismo italiano firmava-se em história; o alemão, em raça. Os fundamentos do hitlerismo [os] encontramos no racismo pregado por Gobineau¹⁰, na filosofia de Nietzsche e na geografia política de Ratzel¹¹. Essas ideias gerais no mundo e aqui no Brasil [foram as que] tomou o curso nacionalista. Originou-se, do movimento nacionalista que aqui se formou, depois de 1922, pelo ramo dirigido por Plínio Salgado, o então escritor de *O Estrangeiro*.

O integralismo, senhores deputados, se assemelha ao hitlerismo e ao fascismo de Mussolini numa parte: que devia ele ser o partido único. Pregava o desaparecimento da pluralidade dos partidos e declarava que a democracia estava falida, que devíamos ter um Estado forte, baseado no partido único: o integralismo.

Sr. Vicente Schneider – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

10 Arthur de Gobineau: escritor, diplomata e filósofo francês, famoso por suas teorias sobre a supremacia racial no século XIX.

11 Friedrich Ratzel: geógrafo e etnógrafo alemão, que cunhou o conceito Lebensraum, espaço vital, central para a Geografia Antropológica, e que se remete ao espaço físico e social de vida dos agrupamentos humanos. O conceito, criticado dentre outros por Lucien Febvre pelo seu determinismo geográfico, foi encampado pela ideologia nazista.

Sr. Vicente Schneider – Pela explanação de V. Exa., considero estas afirmativas bastante falhas.

SR. OSNI RÉGIS – Se V. Exa. considera falhas, poderá dizer onde estou em erro?

Sr. Vicente Schneider – Virei ocupar esta tribuna para dizer que o integralismo nada tinha a ver com o fascismo, nazismo e muito menos [com o] comunismo.

SR. OSNI RÉGIS – Acabo de falar que o integralismo se assemelha com o fascismo italiano não no tocante às bases. O fascismo italiano tentava ressurgir o esplendor imperialista da antiga Roma e o hitlerismo aspirava a formação duma Alemanha “pura” racialmente e também imperialista. Quanto ao integralismo, conheço-o muito bem, porque o estudei bastante, tendo mesmo assistido a várias conferências do senhor Plínio Salgado e das outras principais figuras do movimento. Ao redor do senhor Plínio Salgado reuniu-se um grupo de homens, alguns de valor cultural indiscutível, como Gustavo Barroso, Miguel Reale. Aqui, em Santa Catarina, tivemos um movimento bem grande. Entre eles, o eminente catarinense Gama d’Eça e também o jovem estudante Jorge Lacerda¹². Depois...

Sr. Vicente Schneider – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Vicente Schneider – Poderá acrescentar os Srs. Saulo Ramos, Ivo D’Aquino e vários outros homens públicos.

SR. OSNI RÉGIS – Não estou atacando ninguém, Exa., nem o Senador Saulo Ramos nem o Dr. Ivo D’Aquino. Estou dizendo o que ouvi, o que sei. Não estou atacando ninguém. Quero contar fatos.

Sr. João Colodel – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. João Colodel – É com surpresa que ouço dizer que o Senador Saulo Ramos foi integralista. Mas se isto for verdade, quero afirmar que então exis-

12 Em 1955, era candidato pelo PRP ao Governo do Estado de Santa Catarina, com apoio da UDN.

tem dois candidatos ao Governo do Estado que envergaram a “camisa verde”, sendo que um ainda continua com as mesmas ideias.

Sr. Laerte Vieira – Não quero tirar o brilho do belo discurso de V. Exa., mas vou acrescentar ao aparte do Deputado Schneider que o Senador Saulo Ramos também foi udenista.

Sr. Vicente Schneider – Até ex-integralistas foram secretários de Estado ou ainda são.

Sr. João Colodel – Com estes apartes, nesta marcha, ficaremos sabendo o número certo de integralistas em Santa Catarina.

(Risos.)

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: assim é que se tornou grande esse movimento, principalmente em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, em São Paulo e em outros Estados. E logo cedo começaram os choques não tanto com os grupos liberal-democratas, mas principalmente com aqueles que tinham ideias socialistas e ideias comunistas. Houve mesmo choques sangrentos, como nas praças de São Paulo.

Pois bem, senhor presidente, em 1937 chegávamos, a Nação Brasileira, a um estado sensível; parecia que a nação estava desagregada a ponto de grande revolta. Sentia-se a necessidade de alguma coisa quando, em 10 de novembro de 1937, o então Presidente Getúlio Vargas deu o golpe de Estado, apoiado pelo Exército Nacional e apresentou uma nova Constituição.

Sr. João Colodel – Acabei de ouvir, também, que S. Exa., o imortal Getúlio Vargas, apoiado pelas Forças Armadas, houve por bem dar o golpe de Estado e acabar com o Movimento Integralista. O integralismo, pelo que parece, não era coisa muito boa.

Sr. Vicente Schneider – Engano de V. Exa. O ex-Presidente Getúlio Vargas não acabou com o integralismo, porém, fechou todos os partidos políticos do Brasil.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: com o Golpe de 10 de Novembro, sentiram que o movimento de desagregação havia parado, havia desaparecido o sentimento separatista de alguns Estados. É bem verdade, não

podemos negar, a democracia foi afastada; haviam sido fechados os partidos políticos. Nessa ocasião, o Partido Integralista imaginou-se no poder. Estava certo de que a direção da nação ficava com ele. Tanto que, senhor presidente, nesse momento, fez esse partido grande parada no Rio, como demonstração de força. Logo após o Presidente Vargas fechava os partidos, inclusive a Ação Integralista. Sim, “Ação” e não “Partido”, pois os integralistas não se consideravam reunidos em partido. Além disso, foram proibidas as milícias integralistas. Sentindo que no momento havia [ilegível], elementos da Ação Integralista prepararam e se lançaram ao golpe ao Palácio Guanabara, residência do presidente. Imaginaram, esses elementos integralistas, fazer aqui no Brasil o que fizeram os nazistas com a Áustria, quando assassinaram Dollfuss¹³. Esqueceram-se, porém, que não havia continuidade espacial (sic) da Alemanha e Brasil. Esqueceram-se dos ensinamentos de Ratzel e do que a esse respeito falou Hitler, no *Mein Kampf*.

Sr. Vicente Schneider – V. Exa. permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Vicente Schneider – V. Exa. está falando em intentona integralista. V. Exa. está falseando fatos históricos. V. Exa. não vai querer insinuar que o General Flores da Cunha e outros chefes do movimento têm sido integralistas.

SR. OSNI RÉGIS – O movimento foi chefiado pelo Tenente Fournier, que se portou com coragem. Aqui ressalvo que nem todos os integralistas estavam de acordo com tal movimento. Era a primeira vez que, pelo ataque à residência do presidente da República, se procurava assassinar a maior autoridade do país. Nem os comunistas assim fizeram e não procuraram atacar precisamente o presidente da República dentro do seu palácio. Podiam eles matar o presidente da República, mas não tomar o país, pois, para isso, precisa da base do povo.

Depois disso é que altas figuras do integralismo se retiraram da Ação Integralista, como Miguel Reale, que se tornou grande professor de Filosofia do Direito e Gustavo Barroso. No nosso Estado, o poeta e prosador, Dr. Gama D’Eça, se afastou completamente do integralismo como muitas outras grandes figuras, que mais tarde ingressaram em outros partidos políticos, não seguindo

¹³ Engelbert Dollfuss: ditador austríaco morto em um golpe militar fracassado promovido por agentes nazistas em 1934.

mais a orientação de Plínio Salgado. E esse mesmo, foi para Portugal onde escreveu livros, como essa grande obra que é a *Vida de Jesus*.

Sr. Sebastião Neves – Por aí, V. Exa. vê que o integralismo era composto de gente muito específica.

Sr. Vicente Schneider – Não se viu (sic) falar, Exa., que Plínio Salgado tivesse má-índole, fosse um sanguinário como o quer pintar. Somente, de acordo com o estatuto do Partido, queriam os integralistas governar o Brasil. Dentro dos meios legais, pretendiam chegar ao poder.

SR. OSNI RÉGIS – Mas, senhores deputados, se o poder caísse em suas mãos...

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. está com medo de algum embate integralista no Estado?

SR. OSNI RÉGIS – Não, Exa., foram, no período de 1946, criados novos partidos e foi criado, também, o Partido de Representação Popular, que tem nos seus estatutos diretrizes democráticas. É um partido que foi criado por antigos integralistas e que não tinha, de início, ideias democráticas. Hoje, por exemplo, escutando o Sr. Plínio Salgado, na *Rádio Globo*, verificamos que sua atuação já está sendo outra. Já afirma que continua com os ideais antigos, isto é, integralistas.

Sr. Vicente Schneider – V. Exa. declarou que os elementos que eram do Partido Integralista foram para um partido, outros ficaram indiferentes, ficaram alheios à política, depois, mais adiante, V. Exa. acentuou que o Partido de Representação Popular foi formado pelos integralistas.

SR. OSNI RÉGIS – Foi formado por um grupo da extinta Ação Integralista Brasileira.

Sr. Vicente Schneider – Acontece, senhores deputados, que nele ingressaram muitas pessoas que nunca tiveram relação com o integralismo, porém, desejavam lutar pelo programa do PRP.

SR. OSNI RÉGIS – Senhores deputados, o que estou afirmando é o que li e ouvi. Ainda ontem, pelo rádio, ouvi as declarações do Sr. Plínio Salgado que afirmava que, como candidato à presidência da República, lutaria pelos ideais do integralismo.

Sr. Presidente – Permita-me lembrar ao orador que dispõe de dois minutos para terminar a Hora do Expediente.

SR. OSNI RÉGIS – Obrigado, V. Exa. Na data de hoje comemoramos o centenário do Marechal Hermes da Fonseca, lembrando fatos históricos, e aproveitamos para lembrar que se avizinha a campanha eleitoral e que existe um candidato do PRP, que talvez venha a assumir a governança do Estado e que não faça como o chefe de seu partido, que disse pelo rádio que havia de lutar pelos ideais do seu partido, isto é, os ideais da extinta Ação Integralista Brasileira. Faço questão de lembrar este fato; não somos contrários a quem quer que seja e o PRP aqui, na Assembleia, conta com dois representantes ilustres, Deputados Vicente Schneider e Luiz de Sousa, e a Câmara Federal também conta com um candidato ao Governo do Estado, o jornalista Jorge Lacerda. E se o ilustre Deputado Jorge Lacerda vier a ser o Governador do Estado, aqui fica o nosso apelo para que S. Exa. não procure implantar em Santa Catarina os princípios integralistas, expostos agora pelo PRP.

19ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1955, ÀS 8H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, nobres senhores deputados: o primeiro assunto que me traz à tribuna, na presente sessão é novamente usar da palavra para reclamar sobre as irregularidades do serviço de luz no Estreito; dia sim e dia não estamos sofrendo a falta de energia elétrica. Às primeiras horas da noite e do dia ela sempre falta, razão por que a reclamação é geral e estou transmitindo, nesta oportunidade, esta irregularidade que aflige os moradores do Estreito.

Sr. Ivo Silveira – Solicitei o aparte, porque quero que V. Exa. saiba que o meu município, o Município de Palhoça, está nas mesmas condições.

SR. OSNI RÉGIS – Também, no momento, quero levantar a minha palavra para dizer duas palavras sobre o discurso lido pelo nobre Deputado Paulo Konder Bornhausen. Um dos deputados da nossa bancada responderá a S. Exa. e mostrará as inverdades que pretendeu lançar à figura, por todos os títulos respeitável, do Senador Nereu Ramos. Na ocasião, então, teremos um dos deputados da nossa bancada respondendo os ataques infundados. No

momento, não podemos deixar de dizer a S. Exa. que o nobre Senador Nereu Ramos, como pretendeu dizer S. Exa., não é em absoluto um traidor. S. Exa., o nobre Deputado Paulo Konder Bornhausen, trouxe para aqui um discurso e o leu com brilhantismo, mas não deu oportunidade para ser aparteado, de vez que não se sentia firme no terreno que pisava, fazendo-nos crer ser o autor do que lia... Naturalmente, esta campanha está começando a ser feita por um grupo da União Democrática Nacional, o chamado “grupo novo da UDN”, pois que o ataque ao senhor Nereu Ramos partiu do nobre Deputado Konder Reis, jovem parlamentar federal que [está] pretendendo se fazer conhecido. Fundamentos há para minha afirmação, pois que a revista *O Cruzeiro* trazia, há dias, fotografias de S. Exa. com legenda de ilustre desconhecido. Péssima investida a de S. Exa.; pretende ofuscar o brilho de uma das mais respeitáveis e brilhantes figuras do cenário político federal. Homem que, por quatro anos, foi presidente da Câmara Federal, presidente do Senado no Governo General Dutra e, como tal, vice-presidente da República, tendo assumido a Presidência, por diversas vezes. Hoje, dirige os destinos do Senado. Traidor, jamais se poderia chamar o senhor Nereu Ramos. Se traidor houve foi o senhor Irineu Bornhausen, porque aqui, nesta Assembleia, o líder da UDN fez questão de ler o trabalho da plataforma política do senhor Etelvino Lins, daí deduzir-se que havia o apoio. Portanto, havia o apoio claro, explícito do chefe do partido de Santa Catarina, que era o senhor Irineu Bornhausen, ao senhor Etelvino Lins. Dias depois, o senhor governador se encontrava com o senhor Jânio Quadros e tramavam outra candidatura, a do General Juarez Távora. Se houve traição, essa partiu do senhor Irineu Bornhausen, que traiu o seu próprio partido. Sim, senhores deputados, em vez de tirar elementos do seu partido para candidato a governador, S. Exa. foi buscar de um partido menor. Há, no seio da União Democrática Nacional, elementos capazes para dirigir o Estado. Temos, por exemplo, a figura do Cel. Aristiliano Ramos; temos outra personalidade marcante, o Dr. Wanderley Júnior e outras que poderíamos citar neste momento. S. Exa., o senhor Irineu Bornhausen não só traiu o seu partido, como também está traindo o Estado de Santa Catarina. S. Exa. quer colocar os destinos de Santa Catarina nas mãos de um fascista. Essa é que é a verdade, senhores deputados. Se houver um traidor, esse é o senhor Irineu Bornhausen.

Sr. Orlando Bertolli – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Orlando Bertolli – O senhor Jorge Lacerda era um dos primeiros que levantava o braço e gritava “Anauê”.

Sr. Mário Brusa – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não, Exa., com prazer.

Sr. Mário Brusa – V. Exa. não deve esquecer que o companheiro de chapa do Dr. Francisco Gallotti, o Dr. Miranda Ramos, também era integralista, reservando-lhe um desse entusiasmo anti-integralista (sic).

(Trocam-se apertes. O senhor presidente faz soar os tímpanos.)

Sr. Laerte Vieira – Houve uma confirmação de que o Deputado Miranda Ramos pertenceu à antiga Ação Integralista Brasileira. Mas isso não vai ao caso, pois que o atual Partido de Representação Popular constitui-se legalmente, tanto assim é que mereceu o Registro do Superior Tribunal Eleitoral. Inversamente aconteceu com o partido de esquerda, ao qual V. Exa. pertenceu, e que está fora da lei; não conseguiu registro.

SR. OSNI RÉGIS – É cousa sabida que o PRP é formado, na sua totalidade de elementos que pertenceram à antiga Ação Integralista Brasileira. V. Exa. deve ler o livro de autoria do Plínio Salgado, *O integralismo perante a nação brasileira*, no qual o senhor Plínio Salgado afirma que esse partido era uma continuação da Ação Integralista Brasileira e que ele lutava para acabar com os partidos do Brasil. Também há poucos dias foi publicado um artigo no *O Jornal*, da lavra de um deputado do PRP, no qual salientava ser necessário lutar-se pelo levantamento da Ação Integralista Brasileira. Não se pode negar que o candidato que a UDN lançou para governador é um desses homens que permanece na Ação Integralista Brasileira. É por isto que os grandes chefes da UDN não puderam continuar a dar apoio ao Governo Irineu Bornhausen; pessoas essas como a figura do Dr. Wanderley Júnior e Aristiliano Ramos, não puderam concordar que se quisesse colocar, no Governo do Estado, um elemento fascista. Nós temos que lutar para que Santa Catarina não seja traída mais uma vez. Se houve um traidor em Santa Catarina, esse traidor é o senhor Irineu Bornhausen.

Senhor Presidente, já frisei que a defesa do senhor Nereu Ramos será feita logo após tenhamos lido o discurso do senhor Deputado Paulo Konder Bornhausen.

Sr. Antônio Almeida – Acho que não há necessidade de defesa, visto o pedestal em que se encontra o senhor Nereu Ramos. Em torno das palavras proferidas pelo senhor Paulo Bornhausen, não há motivo de defesa porquanto S. Exa. nem apartes consentiu. O seu discurso não exige defesa.

Sr. Rubens Nazareno – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte¹⁴.

21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: tive oportunidade, há dias, de ler o ofício do Sindicato da Indústria de Blumenau, a respeito de um discurso proferido pelo Sr. Deputado Orestes Brusa. Tenho o prazer de ler, neste momento, um artigo sobre aquele discurso, assinado pelo Sr. Ernesto Stodieck Jr., que é o seguinte:

Blumenau, 10 de maio de 1955.

Ilustre Deputado Senhor Mário Orestes Brusa:

Infelizmente não tenho a honra de contar [com] a sua honrada pessoa entre os meus conhecidos pessoais. Mesmo assim, tomo a liberdade de dirigir-lhe a presente, já que V. Exa. tanto me distinguiu ao mencionar meu apagado nome em vibrante discurso, publicado na *Gazeta* de domingo.

V. Exa. imediatamente cativou minha simpatia ao falar na “Ilha”, pois sou de lá. O discurso de V. Exa. recordou-me tanta felicidade e satisfação! Como rapaz de 15 anos já havia dado a volta à Ilha a pé. Conheço seus morros, suas enseadas, seus rios, suas lagoas, suas praias, seus lindos recantos escondidos. Poderia mostrar-lhe os melhores lugares de pescar cocorocas, badejo, papa-terra, enxoveta e garoupa. Sei onde o baiacu-das-pedras aborrece a vida da gente. Conhece, o ilustre deputado, o prazer de uma boa bordejada de canoa, com o nordeste duro, daquele de quebrar cais? Conhece os sinais do vento-sul? Sabe cerrar velas, tomar caldo de peixe com os pescadores? Tudo isso representa, para mim, um prazer imenso e quem evoca esses sentimentos, é meu amigo.

V. Exa. pertence a um partido político. Eu não. Isso faz com que V. Exa. esteja sujeito à disciplina partidária. O seu partido naturalmente tem programa. E claro, V. Exa. o defende. É seu dever e, por isso, não me sinto atingido por pequenos ataques pessoais, quando partem de V. Exa. Merece, V. Exa., toda a minha com-

¹⁴ A continuação da sessão não foi localizada nos exemplares da coleção dos anais disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

preensão e até minha gratidão, pois, ao atacar a minha humilde pessoa e a fábrica que tenho a honra de dirigir, esqueceu-se V. Exa. de rebater os sólidos argumentos opostos ao aumento de imposto pelo Sindicato que represento. Esqueceu-se, V. Exa., de que esses argumentos não são apenas meus, mas da totalidade dos industriais têxteis desta região, do comércio e da indústria em geral desta zona, de experimentados e ponderados homens de negócios, que puseram suas convicções e o bem público acima de suas simpatias políticas. Sim, porque entre os componentes do Sindicato das Indústrias Têxteis e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau figuram numerosos udenistas.

Se V. Exa., apesar de não me conhecer pessoalmente, me intitula de “tubarão”, a sua incerteza de ganhar a causa abraçada deve ser grande. “Quem está com a razão não precisa xingar”, diz a minha gente lá da Ilha. Foi o que V. Exa. fez: xingou. Lançou mão até de chapas tão batidas e até suspeitas, como “reacionário”, “tubarão”, “capitalista sem entranhas”, “opressor das classes humildes”. Não se lembrou, V. Exa., de que setas tão aguçadas, lançadas no escuro, poderão acertar alvos muitos maiores dentro de suas próprias fileiras? Se V. Exa. realmente pretende combater os “capitalistas”, por que perde tempo com um insignificante como eu, quando há os muito maiores, muito mais chegados a V. Exa.?

Entretanto não guardo rancor a V. Exa. Está V. Exa. cumprindo o que considera sua obrigação partidária. Mas lhe peço o grande favor de visitar-me na Empresa Industrial Garcia. Terei imenso prazer em recebê-lo e apresentar a V. Exa. o nosso “infeliz” operariado.

Defensor das classes humildes e conhecedor dos assuntos econômicos, talvez possa fornecer-me, V. Exa., preciosos conselhos sobre como minorar o sofrimento dos trabalhadores ou como escapar aos efeitos da inflação, etc. (o fato de ter V. Exa. somado as reservas às provisões em nada diminui sua autoridade em questões financeiras). Estamos fazendo tão pouco pelo nosso operariado... Talvez conheça V. Exa. organizações particulares ou governamentais que ofereçam aos seus empregados melhores condições de vida do que nós! Apenas damos ao nosso operário seguro de vida gratuito, casas completas pelo aluguel de C\$ 45,00 por mês, terras para plantar e criar, praças de esportes. Apenas fornecemos aos nossos operários e às suas famílias assistência médica e dentária gratuita, creche, enfermaria, remédios, ondas curtas e infravermelhos. Apenas vendemos aos nossos operários os gêneros de primeira necessidade aos preços de muitos anos atrás, desembolsando a diferença.

Sim, ilustre senhor deputado, compramos a banha por C\$ 33,00 (trinta e três cruzeiros) e a vendemos aos nossos operários por C\$ 8,50. Chegamos a pagar pelo trigo, no câmbio negro (confessamolo), doze cruzeiros e continuamos a vendê-lo aos operários por três. Fornecemos o feijão a 1,50, o açúcar a 2,50, o arroz a 3,00, por quilo e assim por diante. E não o fazemos com propósitos demagógicos. Em troca não exigimos apoio político, nem aspiramos a cargos públicos. Mas como disse, talvez possa apontar-nos, V. Exa., quem faça mais e por isso aguarde com prazer sua visita. Sem querer ferir

sa sensibilidade, permita-me até oferecer a condução necessária, pois, por certo, V. Exa. não deseja servir-se de automóvel de “chapa branca”, cujo aparecimento em ambiente operário despertaria os habituais e desagradáveis comentários.

A Empresa que dirijo também teve lucros, é natural, não é uma instituição de caridade. Dá lucros, graças a Deus, e não precisa ser sustentada pelos poderes públicos. Ao contrário, contribui para os cofres públicos com somas apreciáveis. Em 1954, recolheu aos cofres públicos a “insignificância” de 38 milhões de cruzeiros. Pagou em impostos federais, estaduais e municipais o total de 19 milhões de cruzeiros e recolheu, em ágios de importação, outro tanto. Todos esses impostos, como também os ágios (considerados verdadeiros “confiscos”) destinam-se aos serviços públicos; têm a patriótica finalidade de subsidiar os que zelam pelo bem-estar do nosso povo. Somos desumanos e gananciosos por fazermos oposição a qualquer novo aumento de tão elevados impostos?

Somos impertinentes por manifestarmos com serenidade nossa opinião sobre assunto que tão diretamente nos toca?

Sim, nobre deputado, temos tido lucros. Mas não os absurdos sugeridos em seus discursos. V. Exa. não se lembrou da desvalorização da moeda, da inflação. Já calculou, V. Exa., o lucro que lhe teria dado um dólar empatado em 1950? Custava então C\$ 18,70, enquanto custa hoje C\$ 80,00, quando não licitado com ágios de C\$ 100,00, a C\$ 200,00. Se o dólar na gaveta deu esse lucro, não teve o direito de valorizar da mesma forma quando empatado na indústria? E sabe o ilustre deputado que, apesar de serem tais lucros provenientes da inflação, nossas leis nem por isso deixam de taxá-los como lucros? Infelizmente ainda há quem, como nós, inclui essas valorizações inflacionárias em seus balanços e sobre elas recolhe os impostos devidos. Por certo V. Exa. estranhou esse fato, ao citar as cifras “alarmantes” dos nossos balanços. Pois percebeu, V. Exa., que tais “lucros” foram investidos novamente em nossa indústria, dando-lhe impulso e desenvolvimento? Notou, V. Exa., que, ao aumentarmos o movimento da nossa fábrica de forma tão espetacular, conseguimos beneficiar o Governo Estadual com uma elevação correspondente na arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações, elevação essa que de 1952, para 1954, importou em 78%? Não esperamos que o Governo do Estado nos agradeça este fato, nem queremos honrarias, mas nos julgamos no direito de protestar, de defender-nos quando se pretende aumentar o imposto de 3 para 3,6%, quando se vai novamente ao nosso bolso, e, repito, ao bolso do povo. Mereço, por isso, insultos pessoais?

Como industrial que sou, estou habituado a medir a distância do passo pelo tamanho da perna. Os resultados que V. Exa. critica demonstram que não errei o pulo. Quando quero desenvolver a indústria e não tenho o dinheiro, recorro às possibilidades oferecidas pelo crédito. Nunca me veio à cabeça financiar algum plano pelo expediente de levantar os fundos necessários junto a outrem, sem ter a possibilidade ou intenção de devolvê-los. Mais uma vez: basta de aumento de impostos!

Não pretendo continuar a discussão do Plano de Obras e Equipa-

mentos, ilustre senhor deputado, pois não estou em condições de responder a argumentos tão absurdos como os que estão sendo empregados na ânsia de propagar o planejado aumento de imposto, entre os quais cito apenas este bellissimo exemplo de lógica: “Tudo aumenta, o Imposto de Renda, o Imposto de Consumo, os ágios cambiais – e nós, então, não podemos aumentar a taxa do Imposto de Vendas e Consignações?”.

Estou ao inteiro dispor de V. Exa. e, conforme disse, sentir-me-ei verdadeiramente honrado se pudesse receber sua visita, da qual, tenho a certeza, teríamos ambos grande proveito.

Saudações respeitosas.

(a.) **Ernesto Stodiek Jr.**

Senhor presidente, senhores deputados: procedi à leitura da carta em resposta dada pelo Sr. Ernesto Stodiek Jr. ao Sr. Mário Brusa.

(Ainda na mesma sessão).

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: o presente projeto de lei, de origem parlamentar, encaminhado pelo nobre Deputado Estivalet Pires, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação da Juventude Universitária Católica, com sede nesta capital. Senhor presidente, possivelmente o maior filósofo do marxismo, Lefebvre, em obra recente dizia que existem três filosofias de vida: a individualista, a marxista e a católica. Dizia ele que todas as outras são derivadas ou então desvios dessas três filosofias de vida. O individualismo, por exemplo, se originara do movimento da Reforma. Esse sentido individualista encontramos já na Renascença, no tocante às artes. Na Filosofia, seu movimento foi iniciado primeiro por Descartes. Já a filosofia marxista, como todos sabem, encontrou ali seu verdadeiro sustentáculo e sua verdadeira base em Marx e no seu sentido atual em modificações de suas práticas pelos ensinamentos de Lenine e Stalin. Já um pensador, o maior filósofo da História da atualidade, que é Toynbee¹⁵ notava que a nossa civilização é originada da greco-romana, e tem o seu sentido atual em virtude do catolicismo. Este catolicismo, senhor presidente, precisou, poucos anos atrás, encontrar uma nova tendência para poder lutar contra as outras filosofias de vida; contra o individualismo e o comunismo, ela tem sua forma na Encíclica clássica de Leão XIII. [Com] essa nova forma provaram, portanto, novas diretrizes e estas foram trazidas com a fundação da Ação Católica. É que, senhor presidente, houve e era necessário o movimento católico. Era necessário maior movimento no sentido, especial-

15 Arnold J. Toynbee: historiador e filósofo inglês, famoso pelos doze volumes de *Um estudo da História*.

mente, da formação religiosa, baseada numa filosofia [ilegível], principalmente para leigos. Este movimento [ilegível].

(Ainda na mesma sessão.)

SR. OSNI RÉGIS - Senhor presidente, senhores deputados: o ilustre Deputado Miranda Ramos falava que não se podia ainda ter juízo firmado a respeito do Plano de Obras e Equipamentos, encaminhado a esta Assembleia pelo senhor governador do Estado, por fato que se encontra em estudos. Tem-se dito que nós, os deputados da oposição, não temos procurado estudar esse Plano. Mas, senhores deputados, é o contrário, porque temos estudado o Plano é que encontramos, dentro dele, uma parte que nos parece defeito fundamental. Pode ser que nossa interpretação esteja errada e se a expusermos agora, é com a finalidade de que nos demonstrem se há ou não defeito. A nossa finalidade é sabermos se lê (sic) no Plano, a arrecadação do Imposto de Vendas e Consignações de 1955 a 1964 será de Cr\$ 9.173.000,00 será de:

Cr\$	459.000,00 em 1955;
Cr\$	524.000,00 em 1956;
Cr\$	605.000,00 em 1957;
Cr\$	750.000,00 em 1958;
Cr\$	814.000,00 em 1959;
Cr\$	919.000,00 em 1960;
Cr\$	1.053.000,00 em 1961;
Cr\$	1.310.000,00 em 1962;
Cr\$	1.379.000,00 em 1963;
Cr\$	1.460.000,00 em 1964.

Com 20%, sobre esta parcela, o Estado pretende fazer aquelas obras programadas. A mim parece, por exemplo, haver aqui um defeito; não se leva em conta a cota que caberá aos municípios. Pois aos municípios, conforme reza a Constituição, caberá 30% do excesso de arrecadação, e não se levou em conta, repito, este preceito constitucional. Não foi anotada a parcela que deverá ser entregue aos municípios em virtude do preceito constitucional. Parece-me, então, que o Estado não vai ficar com um bilhão de cruzeiros para servir de base ao Plano, e se o Estado não arrecadar essa quantia, como espera, então, concluir as obras programadas?

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. trouxe à discussão assunto interessante e perguntaria se as arrecadações dos municípios não estariam, também, sujeitas a alterações, a um acréscimo que resultaria na redução da cota-parte, conforme reza o Art. 140 da Constituição?

SR. OSNI RÉGIS – Temos notado, principalmente nós, que fomos prefeitos, que a diferença da arrecadação municipal e estadual está cada vez sendo maior, e os municípios, geralmente, têm seus impostos fixos, enquanto o de Vendas e Consignações é variável. Nele entram mais negócios, mais movimentos; há, portanto, esse aumento.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. calculou? Pode prever esse excesso em quanto monta?

SR. OSNI RÉGIS – Não estudei esta parte. Fiz questão de frisar aqui que este é um ponto fraco no Plano de Obras e Equipamentos e que não foi levada em consideração esta parte sobre o excesso de arrecadação. Ora, senhores deputados, meu propósito é mostrar o problema, pois se não alcançar o Estado as quantias necessárias, como terminar as obras programadas no Plano? Se, atualmente, esse excesso de arrecadação ocorre, como acontece em quase todos os municípios, se de ano para ano, essa diferença é maior ao Estado, porque deverá pagar aos municípios o excesso, na base de 30%, não restarão quantias suficientes para terminar o Plano. Infelizmente não sei se comparecerá a esta Assembleia o ilustre secretário da Fazenda, porque S. Exa., então, nos poderia dizer da razão de ser ou não desta nossa objeção ao Plano. Outra parte, senhor presidente, que foi discutida quando aqui veio o senhor secretário da Agricultura, foi a respeito da porcentagem das ações que deverá caber ao Estado desta sociedade mista a ser constituída. No relatório do Plano fala-se que esta parte será de 51%, mas, infelizmente, no corpo do projeto nada há a esse respeito. O secretário da Agricultura, perguntado sobre isso, nos informou de que ele não sabia o motivo por que não se encontrava no corpo do projeto esta parte tão importante, pela qual ao Estado cabiam, obrigatoriamente, 51% das ações destas sociedades mistas.

Sr. Vicente Schneider – Neste particular V. Exa. deve estar lembrado que o senhor secretário da Agricultura explicou que não poderia dar uma solução

concreta por ser parte muito relativa, pois ignora-se se vingam essa parte do projeto de lei. Explicou, ainda, que se caso (sic) falhasse a iniciativa particular, o Estado tinha obrigação de ampliar as cotas.

SR. OSNI RÉGIS – Tem o Estado obrigação de ficar com 51% das ações das sociedades mistas, pois sem o preceito da lei poderá ocorrer que particulares fiquem com mais de 50% das ações e, então, estaria o Estado em minoria.

Sr. Laerte Vieira – É característico neste tipo de sociedade pertencer ao Poder Público a maioria das ações. Não precisa V. Exa. ficar preocupado com isso.

SR. OSNI RÉGIS – Mas necessário se torna existir uma lei que regule...

Sr. Laerte Vieira – A matéria já é regulada.

SR. OSNI RÉGIS – Perguntado pelo Deputado João Colodel e por mim, o senhor secretário da Agricultura não sabia por que não se encontrava esse preceito no corpo do projeto de lei. O Plano é omissivo nas porcentagens das cotas; ele não diz que o Estado ficará com 51%.

Sr. Vicente Schneider – Mas logo se subentende que o Estado terá a participação maior.

SR. OSNI RÉGIS – Subentende-se coisa alguma. A lei precisa e deve ser explícita neste particular. Ela necessita trazer no seu texto as cotas determinadas para o Estado e para as empresas particulares.

Sr. Laerte Vieira – Se V. Exa. me permite, eu lhe diria que no Art. 7º do projeto de lei, enviado a esta Assembleia, figura a autorização ao Poder Executivo, para organizar, de acordo com o Art. 1º, as sociedades de economia mista. Acresce, ainda, que a nossa finalidade é interessar os particulares nesta empreitada de progresso. Sabe-se, entretanto, que o capital particular não atingirá em absoluto aquela cota que lhe é reservada.

SR. OSNI RÉGIS – No Plano de Obras, o Estado garante o dividendo de 12% ao ano, portanto, um dividendo razoável e a garantia desse dividendo está no corpo do projeto.

Sr. Laerte Vieira – Veja V. Exa. que só através de um dividendo deste

é que, possivelmente, conseguiremos a participação de capitais nacionais. Na atual situação financeira não se conseguirão recursos particulares para esses investimentos sem atraí-los de alguma forma.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: esses foram dois dos pontos que nós levantamos aqui e foi para mostrar que não estamos deixando de estudar o Plano de Obras e Equipamentos. Estamos procurando estudá-lo e ver melhor aquilo que nós achamos que são seus defeitos e estamos aqui para discuti-los, porque um empreendimento de vulto como este não poderá ser aprovado unicamente por simples “ouvi dizer”. É necessário discuti-lo e daí a razão por que vimos hoje a esta tribuna mostrar dois pontos que nos parecem fracos – o primeiro, a respeito da parte do excesso de arrecadação, a qual não foi tomada em consideração, que deverá caber ao município; o outro, de se marcar o mínimo das ações que deverá caber ao Estado.

Era o que tinha dizer.

51ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 1955, ÀS 8H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: acabo de receber telegrama de Urubici, do nobre e ilustre suplente de Deputado, Sr. Edmundo Rodrigues, do seguinte teor:

Deputado Osni Régis – Assembleia Legislativa – Florianópolis. Comunico nobre deputado que o Sargento Plácido Leal, Sub-Delegado deste distrito está agindo arbitrariamente a pedido de seus chefes políticos. Peço intervir junto Assembleia e poderes competentes para solucionar imediatamente tais perseguições desenfreadas que aqui já se iniciaram.

Saudações.

Edmundo Rodrigues

Senhor presidente: daqui desta tribuna, depois de ler esta mensagem, lanço minha palavra pedindo a S. Exa., o senhor secretário de Segurança Pública, para que procure coibir estas perseguições que, de vez em quando, são trazidas ao conhecimento desta Casa.

É necessário que tenhamos, em 3 de outubro, eleições livres; é necessário que se deixem estas perseguições por motivos políticos. Estou certo que o

ilustre Deputado Parigot, ora no cargo de Secretário de Segurança Pública, há de resolver esse caso, essas perseguições e que nem de Urubici e nem de outro lugar do Estado tenhamos que receber semelhantes acusações. Que tenhamos, isto, sim, eleições livres em todo o Estado, sem arbitrariedades policiais.

Sr. Ivo Silveira – Acho que V. Exa. tem razão quando faz apelo ao senhor secretário de Segurança Pública. No meu município houve um caso de perseguição por parte do delegado e S. Exa. tomou as necessárias providências, exonerando-o, terminando, assim, aquelas arbitrariedades. Tenho certeza que V. Exa. será atendido pelo senhor secretário de Segurança.

SR. OSNI RÉGIS – Como vemos, senhor presidente e senhores deputados, S. Exa., no Município de Palhoça, já resolveu o caso. Estou certo que resolverá outros casos que estão ocorrendo no Estado de Santa Catarina.

51ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: acabamos de escutar a leitura de uma série de telegramas enviados por funcionários públicos a esta Assembleia, pedindo encarecidamente ao excelentíssimo senhor líder do Governo do Estado, a fim de que S. Exa. envie para esta Casa Mensagem solicitando abono aos funcionários, o tão almejado abono. É, senhor presidente, que na Mensagem, ou melhor, no discurso do candidato Irineu Bornhausen, dizia S. Exa. que não sabia como um povo, que alcançou tão elevados princípios no tocante à legislação trabalhista, tivesse deixado esquecido o pessoal da Casa, que é o funcionalismo público. Disse, S. Exa., que providenciaria de imediato para que os funcionários públicos tivessem os seus vencimentos condizentes ao custo de vida. É sabido que durante estes últimos quatro anos o custo de vida, no Brasil, elevou-se de maneira assombrosa, alcançando a casa dos 100%. Nos últimos meses, já este custo de vida ultrapassava os 20%. Há, portanto, necessidade de um reajustamento dos vencimentos dos funcionários públicos. S. Exa., o chefe do Poder Executivo, deve encaminhar a esta Casa a Mensagem prometida, para que os funcionários públicos tenham seus vencimentos de acordo com a realidade econômica de Santa Catarina. S. Exa. declarou que quer, por escrito, uma declaração das bancadas aqui presentes de que aceita-

rão *in totum*, a Mensagem que ele enviará para esta Casa. Se nós fizéssemos isto, deveríamos antes fechar as portas desta Assembleia. Nós perderíamos um dos nossos direitos, qual seja, o de estudar as Mensagens enviadas pelo Poder Executivo. Ainda há pouco um jornal dizia: “Seria o mesmo que o Poder Executivo, ao ter que entrar com uma ação em juízo, mandasse perguntar ao juiz qual seria a decisão: se seria julgada a favor ou contra o Executivo. Quer dizer se fosse julgada a favor, então [ilegível].”

52ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: primeiramente, senhor presidente, quero me reportar a um ofício hoje recebido por essa Presidência, a respeito das diárias que são pagas aos carcereiros, para alimentação dos presos. Realmente é uma reclamação que se tem recebido continuamente e que urge sejam elevadas as diárias aos presos, porque não é possível alimentá-los nas bases diárias pagas pelo Estado. Aqui fazemos, aos poderes competentes, a nossa reclamação para que se elevem essas diárias de alimentação aos presos nas cadeias públicas. É uma necessidade e um ato de solidariedade humana para com os infelizes detentos.

De outra parte, senhor presidente, venho hoje à tribuna secundar o que disse ontem o nobre Deputado Estivalet Pires, sobre os decretos do Poder Executivo abrindo créditos e suplementando verbas. Segundo foi ontem aqui falado e segundo o Deputado Mário Brusa declarou, baseado em índices fornecidos pela assistência técnica do partido de S. Exa., e do senhor governador, o Governo do Estado tinha um excesso pequeno, do qual não poderia abrir mão. Ora, senhor presidente, vimos ontem, e não foi contestado, que este excesso, só de créditos abertos, atingiu a quantia de setenta milhões. No Diário Oficial, publicado ontem, lemos novos decretos e abertura de novos créditos e suplementações que montavam a quantia de Cr\$22.723.206,00, o que, senhor presidente, representa, mais ou menos, noventa milhões de créditos, suplementações abertas por este Governo neste ano. Não estávamos errados quando dissemos que o excesso de arrecadação do ano em curso seria na base de duzentos milhões de cruzeiros, e que, com este excesso de arrecadação, o senhor governador poderia solicitar, a esta Assembleia, a abertura do crédito,

para aumentar o funcionalismo público ou então conceder-lhe o abono. Neste ponto, senhores deputados, podemos chegar a duas conclusões: primeira, ou o orçamento foi malfeito pela assistência técnica do senhor governador, ou, então, o senhor chefe do Poder Executivo está abrindo créditos pelo excesso de arrecadação somente para impossibilitar o abono ao funcionalismo.

Antes de continuar quero abrir aqui um parêntesis: dias atrás o nobre líder da União Democrática Nacional teve oportunidade de dar a entender, em um de seus apartes, de que o orador era esquerdista. Neste sentido, senhor presidente, os jornais oficiosos lançaram, também, indiretas a este respeito. Isto não é novidade, senhor presidente. Realmente, já em Lajes, desde os meus tempos como advogado e depois como prefeito, durante as nossas campanhas, vinham sempre indiretas chamando-me de esquerdista. Ora, senhor presidente, ser esquerdista porque, como advogado, me interessava e organizava sindicatos para operários em Lajes? Será porque em minhas aulas de Sociologia preguei sempre que não há superioridade nem a inferioridade dos homens, em virtude de suas profissões? Senhor presidente, é preciso se indiscriminar aqueles que trabalham nos serviços manuais e aqueles que trabalham nos serviços intelectuais. Será esquerdista, portanto, senhor presidente, quem procura evitar prejuízos e diferenciação entre os vários setores de trabalho? Será esquerdista quem prega na cátedra, como professor, que todas as classes, todas as profissões são dignas, todas elas preenchem uma determinada função na sociedade; de que um trabalho intelectual não é diferente do trabalho manual?

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Com o aparte V. Exa., senhor Deputado Laerte Vieira.

Sr. Laerte Vieira – Isso é ser democrata! V. Exa. admite que a sua atuação anterior era esquerdista. Atualmente V. Exa. pertence ao Partido Social Democrático.

SR. OSNI RÉGIS – Também a expressão social-democrata tinha o sentido de esquerdismo; hoje significa democracia. Marx também pertenceu à social-democracia, que também tinha o sentido de esquerdismo. Hoje é coisa democrática. Será que isso é ser esquerdista? Será esquerdista quem, como prefeito de Lajes, procurou fazer com que os operários de Lajes tivessem a sua casa própria?

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – Nesse particular V. Exa. tem razão, tanto é que autorizou os operários a construir casas residenciais nos terrenos de patrimônio municipal e, hoje, cerca de 700 famílias residem nessas casas e estão na iminência de perdê-las porque feitas em terreno alheio.

SR. OSNI RÉGIS – Eu procurei, portanto, fazer com que os operários de Lajes, como os de toda parte, tivessem a sua casa própria.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – Isso vem demonstrar que V. Exa. não cumpriu os dispositivos da Lei Orgânica dos Municípios quando prefeito de Lajes. V. Exa. não podia fazer concessão desses terrenos sem a aprovação de 2/3 dos membros integrantes da Câmara Municipal de Lajes.

Sr. Antônio Almeida – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Antônio Almeida – O senhor Deputado Laerte Ramos é contra a concessão de casas residenciais aos operários de Lajes.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não, V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – Não sou contra, Exa. Apenas não quero colocá-los numa situação difícil. Hoje eles têm suas casas construídas em terrenos alheios.

Sr. Orlando Bertolli – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Com todo prazer, Exa.

Sr. Orlando Bertolli – Na ocasião em que o então prefeito fez essas concessões, a Câmara Municipal estava funcionando?

SR. OSNI RÉGIS – Estava.

Sr. Orlando Bertolli – Se a Câmara estava em funcionamento, por que não tomou providências?

SR. OSNI RÉGIS – Poderão alegar que fui contra a Lei Orgânica dos Municípios, porém, há poucos instantes o nobre líder da UDN declarou que 700 famílias de Lajes têm suas residências próprias cedidas pelo então prefeito de Lajes.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – Eu não disse isso. V. Exa. sabe que quem constrói em terreno alheio não é dono da casa.

SR. OSNI RÉGIS – Mas esses operários tiveram seus direitos de aquisição futura garantidos, segundo lei que na época encaminhei à Câmara Municipal. Portanto, isso é ser esquerdista, ser comunista? Acho que não. Nada mais fiz do que cumprir o meu dever como homem público.

Sr. Francisco Canziani – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Com todo o prazer, Exa.

Sr. Francisco Canziani – Eu desejo fazer uma observação: quando V. Exa. fez esse gesto bastante humanitário, bastante simpático, doando...

SR. OSNI RÉGIS – Eu não doei!

Sr. Francisco Canziani – ... Permitindo, digamos, que se construíssem as casas, [se] tivessem legalizado essa situação na ocasião, os operários teriam pagado naquela época uma insignificância pelos terrenos e não teriam aborrecimentos e sérias dificuldades futuras para obterem sua casa própria, e não estariam sujeitos à constante valorização dos terrenos, que é fantástica na cidade de Lajes.

SR. OSNI RÉGIS – Respondo a V. Exa. que todos os terrenos de propriedade, quer do Estado, quer do município, são vendidos em hasta pública. De mais a mais, V. Exa. sabe que, infelizmente, durante dois anos a Prefeitura de Lajes não pôde vender as terras, porque precisava a Câmara Municipal de 2/3 de vereadores e a minha bancada não formava 2/3. Quando, no último ano de Governo, foi aprovada a venda de 200 lotes, foi necessário que o povo

comparecesse à Câmara, para, das galerias, fazer pressão moral sobre os vereadores da UDN, a fim de que estes aprovassem a lei.

Sr. João Colodel – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Com muito prazer.

Sr. João Colodel – Não é de se estranhar que o líder da UDN esteja criticando e achando ruim que V. Exa. dê alguma atenção aos operários de seu município, isso porque há alguns dias um jornal daquela cidade disse que o senhor Laerte Ramos Vieira acha que a resposta para o operário é o chicote.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem o aparte V. Exa.

Sr. Laerte Vieira – O Deputado Colodel, ouviu mal e concluiu mal. Em primeiro lugar, essa notícia não tem significação alguma, porque foi publicada por um órgão pessedista. Em segundo lugar, a bancada Udenista em Lajes desejava saber de quanto dispunha a Prefeitura em terrenos para depois autorizar a venda.

Sr. João Colodel – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem o aparte V. Exa.

Sr. João Colodel – Devo dizer ao ilustre Deputado Laerte Vieira que não sei se o jornal é pessedista. A verdade é que publicou este artigo.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: estão sendo suplementadas quantidades de verbas e não se quer conceder o abono aos funcionários públicos pelo excesso de arrecadação. Em certas repúblicas houve necessidade de se aplicar os capitais em obras públicas e, para este fim, se procurou baixar o padrão de vida de suas populações, a fim de se construir fábricas, rodovias, etc. Mesmo que esse fosse o intuito de S. Exa., o senhor governador, ainda assim reclamaríamos, e da seguinte forma: enquanto se constroem essas obras os funcionários e os operários do Estado continuam tendo salários pequenos.

Sr. Antônio Almeida – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não, V. Exa. tem o aparte.

Sr. Antônio Almeida – Entretanto, o senhor governador do Estado suplementa a verba para recepções, de 500 mil para 600 mil cruzeiros.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: nem nesses países em que se procurou baixar o padrão de vida ocorreu o que em nosso Estado ocorreu. Não se quer dar o abono ao funcionalismo, não se melhora o salário dos operários, mas ao mesmo tempo se suplementam verbas. E para que senhor presidente? Para homenagear altas personalidades? Para o senhor governador do Estado, que não pode passar sem 30 mil cruzeiros mensais para sua alimentação?

Essa, senhor presidente e senhores deputados, é a situação, apesar de o senhor secretário de Viação e Obras Públicas ter afirmado que os operários do Estado de Santa Catarina têm salário de fome, enquanto isso o senhor governador gasta contos e contos com intuito de banquetear e prestar homenagens a altas individualidades. Essa é a verdade por que não podem os operários ser melhorados e por que os operários e funcionários de Santa Catarina têm os seus salários, os seus vencimentos de fome. Essa é a verdade. Enquanto isso, senhores deputados, o senhor governador suplementa verbas, abre créditos, possivelmente para futura campanha política; enquanto S. Exa. faz isso, nós estamos fazendo nosso protesto, dizendo ao senhor governador que se lembre dos operários e dos funcionários públicos do Estado, para que lhes conceda esse abono tão necessário. É preciso que S. Exa. deixe um pouco as homenagens, as festas e volte os olhos para aqueles que prestam serviços ao Estado, para aqueles que, segundo declarou S. Exa., em discurso, “era o pessoal de casa”. É, assim, necessário que S. Exa. olhe agora um pouco para eles. Já foi por nós demonstrado que o excesso de arrecadação era suficiente para dar o abono aos operários e funcionários do Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

64ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: logo após a sessão em que foi adiada a discussão e votação do projeto de lei referente ao Plano de Obras e Equipamentos, um grupo de senhores deputados que apoiam o senhor governador procurou lançar o funcionário público estadual contra as bancadas do

Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro. Declarava-se, então, que em virtude do adiamento daquele projeto, não seria possível ao Governo do Estado conceder ao funcionalismo o seu pleiteado abono.

Disseram as bancadas coligadas, nesta Casa, que o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro estavam lutando contra os interesses do Estado, porque tinham adiado a discussão e votações do Plano de Obras e Equipamentos. Isso não é verídico. Conforme a emenda do líder da União Democrática Nacional, Deputado Laerte Ramos Vieira, este Plano, se aprovado, só entrará em vigor no ano vindouro.

Sr. Mário Brusa – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Mário Brusa – Como pode, Exa., o chefe do Poder Executivo incluir na proposta da Lei Orçamentária um aumento não autorizado por lei? Essa proposta, como sabe V. Exa., essa proposta deverá ser enviada a esta Casa até 31 de agosto...

SR. OSNI RÉGIS – S. Exa. pode enviar a Mensagem. Nós, aqui na Assembleia Legislativa, não poderemos mexer no tocante ao *quantum total*. Mas nas parcelas poderemos diminuir a parte da arrecadação de determinado imposto e incluir a parte do Plano de Obras e Equipamentos.

Sr. Mário Brusa – V. Exa. me permite mais um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem o aparte, Exa.

Sr. Mário Brusa – Na opinião de V. Exa., que respeito. Mas essa maneira foge à técnica.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: quando a Comissão de Abono dos Funcionários Públicos do Estado procurou pôr tudo em pratos limpos, procurou mostrar que não havia, no caso, nenhuma má-vontade de nenhum partido representado nesta Assembleia contra os funcionários públicos, demonstrando, ainda, que o único responsável era o senhor governador do Estado.

Agora, depois disto, em nota fornecida pela Secretaria do Palácio, o senhor governador do Estado veio afirmando que não mandou para cá o abono,

o projeto visando a concessão de abono aos funcionários públicos, porque antes queria uma declaração prévia de todos os elementos que compõem o Legislativo catarinense, apoiando o aumento do Imposto de Vendas e Consignações. Contra isso, a Comissão dos Funcionários Públicos hoje publicou a seguinte nota, a qual vou lê-la, a fim de que conste dos anais desta Casa:

DA COMISSÃO DE ABONO

A Comissão Pró-Abono de Emergência, defensora dos interesses da classe, reconhecendo que o funcionalismo civil e militar, o pessoal de Obras estão atravessando uma crise de fome, frio e miséria, não pode aceitar argumentos infundados e políticos em detrimento da classe.

Não estamos pleiteando o abono em função de explorações políticas, e sim pelo que ele representa para os servidores do Estado, notadamente os menos remunerados.

Não admitimos que a unanimidade seja exigida para a concessão do abono; é um absurdo com o qual não concordamos, porque entendemos que, na história do regime democrático em que vivemos, a unanimidade jamais foi condição para aprovação de qualquer projeto. Por que, então, somente para a melhoria do funcionalismo, exige o senhor governador esta unanimidade absurda?

Admitirmos que existe relação entre o "Abono de Emergência" e o Plano de Obras é outro absurdo manejado ao sabor político, tanto que quando na Mesa Redonda, S. Exa., o senhor governador do Estado exigia o compromisso de aprovação do aumento do imposto, por parte do PSD e PTB, para concessão do abono, prometendo enviar, imediatamente a Mensagem do Abono. Como é que a S. Exa., naquela data, podia enviar a Mensagem do abono, já com o Plano de Obras na Assembleia, e agora não pode? Por quê?

O Plano de Obras e Equipamentos propõe o aumento do Imposto de Vendas e Consignações em 20%; note-se bem, propõe, mas este Plano de Obras não foi sequer discutido, quanto mais votado. Ele, no momento, é apenas um projeto de lei, e não uma lei; seria lei se aprovado, e se aprovado como exige o governador, aí, então, é que o funcionalismo não teria possibilidade de receber o abono.

Admitirmos a inconstitucionalidade quando ela não está na apresentação, e sim na aprovação de mais de uma Mensagem aumentando o imposto em mais de 20%, no mesmo exercício, seria desconhecermos nossas leis.

Convidamos a que se nos cite texto constitucional proibindo expressamente a apresentação de mais de uma Mensagem solicitando o aumento de imposto. O que a Constituição Estadual proíbe é que nenhum imposto seja elevado em mais de 20%, e que nenhum imposto seja aumentado duas vezes no mesmo exercício. Pelo que sabemos, não existiu, no ano de 1955, nenhum aumento de 20% de Vendas e Consignações. Cai por terra, desta feita, toda argumentação, exclusivamente política que se pretende fazer em torno do abono e do Plano de Obras.

O que não podemos é nos submeter ao ponto de vista pessoal e político do senhor governador, que é evitar explorações em vésperas de eleições. Mesmo porque, cabe a S. Exa. inteira responsabilidade em ter protelado, para esta ocasião, a solução financeira do funcionalismo.

No ano de 1952, a Associação tentou cobrar de S. Exa. as promessas eleitorais de atender ao pessoal da Casa; o mesmo se repetiu em 1954 e agora em maio de 1955. Se S. Exa. achava que vésperas de eleições não era época propícia a aumento de impostos, como diz em sua nota, e há que evitar explorações políticas, deveria nos ter atendido anteriormente. Não será agora a troca da miséria e da fome do funcionalismo que iremos aceitar pontos de vista pessoais e políticos de S. Exa.

O que o funcionalismo tem como ponto pacífico e claro é que a lei é uma, e por ela é que nos regemos, e as pretensões de S. Exa. são outras, bem outras, e que devem reger unicamente seus interesses particulares.

Não podemos nos submeter ao ponto de vista de S. Exa., que é evitar explorações políticas em vésperas de eleições; que ele tenha esse interesse e a aprovação do Plano de Obras seja pretensão sua é muito natural.

Mas nós somos conscientes da necessidade do abono, conscientes de que ele será aprovado na Assembleia, conscientes de que ele nada tem a ver com o Plano de Obras, conscientes de que não existe inconstitucionalidade no envio da Mensagem, no presente momento à Assembleia.

Nós, conscientes de tudo isto, não iremos declinar destes direitos e desta luta para atendermos às pretensões de S. Exa. Isto jamais o faremos.

Não há como duvidar que o senhor governador é o único responsável pela não concessão do abono, porque só a ele cabe o envio da Mensagem (Art. 27 n° III da Constituição Federal).

E é estribados nesta Constituição que vimos solicitando de S. Exa. o envio da Mensagem, ato de exclusiva prerrogativa no venerado Acórdão firmado pelo Supremo Tribunal Federal, em virtude do recurso impetrado contra a Lei 22.

Uma vez enviada a Mensagem, S. Exa. terá cumprido com o seu dever perante a classe dos servidores e caberá ao Legislativo a responsabilidade da concessão ou não do abono (Art. 21, n° IV da Constituição).

Ou S. Exa. exerce as prerrogativas que a lei lhe faculta e assume a responsabilidade enviando a Mensagem, ou S. Exa. se nega a enviá-la e o funcionalismo não receberá o tão necessitado abono neste fim de Governo.

(a.) **Helládio Olben da Veiga**

(a.) **Roberval Silva**

(a.) **Elyanni M. Santos**

(a.) **Alcino Teodoro da Silva**

Sr. João Colodel – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. João Colodel – Senhor deputado: verifica-se, portanto, que tínhamos razão quando, desta tribuna, afirmávamos de que estava o Poder Executivo tentando fazer política à custa da situação angustiosa da valorosa classe de funcionários e empregados estaduais. Agora, então, nós admitimos que são eles – os funcionários públicos – elementos esclarecidos e que não podiam acreditar nas mentiras lançadas por diversos jornais que apoiam o Poder Executivo.

Vimos agora uma declaração de elementos que compõem a Comissão de Funcionários, que eles têm a necessária compreensão para fixar os pontos nos seus devidos lugares, e saber que estão sendo vítimas do Poder Executivo e das bancadas que apoiam o Governo nesta Casa.

70ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 1955, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: hoje desejo fazer um apelo sobre assuntos que se relacionam com o Estreito e com Lajes. Mas, antes, senhor presidente, devo dizer algumas palavras a respeito de modificações que estão sendo feitas nas atas taquigráficas, modificações que dão sentido completamente diferente aos discursos aqui pronunciados, muitas vezes com ataques, sem que o outro tenha conhecimento do acontecido.

Lendo o *Diário Oficial* de 2 do corrente, reparei, surpreso, que o ilustre Deputado Laerte Ramos Vieira, na sessão de 1º de junho deste ano, aparece dissertando sobre determinado assunto, que de maneira nenhuma ouvi S. Exa. ter pronunciado naquela oportunidade. S. Exa., naquela ocasião, procurava rebater certas informações feitas pelo senhor Deputado Alfredo Cherem. S. Exa., o senhor Deputado Laerte Ramos Vieira, dizia:

Meu prezado tio, Coronel Aristiliano Ramos, foi, na sua vida, por muitas vezes traído e a maior de todas foi aquela, quando em 1932, foi eleito ao primeiro posto do Estado o seu parente, o senhor Nereu Ramos, aquele que sempre cresceu na sombra do Coronel Belizário Ramos, a quem o traiu da maneira mais miserável e repugnante, galgando assim o posto de governador de Santa Catarina.

Naquela ocasião, senhores deputados, aparteei a S. Exa., o Deputado Laerte Ramos Vieira, com as seguintes palavras: “Solicitei o aparte a V. Exa., só para efeito de esclarecimento. Gostaria de saber se nessa ocasião o seu honrado e ilustre pai ficou com o Coronel Aristiliano ou com o Dr. Nereu Ramos?”.

Confesso que minha intenção, naquele momento, não era com a finalidade de atacar o ilustre pai do Deputado Laerte Ramos Vieira, mesmo [porque] conheço o pai de S. Exa., homem de ilibada conduta e de sentimentos nobres. Entretanto, fiquei surpreso, quando deparei, no Diário Oficial, com esta resposta ao meu aparte:

V. Exa. sabe muito bem que meu progenitor era então adversário de ambos, do Cel. Aristiliano Ramos e do Dr. Nereu Ramos. Não pergunto quanto à situação do pai de V. Exa. porque sei [que] não tinha expressão política.

Desejo, entretanto, neste momento, ler a resposta que S. Exa. deu, naquela ocasião, ao meu aparte: “V. Exa. sabe muito bem que meu progenitor havia formado (sic) sempre, ao lado do Dr. Nereu Ramos, e também, até certo ponto, não mais fazia parte das hostes políticas que o apoiavam”. Esta, senhores deputados, [é] a resposta do Deputado Laerte Ramos Vieira, neste plenário, naquela sessão.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – Pela leitura que V. Exa. acaba de fazer poderá observar que não há ofensa ao progenitor de V. Exa. Quanto à revisão, isso é muito natural. O Deputado Vicente Schneider, há poucos dias, afirmava a V. Exa., [que,] ao corrigir as notas taquigráficas, sobrou apenas o seu nome. O resto, V. Exa. riscou.

SR. OSNI RÉGIS – Não disse exatamente isso, excelência. Aqui, ou houve engano da taquigrafia ou, então, no calor das discussões nós usamos frases e termos que não são verdadeiramente parlamentares e, ao revisarmos, fazemos questão de tirá-los, a fim de que este plenário torne-se um ambiente cavalheiro. Sempre modificamos para melhor e nunca para o pior. V. Exa. fez o contrário. V. Exa. não disse isso, porque, se tivesse, teria a resposta na ocasião, e acrescentou o aparte que não emitiu. V. Exa., com este aparte que não deu e que acrescentou durante a correção, procurou diminuir a pessoa de meu pai.

Sr. Laerte Vieira – Nem todos os cidadãos têm atividades políticas. Exatamente foi o que eu disse na frase. Eu confesso a V. Exa. que não me lembro de ter ou não proferido essas palavras. Se V. Exa. tem segurança de que isso não foi dito, eu posso retificar novamente a ata. Eu não tenho lembranças, mas com prazer cortarei o período julgado ofensivo.

SR. OSNI RÉGIS – Eu fico satisfeito com a retificação que V. Exa. vai fazer. Senhor presidente, quero, nesta oportunidade, fazer um apelo ao senhor governador do Estado para que mande estudar, e, se possível, seja iniciada a construção do serviço de esgoto do Estreito. É uma necessidade premente para a população daquele bairro. Nós, os que residimos no Estreito, sabemos muito bem o desenvolvimento que está tendo aquele subdistrito; com uma população de 25 mil habitantes, cada vez mais se agrava a situação no tocante ao esgoto. O Estreito tem uma área de terra muito restrita, as casas se amontoam e as fossas, em virtude do tipo de terreno, quase não servem. Daí a razão porque o Estreito necessita do serviço de esgoto. Existe uma lei que autoriza ao Governo do Estado a fazer empréstimos para esse fim. Daí o meu apelo ao senhor governador do Estado para que seja estudado e resolvido este problema. Também, quanto ao esgoto da cidade de Lajes, nós apelamos ao senhor governador a fim de que seja feita a ampliação do serviço de esgoto. Existe, naquela cidade, zonas com boas residências, que estão necessitando do serviço de esgoto. Daqui, portanto, faço um apelo ao senhor governador do Estado, a fim de ser estudado este assunto, como seja, o prolongamento da ampliação daquele serviço.

Sr. Laerte Vieira – Devo dizer que me interessei, também, por aquele serviço, junto ao senhor diretor de Obras Públicas; S. Exa. se dirigiu ao encarregado do serviço de esgoto de Lajes, determinando a formação de turmas especializadas, a fim de estender a rede de esgotos naquela cidade. Acabo de receber uma carta desse encarregado, dizendo que as providências estão sendo tomadas. Já foi também cancelado o contrato com a “OMS”, que empreitou com o Estado a instalação dos ramais domiciliares. Este assunto foi solucionado e agora vão ser iniciados os trabalhos referentes à rua Nossa Senhora dos Prazeres e será, se não me engano, a rua do Rosário também iniciada.

SR. OSNI RÉGIS – Fico satisfeito em saber que as providências estão sendo tomadas com relação à cidade de Lajes, mas fica, entretanto, meu apelo ao caso do Estreito.

10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: a Constituição Estadual, em seu Art. 195, diz o seguinte:

Art. 195 – Sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade, serão a eles reajustados os proventos da inatividade.

Fomos, senhor presidente, dos que acreditavam, e acreditam, que por esse dispositivo da Constituição, os funcionários estaduais aposentados, devem perceber os mesmos proventos que os servidores civis em atividade. Esse nosso preceito é diferente do preceito da Constituição Federal. Ora, pela Constituição Federal, não é, o sei, item tão claro quanto o nosso. Mas, a fim de fazer uma coisa, fazer com que aqueles que se aposentam amanhã, em virtude da diminuição de valor da moeda, não se encontrem em situação aflitiva, os legisladores federais apresentam projeto de lei, que finalmente foi transformado em lei, que tomou o nº 2.622, de outubro de 1955, pela qual os proventos dos servidores civis da União, na inatividade, são iguais aos da atividade. Com a finalidade de explicar e não de complementar, porque achamos que a nossa Constituição é clara, é que apresentamos o projeto de lei idêntico ao federal. O artigo 1º do nosso projeto de lei é igual ao artigo 1º da Lei nº 2.622, pela qual os servidores civis do Estado aposentados, perceberão, com os aumentos que ocorrerem futuramente, vencimentos iguais aos funcionários em atividade. O nosso projeto de lei é o seguinte:

Projeto de Lei N°

Dispõe sobre proventos dos servidores civis aposentados do Estado.

O Governador do Estado de Santa Catarina.

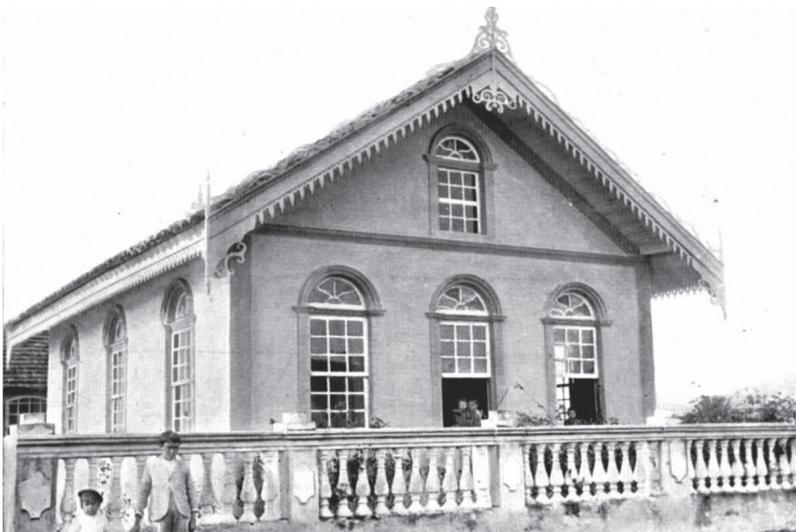
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – O cálculo dos proventos dos servidores civis do Estado, que se encontram na inatividade, e dos que, para ela forem transferidos, será feito à base do que perceberem os servidores em atividade, a fim de que seus proventos sejam sempre atualizados.

Art. 2º – Revoga as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1956.

(a.) **Osni de Medeiros Régis.**



Casa na rua Pedro Demoro, onde Osni Régis nasceu, no Subdistrito do Estreito, pertencente, à época, ao Município de São José. Pedro Inglês, assim denominado Pedro Demoro, foi o primeiro esposo de sua mãe, Júlia de Souza Medeiros. Fotos cedidas pela família e pela Fundação Biblioteca Osni Régis.



A mãe de Osni Régis, Júlia de Souza Medeiros, e o primeiro marido, Pedro Demoro (falecido em 1914). Aproximadamente, 1902.



Osni Régis, com um ano de idade.



Clarimundo Ferreira Régis, pai de Osni Régis. 1926.



Time de futebol do qual Osni fazia parte, ainda em Florianópolis, antes de se mudar para Lages. Década de 1930.



Turma do quarto ano do ginásio do Colégio Catarinense, de 1934, formada por Ary Sartorato, Miguel Sartorato, Spyrides, Carlos Nohl, Ivo José Renaux, Heitor Antunes Martins, Klaus Günther Ohl, Nicanor Procópio Campos, Aroldo M. Alcântara, Marcos Jankilevich, Ewald Nicolau Currin, Osni Régis, Jovino Lima Júnior, João da Silva Born, Pedro da V. T. de Miranda, Aurélio Pinho Rotolo, Mário Stuart, Constantino N. Spyrides, Hélio Rosa, Oswald P. Baixo, Rolf Frisch, Wilson Abraham, Anderson Horn Ferro, Theobaldo U. Teixeira, Walter Barros Silva, José Tripadalli, Orty A. Machado, Victor Moritz, Edgard Tasso Schneider, Flavio d'Aquino, Oswaldo Dominoni, Abelardo da C. Arantes, Hamilton P. Guerra, Hélio Mancellos Moura, Paulo Norberto Miranda, Hercílio A. da Luz Collaço, Tito Tolentino de Souza, Nargo G. Galetti, Oswaldo D. da Silva, René Tolentino de Souza, Alvim Vieira, Hippólito R. Pereira, Lydio Mafra de Souza, Waldemar Busch, Haroldo da L. Assumpção, Waldo Gruner, Ervin Küster, Ary Mara, Gualter Pereira Baixo, Herculano Furtado, Ney B. Carvalho, Nicolau F. Malburg, Sálvio Ramos Arruda. Arquivo do Colégio Catarinense.



II Congresso da União Nacional de Estudantes na Casa do Estudante do Brasil, em 14 de agosto de 1939, Rio de Janeiro. Osni Régis representou o Centro Acadêmico XI de Fevereiro da Faculdade de Direito de SC.



Almoço na Casa do Estudante do Brasil, 14 de agosto de 1939. Osni é a décima pessoa sentada, de costas, na mesa da direita.



Clarimundo Ferreira Régis, pai de Osni Régis, 1939.



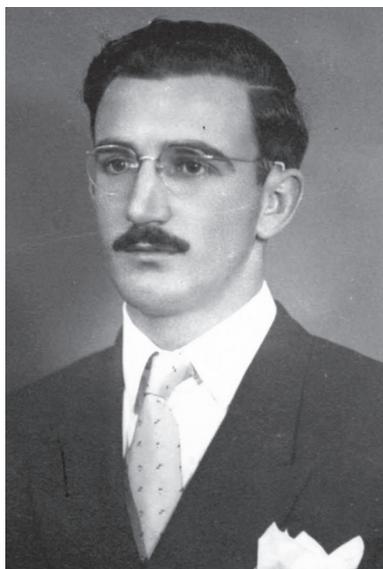
Retrato tirado durante a formatura do curso da Faculdade de Direito, 1944.

de manhã quando estávamos ainda
 ditados ela apontou para o guarda-
 roupa: Mãma te-te'ia. Só vendo
 como está um amor. É tão gorda que
 mata andar, mas, faz esforço, que
 fica vermelhinha, para correr.
 Osni ontem defendeu um homem.
 A noite encontrei o juiz: "meus para-
 bens, disse ele, seu marido foi o
 melhor advogado que aqui conheci.
 Fez uma defesa brilhante." E
 logo que o Osni registre o caso do
 terreno dinheiro de sobra, se Deus
 quiser. Como passam vocês? O
 Márcio ainda gosta da filhinha?
 Seria uma sogra camarada.
 Seria muito bom se nos reuníssemos no fim
 do ano. Abracei os dois. Uteções e
 amor da Mãma. Vitória

Trecho de uma carta de Dilma da Silva Régis, primeira esposa de Osni, para sua cunhada, Maria de Lourdes. Lages, setembro de 1943. "Osni ontem defendeu um homem. À noite encontrei o juiz: - meus parabéns, disse ele, seu marido é o melhor advogado que Lajes conheceu. Fez uma defesa brilhante".



Osni posa com os amigos com quem dividia uma república em Lages. Da esquerda para a direita, Plátano, Alberto, Osni e Mazer, 1946.



Retrato enviado como recordação à namorada, Maria Helena, 1947.



Lua de mel no Uruguai. Julho de 1949.



Osni Régis em Lages, recém-casado, já aculturado aos costumes lageanos, 1949.



Osni Régis quando Prefeito de Lages, com seu sogro Carmosino Camargo de Araújo, Vereador pela UDN. Início da década de 1950.



Solenidade em Lages durante seu mandato como prefeito. De costas para a câmara, sua esposa Maria Helena. Início da década de 1950.



Retrato de Osni Régis no início de seu mandato na Prefeitura de Lages. 1951.



Foto com professores do Colégio São José. Lages, 1951. Osni Régis está sentado, de terno escuro.



Foto de família. Prefeito Osni Régis, a esposa Maria Helena e os filhos, Jorge Alfredo e Maria Isabel. Lages, 1952.



A esposa, Maria Helena, formanda em Direito na Universidade do Rio Grande do Sul, 1953.



Formatura de sua esposa, Maria Helena, no curso de Direito da Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul. Dezembro de 1953.



Foto tirada ao lado de Frei Aurélio Stulzer em Lages, 23 de dezembro de 1954. Osni já havia renunciado à Prefeitura de Lages para assumir o mandato de Deputado Estadual.



De chapéu, os Deputados Osni de Medeiros Régis (esquerda) e Ivo Silveira (direita). Grupo de deputados em visita à hidrelétrica Garcia, na cidade de Angelina. À esquerda de Osni, com a mão esquerda no bolso, o Deputado Estivalet Pires, líder do PSD na Assembleia Legislativa, 1957. Foto: Waldir Fausto Gil.



Foto tirada durante a visita de um grupo de deputados à hidrelétrica Garcia, na cidade de Angelina. De chapéu, Osni Régis. Na frente, de mãos no bolso, o Deputado Estadual Estivalet Pires, líder do PSD na Assembleia Legislativa, 1957. Foto: Waldir Fausto Gil.



Osni dançando com sua filha mais velha, Regina Iara, na sua formatura do ginásio no Colégio Coração de Jesus, 1957.



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA

Reconhecida pelo Governo Federal, nos termos do Decreto N. 20.334, de 7 de Janeiro de 1946

Eu JOÃO DAVID FERREIRA LIMA, Diretor da Faculdade de Direito de Santa Catarina, tendo presente o termo de colação de grau de Doutor em Direito conferido no dia 25 de MAIO de 1957, ao Senhor OSNI DE MEDEIROS REGIS filho de CLARIMUNDO FERREIRA REGIS e de D^a JULIA DE MEDEIROS REGIS nascido em 1^o de DEZEMBRO de 1917, natural de FLORIANÓPOLIS Estado de SANTA CATARINA, e usando da autoridade que me confere o Regulamento desta Faculdade, mandei passar este diploma para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas concedidas a este título pelas leis da República.

Florianópolis, _____ de _____
[Handwritten Signature]
Diretor

Inspector Federal de Ensino

Secretário

Diploma de colação de grau de Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Santa Catarina, 1957.



Osni Régis no antigo prédio da Faculdade de Direito, fim dos anos 50.



Osni Régis no antigo prédio da Faculdade de Direito, fim dos anos 50.



Osni discursando quando Secretário da Educação e Cultura, 1962.



Discurso enquanto Secretário da Educação e Cultura de Santa Catarina, durante o Governo de Celso Ramos, 1962.



Discurso em uma escola, enquanto Secretário da Educação e Cultura de Santa Catarina, durante o Governo de Celso Ramos, 1962.



Visita do Secretário da Educação, Osni Régis, e do Governador Celso Ramos a uma escola de Criciúma. À direita de Osni, o Deputado Federal Joaquim Ramos. À direita, de costas, o Engenheiro Annes Gualberto, Secretário Executivo do Plano de Metas do Governo. Primeiro semestre de 1962.



No fundo, Osni, então Secretário de Educação, conversa com o Deputado Federal Joaquim Ramos. À direita, de branco, o ex-Prefeito de Criciúma e Deputado Estadual, Paulo Preis, tendo à esquerda Celso Ramos Filho, 1962.



Saguão do Teatro Álvaro de Carvalho, quando era Secretário de Educação e Cultura. À esquerda, o Professor de Geografia Paulo Lago, 1962.



Osni Régis é apresentado pelo Governador Celso Ramos ao Príncipe Philip, da Inglaterra, durante sua recepção no Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis. 23 de março de 1962.

**ASSOCIAÇÃO DE CULTURA
FRANCO-BRASILEIRA-BRASILIA**



Nome: OSNIS
REGIS

Categoria: ESTUDANTE

N.º 138 Data 4/9/1963

Associado: P.O. Osni Régis Presidente

Imagem da carteira da Associação de Cultura Franco-Brasileira, onde fez um curso de aperfeiçoamento em francês. Setembro de 1963.



Plenário da Câmara Federal. Em primeiro plano, o Deputado Paulo Macarini (PTB-SC), atrás, no centro, o Deputado Osni Régis (PSD-SC), em 25 de fevereiro de 1964.



Viagem como representante da Associação Interparlamentar de Turismo ao Simpósio de Turismo em Dublin, Irlanda. À esquerda de Osni está o Deputado Nelson Carneiro (PSD-Guanabara). Março/abril de 1964.



Plenário da Câmara Federal, em 30 de março de 1966. Osni conversa com o Deputado Orlando Bertoli (PSD-SC), os únicos deputados da ARENA-SC que votaram contra o Acordo de Cooperação nos Usos Cíveis da Energia Atômica entre os Governos dos Estados Unidos da América e os Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington em 8 de julho de 1965, Decreto Legislativo nº 241-65. O projeto havia sido rejeitado nas comissões de Constituição e Justiça, e Minas e Energia.



Osni Régis com seu meio-irmão, Lauro Demoro, em visita a Brasília, 1967.



Viagem aos Estados Unidos, em novembro 1967, em visita à Universidade de Virgínia.



Viagem aos Estados Unidos, novembro de 1967. Visita a Coney Island.



Viagem aos Estados Unidos, novembro de 1967. Visita a Nova York.

	 REPÚBLICA DO BRASIL CÂMARA DOS DEPUTADOS	FILIAÇÃO	Clarimundo Ferreira Regis e Júlia de Medeiros Regis
		NATURAL DE	Florianópolis - SC
Carteira de Identidade n.º 375 Legislatura 6ª Deputado OSNI DE MEDEIROS REGIS Pertence a <i>Osni de Regis</i> ASSINATURA DO IDENTIFICADO		DATA DE NASCIMENTO	01/12/1 917
		Cultra	Branca
		Cabelos	Pretos
		Olhos	Castanhos
		Brasília, 01/02/1 967 LOCAL E DATA DE EMISSÃO	
		 DIRETOR-GERAL	

Carteira de Deputado Federal. Fevereiro de 1967.



Retrato tirado no período do recesso do Congresso Nacional (13 de dezembro de 1968 - 21 de outubro de 1969), quando fez a segunda via da Carteira de Trabalho para reassumir aulas na Faculdade de Serviço Social da Fundação Vidal Ramos. Maio de 1969.



Foto tirada para material de campanha eleitoral de 1970.



Visita a Lages durante campanha eleitoral de 1970.



Osni Régis e sua esposa, Maria Helena, na casa de praia em Jurerê, 1989.

... Justificação:

O presente projeto de lei tem por finalidade explicar o artigo 195, da Constituição Estadual. Somos dos que, certos de que o citado artigo da Constituição obriga aumento equivalente aos funcionários inativos do Estado, todas as vezes que ocorrer aumento de vencimentos em atividade. Neste sentido mesmo, já se pronunciou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, na ação em que magistrados aposentados promovem contra o Estado, para perceberem a diferença de vencimentos, entre os seus e dos magistrados em exercício.

Como, porém, a ação corre ainda no Supremo Tribunal Federal, e vencida a causa somente os que requereram perceberão as diferenças de vencimentos, e os outros aposentados terão por sua vez que correr às portas dos Tribunais, visamos, com o presente projeto de lei, remover este óbice.

Pela Lei nº 2622, de 18-10-1955, os funcionários federais aposentados têm direito a aumento igual aos em atividade. O projeto é idêntico à lei federal citada.

Visando, portanto, explicar o artigo 195, da Constituição Estadual, e, ao mesmo tempo de fazer ato de justiça e de equidade, é que apresentamos o presente projeto de lei, certos de que contaremos com o apoio dos senhores deputados.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1956.
(a.) Deputado **Osni de Medeiros Régis**.

Sr. João Colodel – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. João Colodel – Estamos verificando o acerto e a justiça do projeto de lei que V. Exa. acaba de apresentar. Ocorre-me, no momento, um parecer que vi há poucos dias, dado pelo Deputado José Bonifácio com referência ao caso dos funcionários do Banco do Brasil, visando o projeto equiparar os vencimentos daqueles servidores. Aquele deputado apresentou parecer favorável à equiparação de vencimentos no que diz respeito aos funcionários civis da ativa e aposentados. Assim, pois, congratulo-me com V. Exa. pela apresentação desse projeto.

SR. OSNI RÉGIS – Assim, senhor presidente, estamos certos de que contaremos com o apoio dos senhores deputados, para aprovação deste projeto, e também com o apoio de S. Exa., o senhor governador do Estado, que, quando deputado federal votou favorável àquele projeto, depois transformado em lei, e assim esperamos que S. Exa. sancionará o presente projeto de lei, que faz com que os aposentados civis recebam vencimentos iguais aos funcionários da ativa.

Sr. Presidente – O projeto do Sr. Deputado Osni Régis será encaminhado à Comissão de Justiça.

10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: a Mensagem apresentada anualmente pelo chefe do Executivo a esta Assembleia é, como não podia deixar de ser, um balanço da situação do Estado, quanto à arrecadação, quanto ao ensino, quanto à agricultura e quanto à indústria. A nós, legisladores, compete ler essa Mensagem com todo vagar, com todo o cuidado, ver os possíveis defeitos da Mensagem, as possíveis omissões e trazer ao conhecimento dos senhores legisladores e mesmo do Poder Executivo para que, com os debates, se discutam esses defeitos, e essas omissões, em benefício do Estado. Hoje aproveito a oportunidade para discutir a parte que trata da Defesa Sanitária Animal. A Mensagem, à página 135, falando sobre a Defesa diz: *(Procede à leitura.)*

Senhor presidente, eu felizmente ando a par dos serviços de Defesa Sanitária Animal. Sei que seus dirigentes e seus funcionários são competentes e trabalhadores. Sei dos esforços que fazem em defesa dos rebanhos de Santa Catarina. Agora eu tenho a levar ao conhecimento da Casa que na zona da serra tem aparecido surtos de raiva e o que é mais grave, quase não se possui vacinas para debelar a epizootia. Há necessidade premente, na zona da serra, de uma quantidade suficiente de vacinas. A falta de vacinas não é causada por aquele serviço. A Mensagem não tomou conhecimento destes surtos, que têm aparecido e continuam aparecendo na serra. Quero salientar que defendo, aqui, nesta parte, o serviço de Defesa Sanitária Animal, porque ele não encontra o material necessário para a confecção das vacinas. Como todos sabemos, as vacinas são feitas com o sacrifício de cavalos velhos, animais que para mais nada servem.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. me permite o aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Sebastião Neves – Quero dizer a V. Exa. que hoje se está fazendo vacinas com o embrião do pinto e que o Estado já providenciou a sua compra. Aliás, o tempo de imunização desta nova vacina é superior àquela outra.

SR. OSNI RÉGIS – Como sabemos, é dos animais velhos que se fazem estas vacinas e estes não se encontram mais no Estado. Chegamos ao ponto de fazendeiros entregarem bois a fim de conseguirem vacinas pela falta de animais velhos que não mais se encontram em nosso Estado e até no Rio Grande do Sul. Agora, como lembrou o Sr. Deputado Sebastião Neves, com esta nova maneira de se conseguir a vacina, a situação poderá melhorar, porém, ainda não temos em quantidade suficiente para suprir aquela região. Neste sentido acredito que a Mensagem falhou em não se referindo a esta parte tão importante da Defesa Sanitária Animal. Realmente não mostrou a situação como esta se apresenta.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite o aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – Com referência a este ponto, desejo lembrar que a parte referente ao fomento da produção, como as demais peças da Mensagem, são elaboradas pelas diversas Secretarias do Estado, no mês de dezembro, e o relatório se refere ao exercício anterior. Naquela oportunidade, não havia surto de raiva. Isto ocorreu posteriormente, razão pela qual não podia constar da Mensagem.

V. Exa. concordará em que não era possível incluir na Mensagem dados do corrente exercício.

SR. OSNI RÉGIS – No ano passado, durante o ano inteiro, tivemos raiva na zona da serra. Desejo que os senhores deputados compreendam que eu não estou atacando aquele serviço, pois reconheço e sei o esforço que os funcionários deste serviço fazem e sei também da capacidade de cada um de seus funcionários.

11ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Sei da necessidade de resolver esse problema, para isso o trouxe aos legisladores, para que tomassem conhecimento desta situação. O culpado não é o serviço, a culpa é da falta de material. Não há material.

Sr. Caruso Mac Donald – V. Exa. me permite fazer um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não.

Sr. Caruso Mac Donald – Desejo informar à Casa, que o que V. Exa. está dizendo é pura verdade. A mesma coisa acontece no sul de Santa Catarina, nas zonas de Criciúma, Tubarão, Laguna, etc., onde há poucos cavalos.

Existem lugares onde há muitos cavalos, centenas deles, mas há certas dificuldades por questões políticas e o Governo não pode lançar mão destes animais. Acham-se centenas e centenas, ao abandono, nos campos da Madre, Pirituba, Carniça e outros.

É um absurdo isto, enquanto está avançando a raiva em Santa Catarina e por falta de matéria-prima, para fabricação da vacina, estão por aí, centenas e centenas de cavalos, abandonados, sem prestar serviço à coletividade.

SR. OSNI RÉGIS – Daí a nossa razão, senhor deputado, de levar ao conhecimento dos Poderes Públicos interessados, a fim de que se possam conseguir animais para fabricação de vacinas.

Sr. Caruso Mac Donald – V. Exa. me permite outro aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não.

Sr. Caruso Mac Donald – No ano passado, tratamos destes problemas. Procuramos até a intervenção de diversas pessoas com bastante conhecimento no assunto. O Sr. Deputado Olice Caldas foi ouvido como o Sr. Deputado Volney Oliveira, mas, infelizmente, não se encontrou um meio para se resolver esta situação.

Sr. Alfredo Chereim (Pede aparte.) – Não quero perder a oportunidade de dizer, no momento, algumas palavras de elogio a um dos serviços do Estado, que é o Serviço de Defesa Animal em São José, quanto à capacidade do Dr. Irapuan, pois é demais por nós conhecida a sua eficiência. Tenho a certeza de que o Dr. Irapuan, no Posto de Serviço de Defesa Animal de São José, tem possibilidade de fornecer ao Estado, vacinas para este fim, bastando que se deem os meios necessários para se conseguir as vacinas; a capacidade científica do Dr. Irapuan, trará ao Estado grandes benefícios neste setor.

SR. OSNI RÉGIS – Conheço muito bem o Dr. Irapuan, do Serviço de Defesa Animal. Conheço-o de há muitos anos, desde a campanha contra a peste

suína, onde ele foi um dos veterinários, como o Dr. Alberto Santos e outros, que lutaram meses e meses pelo interior do Estado, para que fosse possível debelar esta peste. Sei também dos esforços que tem feito para se conseguir um maior número de vacinas contra a raiva.

Sr. Sebastião Neves (Pede aparte.) – Além da falta de material, Exa., há resistência por parte dos proprietários dos animais. Pensam eles que essas vacinas é que provocam a morte nos animais.

SR. OSNI RÉGIS – Hoje, excelência, na zona serrana, além de deixarem vacinar o seu gado, oferecem bois para serem sacrificados a fim de se conseguir vacinas.

Sr. Sebastião Neves – Peço novo aparte. Seria interessante, Exa., e mesmo uma necessidade, se fazer propagandas, instruindo essas gentes. Aqui, com conhecimento de causa, posso dizer que eles têm medo de vacinar o gado.

Sr. Valério Gomes – V. Exa. permite-me um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Valério Gomes – Há um ano, Exa., que no meu município, Tijucas grassa a raiva. Ela vem-se alastrando com uma intensidade assustadora. É um município de pequena criação, mas, mesmo assim, a mortalidade de gado está sendo grande.

Sou pequeno pecuarista e já perdi 27 cabeças. Tenho vacinado o meu gado de seis em seis meses. Infelizmente, as vacinas não deram resultado algum.

SR. OSNI RÉGIS – Existem, Exa., diversos tipos de vírus da raiva.

Sr. Valério Gomes – Ficou constatado, Exa., a qualidade da moléstia no exame das vísceras e foram aplicadas as vacinas adequadas ao mal. Mas, infelizmente, elas não deram resultados.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. me permite um novo aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Com prazer, Exa.

Sr. Sebastião Neves – Estive há poucos dias conversando com o Dr. Bustamante a respeito deste assunto. Ele é muito complexo. Entra em jogo até

a questão do transporte. O preço também devia ser mais acessível e ao alcance do povo. Não vi ainda, Exa., por parte do Governo Federal, interesse sério sobre este assunto.

SR. OSNI RÉGIS – Outro ponto que também não aparece na Mensagem e que dá a entender que o Estado nada tem feito neste terreno, e que é de suma importância para a zona da pecuária, é a questão dos campos, isto é, da pastagem. É um assunto importantíssimo, porque nós, enquanto não resolvermos a situação dos campos, principalmente da zona da serra, não poderemos aumentar o número de cabeças de nosso rebanho bovino.

Sr. Sebastião Neves – Os técnicos de Lajes acham que a terra daquela região não se presta às pastagens articuladas. Pode ser que existia algum lugar favorável, porém, quanto à Coxilha Rica, essa não é adequada.

SR. OSNI RÉGIS – Não foram feitos estudos sobre o assunto. Quem andou fazendo estudos lá, foi o Dr. Afonso Ribeiro. Mas, parece-me que ele tinha apenas dois operários auxiliando-o neste serviço. No Rio Grande do Sul, parece-me que em Vacaria, existe um laboratório especializado neste assunto.

Sr. Sebastião Neves – A questão prende-se à falta de assistência por parte do Ministério da Agricultura, e recursos que esse Ministério não dispõe.

Sr. Lenoir Vargas (*Pede aparte.*) É possível que essas lacunas sejam supridas através da Secretaria da Agricultura, que é um órgão que o Estado dispõe para atender, precipuamente, aos interesses locais.

SR. OSNI RÉGIS – Eu quero declarar a V. Exa. que esta é uma questão que os fazendeiros têm-se preocupado. E eu mesmo, quando apresentei o caso à Secretaria da Agricultura, tive oportunidade de falar com os seus dirigentes e mostrar-lhes que o grande problema para o pecuarista de Santa Catarina, era o estudo sobre a pastagem de seus campos. E o senhor secretário, naquela ocasião, me falou que iria providenciar. Mas segundo estou informando, nada foi feito e se foi, nada consta da Mensagem. É um problema importante e eu acredito que a Secretaria vai se interessar. O fazendeiro quer saber o que de melhor deve fazer para a melhoria da pastagem de seu campo. Ele sabe que o campo, tendo apenas 30 ou 40 cabeças por milhão de terras, lhe dará um lucro baixíssimo e ao mesmo tempo tem que vender o gado por um preço absurdo.

Sr. Francisco Canziani (*Pede aparte.*) – Eu quero esclarecer que o senhor secretário da Agricultura, está, no momento, adquirindo corretores de terras, carbonato de cálcio e de magnésia e outros ingredientes, com a finalidade de corrigir os terrenos e distribuir ao preço de custo aos lavradores que os queiram, assim como a assistência técnica, exames de terras, etc.

SR. OSNI RÉGIS – Mas o problema não é esse. É o problema do gelo. Também, qual o capim que não morre com a geada? Mas o que o fazendeiro pede é que lhe digam o que ele deve fazer. É isso que aqui estamos lembrando à Secretaria, já que nada consta da Mensagem a respeito; ela não diz o que o fazendeiro deve fazer.

Era o que tinha a dizer.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE JUNHO DE 1956, ÀS 14H.

Sr. Presidente – Tem a palavra o Sr. Deputado Osni Régis.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: como é do conhecimento de todos os senhores deputados, na zona da serra, em especial no Município de São Joaquim, suas frutas se equipararam com as europeias e as da América do Norte. Nada ficam a dever, as maçãs de São Joaquim, às maçãs da Argentina ou dos Estados Unidos. Foi com a finalidade de incrementar a produção de frutas daquela zona que se criou, naquele município, um serviço de fruticultura. Tão importante é isto, que já tivemos até exposição de maçãs; nessa ocasião se confirmou o que se dizia das frutas daquela zona, que eram iguais às dos países estrangeiros. Mas, infelizmente, como ocorreu também com outros produtos aqui, no Brasil, é o problema do transporte que está dificultando o comércio daquela riqueza. Grande parte daquele produto, 80% das frutas de São Joaquim, não pôde ser transportado em virtude da falta de transporte.

Estou alertando, senhores deputados, o Governo do Estado, por intermédio das suas diferentes Secretarias, que elas, principalmente a de Obras Públicas, olhem com interesse essa questão. Devem elas interessar o capital particular a fim de que fábricas possam ser instaladas para o melhor aproveitamento daquelas frutas.

Sr. Caruso Mac Donald – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Caruso Mac Donald – Foi prevendo, excelência, a escoação da produção do Planalto Serrano que o Governo do Estado de Santa Catarina iniciou a construção da [estrada da] serra do Rio do Rastro. Posso, com segurança, afirmar a V. Exa. que um grande capitalista do Rio de Janeiro, que faz parte da maior firma importadora de frutas do Brasil, está tratando da instalação de uma fábrica em São Joaquim.

SR. OSNI RÉGIS – Mesmo que não seja possível concluir em curto espaço aquela estrada, pelo menos, conservar as existentes, a fim de conseguirmos um rápido escoamento do produto.

Sr. Caruso Mac Donald – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Caruso Mac Donald – Como disse, há uma firma interessada nesse assunto. Encontra-se em São Joaquim o Sr. Motta, representante da firma Frutícola S.A., a fim de dar os primeiros passos nesse sentido. Esteve conferenciando com o senhor governador e S. Exa. afirmou que dará todo o apoio necessário para esta obra.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Tupy Barreto – Soube, quando estive na Festa da Maçã, em São Joaquim, que um capitalista de São Paulo estava interessado na compra de toda a produção desse produto do oeste catarinense, uma vez que existisse energia elétrica para funcionamento de uma fábrica para enlatamento desse produto.

No entanto, não era possível essa montagem, por falta de energia elétrica, visto que a fábrica funcionaria uma vez que o Governo do Estado possibilitasse o fornecimento de energia. Por isso está o Governo Jorge Lacerda interessado com a energia elétrica no Estado de Santa Catarina, porque desenvolvendo a energia elétrica, ele estará possibilitando o desenvolvimento das demais indústrias do Estado. Daí ele estar lutando com afincio, a fim de que seja desenvolvida

a usina do Cubatão, do Rio Uruguai, do Rio Canoas, etc., enfim, que Santa Catarina tenha energia elétrica. Porque tendo energia se equacionará grande parte do problema do Estado.

SR. OSNI RÉGIS – A produção será cada vez maior. Se por enquanto há falta de energia, que se melhorem as estradas, para que nelas possam transitar caminhões. Não adianta nos lançarmos à campanha da produção, se não olharmos a questão do transporte. Isto já ocorreu com o trigo. Não adianta incentivar o agricultor a que produza, para depois ele ver seus produtos apodrecerem.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. acaba de falar em trigo. Eu já ventilei esse grande problema, que foi tão amplamente comentado pela imprensa da capital Federal. Entretanto, esse trigo que apregoavam estar apodrecendo no oeste de Santa Catarina, existe, em realidade, escondido nas mãos dos tubarões do oeste de Santa Catarina, que visam a alta do custo de farinha de trigo.

Na próxima vez que vir a esta tribuna, denunciarei tubarões do PSD, do PTB e mesmo da UDN, que estão fazendo com que os operários e o povo de Santa Catarina vivam sacrificados, vivam na miséria em que estão vivendo até hoje. Em Santa Catarina, existe o problema do trigo, existe o problema dos tubarões, que estão solapando a economia popular. Esses é que estão agindo contra a Pátria, e contra essa gente eu vou lançar o meu libelo.

SR. OSNI RÉGIS – Pode V. Exa. contar com meu apoio nesta luta contra os tubarões, porque se as classes dirigentes não tomarem providências, ou os tubarões são derrotados, ou engolirão o Brasil.

Aqui fica, portanto, o meu alerta ao governador do Estado, com relação às frutas de São Joaquim, porque, segundo me consta há ali grandes perspectivas de produção. Aproveitando, já que aqui estou, mais uma vez quero me referir à questão do transporte...

Sr. Sebastião Neves – Esta questão de transporte não deve ser motivo de preocupação. V. Exa. deve saber que até aqui nunca faltou transporte para a madeira. Uma vez que se encontre mercado para as maçãs, haverá transporte.

SR. OSNI RÉGIS – Pessoas que conhecem o assunto me afirmaram que 80% da produção não poderá sair de lá...

Sr. Sebastião Neves – O Deputado Antônio Palmas poderá dizer melhor.

Sr. Antônio Palmas – A fruta joaquinense não tem sido produzida com abundância e em condições superiores por falta de técnicos no assunto. Agora é que estão começando a chegar os primeiros técnicos, porque o Sr. Irineu Bornhausen, ex-governador, deu todo o apoio ao problema da fruta de São Joaquim.

SR. OSNI RÉGIS – Outro assunto que me traz à tribuna é a questão do leite. Nós temos o leite mais barato do mundo, mas o fato é que esse leite não existe. Três vezes por semana a gente encontra leite e nos outros dias, por mais que corra, não encontra leite.

Sr. Sebastião Neves – Sobre o assunto do leite, já tive oportunidade de dizer aqui que V. Exa. acusa o governador e o secretário da Agricultura como culpados do desaparecimento do leite no mercado, porque fez passar o preço para Cr\$ 4,00. Daí a iniciativa particular não se interessar na produção do leite.

SR. OSNI RÉGIS – Eu não estou fazendo críticas. Eu só faço questão de lembrar que o problema existe. Não vamos esconder o problema. É mister que o Estado procure resolvê-lo.

Sr. Tupy Barreto – Eu sugiro a V. Exa. que faça Indicação ao Governo do Estado e ao senhor prefeito, a fim de que se entendam com o Serviço de Imigração Nacional e que permitam a vinda destes colonos holandeses, facilitando, também, os meios para aqui se instalarem. Mostrarei a V. Exa. que dentro de dois anos teremos leite em abundância.

Sr. Mariano Gunther – Quero, com a permissão do senhor Deputado Tupy Barreto, fazer um aditivo a esse requerimento, no sentido de que os holandeses tragam as suas vacas.

SR. OSNI RÉGIS – A solução do problema compete ao Governo. O Sr. Deputado Sebastião Neves, que conhece o problema, deve apresentar uma solução.

Sr. Sebastião Neves – Eu já apresentei nesta Casa uma sugestão, que era a construção de uma fábrica de leite em pó, a qual foi contestada pelo Sr. Deputado Lenoir Vargas Ferreira. Eu acho que o problema do leite não terá uma solução dentro destes próximos cinco anos.

Sr. Lenoir Vargas – Devo esclarecer a V. Exa. que naquela oportunidade eu não contestei V. Exa., mas sim pus minhas dúvidas quanto ao sucesso desta fábrica, pela grande quantidade de leite que iria consumir, sem ter a região uma produção leiteira capaz.

Sr. Sebastião Neves – Depois daquele discurso que fiz, examinei a situação e vi que era perfeitamente viável. O atual Governo vai instalar um posto de resfriamento de leite no Braço do Norte a fim de aproveitar a produção daquela região.

Sr. Laerte Vieira – Os senhores deputados do PTB, que afirmavam se reuniram até em baixo de uma árvore, se retiraram todos com seu líder. Estão com certeza fazendo política debaixo da figueira.

(Risos.)

Sr. Lenoir Vargas – É triste verificar-se o permanente espírito policial do líder da UDN, ontem, querendo sujeitar o funcionamento da Assembleia a dois ou três dias por semana, e agora, pretendendo controlar a permanência dos deputados no Plenário. Os deputados são livres no exercício do mandato, podendo deixar o recinto quando bem o entenderem.

SR. OSNI RÉGIS – Aproveito a oportunidade de alertar o Governo do Estado, para o problema da falta do leite. Se continuar assim vamos ficar como estamos, na falta de leite no resto do ano. Reconheço que o Governo não pode resolver este problema de pronto. Mas queremos que ele veja o problema detalhadamente, para que no ano que vem não tenhamos em Florianópolis falta de leite. Apelo para que S. Exa., o senhor governador, resolva este crucial problema do leite, para que tenhamos, no próximo ano, leite barato em quantidade.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 1956, ÀS 8H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: uma das funções do Poder Legislativo é mostrar ao chefe do Poder Executivo a inconveniência de determinados atos daquele Poder. E antes que se efetivem atos, por assim dizer, prejudiciais ao povo, acho que é obrigação nossa vir

para a tribuna e alertar o chefe do Poder Executivo do Estado. Quando se discutiu o projeto de lei que reorganizava a Secretaria de Educação, tivemos, eu e o Deputado Paulo Preis, ocasião de mostrar deficiências daquele projeto, que tinha de se determinar certos serviços. Um desses, segundo me lembro, é referente aos requisitos necessários àqueles que fossem nomeados como assessores técnicos da Secretaria de Educação. Notamos, pelo projeto de lei, que qualquer pessoa com mais de 18 anos que fosse do sexo masculino, sabendo ler e escrever, poderia ser nomeada assessor técnico da Secretaria da Educação. O Deputado Paulo Preis, na ocasião, apresentou uma emenda dizendo que poderiam ser nomeados para esses cargos somente professores secundários, inspetores escolares, enfim, pessoas que estivessem a par dos assuntos da educação.

Eu soube que foi nomeado, para assessor técnico, o Professor Martinho Callado, do Instituto de Educação e da Faculdade de Filosofia; o consultor jurídico, é pessoa formada em Direito. Agora, fala-se que será nomeada, para assessor técnico, pessoa que nada entende de educação; é uma pessoa distinta, muito esforçada, tem um grande valor pessoal, muito dedicada, mas que nada conhece de educação.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. poderá dizer de quem se trata?

SR. OSNI RÉGIS – O meu desejo é apenas alertar o Governo. E se não for verdade o que se diz por aí, ficarei muito satisfeito. A finalidade é apenas alertar, para que não se tenha, como tivemos no Governo passado, pessoas na direção do Departamento de Educação que nada entendiam do assunto.

Sr. Laerte Vieira – Veja, V. Exa., que eram injustas as razões invocadas por V. Exa. e pelo Deputado Paulo Preis, quando queriam fazer constar da lei requisitos que o próprio governador está interessado em verificar se possui a lei. V. Exa. está supondo que o terceiro possa não preencher as condições. Entretanto, afirmo a V. Exa. que o nomeado preencherá os requisitos desejados.

SR. OSNI RÉGIS – Eu frisei, de começo, que era nosso desejo alertar o Governo, pois depois de ter sido nomeada uma pessoa que não tivesse os requisitos necessários, nada mais poderíamos fazer.

Sr. Paulo Preis – E é tanto mais de se preocupar porque era nossa inten-

ção, quando apresentamos emenda, que, como nas Secretarias, fosse o cargo preenchido em comissão e não em caráter efetivo. Assim, devemos nos preocupar com a escolha, pois, sendo casos em caráter efetivo, deverão as pessoas nomeadas ser realmente altas expressões, porquanto continuarão lá para os Governos futuros.

SR. OSNI RÉGIS – Assim, para que amanhã não tenhamos que criticar o Governo, viemos hoje alertar o Governo, para que nomeie pessoas que estejam a par do ensino e da educação.

(Palmas.)

24ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: o Deputado Sebastião Neves já teve oportunidade de se referir à data de hoje. Neste sentido, também, é que apresentamos, junto com o Deputado Estivalet Pires, este Requerimento para que se consigne em ata, um voto de congratulações pelo transcurso do dia da Batalha do Riachuelo, dando-se, também, ciência destas congratulações ao senhor comandante do 5º Distrito Naval.

A Batalha do Riachuelo foi, antes de tudo, uma demonstração do valor da nossa Marinha Brasileira, porque, como fez em outras ocasiões, veio demonstrar que estava preparada para servir o país, quando chamada, em caso de guerra. A Batalha do Riachuelo, que se desferiu em local inadequado à nossa Esquadra, veio demonstrar a competência dos seus chefes e a coragem dos nossos marinheiros, que fizeram com que a Batalha do Riachuelo fosse o início da nossa vitória contra o Paraguai, porque o povo daquele país não queria guerra, tanto isso é verdade que, terminada a guerra, continuaram laços de amizade. Portanto, senhor presidente, é justo que fique registrado nos anais desta Casa, um voto de congratulações pelo transcurso deste grande dia.

Era o que tinha a dizer.

**24ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1956, ÀS 14H.**

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: encontro-me aqui para congratular-me com os aposentados, com os funcionários aposentados do Estado de Santa Catarina. É que, segundo notícias que se tem, magistrados aposentados haviam recorrido à Justiça, baseados na Constituição do Estado, para receberem os aumentos de vencimentos, na mesma proporção que os demais funcionários em atividade.

O Estado, não se conformando com acórdão do Tribunal de Justiça, recorreu para o Supremo Tribunal Federal, e agora, esse Tribunal confirmou o acórdão do Tribunal de Santa Catarina.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. se congratula com os desembargadores.

SR. OSNI RÉGIS – Com os desembargadores e demais funcionários.

Sr. Laerte Vieira – Eu estranho, porque foram beneficiados somente aqueles que recorreram.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, a sentença vem demonstrar que aquele ponto de vista que nós sustentávamos, contra o pensamento das bancadas que apoiam o Governo, foi vitorioso. Esse nosso ponto de vista foi combatido pelos senhores deputados que apoiam o Governo, porque, diziam eles, a Constituição não dava os mesmos direitos de aumento aos aposentados que aos em atividade. A sentença do Supremo Tribunal vem demonstrar, de maneira clara, que o aumento deve ser igual, para os da ativa e os aposentados. Acredito por isso, que o senhor governador do Estado, ciente da solução dada pelo Supremo Tribunal Federal, da maneira que foi interpretada a Constituição de Santa Catarina, se adiantará e para cá mandará projeto de lei regulando essa matéria, fazendo com que os funcionários aposentados recebam vencimentos iguais aos em atividade, conforme preceitua a Constituição.

Portanto, congratulo-me com todos os funcionários aposentados, porque, além de terem o direito ao aumento igual aos da atividade, irão receber todos os atrasados, desde 1946.

Sr. Sebastião Neves – O ponto de vista a que V. Exa. se refere, teve origem na discussão de um projeto do qual fui relator. Eu disse no relatório que V. Exa. estava chovendo no molhado, porque a Constituição dizia: toda vez que houver aumento aos funcionários da ativa, os aposentados serão reajustados. O que V. Exas. pretendiam era exatamente o que constava no Estatuto dos Funcionários Públicos.

Realmente, sempre fui contra esse ponto de vista, mas sempre fui de opinião que os magistrados ganhariam a ação.

SR. OSNI RÉGIS – Devo fazer uma ressalva, que nem todos os deputados que apoiam o Governo foram contra nós. Teve um deputado udenista que, na Comissão de Justiça, votou conosco, porque também achava que o projeto nada mais fazia do que complementar a Constituição.

Sr. Antônio Almeida (*Pede aparte.*) – Quando se discutiu nesta Assembleia o aumento concedido aos funcionários do Estado, principalmente aos funcionários da ativa, tive oportunidade de apresentar uma emenda que estendia esse aumento, nas mesmas bases percentuais, aos funcionários da inatividade. Entretanto, os deputados que apoiam o Governo nesta Casa, naquela oportunidade, votaram contra minha emenda.

SR. OSNI RÉGIS – De modo, senhor presidente, que, sabendo que os funcionários aposentados vão receber igual aumento que os funcionários da atividade, a contar de 1946, e que amanhã também outros irão pleitear esse benefício, venho a esta tribuna para com eles me congratular.

Era o que tinha a dizer.

26ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, nobres senhores deputados: vim à tribuna a fim de falar a respeito de um pedido de informações, porém, antes, desejo formular duas palavras a respeito da “universidade”. Ouvi os debates a respeito e devo dizer que houve um mal-entendido.

A Universidade de Santa Catarina já foi criada, está, portanto, organizada legalmente, já foram nomeados seus dirigentes e estudos estão sendo feitos para a construção do prédio da referida Universidade. Organizada ela já está e os estudos foram feitos por grandes mestres, principalmente da Universidade de São Paulo e o Dr. Wilmar Dias, esteve nos Estados Unidos recolhendo elementos para organizar aqui uma universidade nos moldes das que visitou. Nada temos contra a Faculdade de Engenharia que se pretende para Joinville. Elas podem ser criadas em outras cidades que não as capitais, como a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que é uma das melhores do Brasil.

Sr. Sebastião Neves – A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto não pertence à Universidade de São Paulo.

A única que faz parte é a de Ouro Preto, em Minas, e isto por um sentimentalismo do povo mineiro. E V. Exa. disse muito bem. No Brasil não temos nenhuma universidade do tipo norte-americano. O que se deve fazer é centralizar e não dispersar.

SR. OSNI RÉGIS – Não somos contra a Faculdade de Engenharia que se pretende para Joinville. Amanhã poderá existir uma de Química em Blumenau. Quanto mais faculdades existirem, melhor.

Sr. Tupy Barreto – Eu desejava que V. Exa. informasse se a lei que organizou essa Universidade determina que as faculdades devam obrigatoriamente ser sediadas aqui em Florianópolis ou se as faculdades, embora pertençam ao quadro da Universidade, podem ser sediadas em outras partes.

SR. OSNI RÉGIS – A lei que criou essa Universidade não fala nisso, Exa. Porém, quando a Universidade funciona no mesmo conjunto predial, especializados em determinadas matérias podem lecionar, [os] professores, em diversas faculdades.

O mesmo professor, por exemplo, poderia lecionar no mesmo laboratório para estudantes de Engenharia, Física, Química, etc.

Sr. Sebastião Neves – Ainda, dentro do ponto de vista do ilustre Deputado Tupy Barreto, são condenáveis as cidades que têm suas universidades em localidades calmas. Entretanto, as universidades devem ser instaladas em cidades onde não existam aglomerações, industrialização, etc.; quanto mais

calma, quieta e serena a cidade, melhor o ambiente para ser instalada a universidade por causa dos estudos, que exigem estas condições.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. encontrará o meu apoio, para que a Faculdade de Engenharia seja instalada em Joinville, como estarei interessado em levar a Faculdade de Agronomia para Lajes.

Sr. Sebastião Neves – Será o caso da cidade de Chicago; pretender que a Faculdade de Harvard seja instalada em Chicago onde é um grande centro.

SR. OSNI RÉGIS – Outro assunto que me traz a esta tribuna é a respeito do pedido de informações feito há meses passados. A finalidade daquele pedido de informações foi de saber, se era verdade ou não, o que se dizia na cidade a respeito da dívida que o Estado tem para com a Companhia Siderúrgica Nacional.

É que na Mensagem do governador do Estado não se fala nessa dívida, dívida que se fala alcançar 23 milhões de cruzeiros.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. está desejando defender o atual Governo ou atacar o Governo anterior?

SR. OSNI RÉGIS – Desejo esclarecer a V. Exa. que não estou defendendo nem criticando. O Estado devia à Siderúrgica Nacional, pelo fornecimento de energia elétrica para Florianópolis, vinte e dois milhões e trezentos mil cruzeiros.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem, V. Exa., o aparte.

Sr. Laerte Vieira – Como obteve V. Exa. conhecimento dessa dívida?

SR. OSNI RÉGIS – Excelência, segundo informações que tenho, o Governo do Estado não pagou à Siderúrgica. A Siderúrgica, senhores deputados, devia setecentos mil cruzeiros ao Estado. Mas, acontece, que o Estado devia à Siderúrgica vinte e três milhões de cruzeiros, feito encontro de contas, ficou o Estado devendo vinte e dois milhões e trezentos mil cruzeiros. Acho, senhores deputados, que essa dívida do Estado devia aparecer na Mensagem. É uma dívida grande e o povo precisa saber da situação financeira do Estado.

Sr. Laerte Vieira – Esta dívida não está registrada nos balanços dessas empresas?

SR. OSNI RÉGIS – Não vi nada disso lá, Exa.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. parece estar dando a entender que essa dívida cabe diretamente ao Tesouro do Estado. Não esqueça que essas operações estão sendo feitas por empresas de economia mista, como a Empresul e agora a ELLFA CELESC.

SR. OSNI RÉGIS – Elas foram tornadas em economia mista, excelência, somente este ano.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Tupy Barreto – Sei que a Empresul deve à Siderúrgica Nacional. E 51% das ações dessa companhia são do Governo do Estado.

Sr. Antônio Almeida – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Antônio Almeida – Maior razão terá, excelência, o senhor governador do Estado para atender o seu pedido de informação.

SR. OSNI RÉGIS – Não obtive a resposta ao meu pedido de informação. Ficaria satisfeito em saber que o Estado nada deve à Siderúrgica Nacional e que o único Governo do Estado que ia ao Rio de Janeiro, não para pedir dinheiro ao Governo Federal, era o de Santa Catarina. Mas, infelizmente, isso não acontece. O Estado deve à Siderúrgica aquela elevada quantia.

28ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1956, ÀS 8H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: no ano passado apresentamos uma Indicação ao Poder Executivo, por intermédio desta Casa, para que as repartições públicas funcionassem em um só período, com um só expediente.

Neste ano, novo Governo, não vamos fazer outra Indicação desta Casa, para que as repartições públicas funcionem em um só período, com um só expediente.

Só queremos, daqui, fazer, por intermédio dos senhores deputados governistas, que têm mais contato com o Governo, um apelo para que estudem a questão, pois que essa medida é de grande interesse para os funcionários.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Sebastião Neves – Excelência, li nos jornais de Porto Alegre um voto de congratulação com o prefeito daquela cidade, por ter instituído os dois turnos naquela Prefeitura.

SR. OSNI RÉGIS – Não li essa congratulação, excelência. Mas posso dizer a V. Exa. que as repartições federais funcionam em um turno só.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. me permite mais um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Sebastião Neves – Há necessidade que as repartições, excelência, funcionem em dois turnos. Por exemplo, se as Secretarias funcionassem em um turno só, encontraríamos, nós, os deputados, dificuldades para obter informações.

SR. OSNI RÉGIS – Não tem fundamento a declaração de V. Exa. Na Capital Federal as repartições funcionam no mesmo horário da Câmara dos Deputados e não me consta haver dificuldades para os deputados obterem informações nas repartições.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Tupy Barreto – É por essa malandragem, senhor deputado, que o Brasil vive avacalhado.

(Risos.)

SR. OSNI RÉGIS – Com o aumento crescente do custo da vida, senhores deputados, o funcionário tem que morar cada vez mais distante do seu ponto de trabalho. Precisa, nobres senhores deputados, tomar ônibus quatro vezes ao dia. Com essa carestia e ter que fazer quatro viagens diárias fica uma lacuna grande em seu já mirrado vencimento.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Tupy Barreto – Este mesmo problema, excelência, está angustiando o pobre do operário que trabalha da manhã à noite.

SR. OSNI RÉGIS – Um turno, só têm os bancários, os funcionários de autarquias, os funcionários federais e alguns estaduais.

Sr. Tupy Barreto – Eu sou contrário a esta medida, eu sou funcionário público e acho impraticável esta medida, porquanto o funcionário público, já combatido, atacado por todo mundo, é taxado de malandro; não se justifica que hoje se procure reduzir mais os seus serviços. Pelo contrário, suas horas de serviço deviam ser aumentadas.

SR. OSNI RÉGIS – Nós não estamos falando em horas de serviço. Não vamos diminuir as horas de serviço, pelo contrário. Em São Paulo, por exemplo, está se providenciando não trabalhar no dia de sábado. Os funcionários trabalharão mais horas durante a semana e não trabalharão sábado.

Sr. Miranda Ramos – V. Exa. já imaginou o que é um funcionário ter que assinar o ponto ao meio-dia e ter que voltar para almoçar?

SR. OSNI RÉGIS – Ele, quando vem para o trabalho, já vem almoçado. Segundo estou informado, nessas repartições que têm seu expediente único, à tarde, os funcionários entram ao meio-dia, já almoçados, trabalham até as 2 ou 3 horas [da tarde], quando há um pequeno intervalo para o lanche, na própria repartição e às 6 horas [da tarde] saem do serviço.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. acredita que neste país maravilhoso, cidadãos honestos, chefes de repartições, funcionários de categoria trazem o seu lanche para fazer dentro das respectivas seções?

SR. OSNI RÉGIS – Sim, Exa., essas repartições já têm recinto próprio para lanches.

Sr. Sebastião Neves – Eu não teria dúvida em apoiar o seu ponto de vista: não haver trabalho aos sábados. Este ponto é que deveria entrar em cogitação. Isto é, prolongar-se o expediente nos demais dias e não haver trabalho aos sábados. Seria mais útil ao funcionário e não prejudicaria a administração.

SR. OSNI RÉGIS – Isso, segundo sei, o Governador Jânio Quadros está fazendo em São Paulo.

Sr. Ivo Silveira – Não posso compreender o significado do aparte do Sr. Deputado Tupy Barreto. S. Exa. diz que neste país ninguém mais trabalha. S. Exa. está preocupado e eu também estou preocupado com esse derrotismo de sua excelência...

Sr. Tupy Barreto – Não é derrotismo o motivo do meu aparte. Trago aqui o motivo do meu aparte. Trago aqui no bolso um documento de determinado cidadão, que evidencia o que afirmei. O referido cidadão tem direito, por lei, ao que pleiteia, porque ele pagou contribuição para o IAPC, IAPI e IAPTC e há quatro anos vem pleiteando esse direito sem nada conseguir. Aqui tenho até cartão do presidente da República, onde diz que o assunto está sendo encaminhado. Esse é o problema do Brasil e esse desleixo, essa morosidade, existem em todas as repartições.

(Trocam-se apartes.)

Sr. João Colodel – Isso também acontece nas repartições públicas de Santa Catarina. Eu conheço casos pessoais em que andam pedindo de porta em porta, e não conseguem resolver seus problemas. Cito o caso de uma viúva de um juiz de Paz da minha terra, que há vários anos anda pleiteando um direito seu, líquido e certo, e até hoje não conseguiu nada.

Sr. Tupy Barreto – Não fiz, na ocasião, restrição a esta ou àquela repartição. Falei de um modo geral. Falei em tese, V. Exa. poderia me informar qual é o vencimento de um juiz de Paz? O Estado não dá pensão à viúva de juiz de Paz.

Sr. João Colodel – O caso é o seguinte. Esse juiz de Paz exerceu as funções de juiz de Direito e tem a receber doze mil e poucos cruzeiros e até hoje não o conseguiu.

(Trocam-se apartes.).

Sr. Laerte Vieira – O Sr. Deputado João Colodel falou no caso de um juiz de Paz, já falecido. O caso será resolvido, porquanto os papéis estão nas repartições públicas, em andamento. Também está interessado no assunto um deputado da minha bancada, representante de Canoinhas. Os herdeiros receberão.

Não é como o caso da verba dos operários da Companhia Lumber, que há mais de 15 meses estão sem receber os seus salários. Receberam promessa de pagamento e até hoje nada receberam. Não é só um caso, mas centenas deles. V. Exa. já recebeu o cheque do senhor presidente da República para o pagamento dos operários da Lumber? V. Exa. poderá me dizer se foi efetuado o pagamento?

Sr. João Colodel – V. Exa. citou dois casos. Eu apresentei centenas de casos em que os funcionários do Estado não receberam seus vencimentos, salário-família, etc.

SR. OSNI RÉGIS – Vamos deixar este assunto e vamos voltar ao assunto anterior, ao que nos interessa. Não adianta declarar aqui se o brasileiro gosta de ser funcionário público ou não. Não interessa a preocupação dos brasileiros em ser funcionário público. No momento não nos interessa isto, o que interessa é ver se o Governo do Estado providencia para que os funcionários tenham somente um turno.

Sr. Orlando Bertolli – V. Exa. se refere só aos funcionários da capital ou também do interior?

SR. OSNI RÉGIS – A todos, principalmente, da capital. A maior parte dos funcionários mora no Estreito, Saco dos Limões...

Sr. Ivo Silveira – Palhoça.

(Risos.).

SR. OSNI RÉGIS – ... Palhoça, São José, etc. A preocupação, hoje, dos funcionários e empregados em todo mundo é fazer o mesmo serviço em número menor de horas e que tenham maior número de horas de lazer. Na Rússia, por exemplo, os operários vão passar a trabalhar 42 horas por semana. A preocupação do funcionário é fazer o mesmo serviço em menor número de horas.

Sr. Antônio Almeida – Com exceção das sextas-feiras, na Assembleia Legislativa há só um período de trabalho para os funcionários. E não há aquela malandragem como se refere o Sr. Deputado Tupy Barreto; os nossos funcionários são zelosos, cumpridores dos seus deveres e trabalham dando perfeito resultado aos misteres legislativos.

Sr. Caruso Mac Donald – Estou acompanhando com vivo interesse o discurso de V. Exa., defendendo a nossa classe dos funcionários públicos. Digo nossa, porque também dela faço parte, como serventário da Justiça. Desejo, porém, dizer a V. Exa. que a meu ver, um turno somente prejudica enormemente o povo, principalmente os colonos que vindos da zona rural das cidades do interior, devem ser atendidos nas primeiras horas da manhã, em face do tempo necessário para a viagem de retorno. Não se concebe que um colono deixe suas atividades do campo e perca diversas horas, pelo fato de estarem, as repartições que dizem respeito aos seus interesses, fechadas no turno da manhã.

Sr. Tupy Barreto – Desejo contra-apartear, em face do aparte do Sr. Deputado Antônio Almeida. Desejo dizer que não adianta, ao Sr. Deputado Antônio Almeida, elogiar e jogar confete aos funcionários da Assembleia Legislativa, que são os funcionários que mais trabalham, pois a minha referência foi a outras repartições onde se verifica completa malandragem. No tocante aos funcionários da Casa, estou de acordo com o Sr. Deputado Antônio Almeida, pois, de um modo geral, os mesmos têm dado mostras de competência e de elevada dedicação aos serviços que lhes estão afetos.

SR. OSNI RÉGIS – O problema compete ao Governo estudar sua solução. Em São Paulo, por exemplo, o Governo Estadual tomou providências a fim de racionalizar os serviços das repartições estaduais. Hoje, senhores deputados, nas grandes casas comerciais, nas grandes indústrias, o serviço é racionalizado e por que nas repartições públicas devemos seguir com os mesmos métodos de 200 anos atrás?

Há, portanto, necessidade de o Governo estudar o assunto que virá em benefício do funcionalismo e da coletividade. E daqui vai o meu apelo para que se organize racionalmente o serviço público que beneficiará o funcionalismo e toda a população do Estado.

Era o que eu tinha a dizer.

(Palmas.)

**30ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1956, ÀS 14H.**

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e nobres senhores deputados: estou na tribuna, neste momento, para expor à Casa um dos maiores problemas que se debate e sofrem as populações do nosso Estado, país e mesmo de todo o mundo. É um problema dos mais cruciantes; é um problema da casa, o da habitação própria.

No país, e em especial no nosso Estado, as classes menos favorecidas sofrem imensamente com a falta de habitação própria. E pagam, em geral, pelas casas que habitam, um aluguel que alcança, em média, vinte a vinte e cinco por cento dos seus salários ou vencimentos.

Ora, senhor presidente, tem-se visto que o normal, o certo, seria que o operário gastasse com os aluguéis, no máximo, 10% dos vencimentos. Em países que se ganha melhor, a questão de habitação popular, isso é, onde o padrão de vida é mais elevado, chega a 6%.

Daí a razão porque os governantes, naturalmente, devem se preocupar com a questão de habitação, em especial fazendo, na medida do possível, para que essas classes menos favorecidas possam ter sua casa própria.

Infelizmente, a Fundação da Casa Popular, não tem tido ocasião de cumprir integralmente sua finalidade [para a] qual foi criada. Não tem espalhado pelo Brasil casas populares. Sei, por exemplo, que aqui em nosso Estado, somente em Lajes e Itajaí, a Fundação da Casa Popular criou núcleos para vender aos operários.

Sr. Olice Caldas – V. Exa. permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Olice Caldas – Em 1952, quando dirigente sindical, consegui com a Fundação da Casa Popular uma credencial para entrar em entendimento com os prefeitos do sul de Santa Catarina, esperando a Fundação apenas que a Prefeitura doasse o terreno para a construção de 100 casas; refiro-me a Tubarão. O prefeito não cedeu o terreno, senão teria hoje, Tubarão, 100 casas populares.

SR. OSNI RÉGIS – Realmente, senhor deputado, é como acabei de dizer, os únicos municípios contemplados com núcleos de casas populares, foram Lajes e Itajaí. O núcleo de Itajaí tem 50 casas e o de Lajes tem 92. Tínhamos conseguido primeiramente 50 casas, mas depois conseguimos mais 42, temos lá 92 casas. Realmente, conseguimos que aquelas casas fossem feitas por preço baixo e que fossem feitas de madeira, porque lá a madeira era mais barata, e, assim, por um preço que os operários pudessem comprar suas casas.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. podia (sic) informar o custo de cada unidade?

SR. OSNI RÉGIS – Parece-me que saíam, naquela época, por quarenta e dois mil cruzeiros.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me concede mais um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. era prefeito e deve estar lembrado. V. Exa. verifica que foram construídas, por alto preço, casas sem conforto e com isso criou sério problema naquele núcleo, porque os operários não puderam ir para lá em consequência do alto custo daquelas casas.

SR. OSNI RÉGIS – Mas já foi feito o trabalho completo de esgoto. O comprador pagava apenas 250 cruzeiros pela casa por mês, mais a parte do seguro de vida. Quando o operário tinha menos idade, o seguro era menor. Hoje, aquelas casas seriam alugadas por mais de 1.000,00 cruzeiros.

Sr. Olice Caldas – A lei determina que a amortização da casa popular não pode ultrapassar 25% do salário do trabalhador.

SR. OSNI RÉGIS – O que desejo dizer é que temos muito a fazer quanto à construção de casas populares, neste Estado. Em Lajes, a Prefeitura tinha terrenos e vendia lotes àqueles que não possuíam casa ou terreno, com o prazo de cinco anos. Era uma maneira de fazer com que aqueles que não tinham casa pudessem ao menos adquirir o terreno, e aos poucos construir seu teto.

Não foi só no período em que fui prefeito que se faziam essas coisas. Nos períodos anteriores também se fazia a mesma coisa. Daí a razão do número elevado de pessoas que têm casa própria em Lajes. Em Florianópolis isso não ocorre. A maioria dos operários paga um aluguel elevado, morando em lugares insalubres ou impróprios. O Estado, por exemplo, até agora, não tem feito nada, no sentido de resolver o problema da casa própria, pelas classes menos favorecidas.

Sr. Sebastião Neves (*Pede aparte.*) – E o Montepio não vale nada?

SR. OSNI RÉGIS – O Montepio dos Funcionários Públicos também devia resolver o problema de construção para os funcionários públicos. Infelizmente não resolve. Futuramente entregarei à Casa projeto de lei propondo a maneira de o Estado resolver em parte o problema da casa popular, em especial na capital.

35ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: preferíamos não ter que tocar mais uma vez a respeito da questão do recurso do Partido Social Democrático. Mas, já que o Sr. Deputado Romeu Sebastião Neves falou e, como ouvi que no decorrer de sua dissertação S. Exa. procurou torcer a realidade dos fatos, quero, nesta oportunidade, fazer sentir aos meus nobres colegas o que está havendo em relação ao recurso interposto pelo PSD. Terminadas as apurações para governador, o PSD, e seu candidato entraram com o recurso, pedindo a anulação da votação em determinados municípios. Por isso que havia discordância entre o número de eleitores nas folhas de votação e os dados que o Tribunal Eleitoral possuía no dia em que terminaram as eleições.

Sr. Sebastião Neves – Por que os delegados partidários de V. Exa. não fizeram esse protesto nas mesas apuradoras? Pelo contrário, ainda, o Sr. Deputado Estivalet Pires elogiou a atuação da mesa apuradora daqueles municípios. E hoje V. Exas. entram com esse recurso, que eu considero extemporâneo.

SR. OSNI RÉGIS – Em primeiro lugar, poderia o seguinte: O PSD podia recorrer, como também a UDN podia ter feito a mesma coisa com as eleições para presidente da República. A UDN andou catando dados em outros Estados

e terminou não recorrendo. O PSD podia recorrer e usando esse direito, recorreu. A UDN, em Alagoas, recorreu, pois achava que houve engano, fraude, ou outra qualquer desinteligência, para que a Justiça Eleitoral decidisse se tinha razão ou não esse recurso. Não se atacou a quem quer que seja por procurar seu direito em Justiça. Acolheremos, acataremos aquilo que a Justiça resolver, a mesma coisa como acatamos a decisão com relação ao caso de Alagoas. Aquilo que ela julgar, nós acataremos.

Sr. Laerte Vieira – Nós acataremos? V. Exas. não podem discordar. V. Exas. serão obrigados a acatar. Não existe outro meio para resolver a situação.

SR. OSNI RÉGIS – Nós nunca atacamos a Justiça, como determinados políticos fazem. Nunca nos queixamos com as soluções dadas pela Justiça. Recorremos, se o Tribunal concordar, ou não concordar, ficaremos satisfeitos. Porém, era um direito que nos assistia – procurar Justiça. Em Alagoas, a UDN recorreu e foi para o Tribunal resolver. Nós recorremos ao Tribunal Regional Eleitoral que, recebendo o recurso julgou e resolveu logo na preliminar. Achou que tínhamos entrado com recurso fora do tempo.

Sr. Sebastião Neves – Extemporâneo.

SR. OSNI RÉGIS – Resolveu na preliminar, não entrando no mérito, mas achou que era irregular, tanto assim que mandou abrir inquérito, por intermédio do corregedor, para que averiguassem se houve ou não fraude. Na preliminar achou que estava fora de época, mas não entrou no mérito. O Partido Social Democrático podia recorrer ao Supremo Tribunal Eleitoral. O presidente do Tribunal podia ou não receber o recurso, mas recebeu e o encaminhou ao Supremo Tribunal.

Sr. Orlando Bertolli – O PSD recorreu dentro da lei. A bancada da UDN está irritada porque batemos à porta da Justiça, o que é constitucional. Não foi o que aconteceu em Jacareacanga, para impedir que o presidente eleito subisse as escadarias do Catete.

SR. OSNI RÉGIS – No Supremo Tribunal Eleitoral foi distribuído ao procurador para dar parecer. Não fomos para o jornal dizer que o Tribunal estava errado. Agora o governador, no momento em que o procurador-geral deu seu parecer, então aí vem o mundo abaixo, então aí o senhor governador se locomove de Florianópolis para o Rio de Janeiro e começa o movimento.

Aqueles ministros vão resolver sem a opinião dos jornais, resolver conforme prescreve a lei. Não adianta nós estarmos aqui discutindo, fazendo barulho no Rio de Janeiro e em Santa Catarina; de nada adianta.

Sr. Alfredo Cherem – Barulho vai haver se perdermos o recurso, a foguejada vai ser grande em frente das nossas casas.

Sr. Laerte Vieira – Este barulho tem sido normal. V. Exa. poderá me informar qual o lado que vai fazer barulho?

SR. OSNI RÉGIS – O procurador deu o seu parecer e o senhor governador foi ao Rio de Janeiro e os jornais fizeram estardalhaço sobre o assunto. Só porque o procurador-geral da República deu parecer, e tudo veio abaixo. Nós não queremos depor o senhor governador, excelência.

Sr. Laerte Vieira – V. Exas. querem, mas não podem...

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem o aparte, Exa.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. está enganado. V. Exa. quer fazer com que o Tribunal vá na conversa do Partido Social Democrático.

SR. OSNI RÉGIS – O Tribunal, Exa., vai julgar conforme o direito e os fatos. Disseram aqui que nós queremos depor o governador do Estado de Santa Catarina. Ninguém quer depor coisa nenhuma. Se o Tribunal julgar favorável o parecer do procurador, conforme o recurso do PSD, haveria eleições somente naqueles municípios em que fossem anuladas as votações.

Sr. Estivalet Pires – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Estivalet Pires – Desejo, senhor deputado, fazer uma pergunta aos senhores deputados da situação: V. Exas. acham que por ter o Partido Social Democrático interposto um recurso, e que foi recebido pelo Tribunal, está procedendo de modo ilegal?

SR. OSNI RÉGIS – Já que houve silêncio da parte dos senhores deputados da situação a respeito da pergunta que acaba de fazer V. Exa., devo dizer-lhe, senhor deputado, que é um ato puramente legal e constitucional.

Se o Tribunal achar que a razão está do lado do Governo atual de Santa Catarina, continua tudo como está. Caso contrário, como já afirmei, haverá eleições nos municípios cujas urnas forem anuladas.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. admite que o caso de Santa Catarina seja idêntico ao de Alagoas? Como V. Exa. ainda há pouco se referiu ao caso de Alagoas, pensei que V. Exa. tivesse dito que o Sr. Plínio Travasso desse idêntico parecer ao caso de Santa Catarina. S. Exa., senhor deputado, foi ao Rio de Janeiro defender o seu diploma; fez muito bem S. Exa., para mostrar, mais uma vez, que aquele diabo, como nós conhecemos aqui, sempre no Rio passava por ermitão, mas desta vez foi, também, lá foi reconhecido como diabo.

SR. OSNI RÉGIS – Não conheço o caso de Alagoas. Quanto aos estardalhaços feitos pelo senhor governador do Estado, no Rio de Janeiro, devo acrescentar que o Supremo Tribunal é que resolverá. Se ele achar que não temos razão, está certo; se achar ao contrário, de nada adiantarão os estardalhaços do senhor governador do Estado.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. sabe que a consciência do povo brasileiro já se pronunciou, já se fez sentir através dos jornais, dos estudantes, que foram emprestar solidariedade ao Sr. Governador Jorge Lacerda. Esses jornais, cuja orientação é dada pela Presidência da República, disseram que estava havendo um movimento nacional, ao qual os julgadores não podem ficar alheios, porque há um velho rifão que diz: *Vox populi, Vox Dei*. Quando existe harmonia nos pontos de vista, há razões para isto.

SR. OSNI RÉGIS – O que acontece é o seguinte: nenhum, desses que fizeram barulho, leu o recurso. Eu pergunto aos meus nobres deputados, qual dentre nós leu o recurso. Sou capaz de apostar que pouquíssimos de nós leram o recurso. Pergunto àqueles jornalistas se leram o referido recurso. Ninguém o conhece. Estão transformando um caso de Direito em caso emocional.

Sr. Estivalet Pires – De mais, há o seguinte: quem vai decidir é o Judiciário. A sua palavra é que nos deve interessar. Esse movimento de imprensa não deverá interessar no caso.

SR. OSNI RÉGIS – Primeiro foi recebido o recurso pelo nosso Tribunal, depois foi encaminhado ao Superior Tribunal. Estamos, ultimamente, aguardando a solução que será dada pelo Supremo Tribunal Eleitoral. Se for favorável ao PSD ou a outro partido, nós o acataremos, é lógico, por obrigação e por acharmos que a Justiça paira acima das nossas questiúnculas.

36ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, nobres senhores deputados: no dia 1º de agosto entrará em vigor o salário-mínimo, instituído pelo Governo Federal. Neste dia, portanto, os operários de Santa Catarina – modo geral – passarão a perceber salário maior que o atual. E, percebendo salário-mínimo os operários da indústria e do comércio, forçosamente terão que perceber salário-mínimo os operários do Estado, pois que, como se sabe, pela nossa Constituição (artigo 223), estão eles sujeitos ao preceituado pela legislação federal, com os mesmos direitos assegurados aos operários das indústrias e do comércio.

Mas, senhor presidente, o que me traz aqui é recordar o Governo de Santa Catarina, como também há poucos dias também recordou, o mesmo assunto, o Sr. Deputado Vargas Ferreira, isto é, que o Governo do Estado tem o dever, a obrigação de encaminhar, para esta Casa, projeto de lei reajustando os vencimentos dos funcionários públicos que não percebem vencimentos iguais ao salário-mínimo fixado atualmente para começar a vigorar a partir de 1º de agosto próximo. É que, senhor presidente, o número de funcionários do Estado que percebem abaixo de dois mil e quatrocentos cruzeiros é bastante elevado. Segundo estou lembrado, percebem abaixo de dois mil e quatrocentos cruzeiros os soldados da Força Pública, os professores, os serventes e muitos outros percebem abaixo, portanto, do salário fixado. E não é justo que esses funcionários públicos percebam vencimentos abaixo do salário-mínimo.

Sr. Sebastião Neves – Com que recurso V. Exa. acha que os industriais e os comerciantes irão fazer face ao aumento do salário-mínimo? Aumentando os preços das mercadorias?

SR. OSNI RÉGIS – Poderiam tirar dos lucros, Exa.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. acredita nisso?

Quanto ao caso do funcionalismo público do Estado, é justíssimo, Exa., que se equipare o vencimento do servidor aos níveis do salário-mínimo. Mas, V. Exa. está de acordo que se aumente um imposto, para fazer face a essa equiparação?

SR. OSNI RÉGIS – No momento estou falando da necessidade de o Governo enviar para cá esse reajustamento.

Sr. Sebastião Neves – Eu também!

SR. OSNI RÉGIS – Como é do conhecimento de todos, no dia 1º de agosto, os operários das indústrias e comércio e operários do Estado, irão perceber o salário-mínimo aumentado, conforme as regiões do Estado. Agora, não é justo, repito, que funcionários do Estado recebam quantia inferior à fixada para o salário-mínimo.

Sr. Tupy Barreto – Devo esclarecer a V. Exa. que o Sr. Governador Jorge Lacerda, em palestra que comigo manteve quando do regresso de Joinville, no dia em que foi fixado o novo salário-mínimo, S. Exa. demonstrava que, em face do aumento, era justo que os funcionários tivessem seus vencimentos reajustados e, afirmava que, dentro em breve, seria nomeada uma comissão para fazer um estudo completo. S. Exa. fez sentir, na ocasião, que esse aumento atingiria a setenta milhões de cruzeiros, despesa imprevista que o Estado teria que suportar.

SR. OSNI RÉGIS – O senhor Governador Jorge Lacerda, como todos sabem, é um grande orador.

Sr. Sebastião Neves – Assim como V. Exa.

SR. OSNI RÉGIS – Não vai nas minhas afirmações nenhuma ironia. S. Exa. gosta de dar entrevistas, mas nas suas contínuas entrevistas não tinha tocado no assunto. Tenho lido e escutado muitas de suas entrevistas, mas nada que tivesse providenciado a feitura de um projeto de lei a ser encaminhado a esta Assembleia a fim de que fossem reajustados os vencimentos dos funcionários públicos estaduais.

Sr. Presidente (*Faz soar a campainha.*) – Está esgotada a Hora do Expediente. Não há matéria para a Ordem do Dia da presente sessão. Concedo a palavra ao Deputado Osni Régis, em Explicações Pessoais.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem o aparte V. Exa.

Sr. Tupy Barreto – Daí a prova de o senhor Governador Jorge Lacerda não querer fazer demagogia para fins eleitorais. A afirmativa, que fez a mim, foi quando em viagem a esta capital, procedente de Joinville, que estava procurando uma solução imediata, urgente, para o problema no menor espaço de tempo possível.

SR. OSNI RÉGIS – A meu ver, excelência, o senhor governador, em vez de falar, mas [sem] nada de concreto, deveria, pelo menos, dizer aos funcionários que percebem menos do que o salário-mínimo, que em agosto encaminhará a esta Assembleia o projeto de lei reajustando os vencimentos do funcionalismo público. S. Exa., o senhor governador, de outra parte, tem falado demais na construção da Usina Termoelétrica, mas, a maior parte dela será custeada pelo Governo Federal. Da maneira como S. Exa. vem se expressando, dá a entender que ela será construída somente com verbas estaduais.

Sr. Orlando Bertolli – V. Exa. me concede um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Concedo-lhe, excelência.

Sr. Orlando Bertolli – Justa a reclamação que V. Exa. está fazendo. Colaboramos, assim, com o Governo do Estado a fim de lembrar-lhe o tão necessário reajustamento do funcionalismo estadual.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Permito-lhe, excelência.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. há pouco declarou que as verbas para a construção da Usina serão, na maior parte delas, oriundas do Governo Federal. Devo dizer a V. Exa. que, assim procedendo o Governo da União, não está fazendo favor algum. Santa Catarina contribui para os cofres da União com grande parcela. Justo, justíssimo, que também o Governo Federal dê a sua parte para a construção dessas usinas.

SR. OSNI RÉGIS - Não disse, excelência, que o Governo Federal não deva contribuir para a construção dessas usinas. Declarei que, pela maneira como vinha propalando S. Exa., o senhor governador, dava a entender a toda a gente que somente o Governo Estadual arcaria com essa responsabilidade.

Senhor presidente, senhores deputados, estou sendo desvirtuado no assunto que me trouxe à tribuna. Vinha, senhores deputados, tecendo considerações em torno da questão do reajustamento dos vencimentos dos funcionários públicos em face do salário-mínimo.

Sr. Francisco Canziani - V. Exa., Sr. Deputado Osni Régis, há pouco declarou à Casa que esse aumento do salário-mínimo seria tirado dos lucros da mercadoria. Devo dizer a V. Exa. que isso não está acontecendo. As mercadorias estão subindo a olhos vistos. O caso, por exemplo, do ferro. Em oito dias, apenas, subiu mais de 80%.

SR. OSNI RÉGIS - Tinha havido uma grande baixa no ferro, devido a sua maior quantidade no mercado.

Sr. Francisco Canziani - Excelência, não houve baixa. Houve alta no preço. O preço do ferro era de dez a doze cruzeiros, passou a Cr\$22,00, o quilo, em consequência do salário-mínimo.

SR. OSNI RÉGIS - Eu não estou discutindo a questão dos meios, mesmo porque até agora, o Governo do Estado tem dito publicamente que é necessário fazer um reajustamento nos vencimentos públicos. Depois que o Governo do Estado se definir a esse respeito é que nós iremos ver a parte relativa aos meios.

Sr. Paulo Preis - V. Exa. me permite um aparte? Não se está discutindo a questão dos meios em virtude das afirmativas constantes do senhor governador, de que o Estado está em ótima situação financeira.

SR. OSNI RÉGIS - Eu só queria expor os problemas, não quero incluir a questão dos meios. Quero lembrar apenas, ao senhor governador do Estado, a necessidade de remeter para esta Casa um projeto de lei concedendo esse reajustamento e, acredito eu, que deverá vigorar a partir de 1º de agosto, quando também entrará em vigor o salário-mínimo. Era o que tinha a dizer.

**58ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 1956, ÀS 14H.**

SR. OSNI RÉGIS (*Pede a palavra.*) – Senhor presidente e senhores deputados: estava inscrito para falar, na Hora do Expediente, sobre a passagem do quarto centenário da morte de Santo Inácio de Loiola e solicitar o envio de telegrama à Ordem dos Jesuítas. Mas, já que o nobre líder da UDN apresentou telegrama com o mesmo fim, aproveito a oportunidade que se me apresenta para, em nome de nossa bancada, falar sobre o dia de hoje. Inácio de Loiola é uma figura marcante da história da civilização. Num artigo publicado domingo, no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, Tristão de Ataíde notava que o mundo deve muito aos santos, aos heróis e gênios, pois que essas três figuras, com ações e reações, fazem com que a sociedade tome novas direções. Inácio de Loiola é uma dessas figuras. Numa ocasião, em que teve de permanecer acamado, pois se encontrava com uma perna partida, teve oportunidade de ler as vidas dos santos. E desde aquele momento, pela influência dessas leituras, deixou de ser soldado de um país, para ser soldado de uma religião.

Reuniu-se a outros amigos com os mesmo ideais e, depois de formados, foram a Roma onde conseguiram Ordem do Papa para fundarem uma nova companhia que foi a Companhia de Jesus, com a finalidade precípua de combater a Reforma, portanto Movimento de Contrarreforma ou Renascentista. Esses jesuítas se embrenharam pelo mundo, então descoberto, América, Ásia e África, e foram espalhar os ensinamentos da Igreja Católica. Inácio de Loiola, além de homem de ação, foi um criador e um pensador. Essa Companhia veio ao Brasil e foi ela que deu, por assim dizer, um certo sentido à nossa civilização. Disse, o nosso maior historiador, Capistrano de Abreu, que a História do Brasil só poderia ser estudada quando se escrevesse a história da Companhia de Jesus.

Essa grande obra sobre a história dos jesuítas no Brasil agora acaba de ser feita por um elemento da Ordem, o Padre Serafim Leite. Mas, senhores deputados, poderemos nós e poderão certos historiadores e certos sociólogos combater o sistema de ensino no Brasil; poderão dizer que a nossa mentalidade, voltada para o estudo humanístico, é devida aos jesuítas.

E nós poderemos ainda dizer que outra seria a orientação, se outra fosse a Ordem que para cá viesse, como certas Ordens, mais voltadas para os

trabalhos manuais. Não há dúvida, porém, que é certo que um dos fatores da nossa unidade nacional é devido à ação dos jesuítas.

E aqui, em Santa Catarina, a obra dos jesuítas foi e é grande. Os jesuítas, já no período do Império, se bem me lembro, por volta dos meados do século passado, aqui vieram fundar o primeiro colégio. Ainda lembro quando, há anos, fiz um estudo sobre a educação em Santa Catarina e compulsando falas dos presidentes da Província, lá encontrei referências a quatro jesuítas que vieram para cá fundar um colégio, mas que, infelizmente, em virtude da febre amarela, alguns morreram e o colégio se desfez. Há cinquenta anos vieram e fundaram o nosso Ginásio Catarinense, hoje Colégio Catarinense, lugar que serviu de base para a educação secundária de Santa Catarina, lugar que serviu de escola para a nossa mocidade e grande parte dos dirigentes do Estado, dirigentes políticos e dirigentes da indústria e comércio e, ainda, aqueles que hoje compõem a Justiça de Santa Catarina, na sua grande parte, frequentaram o Colégio Catarinense.

E é por isso que nós damos o apoio ao Requerimento do Sr. Deputado Laerte Vieira e fazemos votos para que a Companhia de Jesus seja cada vez mais forte, para que auxilie o desenvolvimento da educação em Santa Catarina e no Brasil.

Sr. Presidente – Continua em discussão o Requerimento.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão. Os senhores deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. *(Aprovado.)*

59ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, nobres senhores deputados: há um senador do meu partido, Sr. Assis Chateaubriand, que tem o hábito de ocupar a tribuna do Senado Federal, e, com aquela grande facilidade de expressão que lhe é peculiar, focalizar aspectos vários de assuntos nacionais.

Não temos, senhor presidente, a facilidade de expressão do senador nortista (*Não apoiado.*), mas queremos aproveitar para tecer algumas considerações de determinadas facetas a respeito do Estado de Santa Catarina.

O primeiro assunto que desejamos ventilar é a respeito de uma nota publicada, ontem, no *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Diz aquele jornal, na parte referente aos Estados, que, se S. Exa., o Sr. Jorge Lacerda, tivesse indicado os membros da repartição de preços, a COAP, não teríamos mais aumento de preços em Santa Catarina. Acho isso interessante porque, há anos atrás, podemos mesmo dizer até o fim do ano passado, os membros dessa repartição foram indicados pelo então Governador Irineu Bornhausen, e, nem por isso, os preços deixaram de ser aumentados. Acreditamos, mesmo, que se S. Exa., o Sr. Jorge Lacerda, tivesse indicado os membros da COAP, nem assim faria o milagre que o governador anterior não pôde conseguir...

Outro caso é a respeito do leite. Em virtude de o senhor governador ter proclamado, no Rio de Janeiro, a alto e bom som, que tínhamos leite em abundância, ao preço de Cr\$ 4,00 o litro, todos poderão pensar que estamos nadando na fartura. E o mais interessante de tudo isso é que todos estão cansados de saber que há falta de leite, principalmente, na capital.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. me concede um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Concedo-lhe, excelência.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. poderia informar-me qual o lugar em que existe leite em abundância?

SR. OSNI RÉGIS – Estou me referindo, excelência, à nota que tem feito a propaganda...

Sr. Alfredo Cherem – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Alfredo Cherem – Há, em Curitiba, Exa., leite em abundância, por Cr\$ 8,00 o litro. Joinville, Blumenau apresentam também tal produto em abundância.

SR. OSNI RÉGIS – Agradecido pelo aparte. Gostaríamos, aproveitando a oportunidade, falar sobre o Plano de Obras e Equipamentos e o empréstimo

que o banco estrangeiro ofereceu ao Governo do Estado, com um juro de cinco e meio por cento. Sabemos que são alguns bilhões de cruzeiros. Parece-me que há o interesse de determinados grupos econômicos, para que o Governo faça o empréstimo com Governos estrangeiros. Mas, o que eu queria era alertar o Governo do Estado. Parece-me que existe um banco do Japão que tem oferecido o mesmo empréstimo, com juros de 4%. Desejo alertar o Governo do Estado a fim de que não se deixe embair por insinuações de determinados grupos econômicos. Tenho certeza que o nosso Governo saberá escolher, saberá ver qual o melhor banco que melhor benefícios traga ao Estado. Logicamente, ele não irá fazer empréstimos com aqueles bancos que querem juros mais altos e, acredito, neste caso, fará com aquele que ofereceu um juro mais baixo, que é de 4%.

Sr. Caruso Mac Donald – Nesta época de tanta falta de crédito, eu acredito que haja sobra de oferecimentos. Infelizmente, no Brasil, para o particular não acontece isto.

SR. OSNI RÉGIS – São bancos estrangeiros interessados em trazer capitais para o Brasil.

Sr. Ruy Hülse – Eu gostaria de esclarecer a V. Exa. que o governador do Estado não está em contato com vários bancos para financiar obras do Plano de Obras e Equipamentos. O Governo manteve conversações com apenas um banco, o Banco Francês da Indochina. Não há contato com outros bancos.

SR. OSNI RÉGIS – Mas, segundo sei, existe outro banco que está oferecendo [crédito] com juros mais baixos.

Sr. Ruy Hülse – Não sei. Por enquanto estou informado que o Governo do Estado entrou em contato, apenas com o Banco da Indochina.

SR. OSNI RÉGIS – Pelo que vejo há alguma coisa de verdade.

Sr. Ruy Hülse – Esse banco é formado por capital francês e do Vaticano.

SR. OSNI RÉGIS – Mas já vejo que há alguma coisa com referência a empréstimo. Já há algo de verdade. Vou procurar averiguar se não há oferta de outros bancos com juros mais baixos.

Sr. Ruy Hülse – Quero informar mais uma vez a V. Exa. que, segundo sei, o senhor governador entrou em contato tão somente com o Banco Francês da Indochina.

SR. OSNI RÉGIS – Mas, senhor presidente, já que estou aqui, desejo apelar ao Governo do Estado com referência à vinda de indústrias estrangeiras para Santa Catarina. Nós já falamos a respeito do possível interesse, da parte do Governo, no tocante à vinda de indústrias de outros países para o aproveitamento do carvão, [e] do subproduto. E não sei se o Governo do Estado tem-se interessado. Notamos que, no Rio Grande do Sul, o Governo e as classes produtoras estão interessados na instalação de uma fábrica de automóveis. Em São Paulo, também, o governador entrou em entendimentos com industriais da Inglaterra, Alemanha e França, no sentido de trazer industriais para São Paulo. No Espírito Santo, vai ser, agora, instalada uma usina siderúrgica...

Sr. Sebastião Neves – Aqui em Florianópolis, também vai ser instalada uma usina!

SR. OSNI RÉGIS – Já é alguma coisa.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. podia nos dizer algo a respeito.

SR. OSNI RÉGIS – Não posso, se fosse vereador estaria a par do assunto.

Sr. Sebastião Neves – Segundo sei, o Rio de Janeiro, segundo comentários da imprensa, é a cidade que produz o lixo mais rico do mundo. Há dessas coisas no Brasil!

SR. OSNI RÉGIS – Industriais japoneses vão fazer estaleiros em Belém e em Santos, segundo li nos jornais. Mas, por enquanto, segundo sei, nada tem feito o Governo do Estado no sentido de trazer industriais para o Estado.

Sr. Caruso Mac Donald – Devo dizer a V. Exa. que hoje tive notícia de que uma firma italiana vai instalar um estaleiro em Porto Belo e outra notícia alvissareira é que hoje deverão chegar a Santa Catarina trinta japoneses que irão se instalar no Município de Palhoça.

SR. OSNI RÉGIS – Vejo que para alguma coisa serviram minhas despretensiosas palavras. Ficamos sabendo que o senhor governador do Estado está interessado em fazer o empréstimo e S. Exa. nada havia declarado pelos jornais ou estações de rádio...

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. sabe que o segredo é a alma do negócio.

(Risos.)

Sr. Francisco Canziani – O nobre Deputado, Osni Régis, diria melhor se declarasse que ficou a par de que bancos estrangeiros estão oferecendo empréstimos ao Governo do Estado.

Sr. Ruy Hülse – Posso declarar a V. Exa., com toda segurança, aliás fui informado pelo senhor presidente da Assembleia, de que será instalada, no Município de Porto União, uma grande fábrica de papel, talvez a maior da América do Sul.

SR. OSNI RÉGIS – Como estou vendo, para alguma coisa serviram minhas palavras. Ficamos conhecendo aspectos os mais variados sobre assuntos de Santa Catarina.

Era este meu fim neste momento.

(Palmas.)

65ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: estive no fim da semana passada, em Lajes, e lá tomei conhecimento do fechamento dessa estação, a *Rádio Diário da Manhã*, de Lajes, por diversos motivos e diversas razões. Essa estação, que é uma sociedade com capital de um milhão de cruzeiros; quinhentos mil de pessoas de Lajes e outra parte de pessoas daqui de Florianópolis.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não, Exa.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. está equivocado. O capital é totalmente de Lajes.

SR. OSNI RÉGIS – Agora o que nós sabemos é que, em setembro do ano passado, essa estação começou a funcionar sem licença. Dizem que foi com ordem do ex-Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Juarez Távora, que, para fazer sua campanha política mandou, ou melhor, autorizou esse funcionamento. Iniciado o funcionamento essa estação, por certo, começou

a encaminhar os papéis para seu funcionamento legal. Mas, como até agora não conseguiu legalizá-lo, veio ordem do Rio de Janeiro para o seu fechamento.

66ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 1956, ÀS 8H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: amanhã teremos mais um aniversário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. Como não há sessão, achamos oportuno que nesta Assembleia Legislativa se façam ouvir algumas vozes a respeito deste grande feito que foi a criação dos cursos jurídicos no Brasil. Como é do conhecimento de todos, sua fundação teve lugar nas cidades de São Paulo e Olinda que, logo após, se passou para a cidade de Recife.

Senhor presidente, as funções dos bacharéis em Direito no Brasil foram sempre umas das maiores do nosso desenvolvimento. E devo dizer que não somente no campo jurídico, como juiz, ou como advogado, mas, também, em virtude da falta, até há bem pouco, de Faculdades de Filosofia, bacharéis em Direito no Brasil [foram] realmente os homens que se preocuparam com esses problemas relativos às Filosofias, às Letras e Ciências Sociais no país. Foram bacharéis aqueles grandes vultos da Filosofia no Brasil e quero lembrar a pessoa de Tobias Barreto, figura de grande jurista e filósofo. [...] [seguem-se dois parágrafos incompreensíveis no original]

70ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1956, ÀS 8H.

SR. OSNI RÉGIS – O Sindicato dos Empregados do Comércio de Lajes endereçou, ao senhor governador do Estado, uma carta da qual recebi cópia e que trago ao conhecimento do Plenário, para constar dos anais da Casa. Estou certo de que o senhor governador há de tomar conhecimento enviando para esta Assembleia projeto de lei atendendo ao pedido daquele Sindicato. É a seguinte:

Do presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Lajes
Ao Ilmo. Sr. Governador do Estado de Santa Catarina
Florianópolis
Prezado senhor:

Ousando da liberdade, motivada pela confiança que temos em V. Exa., e devido a nossa grande necessidade, vimos por intermédio desta fazer um apelo no sentido de conseguirmos o abaixo discriminado:

Como presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Lajes, neste Estado e em nome de todos os associados, venho solicitar de vossa grande bondade e compreensão, um pecúlio para que possamos concluir nossa sede social, ora em andamento, porém com grandes dificuldades para levarmos a cabo.

E como sabemos que V. Exa. é possuidor de altos sentimentos e compreensão, é que, mais uma vez, frisamos e nos dirigimos solicitando o auxílio referido.

Nosso problema é o de construir nossa sede própria.

Quanto ao terreno, somos possuidores de uma área de terra, sita à rua Monte Castelo, nesta cidade. Esclareço a V. Exa. que o prédio será utilizado com diversos gabinetes de utilidade aos associados, como por exemplo: Farmácia, Gabinete Dentário e Biblioteca instrutiva, enfim, toda a assistência de (sic) nossa classe pobre exige atualmente, cujo quadro social é de 300 sócios aos quais daremos toda a assistência.

Outrossim, não ignoramos que V. Exa., quando deputado federal, sempre se preocupou com as classes menos favorecidas, e por isso, confiamos em melhores dias, esperando que V. Exa. nos consiga este nosso pedido, perante a Câmara de Deputados estaduais.

Em 1955, quando então Governador do Estado, o Sr. Irineu Bornhausen vetou um auxílio para esta entidade, por falta de apoio de seus líderes na Câmara.

[Em] anexo, estamos remetendo uma cópia da planta de nossa sede social, fornecendo, ao mesmo tempo, o valor pela qual foi orçada, o qual é de um milhão de cruzeiros.

Sendo o que nos apresenta para o momento, firmo-me atenciosamente.

Raul dos Santos Fernandes, Presidente.

Encontrando-me nesta tribuna, aproveito a oportunidade, para dizer à Casa, da situação de alguns problemas de Lajes.

Há dias atrás o nobre deputado líder da UDN, Laerte Ramos Vieira, teve oportunidade de se referir ao estado, como dizia S. Exa. então, péssimo da luz de Lajes. Realmente, senhor presidente, durante muitos anos, este foi o maior problema de Lajes. Sabíamos nós, porém, dos esforços expendidos pela direção da Companhia de Força e Luz, para resolver este problema; S. Exa., então Governador do Estado, Sr. Irineu Bornhausen, após assumir o seu Governo, esteve em Lajes, numa exposição agropecuária e falou-nos que faria questão de auxiliar com seis milhões de cruzeiros a Cia. de Força e Luz de Lajes. S. Exa., o Sr. Olinto Campos procurou, também, entendimentos para que o Estado au-

xiliasse aquela Companhia. Mas, apesar dos entendimentos havidos, nada foi realizado. Porém, a Companhia conseguiu empréstimo, conseguiu câmbio, e assim foi possível para lá uma nova turbina que já está montada, funcionando normalmente, e, desde há poucos dias, temos em Lajes uma ótima luz. Hoje Lajes já pode apresentar uma ótima luz, muito melhor do que a de Florianópolis.

Também, senhor presidente, com satisfação declaramos a situação em que vão os trabalhos da estrada de rodagem Lajes-Joaçaba. É uma obra reconhecida por todos, que se não fosse o esforço do grande homem público, catarinense, Nereu Ramos, nós não a teríamos. Estive em Lajes e tomei conhecimento que os trabalhos de terraplanagem já estão prontos até perto da vila de São José do Cerrito e já existe contrato para os serviços de terraplanagem além do Município de Lajes, além do Rio Canoas. Os trabalhos estão sendo feitos com rapidez e dentro de poucos anos nós teremos estrada ótima de Lajes a São Miguel do Oeste. Eram estas as considerações que desejava expender.

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: apenas poucas palavras: já [estamos] no fim do mês de agosto e, até agora, o chefe do Poder Executivo não encaminhou a esta Assembleia o projeto de lei que aumenta os vencimentos dos funcionários públicos que percebem menos que o salário-mínimo.

Sr. Sebastião Neves – Outra vez, Exa.!

SR. OSNI RÉGIS – Tantas vezes quantas forem necessárias, senhor deputado, para que o chefe do Poder Executivo, deixando de fazer demagogia, lembre-se dos pobres funcionários que percebem salário de fome.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. há pouco me disse que os operários da Prefeitura de Lajes, percebem, todos eles, salários superiores ao salário-mínimo; entretanto, tive notícias de que isto não acontece, existem uns ganhando até Cr\$ 1.200,00 mensais. Veja, V. Exa., que ao que parece V. Exa. não está bem-informado.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. está querendo desviar do assunto. V. Exa. está querendo deixar de ser deputado para ser vereador do Município de Lajes. Nós estamos e estaremos aqui tantas vezes quantas bastarem para que o senhor governador do Estado deixe de fazer demagogia, de procurar sindicatos operários a todo o instante e venha para o Palácio lembrar-se da situação aflitiva, desesperadora dos funcionários do Estado que percebem um salário de fome.

Há, portanto, necessidade de o Governo do Estado enviar para esta Assembleia este projeto. Estamos observando a cada passo nomeações, criação de cargos, contratos polpudos. Segundo dizem, há escândalos nas obras dos negócios públicos. O Governo do Estado não está se lembrando de tomar as providências a respeito do aumento dos pobres barnabés catarinenses.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. parece não estar muito seguro do assunto que está trazendo à baila. Estamos solicitando apartes a V.Exa. e vejo que está fugindo em concedê-los. V. Exa. está pregando o aumento dos funcionários. Esquece, entretanto, de apontar os meios necessários para isso. Todos nós reconhecemos que há necessidade de se aumentar o funcionalismo. Mas, para isso, precisaríamos também elevar os impostos. E sabe V. Exa. que a Administração Pública não é atingida pelo salário-mínimo.

SR. OSNI RÉGIS – Basta tocarmos nesse assunto, do aumento dos funcionários, e lá vem o líder da bancada udenista, representando, possivelmente, o pensamento do Governo do Estado, tocar na questão dos meios. Quando eles criam polpudos cargos, quando eles fazem contratos de alto custo não se lembram do desfalque que vai haver no Tesouro do Estado.

Sr. Laerte Vieira – Devo lembrar a V. Exa. que não sou o líder do Governo nesta Casa. Sou apenas o líder da União Democrática Nacional. Mas, posso assegurar que V. Exa. está fazendo demagogia em torno do tão comentado aumento do funcionalismo público.

Sr. Ivo Silveira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Ivo Silveira – V. Exa. não está fazendo demagogia. V. Exa. está comentando um fato. Compete ao chefe do Executivo enviar a esta Assembleia o projeto aumentando o funcionalismo público e encontrar os meios necessários para fazer face a essas despesas.

SR. OSNI RÉGIS – O aparte do nobre líder da UDN tem duplo sentido: primeiro diz que não representa o pensamento do Governo. Mas S. Exa. é que vem representando o pensamento do Governo nesta Casa, já que o antigo líder do Governo declarou que não mais o era. Daí a razão porque tenho a impressão de que o Sr. Deputado, Laerte Ramos Vieira, está representando o pensamento do Governo nesta Casa. De outra parte, se o Governo não criasse tantos cargos públicos, não gastasse tanto dinheiro com despesas supérfluas, se não ocorressem, conforme declaram os jornais chegados ao senhor governador, tantos escândalos nos negócios públicos, acredito que o Governo teria meios para suportar despesas com os aumentos de vencimentos dos pequenos funcionários públicos.

Sr. Geraldo Günther – Quais são os escândalos?

SR. OSNI RÉGIS – Ontem foi lido, nesta Casa, um artigo do jornal *A Verdade*, que versava sobre o escândalo da construção do Palácio das Secretarias e, até o momento, não foi contestada esta notícia.

Sr. Geraldo Günther – No artigo lido ontem, não se dizia que o Governo houvesse gasto (sic) dinheiro escandalosamente, mesmo porque muito foi construído durante a gestão do Governo anterior.

Sr. Antônio Almeida – O mesmo jornal, insuspeito para o Governo, na mesma edição, denunciou outro fato, que eu considero absolutamente grave, qual seja, o de estar sendo composto, determinado jornal desta capital, em grande parte, nas próprias oficinas estaduais.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. afirma que houve a denúncia de um escândalo, qual seja, a existência de marmelada durante a construção do Palácio das Secretarias e que ainda não foi contestada. Mas, no mesmo jornal, foi afirmado que o ex-candidato ao cargo de governador do Estado, pelo partido de V. Exa., era um palhaço, e até hoje não foi contestado.

SR. OSNI RÉGIS – Nós estamos tratando de interesses públicos e não de interesses pessoais.

Sr. Antônio Almeida – Além do mais, V. Exa. não está endossando os argumentos do jornal. V. Exa. está citando o fato publicado por esta imprensa ligada ao Governo.

SR. OSNI RÉGIS – Sim, como não estou, como frisou o Sr. Deputado Antônio Almeida, endossando aqueles conceitos emitidos pelo jornal em referência, eu não posso afirmá-los verdadeiros, porque não fiz inquérito neste sentido. Estou apenas trazendo à baila o caso e possam os senhores deputados, mais chegados ao Governo, compulsar e pensar a gravidade da denúncia.

Fico aqui, mais uma vez, e virei quantas vezes for necessário a esta tribuna, para que o Governo do Estado lembre-se dos pequenos funcionários do Estado, que estão percebendo um vencimento de fome, que estão percebendo vencimentos abaixo do salário-mínimo.

Era o que tinha a dizer.

82ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: há meses atrás tive a oportunidade de falar a respeito de casas populares e da necessidade de o Estado se interessar por este problema.

Naquela oportunidade, eu falei que uma das seções do Departamento de Contas Públicas poderia se interessar por esse problema que, até o presente momento, em Santa Catarina, tem sido resolvido entre as Prefeituras, e a Fundação da Casa Popular, [que, em] média geral, não tem meios, acredito, para fazer em todos os rincões do Brasil série de casas populares.

Em Santa Catarina, segundo sei, somente Itajaí e Lajes é que tiveram a oportunidade de ter o seu núcleo de casas populares. Nós em Lajes conseguimos, realmente, 92 casas feitas em comum acordo entre a Prefeitura e a Fundação da Casa Popular, porque esta Fundação, via de regra, admite aquele sistema que admitiu em Itajaí: a Prefeitura dava o terreno e a Fundação se encarregava do resto. Outro sistema feito, segundo me lembro, é o das Casas Populares de Porto Alegre, em que o próprio Estado se encarregava de construir e vender as casas. Construíram cerca de 1.000 casas desta forma.

Sr. Laerte Vieira – Eu não quero contrariar V. Exa. na parte que se refere aos benefícios das Casas Populares em Lajes, mas acho que poderiam ser maiores; é mais eficiente, dar-se ao Estado, através de um departamento especializado, pois conhece de perto as necessidades de cada região, e poderá ser mais profícuo.

SR. OSNI RÉGIS – Mas Exa., eu não estou entrando no mérito da questão, estou simplesmente mostrando as diversas modalidades de construção de tais núcleos.

Sr. Lenoir Vargas Ferreira – O argumento do Sr. Deputado Laerte Ramos forçar-nos-á a admitir que melhor seria, para mais eficiente se tornar em tais iniciativas, que fosse atribuição dos municípios a construção destas casas.

Sr. Laerte Vieira – O nobre líder do PSD não compreendeu o meu ponto de vista: é que com a construção de casas por uma organização de âmbito federal, dada a extensão territorial do país, permite [que] sejam atendidas todas as unidades e todos os municípios, que alcançam número superior a dois mil. De modo que órgãos semelhantes, criados nos Estados, são grandemente úteis e principalmente porque conhecem melhor a economia local, evitando a construção de núcleos em regiões sem condições higiênicas e sanitárias adequadas.

SR. OSNI RÉGIS – Eu estava falando neste tipo de fundação. O terceiro sistema foi o que ocorreu em Lajes. A Prefeitura é que escolheu o tipo de casa que podia ser vendido aos trabalhadores.

Sr. Presidente (*Faz soar a campainha.*) – V. Exa. dispõe apenas de quatro minutos para terminar suas considerações.

SR. OSNI RÉGIS – Obrigado, V. Exa. Senhor presidente, senhores deputados: já tive a oportunidade de há meses passados falar nisso, de frisar este assunto, em que as Prefeituras devem se interessar nisto, se interessar neste assunto.

O nobre Deputado Laerte Ramos Vieira há pouco disse que havia política no caso, de interferência de partido político, e, eu quero, desta tribuna, declarar a todos os senhores deputados que em Lajes não houve política na Fundação da Casa Popular. Em Lajes, receberam casas pessoas que não seguem a nossa corrente política. Portanto, não houve nenhuma preocupação de interesses políticos na entrega das casas.

Sr. Laerte Vieira – Quero dizer a V. Exa. de maneira bem clara o seguinte: eu entendo que existiu política. Política houve na concorrência pública, pois que as propostas foram entregues abertas. Os jornais diziam antecipadamente que a firma que iria ganhar a concorrência pertence à corrente do PSD, o que se concretizou.

SR. OSNI RÉGIS – A concorrência foi feita com a Fundação da Casa Popular e não foi feita pela Prefeitura. Se houve maior número de operários que pertencem ao meu partido, dentro da cidade de Lajes, é porque é muito maior o número de operários que pertence ao meu partido. V. Exa., por exemplo, sabe que, nas eleições de deputados, era de cinco votos para meu partido e de um para o partido de V. Exa., dentro da cidade.

Portanto, senhor presidente, nós damos o apoio ao requerimento do Sr. Deputado Ruy Hülse, e temos a certeza que o Estado irá se interessar por este grave problema.

Era o que tinha a dizer, senhor presidente.

84ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, nobres senhores deputados: lendo os jornais de ontem, de Porto Alegre, deparei com a notícia de ter sido aprovado, pela Assembleia Gaúcha, o projeto de lei que para lá foi enviado pelo chefe do Poder Executivo, pelo qual nenhum servidor público do Estado do Rio Grande de Sul perceberá menos que o salário-mínimo. Infelizmente, senhores deputados...

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. disse, a Assembleia Legislativa gaúcha concedeu aumento?

SR. OSNI RÉGIS – Aprovou o projeto para lá encaminhado pelo chefe do Poder Executivo. Infelizmente, como dizia, senhores deputados, o governador de Santa Catarina não fez o mesmo que o governador do Rio Grande do Sul.

Sr. Sebastião Neves – Posso informar a V. Exa. que, com relação aos operários do Estado, o Sr. Jorge Lacerda fez o mesmo. Todos eles estão recebendo

de acordo com o salário-mínimo. E, com relação aos demais funcionários, existe uma comissão que está estudando a maneira de fazer uma reestruturação. V. Exa. sabe que o que é mais necessário é uma reestruturação. Há funções e referências, cargos idênticos, cujos funcionários, porém, percebem importâncias diferentes. Paralelamente, também, temos que fazer um aumento que resista à inflação e à conseqüente alta dos preços.

SR. OSNI RÉGIS – Primeiro, respondendo ao aparte do Sr. Deputado Sebastião Neves, devo dizer que o senhor governador do Estado não fez reestruturação de todas as funções e referências; o Estado é obrigado, de acordo com a Constituição Estadual, a pagar o salário-mínimo.

Sr. Sebastião Neves – Mas, com relação aos operários da Lumber, V. Exa. acha que o senhor presidente da República fez benefício àqueles operários.

SR. OSNI RÉGIS – Os operários do Governo Federal não se regem pela Legislação Trabalhista, enquanto que os operários do Estado, de 1950 para cá, se regem pela Legislação Trabalhista, pela Consolidação das Leis do Trabalho, isto de acordo com a Constituição do Estado.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. então reconhece que, no caso da Lumber, o presidente da República fez um favor pagando os operários?

SR. OSNI RÉGIS – O que o presidente da República fez, senhor deputado, foi justiça, porque o Governo Federal... infelizmente não é obrigado a seguir a legislação federal ditada por esse mesmo Governo. Desde 1950 que os operários do Estado de Santa Catarina se regem pelas leis trabalhistas do país.

Sr. Sebastião Neves – No caso da Lumber, não houve aumento de salário. O Governo estava atrasado com os pagamentos. E V. Exa. acha que ele não era obrigado a pagar?

SR. OSNI RÉGIS – Estou dizendo que felizmente os trabalhadores estaduais se regem pelas leis federais. Os funcionários públicos do Estado não estão percebendo salário-mínimo. E, segundo sei, somente a 1º de janeiro será reestruturado o funcionalismo. No Rio Grande do Sul foi elaborado um projeto de aumento aos funcionários que percebiam vencimentos inferiores ao salário-mínimo, e o governador daquele Estado fez com que a lei vigorasse desde 1º de agosto. Há necessidade de o senhor governador enviar para esta Casa um

projeto semelhante. Se S. Exa. assim não proceder, na semana vindoura darei entrada nesta Casa a um projeto de lei neste sentido. Não é justo que professores e soldados da Polícia [Militar] estejam percebendo menos que o salário-mínimo. Estamos certos que o senhor governador do Estado encaminhará para cá um projeto neste sentido.

Sr. Tupy Barreto – Desejo dizer a V. Exa. que votarei contra esse projeto, que me parece demagógico, pois que em janeiro S. Exa., o senhor governador do Estado reajustará os vencimentos do funcionalismo.

SR. OSNI RÉGIS – Quer dizer que de agosto a janeiro estarão percebendo vencimentos inferiores ao salário-mínimo? Enquanto isso, esses pequenos funcionários estão passando necessidade.

Sr. Laerte Vieira – Senhor deputado, em primeiro lugar está argumentando com base não muito certa. No Rio Grande do Sul, os Cr\$ 1.300,00, votados pela Assembleia, serão vetados conforme determinou o secretário do governador. Isto foi o que ficou deliberado. No nosso caso, não nos cabe fazer projetos desta natureza, pois foge à nossa alçada. Por isso, o que V. Exa. faz é uma pura demagogia.

SR. OSNI RÉGIS – Devo responder a V. Exa. que, em primeiro lugar, o veto não se refere aos mil e trezentos cruzeiros.

Sr. Ivo Silveira – O ilustre líder da UDN diz que V. Exa. está fazendo demagogia. Segundo parece o líder da UDN, na época da fixação dos novos níveis de salário-mínimo, achava que eram insuficientes, entretanto, agora age de maneira diametralmente oposta para o pagamento destes níveis que achava insignificantes. Veja, V. Exa., o que aconteceria se conseguissem os operários maiores níveis salariais.

Sr. Alfredo Cherm – Veja V. Exa. a incompreensão dos homens públicos atuais. Quando se defende o estômago dos necessitados, os nossos adversários chamam nossas palavras de demagógicas.

SR. OSNI RÉGIS – Demagogia seria se para cá trouxesse um projeto sem fazer os reiterados pedidos desta tribuna, como venho fazendo há mais de um mês.

Sr. Estivalet Pires – Acredito, Exa., que demagogia é o fato de se anunciar pelos jornais desta capital que, a partir de 1º de janeiro, se concederá aumento aos funcionários, sem aumento dos impostos. Agora pergunto eu a V. Exas., aos senhores deputados da situação: não consignando a proposta orçamentária meios, como poderá o senhor governador dar o aumento sem a elevação de impostos?

Sr. Francisco Canziani – Naturalmente V. Exa. vai estranhar como vou desenvolver o meu raciocínio afirmando, também, que V. Exa. faz demagogia e o porquê. Com o aparte do Sr. Deputado Estivalet Pires se nota que ele prevê o aumento de impostos. De maneira nenhuma poderemos ainda mais sobrecarregar as nossas indústrias com mais impostos, uma vez que sofreram, com esses novos níveis de salário-mínimo, um grande desfalque nas suas finanças. V. Exa. há de convir que devemos estudar com mais precisão e responsabilidade o que se pode fazer em benefício do funcionalismo público. É preciso um estudo acurado e não só desejar simplesmente o aumento dos funcionários sem prever as consequências advindas deste ato. Não podemos, sem mais outro estudo, dar o aumento ao funcionalismo e depois termos que sobrecarregar ainda mais a classe dos comerciantes e industriais já tão sacrificados. Eu acho que havemos de encontrar a solução adequada para este fim. Creia, V. Exa., que nós queremos equilibrar a situação dos funcionários, mas dentro das possibilidades do Estado.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, o nobre Deputado Francisco Canziani falou da necessidade de estudar o problema. Há mais de seis meses que se fala e se debate nesta Casa o salário-mínimo. Há três meses foi marcado o salário-mínimo e o governador do Estado deveria ter-se interessado pelo assunto, fazer com que determinadas verbas não fossem gastas, despesas não fossem feitas, despesas inúteis que não precisavam ser feitas. Se algumas daquelas despesas supérfluas não fossem feitas, desde aquela oportunidade, já se saberia das maneiras de nivelar o salário-mínimo. Portanto, não é a questão do tempo, porque tempo o governador do Estado teve bastante.

Sr. Antônio Almeida – Estão previstas também despesas supérfluas para o ano que vem, na proposta orçamentária para o ano de 1957, para eventuais do senhor governador, de um milhão e quinhentos mil cruzeiros.

SR. OSNI RÉGIS (*O orador intercepta.*) – Só para veículos, senhor

presidente, na proposta orçamentária, mais de 27 milhões de cruzeiros. Senhor presidente, o governador do Estado para todas as repartições compra automóveis que custam um milhão de cruzeiros, cada um. Como, então, o governador declara que não tem meios! Esta é a situação, senhor presidente. Não adianta demagogia, são gastos supérfluos, senhor presidente, que vários setores do Estado estão esbanjando e pondo fora o dinheiro do povo.

Era o que tinha a dizer.

88ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, nobres senhores deputados: o presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Mário Olinger, portanto de procedência parlamentar, concede auxílio ao Município de Brusque, para a comemoração do seu centenário. Esse projeto teve parecer favorável na Comissão de Justiça, mas com restrição do Deputado Luís de Sousa. Foi aprovado na Comissão de Finanças.

Senhor presidente, a nossa bancada votará favoravelmente a este projeto, mesmo porque nós sempre temos debatido para que essas comemorações tenham maior realce e para isso é necessário o auxílio do Estado.

Estou observando, senhor presidente, que a bancada da UDN está se modificando. Hoje, S. Exas. já aceitam aquele princípio pelo qual nos debatíamos, que também os deputados podem ter a iniciativa de fixar determinadas despesas.

Sr. Sebastião Neves – Isso é o retorno aos quadros constitucionais vigentes.

SR. OSNI RÉGIS – Estou notando, Exa.

Sr. Sebastião Neves – Veja, V. Exa., que para pôr a Constituição em vigor o Gal. Lott precisou rasgá-la.

Sr. Bahia Bittencourt – V. Exa. me permite um aparte, para contrapartear o Deputado Sebastião Neves?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Bahia Bittencourt – Quero dizer ao ilustre colega, Sebastião Neves que, se houve modificação por influência do Gal. Lott, bendita influência! Dessa forma, poderão os deputados nesta Casa apresentar projetos de lei e não andar, nas caladas da noite, de chapéu na mão, mendigando aquilo a que o povo tem direito, no Palácio do Governo.

Sr. Alfredo Chereim – Homem forte, esse Gal. Lott! Veja V. Exa. que ele anda no subconsciente de todos os seus adversários.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. generalizou quando fez a declaração de que houve modificação no nosso ponto de vista anterior, quanto a projetos desta natureza. Fazemos parte da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, onde V. Exa. é quem mantém aquele entendimento. Nós temos o nosso ponto de vista.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exas. votaram a favor do projeto do ilustre Deputado Tupy Barreto. Hoje, felizmente, para benefício do Município de Brusque, V. Exas. vão votar favoravelmente ao projeto do Deputado Mário Olinger.

105ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e nobres senhores deputados: a Mesa apresentou um projeto de resolução, pelo qual será alterada a Ordem dos Serviços desta Casa. Serão criados novos cargos e determinadas funções serão alteradas. Apresentamos, senhor presidente, a esta Resolução, uma emenda que, a nosso ver, viria beneficiar a determinados funcionários desta Casa. Como é do conhecimento de todos, o salário-mínimo no corrente ano passou a novos níveis, sendo que, na capital, elevou-se para Cr\$ 2.400,00. Existem, nesta Casa, funcionários que percebem menos que o salário-mínimo...

Sr. Laerte Vieira – Não é possível beneficiarmos dois ou três funcionários, quando outros funcionários do Executivo não são beneficiados. Mesmo porque o Estado pretende reestruturar o quadro de funcionários e, então, nessa oportunidade, trataremos do assunto da reestruturação dos

funcionários da Casa, baseados no aumento que se der aos demais funcionários. Não podemos abrir precedentes, nesta Assembleia, privilegiando dois ou três funcionários.

SR. OSNI RÉGIS – Privilégio para ganhar Cr\$ 2.400,00! O nobre deputado acha que é um privilégio dois ou três funcionários, que não recebem ainda o salário-mínimo, passarem a perceber Cr\$ 2.400,00, quando neste mesmo quadro de reestruturação, funcionários ascenderão quatro ou cinco letras, e S. Exa., o Sr. Deputado Laerte Vieira acha que não é absurdo, que não é privilégio.

Sr. Estivalet Pires – O ilustre líder da União Democrática Nacional alega que não se deve aumentar os vencimentos dos funcionários do Poder Legislativo, porque o chefe do Poder Executivo, presentemente, está elaborando uma reestruturação total do funcionalismo do Estado. Se o chefe do Poder Executivo tivesse competência para conceder aumento de vencimento do Poder Legislativo, eu estaria de acordo com V. Exa. Mas o Poder Legislativo está subordinado à Mesa do Poder Legislativo de Santa Catarina.

SR. OSNI RÉGIS – Nós estamos discutindo assunto do Poder Legislativo. Quando se trata de assunto do Poder Executivo, compete ao chefe do Poder Executivo enviar-nos o projeto de lei respectivo. Nós temos o direito e podemos discutir o assunto de funcionários que não percebem nem o salário-mínimo. Por isto é que acho de urgente necessidade fazer, ao menos, com que estes funcionários percebam Cr\$ 2.400,00, que correspondem ao salário-mínimo.

148ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: a Escola Normal de Lajes, desde alguns anos, como a Escola Normal de Blumenau e também a de Mafra e o Instituto de Educação de Florianópolis, têm o seu curso ginasial. Infelizmente, na Escola Normal de Lajes está faltando o curso colegial. É necessário que a cidade de Lajes, pela sua Escola Normal, da mesma forma como o Instituto de Educação desta capital, tenha o seu curso colegial. Um antigo diretor daquela escola, Sr. Galileu Amorim, esforçou-se, junto aos Poderes Públicos do Estado, para que fosse criado este curso; infelizmente, por motivos que não vem à baila, não foi ele criado na ocasião. Renovo aqui, por interméd-

dio desta Casa, o apelo aos Poderes Públicos, para que no ano que vem possa funcionar, naquela cidade, na Escola Normal Vidal Ramos, o curso colegial, tanto científico como clássico. É uma maneira pela qual, senhor presidente, os estudantes que fazem o curso ginásial na Escola Normal, poderiam também fazer naquela escola o seu curso colegial. Como é do conhecimento de todos, há em Lajes o curso colegial no Colégio Diocesano, mas, por ser particular aquele estabelecimento, cobra mensalidades que muitos alunos não podem pagar. De sorte que aqueles alunos pobres, que não podem custear os seus estudos, terão que recorrer aos Poderes Públicos. Daí a razão porque tenho a certeza de que o senhor governador do Estado atenderá este pedido.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa., senhor deputado, colega de representação poderá contar com o meu apoio a tudo o que vier beneficiar o nosso município. Eu quero dizer a V. Exa. que este assunto foi tratado junto ao governador do Estado, e proposto há uns quatro anos atrás. Uma vez possuísse Lajes um colégio particular, com mais cursos, daria, então, o Estado tantas bolsas quantas fossem necessárias, pois que assim seria menos dispendioso do que manter uma escola com um determinado número de professores e outros gastos decorrentes do seu funcionamento.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem razão e não tem ao mesmo tempo. Realmente trará despesas ao Estado a criação de um curso destes, mas, quero lembrar a V. Exa., que o Instituto Dias Velho, também não tinha o curso colegial. Criado este curso, em suas duas formas, científico e clássico, não nomeou professores novos, visto que professores dos cursos ginásial e normal lecionam no clássico e científico, percebendo então pró-labore, uma certa quantia por aula dada.

Nota-se, senhor presidente e senhores deputados, que aqui em Florianópolis, com a abertura do curso colegial do Instituto de Educação, o número de alunos aumentou bastante e por isso foi necessário haver o desdobramento e, isto, sem prejuízo do Colégio Catarinense e do Colégio Coração de Jesus; alunos que não poderiam frequentar o curso colegial em face de terem que pagar mensalidades ou por outros motivos, como o religioso, com a criação do curso colegial no Instituto puderam frequentá-lo.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Pois não.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. sabe que se solicito apartes a V. Exa. é por se tratar de assuntos que se relacionam ao Município de Lajes. Somos os únicos representantes daquela cidade serrana, daí nosso mais vivo interesse em procurar auxiliá-la; mas, eu pediria a V. Exa. apreciar a questão sob outros aspectos.

V. Exa. sabe e tem conhecimento que a própria disciplina não permite que professores lecionem em dois ciclos: em Lajes, o curso funciona com um número pequeno, bastante reduzido até, e existem muitas vagas para serem preenchidas e, a criação de um outro curso, poderá redundar em sérios prejuízos e até mesmo no fechamento de outros.

SR. OSNI RÉGIS – Quanto à questão de professores, são idênticas as questões dos professores daqui com os de Lajes. Os professores do Instituto de Educação Dias Velho fizeram concurso e, por isso, são professores do 1º e 2º ciclo ginásial. Concurso idêntico fizeram os professores da Escola Normal de Lajes. Todos são professores do ensino secundário. Os professores de português, matemática, francês, história, geografia, etc., do Instituto de Educação Dias Velho, estão no mesmo nível dos professores da Escola Normal de Lajes.

Quanto à questão do possível prejuízo do Colégio Diocesano de Lajes, tenho a dizer a V. Exa., Sr. Deputado Laerte Vieira, que, antes de tudo, devemos ver a situação dos alunos e não a situação do colégio.

Daí a razão, acredito eu, da necessidade de um curso colegial na Escola Normal de Lajes. Se fundarmos lá o colégio, ao menos o curso científico, teremos lá um número maior de alunos, sem prejuízo dos alunos do Colégio Diocesano.

Sr. Ivo Silveira – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Tem V. Exa. o aparte.

Sr. Ivo Silveira – V. Exa. tem razão. A concessão de bolsas vem ajudar muito aos alunos menos favorecidos, mas, se elas atrasam, como as que V. Exa. está se referindo, vem prejudicar grandemente os alunos, deixando-os em uma situação difícil.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – Com satisfação, V. Exa.

Sr. Tupy Barreto – A construção de um ginásio oficial interessa muito ao Município de Joinville, muito embora aquela comuna já possua dois ginásios. E devo dizer a V. Exa. que o número de matrículas, nesses dois ginásios, já se acha esgotado. O ginásio já devia ter sido instalado, mas compreendemos e justificamos plenamente as razões apresentadas pelo senhor governador do Estado. S. Exa. ainda não atendeu às nossas reivindicações porque, assim fazendo, teria também de atender aos outros municípios do Estado. Para que cada município possua o seu ginásio, que, aliás, seria o ideal, o Governo teria que despende grande soma de dinheiro.

SR. OSNI RÉGIS – A situação, Exa., de Lajes, é especial. Lá, nós já temos o ginásio, temos o curso normal e também temos os professores. Acredito que as despesas com a criação do curso colegial na Escola Normal não ultrapassariam trinta mil cruzeiros mensais.

Sr. Estivalet Pires – V. Exa. me permite um aparte?

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem o aparte.

Sr. Estivalet Pires – O nobre Deputado Tupy Barreto declarou, em aparte a V. Exa., dizendo que Joinville, face às explicações ponderáveis do senhor governador, contenta-se com a não instalação do ginásio. Esse ginásio foi criado por uma lei. Não acredito que seja essa a razão que levou o senhor deputado a contentar-se com a não instalação do ginásio. Isso quer dizer que, amanhã ou depois, o senhor governador também poderá alegar que ainda não instalou a Faculdade de Engenharia porque as condições do Estado não permitem. A meu ver, não acredito que o povo de Joinville esteja se contentando com a não instalação do ginásio.

Sr. Tupy Barreto – Efetivamente, tem razão V. Exa. Nós não concordaremos, pois exigimos que esta lei seja cumprida e realmente será.

SR. OSNI RÉGIS – O meu apelo aqui fica, portanto, ao Governo do Estado, para que faça funcionar no ano próximo futuro, o curso colegial da Escola Normal de Lajes.

Sr. Estivalet Pires – Senhor deputado, não vou abusar da bondade de V. Exa., um parlamentar brilhante que é, para afastá-lo do caminho. O que não

posso, nesta oportunidade, é concordar com o aparte do ilustre deputado Tupy Barreto, pelo qual declarou que estudantes da capital do Estado haviam até insultado o senhor governador. Ora, senhores deputados, se os estudantes da capital tivessem insultado o senhor governador do Estado, este não teria descido as escadas do Palácio, para se solidarizar com a classe dos estudantes da capital.

Sr. Tupy Barreto – V. Exa. permite um aparte, Sr. Deputado Osni Régis?

SR. OSNI RÉGIS – Desde que não seja para fazer um discurso...

Sr. Tupy Barreto – Acredito que o Sr. Deputado Estivalet Pires quer é fazer média com os estudantes. Não acha que os cartazes por eles expostos, em praça pública, eram injuriosos e ofensivos ao senhor Governador. Se este Governo não fosse democrático, não teria feito isso (sic). E digo mais, apesar de democrata que sou, afirmo que estudantes não seriam capazes de fazer isto em frente da Prefeitura de Joinville, em frente da Câmara Municipal, ali colocando cartazes ofensivos e injuriosos. Mesmo os estudantes de Joinville não seriam capazes de fazer isso, não só por serem estudantes educados, mas, também, porque não se lhes daria chance para isso.

SR. OSNI RÉGIS – Com referência aos ataques a V. Exa., não formulo nenhum juízo. Mas devo dizer a V. Exa. que, ao tempo da Interventoria do Dr. Nereu Ramos, vi, muitas vezes, uma porção de velinhas em frente ao Palácio. Nem por isso o interventor veio para fora e disse “sou um Governo democrático”. Deixou que o povo se manifestasse. Se o Governador Jorge Lacerda mandasse a Polícia destruir aqueles cartazes, S. Exa. não seria democrático. Acho que S. Exa. é democrático, como democrático é o Sr. Nereu Ramos.

Senhor presidente, também quero, aproveitando a oportunidade, tecer comentários com referência às bolsas de estudo. Sei que bolsistas já têm reclamado da demora do pagamento dessas bolsas. Sei, também, da situação aflitiva que se encontram muitos dos bolsistas. Conheço colégios que, até este mês, o Governo do Estado não havia mandado pagar as bolsas respectivas. Sei que muitas dessas crianças já estão criando certo complexo de inferioridade, porque, em determinados colégios, os diretores, em virtude de não receberem o pagamento pelo Estado, começam a perseguir aquelas crianças, muitas vezes levando-as ao ridículo perante os colegas.

Sr. Laerte Vieira – Será lamentável que tal fato aconteça. As crianças bolsistas nem sabem, muitas delas, que estão estudando com bolsa do Estado. São, as bolsas, enviadas diretamente à Escola...

SR. OSNI RÉGIS – O que ocorre é o seguinte: o Estado não mandou pagar a diversos colégios, o que levou a que determinados diretores tenham feito pressão sobre aquelas crianças. Esse fato foi trazido ao conhecimento da Casa pelo ilustre Deputado Ivo Silveira, e disso também sabia eu.

Sr. Orlando Bertolli – Aproveitando a oportunidade em que V. Exa. faz este apelo, e no intuito de colaborar, desejo fazer um veemente apelo ao senhor governador do Estado, no sentido de que mande pagar os bolsistas que residem fora da capital e que há meses estão atrasados no pagamento, correndo o risco de serem obrigados a abandonar os estudos.

Sr. Ivo Silveira – Existem colégios que estão ameaçando os alunos, de não fazerem provas, porque o Governo não tem pago (sic) as bolsas.

Sr. Laerte Vieira – Se o governador não pagou, admito que o erro seja do Governo, mas o educador que procede com uma criança desta forma, não tem qualidades de educador e nem pode dirigir um estabelecimento. Um cidadão que coloca uma criança nesta situação de inferioridade, em um colégio, não tem qualidades de educador. Os pagamentos têm sido feitos em trimestres. Se por um lado, os primeiros meses ficaram atrasados, por outro lado, os últimos meses serão pagos adiantadamente.

SR. OSNI RÉGIS – Concordo com V. Exa. Realmente, esses cidadãos não possuem qualidades de educador, pois estão criando complexos nas crianças, colocando-as em situação inferior perante as outras crianças. Mas, apesar disto, a culpa é do Governo, que não mandou pagar. É possível que o senhor governador não tenha conhecimento dos fatos que se vêm passando nesses colégios onde estudam esses bolsistas. Daí a razão porque estou trazendo o fato ao conhecimento do Governo, para que providencie no sentido de corrigi-lo.

(Palmas).

109ª SESSÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1956, ÀS 8H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: três assuntos me trazem à tribuna. O primeiro, senhor presidente, é congratular-me com o Sr. Deputado Romeu Sebastião Neves por ter encaminhado à Mesa projeto de lei criando a Faculdade de Engenharia da Universidade de Santa Catarina. Conforme há pouco se referiu o Sr. Deputado Sebastião Neves, e nós por diversas vezes já temos frisado, para a Universidade, o grande problema é o do professor. A grande dificuldade hoje que nós sentimos, no Brasil, com o aumento tão grande de faculdades, é só conseguir bons professores. No começo, por exemplo, com a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nós notamos a grande dificuldade de conseguir professores. Algumas faculdades, criadas junto às grandes universidades do país, puderam trazer professores de fora, professores de renome. E, esses, com o tempo, formaram novos professores de nomeada. Neste sentido, cito, como exemplo, as faculdades criadas na Universidade de São Paulo. A Universidade de São Paulo apresenta-se hoje, sem dúvida, como maior foco cultural do Brasil. Mas por quê? Porque pôde trazer, para ali, professores bem-esclarecidos e de grande capacidade, professores alemães, italianos, americanos e ingleses. E assim, com estes professores, pôde formar um corpo elevado de alunos, e esses alunos, hoje, são grandes professores. A nossa universidade vai ser nos moldes de universidades norte-americanas. Para isso, o Dr. Wilmar Dias, ex-deputado estadual, esteve especialmente nos Estados Unidos, estudando o problema. S. Exa. e o Desembargador Fontes, juntamente com um professor da Universidade de São Paulo organizaram a nossa Universidade naqueles moldes. Para tanto, eu me congratulo com o Deputado Sebastião Neves e em especial com os estudantes de Florianópolis, pela criação da Faculdade de Engenharia. Outro motivo que me traz à tribuna, senhor presidente e senhores deputados, é o Congresso Eucarístico que se realizará em Lajes no dia 20 a 30 deste mês, uma confirmação de fé da Diocese de Lajes. A nossa Princesa da Serra estará engalanada para receber católicos de todos os municípios pertencentes àquela Diocese. Endeço, nesta oportunidade, um apelo ao senhor governador, no sentido de que S. Exa. auxilie, na medida do possível, materialmente, esse movimento cristão.

O terceiro motivo que me traz à tribuna é, infelizmente, uma crítica. Quando se discute criação de cargos não temos muita liberdade para discutir esse assunto. Agora, está em regime de urgência o projeto que cria o cargo de procurador administrativo, com vencimentos elevadíssimos, equiparado a juiz do Tribunal de Contas. Quer dizer, este cargo foi criado para alguém ocupá-lo no Rio de Janeiro.

Sr. Laerte Vieira – Há um equívoco. O cargo foi criado por uma necessidade da Administração Pública, à maneira como ocorre nos outros Estados, que têm grandes escritórios na capital da República. O Estado precisa de um representante na capital da República que possa carrear para cá aqueles auxílios que o Estado precisa.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, até hoje, geralmente, tais funções eram preenchidas, senhor presidente, por deputados ou determinadas figuras ilustres catarinenses. Hoje, senhor presidente, quando se fala em economia, quando se procura fazer economia, o Estado declara que não pode, prestem bem atenção, senhores deputados, que não pode ao menos pagar salário-mínimo para a grande maioria dos seus funcionários e soldados da Polícia Militar, quando o Estado declara que não pode pagar Cr\$ 2.400,00, o Estado cria um cargo com vencimentos elevadíssimos e onde? No Rio de Janeiro, senhor presidente.

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. está fazendo uma crítica aos vencimentos da magistratura.

SR. OSNI RÉGIS – Indefere. V. Exa., Sr. Deputado Laerte Vieira pode...

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. vai me perdoar, mas desejo concluir o meu aparte. O Estado sempre teve representantes na Capital Federal, tratando de interesses das repartições. Estes interesses importam despesas e estas vêm dos cofres do Estado. Isto é o que ocorre senhor deputado.

SR. OSNI RÉGIS – Respondendo ao aparte de V. Exa., tenho a dizer que eu não acho elevados os vencimentos dos desembargadores. O juiz, para chegar a desembargador, leva muito tempo, no final da carreira. Com muito esforço e trabalho é que ele alcança estes vencimentos. Outra parte que desejava frisar é a questão da efetividade. Procurador é cargo de confiança, é um cargo de confiança porque vai representar o Governo do Estado no Rio de Janeiro... Como é que o senhor governador poderá ter um representante no Rio de Janeiro

em caráter efetivo se ele, governador, é substituído de cinco em cinco anos? Deveria, então, o cargo ser em comissão.

Sr. Sebastião Neves – V. Exa. sabe perfeitamente que os funcionários continuam efetivos e, mudando o Governo de cinco em cinco anos, somente os cargos de confiança é que sofrem modificações. V. Exa. não desconhece que existem cargos de direção em caráter efetivo e que foram efetivados pelo partido de V. Exa., quando no Governo.

Sr. Alfredo Cherem – Estes diretores a que se referiu o senhor Deputado Sebastião Neves, são aqueles que, tendo mais de dez anos de serviço na direção de repartições, se viram efetivados por decreto-lei ao tempo da Interventoria Federal.

SR. OSNI RÉGIS – Nós sabemos que o cargo de diretor de repartição não é efetivo, como poderá então um representante do Governo na capital da República ser efetivo? Não se pode entender que o Governo esteja a criar cargos e mais cargos e não possa atender à reivindicação dos funcionários.

110ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: esse projeto de lei, de origem governamental, deu entrada nesta Casa no dia 15 de outubro. Já no dia 17 era colocado em “Regime de Urgência” e antes de uma semana já está sendo colocado em votação. Tive razão em dizer que, possivelmente, já segunda-feira iríamos, nós, aqui, discuti-lo e que, de antemão, já o sabemos que será aprovado.

Conforme disse o ilustre líder Laerte Ramos Vieira, é uma necessidade urgente, ter o Estado de Santa Catarina um procurador administrativo no Rio de Janeiro.

Ora, senhor presidente, não há razão, sabemos todos desta Casa, para a urgência deste projeto. Conforme já frisei, em ocasiões anteriores, este projeto tem um grave defeito: o cargo não devia ser ocupado efetivamente.

O administrador, com a função de representante do Governo do Estado, como representante do chefe do Poder Executivo, devia ocupá-lo em comissão. Isso porque, senhor presidente, quando vier, daqui a cinco anos outro Governo, esse representante de Santa Catarina deveria ser mudado. Sim, o representante do Governo do Estado deve ser uma pessoa de inteira confiança do governador. Por isso sou de acordo que este cargo deveria ser em “comissão”.

Outro caso que desejo chamar a atenção é o seguinte: há dias, o Deputado Laerte Vieira disse que não era possível criar em Lajes um colégio porque não havia verba. Entretanto, é possível ao Estado criar esse cargo de administrador, com escritório montado no Rio de Janeiro, automóvel, chofer, etc. E essa despesa, acredito, será muito maior do que a criação do colégio por mim referido.

Este projeto não passou pela Comissão de Finanças. Em seu artigo 3º, diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário para atender às despesas decorrentes da presente lei”. Senhor presidente, por onde correrão as despesas com a criação deste cargo?

Isto é um defeito. E vamos aprovar, então, um projeto com este grave defeito? Portanto, apenas porque há necessidade de se votar esse projeto no dia de hoje. Nós aqui, senhor presidente, temos sempre adotado a norma de quando os projetos, encaminhados para cá pelo chefe do Poder Executivo, com este defeito, nós aqui, por meio de uma emenda, modificamos ou frisamos por onde devem ocorrer essas despesas. Infelizmente, porque há necessidade urgente, premente, de se aprovar esse projeto hoje, nós, do Legislativo, vamos encaminhar à sanção, do chefe do Poder Executivo, uma lei com esse grave defeito, isto é, de não dizer qual o meio, ou de onde sairão os meios para cobrirem as despesas decorrentes desta lei.

Senhor presidente, não quero me alongar, mas devo dizer que esse projeto está eivado de defeitos. Está eivado de um grave defeito: é inconstitucional, isto porque não consigna os meios por onde deverão correr as despesas, ainda mais no momento em que procura fazer, como disse há pouco, o Governo do Estado, propaganda, feita de cinco em cinco minutos, por uma estação de rádio da capital, de que as verbas do Governo estão sendo gastas honestamente, em estradas, em Centros de Saúde, na construção de usinas hidroelétricas. Neste instante nós vamos criar mais novos cargos, ou, melhor, polpudo cargo, no Governo do Estado, que não pode dar aumento aos seus funcionários.

(O Sr. Osni Régis pede a palavra novamente.).

SR. OSNI RÉGIS – Peço a palavra, senhor presidente.

Sr. Presidente – Tem a palavra o Sr. Deputado Osni Régis.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: os que tiveram oportunidade de escutar uma das estações de rádio de Florianópolis, depararam-se com uma notícia que estava sendo irradiada de cinco em cinco minutos e que, para os que não estavam prestando muita atenção, tinham a impressão de que era alguma propaganda de uma casa comercial. Confesso que eu, também, fiquei curioso, Mas qual não foi a minha surpresa ao ouvir do locutor, em grande ênfase, o seguinte: “Povo catarinense, deveis notar que o Governador Jorge Lacerda despende honestamente os dinheiros do Estado em estradas, em energia elétrica, em centros de saúde”. Pela primeira vez, escutamos uma propaganda diferente, é que hoje venho fazer uma reclamação. Já que S. Exa. está fazendo propaganda do dinheiro do Estado, desejo pedir que S. Exa. despenda um pouco desse dinheiro na estrada Florianópolis-Lajes. Já por várias vezes tenho reclamado, e ainda a semana passada, segundo sei (os ônibus dessa linha agora são novos!), o ônibus que faz a linha de Lajes a esta capital, saiu de lá às 5h30min e só chegou aqui às 9h (vinte e uma horas). O trecho de duzentos e quarenta e poucos quilômetros, portanto, levou mais de dezesseis ou dezessete horas, e isto por que havia chovido, a estrada estava escorregadia e o ônibus, por várias vezes, caiu na vala. Já que o Governo está fazendo essa propaganda, solicitaria a S. Exa. que aplicasse um pouco desse dinheiro na estrada de Lajes.

(Ainda na mesma sessão, o Sr. Osni Régis pede a palavra novamente.).

SR. OSNI RÉGIS – Peço a palavra, senhor presidente.

Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Deputado Osni Régis.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, senhores deputados: da minha parte, quero dizer que é uma questão de fato e não parte constitucional, senhor presidente, da maneira com que está sendo feito o projeto; chegamos ao cúmulo, se aprovarmos esse projeto, de que até os jardins da frente das casas pagarão imposto territorial. Diz o projeto o seguinte:

Modifica o artigo 93, da Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº 22, de 14 de novembro de 1947).

Art. 1º – O imposto territorial incidirá sobre terrenos situados nos perímetros urbano e suburbano nas sedes dos municípios, dos distritos, excetuadas as áreas efetivamente cobertas por edificações permanentes e as que não excederem quatro a quinze vezes as mesmas áreas nas sedes municipais e distritais, respectivamente.

Parágrafo único – É considerado como terreno não edificado, sujeito ao imposto, toda a área que, embora sendo inferior àquelas de que trata este artigo apresentar testada ou dimensões que possibilite a construção de prédios independentes.

Portanto, senhor presidente, é um absurdo se aprovarmos este projeto. Projeto desta natureza é absurdo, porque, assim, todos os terrenos das zonas urbanas e suburbanas pagarão imposto territorial.

Por este motivo, por acharmos que é um verdadeiro ultraje, votamos contra este projeto de lei. Além de acharmos um absurdo, senhor presidente, poderá prejudicar a estética da cidade. Além de prejudicar a estética da cidade, prejudicará enormemente os proprietários, que têm suas casas nas zonas suburbanas. Era este o nosso ponto de vista, senhor presidente.

111ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1956, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: o presente projeto, de origem parlamentar, de autoria do Sr. Deputado Estanislau Romanowski, propõe que fica concedida uma subvenção anual à Associação dos Servidores Públicos de Santa Catarina, no valor de trezentos mil cruzeiros. Essa subvenção, conforme preceitua o artigo 2º, do projeto, será concedida da seguinte forma:

Art. 2º – A subvenção concedida pelo artigo antecedente será paga:

I – Em janeiro e julho, respectivamente, em partes iguais a Cr\$ 150.000,00.

II – Mediante requerimento e recibo firmados pelo presidente e tesoureiro em exercício da entidade beneficiada.

Parágrafo único – A subvenção de que trata esta lei será devida no corrente exercício e paga por inteiro.

Vou ler a justificação que mostra necessidade desse auxílio. Está ela vazada nos seguintes termos:

...Justificação:

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SANTA CATARINA

A.A.S.P.C., entidade de classe, fundada a 17 de dezembro de 1932, com sede nesta Capital à rua Trajano, nº 37, reconhecida de utilidade pública, pelos governos estadual e federal, de acordo com os decretos nº 74, de 20 de janeiro de 1935, e 2.215, de 27 de dezembro de 1937, respectivamente, registrada na Secretaria do Ministério do Trabalho sob nº 126, de 1º de janeiro de 1937, é uma entidade que deve ser amparada pelos poderes públicos, tendo em vista a sua finalidade, de prestar assistência médica, hospitalar, odontológica, jurídica e farmacêutica, gratuitamente, àqueles que, como funcionários, não têm o recurso necessário para fazer face às despesas decorrentes desse serviço.

Na sua quase totalidade, os servidores do Estado, beneficiados pela A.A.S.P.C., contribuem apenas com Cr\$ 5,00 mensais e o seu nº total de sócios atinge, no momento, a 4.500, inclusive os segurados. A.A.S.P.C., beneficiando, como está, os seus associados, atrai em média 200 novos contribuintes por ano, na maioria pequenos funcionários e chefes de famílias numerosas.

No setor da Assistência Médica Hospitalar, mantém a A.A.S.P.C., um serviço médico inteiramente grátis a seus associados nas especialidades de Ginecologia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Cirurgia e Clínica Geral, bem como um ambulatório com aparelhos de ultravioleta e infravermelho. Mantém um serviço farmacodológico, mediante módica contribuição, isto a preço de custo dos diversos serviços. Dá a seus associados um auxílio pecuniário para maternidade, hospitalização e serviços médicos especializados.

Como proteção à família tem um seguro de vida em grupo, no qual podem inscrever-se todos os servidores públicos, mediante uma contribuição proporcional ao valor de seus vencimentos.

Diariamente, a A.A.S.P.C., atende a mais de 50 funcionários que procuram alguns dos benefícios que ela proporciona. É de âmbito estadual e nesta capital encaminha, junto às repartições públicas, todos os processos e consultas de seus associados do interior. Dado seu desenvolvimento, suas arrecadações não comportam mais as despesas. Seu orçamento, no corrente exercício é deficitário. Precisa de uma subvenção de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). Os auxílios que recebe atualmente, Cr\$ 50.000,00, do Governo Estadual e Cr\$ 25.000,00, do Governo Federal, não dão para cobrir as despesas com médicos.

A assistência médico-social em todos os seus aspectos está arrolada dentre as obrigações do Estado, pelo Art. 165, nº II, da Constituição do Estado.

Para assim agir, no cumprimento de tão benemérita missão, o Estado possibilitará auxílio financeiro às instituições existentes.

Cabe-nos amparar tão eficiente instituição.

(a.) Estanislau Romanowski.

Acompanha o Requerimento o relatório da diretoria.

Na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, foi relator o Deputado Frederico Gassenferth e o parecer de S. Exa. é o seguinte:

PARECER

O presente projeto de lei, sob nº 24-A/56, de origem parlamentar, visa conceder uma subvenção anual de Cr\$ 300.000,00, à Associação dos Servidores Públicos de Santa Catarina.

Nada mais justo, tendo-se em vista, que referida Associação presta reais serviços aos seus associados, todos auxiliares do Estado, ao qual dão os melhores dos seus esforços.

O projeto, em seu enunciado, contém todos os requisitos necessários a uma lei, inclusive a indicação das verbas, pelas quais a referida subvenção deverá ser paga.

É perfeitamente legal, e não infringe dispositivos constitucionais razão porque achamos que deverá ser incluído na Ordem do Dia, e aprovado.

Deputado-relator: **Frederico Gasenferth.**
Florianópolis, 20-8-56.

Foi o mesmo aprovado na Comissão de Justiça. Votou com restrições o senhor Deputado Luís de Sousa, na Comissão.

Senhor presidente, realmente todos os funcionários que são membros da Associação dos Funcionários Públicos sabem do grande serviço prestado por aquela entidade. Os associados, geralmente, os pequenos funcionários encontram naquela Associação além de assistência jurídica, a médica e farmacêutica e, ainda, a parte de seguros. Esta Associação, que tem 4.500 membros, necessita, para o desenvolvimento dos seus serviços, que o Estado também auxilie com um pouco. Temos a certeza de que os senhores deputados votarão favoravelmente a este projeto que virá beneficiar 4.500 funcionários, quando ainda ontem os senhores deputados da maioria votaram um projeto criando um cargo que o montante das despesas dele decorrente ascende à soma de mais de 300 mil cruzeiros anuais.

**71ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1958, ÀS 14H.**

SR. OSNI RÉGIS – Peço a palavra, senhor presidente.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores nobres deputados: estamos aqui, a fim de expormos alguns problemas que interessam ao povo de Santa Catarina. Primeiro, senhor presidente, é a respeito da estrada Lajes-Itajaí, principalmente no tocante ao trecho Lajes-Rio do Sul. Aquele trecho, ainda na partes Lajes-Encruzilhada, está, há muito, quase sem nenhuma conservação. Há quase completo abandono. Os que têm oportunidade de viajar, por aquela estrada, sabem como os poderes do Estado têm, completamente, relegado a segundo plano sua conservação.

Ainda há pouco, senhor presidente, para vergonha nossa, vergonha de Santa Catarina, o senhor vice-presidente da República¹⁶, fazendo o trajeto Rio de Janeiro-Rio Grande do Sul, em automóvel, levou, de Rio do Sul a Lajes, numa distância de cento e poucos quilômetros, seis horas em seu percurso. E sei que S. Exa. reclamou, dizendo que foi o pior trecho que encontrou desde o Rio de Janeiro.

Sr. Laerte Vieira – Eu só estranho é que o senhor vice-presidente da República não tenha feito a viagem pela famosa BR-2¹⁷, que está sendo construída há 30 anos e ainda não está pronta.

SR. OSNI RÉGIS – Não podemos comparar, nem de perto, a BR-2, às nossas estradas estaduais. Nós fazemos o trecho de Lajes, a Curitiba, 360 quilômetros, em seis horas de viagem. Para fazermos esse trecho estadual, Lajes a Rio do Sul, 120 quilômetros, parece-me que S. Exa. levou seis horas. A diferença é, mais ou menos, grande.

Sr. Laerte Vieira – A diferença deve ser proporcional aos gastos. V. Exa. sabe, muito bem, quanto se gastou na BR-2. V. Exa. sabe o quanto se gastou nesta estrada e os meios de que dispõe o Estado.

SR. OSNI RÉGIS – Eu tenho percorrido, por diversas vezes, o trecho de Lajes a Rio do Sul, e sei que está, realmente, abandonado o trecho de Lajes a Encruzilhada.

¹⁶ João Goulart.

¹⁷ Mais tarde rebatizada como BR-116.

Sr. Antônio Almeida – Eu não sei se V. Exa. tem viajado de Lajes a São Joaquim. É um verdadeiro martírio a passagem por aquele trecho de estrada. É verdadeiro martírio, afianço a V. Exa., pois passei, ainda há dias, recentemente e apesar de haver, na cidade de São Joaquim, um vistoso prédio da Residência da Estrada de Rodagem, é lamentável que venhamos afiançar o estado precaríssimo daquela estrada.

Sr. Antônio Palma – O motivo é que existe um plano federal do traçado de Lajes a Tubarão, para que este plano não venha prejudicar o traçado da mesma.

SR. OSNI RÉGIS – A minha reclamação não se prendia ao trecho de estrada Lajes-São Joaquim, mas ao trecho de Lajes-Encruzilhada. Já que o Deputado Antônio Almeida citou a estrada de Lajes-São Joaquim, eu também quero fazer a minha reclamação. Estive, na semana passada, aliás, fiz o trajeto de Lajes-São Joaquim, na única condução possível, que, no caso, seria de jipe, pois havia chovido e estava intransitável, não podendo ir de automóvel.

Neste trecho não houve a preocupação de encascalhar-se o leito, para fazer o desvio do Rio Caveiras. A estrada levou cinco anos para ser feita. Isto, uns 4 ou 5 quilômetros. E nestes quatro ou cinco quilômetros, ao fim de cinco anos, ao passarmos por lá notamos que, além de falta de cascalhos, o morro está em desmoronamento.

Sr. Laerte Vieira – Em primeiro lugar registre-se que o tempo não foi longe. Que não houve tratamento de revestimento especial para esta variante, e que ela foi feita com grande economia para o Estado, sem dotação especial.

É bom que se registre isto, quando a União abre os cofres do Estado para a BR-2 e para construir Brasília.

Inteira razão cabe, portanto, ao Deputado Almeida quando reclama sobre o estado da estrada Lajes-São Joaquim que, no dizer do deputado Osni Régis, fica intransitável quando chove.

Mas para isto há possibilidade de retificação, quando da melhoria do traçado. E o traçado será alterado por esta razão. A estrada continua com o trajeto antigo, com algumas pequenas modificações, para melhorar o tráfego. Mas Lajes-Rio do Sul já interrompeu o tráfego; todo ele é feito por aquela estrada.

Sr. Antônio Almeida (Pede aparte.) – O problema não é modificar a estrada, com relação à estrada Lajes-São Joaquim, é a sua conservação. É um buraco dentro do outro. E isto não é só com mau tempo, pois eu passei, por aquela estrada, com tempo bom e acompanhado de um udenista que pôde sentir, comigo, a precariedade daquela estrada, que está em estado lastimável. Não se pode tapar o sol com a peneira: está miserável! Invoco o testemunho do Deputado Antônio Palma, se estou ou não falando a verdade.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. tem razão. Passei a semana passada na estrada Lajes-São Joaquim e nos trechos onde havia chovido, na véspera, havia bastante lama, que dificultava o tráfego. E nos trechos em que choveu pouco, tínhamos buracos. Quanto à estrada Lajes-Rio do Sul, é um buraco atrás do outro.

Sr. Antônio Almeida (Pede aparte.) – É pavoroso o sofrimento dos motoristas. Para ir de Lajes a São Joaquim é preciso dar uma volta por Urubici, que é enorme. O Deputado Antônio Palma pode dizer do estado lastimável da estrada. Passei lá, há pouco tempo, passadas as eleições e verifiquei o estado da estrada. Eu não minto aos meus nobres colegas.

SR. OSNI RÉGIS – No trecho Lajes-Bom Retiro, perto de Bocaina e Santa Clara, é de desmanchar um carro. É necessário que se conserve aquela estrada. A preocupação ali é a de conservação.

Sr. Sebastião Neves (Pede aparte.) – Acho que existe grande exagero da parte de V. Exas., deputados opositores, porquanto o povo acaba de dar, ao Governo da UDN, uma demonstração de que nada está precisando.

Sr. Antônio Almeida (Pede aparte.) – Que se registre este aparte do Deputado Sebastião Neves.

SR. OSNI RÉGIS – O tráfego de cento e poucos quilômetros faz-se, nestes dias, em seis horas.

Sr. Laerte Vieira – Tenho feito ultimamente, por várias vezes, este trecho, Lajes-Florianópolis, algumas vezes com chuva e não levei mais que sete horas. A estrada está em condições, de conservação, que não se pode desejar melhor. O que não há são recursos para pavimentá-la. Ela nunca foi melhor do que agora.

SR. OSNI RÉGIS – No tempo em que éramos Governo, o Estado arrecadava 100 milhões de cruzeiros e atualmente, arrecada 2 bilhões. Mas, senhor

presidente e senhores deputados, aqui ficam as minhas reclamações a respeito do mau estado das estradas estaduais, principalmente no trecho Lajes-Rio do Sul, e, já que foi levantada a questão aqui também das estradas Lajes-São Joaquim e Lajes-Florianópolis, no trecho Bocaina-Santa Clara.

Sr. Sebastião Neves – Perguntaria a V. Exa. se, no tempo em que V. Exas. eram Governo, se poderia ir de Urubici a Lajes, através da tal localidade de Panelão. Isto, entretanto, só foi possível durante o Governo udenista. Ao tempo de V. Exas., quando chovia, esta estrada ficava intransitável. Ninguém podia, por ela, passar.

SR. OSNI RÉGIS – Ao tempo em que o PSD era Governo quando a porcentagem do Imposto de Vendas e Consignações era de apenas 2% e que não se tinha verbas federais para a conservação das estradas, nesta época, por exemplo, tínhamos uma linha de ônibus, diariamente, de Lajes a Florianópolis. Hoje, somente temos ônibus três vezes por semana. Esta [é] a situação atual. Se não se tem mais ônibus para lá é porque as estradas não prestam.

Sr. Antônio Almeida – Fala-se, Exa., ainda, em investir capitais com a constituição de empresas de ônibus para fazer esta linha!

Sr. Ivo Silveira – Os ilustres Srs. Deputados Sebastião Neves e Laerte Ramos Vieira, possivelmente, estão argumentando e defendendo o Governo porque a estrada Florianópolis-Lajes é de um percurso relativamente grande. Não falarão, por certo, nas estradas do sul do Estado. Quando nós éramos Governo...

Sr. Laerte Vieira – V. Exa. vai falar nas estradas federais...

Sr. Ivo Silveira – Não me consta, Exa., que lá existam estradas federais. Acreditem V. Exas. que o atual Governo udenista conseguiu, senhores deputados, liquidar a estrada que ligava Araçatuba a Garopaba.

Sr. Sebastião Neves – V. Exas. sempre exagerados. S. Exa., o Sr. Deputado Ivo Silveira, que palmilha quase que, diariamente, em época de eleições, nunca ficou atolado nestas estradas, ao passo que, nas municipais da Palhoça S. Exa. já, por diversas vezes, lá esteve atolado, com a sua condução¹⁸.

18 Ivo Silveira foi Prefeito de Palhoça.

Sr. Ivo Silveira – Engana-se o Sr. Deputado Sebastião Neves ao dizer que palmilhava, quase que diariamente, em época de eleições, Exa., mas, sim, em todas as épocas. S. Exa., que palmilhava aquelas estradas em época de eleições somente, deve ter tido a oportunidade de verificar, de constatar que as estradas, durante muito tempo, estavam alagadas e interrompidas. No meu próprio carro não podia por elas passar: sim, porque o carro era meu, mas se fosse com um carro oficial não teria importância...

SR. OSNI RÉGIS – Mas, senhor presidente e senhores deputados, ficam aqui as minhas reclamações no tocante à conservação dos trechos das estradas, que tive a ocasião de lembrar.

Outro assunto é a respeito da célebre e “querida” ELFFA¹⁹. Sabemos, por nota desta empresa, que vai ser aumentado o preço da luz em Florianópolis, e suas circunvizinhanças. Não deu, esta empresa, que era do Estado e que hoje é particular, qualquer satisfação ao povo. Não disse e não mostrou os motivos da elevação desse preço. É mais um ataque à bolsa do povo. Infelizmente, segundo estamos presenciando, essa Empresa, que serve somente para dar empregos polpudos a determinadas pessoas, não está servindo, com eficiência, à população de Florianópolis e seus arredores. Além disso, numa simples nota, sem ter demonstrado nada, sem dizer e demonstrar o porquê, foi aumentado o preço da energia.

Sr. Antônio Almeida (Pede aparte.) – O que é mais lamentável, que estarrece, é que o Estado de Santa Catarina, o Governo Estadual, haja gasto uma importância que ainda não declarou qual seja, mas que suponho vultosa, para compra de motores para instalar, em Florianópolis, uma estação suplementar, de emergência, no entanto, o que observamos? Observamos a capital do Estado seguidamente, apesar de já ter sido inaugurada essa estação de emergência, seguidamente, repito, às escuras sem uma explicação dessa tal de ELFFA, para esclarecer o porquê da existência dessa tal estação de emergência, comprada com o sacrifício do povo do Estado de Santa Catarina.

Sr. Paulo Preis (Pede aparte.) – É de assinalar-se, também, que a ELFFA cobra, mensalmente escorchantemente, o consumo da energia e luz. Cobra mas deve, o Governo do Estado, à Companhia Siderúrgica Nacional o fornecimento

19 Empresa de Luz e Força de Florianópolis S.A., criada em 1956.

dessa energia, quando aqui, mensalmente cobra-a. Posso afirmar, com toda segurança, que no mês de agosto o Estado devia, à Companhia Siderúrgica Nacional, nada mais do que trinta e cinco milhões de cruzeiros de fornecimento de luz, apesar de cobrar, mensalmente, dos consumidores.

SR. OSNI RÉGIS – A informação de V. Exa. vem mostrar mais um aspecto que eu não conhecia da ELFFA ou CELESC.

Sr. Estivalet Pires (*Pede aparte.*) – Acresce, ainda, uma circunstância interessante e digna de registro, que é a seguinte: quando o consumidor não paga, mensalmente, à ELFFA, a importância correspondente ao consumo, ela corta imediatamente a ligação. A Companhia Siderúrgica Nacional, pela falta de pagamento do Estado ou da ELFFA, devia também cortar o fornecimento.

Sr. Laerte Vieira (*Pede aparte.*) – V. Exa. está falando do bem-estar da população de Florianópolis, mas não quer falar do prefeito que, a esta altura, não paga seus operários; que começou obras e não as termina e que deve muito. Exa., além disso, se elevação da taxa tem ocorrido, são elas concedidas pelo Governo da União face ao custo do combustível, que o Governo cobra, e que a Companhia Siderúrgica Nacional tem que pagar. V. Exa. vem falar do bem-estar do povo de Florianópolis mas não quer confessar o fracasso do Governo pessedista.

SR. OSNI RÉGIS – Não vou desviar-me do assunto que vim tratar e que os deputados udenistas procuram desviar. Portanto aqui fica, senhor presidente, o nosso protesto a este ataque que a ELFFA pretende fazer à bolsa do povo florianopolitano.

Sr. Estivalet Pires (*Pede aparte.*) – É também de mencionar-se outra circunstância, digna de registro, que é a seguinte: houve uma declaração, na Casa, de que o Governo de Santa Catarina, a ELFFA, deve à Companhia Siderúrgica Nacional vultosa importância pelo fornecimento de energia elétrica. No entanto, os ilustres deputados da UDN não protestaram contra esta afirmação.

Sr. Laerte Vieira – Em primeiro lugar, o Deputado Paulo Preis diz que, em agosto, parecia que a dívida era aquela. Nós gostaríamos de saber qual a importância da dívida, segundo alegação do deputado, para confrontarmos com a realidade. O Governo tem pago as prestações devidas, citadas pelo Deputado Paulo Preis.

Sr. Ivo Silveira – O Sr. Deputado Laerte Vieira está invertendo o processo. Nós é que gostaríamos, na qualidade de líder, que S. Exa., demonstrasse que estamos errados. Os nossos pedidos de informações não são respondidos pelo Governo. E V. Exa. poderia, graças ao prestígio que goza junto ao Governo, esclarecer-nos.

SR. OSNI RÉGIS – Aquelas Letras do Tesouro, aqueles cento e vinte cinco milhões, sobre os quais pedimos informações, não nos foram concedidas.

Sr. Antônio Almeida – Eu, por exemplo, poderia fazer endereçar, ao Governo do Estado, pedidos de informações, como já tenho feito e tenho absoluta certeza que não obterei respostas. Seja, por exemplo, endereçado ao Governo pedindo informação sobre o quanto custaram os motores dessa tal Estação de Emergência e tenho certeza que o Governo não informará.

Sr. Sebastião Neves – Para isto existe o Conselho Fiscal da ELFFA. São cidadãos que eu considero honestos e probos e me disseram que as quotas da ELFFA estão em dia com a Companhia Siderúrgica Nacional. Aí está a resposta a sua pergunta. Não é preciso fazer pedido de informação ao Governo. A ELFFA é uma empresa autárquica; tem administração própria e pode, muito bem, prestar os esclarecimentos que V. Exa. deseja, como já tem feito através de seus balancetes.

SR. OSNI RÉGIS – Aqui fica o meu protesto, a minha reclamação, porque acho absurdo que, sem dar uma satisfação ao povo, sem um motivo justo, a ELFFA venha a aumentar a taxa de luz.

Sr. Estivalet Pires – Senhor deputado, pelo que ouvi do ilustre líder da UDN, a não justificação da dívida, a não contestação da afirmação, feita em relação à dívida da ELFFA para com a Companhia Siderúrgica Nacional, parece-me que se firmou no fato de o ilustre deputado, que fez a declaração dessa dívida, não ter apresentado números concretos relativos à mesma. Mas há uma afirmação precisa: é que, até agosto, o Estado não havia pagado.

Sr. Laerte Vieira – Eu poderia dizer, a esmo, que a dívida não é de trinta milhões, mas é de dois milhões. Segundo me foi dado saber, vou indagar-me do assunto e o trarei a S. Exa. Acho que quem deve atacar deve ter fundamentos ou dados exatos, precisos.

Sr. Paulo Preis – Eu não afirmei com base em “ouvi dizer”. Esta foi a conta que a Companhia Siderúrgica Nacional apresentou ao Estado, no mês de agosto, a qual era de trinta e cinco milhões de cruzeiros. Talvez hoje a dívida seja de 50 milhões de cruzeiros.

SR. OSNI RÉGIS – É muito maior. Sabemos que o Estado está sem dinheiro. Exa.; nem é bom discutir isto, senão eu conto muita coisa que se passa no Estado e que ainda não foi contada.

Sr. Laerte Vieira – (*Solicita aparte e o orador não concede.*)

SR. OSNI RÉGIS – Mas, senhor presidente e senhores deputados, eu não quero mais demorar-me. Aqui fica o meu protesto ao aumento da taxa da ELFFA. Espero que os deputados da UDN, defensores da ELFFA, venham a Plenário demonstrar a situação dessa empresa depois que saiu das mãos do Estado, provando que está sendo bem-dirigida, e se, realmente, foi um grande ato, do então Governo, a entrega de uma empresa estatal à autarquia.

Esperamos, portanto, que os deputados da UDN, defensores da ELFFA tragam fatos e dados que provem o contrário.

72ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1958 ÀS 14H.

Sobre a Mesa, Requerimento do Sr. Deputado Osni Régis vasado nos seguintes termos:

Sr. Presidente:

O deputado abaixo-assinado na forma regimental requer a V. Exa. que, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Guido Wilmar Sassi, telegrama de congratulações por motivo de ter sido premiado pelo Instituto Nacional do Livro.

S. S.^a, 30-X-58.
(a.) **Osni Régis.**

Exmo. Sr. Guido Wilmar Sassi
Banco Brasil – Lajes.

Assembleia Legislativa Estado vg por proposta deputado Osni Régis congratula-se com vossência pelo prêmio acaba conquistar Instituto Nacional do Livro pt Cds. sds.

José de Miranda Ramos, presidente.

SR. OSNI RÉGIS (*Pede a palavra.*) – Senhor presidente e senhores deputados: neste ano, como nos anos anteriores, o Instituto Nacional do Livro acaba de premiar autores que apresentaram bons trabalhos em ensaios, poesias e contos. O prêmio de ensaios tocou ao grande historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda, e o de contos foi destinado a três autores, entre os quais se encontrava o jovem catarinense Guido Wilmar Sassi. Este jovem lajeano, há tempos atrás se iniciava nas Letras e se fez conhecido na literatura brasileira pela publicação dos seus primeiros contos. Entre eles, segundo me lembro, se encontrava o pequeno e interessante conto denominado *Piá*. Agora acaba de publicar outro livro de contos. *Amigo Velho*, cujo primeiro conto, que dá o título à obra, refere-se ao problema e tem por fundo o pinheiro. O que caracteriza o conto de Guido Sassi é o regionalismo e o sentido bastante humano. Daí porque, no momento em que o jovem catarinense alçava, na capital da República, tão alto prêmio, a Assembleia deve congratular-se com este contista e mostrar que nós estamos aqui, reconhecendo o alto valor deste jovem catarinense, e ao mesmo tempo estimulando-o para que continue a mostrar ao Brasil que Santa Catarina também tem os seus grandes escritores.

Sr. Presidente – Continua em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo. Em votação. Os senhores deputados que o aprovam, queiram permanecer como se encontram.

(*Pausa.*).

(*Aprovado.*).

SR. OSNI RÉGIS (*Pede a palavra.*) – Senhor presidente e senhores deputados: para conhecimento dos senhores deputados passo a ler o projeto de resolução nº 5/58, como se encontra e depois a emenda substitutiva, do Sr. Deputado Laerte Vieira, porque acredito que o projeto de resolução diz interesse particular aos senhores deputados. Daí, devem conhecer o teor, tanto do projeto de resolução, quanto da emenda substitutiva:

Projeto de resolução 5/58: Dispõe sobre seguro dos membros e do pessoal da Assembleia Legislativa e dá outras providências.

Art. 1º – Fica instituído, para os membros da Assembleia Legislativa, o seguro em grupo, efetuado *ex officio*, pela Mesa, mediante contrato, com entidade seguradora que se comprometa a observar o seguinte plano:

I – por morte do segurado: um milhão de cruzeiros;

II - por invalidez permanente do segurado: quinhentos mil cruzeiros;

III - assistência médica e despesas suplementares;

IV - despesas hospitalares.

Parágrafo único - Na apólice virá expressa a cláusula de incontestabilidade.

Art. 2º - O contrato de seguro garantirá os membros efetivos da Assembleia, no período da legislatura, em exercício ou afastados e os respectivos suplentes enquanto perdurar a convocação.

Parágrafo único - Fica assegurado ao deputado e ao suplente continuar, findo o mandato ou a convocação, direta ou pessoalmente, o contrato de seguro.

Art. 3º - O valor global e anual dos prêmios e emolumentos correspondentes aos riscos a ser cobertos, por verba orçamentária, será revisto anualmente.

Esta é a parte do seguro.

Art. 4º - É instituída uma pensão especial, mensal correspondente a cinquenta (50%) por cento do valor assegurado às viúvas de governadores ou ex-governadores do Estado, em favor de viúva de membro ou de ex-membro da Assembleia Legislativa.

Quer dizer que, por este projeto aqui, as viúvas de membros ou de ex-membros desta Casa teriam direito à pensão de 50% da das viúvas dos governadores.

Parágrafo único: Por falecimento das beneficiárias, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do extinto casal, enquanto perdurar a menoridade deles e das filhas solteiras até contraírem núpcias.

Este [é] o projeto de resolução. Eu não acredito que os senhores deputados votem este projeto de resolução, porque estamos acompanhando, verificando que não o podemos aprovar como ele se encontra.

É um absurdo que nós, os deputados, vamos aprovar um projeto determinando que a Assembleia nos pague seguro e ainda que, cada um de nós, vote em seu próprio benefício e em benefício de sua própria família. Acredito que nenhum deputado fará isto!

Sr. Lecian Slowinski - Se não podemos estender, ou melhor, votar projeto beneficiando nossas famílias, não podemos, também, votar nada em nosso favor.

SR. OSNI RÉGIS – V. Exa. está falando com referência ao aumento de subsídio em benefício dos deputados que serão, ainda, diplomados, mas, votarmos seguro para os deputados e pensão para nossas famílias, seria um absurdo.

Sr. Lecian Slowinski – Não quero entrar na análise do projeto... (*Aparte inaudível fora do microfone.*)

SR. OSNI RÉGIS – Estava lendo primeiro o projeto. Vou ler agora o substitutivo. Fiz questão de ler primeiro o projeto porque havia deputado que não teve oportunidade de entrar, como a mim aconteceu, em contato com este projeto. Os senhores deputados, que aqui se encontram, como eu não tinham conhecimento deste projeto de Resolução. Daí porque li o projeto e agora vou ler o substitutivo.

Substitutivo global ao projeto de resolução nº 5/58:

Dispõe sobre o seguro de acidentes dos membros do Poder Legislativo.

Art. 1º – Fica instituído para os membros da Assembleia Legislativa um seguro em grupo de acidentes pessoais efetuado *ex officio* pela Mesa mediante contrato com entidade seguradora que se comprometa a cobrir os seguintes riscos:

- I – por morte do segurado: um milhão de cruzeiros;
- II – por invalidez permanente: um milhão de cruzeiros;
- III – assistência médica e despesas suplementares;
- IV – despesas hospitalares;

Parágrafo único – Da apólice constarão expressamente as cláusulas de incontestabilidade e de agressão e assassinato.

Art. 2º – O contrato de seguro garantirá os membros efetivos da Assembleia no período da legislatura, em exercício ou afastados e os respectivos suplentes enquanto perdurar a convocação.

Parágrafo único – Fica assegurado ao deputado e ao suplente continuar, findo o mandato ou a convocação, direta e pessoalmente o contrato do seguro.

Art. 3º – O contrato de seguro será lavrado pelo prazo de quatro anos, devendo os prêmios serem pagos anualmente, à conta de verba orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 4º – A Mesa da Assembleia Legislativa fica autorizada, mediante concorrência, a arrumar os contratos com entidades seguradoras, exercendo a função de estipulante.

Art. 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, o crédito especial

necessário ao cumprimento desta resolução até o limite de Cr\$ 200.000,00.

Art. 6º - A diretoria de Contabilidade organizará serviço de previdência adequada ao atendimento da presente resolução.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

S. S.^a, em 30 de outubro de 1958.

(a.) **Laerte Vieira.**

Fiz questão de ler agora este substitutivo para que muitos dos senhores deputados dele tenham conhecimento, pois, tenho certeza que a maior parte dos senhores deputados não tinham conhecimento dessa emenda. Eu, pessoalmente, sou contra o substitutivo, porque acho que essa parte de seguro toca a cada um de nós. Voto contra porque acho que isto depende de cada um de nós.

Sr. Sebastião Neves - Pergunto a V. Exa. se se eximiu de votar quando se tratou de beneficiar professor secundário? V. Exa. é um ocupante do cargo de professor secundário. Eu acho que a Assembleia Legislativa deve aprovar essa matéria, porque temos verificado fatos de deputados estaduais e federais terem sido vítimas de acidentes em plena função dos seus mandatos.

SR. OSNI RÉGIS - Estou afastado da cadeira de professor há oito anos e votei, no único projeto que veio aqui no Estado de Santa Catarina e que beneficiava o professorado, porque não me tocava diretamente.

Quanto à outra parte, de aulas excedentes, não devo falar porque não tenho a minha cadeira há muito tempo! Eu vim mostrar, desta tribuna, as emendas existentes no projeto, porque a maioria dos senhores deputados, delas não tinham conhecimento. Por este motivo me propus ler o projeto para que todos tivessem conhecimento do projeto e das emendas, porque dizem respeito aos senhores deputados.

Sr. Lecian Slowinski (Pede aparte.) - Respeito o ponto de vista de V. Exa. Mas V. Exa. há de convir comigo que todos os deputados estaduais correm riscos a todos os momentos. V. Exa., por exemplo, quando viaja na maioria das vezes, senão na totalidade das vezes, viaja em objeto de serviço, na qualidade de deputado estadual. Se se dirige ao seu município, V. Exa. vai ali tratar de assunto relativo à sua função de deputado estadual. Eu também, quando vou ao meu município, não vou passear, vou tratar de assunto referente à função de deputado estadual. E pergunto a V. Exa., nesta circunstância, há alguma

coisa demais em nós votarmos este projeto, correndo estes riscos a que estamos expostos? Se também a fatalidade colher-nos, nós poderemos deixar alguma coisa para nossos descendentes. Há pouco tempo não houve um acidente com um caminhão em Rio do Sul, e o Estado não foi obrigado a indenizar o caminhão e instituir uma pensão à viúva e aos descendentes?

SR. OSNI RÉGIS – Não quero discutir o caso do caminhão. Quanto ao projeto vim lê-lo para dar conhecimento aos senhores deputados, porque, eu, pessoalmente vou votar contra o projeto.

74ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 1958, ÀS 14H.

Sr. Presidente – Continua livre a palavra.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente, acabamos de receber o seguinte telegrama de Urubici:

(Não foi entregue pelo orador ao serviço taquigráfico.).

Estamos certos de que o senhor Governador do Estado, ao receber este telegrama do senhor prefeito municipal, mandará verificar os prejuízos e enviará, para esta Casa, um projeto de lei abrindo crédito especial para indenizar os lavradores que sofreram grandes prejuízos, pois, conforme é do conhecimento de todos, o Vale do Rio Canoas é um dos mais férteis no Estado de Santa Catarina, e que mais produz, no tocante à agricultura.

Sr. Antônio Almeida (Pede aparte.) – Quero informar que recebi, também, de Urubici, hoje, um telegrama, do secretário da Associação Rural daquele município, em que dá notícias das ocorrências ali verificadas com as enchentes do Rio Canoas. E aquele senhor, no seu telegrama, diz que os prejuízos são incalculáveis. Pede, também, a minha interferência junto à Assembleia Legislativa, para que esta Casa tome as providências que se fizerem necessárias ao amparo dos agricultores, naquele município. Mas, agora, V. Exa. dá-nos notícia de um telegrama, recebido do prefeito, no qual S. Exa. diz que já se dirigiu ao chefe do Executivo. Nestas condições, vamos aguardar as providências do Governo, do Estado, no sentido de amparar os lavradores. E se as providências

não vierem, então, nós, deputados estaduais, haveremos de tomar medidas de ordem parlamentar no sentido de socorrer aquela população.

Sr. Sebastião Neves (*Pede aparte.*) – Peço licença a V. Exa. para ler um telegrama que recebi, neste momento, do prefeito de Bom Retiro, no mesmo sentido. Vejam, V. Exas., [o transbordamento] do Rio Baixo, que passa por Bom Retiro, causou, também, grandes prejuízos àquele município.

SR. OSNI RÉGIS – Portanto, senhor presidente, estamos vendo que foi em toda a zona do Vale do Rio Canoas, Urubici, Bom Retiro e possivelmente o mesmo aconteceu em Lajes. Estamos certos de que o senhor governador providenciará aquilo que se fizer necessário para mitigar o sofrimento dos laboriosos lavradores do Vale do Rio Canoas.

ATA TAQUIGRÁFICA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, 4ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 1961, ÀS 14H.

Sr. Presidente – Com a palavra, o Sr. Osni de Medeiros Régis.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: vindo há poucos dias de Lages, não posso, senhor presidente, furtar-me de trazer ao conhecimento da Casa, um fato para o qual a Assembleia Legislativa tanto influiu, como seja, o início dos trabalhos da construção da BR-36 Lages-Florianópolis, pelo 2º Batalhão Rodoviário.

O 2º Batalhão Rodoviário está também com suas máquinas servindo no trecho de Lages a Passo Socorro, estão passando para o trecho Lages-Florianópolis, tanto que já fizeram um certo trecho, porque tem que fazer mesmo um viaduto, onde há um cruzamento da estrada de rodagem da BR-36 com a Ferrovia de Mafra a Lages ao Rio Grande do Sul. É o conhecimento que trago à Casa, porque como sabem todos os senhores deputados, nós conseguimos, esta Casa principalmente, que no ano passado fosse incluída no Orçamento Federal uma verba de 60 milhões de cruzeiros, para o início desta obra, e, neste ano, já uma outra verba de 90 milhões de cruzeiros. Também, senhor presidente que está, pode-se dizer, terminado o trecho de movimento de terra e asfaltamento, de Lages a Passo Socorro. Todo movimento rodoviário já está sendo feito de

Lages a Passo Socorro, portanto, a Rio Grande do Sul. Hoje já se vem a Lages, de Porto Alegre, em estrada asfaltada, porque também já está terminado o trecho de Caxias-Vacaria. E com isto, senhor presidente, nós devemos, ao Governo Federal, mais este grande melhoramento, para o que diz ao interesse à vida econômica e social do Estado de Santa Catarina. São grandes obras que o Governo Federal fez no Estado de Santa Catarina. Eram estas, senhor presidente, as comunicações que queria trazer ao conhecimento da Casa.

(*Palmas.*)

15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 2 DE FEVEREIRO DE 1961, ÀS 14H.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: no dia 31-1 deixou de ser Presidente da República o Sr. Juscelino Kubitschek. Os jornais, ontem chegados do Rio de Janeiro e de São Paulo, publicam notícias e fotografias da maneira como S. Exa., o Sr. Juscelino Kubitschek deixou o Rio e viajou para a Europa. Segundo as informações dos jornais, o Sr. Juscelino Kubitschek deixou o Palácio e foi até o aeroporto nos braços do povo! É que o povo de Brasília, como grande parte do povo brasileiro, reconhece que o Sr. Juscelino Kubitschek, nestes cinco anos de seu governo, realmente fez aquilo que no seu último número a revista norte-americana *TIME* publicou: “Juscelino Kubitschek Sacudiu o Brasil!”. Não é, portanto, de estranhar a maneira como S. Exa. se retirou do Palácio. Juscelino Kubitschek, com todos os seus defeitos – e qual o mortal sem defeito? – conseguiu modificar muito da mentalidade do Brasil, principalmente no interior. Ele fez incluir, na mentalidade do povo brasileiro, uma nova dimensão, a dimensão “tempo”. Até então, nos serviços públicos, o tempo não contava. Obras eram construídas, mas não se levava em conta a dimensão T! Hoje grandes obras públicas são feitas no Brasil, no menor prazo possível! Era preciso que fôssemos sacudidos e nos aproximássemos mais dos países desenvolvidos e tornar menor o abismo entre os países subdesenvolvidos e os países desenvolvidos.

Hoje estradas asfaltadas cortam todo o interior do Brasil! Indústrias aparecem de todos os recantos. Surgiu, também, um clima político elevadíssimo. Terminadas as eleições, em 3 de outubro, o Presidente eleito, Sr. Jânio

Quadros, pôde ir à Europa e voltar tranquilamente. Não se discutiu se ele tomaria ou não posse do cargo. Tinha certeza, quando foi eleito, que ocuparia o cargo para o qual foi eleito.

Sr. Fernando Viegas (Com aparte.) – Aproveito a oportunidade para dizer que neste ponto estou inteiramente de acordo com V. Exa. A meta da democracia foi inteiramente atingida no Governo Juscelino Kubitschek. Mas faço restrições é às cifras que aí estão, quando a nação está com o déficit de 100 milhões de cruzeiros, e deve ao estrangeiro 800 bilhões de cruzeiros, tendo que pagar ainda em 1961, um bilhão de dólares.

SR. OSNI RÉGIS – Os aspectos econômicos e financeiros do país, serão, provavelmente, discutidos na Câmara Federal e no Senado da República, por aqueles deputados e senadores que têm obrigações de defender a obra de JK. Só quero neste instante dizer, nesta Casa, da maneira como o ex-Presidente JK saiu do palácio do Governo, no meio do povo, nos braços do povo, com o amparo de todos os partidos. E no aeroporto, ex-líder da oposição no Senado da República, governador da Bahia, falou da obra realizada por JK.

Sr. Evilásio Caon (Com aparte.) – V. Exa. deve estar lembrado de que, quando os senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart assumiram o Governo, em 1956, quase que o Brasil entrou numa revolução, porque aqueles que perderam não concordavam com a derrota. Entretanto, nós, agora, perdemos, e nos conformamos. Não criamos aquele clima, aquelas dificuldades que surgiram naquela época quando da posse do Sr. Juscelino Kubitschek.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço o aparte de V. Exa. E, senhor presidente eram estas as palavras que desejava proferir a respeito da entrega do poder pelo Sr. Juscelino Kubitschek.

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1961.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente e senhores deputados: estamos vendo, agora, que a bancada da UDN, ou melhor, uma parte da bancada da UDN, descobriu que existe o poder Legislativo. Durante todos estes anos, senhor presidente, nós, nesta Casa, falávamos da necessidade do fortalecimento do

Poder Legislativo. Infelizmente, durante todos esses anos, estas nossas palavras caíram em terreno árido, não frutificando. Declarou-se, aqui, de que nós éramos, por assim dizer, um apêndice do Poder Executivo e se procurava diminuir o Poder Legislativo. Hoje, estão descobrindo o Poder Legislativo. Quantas e quantas vezes, senhor presidente, este Regimento Interno, que se encontra à frente de V. Exa., aberto, foi rasgado pela bancada da maioria, pela bancada governista? Quantas e quantas vezes, senhor presidente, nós mostrávamos, aqui, a necessidade de provarmos que somos realmente um Poder, um Poder igual ao Executivo e ao Judiciário? Mas, infelizmente, senhor presidente, estes senhores deputados que hoje são da oposição, que eram Governo no dia de ontem, não ligavam às nossas palavras, e se frisou muitas vezes aqui que não havia necessidade de se estudar processos, estudar autos, estudar projetos de lei porque tudo quanto vinha do Executivo devia ser aprovado de uma forma ou de outra.

Isto vem de acontecer agora, senhor presidente e senhores deputados, de parte daqueles que em menos de um mês estão em oposição ao Governo atual e só agora reconhecem a força do Poder Legislativo, sua importância; vêm lembrar a Constituição do Estado, que tantas e tantas vezes rasgaram nesta Casa, e centenas de vezes este Poder foi por eles conspurcado...

PARTE 3

*DISCURSOS NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS (1963 A 1970)*

DISCURSOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

17ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 15 DE ABRIL DE 1963¹.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*) –

Senhor presidente: há pouco, o ilustre Deputado Aroldo Carvalho referiu-se a assunto ligado às Universidades de Santa Catarina e de Brasília. Desejo retificar alguns dados apresentados pelo ilustre deputado catarinense.

Realmente, três professores da Faculdade de Filosofia da Universidade de Santa Catarina foram convidados a lecionar em Brasília; primeiramente, veio o Professor Agostinho Silva, para Literatura Portuguesa; em seguida, o Professor Eudoro de Souza, catedrático de Grego². Há pouco, houve pedido, também, ao atual professor de História da Arte da Universidade de Santa Catarina.

1 Momentos antes deste discurso, o Deputado Aroldo Carvalho (UDN-SC) havia declarado vir “à tribuna formular protesto veemente, em nome do corpo docente da Faculdade de Filosofia da Universidade de Santa Catarina e também em nome das entidades estudantis da Capital do meu Estado”, por terem sido atraídos para a Universidade de Brasília três professores daquela Faculdade. “[...] o ex-Ministro da Educação, Professor Darcy Ribeiro [...] parece ter tomado a si o encargo de destruir aquele patrimônio [...] As condições de existência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina estão comprometidas graças à ação perniciosa do ex-ministro da Educação [...]”. Diário da Câmara dos Deputados, 16 de abril de 1963, p. 1339.

2 Eudoro de Souza, português autoexilado da ditadura salazarista, era profundo conhecedor da cultura helenística, e também professor de Arqueologia Pré-histórica. Mantinha, com Osni Régis, estreita convivência e nutriu seu interesse sobre as origens do Direito na Antiguidade.

Quero frisar, entretanto, senhor presidente, que esses professores para cá vieram com licença do reitor e do Conselho Universitário da Universidade de Santa Catarina. E sentiram-se honrados porque professores de uma pequena Universidade, como a do nosso Estado, tiveram a oportunidade de vir lecionar na Universidade de Brasília.

Faço, portanto, esta ressalva, salientando que os atos que trouxeram à Universidade de Brasília esses três professores da Faculdade de Filosofia da Universidade de Santa Catarina foram praticados com o consentimento da Reitoria e do Conselho Universitário da Universidade de Santa Catarina, que também, se sentiram honrados com o fato de três de seus professores poderem lecionar na nova, mas já modelar Universidade de Brasília.

Eram as explicações que eu queria dar à Casa. (*Muito bem.*)

DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR OSNI RÉGIS NA SESSÃO VESPERTINA DE 26 DE ABRIL DE 1963 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

SR. OSNI RÉGIS – Senhor presidente: o projeto de lei em discussão trata da criação de mais dois distritos do Departamento Nacional de Obras contra as Secas. No Senado, houve emendas modificando a estrutura desse Departamento. É de se perguntar, senhor presidente, se mais uma modificação, menos uma modificação, no Departamento Nacional de Obras contra as Secas virá melhorar, virá transformar aquela grande zona brasileira das mais subdesenvolvidas do mundo.

Perguntamos isto porque, para salvar aquela grande zona brasileira, foi criado este Departamento. Tempos depois, reclamou-se que ele não estava resolvendo o problema. Criou-se uma outra repartição, a Comissão do Vale do São Francisco. E se viu que o sonho que se tinha, de transformar aquela numa região, como a do sul dos Estados Unidos - por intermédio desta superintendência, [tal] como a TVA³ transformou a zona do Tennessee, também não foi

3 A *Tennessee Valley Authority* (TVA) é uma corporação federal nos Estados Unidos, criada pelo Congresso em 1933 para providenciar navegação, controle de enchentes, geração de energia, fabricação de fertilizantes e desenvolvimento econômico para o Vale do Tennessee, uma região particularmente afetada pela Grande Depressão desencadeada em 1929. A TVA foi concebida também como uma agência de desenvolvimento regional, que usaria os peritos e a infraestrutura federais para modernizar rapidamente a economia e a sociedade da região.

concretizado. E, ainda há pouco, quando da discussão do inquérito, verificou-se que o esbanjamento de verba federal [...] estava servindo para questiúnculas políticas, sem melhora daquela grande região brasileira. Depois, falou-se que havia falta de crédito. Criou-se o Banco do Nordeste e, a despeito disso, [continua sendo uma das] regiões mais subdesenvolvidas do mundo. E por que, há de se perguntar. Por que há cada vez mais um abismo tão grande entre a região do nordeste e a região do sul do país? Por que, senhor presidente, nos dias que correm, o valor do trabalho de um homem do Piauí é um décimo do valor do trabalho de um homem de São Paulo? Por quê? É de se perguntar.

Sr. Milton Dutra – Nobre deputado, V. Exa., trazendo esse quadro de dificuldades do Nordeste, faz um confronto, segundo o qual, a cada dia que se passa se notam as deficiências do Nordeste em relação ao sul do país. Eu gostaria, nobre deputado, que V. Exa. precisasse melhor [suas posições]. Em vez de dizer Sul, englobando na expressão áreas também subdesenvolvidas, que se limitasse a dizer e a estabelecer o confronto com a região centro-sul do país. Esta é a retificação, que, na qualidade de representante de uma área [do sul do Brasil] que também é subdesenvolvida, venho solicitar a V. Exa.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço o aparte de V. Exa. e depois me referirei a essa outra [questão]. Mas, senhor presidente, por que, então, com todos os auxílios, com todas essas instituições não se resolveu o problema do Nordeste?

O articulista principal que orienta o grande jornal brasileiro, que é o *Estado de São Paulo*, numa série de artigos, depois de uma viagem ao nordeste brasileiro, explicava esse fenômeno por causas antropológicas. Fiquei realmente admirado, ao ler aquela explicação de causas antropológicas, ainda no Brasil, como os fatores que levaram àquele grande subdesenvolvimento. Ora, senhor presidente, sabemos hoje que não há raças superiores nem raças inferiores, que não é a mistura de raças que diminui o homem. Sabemos que aquelas teorias de um [Joseph Arthur de] Gobineau, de um [Georges Vacher de] Lapouge, hoje estão por terra. E até recorro aqui da leitura que fiz, há anos, da obra de Lapouge, *As seleções sociais*, escrita há quase cem anos, em que, referindo-se ao Brasil, dizia que dentro de cem anos, o Brasil seria um país de selvagens, em virtude da miscigenação, da mistura de raças. Entretanto, aqueles pensamentos do antropólogo francês estão por terra. Depois do trabalho de [Franz] Boas, dos antropólogos americanos e mesmo de trabalhos brasileiros, como a obra de

Gilberto Freyre, não é mais possível falar em raças superiores e raças inferiores. Não podemos mais explicar o subdesenvolvimento do Nordeste, tampouco o da África, nem o do sul da Ásia, da Índia, pelos motivos raciais. Na época em que o louro dolicocefalo vivia como selvagem, no interior da Europa, havia grandes civilizações no norte da África. Também é de se perguntar se não são causas geográficas que levam àquele subdesenvolvimento, àquela grande diferenciação da região Nordeste e da região Sul. Também somente causas geográficas não são. Sabemos hoje, senhor presidente, que as explicações de um [Friedrich] Ratzel, de uma Miss [Ellen Churchill] Semple, de um [Ellsworth] Huntington, estão por terra, principalmente depois dos grandes estudos dos geógrafos da Escola Francesa, de um Vidal de la Blache, um Jean Brunhes, um [Max.] Sorre, um Pierre George. Mostraram que o homem não é condicionado pelo meio geográfico. Israel aí está para dar exemplo ao mundo. Haveria zona mais difícil para trabalhar que aquela grande região em que os judeus transformaram o deserto em zonas verdes com grandes plantações? Lugares onde não se via nenhuma grama hoje estão transformados em grandes plantações de laranjais. Não são fatores geográficos que explicam isso. Se não são, portanto, fatores antropológicos, fatores geográficos, os auxílios do Governo – e aí notamos continuamente auxílio americano para o Nordeste, como leite, verbas para isto e para aquilo – resolvem os problemas? Necessário – e já se tem repetido tantas vezes nesta Casa – é modificar a estrutura socioeconômica daquela grande região. Só assim se poderá transformar o Nordeste.

Parte da África, o sul da Ásia, principalmente a Coreia do Sul, têm recebido verbas imensas do Governo americano e, entretanto, continuam subdesenvolvidos, como ocorre com o Nordeste. Por quê? Isso se verifica porque não houve a transformação socioeconômica daquelas regiões. É este o nosso imenso problema – o de transformação. Mas, senhor presidente – e aqui me coloco em oposição aos marxistas – não vejo uma explicação dessas transformações somente por fatores econômicos. Não sou marxista. Não adoto aquela posição exposta no prefácio à Crítica à *Economia Política*, aquelas poucas linhas de Marx segundo as quais a infraestrutura é que explica toda a superestrutura, as formas da produção explicando todas as instituições sociais. Não me coloco nesta posição, mas na posição estruturalista, no campo antropológico, que é quase o mesmo sentido da posição funcionalista de um Durkheim, na Sociologia. Enquanto as estruturas não recebem um impacto de fora, são estáticas.

E desde que recebam o impacto, desde que deixem de ser estáticas para se transformarem em dinâmicas, elas precisam se adaptar, precisam tomar novas formas, por isso que uma instituição está entrelaçada a outra, uma instituição política entrelaçada a uma econômica, uma instituição cultural a uma instituição educacional, a uma instituição doméstica. Desde que o Nordeste recebeu outros choques, choques políticos, transformações políticas, vemos que aqui não aparecem somente representantes de senhores de engenho, os representantes de usineiros, mas também os representantes de operários. Houve uma transformação política no Nordeste. Aquelas populações tomaram conhecimento, tomaram consciência das transformações que se estavam processando e desde esse instante começou a se modificar aquela região. Só poderemos modificar economicamente aquela região se alterarmos a sua estrutura socioeconômica.

Senhor presidente, um sociólogo e etnógrafo francês, num pequeno e lindo trabalho sobre o Brasil⁴, fixava as duas posições de nosso país, os dois *Brasis*, o do sul e o do norte e nordeste, dois *Brasis* completamente diferentes, um arcaico e outro mais desenvolvido. Nós, do Sul, temos grandes distorções; ainda temos regiões pobres, conforme foi fixado pelo representante do Rio Grande do Sul⁵. Mas não se comparam, nem de longe, com os problemas do Nordeste. No Sul estávamos fazendo reforma agrária. No meu Estado, Santa Catarina, por meio de uma lei estadual, realizávamos essa transformação. Em dez anos desapareceriam todas as grandes propriedades improdutivas que ainda existem, em mãos de determinadas pessoas, de companhias colonizadoras. Mas aquela alteração da Carta Magna, que passou o Imposto Territorial para os municípios e teve o apoio, acredito, de muitos deputados, que viam na medida um modo de não se impedir essas transformações, anulou o nosso propósito. Dificilmente uma lei daquela poderia ser aprovada em Estados do Nordeste. Por isso, senhor presidente, creio que só poderemos desenvolver aquela grande região por transformação de estrutura e não por simples modificação de departamento, simples criação de novos bancos para o Nordeste.

A TVA modificou o sul dos Estados Unidos, mas porque houve transformação completa da estrutura daquela região. Nós só transformaremos grande parte do Brasil se alterarmos sua estrutura socioeconômica.

4 Refere-se ao clássico livro de Jacques Lambert, originalmente publicado no Brasil, em 1957, *Os dois Brasis*.

5 Refere-se ao aparte do Deputado Milton Garcia Dutra, do PTB.

Sr. Sérgio Magalhães – Dá licença para um aparte?

Sr. Presidente (Clóvis Mota) – A mesa aproveita a oportunidade da interrupção de V. Exa. para lembrar ao nobre orador que seu tempo está esgotado.

Sr. Sérgio Magalhães – Apenas para me congratular com V. Exa. pelo magnífico discurso que está produzindo, em que ataca as causas reais do subdesenvolvimento do Nordeste, por extensão, de todo o Brasil, poderíamos dizer. O problema é realmente de estrutura. Gostaria de ouvir, na segunda parte do discurso de V. Exa., como transformar essas estruturas de modo a resolver o problema do subdesenvolvimento. Creio que, até o presente momento, V. Exa. colocou o problema em bases certas. O próprio termo “subdesenvolvimento econômico”, que surgiu depois da Grande Guerra, significa um certo sentido dinâmico. O país ou a região não é atrasada permanentemente, estaticamente, como outrora se supunha. O termo subdesenvolvido significa que a região pode desenvolver-se através, precisamente, das transformações das estruturas.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço o aparte de V. Exa. Infelizmente, o meu tempo está esgotado. Mas, senhor presidente, conforme fixei, há hoje no mundo inteiro esse sentido dinâmico que também ocorreu no final da Idade Média. A Idade Média, nos seus últimos tempos, era uma sociedade estática, mas, sob o impacto de novas ideias e de novos fatores, principalmente econômicos, com o comércio com a Índia e com grandes regiões da Ásia e África, com os bizantinos, com os árabes, nesse instante houve uma transformação que começou no norte da Itália, onde surgiram os grandes banqueiros. Esses novos fatores transformaram aquela sociedade, em virtude desse impacto, de sociedade estática em dinâmica e é exatamente isso o que se está processando hoje em toda parte do mundo – no Brasil e em toda região da América Latina, em parte da Ásia e da África.

Infelizmente não posso me dedicar à outra parte, mas tenho a dizer que projetos nesse sentido só servirão para dar empregos a médicos, engenheiros e pequenos funcionários, mas não vão resolver os grandes problemas brasileiros e, especialmente, os grandes problemas da região do nordeste do Brasil. (*Muito bem, muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

**108ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 19 DE JULHO DE 1963.**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: conforme é do conhecimento desta Casa, a economia agrária catarinense repousa na pequena propriedade. Poucos, pouquíssimos [são] os agricultores que têm empregados. De modo geral, trabalham na sua pequena área com a família e há sempre um grande sofrimento quando, após uma campanha para produzir em grande quantidade determinado produto, os seus preços são aviltados.

Ainda agora, tivemos a grande campanha denominada de “paiol cheio” visando produzir milho com fartura em Santa Catarina como nos outros Estados do sul do Brasil. Os agricultores voltam-se para a produção do milho e o que se viu foi o aviltamento do preço do milho em consequência da grande produção.

Ainda há pouco, indo ao meu Estado e de modo especial à região pela qual fui eleito, e à qual pertence o grande Vale do Rio Canoas, onde tivemos grande produção de milho, vi que atualmente um saco deste produto está custando tão somente de 600 a 700 cruzeiros. O agricultor catarinense, como o agricultor do Paraná, não acredita mais nos Poderes Públicos.

Esta Casa autorizou o Poder Executivo a fixar preços mínimos para garantir o produto agrícola. Entretanto, quando ocorre uma grande produção, como, no momento, aconteceu com o milho, vemos que o Poder Público, o Executivo, o Ministério da Agricultura e mesmo o Banco do Brasil não vieram em auxílio do agricultor.

Fica aqui, portanto, senhor presidente, a nossa reclamação, em nome do agricultor catarinense, para que o Governo, se quer que tenhamos maior produção, fixe o preço mínimo para o produto agrícola e que também compre toda a produção, para que o agricultor não tenha prejuízo no seu trabalho e no seu esforço, como ocorre atualmente. Esta [é] a reclamação que desejava fazer, senhor presidente. (*Muito Bem.*)

128ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 13 DE AGOSTO DE 1963.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação - Sem revisão do orador.*)

- Senhor presidente: na minha região, no Estado de Santa Catarina, há uma sociedade que engloba agricultores e pecuaristas, denominada Centro Agropecuário de Santa Catarina, com sede na Cidade de Lages. Este Centro, que tem como Vice-Presidente o Dr. Afonso Ribeiro Neto, depois de estudos, apresentou as seguintes bases para a reforma agrária:

1. **Urgência.** A fim de restabelecer a tranquilidade no país, é preciso dar início à reforma agrária imediatamente, utilizando-se, para isso, as terras disponíveis da União, dos Estados e dos Municípios.

2. **Definição.** A reforma agrária é um complexo de medidas cujo objetivo deve ser a elevação das condições de vida do homem do campo e a utilização cada vez melhor da terra em benefício da coletividade.

3. **Elementos.** Para elevar o nível de vida do homem do campo, a reforma agrária deve dar-lhe saúde, educação, preparo técnico e crédito, além da terra.

4. **Propriedades Improdutivas e Predatórias.** A propriedade improdutiva, independentemente de tamanho e localização, não se justifica diante dos imperativos socioeconômicos do momento. Tampouco se justifica a propriedade explorada predatoriamente, isto é, aquela que propaga a erosão. Exemplo de exploração predatória é a lavoura em encosta, sem terraceamento nem curvas de nível; outro, é o do agricultor que só se preocupa em arrancar produtos à terra, sem nada dar-lhe em troca, sem usar fertilizantes, sem recorrer a práticas de conservação do solo.

5. **Propriedades Produtivas.** Não devem ser passíveis de desapropriação por interesse social as propriedades produtivas, independentemente de tamanho e localização.

Não é possível discriminar contra a grande propriedade produtiva bem-localizada, pois a agricultura moderna significa *capital e tecnologia*, fatores estes que se acham associados, frequentemente, a tal tipo de estabelecimento.

A grande propriedade só pode produzir adequadamente se estiver bem-situada, ao lado de boas estradas ou próxima aos centros populacionais a fim de que se possa abastecer dos produtos imprescindíveis, tais como produtos veterinários, fertilizantes e outros, possa dispor de assistência técnica, tanto para a maquinaria, como para as culturas e o gado, e disponha de mercado para o que produz.

O tamanho e o destino econômico de uma propriedade têm que ser considerados em função de suas condições ecológicas. Uma propriedade cujos solos sejam ácidos, pedregosos ou montanhosos

tem que ter, necessariamente, área e destinação diferentes do que aquela cujos solos sejam férteis, sem pedras e predominantemente planos.

Os chamados *cinturões verdes* devem ser determinados não em relação à distância do centro urbano, mas das características do solo, já que é sempre mais sensato e econômico produzir de acordo com a terra, colocando a lavoura de manutenção em terras adequadas, ainda que mais distantes, e mesmo que para isso seja necessário construir boas estradas.

Em país onde os técnicos escasseiam, só é possível conseguir administradores de alto gabarito sejam eles proprietários ou assalariados, onde a rentabilidade do estabelecimento for suficientemente elevada e exista acesso fácil aos centros de civilização urbana, condições estas que, também, podem ser preenchidas pela grande propriedade bem-localizada.

Assim, a estrutura agrária de uma nação democrática deve basear-se nos três tipos de propriedades – a pequena, a média e a grande – sempre que sejam propriedades produtivas. Se o forem, e se os que nelas trabalham tiverem nível de vida condigno, não podem ser objeto de qualquer discriminação e devem ser consideradas, pela lei, isentas de desapropriação por interesse social, já que cumprem o preceito constitucional e socioeconômico da utilização da terra em benefício da coletividade.

6. Processo de Desapropriação. O processo de desapropriação por interesse social das propriedades improdutivas deve iniciar-se por ato declaratório da entidade executora da reforma agrária, o qual deve conter o levantamento das condições ecológicas e socioeconômicas do estabelecimento rural e a comprovação de que o mesmo não é produtivo, em termos de comparação com a média da região. O proprietário deve ter o prazo mínimo de seis meses para tomar medidas decisivas no sentido de dar à propriedade o sentido socioeconômico que lhe corresponde.

7. Valor da Propriedade. O valor da propriedade, para efeito de pagamento, deve ser fixado por avaliação judicial.

8. Forma de Pagamento. Quanto à forma de pagamento ao proprietário atingido pela desapropriação por interesse social, convém pôr em relevo que os verdadeiros ruralistas, aqueles cuja fonte de subsistência é a terra que possuem, não estão interessados em receber dinheiro ou títulos e sim em conservar a propriedade que exploram. Conseqüentemente, uma lei que declare inapropriáveis por interesse social as propriedades produtivas, independentemente de área e localização, limitará a discussão da forma de pagamento aos que possuem propriedades improdutivas, que deverão ter, necessariamente, outras fontes de renda e poderão, assim, chegar a um acordo exequível com a entidade encarregada de fazer a reforma agrária.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*)

**205ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 16 DE OUTUBRO DE 1963 (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).**

SR. OSNI RÉGIS (*Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente, senhores deputados: o Projeto 2.197, de autoria da Comissão de Educação, tem por finalidade dispor sobre o provimento efetivo ou em caráter interino das cátedras de estabelecimentos de ensino superior federais ou federalizados.

Objetiva a proposição, segundo [ilegível] e conforme fala o Deputado Lauro Cruz na sua justificação, resolver os casos de interinidade que, infelizmente, se prolongam indefinidamente nas nossas faculdades, não somente prejudicando o ensino, como também desestimulando os possíveis candidatos que se encontram em condições de concorrer a essas cátedras e que não podem se habilitar porque não são abertos concursos.

O projeto foi à Comissão de Justiça e lá, por emendas dos Deputados Pedro Aleixo e Chagas Rodrigues sofreu ligeiras modificações: onde o projeto da Comissão de Educação falava que a interinidade não poderia passar de três anos, a Comissão de Justiça fixou em dois anos. Pelo projeto, depois de três anos de interinidade, serão abertos concursos nas cátedras e se não comparecerem candidatos ou, comparecendo candidatos, não forem providas as cátedras, poderão ser feitos contratos sucessivos, por dois anos, renovando-se a abertura de concursos para provimento dos claros (sic)⁶ cada dois anos.

Senhor presidente, o projeto, a nosso ver, é de importância muito grande. Conforme é do conhecimento de todos, houve um número muito grande de federalizações de universidades particulares e de universidades estaduais. Mas, infelizmente, com essas federalizações não têm sido abertos os concursos nessas universidades para as cátedras interinas. Não há a preocupação segundo se nota pela leitura dos Diários Oficiais, de se realizarem os concursos para as cátedras ocupadas interinamente. As interinidades se prolongam por dezenas de anos. Dou exemplo mesmo da própria Universidade do meu Estado, Santa Catarina, que, federalizada há quase três anos, fixada na lei a norma de se realizar o concurso para as cátedras dentro de três anos, infelizmente, até hoje, quase passados os três anos, não vejo no Diário Oficial nenhuma nota, nenhum edital de abertura de concurso. Parece-me que a mesma coisa está ocorrendo em outras universidades federalizadas.

⁶ Provavelmente, “cargos”.

Sr. Lauro Cruz – Precisamente em virtude dessas federalizações temos, na Comissão de Educação e Cultura, tomado o cuidado de incluir disposições obrigando a realização de concurso dentro de determinado prazo. Foi o que ocorreu com a Universidade de Santa Catarina. A primeira da série de Universidades federalizadas em 1960 foi a de Juiz de Fora, na qual também foi incluído dispositivo idêntico. E está para ser apreciado pela Comissão de Educação e Cultura um projeto que visa a prorrogar esse prazo por mais dois anos. Vê V. Exa. que, na verdade, decorrido o prazo estabelecido em lei, aquela Universidade não colocou em concurso as cátedras, e agora vem solicitar prorrogação do prazo. Esse projeto nos vai dar aqui oportunidade para disciplinar a matéria e o que está ocorrendo nas escolas superiores, em virtude do que, as cadeiras vão sendo ocupadas, assim, interina e indefinidamente.

SR. OSNI RÉGIS – Há outro aspecto também do problema. É que, com as efetivações que têm ocorrido, por leis votadas aqui nesta Casa e no Senado, quase todos os anos, certas universidades julgaram que foram efetivados os professores interinos por elas atingidos. Sei mesmo – já que V. Exa. se referiu ao caso de Juiz de Fora – sei mesmo que houve reunião, há poucos dias, do Conselho Universitário dessa Universidade de Juiz de Fora, cujos professores foram efetivados, exatamente em virtude dessas leis que por aqui têm passado. Achou aquele Conselho que, pelas leis que efetivaram os funcionários públicos da União, os professores também foram alcançados e o Conselho Universitário daquela entidade julgou assim que os professores interinos que ali ensinam estão efetivados, e, depois disto, encaminharam consulta, segundo sei, ao Ministério da Educação.

Ora, senhor presidente, sabemos que a orientação do Ministério da Educação a esse respeito, aliás, a orientação certa, é que essas leis não efetivaram professores de ensino superior. Os professores de ensino superior não foram efetivados por nenhuma lei. A Constituição é muito clara. Somente se tornam efetivos e, ao mesmo tempo vitalícios, aqueles que passarem por concurso de título e provas. Não há, portanto, efetivação por simples leis que efetivem funcionários. O caso dos professores de ensino superior é diferente.

A preocupação que sentimos no Brasil, nessas universidades federalizadas, é a de se afastarem completamente de concursos. Além do medo do concurso que sentimos, infelizmente, em muitos professores há também uma

campanha muito grande, campanha de jornais, de círculos de estudantes e de professores, contra os concursos e contra a efetividade e a vitaliciedade.

Ora, senhor presidente, a experiência tem demonstrado que geralmente o professor por concurso, o professor que teve a oportunidade de fazer seu concurso, que teve de estudar anos e anos para enfrentar uma banca de concurso, que teve de preparar sua dissertação ou a sua tese, esse, geralmente, depois de aprovado, depois de nomeado, tem muito mais consideração pelos seus alunos pela obrigação de dar aulas, do que aqueles professores que não passaram por um concurso. A observação tem sido nesse sentido, senhor presidente. Sabemos, e há muito, de que há realmente alguns professores na campanha de que são os donos das cátedras, faz-se campanha muito grande para acabar com os concursos e pelas efetivações sem concurso. Por isso, esse projeto de lei, conforme frisou o nobre deputado por São Paulo que me aparteu, vem regular a situação para acabarmos definitivamente com essas interinidades. Parece-me que a posição atual do Ministério da Educação é de não aceitar mais as interinidades. Somente concordar com os contratos. Penso que a finalidade é, dessa forma, fazer com que os professores interinos percam a preocupação de se julgarem efetivados com essas leis que efetivam funcionários comuns.

Senhor presidente, não quero prolongar-me por mais tempo, mas devo dizer mais uma vez que o combate que se faz ao professor vitalício tem seus principais agentes naqueles que não querem estudar, que fogem dos concursos, receosos de enfrentar uma banca examinadora. Por isso incutem no espírito dos estudantes que o professor vitalício não se preocupa mais com os livros. [...]. A vitaliciedade dá ao professor a liberdade de cátedra, que não existiria sem aquela. Os países totalitários não asseguram a vitaliciedade. É costume dizer que nos Estados Unidos não há vitaliciedade de cátedra. Mesmo lá, a liberdade de cátedra não é maior que no Brasil. Com liberdade de cátedra o professor pode expor suas ideias, embora em sua exposição não deva ir ao ponto de [anular] posições contrárias e teorias diferentes das suas próprias. Mas essa liberdade auxilia-o imensamente, preservando-o das pressões de Governos, do meio ambiente e de correntes políticas ou religiosas.

Sr. Arno Arnt – Permita, V. Exa., sobre a vitaliciedade, senhor deputado, há um fator que entorpece as nossas universidades e as nossas cátedras: é que a universidade, pelas suas verbas, não estimula a pesquisa científica no Brasil.

As verbas são sempre cortadas e, quando o catedrático exige um auxílio para desenvolver determinada tese científica, não obtém os recursos pela universidade, nem pelos seus assistentes. Esse é um defeito que tem a universidade brasileira e que está chegando, hoje, ao ponto de nós, em pesquisa científica universitária, cada vez estarmos produzindo menos, malgrado o processo técnico e o processo de iniciativa privada que existem, hoje, no Brasil. V. Exa. referiu países estrangeiros. Mas, nesses próprios países estrangeiros, a iniciativa privada e o sistema de fundação estimulam e subsidiam aqueles cérebros que querem, realmente, produzir ciência para seu país e à humanidade.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço o aparte de V. Exa., mas respondo dizendo que não é a vitaliciedade que prejudica a pesquisa.

Sr. Arno Arnt – Foi o que disse. A universidade não fornece meios para o catedrático desenvolver ciência e os próprios hospitais nossos, que, na sua maioria, ainda são particulares, não dispõem de recursos sequer dietéticos, para cumprir as prescrições, por exemplo, no campo da Medicina.

SR. OSNI RÉGIS – Mas temos visto que, realmente, no Brasil, a universidade ainda não se integrou no campo de ligação maior, principalmente com a indústria, como ocorre em outros países. Mas disto não são culpados os professores. Notamos que, infelizmente, no Brasil, agora que as rendas das universidades são distribuídas pelos órgãos delas próprias – conselhos universitários, conselhos de curadores –, muitas vezes, distribuem estas verbas, mas com criação de cargos, de empregos, com admissão de funcionários. Mas disto, note-se, culpada não é a liberdade de cátedra, não é a vitaliciedade. Isto é um defeito de organização.

Sr. Arno Arnt – Não estou culpando o catedrático. Mas o catedrático brasileiro, que possui vitaliciedade, deseja fomentar a ciência e não pode, porque a universidade não dá proeminência à pesquisa científica, mas ao funcionalismo.

SR. OSNI RÉGIS – Mas isso nada tem que ver com o projeto que estamos discutindo, nem com a liberdade de cátedra, que é outro aspecto, é a posição livre que tem o professor de seguir sua orientação. Como digo, não pode existir liberdade de cátedra, se não houver uma base que dê ao professor segurança, [que] não o deixe sujeito a pressões de Governo, pressões de correntes políticas ou religiosas. Vimos, por exemplo, nos Estados Unidos, o caso de um professor

que há anos explicava a teoria de Darwin. Vimos, na Alemanha, as perseguições contra orientações de determinada filosofia. É do conhecimento geral a situação do pensamento, na União Soviética, completamente controlado pelo Estado, pelo poder político.

Ora, liberdade de pensamento, liberdade de cátedra precisam de segurança, e o professor, naturalmente, encontra essa segurança na vitaliciedade, o que, entretanto, conforme frisa este projeto-lei, se consegue por meio de concurso, e não por meio de simples pistolão, simples nomeação de padrinhos políticos. Isto é o que queremos, por esta lei: que o professor consiga esta efetividade, esta vitaliciedade, não por pistolão, não por companheirismo, não por auxílio, não por apoio político ou religioso, mas por meio de concurso e de provas.

Cumpre notar que este projeto de lei fixa somente casos de concursos para universidades federalizadas. Mas aqui é de se lembrar que a Constituição obriga, também, concursos nas próprias faculdades estaduais, faculdades particulares. Professor de ensino superior, obrigatoriamente, mesmo nas universidades particulares, deveria fazer concurso. A Constituição frisa muito bem este aspecto: não diferencia universidades federais, estaduais ou particulares.

Sr. Lauro Cruz – Permita-me um aparte. Já há lei ordinária obrigando as escolas particulares a realizarem concurso, à semelhança dos estabelecimentos oficiais. Mas, como o concurso confere ao titular a vitaliciedade, nem sempre os estabelecimentos dispõem de recursos financeiros, de patrimônio rentável que sustente, em caráter vitalício, esses professores. O Ministério tem tolerado que nas escolas particulares não se façam periodicamente os concursos. É esta a situação vigente. Mas, em verdade, a legislação em vigor, que a Lei de Diretrizes e Bases não revogou, estabelece obrigatoriamente o concurso também para os estabelecimentos particulares.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço o aparte do eminente colega. Queremos, senhor presidente, ao terminar, fazer aqui um apelo ao Ministério da Educação no sentido de que, transformado o projeto em lei, não fique somente na lei, mas que obrigue as universidades a abrirem concursos, dando, então, àqueles mais capazes, que realmente se interessam pelo estudo e por lecionar, oportunidade de ocuparem as cátedras, obtidas não por fatores políticos, mas, sim, unicamente pelo mérito pessoal. Era o que eu tinha a dizer. (*Muito bem, muito bem. Palmas.*)

232ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1963 (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: temos notado e todos têm sentido o aumento bastante grande nos preços dos gêneros alimentícios. Este aumento, senhor presidente, entretanto, não tem sido, de um modo geral, em benefício do agricultor: este, infelizmente, é quem recebe a menor parte desse grande aumento, isto em virtude de má distribuição, que nós notamos no Brasil, dos produtos.

Acabo, senhor presidente, de receber de meu Estado, Santa Catarina, da ACARESC⁷, relação de preços médios recebidos pelos agricultores de Santa Catarina: isto ocorreu no mês de setembro de 1963. A leitura rápida dos preços de alguns desses produtos alimentares mostrará que os agricultores pouco têm recebido pelo seu grande trabalho. Assim, vemos que, pelo arroz, em setembro, por uma saca de 45 quilos, o agricultor recebeu somente 2.660 cruzeiros; o milho, saco de 60 quilos, Cr\$1.150,00; o feijão, Cr\$ 4.350,00; o trigo, saco de 60 quilos, Cr\$ 2.950,00; a batata, saco de 50 quilos, [ilegível], farinha de mandioca, saco de 50 quilos, Cr\$ 1.570,00; a banana, tonelada, Cr\$ 8.270,00⁸ – e para nós, segundo sei, o quilo custa mais de Cr\$100,00, saindo a mais de Cr\$ 60.000,00, a tonelada aqui em Brasília; tomate, caixa, Cr\$ 1.050,00; uva, Cr\$ 38,00 o quilo; leite, ao agricultor, Cr\$ 41,00 o litro; ovos, dúzia, Cr\$ 120,00; frango, quilo, Cr\$ 240,00, gado, quilo, Cr\$ 230,00.

Por esses preços, senhor presidente, nota-se que se o Governo tomasse melhor cuidado em auxiliar a parte da distribuição, o custo dos produtos alimentares não seria tão elevado e, de outra parte, o lavrador seria mais beneficiado.

Aqui, fica, senhor presidente, pela leitura desses dados, a demonstração cabal de que o que falta no Brasil é uma melhor forma de distribuição de produtos para que não haja tantos intermediários entre o produtor e o consumidor, e possa baixar, dessa forma, o preço e ao mesmo tempo elevar o padrão de vida do agricultor brasileiro. (*Muito bem.*)

⁷ Entidade de pesquisas e fomento à produção agrícola fundada em 1956, da qual se originou a Epagri em 1990. Filiada à ABACAR, recebia verbas de entidades públicas, privadas e associativas.

⁸ Original pouco legível. Pode ser Cr\$ 6.270,00.

247ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1963, ÀS 9H.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*) –

Senhor presidente: estivemos, os membros da Comissão de Orçamento desta Casa, quatro dias numa das regiões mais ricas do Estado de Santa Catarina. Percorrendo Joinville, Itajaí, Blumenau e Jaraguá, tivemos oportunidade de visitar indústrias importantes como a Indústria Metalúrgica Tupi, com mais de três mil operários, e sentimos como se trabalha naquela região barriga-verde. Lá, felizmente, questões entre empregadores e empregados raramente ocorrem. Assim, na Indústria Garcia, com mais de três mil operários, repito, há cinco anos não há qualquer questão trabalhista.

Também constatamos, lamentavelmente, que o Governo Federal, pelos seus vários Ministérios, tem esquecido aquela grande região do Estado de Santa Catarina. Assim é que a BR-59, de tanta importância [...] porque transportará os produtos catarinenses para Paraná, São Paulo e para os Estados do norte do Brasil, infelizmente, se encontra ainda para terminar. Vimos também que nada foi feito no trecho de outra BR, entre Joinville e Blumenau. Observamos também que as indústrias do Estado serão obrigadas a ter motores a óleo cru por falta de energia elétrica. Isso porque deveriam estar terminadas há três anos em Tubarão as obras da SOTELCA⁹, a usina termoelétrica que forneceria energia elétrica ao Estado de Santa Catarina, especialmente do Norte; infelizmente, há três anos, essa usina deveria estar terminada, o que não aconteceu por culpa do Governo Federal, que não tem fornecido os meios necessários.

Aqui, senhor presidente, fica então a nossa reclamação para que o Governo Federal, por seus vários Ministérios, olhe com mais interesse para Santa Catarina. Lá só se pede energia e estradas. Fornecendo-as o Governo Federal, poderemos devolver-lhe, em forma de impostos e taxas, quantias que cobrirão as despesas que lá fizer. (*Muito bem.*)

9 Sociedade Termelétrica Capivari S.A., fundada em 1957, reunindo capitais da União, do Estado, bem como alguns investidores privados minoritários. A primeira fase da operação entrou em funcionamento em 1965. Em 1968, a empresa tornou-se subsidiária do sistema Eletrobras.

**275ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 12 DE DEZEMBRO DE 1963 (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: no final da semana passada, estive em Santa Catarina o senhor ministro da Viação com os diretores dos diferentes serviços daquele Ministério. S. Exa. pôde assim sentir a situação catarinense no tocante às diversas obras que competem ao seu Ministério. Viu, por exemplo, que a estrada da BR-59, que liga Curitiba e Florianópolis a Porto Alegre pelo litoral, estrada tão importante para aquele Estado, está sendo construída há cerca de vinte anos, e, apesar disso, não tem ainda dez quilômetros asfaltados. Viu, S. Exa., o senhor ministro, por exemplo, que o trecho de Florianópolis a Biguaçu, de apenas quinze quilômetros, está sendo asfaltado há quinze anos. Esta é a situação no tocante às estradas de rodagem, no que se refere à Santa Catarina. Compreendeu também, aquele titular, quão necessária é para a região do Rio Tijucas – zona agrícola muito importante, porque tem bastante desenvolvido o cultivo, entre outros, da cana-de-açúcar – a realização de obras, pois verificou pessoalmente os estragos imensos que decorrem das enchentes naquele vale. Além disso, foi dada a S. Exa. demonstração do que sofre, a este respeito, o vale do Rio Itajaí, uma das mais ricas regiões do Brasil, senhor presidente, não só no tocante à indústria, principalmente de Blumenau e de Brusque, como também à agricultura, tão desenvolvida em todo aquele grande vale catarinense. Há necessidade urgente de se construir barragens nos altos dos diferentes ramos do Rio Itajaí, para que Santa Catarina possa ter um desenvolvimento mais harmônico. E com o progresso de Santa Catarina também a União é beneficiada, porque o Estado não pesa nos cofres da União.

Pagamos bastante à União. Municípios pequenos territorialmente, como Blumenau e Joinville, dão cada um deles vários bilhões de cruzeiros por ano ao Governo Federal. Que essa visita do senhor ministro não fique somente numa simples visita, mas se torne realidade, fazendo as obras necessárias ao meu Estado, Santa Catarina. (*Muito bem.*)

**280ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 14 DE DEZEMBRO DE 1963 (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*) –

Senhor presidente: um dos objetivos do Direito nos países mais desenvolvidos é a preocupação de apresentar uma pena bastante elevada para todos aqueles que se aproveitam dos dinheiros públicos ou que se beneficiam materialmente em detrimento da comunidade.

Na União Soviética, senhor presidente, onde todo o direito é público, houve, de alguns anos para cá, abrandamento, no tocante à pena em quase todos os crimes. Entretanto, para aqueles que se referem a dinheiros públicos, a pena foi aumentada. Geralmente, nesses casos, a pena é de morte. No Brasil, a coisa mais difícil de acontecer é ser alguém condenado por se ter aproveitado de dinheiros públicos [ilegível] o absurdo de achar que é um homem esperto aquele que se aproveita dos dinheiros públicos. Ainda noutro dia, escutava num programa de rádio desta cidade o locutor informar que no Hotel Nacional, o principal desta capital, houve um choque entre o fornecedor de um Estado e um funcionário do mesmo Estado, porque este queria uma propina de dois milhões de cruzeiros em virtude de ter conseguido que aquele fornecedor recebesse determinada verba. Entretanto, senhor presidente, apesar de o fato ser público, divulgado por uma estação de rádio, apesar da sua importância, o caso ficou somente no noticiário, porque, [os] órgãos da Justiça, [...] os órgãos do Governo não se interessam em averiguar denúncias tão fortes. Há necessidade de se olhar com mais carinho essa parte, há necessidade, senhor presidente, de se moralizar essa parte do Poder Público. (*Muito bem.*)

**19ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 1964, ÀS 13H30MIN.**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*) –

Senhor presidente: Santa Catarina tem sentido imensamente a falta de energia. Sem poder movimentar sua indústria, vê-se o Estado bastante prejudicado no seu desenvolvimento. Felizmente, senhor presidente, o organismo diretor do Estado de Santa Catarina nos assuntos de energia – a chamada CELESC – uma companhia de capital misto, do Estado e de particulares, hoje controla, pode-se

dizer, todas as companhias de energia no Estado e fez um plano econômico para, até 1965, triplicar a produção de energia em Santa Catarina.

E nesse caminho, senhor presidente, já se notam algumas obras. No ano passado, tivemos a melhoria da Usina Caveiras, no Município de Lages, e a instalação de uma usina em Joinville. Agora, neste mês de janeiro, o Governo do Estado inaugurou duas novas usinas em Santa Catarina: a de Esperinha, num dos municípios da zona do Vale do Rio do Peixe, cuja produção será de 12 mil kW, mas no momento foi inaugurada a primeira parte com quatro mil; e a Usina de Palmeira, com 19.200 kW. Este ano deverão estar terminadas as obras da Usina de Garcia, perto de Florianópolis e, possivelmente, se estiver terminada a Usina termoelétrica de Capivari, no Município de Tubarão, estará concluída a rede de transmissão que levará essa energia à região da serra e do oeste catarinense.

Estas obras, senhor presidente, vão beneficiar imensamente nosso Estado, que não tem tido, nos últimos anos, um desenvolvimento tão grande como outros Estados do Brasil, no tocante à produção de energia. Estamos certos de que maior potência de energia dará maior desenvolvimento industrial ao Estado de Santa Catarina.

Ao mesmo tempo, senhor presidente, quero recordar aqui a grande obra que se está fazendo no Estado de Santa Catarina, de eletrificação da zona rural, principalmente no sul do Estado de Santa Catarina, onde existe fonte abundante de energia, energia da Companhia Siderúrgica Nacional. Nós hoje estamos encontrando, em todas as partes do sul do Estado, em toda a região rural, as cooperativas distribuidoras de energia. Segundo sabemos, é do pensamento do Governo do Estado levar este sistema de cooperativas de energia a todas as zonas rurais do Estado de Santa Catarina. Assim Santa Catarina ficará numa posição excepcional no plano industrial brasileiro. *(Muito bem.)*

20ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 1964, ÀS 13H20MIN.

SR. OSNI RÉGIS *(Para uma Comunicação - Sem revisão do orador.)*

- Senhor presidente: nosso Estado de Santa Catarina é caracterizado, na sua estrutura rural, pela pequena propriedade, principalmente a zona do Vale do

Rio Itajaí [e] a zona do Vale do Rio do Peixe. Em todo o oeste catarinense nós temos pequenas propriedades, aliás, de colonização de caráter privado, em que a maioria dos colonos possui um ou dois lotes, isto é, vinte a cinquenta hectares. A maioria, senhor presidente, a grande maioria dessas colônias, é trabalhada pela família do próprio colono. Raramente, dificilmente, um colono possui empregados rurais.

Mas, senhor presidente, a propaganda de subversão que tem sido feita nos últimos anos, nos últimos meses no Brasil, principalmente por determinados líderes que não podem ou não estão em condições de concorrer a determinados cargos eletivos, dentro de dois anos para o Executivo, levou também a intranquilidade até o nosso Estado de Santa Catarina, às nossas cidades. Há pouco, um ilustre deputado de Minas Gerais referia-se à situação em que se encontram certos [ilegível] daquele grande Estado [...].

Pois bem, senhor presidente, [ilegível] em Florianópolis, soube que [há] casos de preparação dos chamados *Grupos dos Onze*, também na nossa região, no meu Estado, na zona de Joaçaba. Para lá foi um grupo de deputados estaduais apurar a veracidade do que se dizia. E ontem lia num jornal de São Paulo, que a Comissão de Inquérito da Assembleia Legislativa de Santa Catarina realmente constatou que, em Joaçaba, numa zona de colonização principalmente de elementos de ascendência italiana, vindos do Rio Grande do Sul, de pequenas propriedades, em virtude desse programa deletério de determinadas pessoas e de determinados falsos líderes estão também levando uma organização do chamado *Grupo dos Onze* para aquela região.

Aqui, senhor presidente, fica então nossa exposição reclamando, principalmente, das Forças Armadas, para que tomem mais sentido, mais cuidado com o que está ocorrendo atualmente em certas regiões do país. Se em Joaçaba, no meu Estado de pequenas propriedades, zona de colonização, já há essa organização *dos Onze*, calcule V. Exa., senhor presidente, o que está ocorrendo em outras regiões do Brasil, onde haja realmente empregados rurais. Aqui fica, portanto, senhor presidente, nossa observação. (*Muito bem.*)

37ª SESSÃO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 4 DE MARÇO DE 1964, ÀS 13H20MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: há dias o Presidente Lyndon Johnson, dos Estados Unidos, em declaração, frisava que o fato mais importante dos nossos dias era o choque da China com a União Soviética. Tenho para mim, entretanto, que a afirmação do presidente dos Estados Unidos é um caso de gênero mais vasto: é o choque de países ao caminho da industrialização com os países industrializados. O choque profundo que hoje notamos entre a nação mais populosa do Universo e o país-padrão dos socialistas representa, atualmente, caso idêntico ocorrido nos países capitalistas, entre aqueles que estão em vias de crescimento, países fortes, populosos, com os países industrializados.

É bom, nesse instante, recordarmo-nos de alguns trechos da história para compreendermos as relações chinesas e soviéticas. Conforme é do conhecimento de todos, feita a Revolução de 1917, a Rússia passou por um período de economia de guerra, período de completo comunismo. Veio o período seguinte, da NEP¹⁰, em que houve uma volta ao fortalecimento da indústria e da agricultura privadas. E, finalmente, cinco anos depois, com os planos quinquenais, a planificação completa de toda a União Soviética. Mas nesse primeiro período da União Soviética, era a luta de um país que tentava industrializar-se, de um país que procurava alcançar a posição dos outros, industrializados, da Europa Ocidental e da América do Norte. É do conhecimento de todos que, no final da II Guerra Mundial, grande parte dos países da Europa que estavam em ligações fronteiriças com a União Soviética foi caindo nas mãos e no controle dos partidos comunistas locais, auxiliados pelas armas soviéticas. Houve, entretanto, um país na Europa que se libertou sem o auxílio da força soviética, a Iugoslávia. E, porque não sofreu a invasão das tropas soviéticas, não teve o apoio dessas tropas.

Desde esse instante apareceu um sentido diferente da Iugoslávia em relação aos outros países socialistas. Enquanto a Polônia, a Tchecoslováquia, a Hungria e outros países da Europa Central sentiam a influência preponderante

10 Nova Política Econômica, criada em 1921, que reestabeleceu parcialmente práticas capitalistas vigentes antes da Revolução, como, por exemplo, os camponeses tendo de vender apenas uma parte da sua produção para o Estado a preço fixo, podendo destinar o restante para o mercado. Houve florescimento da pequena indústria e do comércio. A NEP foi enterrada por Stalin no final dos anos 1920.

do Governo soviético, a Iugoslávia não sentia o efeito dos exércitos soviéticos. Desde esse instante, apesar de transformado em país socialista, a Iugoslávia não quis aceitar o controle político da União Soviética, por isso houve o primeiro choque entre Tito e Stalin.

Depois, senhor presidente, conforme é de conhecimento de todos, houve um movimento dos comunistas chineses, que conseguiram derrubar o sistema já apodrecido de Chiang Kai-shek. Com isso, o maior país do mundo em população tornou-se socialista. Mas também na China a libertação não foi feita por intermédio dos exércitos soviéticos. Não houve, portanto, influência preponderante da União Soviética sobre a China. Mas esses países, naturalmente, entraram em ligações econômicas e políticas com a União Soviética, que auxiliava economicamente os países socialistas, claro que com exceção da Iugoslávia, que logo se separou da influência política da Rússia.

A China também, senhor presidente, começou a receber técnicos soviéticos, auxílios para a construção de usinas e de fábricas. Mas, com o correr dos anos, ela naturalmente entraria em choque com a União Soviética. Transformada em um país eminentemente industrializado, a China sentiria logo, não há dúvida nenhuma, os primeiros choques econômicos e políticos com a sua grande nação vizinha.

Há um problema na China, o da população. Depois de um período de controle de natalidade, há três anos voltaram os chineses à liberdade completa no tocante à procriação. Cresce espantosamente o número de chineses. Vai-se criar, então, naquele país, dentro em breve, o problema também do seu espaço vital. Ao seu lado encontram-se abertos os grandes trechos da Sibéria, e a China, industrializada influenciará naturalmente, como já está acontecendo com os outros países que a rodeiam na Ásia.

Daí, senhor presidente, a China não quer aceitar o controle político da União Soviética: sobre questões políticas, aproveitando-se da proposição de Krushev, acerca da coexistência pacífica, tivemos o choque, o embate do Partido Comunista Chinês e do Partido Comunista Soviético. Mas, no fundo, trata-se do choque entre um país que quer a industrialização e um país já industrializado que, claro, não pretende a industrialização de outro que, amanhã, fará frente a ele. Os problemas que existem nos países capitalistas são os mesmos dos países marxistas. É um aspecto que Marx não viu, porque

não poderia vislumbrar o mundo que se seguiria a ele, sessenta, setenta anos após sua morte.

E esse choque também nós sentimos aqui, no mundo capitalista. O problema é o mesmo, é idêntico – vamos ser francos – entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte. Naturalmente, os Estados Unidos estão interessados em auxiliar o Brasil, em nos fornecer meios para melhorarmos as condições sociais do nosso povo, para obtermos melhores vias de comunicação, melhores escolas, melhores serviços de esgoto, elevação das condições econômicas e das condições higiênicas do povo.

Em tudo isso naturalmente os Estados Unidos estão interessados. Mas jamais desejariam que nos transformássemos em país sumamente industrializado como eles. Dentro em breve estaremos nas mesmas condições demográficas ou com maior população que os Estados Unidos da América. Nossa taxa de crescimento populacional é muito maior que a deles. Possivelmente, na passagem do milênio estaremos beirando os 200 milhões de habitantes. Quando tivermos população superior à daquele país, seremos uma das principais nações do mundo ocidental, a maior da América Latina. Com nosso espírito de conciliação, de harmonia, isento de controle, de colonialismo, teremos influência muito maior sobre a América Latina e mesmo sobre a África.

Este [é] o aspecto que devemos notar: o choque entre a Rússia e a China é o mesmo que este entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Os norte-americanos são realistas. Também devemos ser assim. Qual a solução? A nosso ver, a solução para o Brasil deve ser a que a China adota. Devemos contar especialmente com o nosso povo, com o nosso trabalho. É claro que podemos aceitar os auxílios de fora, mas, antes de tudo, devemos sentir que somente com nosso esforço, com o nosso trabalho, economizando o máximo possível, aplicando essas economias em bens reprodutivos e indústrias de base: somente assim poderemos caminhar para a industrialização.

Sr. Guerreiro Ramos – Nobre deputado, estou ouvindo seu discurso com a atenção que V. Exa. merece. V. Exa. é um dos mais lúcidos parlamentares desta Casa, Casa, aliás, que não vive só das quizilas sectárias, das quizilas menores, do varejo da política – que é uma coisa importante – mas que vive também da cultura política e não pode estar insensível à mudança que se verifica em nossos dias no balanço mundial das forças, mudança essa que decorre principalmente

da atitude que o General De Gaulle, recentemente, vem assumindo em face da China. Fatos de maior relevância surgiram dessa atitude. De um lado, a declaração do General De Gaulle de que iria reconhecer a China Continental, porque ela tinha provado que era capaz de uma política independente em relação à Rússia, o que não foi contestado pelo Governo da China Continental. A China tem uma política independente, uma política própria e essa era uma das razões pelas quais o General De Gaulle iria reconhecer o Governo da China Continental. Outro fato, também, de grande relevância, foi a declaração de De Gaulle de que sem a China Continental não haveria paz no mundo e, sobretudo, não haveria paz no sudoeste da Ásia e da África, o que foi confirmado pela China, que, em virtude dessa aproximação do Governo francês e de outros Governos que vão segui-lo, já está entrando na política de coexistência, está assumindo já um matiz novo nas suas relações com as outras potências ao ponto de o Ministro do Exterior, Chu-En-Lai, ter declarado, há três dias a um jornalista inglês, que praticamente a política da China coincide com a da coexistência ativa e pacífica, política que até então vinha merecendo certas reticências do Governo chinês. V. Exa. faz muito bem em tirar para esta Casa as lições destas mudanças no campo internacional, porque realmente o Brasil também é um país que não está enfeudado a nenhum campo: nem ao chamado campo do mundo livre, nem ao chamado campo socialista. O Brasil é um país que tem interesses e deve fazer a política de seus interesses. E neste momento, em que se encontra politicamente falsificado, sobretudo neste momento, em que esta falsificação consiste exatamente na tentativa de subordinar os critérios da vida política interna do Brasil aos critérios externos desses dois blocos em conflito, é oportuno um discurso como este, em que V. Exa. faz um apelo para que nós saíamos deste equívoco, desta falsificação e subordinemos a política externa do Brasil às conveniências internas da vida nacional. Estou de pleno acordo com V. Exa. quando diz que o Brasil deve ter uma política como a da China, não do ponto de vista ideológico, mas do ponto de vista do realismo político.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço o aparte do nobre deputado, que veio enriquecer o meu discurso e ao mesmo tempo, senhor presidente, ainda lembrar que devemos ser realmente, antes de tudo, brasileiros, realisticamente brasileiros.

Ainda há pouco, lendo um livro de antigo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, que tão bem conhece os nossos problemas e os da América Latina, notei frisar ele que os capitais dos Estados Unidos, que vêm para a

América Latina, geralmente não têm ligação com os capitais dos países onde são colocados: o que considerava uma falha, mas, acrescentava ele: “Isto facilita o comércio com os Estados Unidos, porque essas empresas com capitais americanos [ilegível] no mercado americano e se fossem empresas de capitais somente nacionais, os seus produtos dificilmente entrariam nos Estados Unidos”. Eles são realistas, senhor presidente, naturalmente são realistas, e assim é que puderam desenvolver os Estados Unidos. Também devemos, senhor presidente, ser realistas nesse aspecto, olhando, antes de tudo, os nossos problemas conforme frisou o Professor Guerreiro Ramos. Não nos enfeudarmos, não nos fecharmos, porque assim nós estaremos [nos] prejudicando. Vamos aproveitar tudo aquilo que os outros nos querem dar, com o fim de nos auxiliar. Só assim, poderemos, amanhã, ser um país industrializado, um país desenvolvido e estar, pelas nossas condições geográficas, condições de população e condições do nosso solo, aptos a nos igualar aos grandes países. Desaparecem, os pequenos países que, hoje, vivem em redor dos grandes impérios. Somente, senhor presidente, com os nossos esforços, com o nosso trabalho, com a nossa independência, teremos, realmente, um Brasil grande. *(Muito bem, muito bem.)*

Durante o discurso do Sr. Osni Régis, o Sr. Clóvis Maia, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente.

86ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 16 DE JUNHO DE 1964, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS *(Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.)*

– Senhor presidente: o jornal *Diário de Notícias* de hoje publica um memorial apresentado por um grupo de funcionários que pede seja esse memorial endereçado à Câmara dos Deputados. Os funcionários públicos da União demonstram que há uma injustiça gritante entre a proposta encaminhada pelo Executivo para o aumento dos funcionários civis e a lei que aumentou os militares. A diferença, senhor presidente, é realmente imensa. Não que esses funcionários sejam contrários ao aumento concedido aos militares. Mas desejam também um bom aumento como tiveram os militares. Não é justo que para uns e outros se apresentem medidas diferentes: aos militares um aumento bastante elevado, aos servidores públicos civis da União, um pequeno aumento.

Outro ponto é o referente aos pensionistas civis; pela proposta do Executivo, vão ter um aumento limitado a 100%. Os pensionistas militares tiveram um aumento mínimo de 300%. Mais ainda: enquanto os militares, para o tempo integral, têm 100%, os civis ficaram reduzidos a somente 40%. Há, portanto, uma diferenciação imensa, gritante, entre o que se concedeu aos militares e o que se vai conceder aos civis. Por isto, leio, aqui, o Memorial apresentado por esses servidores, e que fará parte do meu discurso, para conhecimento desta Casa. Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*)

Dirigimos este nosso último apelo aos parlamentares para que não consagrem, transformando em lei, as injustiças contidas na Mensagem presidencial que versa sobre o aumento do funcionalismo civil.

A primeira injustiça está contida no artigo 1º do trabalho aprovado pela Comissão Mista Especial. A tabela de vencimentos dos cargos efetivos ficou muito aquém da aprovada pelo Congresso, há menos de um mês, para as Forças Armadas. A alusão não implica, senhores congressistas, que achamos demasiado o que foi dado àquela categoria. É que, no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, vimos a expressão da nova política salarial do Governo e que consiste em pagar aos seus servidores vencimentos condignos.

Senhores parlamentares: o ilustre ministro da Guerra declarou que um tenente, cujos vencimentos eram de Cr\$ 115 mil não podia comprar um litro de leite para os filhos. Por isso é que havia sido concedido um aumento salarial capaz de permitir que tal pudesse ocorrer. Na época, um litro de leite custava Cr\$ 95,00, e agora Cr\$ 130,00. No entanto, mais da metade do funcionalismo até o nível 11, ganhará menos do que o necessário para, segundo assertiva ministerial, comprar hoje um litro de leite aos preços de ontem.

Senhores congressistas, o tratamento dispensado a civis e militares foi inteiramente diferente. Segundo informou o Ministério da Guerra, a maioria dos segundos-tenentes ganhará Cr\$ 283 mil. Um segundo-tenente, senhores deputados e senadores, é um jovem recém-saído da Escola Militar. Pois vai ganhar mais do que qualquer funcionário no fim de carreira, cujos vencimentos estão limitados a Cr\$ 280 mil. Um taifeiro, que executa serviços de copa, terá de vencimentos Cr\$ 132.300,00 mais do que um oficial de administração. Houve justiça quando se paga a um jovem, no início de carreira, mais do que a um médico, engenheiro ou outro qualquer funcionário de nível universitário, ou um taifeiro mais do que a um oficial de administração? E o nome do oficial de administração não é mero qualificativo, mas retrata a importância que os mesmos têm na vida administrativa do país.

Não nos alonguemos em demasia. Passemos a outro fato.

Ainda no mesmo artigo, em seu § 2º, há um dispositivo que não se coaduna com o Plano de Classificação de Cargos. Para melhor

compreensão, necessária se torna uma rápida digressão. Ao elaborar o Plano, o DASP reservou para os níveis finais de cada carreira o exercício dos cargos de chefia. Por conveniência do Governo, este dispositivo nunca foi posto em execução. E o que se vê são funcionários de níveis inferiores chefiando funcionários mais graduados, numa completa inversão da hierarquia. Seria o mesmo se um capitão das Forças Armadas fosse comandado por um sargento. Assim, devido ao interesse do Governo em ter ampla liberdade de escolha e pela pequena diferença salarial por encargos muito maiores que resultou em desinteresse do funcionalismo em galgar postos de direção, cria o projeto a injustiça de se pagar pelo mesmo serviço salários diferentes. A mesma situação é criada pelo § 3º do artigo 2º.

Há, ainda, a considerar sobre o assunto o seguinte: não sendo obedecido pelo Governo o que dispunha o plano original do DASP, de reservar aos níveis finais de cada carreira os encargos de chefia, abre-se a porta para os bajuladores, que colocados em níveis iniciais, tudo fazem para conseguir cargos de chefia, ante a indiferença do funcionalismo que não se sente com condições de disputar tais cargos com elementos que se valem de todos os recursos para conseguir seus objetivos. É com isso sofre o Serviço Público.

Prosegue o Memorial:

PROFESSORES

O Art. 4º em seu parágrafo 1º classifica professores, assistentes e instrutores do ensino superior nos níveis 22, 20 e 18, e o professor de ensino secundário no 19. É uma classificação injusta, pois em muitos casos professores e assistentes ganharão menos do que os simples profissionais, como ocorrerá com médicos e engenheiros. A classificação do professor secundário no nível 19 é uma exceção injusta, pois a todos os portadores de diplomas de curso superior são dados dois níveis.

O artigo 6º em sua "letra b", dá um tratamento discriminatório aos pensionistas civis, em relação aos militares. Enquanto estes tiveram um reajuste de, no mínimo 300%, o dos civis foi limitado em 100%.

O Art. 12 consagra no seu § 1º nova desigualdade de tratamento entre civis e militares. Enquanto estes últimos têm 100% a título de tempo integral, para os civis a gratificação foi reduzida para 40%. Também não compreendemos a manutenção do privilégio dos funcionários fazendários em perceber gratificação de 40%, se não só eles, mas todos os funcionários, cada um em seu setor, concorrem para o desenvolvimento da nação. O DASP também participava desta vantagem, que perdeu no Governo Jânio Quadros. Será que esperavam o retorno da vantagem?

Mas injustiça maior está contida no Art. 16, que revoga as gratificações do funcionalismo civil. Enquanto os militares continuam no gozo de várias e uma nova foi criada, revogou-se do plano todas as dos civis. E isto deu margem a um caso curioso. O militar, para

citar um exemplo, tem 40% dos seus vencimentos como gratificação pelo exercício dos serviços de escafandria, seus colegas civis, além de perceber muito menos, pois estão classificados no nível 9, ainda perderam a gratificação de risco de vida. Também o abono de permanência foi mantido só para os que já gozam do benefício. Os que quiserem continuar no serviço público, não gozarão do benefício. Mas ocorre que muitas vezes o funcionário quer aposentar-se, não o conseguindo porque seus chefes prendem seu pedido durante meses. Não seria mais fácil deixar a gratificação para todos do que fazer a distinção injusta?

Ainda neste artigo, o § 2º manda pagar a gratificação chamada de “insalubridade” de acordo com o que for conceituado para os militares. E até que saia a regulamentação, o funcionalismo civil ficará em suspenso. Não seria possível, senhores congressistas, manter a gratificação até que seja regulamentada para os militares, para não diminuir ainda mais o nosso irrisório aumento, levando em conta que, nas repartições industriais, este pagamento já vem sendo feito e está devidamente regulamentado?

Também a nova classificação dada aos ascensoristas e agentes postais não foi justa, pois em nada se explica que num projeto de aumento duas carreiras tenham tido seus níveis rebaixados e pelos mesmos parlamentares que as elevaram. É, pois, de justiça, a supressão do artigo e seus parágrafos; que se amenizam a injustiça, não deixa de consagrá-la.

A elevação do salário-família para Cr\$ 5 mil foi muito pequena. O salário-família é um benefício eminentemente social, pois ampara a família. Sua elevação deveria ter sido feita para Cr\$ 8.400,00 a fim de corresponder ao mesmo percentual antigo, quando o nível 1 era de Cr\$ 2.800,00 e seu valor era de 4 mil.

A limitação imposta pelo artigo 33 revoga o disposto na Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955, cometendo nova discriminação em prejuízo do funcionalismo civil, pois aos seus colegas militares não foi feita a menor restrição. Também igual discriminação faz o artigo 34 e seu parágrafo único ao dispor que a gratificação só vigorará a partir de janeiro de 1965. A mesma gratificação é dada aos militares e não foi mandado que seu pagamento ficasse para o exercício seguinte. Revoguem, senhores parlamentares, tal artigo e seu parágrafo para que não seja tão gritante a diferença de tratamento dado a civis e militares.

E termina o Memorial:

Senhores congressistas: todo o trabalho do Governo partiu do pressuposto de que se devia limitar o aumento do funcionalismo civil às disponibilidades financeiras. Lamentável é que só na hora de dar aumento à classe é que os técnicos do Ministério da Fazenda tivessem despertado para nossa realidade financeira. Por que não pensaram nisso quando deram o aumento dos militares? Assim apelamos para V. Exas. para que seja feita justiça ao funcionalismo.

**111ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 9 DE JULHO DE 1964, ÀS 13H30MIN.**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente e senhores deputados: encontra-se em fase de discussão, nesta Casa, o projeto de reforma à Lei de Remessa de Lucros. E, nesse instante, é bom lembrar a campanha vigorosa que alguns órgãos da imprensa têm feito contra essa proposição enviada pelo Poder Executivo, que, se votada como se apresenta, será altamente prejudicial à nação, e, de modo especial, aos industriais brasileiros, que não terão as mesmas condições dos industriais estrangeiros que para cá vierem. Quero lembrar que entre os grandes órgãos brasileiros que têm combatido o projeto, encontram-se o *Diário de Notícias* e o *Correio da Manhã*, da cidade do Rio de Janeiro.

É por isso, senhor presidente, que, neste instante, passo a ler os editoriais destes dois jornais, publicados hoje. O do *Diário de Notícias* diz o seguinte:

CAPITAIS ESTRANGEIROS

Nos artigos anteriores provamos a falsidade dos argumentos, a deturpação das estatísticas, a omissão propositada da verdadeira causa da queda observada na entrada de capitais estrangeiros no país, a utilização livre de toda sorte de sofisma, tendo em vista a liberdade total de remessa de lucros para o exterior.

No maior desrespeito pela nossa inteligência e mesmo pela nossa capacidade de lembrar fatos ocorridos em passado recente, montou-se e está em plena execução, uma campanha destinada a mistificar a opinião pública. Qualquer argumento serve, qualquer fato se ajusta. Declinaram as autorizações de investimentos estrangeiros em 1961? A causa é a Lei de Remessas, não importando que esta só tenha sido votada no 2º semestre de 1962.

É tal a sofreguidão e o açodamento em fazer a mutilação da Lei de Remessas de Lucros que qualquer justificativa serve. São as razões do lobo na célebre fábula! E os métodos de ação são “na lei ou na marra”.

Uma vez demonstrada a falta de fundamentação lógica dos argumentos que vêm sendo apresentados para justificar a liquidação da Lei de Remessas, cabe apresentar as razões que nos levam a tomar posição a favor do controle e limitação da transferência de lucros.

São razões claras, compreensíveis a qualquer pessoa, e que, por serem honestas, dispensam, na sua apresentação, sofisma e subterfúgio.

O ponto central da questão não está propriamente na limitação percentual das remessas. O limite de 10% estabelecido parece

perfeitamente aceitável pelos opositores da lei, tanto assim que desenvolvem complexa argumentação para provar que as exportações de lucros nunca excederam a 2 ou 3% dos capitais estrangeiros investidos no Brasil. Se este fosse o problema, estaríamos dispostos a discutir e, eventualmente, aceitar modificação do limite, dependendo dos argumentos apresentados.

Mas o pomo da discórdia, embora o Ministro Roberto Campos evite sistematicamente explicá-lo, está na definição de capital estrangeiro para fins do direito de remessa e de retorno. A lei firmou o princípio de que só tem esse direito o capital efetivo e comprovadamente entrado no país. O capital, embora de propriedade de estrangeiros, formado no país à custa de sacrifícios do consumidor nacional, não tem nem pode ter direito à remessa de lucros, muito menos a retorno, pois só pode retornar aquilo que veio.

O que o Ministro Roberto Campos quer, em última análise, é dar direito de remessa para o exterior e de retorno (para o seu país de origem) ao capital que não entrou. Esta é uma das razões por que nos opomos à alteração da Lei de Remessas nos termos propostos por aquele ministro.

Se a economia brasileira se encontrasse em nível de desenvolvimento equivalente ao das economias mais avançadas do mundo; se não houvesse uma proteção à produção interna que, para certos produtos, alcança até 400 ou 500%, em suma, se o mercado brasileiro fosse aberto à livre concorrência internacional, não haveria mais inconveniente em se oferecer inteira liberdade de remessa aos capitais aqui aplicados. Isso porque os seus lucros seriam necessariamente baixos em virtude da intensa competição existente no mercado.

Acontece que não é assim. Na luta que travamos pelo nosso desenvolvimento, fomos obrigados, a fim de incentivar o processo de industrialização, a instituir forte barreira protecionista (cambial e alfandegária) ao produto fabricado no país. Além disso, damos tratamento fiscal privilegiado aos lucros reinvestidos.

Pois bem, esta circunstância faz com que sejam excepcionalmente elevados os lucros dos setores industriais sujeitos a um monopólio virtual, justamente aqueles que, pela sua complexidade, mais atraem as empresas estrangeiras e que, por isso mesmo, estão fora do alcance do empresário nacional. Ora, se não impusermos um limite na remessa de lucros extraordinários auferidos em virtude daquela circunstância, estaremos frustrando os benefícios da produção no país dos produtos industriais que antes eram importados.

Finalmente, embora pareça contraditório, somos contra a alteração proposta porque acreditamos nas vantagens que podem advir da aplicação de capitais estrangeiros no país. É que, na medida em que os capitalistas estrangeiros souberem dos direitos e regalias que aqui gozam de forma moderada, sem ser objeto de contestação, eles se sentirão estimulados a investir no Brasil, muito mais do que se essas vantagens limitadas estiverem sujeitas à contestação de parcela ponderável da opinião pública nacional.

Por outro lado, sabedora da existência de um freio aos excessos do capital estrangeiro, a opinião pública nacional tenderá a despreocupar-se do problema, não havendo mais campo para as frequentes celeumas em torno do assunto, que são exploradas, habilmente, por oportunistas inescrupulosos e que só contribuem para espantar o investidor alienígena.

Com a sua pregação dogmática e obstinada contra a Lei de Remessa de Lucros, o Ministro Roberto Campos já terá afastado do Brasil muito mais capital do que todas as campanhas xenófobas organizadas pelos comunistas...

O do *Correio da Manhã* é do seguinte teor:

O BRASIL NÃO TEM PREÇO

Os argumentos de que o Governo se vale para justificar o seu empenho na modificação imediata da Lei sobre as Remessas de Lucros são falaciosos. Por exemplo: o Ministro Roberto Campos diz que os investimentos estrangeiros caíram, verticalmente, no Brasil, depois da aprovação dessa lei, em setembro de 1962. Na realidade, a queda tornou-se acelerada a partir do momento em que cessaram os estímulos e as vantagens dadas a capitais estrangeiros pela política de desenvolvimento. Todo mundo sabe que a instabilidade reinante no país, a partir da renúncia de um presidente também contribui, decisivamente, para a retração dos investimentos – tanto externos quanto internos. Com pronunciamentos militares, aumento da pressão inflacionária, ameaças ao Congresso, greves políticas, crises governamentais, campanhas contra “o processo espoliativo”, de um lado, e contra “a guerra revolucionária”, de outro, os investidores viram-se obrigados a uma pausa para reflexão.

Vale a pena citar a opinião recente de uma comissão mista, do Senado e da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, sobre a retração dos investimentos em toda a América Latina. Em relatório divulgado há pouco tempo, o presidente desta Comissão, Senador Sparkman¹¹, afirma que os investimentos privados líquidos, norte-americanos, no ano passado não chegaram a 80 milhões de dólares na América Latina. E chegou à conclusão, depois de estudo minucioso, que o que mais afugenta o capital particular é a instabilidade política. Assim, a queda de investimentos não é fenômeno peculiar ao Brasil – o que demonstra, mais uma vez, quão falaciosas são as teses do Embaixador Campos. A propósito, o Fundo Monetário Internacional afirma, também em relatório, que as inversões privadas externas caíram em todos os países da América Latina, a partir de 1960. Nesse ano, a Argentina recebeu pouco mais de 264 milhões de dólares. Mas em 1962, os capitais que entraram naquele país não somaram 60 milhões de dólares. Em 1960, o Chile atraiu quase 120 milhões de dólares em investimentos. Em 1962, houve saldo negativo de 10 milhões de dólares. O mesmo fenômeno é assinalado na Venezuela, na Colômbia e no Peru. No entanto, nenhum desses países aprovou – nesse período –, uma lei

11 John Sparkman (1899-1985).

disciplinando as remessas de lucros para o exterior.

O Ministro Roberto Campos, em debate com deputados da Câmara, deu ênfase toda especial a questões de ordem psicológica. Acha ele que se os investidores se sentirem muito seguros não farão remessas excessivas de lucros. Muito pelo contrário, reinvestirão esses lucros. Para que eles se sintam seguros, o Governo deve fazer como aqueles examinadores que saem da sala na hora da prova, achando que com isso ninguém vai “colar”. O ministro é pela autodisciplina dos investidores o que lhe fica muito bem. A nossa impressão, no entanto, é de que os investidores não temem uma lei estável, aplicada por autoridades responsáveis e austeras. Eles têm medo é dos sinais de instabilidade política, das tensões sociais e dos radicalismos – entre os quais se incluem esse desesperado e arcaico liberalismo econômico do Embaixador Campos.

A Câmara Federal terá, mais cedo ou mais tarde, que reagir diante das tropelias que o Governo, desorientado por um grupo de técnicos ressentidos e autossuficientes está cometendo no campo da economia e das finanças. Que reaja mais cedo são os nossos votos – e os do país inteiro. A Câmara só poderá credenciar-se perante o povo se souber – nesta hora difícil que o Brasil está vivendo – defender corajosamente os interesses nacionais. E se lhe disserem – como estão dizendo, sub-repticiamente – que o preço da “revolução” é essa modificação da lei sobre as remessas, bem pode provar que o Brasil é mais importante do que qualquer movimento político-militar. Afinal, o Brasil não tem preço.

Este jornal, mais uma vez às vésperas da votação de tão importante projeto, vem lembrar, ao povo brasileiro, a necessidade de termos capitais estrangeiros no Brasil, sim, mas capitais controlados pelo Poder Público brasileiro, e não capitais que para aqui vêm somente para explorar o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*)

120ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 20 DE JULHO DE 1964, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: em lugar de falar, hoje, sobre as intrigas, as ameaças, os ataques do Alcebiades brasileiro que no momento dirige os destinos da Guanabara, vou tentar falar sobre outro assunto, que terá, acredito eu, no seu início, um sentido muito acadêmico; mas tenho certeza de que, afinal, poderá esta exposição servir para clarear alguns aspectos do atual grupo dirigente do Executivo brasileiro.

É, senhor presidente, sobre a tecnocracia.

Sabe-se que no século passado Marx viveu num período em que o poder econômico dominava toda a Europa, e, portanto, todo o mundo. É por isso que, no prefácio da *Crítica à Economia Política*, ele dizia que a base da economia é que explica toda a superestrutura político-social e as ideologias. Esta posição de Marx tinha razão para aquele mundo do século passado e parte do mundo deste século. Entretanto, houve uma profunda modificação e temos, de certo modo, de aceitar como verdadeira, certa parte da teoria de Mosca e Pareto, quando estudavam – anteriormente Mosca e, depois, Pareto – os problemas das classes dirigentes. Todos sabemos, senhor presidente, que, em todas as sociedades, há um grupo de dirigentes e um grupo de dirigidos, e, no século passado – friso eu – um grupo de dirigentes, da parte que tinha, de uma certa maneira, também o controle da parte política, e daí porque Marx tinha razão [ilegível] durante aquele seu período. Depois houve uma modificação profunda. Com a Revolução Russa, tivemos o contrário. Foi o grupo político, foram os dirigentes políticos de um determinado partido que começaram a controlar completamente a vida econômica de uma nação, no caso, a União Soviética.

E mais ainda, senhor presidente; houve uma transformação na parte da técnica e na parte da produção. Tivemos a produção em massa, o aparecimento das grandes sociedades, das grandes corporações. E com isso, também a modificação profunda no tocante à propriedade dessas grandes corporações.

Há alguns anos, os juristas e os estatísticos americanos, associados, estudaram as sociedades anônimas americanas, as grandes corporações, e viram que havia então uma separação profunda entre os proprietários, os acionistas, e os dirigentes daquelas grandes corporações. Foi um trabalho de [Adolf Augustus] Berle [Jr.] e de [Gardinel Coit] Means¹², que mostrou o aparecimento de um novo grupo de dirigentes que não eram mais os proprietários das grandes companhias, mas que tinham o controle completo das grandes companhias. Com o correr dos tempos, senhor presidente, vimos que essa grande revolução está se desenvolvendo não só nos Estados Unidos e na Europa, como também em todo o resto do mundo, mesmo nas zonas subdesenvolvidas que, no momento, tomam grande desenvolvimento no sentido industrial, como ocorre nas partes central e sul do Brasil.

Também, senhor presidente, houve quem procurasse interpretar políti-

12 Refere-se ao influente livro *The Modern Corporation and Private Property*, publicado originalmente em 1932.

camente essa nova situação da Revolução Industrial. Um jornalista americano, no período anterior à guerra escreveu um pequeno livro que se chamava *A Revolução dos Managers*¹³, em que ele mostrava que estava havendo uma profunda modificação no mundo, e que haveria semelhança entre a União Soviética, a Alemanha e os Estados Unidos – isto é, que nesses três países, principalmente grandes industriais, o grupo dos dirigentes das grandes empresas iria transformar-se numa classe, e que esta classe teria o controle político dessas nações.

A tese desse jornalista, [James] Burnham, no primeiro instante parecia coisa assim de reportagem. Mas sua influência foi tão profunda que logo após a Guerra houve uma reunião no Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França, numa Semana de Sociologia, sob a direção do maior sociólogo francês da atualidade que é, sem dúvida, [Georges] Gurvitch¹⁴, e, nesta reunião, em que não se encontravam somente professores franceses, mas também professores americanos, ingleses e de outras nações e não somente sociólogos, mas também economistas como Byé, como Bettelheim, como Fourastié, como o grande, o maior sociólogo do trabalho no mundo, que é Friedmann, como o grande filósofo marxista Henri Lefebvre, como Emmanuel Mounier, sociólogos americanos, como Everett Hughes, sociólogo francês como Georges Davy, como o grande pensador e político inglês Harold Laski, e, nessa reunião, dizia, todos os participantes, durante uma semana, trataram desse trabalho de Burnham e discutiram a sua tese, a tese da possibilidade de se estar formando no mundo uma nova classe, a classe dos *managers*, dos dirigentes, dos gerentes, ou, para usar outro termo, dos técnicos-burocratas, que estavam tendo o controle das grandes corporações e cuja formação possivelmente ensejaria a criação de uma ideologia, com a qual essa classe finalmente tomaria o controle econômico e político de todas as nações do mundo.

Seria, senhor presidente, então, o aparecimento daquele mundo imaginado, há alguns anos, por um grande romancista inglês, Aldous Huxley, que em *O Admirável Mundo Novo* imaginou essa sociedade do futuro, completamente planejada, em que o cientista controlava tudo, em que os nascimentos eram controlados, em que se fixavam o número, o tipo e qualidade dos indivíduos

13 Refere-se à obra seminal *The Managerial Revolution*, publicada em 1941, de autoria de James Burnham, um filósofo estado-unidense que migrou do ativismo radical trotskista para a direita conservadora, movimento no qual se destacou como intelectual público de projeção, tornando-se articulista regular da célebre *National Review*.

14 Gurvitch era franco-russo.

que deveriam nascer: eram condicionados para cada uma das profissões. E nesse melhor dos mundos, senhor presidente, em que não haveria fome, não haveria insetos, não haveria nada que prejudicasse o homem, nesse melhor dos mundos, em que tudo se regulava dentro de um mecanismo fixado anteriormente, nesse melhor dos mundos, senhor presidente, em que não haveria medo da morte, em que tudo era marcado, nesse melhor dos mundos, senhor presidente, entretanto, o homem era um número: ele não tinha o senso da pessoa; faltava-lhe o senso da liberdade. E este melhor dos mundos, este mundo dos técnicos que dirigiam tudo, senhor presidente, era um mundo em que desapareceria o sentido da pessoa. E tínhamos somente números, senhor presidente: cada um de nós, futuramente, seria um número. Parece absurdo, mas o próprio Huxley, anos depois – agora, há pouco tempo – mostrou que cientificamente aquela sua previsão estava certa e que, do ponto de vista biológico, psicológico, antropológico e sociológico em que ele se colocava, estávamos-nos aproximando desse aspecto, e que, de outra parte, as planificações do mundo estavam sendo seguidas.

É interessante notarmos que os economistas marxistas negam a possibilidade da formação de uma classe dos *managers*, de técnicos-burocratas. O próprio economista francês e marxista que escreveu aquelas grandes obras sobre a planificação, principalmente sobre a planificação soviética, em uma das conferências realizadas no Centro de Pesquisas da França, negava a possibilidade da formação dessa classe, porque considerava ele que, na União Soviética, onde poderia aparecer esse tipo de sociedade, os técnicos foram membros da classe proletária e por outro lado, o seu número era pequeníssimo – não chegava a 5%. Mas, há pouco tempo, lendo uma biografia de Kruschev, escrita por um russo, encontro que há hoje, dentro da União Soviética, um choque profundo de orientação entre o grupo de técnicos, geralmente sob a chefia de [Anastas Hovhannesi] Mikoyan, e o grupo dos dirigentes de partido. Mais ainda, senhor presidente, negam outros, como ainda há poucos meses, em obra publicada por Raymond Aron, que não há formação desses técnicos como sociedade. Também em trabalho publicado há dez anos, em dissertação para concurso, eu dizia que não era possível a criação dessa sociedade, dessa classe. Mas sabemos que as classes dirigentes apresentam várias categorias. Elas não formam um todo único. Há um grupo econômico de dirigentes, há outros grupos, de políticos, da Igreja, do exército. Mas, é de se notar que, dentro de cada classe dirigente,

em determinadas ocasiões, um grupo domina os outros, tornando-se dirigente. Por isto se nega a criação dessa classe de técnicos-burocratas dirigentes. Quando falamos em técnicos-burocratas, compreendemos os chamados dirigentes das grandes organizações, os organizadores das grandes corporações, das quais, só nos Estados Unidos, cento e cinquenta produzem, distribuem dois terços da riqueza americana, o que corresponde à metade de toda a riqueza do mundo.

Esse grupo não é formado pelos chefes, pelos donos daquelas empresas, mas por um grupo à parte. Esse grupo, nos Estados Unidos, tem ligação profunda, muito íntima, com o grupo de dirigentes das Forças Armadas americanas. O mesmo ocorre em todos os outros países. Os modernos tratados que estudam essa parte da tecnocracia colocam dentro dessa faixa de *managers* não só os dirigentes das grandes corporações, mas também os grandes líderes sindicais, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra, e ainda, os dirigentes das Forças Armadas, em particular os grandes chefes dos Estados-Maiores, que são, antes de tudo, grandes organizadores, da mesma forma que organizadores de massas.

No Brasil, senhor presidente, há também esse problema? Há uma categoria de técnicos no Brasil? Sim, senhor presidente. Por isto os jornais falam muito que, atualmente, nos governam a CONSULTEC¹⁵ e a Sorbonne brasileira¹⁶. Que quer dizer isto? A CONSULTEC é um grupo de grandes técnicos, economistas, *managers*, diretores de empresas do Governo ou de empresas particulares, porque eles, grandes organizadores, não são os donos das grandes empresas. O mesmo ocorre nos Estados Unidos. Muitas vezes é o grande diretor – que não é o proprietário – de uma grande corporação como a *General Electric*, por exemplo, que vai ser também, depois, chefe de um determinado departamento do Governo norte-americano. O mesmo acontece no Brasil. Conhecemos generais, organizadores dessa espécie de Sorbonne, que, ao mesmo tempo são dirigentes de grandes empresas brasileiras, particulares ou do Governo. Hoje, em toda a parte, o Governo controla grandes corporações ou é proprietário delas. Também isso se dá no Brasil. Quais as grandes corporações brasileiras? São as do Governo. E seus dirigentes não são seus proprietários. Eles dirigem, controlam a vida econômica brasileira, direta ou indiretamente. Todos formam

15 Famosa empresa de consultoria na qual trabalharam, dentre outros, Roberto Campos, Octávio Gouvêa de Bulhões e Mário Henrique Simonsen.

16 Era assim chamada a Escola Superior de Guerra – ESG.

a mesma mentalidade desse grupo de *managers*, os homens das organizações modernas.

Estes, senhor presidente, podemos dizer, hoje controlam grande parte do Brasil. Com efeito, já notaram V. Exas., por exemplo, nosso atual Ministério? Atualmente, no Brasil, os Ministérios não são constituídos do mesmo grupo de técnicos? Mesmo que os imaginemos políticos, são antes de tudo técnicos. Há mesmo colegas nossos que são técnicos. Por acaso são só políticos? Mais ainda, senhor presidente, o próprio presidente da República é, antes de tudo, chefe de um grupo desses gerais ligados ao grupo de técnicos. Daí os choques que ocorrem muitas vezes e que vão ocorrer muitas outras entre o político dirigente de um partido, o político eleito, político parlamentar, e o grupo dirigente no setor governamental. É que a formação de ambos é completamente diferente. Um não precisou buscar votos, não sentiu o significado do voto, não tem ligações com o povo de suas regiões, é unicamente homem de gabinete, olha friamente os problemas no sentido econômico, político e social; o outro, o político parlamentar, é ligado fortemente à sua região. Por isto há profundos choques de formação entre nós, políticos, e aqueles técnicos que dirigem os Ministérios, as grandes repartições, ou as grandes indústrias. O político, no Brasil, como na França, nos Estados Unidos, em toda parte, é olhado pelo técnico com menosprezo. Nós, os políticos, para os técnicos, apenas nos aproveitamos de nossa lábia para iludir o povo e vir para o Congresso. Geralmente para eles não temos competência. Ainda há pouco, quando aqui compareceu um desses grandes técnicos, atualmente na direção de um Ministério, falava sobre assunto econômico e dizia que só entendem do assunto aqueles realmente técnicos, aqueles realmente economistas. Em outro momento, explicava que, hoje, as empresas não se interessam somente pelo lucro, também se interessam pelo poder. Ele tinha razão. A *General Motors*, a *Standard*, a *International Telegraph Telephone* não se preocupam somente com o lucro; têm um sentido também de poder. São as novas corporações, e seus dirigentes não estão se preocupando com os dividendos porque apenas em parte eles vão ser seus. Têm ordenado, são funcionários como quaisquer outros.

A mentalidade é a mesma. Querem um mundo melhor possível, um mundo organizado, um mundo de fartura, um mundo de tudo, um mundo completamente planejado, mas um mundo em que desaparece a liberdade. Este é um fator que não entra nos cálculos da alta matemática econômica e social.

Este fator liberdade, fator que tem um sentido moral, não entra nos cálculos desses calculistas, desses analistas econômicos ou sociólogos.

Por isso, senhor presidente, ao terminar – e não vou concluir nada – quero fazer esta advertência. Nós, políticos, devemos ver a situação que realmente se processa no Brasil de hoje, como ocorre em todo o mundo. Nós, políticos, vamos ter muitos choques com a atual categoria do grupo dirigente do país. É um grupo de formação completamente diferente da nossa formação. Eles não vivem, como nós, a vida do homem das nossas regiões. Dificilmente um político, por exemplo, mandaria fechar bruscamente uma estrada de ferro no Pará, a única estrada de ferro do Pará. Levaria em conta os problemas da região, e não apenas o déficit da empresa. Por certo não determinaria também o fechamento da estrada de ferro de Ilhéus, porque pesaria não só o “déficit”, senão ainda os fatores que dissessem respeito à terra em si, às populações que ali vivem, aspectos que o técnico geralmente não olha. O técnico é frio, e analista.

Por isso, meus senhores, aqueles sociólogos, aqueles economistas e aqueles filósofos que se reuniram há anos em Paris para discutir esse grande problema de formação de uma classe nova, classe que não é propiciadora dos bens de produção, mas que controla a vida econômica e política da nação, classe que faria o melhor dos mundos, mas que, por sua vez, faria desaparecer as coisas mais profundas do nosso ser, que é o sentido profundo de liberdade. Eram as palavras que queria dizer. *(Muito bem, muito bem. Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Osni Régis, o Sr. Aniz Badra, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Affonso Celso, 1º Vice-Presidente.

151ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 24 DE AGOSTO DE 1964, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS *(Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.)*
– Senhor presidente: não podíamos deixar de tecer algumas considerações a respeito da campanha que certa imprensa vem fazendo contra o Congresso. Alguns jornais, principalmente de São Paulo, têm pedido mesmo o fechamento do Congresso – para usar a expressão de um editorial – que consideram “um abcesso virulento”.

Por que o Congresso é tão malvisto por essa imprensa? É porque, funcionando o Congresso, não podem ser aprovadas determinadas soluções que esses jornais representam, não serão possíveis determinadas negociatas, grandes liberdades por eles defendidas. Esses mesmos jornais, antes da Revolução de Abril, elogiavam o Congresso, porque se opunham ao antigo Governo, mas hoje o atacam porque, com este Poder funcionando, não verão passar determinadas leis para atingirem determinadas soluções.

Aqui fica, senhor presidente, o nosso protesto e, ao mesmo tempo, a solicitação para que esta Casa e o Senado, por intermédio das suas Relações Públicas, respondam a esses ataques, mostrem o que realmente se está fazendo e, se necessário, a exemplo de altas figuras do Poder Executivo, processem esses jornais. Não é possível que um ministro atacado vá à Justiça, e o Congresso, um dos poderes da República, atacado como está sendo por todos os meios, com termos pejorativos e mesmo com pedido de fechamento, fique na situação em que está sem responder e sem nada fazer. Cabe salientar que alguns diretores desses jornais já perderam o direito de propriedade deles e voltaram a reavê-los, após o período da democracia.

Aqui fica o nosso protesto, senhor presidente, frisando sempre que somente com o Congresso teremos liberdade, somente com o Congresso teremos a salvaguarda dos interesses do povo brasileiro. (*Muito bem. Palmas.*)

156ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 27 DE AGOSTO DE 1964, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: os católicos franceses têm procurado conhecer e estudar profundamente o marxismo. Entre eles existem padres que se especializaram no conhecimento do marxismo. Cito, como exemplo, Henri Chambre, que publicou um grande livro sobre o marxismo na União Soviética. Após esse, tem publicado outros sobre o mesmo assunto. Há pouco, era traduzida para o português uma das suas obras: *De Marx a Mao Tse Tung*. Tem escrito também sobre assuntos da economia soviética. Outro conhecedor profundo do marxis-

mo é o Padre Calvez¹⁷, cuja grande obra sobre o pensamento de Karl Marx foi traduzida e publicada há pouco por uma livraria portuguesa.

Agora, senhor presidente, o Padre Calvez veio ao Brasil para proferir conferências nas universidades. Após sua passagem no Rio de Janeiro e em outras capitais, foi ao Rio Grande do Sul. E lemos, com tristeza, que no momento em que ele ia comparecer à Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, o diretor daquele estabelecimento proibiu que ele dissertasse sobre o tema escolhido, que, segundo estou lembrado, era o marxismo e as regiões subdesenvolvidas.

Senhor presidente, é penoso dizer, neste instante que em certas faculdades brasileiras, em certos círculos culturais, está reinando aquilo que Tristão de Ataíde chamou, com muita propriedade, de terrorismo cultural. Lamento imensamente que isto acontecera. Isso é triste.

Recordo, senhor presidente, os tempos da outra ditadura, em que eu, jovem estudante, fui quase preso porque lia um livro chamado *Comunismo, Anarquismo e Socialismo*, cujo autor era Pontes de Miranda. O policial que me viu com o livro achou que não podia deixar de ser sobre marxismo e comunismo. Não sabia quem era Pontes de Miranda...

É triste, senhor presidente, repito, o que se passa atualmente no Brasil. Fazemos votos para que este terrorismo, que algumas universidades e algumas faculdades procuram fazer ressurgir no Brasil, desapareça do cenário nacional o quanto antes. (*Muito bem, muito bem. Palmas.*)

168ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1964, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)
– Senhor presidente: há meses protestava, na Comissão de Economia, quando se discutia a prorrogação da Lei do Inquilinato, dizendo não ser concebível que o Governo pedisse a simples prorrogação de uma lei tão estudada, ainda mais quando se encontrava na chefia do Gabinete do Ministério da Justiça,

¹⁷ Como Henri Chambre, Jean-Yves Calvez era jesuíta. Publicou em 1956 o best-seller *La pensée de Karl Marx*, com primeira edição em português em 1959, sob a responsabilidade da Editora Tavares Martins.

um jurista especialista em assuntos de imóveis, com obras publicadas sobre o assunto, professor da Universidade de Minas Gerais.

E agora, passados alguns meses, vemos nós que o Governo ainda não se decidiu a encaminhar a esta Casa projeto que resolva definitivamente o problema dos imóveis alugados. É absurdo, senhor presidente, uma revolução que se fez para modificar, com se diz, a estrutura econômica e social do Brasil, não ter, depois de tanto tempo, condições para propor um simples projeto que vise alterar a legislação do inquilinato.

Lamento ter de, neste instante, novamente protestar. Se o Governo até agora não se revelou apto a solucionar a questão do inquilinato, tanto menos o será para proceder às transformações profundas na estrutura econômica e social do país. Modificou-se a superestrutura; da infraestrutura não se cogitou. Infelizmente, não vejo neste Governo capacidade para realizar as alterações que estamos esperando: depois de tanto tempo, não elaborou sequer a da Lei do Inquilinato. (*Muito bem.*)

170ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1964¹⁸.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*) –

Senhor presidente: há dias falamos sobre o terrorismo cultural, que continua no país. Agora tomamos conhecimento da prisão [ilegível] na semana passada, do sociólogo Florestan Fernandes, que [ilegível] na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo os sociólogos franceses, americanos e ingleses que para o Brasil vieram. S. Sa. notabilizou-se no meio universitário e cultural desde a sua tese sobre Organização Social dos Tupinambás. Apresentou depois uma série de novos trabalhos profundos de pesquisa da realidade brasileira, entre estes, um com a colaboração do grande sociólogo francês Roger Bastide sobre a [mobilidade social] do negro [na sociedade de classes] em São Paulo. Florestan Fernandes também se interessou imensamente nos assuntos educacionais, principalmente quando se discutiu nesta Casa a Lei de Diretrizes e

¹⁸ No dia seguinte a este discurso, o General Golbery do Couto e Silva, então iniciando a criação do Serviço Nacional de Informações, anotou na “Estimativa nº 1. SNI”, que considerava necessário “permitir às esquerdas não marxistas expressão cada vez mais livre no quadro da atuação oposicionista legal”. GAS-PARI, Élio. *As Ilusões Armadas*, v. 1. *A Ditadura Entvergonhada*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 231.

Bases. Escreveu, segundo me recorde, uma série de trabalhos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*.

Pois bem, esse sociólogo reconhecido não somente no Brasil como em todo o mundo, segundo a leitura de suas obras, não tem vinculação alguma com o marxismo. Basta dizer que um dos seus trabalhos é sobre a Escola Funcionalista e para o qual, como é do conhecimento de todos, abeberou-se em Durkheim e no sociólogo e antropólogo inglês, que nada tem a ver com o marxismo. Florestan Fernandes fundamenta-se, portanto, no funcionalismo francês e inglês. Apesar disso, como homem livre, como professor, Florestan Fernandes, por ter reclamado quanto aos inquéritos que estavam sendo feitos em São Paulo foi preso. Não posso, pois, neste instante, deixar de consignar aqui meu protesto contra esse terrorismo cultural, que deve desaparecer, porque só poderemos ter universidades no Brasil com liberdade. *(Muito bem.)*

185ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 28 DE SETEMBRO DE 1964, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS *(Para uma Comunicação - Sem revisão do orador.)*

- Senhor presidente e senhores deputados: não acredito, infelizmente, que o atual Governo esteja realmente interessado em reforma agrária. Se estivesse, a primeira coisa que faria seria solicitar do líder do Governo no Senado que providenciasse no sentido de que por lá, no Senado, tramitasse com rapidez o projeto enviado por esta Casa há muitos meses, sobre o crédito rural. Isso porque a primeira coisa para uma boa reforma agrária é a facilidade de crédito rural. O projeto de crédito rural enviado à Câmara, no começo do ano passado pelo então presidente da República, encontra-se no Senado.

É bem verdade que há muitos interesses em choque, há muito banco particular empenhado em que não haja crédito rural, e há ainda outros interesses em jogo neste sentido. Mas, se o atual presidente da República realmente estivesse interessado em que o Brasil tivesse a sua reforma agrária, providenciaria para que, no Senado, andasse com rapidez esse projeto e que, emendado, voltasse o mesmo a esta Casa para que, finalmente, ainda este ano, o nosso país tivesse a sua lei de crédito rural... Por isso, aqui fica, não o nosso apelo, mas o nosso desafio, se o atual chefe do Poder Executivo realmente pensa fazer a reforma agrária, faça logo a reforma do crédito rural. *(Muito bem.)*

**194ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 9 DE OUTUBRO DE 1964, ÀS 13H30MIN.**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*) –

Senhor presidente: termina hoje o prazo de vigência do célebre Art. 7º do Ato Institucional. Com base nesse dispositivo muitos foram os inquéritos feitos. Muitas também foram as denúncias, algumas anônimas, que essas Comissões de Inquéritos receberam.

E, se, realmente, muitos dos punidos mereciam o castigo, sabemos nós, entretanto, que muitos inocentes sofrem penas imerecidas – perda de cargo ou aposentadoria. O pior, senhor presidente, é que muitos levarão pelo resto da vida a pecha de subversivos ou de corruptos. Muitos militares, porque cumpriram com seu dever, obedecendo à orientação do último Governo, perderam seus cargos e foram reformados. Muitos funcionários, muita vezes pequenos, porque cumpriram ordens superiores, também se viram aposentados ou perderam seus cargos. À maioria, ou à grande parte deles não foi dado o direito de defesa. Pior ainda, senhor presidente, é que estão apontados, pelos jornais, nomes de alguns parlamentares, os quais, segundo sei, não foram ouvidos. No entanto, a pecha de corruptos e aproveitadores está lançada sobre eles.

Senhor presidente, possivelmente, em outra ocasião, os tribunais terão oportunidade de se pronunciar sobre essas comissões, sobre essas reformas e essas aposentadorias. Há, na legislação comum, meios para se afastar dos cargos públicos os corruptos, e para se prender os subversivos. Esperamos nós que mais tarde a justiça seja feita.

Senhor presidente, nesta oportunidade faço questão de ler o editorial de hoje do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, em que, sob o título *Fim do Pesadelo*, o matutino carioca expõe com clareza, e, ao mesmo tempo com certa tristeza faz notar a situação horrível que ocasionou o Art. 7º do Ato Institucional, criado, imaginado pelo homem que também fez o célebre artigo 177 da Constituição de 1937.

Passo a ler o artigo do *Diário de Notícias* para que conste dos anais:

FIM DO PESADELO

Encerra-se hoje o prazo de vigência do artigo 7º do Ato Institucional.

O que representou esse dispositivo na vida do país, em benefícios e malefícios, o futuro próximo vai dizer-nos de maneira mais precisa do que a previsão que possamos fazer agora. Não se deve, porém, alimentar nenhuma dúvida a respeito do sentido geral dessa previsão. Os efeitos do quanto se fez, com base no artigo 7º não terão repercussão saudável mais adiante.

Os leitores devem considerar que falamos em tese; referimo-nos aos excessos, às injustiças, em muitos casos às vinganças que se perpetram à sombra do dispositivo de exceção. Do mesmo modo que, no capítulo das cassações de mandatos e de direitos políticos, a rede revolucionária apanhou inocentes e culpados e, dentre os últimos, deixou muitas vezes de estabelecer gradações punitivas segundo critérios realmente justos.

No caso do artigo 7º, o fato envolve aspectos mais graves, pois que as punições decorreram de duas espécies de acusação bem distintas: corrupção e subversão. Distintas, mas ambas muito graves para permitir a distribuição de penas, a torto e a direito, em nome de libelos dos quais nem todos os inculcados tiveram sequer conhecimento. E muito menos oportunidade de defesa.

Como sempre acontece nessas ocasiões, não houve mãos a medir diante das delações e denúncias anônimas, ou mal-encobertas por vagas alusões. Tudo isso acarretará, fatalmente, um montante considerável de pedidos de revisão jurídica, quando a situação estiver de todo normalizada e as franquias constitucionais voltarem à sua plenitude.

Os injustiçados não haverão de conformar-se com os labéus em virtude dos quais se viram apontados à execração pública.

Já se disse que, para combater e punir a corrupção e, até mesmo a subversão, sobram, na legislação normal, os recursos adequados. E com a vantagem de levar à condenação os culpados que efetivamente em tais condições, teriam todos os meios de defesa.

Na realidade, compreende-se que a revolução, na primeira hora, cuidasse de afastar e punir as figuras responsáveis pelos rumos subversivos com que íamos sendo conduzidos pela situação derrubada a 31 de março. Não eram muitas essas figuras, nem eram desconhecidas. Seriam como a localização de um tumor que, devidamente isolado, teria sido prontamente removido para alívio geral.

Mas, não. Havia, para além dessa cirurgia, imediata e impositiva, o ódio político. E, como ódio político, outros e incontidos ódios inconfessados. Vieram, então, como a torrente longamente represada, e antes mesmo do Ato Institucional, medidas punitivas que excederam de muito o que se devia fazer.

Prisões, demissões e reformas de militares envolveram, desde logo, num só esquema de nivelamento, quem estava e quem não estava comprometido com a subversão. Abria-se o precedente. É o que se viu, em seguida, e pelos seis meses últimos foi o estímulo ao que há de pior da natureza humana, na faina de perseguir, prender, demitir, reformar, denegrir, lançando-se elementos de

uma mesma classe uns contra os outros, pelas diferentes categorias de servidores do país.

O meio militar, por exemplo: viu-se gravemente atingido. Não que se recuse justiça ao que se fez na maioria dos casos, mas pelas injustiças, às vezes clamorosas, que se consumaram.

Se tivesse havido, no princípio maior, cuidado na identificação (tão fácil) dos verdadeiros culpados, ter-se-ia evitado extensão das mágoas e dos ressentimentos no seio de numerosas classes profissionais inclusive a militar, que foi das mais alcançadas e, em consequência, ferida na sua unidade e coesão.

No que se refere mais especificamente à corrupção, só os ingênuos e simplórios poderiam aceitar a erradicação desse mal, tão profundo e generalizado entre nós pelo corre-corre de uns tantos inquéritos feitos de afogadilho.

A corrupção é fácil de definir, mas é extremamente difícil de caracterizar num país em que as menores coisas são, em regra, obtidas através de pedidos e empenhos. Nesse terreno, ninguém poderia atirar a primeira pedra.

Mas, dir-se-á, o que interessa é a corrupção pesada e alta, aquela que corrói fundo a nação moral e materialmente. Pois, muito bem. Será então que essa espécie de corrupção foi punida ou eliminada do cenário brasileiro pelo artigo 7º do Ato Institucional? Teve esse dispositivo força bastante para alijar da vida pública do país figuras que continuam a falar grosso e forte?

Foi muita gente punida pela corrupção. Está certo. Mas também aqui a Justiça, dentro de algum tempo, há de ser chamada a corrigir erros e impor reparações.

Diz-se que o Governo cogita de fortalecer ou revitalizar a lei de Segurança Nacional, bem como propor ao Congresso uma nova Lei de Imprensa.

Viriam esses diplomas colocar o Governo em condições melhores para garantir a segurança do Estado. Não discutimos a conveniência desses alvites.

Mas, seguramente, o que se pode avançar é que, com ou sem armadura legal pesada, Governo algum será efetivamente forte sem o prestígio do apoio popular.

Sua legitimidade decorrerá dos vínculos que o ligam aos reais interesses nacionais, aos anseios e aspirações do povo.

E é essa legitimidade que cumpre buscar e obter por meios democráticos, porque sem ela não há salvação.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*)

**196ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 13 DE OUTUBRO DE 1964, ÀS 13H30MIN¹⁹.**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: chegou hoje ao Brasil o General Charles de Gaulle. Está recebendo as homenagens do povo brasileiro, não só por ser o presidente da República Francesa, uma das principais nações da Europa e do mundo, não só como reconstrutor das finanças de seu país, não só como o criador da “Terceira Força”, mas, antes de tudo, porque todos nós nos lembramos daquele jovem general que, em 1940, quando sua pátria estava por terra, derrotada pelos exércitos germânicos, teve a coragem de encarnar na sua pessoa a honra e a resistência da França.

Nós, que vivemos aqueles dias e tivemos mesmo a oportunidade de ler as memórias de Charles de Gaulle, admiramos a altanaria com que aquele jovem general, no instante em que sua pátria caía, levantou bem alto o estandarte da França. Mesmo, impunha, naquela ocasião, perante os exércitos ingleses [que] desejavam desembarcar em colônias francesas, ele impunha, naquela ocasião, perante os próprios aliados, a necessidade de resguardar a soberania francesa naquelas colônias. Terminada a guerra, restabelecida a democracia na França, não tendo sido aceitas pela República Francesa as suas ideias, soube retirar-se para esperar outra oportunidade. E quando novamente os franceses foram à sua porta reclamar seus serviços, voltou De Gaulle, para salvar, mais uma vez, a França. Desejoso de ver a sua terra natal sempre como grande país, não teve dúvidas em dar liberdade a um grupo de antigas colônias francesas, criando uma série de novos Estados na África. Por tudo isso os brasileiros rendem agora a sua homenagem ao ilustre Gal. De Gaulle. E fazemos questão de aqui frisar que ditos e publicações como aqueles do complexado governador da Guanabara não representam o povo brasileiro. O pensamento do povo brasileiro é de honrar, em De Gaulle, a grande França. (*Muito bem.*)

19 As tratativas diplomáticas para a vinda de De Gaulle ao Brasil haviam sido feitas no Governo João Goulart. Carlos Lacerda, assim como Castelo Branco, crítico da “terceira força”, apresentada por De Gaulle como alternativa à polarização da Guerra Fria, minimizara, em termos pejorativos, a importância da visita do presidente da França ao Brasil. Tais pronunciamentos levaram De Gaulle a comunicar ao Embaixador brasileiro em Paris, Mendes Viana, que evitaria maior contato com o Governador Lacerda na visita ao Brasil. TAVARES, Flávio. *O dia em que Getúlio matou Allende*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 301. FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo*, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 149. VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*, 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p. 174.

**199ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 16 DE OUTUBRO DE 1964, ÀS 13H30MIN.**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*) –

Senhor presidente: houve agora modificação no Governo de dois grandes países do mundo. Num desses países, a modificação foi feita numa simples reunião de um grupo diminuto. É um país em que existe um partido único, em que o povo não é consultado, não é ouvido, e, por isso mesmo, quando há essas modificações, nem o povo desse país nem o povo dos outros Estados – tão ligados, hoje, no mundo inteiro, estão todos os Estados – sabe qual a orientação futura do novo Governo. Não houve escolha feita pelo povo; não houve a fixação de um programa a ser realizado pelo futuro Governo. Esta, senhor presidente, [é] a situação dos países de partido único, de ditadura de um partido. Esta, senhor presidente, [é] a atual situação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Ocorreu outra modificação, senhor presidente, na Inglaterra. O povo escolheu novos dirigentes. O povo escolheu um novo partido para dirigir o país. E tanto o povo inglês como o povo dos outros países do mundo sabem qual a orientação do futuro Governo, sabem que haverá modificações profundas na estrutura econômica da Inglaterra, sabem que haverá maior intervenção do Estado no setor social e no setor econômico da Grã-Bretanha. Mas é do conhecimento de todos como este Governo fará a sua administração, porque ele realmente representa o povo e é por ele sustentado.

Oxalá, senhor presidente, também nós, no Brasil, possamos, daqui a alguns anos, estar na mesma situação da Inglaterra e os nossos dirigentes sejam realmente escolhidos, num regime verdadeiramente democrático, pelo povo, e nós saibamos qual a orientação do Governo que nós escolhemos. (*Muito bem. Palmas.*)

**205ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 23 DE OUTUBRO DE 1964, ÀS 13H30MIN.**

SR. OSNI RÉGIS (*Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente, senhores deputados: não podia eu imaginar, quando pelos idos de 1952 a 1953, lia o volumoso, claro, erudito e profundo trabalho de Edson Passos sobre o Plano de Viação Nacional, que tivesse oportunidade, doze ou treze anos depois, nesta

Casa, de discutir o mesmo assunto e mesmo de ser relator deste plano em uma das Comissões desta Casa. Daí, senhor presidente, porque hoje não poderia deixar também de dizer algumas palavras sobre o Plano de Viação Nacional, que agora, a toque de caixa, esta Câmara está discutindo.

O plano, senhor presidente, no projeto para cá encaminhado, veio realmente com diversos enganos, quer de ordem jurídica, quer de ordem técnica. Juridicamente, senhor presidente, apresentava absurdo como estes, no Art. 3º do projeto: “Os Estados e os Municípios só poderão construir ou conceder vias terminais de transporte, inclusive as constantes do Plano de Viação Nacional, após receber audiência e aprovação do Governo Federal”.

Isto queria dizer, senhor presidente que, se aprovado este artigo, os Estados não poderiam mais construir qualquer estrada, a não ser com audiência do Governo Federal, e as Prefeituras não poderiam construir uma simples estrada de ligação de uma localidade para outra, sem a mesma burocracia. Outro absurdo, senhor presidente, era aquele que mandava fosse o Plano de Viação Nacional revisto de seis em seis anos, cabendo ao Conselho Nacional de Transportes, orientado por proposição dos Conselhos Setoriais do órgão competente do Ministério da Aeronáutica e do Estado Maior das Forças Armadas, proceder a tal revisão.

Ora, senhor presidente, se o plano é aprovado pelo Congresso como poderia revê-lo uma simples repartição? Era outro erro clamoroso de ordem jurídica. Felizmente, senhor presidente, a Comissão de Justiça e os outros órgãos técnicos da Casa não concordaram com esses absurdos. E agora, no substitutivo da Comissão de Transportes, também aceitas essas posições tomadas pela Comissão de Justiça, não aparecem esses absurdos.

Quanto à parte técnica, quero referir-me aos assuntos que interessam ao meu Estado, Santa Catarina. Realmente, o nobre Deputado Plínio Costa, com o seu profundo conhecimento dos problemas rodoviários e ferroviários do Brasil, já mostrou os erros clamorosos que a Mensagem apresentava no tocante a Santa Catarina. O meu colega de representação, Paulo Macarini, também fez referências a essas falhas.

Realmente, senhor presidente, não era concebível que a BR-90, ligação de Tubarão a Lages, não aparecesse no Plano de Viação Nacional. Trata-se

de estrada que interessa mais à segurança do país do que mesmo ao próprio Estado de Santa Catarina. A região de Tubarão é a principal do Brasil onde se encontram jazidas de carvão. Imaginemos que amanhã tenhamos uma guerra com qualquer outra nação. Se houver um bloqueio, como chegará o carvão catarinense às usinas de Minas, São Paulo e à futura usina da Guanabara? Somente com o transporte rodoviário não seria possível. Entretanto, com 150 km de rodovia entre Tubarão e Lages, com facilidade ele seria transportado por ferrovia de Lages para São Paulo, Guanabara ou Minas. Constitui, pois, problema de segurança nacional a construção da BR-90, entre Tubarão e Lages. Daí porque muito bem agiu a Comissão de Transportes ao aceitar a reinclusão dessa rodovia de interesse nacional, como assinalei.

Outra ligação é a de Campos Novos a Lagoa Vermelha. Na estrada de Itajaí, Rio do Sul, Curitiba, Campos Novos, faltava a ligação de Campos Novos a Lagoa Vermelha, no Estado do Rio Grande do Sul. Outra, também, que havia sido esquecida era a estrada de Papanduva, portanto atual BR-2, a Blumenau, através de uma rica região do Estado de Santa Catarina.

Mas quero demorar-me mais, senhor presidente, no estudo das estradas de ferro e portos, já que o Deputado Paulo Macarini abordou o assunto referente a estradas de rodagem. Havia, na chamada estrada Teresa Cristina, um erro clamoroso. Na Mensagem só aparecia a estrada de Lauro Müller a Laguna. Ora, tem imensa importância a chegada a Tubarão e de Tubarão a Araranguá. Em verdade, esta não é uma região carbonífera, mas é riquíssima, hoje, no que toca à agricultura catarinense. É uma zona de pequenas propriedades, com grande população e seu desenvolvimento agrícola nos últimos anos tem sido dos melhores em nosso Estado. Não se poderia conceber se retirasse a estrada de ferro de Araranguá a Tubarão e, principalmente, a estrada de Tubarão, a partir de Lauro Müller, até Tubarão. Portanto, agiu muito bem a comissão dos deputados catarinenses que mandava fixar a estrada de ferro de Tubarão a Araranguá.

Quanto aos portos, senhor presidente, houve também um absurdo. Nós, em Santa Catarina, temos um número bastante grande de portos: São Francisco, Itajaí, Florianópolis, Laguna, Imbituba. Entretanto, de cinco, não temos um grande porto por absurdo que pareça. São todos portos pequenos, sem grande desenvolvimento, em que o Governo não nos tem dado a assistência capaz. Há

necessidade, em Santa Catarina, de um grande porto. Não adianta termos cinco, sem nenhum aparelhado. É preferível um grande, bem-aparelhado. Esse grande porto tem sido estudado pelo Governo Federal, pelo seu setor especializado, o Departamento de Portos e Vias Navegáveis. E o Ministério da Marinha escolheu como principal de Santa Catarina o porto de Anhatomirim, no continente.

Sr. Vasco Filho – Com relação às estradas do carvão, a Comissão de Transportes acolheu várias emendas dos doutos colegas catarinenses. Ela fez justamente aquele galho que vai até Lauro Müller, para o Oeste, e até Araranguá, para o Sul. Quanto às ferrovias, corrigiu a Mensagem presidencial. Com referência a porto, é Anhatomirim aquele que efetivamente vai servir a Santa Catarina. Há também um grande porto, o de São Francisco do Sul, ao norte do seu Estado, mas já está estudado pelo Doutor Colombo Sales, engenheiro-portuário e também catarinense. Tenho nos nossos arquivos o estudo completo sobre o assunto. O porto de Anhatomirim, cuja construção se fará não na ilha, mas no continente, será um dos maiores do Brasil.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço a V. Exa., de modo especial, a acolhida que deu à nossa emenda, incluindo o porto de Anhatomirim nessa relação. Realmente, ele recorda um fato importantíssimo na História brasileira, particularmente na História catarinense. É que no porto de Anhatomirim temos a antiga Fortaleza onde foram fuzilados tantos nobres catarinenses, durante uma de nossas revoluções federalistas, após a instauração da República no país. Infelizmente, há esta triste recordação para nós.

Também, senhor presidente, o porto de Anhatomirim foi incluído no Orçamento da União, tanto no de 1964, como para o de 1965. Por isto, não poderia deixar de figurar num plano cuja duração é de 25 anos. Queremos, por isto, de modo especial, agradecer o apoio da Comissão de Transportes, aceitando as emendas dos deputados por Santa Catarina, de modo geral, as quais procuravam retratar fielmente a realidade catarinense, quanto ao seu plano de viação.

O Governo Federal tem esquecido a parte do litoral catarinense, atravessado pela BR-59, uma das zonas mais lindas do Brasil, assim como uma das mais ricas, porque recebe toda a produção do Vale do Rio Itajaí, do norte do Estado e, em especial, do Município de Joinville. Hoje, também da parte sul de Santa Catarina, onde a agricultura se tem desenvolvido e o carvão é explorado.

Sr. Carneiro Loyola – Realmente o que desejo é que saíamos dos planos para entrarmos, finalmente, na concretização, pelo menos daquilo que está planejado. O que se passa com a BR-69 é um verdadeiro descalabro. Ainda há poucos dias recebi telegrama de Joinville, informando que está completamente interrompido o tráfego entre aquela cidade e Itajaí. Quer dizer, está presa toda a produção de Itajaí e Joinville em direção ao Norte, que é seu mercado natural. Essa situação não pode perdurar, sem grande sacrifício para a economia do Estado e dessa riquíssima zona catarinense.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço o aparte de V. Exa. Queria declarar que, no último número da revista especializada em viação e turismo, *4 Rodas*, há uma reportagem em que se fazem ótimas referências à zona do Vale do Itajaí, de Joinville e Jaraguá. Mas, infelizmente, fazem questão de frisar: é terra batida. Choveu, tem lama; não choveu, tem poeira. E é uma das zonas mais ricas de Santa Catarina, uma das zonas mais ricas do Brasil. Vivemos nessa situação há 25 anos, quando foi iniciada a construção da BR-59. A mesma coisa ocorrerá com a nossa estrada de integração, que será a atual BR-36, também chamada Estrada Presidente Nereu Ramos, que vai de Florianópolis-Lages-Joaçaba-São Miguel do Oeste. Hoje, o oeste catarinense é uma zona em franco progresso. A agricultura é desenvolvidíssima; há grande criação de suínos, e grandes carros-frigoríficos transportando seus produtos para São Paulo e Guanabara. Infelizmente, quando chove ficam retidos aqueles milhões e bilhões de cruzeiros em produtos, porque falta uma estrada boa em que se possa viajar.

Aqui ficam, de modo especial, nossos agradecimentos à Comissão de Transportes. Temos certeza de que esta Casa dará apoio integral a nossas pretensões, votando o substitutivo da Comissão de Transportes, que veio sanar todos os erros apresentados na Mensagem que o Governo encaminhou a esta Casa. (*Muito bem, muito bem.*)

Durante o discurso do Sr. Osni Régis, o Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Aniz Badra, 3º Secretário.

**213ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 30 DE OUTUBRO DE 1964, ÀS 13H30MIN.**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: acabei ler, hoje, no *Diário de Notícias*, que o Sr. Carlos Lacerda está contra o projeto de lei do Governo referente ao inquilinato. Como sempre, o Sr. Carlos Lacerda está contra todas as proposições do Governo que o tornam impopular. Está contra a lei do inquilinato, contra o imposto de renda, contra o imposto de consumo, contra a reforma agrária.

Interessante, é Sr. presidente, que o Sr. Carlos Lacerda não está contra os constantes aumentos de impostos, lá na Guanabara, nem tampouco, o Sr. Carlos Lacerda pede aos seus amigos – e sabemos que ele tem grandes amigos aqui nesta Casa – que votem contra Mensagens como a da prorrogação do mandato do Sr. Castelo Branco.

S. Exa. fala sempre desses projetos impopulares dizendo que foram feitos pelo ministro X ou pelo ministro Y, esquecendo-se, entretanto, de que, dessa forma, está atacando não a esses ministros, mas ao próprio presidente da República. Na verdade, o Sr. presidente da República tem sempre frisado que os projetos são de sua autoria, por isso S. Exa. os assina. Das duas, uma: ou o Sr. Carlos Lacerda chama o Sr. Castelo Branco de incompetente, que assina as Mensagens para cá enviadas sem conhecer seu conteúdo, ou o Sr. Carlos Lacerda não tem coragem de atacar frontalmente o Sr. Castelo Branco. Para efeito publicitário, ele ataca os ministros.

Sr. presidente, esta forma de fazer política, de buscar popularidade, hoje não engana mais o povo brasileiro. Se o Sr. Carlos Lacerda quer ser candidato à Presidência da República que se defina, mas se defina com firmeza, dizendo realmente aquilo que pensa e aquilo que sente. Não se muda de um dia para outro. O povo brasileiro quer definições e não aceita mais aquele sistema de política que se costumava fazer e que o Sr. Carlos Lacerda pretende ainda continuar a fazer no Brasil, de pura demagogia. (*Muito bem.*)

2ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 9 DE MARÇO DE 1965, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: Santa Catarina apresenta uma economia bastante sólida, pois é um Estado industrial e agropecuário. Na parte industrial, já conta com mais de cem mil operários, tendo, portanto, o mesmo número de operários do Paraná e a metade dos operários do parque industrial do Rio Grande do Sul. Além disso, o comércio catarinense é bastante sólido. Não obstante, o Estado de Santa Catarina encontra-se em graves dificuldades. Número elevado de fábricas está dispensando seus operários. O mesmo ocorre com as casas comerciais. Muitas indústrias estão sendo fechadas, porque a retração dos negócios que hoje se processa no país já se está fazendo sentir fortemente em Santa Catarina.

Senhor presidente, deixo esta observação, ao mesmo tempo em que dirijo apelo ao Governo Federal no sentido de olhar com atenção a situação dramática por que passam a economia e as finanças do Brasil. Repetindo aquelas palavras do dramaturgo inglês, há qualquer coisa de podre – não no reino da Dinamarca – mas hoje aqui, no Brasil. A situação é difícilíssima na parte da economia e das finanças das empresas brasileiras, e, se não forem tomadas com urgência medidas por parte do Governo Federal, dentro em breve não teremos aquele desenvolvimento que prega o senhor presidente da República, mas sim uma recessão completa no progresso do país. (*Muito bem.*)

20ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 2 DE ABRIL DE 1965, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: no antigo Plano de Viação Nacional existia, em Santa Catarina, a BR-90, de Tubarão a Lages. Ligava, esta estrada, a zona carbonífera à região serrana e, bem assim, a região carbonífera ao Tronco Principal Sul. Agora, senhor presidente, pela Lei de Viação Nacional, o Governo Federal retirou esta estrada do Plano. Nesta Casa, quando da discussão e votação do projeto, conseguimos incluir novamente a BR-90. Infelizmente, o presidente da República vetou a parte da BR-90.

Não vemos razão alguma para esse veto. A estrada é de importância imensa para a segurança nacional. Imaginemos que, amanhã, ocorra o mesmo que na última guerra, quando os portos brasileiros foram bloqueados. Como poderá vir o carvão para as siderúrgicas do norte do Brasil e para as de São Paulo, de Minas e da Guanabara, se não houver uma estrada que ligue a zona carbonífera à ferrovia do Tronco Principal Sul? A construção dessa estrada, de 200 quilômetros, já foi iniciada no trecho do litoral entre Tubarão e o início da serra. O Governo Estadual já construiu inclusive uma grande ponte nesta estrada sobre o Rio Lava-Tudo, entre os Municípios de Lages e São Joaquim.

Esperamos que o Congresso rejeite o veto, quando da sua discussão e votação, fazendo, portanto, com que nós, em Santa Catarina, continuemos a ter a BR-90, que liga uma grande região catarinense, a zona carbonífera à região da Serra. (*Muito bem.*)

79ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 18 DE JUNHO DE 1965, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: quando se discutia nesta Casa a remessa de tropas brasileiras para São Domingos²⁰, diziam aqueles que acompanhavam o ponto de vista do Governo que essas forças teriam sentido eminentemente de paz e não haveria, de forma alguma, ataques, combates com tropas dominicanas. Sabíamos todos nós, entretanto, que os dominicanos são patriotas e veriam essas tropas como forças de ocupação. O mesmo ocorreria conosco aqui no Brasil se tropas estrangeiras para cá viessem. De modo algum concordaríamos com isso e tudo faríamos para o seu afastamento. A mesma coisa está fazendo naturalmente o povo de São Domingo. E, infelizmente, segundo os jornais de hoje, já seis soldados brasileiros se encontram feridos. O pior é que nossos patrícios alvejaram parte da população daquele país.

Senhor presidente, se tivéssemos aqui votado a remessa de tropas para salvaguardar o nosso território, ou com o sentido de paz, como aconteceu no

²⁰ Em 1965, temendo uma nova revolução cubana, os Estados Unidos determinaram uma intervenção armada na República Dominicana para apoiar um golpe de Estado contra o movimento de esquerda que se instalara no poder. A intervenção armada contou com respaldo da OEA e o Brasil enviou 1.130 soldados para apoiar a investida, seguindo-se Honduras, que concorreu com 250 soldados. A ocupação se prolongou até setembro de 1966.

caso do Suez ou no Congo, estaria bem. Mas em São Domingos a situação era outra. Iríamos tão somente coonestar um problema criado pelos Estados Unidos da América do Norte e procurar, com o nosso nome, encobrir o erro praticado pelo Governo americano. Por isso, ficamos tristes quando lemos a notícia desse choque de tropas brasileiras contra dominicanos. E é sob o comando de um general brasileiro que essas tropas atacam os dominicanos, matando, inclusive, mulheres e crianças. Não me arrependo, pois, senhor presidente, quando na Comissão de Justiça, ao votar contra a remessa de tropas, declarei que não seria com o meu voto que brasileiros atirariam em dominicanos, ou se deixariam matar pelos dominicanos. (*Muito bem.*)

80ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 21 DE JUNHO DE 1965, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma comunicação – Sem revisão do orador.*) –

Senhor presidente: o terrorismo cultural, como não poderia deixar de ser, foi levado também ao teatro e ao cinema. Agora, como se fala num terrorismo mais apertado no teatro, um grupo de artistas, encabeçado por Tônia Carreiro, Fernanda Montenegro, Tereza Raquel, Nelson Rodrigues, Sandro [Polloni], Paulo Autran, Ítalo Rossi, e outros, encaminhou ao senhor presidente da República, o seguinte telegrama:

Exmo. Sr. Presidente da República, Digníssimo Marechal Humberto Castelo Branco:

As classes teatrais e cinematográficas, reconhecendo as medidas tomadas por Vossa Excelência em apoio ao teatro e ao cinema nacionais, tais como subvenção especial às companhias teatrais, regulamentação da profissão do ator, regulamentação da exibição de filmes brasileiros, etc., manifestam estranheza, diante da recomendação do Departamento Federal de Segurança Pública às censuras estaduais, noticiadas à imprensa, estabelecendo novas normas de censura e medidas de restrição às atividades teatrais e cinematográficas.

Essa medida, que constitui grave ameaça à livre manifestação de pensamento e ao desenvolvimento da cultura nacional, é incompatível com as tradições democráticas do povo brasileiro.

Senhor presidente, quero também neste instante frisar que li, em jornal de hoje, que o senhor presidente da República, ao tomar conhecimento deste telegrama, telefonou à artista Tônia Carreiro, dizendo não ter conhecimento

dessas pressões contra o teatro e o cinema e que iria tomar as devidas providências. Aqui ficam, senhor presidente, essas observações e, ao mesmo tempo, a certeza que o chefe da Nação como em outros campos, fará com [que] o terrorismo cultural deixe de abater-se sobre essas duas manifestações da Arte que são o teatro e o cinema. (*Muito bem.*)

92ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 6 DE JULHO DE 1965 (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA), ÀS 9H.

SR. OSNI RÉGIS (*Discurso – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: João Barbalho, em seus *Comentários à Constituição Federal de 1891*, cujo artigo 27, estabelecia os casos de incompatibilidade eleitoral, esclarecia que a Lei nº 35, de janeiro de 1892, viera regular aquele preceito da Constituição de 1891. Mas salientava, o grande constitucionalista, que, infelizmente, uma lei vinha regulamentar aquele princípio da Constituição e era contrário a isso, porque achava que somente por meio de reforma da Constituição é que se poderiam fazer restrições, estabelecendo casos de incompatibilidade e de inelegibilidade.

Aqui também, senhor presidente, infelizmente fizemos a mesma coisa. Pela Emenda Constitucional nº 14, passamos à lei comum a regulamentação dos casos de inelegibilidade. E, apesar de ser fixado naquela emenda que a lei deveria ter as características de votação por maioria absoluta, apesar disto, agora estamos notando que, por meio do veto, o presidente da República poderá sancionar uma lei em que tenha influído somente um terço dos representantes desta Casa. Um terço dos representantes desta Casa poderá regulamentar princípios de inelegibilidade.

E, mais ainda, senhor presidente, o perigo que imaginávamos com aquele preceito da emenda constitucional apareceu, agora, no projeto encaminhado a esta Casa pelo Poder Executivo, que não obedeceu ao que foi fixado no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 14.

Pelo Art. 2º daquela emenda, lei especial poderia estabelecer novas inelegibilidades, desde que fundadas na necessidade de preservação: 1) do regime democrático, da exação e probidade administrativas, da lisura e normalidade das eleições contra o abuso do poder econômico e uso indevido da influência do exercício de cargos ou funções públicas.

Ora, senhor presidente, apareceram neste projeto novos casos não incluídos entre aqueles fixados pelo Art. 2º da Emenda Constitucional nº 14. E por isso, o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, o nobre Deputado Oliveira Brito, mostrou diversas inconstitucionalidades constantes do corpo do projeto.

Veremos, senhor presidente, alguns desses casos de inconstitucionalidades. Antes, porém, queríamos dizer que, se sob a vigência da Constituição de 1891, houve lei regulamentando os casos da inelegibilidade, depois disso só em 1932, realizada a Revolução Constitucionalista de São Paulo, é que nós tivemos um decreto de dezembro daquele ano, fixando casos de inelegibilidade. Estávamos, entretanto, num período de ditadura.

Depois da vigência da Constituição de 1946, não havíamos tratado desses casos. Agora, após a Revolução de 1º de abril, é que se providencia essa regulamentação dos casos de inelegibilidade. O projeto, senhor presidente, consta de três partes. A primeira é a da parte geral. A segunda, dos retratos, e, a terceira, do processo. Na primeira parte há este item do seguinte teor:

São inelegíveis para presidente e vice-presidente da República:

Art. 1º ...

Nº 1

C) Os que integram os quadros vinculados pelo programa ou pela ação a partidos ou governos estrangeiros.

Já foi fixado aqui que, por esse preceito, não poderão ser eleitos os membros do Partido Democrata Cristão, do *Lions*, do *Rotary*, e mesmo os sacerdotes. Vamos adiante, senhor presidente: por um preceito desses, aqui, amanhã, se poderia alegar que os membros do Partido Social Democrático não poderiam ser eleitos, porque, anos atrás, sob o nome de Partido Social Democrático, na Alemanha, se agasalharam aqueles que foram os criadores dos partidos comunistas nos diferentes países da Europa Central. É um absurdo, portanto, a inclusão de um preceito desses no projeto.

Mais, ainda, senhor presidente, há o disposto na letra "1" que é o seguinte:

Os que, por abusos do poder econômico, por atos de corrupção ou por influência no exercício do cargo ou função, tenham comprometido ou comprometam, por si ou por intermédio de outrem, a lisura e normalidade dos pleitos eleitorais.

Estamos de acordo com esse princípio. É necessário controlar o poder econômico. Mas, para que atuasse com mais força um princípio desses, seria necessário que o Poder Executivo tivesse autoridade moral para encaminhar normas semelhantes, isso porque sabemos que, infelizmente, o atual presidente da República tem conhecimento de corrupções por influência no exercício do cargo e nada faz para impedi-las. Ainda há pouco tempo, um deputado do meu Estado, nesta Casa, em discurso numa convenção do seu partido, mostrou caso de corrupção praticada por alto diretor de um banco oficial. Levado esse discurso ao conhecimento do senhor presidente da República, ele nenhuma providência tomou contra essa pessoa que se aproveitou do cargo para fazer corrupção eleitoral. Portanto, não há de parte do senhor presidente da República – sinto dizer – autoridade moral para defender princípios iguais a esse.

Outros, senhor presidente, já tão falados são os artigos referentes a retratos. O Art. 4º diz o seguinte:

São inelegíveis até 31 de dezembro de 1965 os ministros de Estado que serviram em qualquer período compreendido entre 23 de janeiro de 1963 e 31 de março de 1964.

§ único: Excetuam-se os que estejam desempenhando mandatos legislativos e os que hajam ocupado ministérios militares.

Este é um artigo feito de encomenda para atingir um determinado candidato. Está aqui, “de corpo presente”, a figura, o retrato do Sr. Hélio de Almeida²¹.

Não é possível que num projeto desta importância se encontrem artigos fixando determinadas pessoas ou casos particulares. São princípios como estes que não podem merecer acolhida desta Casa, a não ser que desejemos, amanhã venham novos projetos como este cada vez mais cercar a liberdade de ação dos membros do Congresso e de quantos ocupam cargos eletivos.

O Art. 5º também, senhor presidente, é daqueles que têm [em] mira representantes desta Casa e [pretende] impedir que outros que ocupam Secretarias de Estados de certos governadores possam ser candidatos a governador nos seus Estados. Esses dois artigos são flagrantemente inconstitucionais, e já sabemos que existem emendas para retirá-los do corpo do projeto. Não é possível que a Casa inclua dispositivos como esses em uma lei. Não é possível [que] se

21 Hélio de Almeida, candidato da coligação PSD-PTB ao Governo da Guanabara, havia sido ministro do Governo João Goulart, de 23 de janeiro de 1963 a 21 de junho de 1963.

acovarde tanto esta Casa, a ponto de, contra todas as normas do Direito, contra todos os princípios de moral, admitir artigos idênticos a esses.

Na parte da processualística, é de se notar, principalmente, o Art. 10º. Após fixar a forma do processo, o início e a sua continuação, refere-se à sentença, frisando:

Conclusos os autos dentro de 24 horas, o juiz ou tribunal terá o prazo de cinco dias para proferir a decisão.

Parágrafo único: O juiz formará a sua convicção pela livre apreciação da prova, independentemente dos fatos notórios.

Sabemos, senhor presidente, que seguindo esses princípios, determinados países liquidaram as liberdades políticas. Foi na base desse livre convencimento e de princípios como este que acabou a liberdade na Alemanha, nos anos que antecederam à subida do Partido Nazista ao poder. Com princípios iguais a estes se sufocou inteiramente toda reação dentro do Partido Comunista na União Soviética. Princípios como estes suprimem completamente toda a liberdade política. Se deixarmos tudo ao livre arbítrio do juiz baseado unicamente em fatos notórios, acabaremos por converter a Justiça Eleitoral num lugar de embates em que, muitas vezes, infelizmente, a covardia e o interesse irão prevalecer contra o Direito e contra a moral.

Também, senhor presidente, é de se frisar que não se fala, no Art. 11, se os recursos têm ou não têm efeito suspensivo. O Governo deixou livre, em claro, essa parte tão importante dos recursos.

Senhor presidente, se não reagirmos, se esta Casa não reagir, dia a dia se irá extinguindo o poder, a força do Legislativo. Ou temos a coragem de reagir contra projetos como este, ou iremos cada dia mais vendo o enfraquecimento deste Poder.

Senhor presidente, a exposição de motivos do senhor ministro da Justiça, que acompanha o projeto, infelizmente, sinto dizer, contém grossas hipocrisias. Há trechos como este:

O projeto, com a mesma inspiração da Emenda, não dá direito a indivíduos e pessoas, mas a situações que possam perturbar a genuína manifestação da vontade do corpo eleitoral, fonte do sistema representativo.

Ao mesmo tempo em que a exposição diz que a Mensagem não se dirige a indivíduos e pessoas²², os artigos 4º e 5º do projeto estão a retratar os Srs. Hélio de Almeida, os nobres representantes de Goiás nesta Casa e ex-secretários do Governo de Goiás, possíveis futuros candidatos ao Governo daquele Estado. O Governo gasta páginas e páginas para mostrar que o projeto tem por finalidade principalmente lutar contra as agremiações políticas que pregam o regime do partido único, mostrando a situação constitucional italiana, a alemã e nos Estados Unidos, principalmente depois do período da II Guerra Mundial. Não notou, entretanto, o senhor ministro, que a Itália havia passado pelo regime fascista, que a Alemanha havia passado pelo regime nazista e que os Estados Unidos, quando se fixaram nessa parte, estavam num período de mcarthysmo. Infelizmente, senhor presidente, sentimos dizer que o mcarthysmo, que já é coisa passada nos Estados Unidos, está se infiltrando no Brasil. Os mcarty (sic) brasileiros se encontram em cada esquina, infelizmente; estamos sentindo isso.

Mas, ou nós reagimos, senhor presidente, ou amanhã, para todos aqueles que o Governo achar que não devem ser candidatos, encontrará meios e modos, dentro da legislação que nos quer impor, para cercear e cortar suas possíveis candidaturas, como a de todos que fazem oposição ao Governo da República. Era o que tinha a dizer. *(Muito bem, muito bem. Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Osni Régis, o Sr. Emílio Gomes, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nogueira de Resende, 4º Secretário.

106ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 15 DE JULHO DE 1965.

SR. OSNI RÉGIS *(Comunicação – Sem revisão do orador.)* – Senhor presidente: não poderíamos deixar de dizer algumas palavras sobre o falecimento de um dos maiores estadistas americanos, que foi [Adlai] Stevenson [II]²³. Candidato à mais alta posição política dos Estados Unidos da América

22 Luís Viana Filho, Chefe da Casa Civil do Governo Castelo Branco, confirmou, em seu livro de memórias, que textos da Lei de Inelegibilidades “tinham endereços mais ou menos conhecidos”, um dos quais se destinava a impedir a candidatura de Hélio de Almeida. VIANA FILHO, Luís. Op. Cit. p. 313.

23 Adlai Ewing Stevenson II, disputou com o republicano Dwight Eisenhower a candidatura à presidência dos EUA, em 1952 e 1956. Crítico da política intervencionista dos EUA, embora representante desse país na ONU (1961-1965), não foi informado por Kennedy da articulação, pela CIA, da Invasão da Baía dos Porcos, até as vésperas desta operação. Na crise dos mísseis colocados pela Rússia em Cuba, defendeu que os EUA aceitassem a exigência russa de retirada dos mísseis americanos colocados na Turquia. Foi

do Norte, Stevenson caracterizou-se sempre pelo seu grande espírito liberal e pelo seu profundo humanismo. Era, num país em que predominam os interesses econômicos, um homem que colocava os valores morais e intelectuais na mais alta posição. Foi um dos personagens que, nos últimos anos, mais elevou o conceito da função política nos Estados Unidos da América do Norte. Não só pelos seus escritos, como por seus primorosos discursos, mostrou-se uma figura nova na política americana.

Como representante do Governo americano na ONU, muitas vezes teve que tomar certas posições em defesa de seu país. Ao terminar, senhor presidente, envio nossas condolências ao grande país americano e, de modo especial, ao Partido Democrata pela perda de um dos seus maiores representantes. (*Muito bem.*)

115ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 11 DE AGOSTO DE 1965, ÀS 21H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: os órgãos federais de abastecimento infelizmente se têm preocupado apenas com os problemas de Guanabara. O restante do Brasil para eles não existe. Tive oportunidade de verificar isso quanto ao preço da batata inglesa, também chamada batatinha. Há poucos dias, em Florianópolis, capital do meu Estado, notava eu que o preço de um quilo de batata inglesa era de 80 cruzeiros. Logo depois, em Belém, verifiquei que um quilo de batata custava 500 cruzeiros; e em Manaus, 800 cruzeiros, quer dizer, dez vezes mais do que na capital de Santa Catarina.

Isso demonstra que órgãos de abastecimento não se estão preocupando de forma alguma com a distribuição do produto no Brasil. Ainda mais, é de se notar que, quando, por exemplo, no Norte, falta batata, o que faz com que ela alcance preços absurdos, dez vezes mais altos do que os do sul do Brasil, na

contrário à invasão americana ao Vietnã.

No discurso *Nature of Patriotism*, proferido em agosto de 1952, advertiu: “demasiado frequentemente ataques sinistros à Carta de Direitos, à liberdade de pensamento, são acobertados sob o patriótico manto do anticomunismo”. Apesar destas posições, veio ao Brasil em 1961, no contexto das pressões dos EUA para que o Brasil rompesse com Cuba. Talvez daí a ressalva, evasiva, do orador ao homenageado. SCHLESINGER JR, Arthur M. *Mil Dias John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil* (Dois Séculos de História). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

minha região, em Lages, a batata inglesa está se estragando em quantidade, porque não encontra mercado. Portanto, os órgãos federais preocupam-se unicamente com Guanabara – com os jornais da Guanabara, com as campanhas da Guanabara – e se esquecem de que existe o resto do Brasil. Que esses órgãos, portanto, senhor presidente, se preocupem mais um pouco com o Brasil e deixem a Guanabara. (*Muito bem. Palmas.*)

143ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1965 (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma Comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: do norte para o sul, o Estado de Santa Catarina é atravessado, pelo menos teoricamente, ou em lei, por diversas estradas federais. Em tráfego, realmente, existe somente a antigamente chamada BR-2, e está sendo construída, há mais de vinte anos, a que passa pelo litoral, a anteriormente chamada BR-59.

Agora, senhor presidente, a BR-2, como é do conhecimento de todos, está quase completamente paralisada, porque caiu a ponte sobre o Rio Pelotas, que liga Santa Catarina ao Estado do Rio Grande do Sul. Ora, senhor presidente, há anos vem a bancada de Santa Catarina lutando pela pavimentação da BR-59, a estrada do litoral. Mostrávamos, nós, a necessidade desta rodovia, tanto para Santa Catarina, para o Paraná, como para o Rio Grande do Sul. Para Santa Catarina, porque iria à região mais industrializada daquele Estado, ligaria a região de Joinville ao Vale do Itajaí, além de servir à capital e à região do carvão, no sul do Estado. Infelizmente, algum ministro chegou a dizer que aquela era uma estrada de turismo e que não havia necessidade dela. Agora, quando estão parados, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, milhares de caminhões que serviam principalmente para transportar o produto do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e Estados do Norte, quando o Estado do Rio Grande do Sul de repente ficou completamente separado do resto do Brasil, então, nesse instante, o Governo sentiu a necessidade da BR-59.

Fazemos um apelo, senhor presidente, para que o Governo não se esqueça da situação em que se encontra, com as chuvas, o sul do Brasil, e, agora,

providencie a conclusão imediata da BR-59, que tanto servirá não somente a Santa Catarina, mas aos outros Estados sulinos do Brasil. (*Muito bem.*)

162ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 18 DE OUTUBRO DE 1965, ÀS 13H30MIN²⁴.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: anunciando as eleições, os principais partidos políticos de Santa Catarina, PSD e UDN, lançaram seus candidatos: a União Democrática Nacional, o Senador Antônio Carlos Konder Reis e o Partido Social Democrático, o Deputado Ivo Silveira. Naturalmente, cada uma das agremiações procurou aliar-se a outras. A União Democrática Nacional conseguiu o apoio do Partido Libertador e do Partido Democrata Cristão. Nós, do PSD, contamos com o apoio do Partido Social Progressista e, depois, do Partido Trabalhista Brasileiro, terceira força política em Santa Catarina.

A União Democrática Nacional ofereceu uma série de condições excepcionais ao PTB para que apoiasse o seu candidato, o Senador Antônio Carlos Konder Reis. Não obstante, o Partido Trabalhista Brasileiro nos apoiou. Igual procedimento teve o Partido de Representação Popular. E, bastou que o Partido Trabalhista Brasileiro nos apoiasse para que, desde esse instante, fôssemos, os da Aliança Social Trabalhista e Populista, acoimados de corruptos e subversivos. Até então nada disto havia. A União Democrática Nacional oferecia tudo ao Partido Trabalhista Brasileiro. Até então, ele não era subversivo. Bastou, entretanto, que nos apoiassem para que, desta hora em diante, fôssemos todos nós, petebistas e pessedistas, acoimados de subversivos.

E, pior ainda, senhor presidente, procurou a União Democrática Nacional criar um clima fictício, de condições difíceis para, possivelmente, solicitar forças federais para o Estado. Aqui, nesta Casa mesmo, os senhores Deputados Diomício Freitas e Álvaro Catão, leram discursos dos seus correligionários de Santa Catarina, dizendo que os gaúchos haviam invadido Santa Catarina para prejudicar as eleições. Foram além. Possivelmente, porque haviam lido

²⁴ A tentativa da UDN de provocar intervenção federal em Santa Catarina para modificar a situação de sua derrota eleitoral ocorreu em julho de 1966, com a cassação do mandato do vice-governador eleito, Francisco Dall'Igna (PTB-SC), e a posterior eleição, pela Assembleia Legislativa, de Jorge Bornhausen, da ex-UDN, para substituí-lo, já no sistema bipartidário imposto pelo AI-2.

o romance de Mário Palmério, *Vila dos Confins*, inventaram um atentado ao candidato a prefeito [de] Curitibanos.

Num determinado dia, os jornais de São Paulo e do Rio e as estações de rádio de Santa Catarina anunciaram que havia chegado à cidade [de] Curitibanos, o candidato a prefeito daquela cidade com o carro todo atravessado de balas. Acontece que, no dia em que ocorreu o atentado, o candidato estava doente e não pôde haver o simulacro de atentado.

As eleições em Santa Catarina correram num ambiente de paz, de calma e de segurança. Não houve pedido de força federal para qualquer dos municípios catarinenses, e, como não podia deixar de ser, os candidatos do PSD, PTB, PRP, e PSP, Ivo Silveira e Francisco Dall'Igna, foram eleitos.

Há dias o Deputado Diomício Freitas declarou que em Santa Catarina ganhamos a eleição em virtude da corrupção e da subversão. Mas, se há alguém que não pode falar em corrupção, é S. Exa., que nunca foi candidato a cargo algum até então, e que se elegeu deputado federal – os homens do sul de Santa Catarina não ignoraram – graças às dezenas de milhões que gastou nas eleições.

Em Santa Catarina ganhamos porque tínhamos a apresentar cinco anos do Governo Celso Ramos, em que o Estado se modificou, um Governo que cresceu em mais de 150 mil quilowatts a energia catarinense. Hoje temos energia suficiente. Tínhamos apenas quatro ginásios gratuitos. Agora possuímos 120 ginásios do Estado e mais 60 ou 70 ginásios com os quais o Estado faz convênio, pagando toda a anuidade. Atualmente, em Santa Catarina, o ensino primário e o secundário são gratuitos. Foi a boa administração do nosso Governo que fez com que o povo catarinense quisesse a sua continuação e elegeisse os nossos candidatos. Se houve corrupção, não se verificou por parte do PSD ou do PTB. E, quanto à subversão, só a alegaram depois que o PTB nos apoiou. Na minha comarca, de Lages, o Partido Trabalhista Brasileiro apresentou candidato a prefeito, e a UDN o apoiou. E mesmo lá, onde o Partido Trabalhista Brasileiro, pelo seu diretório municipal, não fez força pelo nosso candidato, ganhamos com diferença de mais de sete mil votos. Isto demonstra que o que nos conduziu à vitória foi, antes de tudo, a lembrança que o povo catarinense tem de um Governo de paz, de segurança e de trabalho. (*Muito bem. Palmas.*)

**31ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 28 DE MARÇO DE 1966, ÀS 21H30MIN.**

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: recebemos a notícia do falecimento, na semana passada, em Florianópolis, do Senhor Desembargador Henrique da Silva Fontes. Esse fato representa para nós, catarinenses, uma grande perda. Henrique da Silva Fontes, natural de Itajaí, cedo foi para a capital do Estado, onde lecionou no então Ginásio Catarinense; passou, em seguida, a lecionar na Escola Normal de Florianópolis, e foi nomeado diretor de Ensino em Santa Catarina. Mais tarde, no Governo de Adolfo Konder, Henrique da Silva Fontes foi Secretário da Fazenda, e, em 1932, com José Boiteux e outros, fundou a Faculdade de Direito de Santa Catarina e, alguns anos depois, ainda, a Faculdade de Filosofia do Estado. Também exerceu, com elevado tino jurídico, o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Além desses grandes trabalhos realizados, era grande historiador dos assuntos catarinenses e grande conhecedor de Filologia. Seus talentos neste campo são hoje já considerados clássicos, principalmente quanto à terminologia.

Henrique da Silva Fontes, senhor presidente, tinha uma posição excepcional em Santa Catarina, e seus esforços pelo desenvolvimento do nosso Estado foram dos maiores que já tivemos. Ainda diretor de Ensino, publicava, porque feitas por ele, as cartilhas em que todos nós estudamos; não houve jovem catarinense – desta geração de hoje com 40 ou 50 anos – que não tivesse estudado pelas cartilhas de Henrique da Silva Fontes. Todos nós também, os que passamos pela Faculdade de Direito de Santa Catarina, nos lembramos dos ensinamentos de Economia Política dados por aquele grande professor, por aquele homem austero e trabalhador. Aqui, senhor presidente, consignamos o infausto acontecimento, e levamos os nossos pêsames, não somente à família do extinto, mas de modo especial à juventude e ao povo de Santa Catarina. (*Muito bem.*)

**34ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA,
EM 30 DE MARÇO DE 1966, ÀS 13H30MIN.**

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: é para mim um verdadeiro problema, até de consciência, falar

de discurso feito por colega, ainda mais quando esse colega não se encontra neste instante na Casa. Mas, na Câmara, podemos falar só de quando em vez e devemos aproveitar as oportunidades.

O Deputado Laerte Ramos Vieira fez um pronunciamento sobre política estadual há dias, quando atacou a honorabilidade de seu primo e antigo governador de Santa Catarina, Sr. Celso Ramos. Além disso, procurou, o Deputado Laerte Ramos Vieira, dizer que foi derrotado – Sua Excelência foi candidato agora a vice-governador do Estado – em virtude da corrupção reinante no Estado de Santa Catarina. S. Exa. não tem razão. Foi derrotado porque, realmente, não tinha votos.

Exemplifico com as eleições no Município de Lages, do qual o Deputado Laerte Ramos Vieira é filho. Lá estudou S. Exa., fez carreira política, foi vereador. Foi também deputado estadual por Lages, tendo ainda, aquela cidade, lhe fornecido boa margem de votos para trazê-lo à Câmara dos Deputados. Apesar disso, senhor presidente, o Deputado Laerte Ramos Vieira, como candidato a vice-governador, perdeu no Município de Lages por mais de 6.500 votos.

Ainda mais não pode S. Exa. dizer que em Lages tenha havido corrupção, emprego de dinheiros. Naquela cidade, no dia da eleição, tanto nós, do então PSD, quanto os da UDN, tivemos todas as condições. Não ficou um só eleitor, do PSD ou da UDN, sem votar por falta de condições. Quanto à alimentação, foi ela providenciada, de comum acordo, por pessedistas e udenistas. Pagamos, todos nós, as despesas de alimentação dos eleitores, proporcionalmente àqueles que votaram.

Teria S. Exa. que se queixar, portanto, não de corrupção, mas, unicamente, da falta de eleitores, principalmente na sua região – o Município e Comarca de Lages.

Quero também frisar: S. Exa. atacou a honra de parente bastante chegado, seu primo em segundo grau, o Sr. Celso Ramos. Sabe o Sr. Laerte Ramos Vieira que todo homem público geralmente é atacado na sua honra. O próprio Sr. Laerte Ramos Vieira quando Secretário da Fazenda de Santa Catarina – sabe Sua Excelência disso – foi muito atacado; falava-se abertamente sobre o problema do recebimento de 20% das quotas do Art. 20, que o Estado entregava ao município.

Sabemos que é muito fácil falar. Falou, S. Exa., até em fazendas compradas pelo Sr. Celso Ramos, homem de indústria, homem de comércio, [que] teria, em Canasvieiras, no interior da Ilha de Santa Catarina, um sítio que não chega, possivelmente, a 300 hectares. Esta [é] a grande fazenda a que S. Exa. se referiu.

Não ignora S. Exa. que a família Ramos, à qual S. Exa. se liga muito de perto – e posso falar porque a ela não pertence, mas sei da sua importância em Santa Catarina – governou o nosso Estado por mais da metade do período republicano, e que todos os Ramos se mostraram sempre à altura do bom nome da família e do Estado de Santa Catarina. Sabe S. Exa. que, nessa família, se encontravam um Vidal Ramos, um Nereu Ramos, um tio de S. Exa., o Coronel Aristiliano Ramos, um Cândido Ramos, um Celso Ramos, homens que elevaram bastante o nome de Santa Catarina. Não deve, portanto, procurar S. Exa. trazer para a Câmara assuntos que não são nem do Estado, mas, sim, do município. (*Muito bem.*)

46ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 20 DE ABRIL DE 1966, ÀS 9H (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: quero aproveitar esta oportunidade para recordar dois fatos históricos. Um, o nascimento do Presidente Getúlio Vargas. É muito cedo para aquilatarmos a figura de Getúlio Vargas no cenário público brasileiro, mas é incontestável que a sua posição não somente marcou uma época mas deu novo sentido à nação brasileira. É inegável que aquele movimento nacionalista que apareceu após a I Guerra Mundial e que encontrou sua expressão no movimento da arte moderna e na Revolução de 22, tomou corpo com a Revolução de 30. E na obra de Getúlio Vargas, o movimento para implantar uma siderurgia no Brasil, para criar a Petrobras e para realizar obras em benefício do operário brasileiro, caracterizou-se esse nacionalismo. Por isso, apesar de não ter pertencido ao Partido Trabalhista Brasileiro, não posso deixar de recordar neste instante a figura do grande presidente brasileiro.

Outro motivo que aqui me traz é o sexto aniversário da inauguração de Brasília. O meu Estado, Santa Catarina, como outros Estados, foi prejudicado realmente com a construção de Brasília. Os bilhões que aqui foram colocados

poderiam ter beneficiado bastante nossas regiões, possibilitando a abertura de novas estradas, a instalação de serviços de água em muitas cidades, o auxílio à lavoura.

Mas, inegavelmente, como brasileiro, não posso deixar de frisar que com Brasília o país tomou realmente um sentido continental. Novas regiões brasileiras foram incorporadas. Todo o interior do Brasil está unificando-se. A nação realmente está integralizando-se, formando um todo, porque até então vivíamos ao longo do litoral, com um ou outro avanço para o interior. Com Brasília tivemos essa ligação imensa. Estamos-nos unindo todos os brasileiros, os do Norte, os do Sul, do Leste e do Oeste. Brasília, portanto, é antes de tudo o símbolo do Brasil unido. É por isso que, neste instante, retorno à figura do grande presidente brasileiro, do fundador de Brasília, Juscelino Kubitschek de Oliveira. (*Muito Bem.*)

62ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 6 DE MAIO DE 1966, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Para uma comunicação – Sem revisão do orador.*)

– Senhor presidente: os jornais e revistas, de vez em quando, têm publicado artigos sobre a juventude dos nossos dias. Há pouco, ainda, tivemos notícias de um inquérito, que está sendo feito pelo Juizado de Menores da Guanabara e de São Paulo, sobre corrupção de menores, praticada por atores da televisão e do rádio daquelas cidades. Agora, senhor presidente, estamos lendo, no *Jornal do Brasil*, uma das melhores reportagens sobre o assunto. O repórter Fernando Pinto teve oportunidade de viver durante dezenas de dias, junto a esse grupo de menores, que ele chama de “juventude sem amor”, e tem mostrado aos olhos da nação a situação desses jovens.

É triste o que se passa com a mocidade. Isso não ocorre somente nos grandes centros, nas metrópoles com milhões de habitantes. Mesmo aqui, em Brasília, cidade ainda pequena, horrorizei-me, senhor presidente, há poucos dias, falando com um menino que frequenta um dos colégios da nossa cidade, da capital do país, ao ouvir que somente ele conhecia uns quinze casais de colegas que viviam, expressão dele, como marido e mulher.

Esta situação calamitosa deveria ser olhada com o maior carinho pelo presidente da República e pelos diversos órgãos do Governo Federal. Deveria ser feito amplo inquérito. Não esses inquéritos policiais, nem esses IPMs, mas uma investigação promovida por sociólogos, por psicólogos, por assistentes sociais, para que conhecêssemos esse problema e as suas causas, e, se possível, conhecendo as causas, removê-las, a fim de que nossa juventude não vivesse nesses casos dolorosos, que estamos vendo todos os dias.

Aqui fica, senhor presidente, nosso elogio a esse repórter do *Jornal do Brasil*, Fernando Pinto, e nosso apelo ao Governo Federal, de modo especial, a seus ministros, possivelmente o da Educação, no sentido que seja feito um inquérito profundo sobre o assunto para resolvermos, quanto antes, essa situação penosa em que se debate a juventude brasileira. (*Muito bem.*)

83ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 6 DE JUNHO DE 1966, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente, senhores deputados: faleceu ontem em Florianópolis, Santa Catarina, o Dr. Madeira Neves. O extinto era professor de Medicina Legal nas Faculdades de Direito e Medicina da Universidade de Santa Catarina, e professor também de Biologia do Instituto de Educação Dias Velho, de Florianópolis. O Professor Madeira Neves, que faleceu relativamente moço, a par de ser um dos maiores médicos-legistas do país, notabilizou-se pelos trabalhos que escreveu, de modo especial, sobre raça e crime. Além disso, fez um interessante estudo dos presos da Penitenciária de Santa Catarina.

Por esses trabalhos obteve, há anos, o prêmio Alcântara Machado, de São Paulo. O Professor Madeira Neves também mantinha permanente contato com os estudantes. Era um dos professores mais ouvidos pelos estudantes de Santa Catarina. Espírito aberto à juventude, homem de cultura das mais primorosas, era ainda grande conferencista. A perda do Professor Madeira Neves é muito grande para a mocidade estudantil de Santa Catarina, para a Universidade do Estado e para o povo catarinense. Era que eu tinha a dizer, senhor presidente. (*Muito bem.*)

98ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 22 DE JUNHO DE 1966, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: recebi, como também receberam outros deputados de Santa Catarina, telegrama assinado pelo Deputado Áureo Vidal Ramos, Presidente em exercício da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que nos faz apelo no sentido de que sejam incluídas verbas no Orçamento da República para o prosseguimento das obras da BR-282, antiga BR-35, que deverá ligar São Miguel do Oeste a Florianópolis.

Infelizmente, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não mais aparece no Orçamento da República. O mesmo ocorre com outros departamentos. Atualmente, além do Orçamento que votamos, temos, na República, um outro, secreto, do qual nós, do Congresso Nacional, não tomamos conhecimento. Assim, não sabemos das verbas totais destinadas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, como também ignoramos os planos de outros departamentos e autarquias.

Esta situação faz com que a maioria dos deputados e senadores fique impossibilitada de influir no Plano de Viação Nacional. Somente quando o chefe do Governo encaminha a esta Casa proposições visando abrir crédito especial para determinadas estradas ou obras é que podemos influir um pouco na fixação dessas verbas em determinados trechos de estrada ou em certas obras de outras autarquias.

Senhor presidente, parece incrível termos de informar aos deputados estaduais que nós, deputados federais e senadores, não podemos mais influir em nada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Mas esta é a verdade.

Este [é] o absurdo que trago ao conhecimento da Casa. (*Muito bem.*)

3ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 28 DE JULHO DE 1966, ÀS 13H30MIN (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA).

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: como sabemos o Governo Federal, para auxiliar a indústria e o

comércio dos grandes Estados de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, pretende fornecer uma determinada quantia aos bancos, a fim de desafogar a atual situação dificultosa dos industriais e comerciantes daqueles Estados. Queremos lembrar, entretanto, que Santa Catarina também tem um grande parque industrial e um comércio dos mais movimentados do país. Daí porque fazemos um apelo ao Governo Federal para se lembrar, também, de encaminhar aos bancos de Santa Catarina uma certa quantia, a fim de desafogar os industriais e comerciantes do nosso Estado.

Aproveitamos a oportunidade, senhor presidente, para lembrar que amanhã o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro verá passar mais um aniversário. Como é do conhecimento de todos, trata-se de uma das maiores e melhores folhas de imprensa do país. Muitas vezes temos ficado em posições contrárias à daquele jornal, principalmente no tocante à parte econômica e financeira do país, e mesmo em certas posições políticas. Mas não podemos deixar de reconhecer o seu grande valor como meio de comunicação com o povo e, de modo especial, a sua grande influência na opinião pública brasileira. Aqui, portanto, senhor presidente, apresentamos os nossos cumprimentos ao grande jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro. (*Muito bem.*)

135ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1966, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador*) – Senhor presidente: tive oportunidade, há pouco, de visitar a região dos Campos de Lages, em Santa Catarina, e lá notei a revolta dos agricultores e dos pecuaristas contra a forma abusiva por que se processa o recebimento do chamado Imposto Sindical Rural. Sem aviso prévio, sem explicações, num determinado dia, anunciou-se que os lavradores e os pecuaristas deveriam pagar esse tributo. Pois bem, houve em Lages, a principal cidade da região, filas de 400 a 500 agricultores e pecuaristas, em frente ao Banco do Brasil, para o recolhimento desse imposto, extorsivo, principalmente para os pequenos pecuaristas e agricultores. Pessoas que tinham áreas de pouco mais de 100 mil metros quadrados tiveram de pagar quase 20 mil cruzeiros. Só no Município de Lages foram arrecadados perto de 200 milhões de cruzeiros, e no diminuto Município de Anita Garibaldi, zona de pequena propriedade, lavradores pagaram perto de 20 milhões de cruzeiros.

Aqui fica, senhor presidente, o nosso protesto pela forma como foi cobrado esse tributo. Ao mesmo tempo, reclamamos do Governo que se faça presente na região agrícola e pecuária de Santa Catarina, mas através de providências positivas de auxílio à agricultura e à pecuária, e não com medidas como essa, relativa ao imposto sindical. (*Muito bem.*)

143ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 26 DE SETEMBRO DE 1966, ÀS 13H30MIN²⁵.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: como se sabe, o índice de crescimento da população brasileira é um dos mais altos do mundo. Possivelmente, no ano 2000, o Brasil terá 200 milhões de habitantes, portanto, a população que atualmente têm os Estados Unidos da América. Nesta proporção, senhor presidente, em mais uma dezena de anos a população brasileira alcançará e ultrapassará a americana.

Agora, senhor presidente, começa-se a notar, no Brasil, uma campanha para o controle da natalidade. O interessante é que essa campanha está sendo feita por pessoas como Glycon de Paiva, Roberto Campos e outros que têm ligações profundas com empresas americanas. Não sei se há relação de causa e efeito, mas é de se notar esse fato.

Também quero frisar que o controle de natalidade tem ocorrido em determinados países, mas países que lutam com problemas imensos resultantes da relação entre população elevada e pequena superfície de território. O maior controle de população nosso conhecido, foi o do Japão. De 41 a 57, o índice de natalidade naquele país baixou em 50%. O controle foi feito com rapidez. Não houve motivos especiais, porque o Japão tinha aquele grupo de ilhas e não podia mandar seu excesso de população para outras ilhas ou continentes como ocorreu, há anos, na sua expansão.

25 O Presidente Castelo Branco havia exibido a deputados da ARENA, como prova da existência de subversão na Universidade de Brasília, uma enquete com a opinião dos alunos do Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM) da UnB sobre temas como a Guerra do Vietnã e controle de natalidade. FILOMENO, Antônio Paulo. *De Laguna a Brasília*, v. 2. Brasília: Letra Ativa, 2005. p. 62. Em agosto, a embaixada americana havia realizado pesquisa de opinião pública sobre temas de interesse dos EUA. *Current State and Future Outlook for Anti-Americanism in Brazil*, 18/08/1966. Fundo Documental do Departamento de Estado dos EUA. RG59, 1964-1966. Caixa 1945. Citado por FICO, Carlos. Op. Cit. p. 155.

A China começou a fazer seu controle de natalidade e o manteve durante dois anos, mas depois parou. E por que parou, senhor presidente? Porque o controle de natalidade leva a uma população de velhos e, esta, a um retrocesso do país. É conhecido o caso da França, onde, nos últimos anos, em virtude do crescente número de velhos – em breve representarão 25% da sua população – tem ocorrido retrocesso no setor de invenções, observando-se diminuição do registro de patentes.

Isso demonstra a preocupação, o medo da guerra e de perder habitantes e dificulta sobremaneira a expansão de um país. O controle da natalidade é próprio daqueles países já sem vitalidade e sem vontade de crescimento. Num país como o Brasil, em fase de crescimento, é um crime o controle da natalidade. Quero repetir que o que nos impressiona no momento é esta relação de causa e efeito: jornais e pessoas ligadas a grupos americanos liderando campanha no sentido de se instituir o controle da natalidade no Brasil. (*Muito bem.*)

148ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1966, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: as regiões serranas e do oeste de Santa Catarina são sujeitas às geadas todos os anos. Quando, no entanto, essas geadas ocorrem fora de época, já na primavera, ocasionam prejuízos incalculáveis quer à pecuária, quer à agricultura. Neste ano, as geadas vieram em época anormal. Quase não geou nos primeiros meses, só no fim do inverno vieram geadas fortíssimas, e o gado, já enfraquecido, porque a grama estava queimada pelas geadas, veio a morrer em quantidade. Sei que há fazendeiros na região serrana que estão perdendo centenas de cabeças de gado por causa dessa geada.

Agora, acabo de receber do governador de Santa Catarina o seguinte telegrama:

Levo conhecimento vossência que, segundo comunicações, estou recebendo das zonas do Planalto de Lages e oeste catarinense, intensas geadas permaneceram vários dias assolando aquelas regiões, onde causaram incalculáveis prejuízos destruindo totalmente lavouras e dizimando rebanhos de gado bovino. Toda plantação milho, feijão, videiras, frutíferas, bem como plantio trigo cedo, está destruída e rebanhos bovinos devastados. Situação

verdadeiramente alarmante, devendo projetar seus efeitos calamitosos não somente economia catarinense mas também mercados abastecimento Rio e São Paulo. Acabo comunicar lamentável fato Excelência Presidente Castelo Branco apelando sentido providências ajuda federal. Peço vossência juntar seus esforços mesmo objetivo. Saudações. **Ivo Silveira**, Governador.

Senhor presidente, nos últimos dias ocorreram outras grandes nevadas e chegou, nossa região serrana e o oeste catarinense, a 5, 6 e mesmo 7 graus abaixo de zero. Com isto, grande parte do rebanho bovino morreu e as plantações, principalmente de trigo, feitas demasiado cedo, estão completamente devastadas. O mesmo ocorre com a plantação de maçãs e de peras que, nesta época, normalmente já estão florindo. Agora, porém, com essas geadas fora de tempo, está tudo completamente destruído.

Senhor presidente, juntamos, aqui, os nossos apelos aos do governador de Santa Catarina, para que o Governo Federal, neste momento, auxilie a agricultura e a pecuária catarinense. (*Muito bem.*)

3ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 6 DE MARÇO DE 1967, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: há meses tivemos, nesta Casa, ocasião de discutir e aprovar o Plano de Viação Nacional, enviado pelo senhor presidente da República. Incluímos, deputados e senadores, uma série de estradas, que não constavam daquele Plano e que figuravam no antigo Plano de Viação Nacional. O Ministério da Viação, entretanto, não olhou com bons olhos a medida. O senhor presidente da República, após alguns vetos àquela lei, vetos que derrubamos no Congresso Nacional. Agora, pelo Decreto-Lei nº 142, de 2 de fevereiro de 1967 – nesta última enxurrada de decretos-leis que têm saído, decretos-leis que têm modificado completamente a nossa legislação e prejudicado imensamente o país – notamos que grande parte daquelas estradas que o Congresso Nacional incluiu no Plano de Viação Nacional foi retirada.

Aqui fica o nosso protesto. Estamos certos de que o Congresso Nacional, neste novo período que agora se inicia, há de refundir esses decretos-leis dando-lhes o sentido de verdadeiras leis, aquele que, em verdade, se coaduna com os interesses do povo brasileiro.

Senhor presidente, nós, os congressistas, não podemos aceitar que acima do Congresso estejam diretores de repartições ou ministros de Estado. Por isso, entre os decretos-leis a serem modificados, estamos certos se incluirá o referente ao Plano Rodoviário Nacional, a fim de que volte a vigorar a antiga lei do Plano de Viação Nacional. (*Muito bem.*)

14ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 27 DE MARÇO DE 1967, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: entre a variada legislação emanada do chefe do Poder Executivo nos últimos dias de seu Governo, encontra-se um decreto-lei que veio diminuir, de maneira especial, as forças públicas das diferentes unidades da Federação, isto é, aquele, em que o Governo Federal quer que as Polícias Militares dos diferentes Estados sejam obrigatoriamente comandadas por oficiais do exército.

Ora, senhor presidente, isto é um *capitis diminutio* à oficialidade das polícias estaduais. Durante este ano, todas as forças policiais dos diferentes Estados do país têm-se mostrado à altura de suas missões. Dificilmente sabemos de revoltas ou de movimentos subversivos no seio dessas polícias. Uma das forças garantidoras da ordem nos diferentes Estados, são essas polícias, quer sejam grandes, como a de São Paulo, a de Minas ou a célebre Brigada Gaúcha, quer pequenas, como as dos demais Estados, entre os quais o meu, Santa Catarina.

Essa oficialidade policial tem melhorado sensivelmente nos últimos anos, não somente em quantidade, mas em qualidade. Há cursos continuados para a formação de oficiais. Está ela, portanto, à altura de dirigir essas corporações às quais têm dedicado sua vida. Estamos certos, senhor presidente, de que agora, quando se fala em modificar muitos decretos-leis do Governo Castelo Branco, também será modificado esse decreto-lei, para que as forças policiais dos diferentes Estados, as suas Polícias Militares, possam continuar a ser dirigidas pelos seus próprios oficiais. (*Muito bem.*)

21ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 3 DE ABRIL DE 1967, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: infelizmente, aqui, na América do Sul, estão aparecendo as guerrilhas, em diferentes países, e, segundo lemos nos jornais, agora também na Bolívia. Senhor presidente, é de se notar que estes movimentos guerrilheiros estão surgindo somente em países pobres, em países subdesenvolvidos. Não temos conhecimento de que ocorram movimentos dessa ordem em países como o Canadá, Austrália, Nova Zelândia. É que são nações que possuem grande desenvolvimento industrial ou grande desenvolvimento agrícola.

Aqui, na América Latina, senhor presidente, esses movimentos tenderão cada vez mais a aparecer em maior número. Enquanto não se modificar a estrutura econômica e social desses países, continuarão a surgir os *Vietnams*, as *Coreias do Sul*, as *Colômbias* e as *Bolívias*. Somente com a transformação completa da estrutura econômica e social, com a melhor distribuição de renda, terminarão essas guerrilhas, que são movimentos, antes de tudo, contra a situação de pobreza, para obter melhores condições de vida para essas populações. Ainda agora, senhor presidente, o Papa, na sua Encíclica, voltava a frisar o problema dos países subdesenvolvidos, retomando novamente a tese que já havia sido tocada pelo seu antecessor, o Papa João XXIII.

Esses povos tomaram consciência de que esse subdesenvolvimento se aprofunda cada vez mais e que a distância desses países em relação àqueles desenvolvidos se torna cada vez maior. Há um abismo se alargando mais e mais. Somente com as modificações da estrutura poderemos buscar uma solução. Não será com a distribuição de leite, não será somente com a construção de linhas de água, nem com a distribuição de água para essas cidades vizinhas que se resolverão os problemas da América Latina, nem também os do sul da África ou do sul da Ásia. Somente com a industrialização e com a melhoria da agricultura se poderá modificar a situação, terminando com esses movimentos de guerrilha. (*Muito bem.*)

33ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 17 DE ABRIL DE 1967, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente e senhores deputados: há, em economia política, uma escola que procura resolver todos os problemas econômicos por meio da matemática. Aham seus seguidores que, com derivadas e integrais, podem tudo solucionar, e as soluções obtidas em função de tais cálculos servem para todas as regiões, todos os povos, todas as nações.

Infelizmente, senhor presidente, esta concepção, aceita por muitos economistas do país – e mesmo hoje, podemos dizer, predominante em nossas escolas de Economia – foi a que orientou a política econômica adotada no Governo passado. A posição de tais economistas era no sentido de que a solução preconizada para resolver os problemas dos países mais adiantados serviria também para os países chamados subdesenvolvidos.

Esqueciam eles, como esquecem os membros dessa escola, que, sendo diferentes as estruturas econômico-sociais, as regras econômicas também não são idênticas. Abordo este assunto, senhor presidente, porque há hoje um movimento no sentido de que se continue a seguir a política econômica adotada pelo Governo passado. E alguns escritores, publicistas e jornais estão empreendendo uma campanha nesse sentido. A continuarmos, porém, tal política, não terminará tão cedo a inflação e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico do país continuará deixando muito a desejar.

Temos de considerar que o número de concordatas e falências não decresceu; não surgem novas grandes indústrias, pior ainda – e hoje não se pode negar – há completa desnacionalização da indústria nacional. Os economistas do atual Governo precisam reagir e manter do Governo passado somente aquilo que for aproveitável, pois a realidade socioeconômica brasileira não é igual, digamos, à realidade socioeconômica da Alemanha após a II Guerra Mundial. Portanto, as soluções que lá se encontraram eficientes não servem para o Brasil.

Somente alterando essa política naqueles pontos que não se aplicam ao Brasil, poderemos resolver nossos problemas de inflação e progredir no sentido econômico. Somente assim poderemos retornar àquela percentagem de 7 a 8% ao ano de desenvolvimento econômico. (*Muito bem.*)

73ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 5 DE JUNHO DE 1967, ÀS 13H30MIN²⁶.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: reclama-se que figuras de maior projeção das letras e da ciência do país não se inscrevem como candidatos à Academia Brasileira de Letras. Realmente, naquele cenáculo não se encontram nem um Gilberto Freyre nem um Érico Veríssimo. Acredito eu, que isto ocorra porque não querem, determinadas figuras das Letras e das Ciências, passar por certos vexames, como está ocorrendo agora na eleição para uma vaga da Academia Brasileira de Letras.

Na última eleição, era candidato, entre outros, o grande sociólogo e historiador patricio, Fernando de Azevedo. Ora, senhor presidente, não há no país quem desconheça a obra de Fernando de Azevedo, desde os anos em que começou a escrever sobre Educação Física; em seguida, sobre a civilização latina, passando depois para o campo da educação propriamente dita, com inquéritos feitos pelo jornal *O Estado de São Paulo* sobre a educação nesse Estado, e que o levaram a se interessar imensamente pelos problemas educacionais do país. E continua a publicação de uma série de obras sobre educação, bem como conferências a respeito.

Mais tarde, com a fundação da Universidade de São Paulo, Fernando de Azevedo é nomeado professor de Sociologia. Publica, então, seu primeiro com-

26 Fernando de Azevedo, redator do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, teve importante presença na política educacional de Santa Catarina nas décadas de 30 e 40. Em 1935, a circular nº 32 da Secretaria do Interior e Justiça, gerida por Ivo D'Aquino Fonseca, recomenda, às bibliotecas dos grupos escolares, a compra dos livros da Companhia Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, série III - Actualidades Pedagógicas, sob a direção de Fernando de Azevedo. Os livros de Fernando de Azevedo, *Princípios de Sociologia* e *Novos Caminhos e Novos Fins: a nova política de educação no Brasil* eram leitura indispensável nas Escolas Normais de Santa Catarina. O Interventor Federal Nereu Ramos era admirador e leitor de Fernando de Azevedo: "do nosso próprio Interventor Federal [...] ouvi, em oração dirigida a estudantes do Colégio Coração de Jesus [...], frases citadas de seu livro, *Novos Caminhos e Novos Fins*", disse o Diretor do Instituto de Educação de Florianópolis, Roberto Moreira, na colação de grau das normalistas de 1941, em que estava presente o paraninfo: Fernando de Azevedo. Em 1959, Fernando de Azevedo redigiu novo manifesto de educadores, defendendo os princípios pedagógicos do Manifesto de 1932 e a defesa da escola pública, no bojo das discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Havia que combater o substitutivo apresentado, em 1958, pelo Deputado Carlos Lacerda, da UDN, ao projeto da Comissão de Educação da Câmara Federal. O substitutivo de Lacerda incorporava as ideias defendidas no Terceiro Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. MOREIRA, J. Roberto. Idealismo Crítico e Educação. In: *Estudos Educacionais*, ano II, n. 3. Florianópolis: Instituto de Educação, novembro de 1942. DAROS, Maria das Dores; SILVA, Ana Cláudia da; DANIEL, Leziane Silveira. *Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. SOARES, Lucas Janoni. Anísio Teixeira. In: *Educadores que Desafiam Dogmas*. SOUSA, Hamilton Octávio (Org.), Série Rebeldes Brasileiros. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2011. .

pêndio: *Os princípios de Sociologia*, onde faz sobre o assunto uma das melhores sínteses que conhecemos, não só no país, como em relação a grande parte de obras publicadas no estrangeiro. Em seguida, edita *A Sociologia Educacional*, possivelmente o melhor compêndio de Sociologia Educacional publicado até hoje em qualquer idioma do mundo. Apesar da influência durkheimiana, não há dúvida alguma de que a sua Sociologia Educacional é daquelas obras que honram o país.

E, finalmente, em 1940, para a publicação dos dados do recenseamento de 1940, é Fernando de Azevedo convidado a escrever o primeiro livro daquela coletânea do recenseamento. Lança ele, então, *A Cultura Brasileira*, uma das obras mais profundas já divulgadas neste país, onde estuda a influência da terra, do homem e da cultura. Seus capítulos sobre arte e, principalmente sobre a educação, até hoje não foram superados. Em seguida, escreve outros trabalhos, como aquele tão bem-inspirado sobre a influência do açúcar na zona do Nordeste, ou aquele outro sobre a influência da estrada de ferro na formação de São Paulo e de Mato Grosso.

Um homem deste gabarito, homem daqueles que mais tem trabalhado dentro da ciência no país, não pode, senhor presidente, deixar de ser escolhido para a Academia Brasileira de Letras. É uma das figuras que honram qualquer cenáculo. E a exclusão de um nome como o de Fernando de Azevedo fará com que outras figuras de realce deixem de se interessar pelo ingresso àquela Academia.

Estes [são] os reparos que faço, senhor presidente, infelizmente num instante difícil, de possível guerra novamente no mundo, mas reparos que precisavam ser feitos em honra da cultura do país. (*Muito bem.*)

87ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 20 DE JUNHO DE 1967, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador.*) - Senhor presidente: entre os modernos instrumentos de comunicação de que o homem dispõe, encontram-se o rádio e a televisão, que servem também para o desenvolvimento cultural e educacional das populações. Por isso, neste instante, queremos congratular-nos com o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, pela campanha que está realizando no sentido de que as TVs particulares cedam parte

do seu tempo às Secretarias de Educação e ao Ministério da Educação, para um programa de educação em massa por todo o Brasil, contribuindo, assim, para a elevação do nível cultural do nosso povo.

Senhor presidente, em determinados países a TV pertence ao Governo, em outros, a particulares. Neste último caso, se encontra o Brasil. Qualquer que seja a forma de exploração, a televisão é, dos meios de comunicação, aquele que mais influi nas populações. Não só no Brasil, como nos outros países do mundo, ela se encontra em toda parte, vai a todos os recantos, a todas as casas. Por isso essa campanha servirá para elevar imensamente o nível cultural do Brasil e para promover a educação em massa do nosso povo.

Senhor presidente, fica o meu apoio ao jornal *O Globo* nessa campanha que está fazendo, para que, por meio da TV, possamos diminuir, em grande parte, o analfabetismo que, infelizmente, ainda é tão alto no Brasil. (*Muito bem.*)

100ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 2 DE AGOSTO DE 1967, ÀS 9H.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: os jornais nos últimos dias têm focalizado o problema de vendas de grandes glebas de terreno no norte de Goiás, parte do Estado do Pará e da Bahia, vendas feitas a estrangeiros. Os jornais, ainda de hoje, publicam declarações, de altos funcionários do Governo, de que estariam os órgãos de Segurança Nacional procurando averiguar até onde vão essas vendas e se está havendo exploração de minérios raros por parte de estrangeiros.

Senhor presidente, temos que ver o problema de dois aspectos: um, aquele de estrangeiros que têm vindo ao Brasil e comprado terras para realmente colonizá-las. Por absurdo que pareça, aqui mesmo, em Brasília, em frente à porta principal do Hotel Nacional, há um estabelecimento encarregado de venda de imóveis, cuja propaganda é toda feita em inglês, e sua preocupação é a venda de terra a estrangeiros.

Senhor presidente, precisamos ver se essas vendas realmente estão sendo feitas a estrangeiros e se o objetivo destes é melhorar essas terras para produzir, ou se estão comprando essas terras para aproveitar minerais raros. Ou,

ainda, senhor presidente – e, acho mais provável –, para efeito de se valerem da respectiva valorização.

Se, conforme se diz, só no Município de Goiás, houve mais de mil vendas a estrangeiros, não é possível – e nota-se que desses estrangeiros a grande parte é de americanos – que todos esses tenham intenção de colonizar essas terras.

Senhor presidente, antes de tudo, a nosso ver, deverá o Governo, por meio dos seus órgãos de Segurança Nacional, verificar esses escritórios imobiliários brasileiros, para sentir até onde vão essas vendas e quais as suas finalidades. (*Muito bem.*)

114ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 14 DE AGOSTO DE 1967, ÀS 13H30MIN²⁷.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: há alguns dias, falávamos aqui a respeito da eleição do sociólogo brasileiro Fernando de Azevedo para a Academia Brasileira de Letras. Na semana passada, senhor presidente, essa instituição literária finalmente acolheu em seu seio o grande sociólogo mineiro radicado em São Paulo. Os primeiros estudos de Fernando de Azevedo foram voltados para os assuntos romanos, já pela sua formação humanística. Foi quando produziu seus trabalhos sobre a vida de Roma. Depois, escreveu sobre Educação Física. Finalmente, voltou-se para os assuntos educacionais, quando, pelo Estado de São Paulo, fez um inquérito sobre educação no Brasil.

Com a fundação da Universidade de São Paulo, Fernando de Azevedo lá começou a tarefa sociológica; e, então, escreveu dois dos melhores compêndios que conhecemos dessa matéria. Nos seus *Princípios de Sociologia*, estudou com profundidade a parte das escolas sociológicas. Nesta obra nota-se a influência de Durkheim no pensamento de Fernando de Azevedo. Em seguida, publicou sua *Sociologia Educacional*, possivelmente um dos melhores trabalhos nesta matéria até hoje aparecidos no mundo.

²⁷ Em 1936, Osni Régis, aos 19 anos, inicia o estudo das obras de Fernando de Azevedo. Este autor vem a tornar-se importante referência para o exercício da cátedra de Sociologia Educacional, que ocupou ao longo de toda a década de 40 na Escola Normal do Instituto de Educação de Lages. Fernando de Azevedo marcou Osni Régis do ponto de vista teórico, despertando seu interesse pela obra de Émile Durkheim, que tornará leitura obrigatória na disciplina de Sociologia Jurídica. Também será uma referência no seu posicionamento político em defesa da escola pública.

Não somente na parte didática [é] que se notabilizou Fernando de Azevedo, mas, antes de tudo, pela sua grande obra *A Cultura Brasileira*, obra que formou o primeiro volume dos dados do recenseamento de 1940, na qual estudou a formação da cultura brasileira em todos os seus aspectos e em que ressalta o esplêndido capítulo sobre a arte e principalmente sobre a educação no Brasil.

Além disso, senhor presidente, escreveu um ótimo trabalho de geografia humana, sobre a formação de parte de São Paulo pela influência da estrada de ferro que vai daquele Estado a Mato Grosso. E também, como não podia deixar de ser, escreveu um trabalho sobre a zona de influência do açúcar. A obra de Fernando de Azevedo é daquelas que honram o país. Assim, temos a certeza de que este grande sociólogo mineiro há de honrar a Academia Brasileira de Letras.

Senhor presidente, quero ainda aproveitar a ocasião para dizer que Santa Catarina perdeu um de seus grandes filhos, o Dr. João Bayer Filho. Apesar de ter militado em campo oposto ao meu na parte política, não posso deixar de reconhecer naquela grande figura catarinense um político probo, trabalhador e também um grande educador. Foi João Bayer um dos fundadores da Faculdade de Direito, hoje Universidade de Santa Catarina. Quando em 1937, com o advento da Constituição do Estado Novo, aquela Faculdade perdeu grande parte de seus professores, e foi João Bayer, repito, quem a sustentou, então. Aqui fica nosso pesar pelo falecimento do grande tijuicano, do grande político e do grande educador João Bayer Filho. (*Muito bem.*)

157ª SESSÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 2 DE OUTUBRO DE 1967, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: nos últimos tempos, o combate à inflação, no país, tem sido feito à custa do operário, do funcionário público, do empregado e, também, do pequeno produtor agrícola brasileiro. Do operário, porque os aumentos salariais, nos últimos anos, não têm sido suficientes para sequer cobrir a elevação do custo de vida. A mesma coisa ocorre com o aumento dos funcionários públicos, que hoje percebem, em vencimentos reais, muito abaixo do que recebiam há dois ou três anos. Mas também o pequeno lavrador está pagando caríssimo por esse combate à inflação. Ainda agora, indo ao meu Estado – Santa Catarina – constatei dois fatos: um com relação à batata inglesa e outro, ao tomate.

Aqueles que, há poucos meses, compraram batatas certificadas a 20 mil cruzeiros a caixa, para plantar, agora, depois da colheita, de todos os trabalhos, conseguem vender batata certificada somente a 13 mil cruzeiros a caixa. Isto demonstra que os tais planos do Governo, principalmente do Ministério da Agricultura, de preços mínimos, não estão vigorando no país, de modo especial em Santa Catarina.

Se, há meses, se pagava vinte mil cruzeiros a caixa de batata certificada, hoje a caixa desse mesmo produto, vendida pelo lavrador, alcança apenas 13 mil cruzeiros. Quanto ao tomate da região do Vale do Canoas e Bom Retiro, Urubici, principalmente, está sendo vendido a dois mil cruzeiros a caixa. Se levarmos em conta que uma caixa custa ao lavrador mil cruzeiros, concluiremos [que] este produto dá um resultado de apenas mil cruzeiros, quase que insuficiente para o pagamento do transporte.

Esta [é] a situação calamitosa por que passam os pequenos lavradores daquela região, onde não há frigoríficos para a conservação de seus produtos, a fim de que sejam vendidos nas épocas mais propícias. Aqui ficam os nossos reclamos. Não adianta lançar "Cartas de Brasília" se o Governo não dá, principalmente através do Ministério da Agricultura, o auxílio necessário aos lavradores brasileiros. (*Muito bem.*)

6ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 8 DE MARÇO DE 1968, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador.*) - Senhor presidente: há uns vinte dias, tive ensejo, mais uma vez, de percorrer o interior do meu Estado - Santa Catarina. Sentimos naquela oportunidade, senhor presidente, os efeitos da seca, que, infelizmente, está prejudicando imensamente a lavoura e a pecuária do nosso Estado, como também, segundo sabemos, a dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Constatamos ainda, senhor presidente, um milharal raquítico, sem condições de crescimento, o que provoca prejuízo imenso para Santa Catarina, haja vista que aquele Estado alicerça grande parte da sua economia na lavoura do milho.

O mesmo ocorre, senhor presidente, quanto à chamada batatinha ou batata inglesa. Os lavradores da região da serra de Santa Catarina, principalmente, têm-

-se especializado no plantio da chamada “batata certificada”, isto é, a batata que vai servir para revenda, a fim de ser usada como semente. Essa batata é comprada do Ministério da Agricultura a 20 mil cruzeiros antigos, por caixa. Infelizmente, e agora, com a seca, o lavrador vai ter um prejuízo enorme, não somente pelo trabalho perdido, como também pelo que aplicou na compra de sementes e em adubos. Igualmente, o gado já está sentindo bastante os efeitos da seca.

Ontem, lendo o jornal *O Estado de São Paulo*, tomamos conhecimento de que continua ainda [a se] verificar a seca no sul do Brasil, agora fazendo sentir seus efeitos perniciosos com maior força. Lamentavelmente, entretanto, não soubemos, até agora, de notícia alguma que demonstrasse estar o Ministério da Agricultura procurando solucionar o problema, que prejudica todo o sul do Brasil. Fica aqui o nosso apelo para que aquele Ministério deixe de fazer tanta propaganda e olhe com mais carinho esses problemas que dizem de perto com a lavoura dos três Estados sulinos do Brasil, que têm a maior parte de sua economia baseada na pecuária e na agricultura. (*Muito bem.*)

25ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 26 DE MARÇO DE 1968, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: já se sabia, há muito, do que estava ocorrendo no tocante ao indígena brasileiro. Sabia-se há muito sobre a venda de terras que pertenciam aos índios. Sabia-se, há muito, dos ataques à arma contra os indígenas. Alguns desses fatos mesmo, senhor presidente, foram motivo de extensas páginas deste grande romance de Callado, que é *Quarup*.

Agora, senhor presidente, o Ministério do Interior resolveu fazer mais um inquérito a esse respeito e as notícias que os jornais deram foram muito piores do que aquelas que imaginávamos. Não eram somente ataques à arma contra o indígena, não era somente a venda das terras, principalmente em zona de madeira, não era somente o indígena morrendo de fome, mas eram crimes muito piores. Era a passagem deliberada de doenças infecciosas aos indígenas, para a roubalheira conhecida (sic).

Entretanto, senhor presidente, o Ministério do Interior até hoje não publicou esses nomes. Razão tem, portanto, [o] redator do editorial de hoje

do *Jornal do Brasil*, quando lembra a necessidade de publicar, o Ministério do Interior, logo o nome desses homens que envergonham a nação brasileira. Não é possível que, mais uma vez, desses que quiseram aproveitar-se do indígena, que roubaram a nação, não sejam ao menos conhecidos os nomes. Que não fiquem em ligeiras notas dos jornais, dizendo que há um ex-governador, um ex-ministro metido nessas negociatas dos indígenas. Há necessidade de o Ministério do Interior publicar com urgência o nome deles para sua execração perante a nação brasileira. (*Muito bem.*).

47ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 22 DE ABRIL DE 1968, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: entre os grandes jornais brasileiros tem posição excepcional *O Estado de São Paulo*. Somos muitas vezes contrários à sua orientação. Não aceitamos o liberalismo econômico que ele prega. Somos também contrários àquela interpretação de certo determinismo geográfico que, algumas vezes, naquela coluna de terceira página, a direção de *O Estado de São Paulo* defende. Mas nem por isso deixamos de reconhecer que é um dos jornais mais [ilegível]. [...] as informações de todo o Brasil se encontram sempre em suas páginas. Muitas vezes críticas acerbas contra aquele jornal são publicadas na íntegra para o conhecimento de todos os brasileiros.

Por isso, senhor presidente, neste instante, quando *O Estado de São Paulo* é atacado de maneira tão selvagem pelo anonimato de bombas²⁸, quero daqui levar a nossa solidariedade à direção, aos empregados e aos operários daquele grande jornal e dizer que nós, brasileiros, reconhecemos nele uma das grandes vozes que lutaram sempre pela liberdade – liberdade de imprensa, liberdade de falar, liberdade completa para o Brasil. (*Muito bem.*).

28 Uma bomba explodiu na madrugada do dia 20 de abril de 1968 na portaria do prédio da Rua Major Quedinho, sede do jornal *O Estado de São Paulo*, ferindo o porteiro Mário Rodrigues. A família Mesquita, proprietária do centenário matutino, era odiada pelas esquerdas por ter conspirado contra João Goulart ainda no início do seu Governo. O atentado foi atribuído à VPR, Vanguarda Popular Revolucionária.

55ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 29 DE ABRIL DE 1968, ÀS 9H.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: acabei de receber carta do senhor presidente do Sindicato Rural de São José do Cerrito, em Santa Catarina, na qual aquele representante dos lavradores e dos pecuaristas do Município de São José do Cerrito nos traz a conhecimento que encaminharam ofício às altas autoridades federais, de modo especial ao Ministério da Agricultura e ao Banco do Brasil, solicitando condições excepcionais para os lavradores e pecuaristas, em virtude da grande seca que assolou o Estado de Santa Catarina, há poucos dias, e que deu um grande prejuízo à pecuária e à agricultura catarinenses, de modo especial às da região da serra e do oeste de Santa Catarina.

Sobre o assunto, senhor presidente, já temos falado diversas vezes. Quero, entretanto, neste instante, recordar que, segundo notícia do *Correio do Povo*, de Porto Alegre, num dos seus números da semana passada, o Banco do Brasil deu condições excepcionais aos lavradores e aos pecuaristas daquele Estado sulino, em virtude do prejuízo que tiveram com essa grande seca que prejudicou o sul do Brasil.

Aqui fica também o nosso apelo ao Banco do Brasil para que estenda as mesmas condições ao Estado de Santa Catarina, para que dê aos homens que trabalham na lavoura e na pecuária de Santa Catarina as mesmas condições que deu àqueles do Rio Grande do Sul. (*Muito bem.*)

79ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 17 DE MAIO DE 1968, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: no ano passado, apareceu um livro na França que logo se tornou *best seller*. Foi o *Desafio Americano*, escrito pelo diretor de uma revista francesa, [Jean-Jacques] Servan-Schreiber, traduzido para diversos idiomas e agora para o português.

Naturalmente, o livro foi escrito com a visão do cenário europeu, para mostrar que, na posição atual da Europa, dentro de poucos anos a terceira

potência mundial não será constituída pelos países europeus e muito menos pela Europa Ocidental como um todo, mas, sim, pela indústria americana na Europa. Então, teríamos como as três grandes potências os Estados Unidos, a União Soviética e a indústria americana dentro da Europa. O impacto deve ter sido muito grande na Europa. Isso porque mostrou que, possivelmente, dentro de poucos anos, haveria uma nova classificação dos países: os que teriam passado a fase da industrialização, portanto, os de superindustrialização, que seriam os Estados Unidos, a Suécia e o Japão; os países industrializados; os países ainda não industrializados e os países que poderíamos chamar de primitivos. Nós, naturalmente, ainda no ano 2000, não seremos considerados como país industrializado.

Mas, senhor presidente, qual a nossa reação, como brasileiros, quando lemos esse livro tão fascinante do economista e engenheiro francês? É, senhor presidente, de perplexidade e, mais ainda, de uma tomada de posição. Realmente, conforme demonstrou aquele escritor francês, o aumento da produtividade americana é devido à sua educação, às pesquisas e à gestão de empresas. Ora, isso só pode ocorrer com o aparecimento de grandes empresas. Infelizmente, nós no Brasil ainda não temos as chamadas grandes empresas. Ainda há pouco tempo, verificando as 200 maiores empresas do mundo livre, com exceção daquelas dos Estados Unidos, as localizadas na chamada região capitalista, observamos que entre elas a única brasileira, é exatamente a Petrobras.

Com o aparecimento, entretanto, de grandes empresas, poderíamos tomar outro sentido. Infelizmente, porém, há no Brasil o medo de ser acionista de grandes empresas, porque quando estas aparecem, em seguida, quase sempre, surge uma negociata, sem que sejam punidos os responsáveis. É isso que, infelizmente, ocorre no Brasil. Daí o imenso medo que temos de ser pequenos acionistas de grandes empresas.

Há necessidade, portanto, de modificarmos a nossa mentalidade, mas também de modificarmos as nossas leis para que aqueles empresários de grandes empresas que não cumprem realmente com a sua obrigação vão para a cadeia, como também vão aqueles pequenos ladrões.

Só poderemos, por conseguinte, senhor presidente, atingir aquela posição exposta no *Desafio Americano*, quando nos tornamos uma grande população e, além disso, quando modificarmos a nossa mentalidade. (*Muito bem.*)

85ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 24 DE MAIO DE 1968, ÀS 13H30MIN²⁹.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: tenho-me manifestado repetidamente contra o projeto de lei que cassa a autonomia a quase uma centena de municípios brasileiros na escolha de seus prefeitos. Isto porque, entre esses municípios estão incluídos alguns da região oeste de Santa Catarina, e [ilegível] em virtude da experiência que temos no tocante à influência do Governo Federal naquela região.

Esses municípios do oeste catarinense, a que querem cassar o direito de escolher os prefeitos por [defini-los como área de Segurança Nacional] faziam parte antigamente do Município de Chapecó, o qual, antes da Constituição de 1946, [integrava] o território de Iguazu, portanto, dirigido diretamente pelo Governo Federal.

Nesse período, senhor presidente, aquela era uma região para onde iam bandidos, assassinos, ladrões. E o Governo Federal para lá não mandava nenhum policiamento. Na parte econômica estava em situação de inferioridade, em relação à parte vizinha da Argentina. Era uma situação de penúria para aquela região.

Só depois da Constituição de 1946, quando aquele território voltou a pertencer a Santa Catarina, com a criação do Município de Chapecó – que hoje está desmembrado em mais de trinta municípios e mais de treze comarcas –, é que passou a ter grande desenvolvimento.

Hoje há segurança lá onde começa o Rio Peperiguaçu, na cidade catarinense de Dionísio Cerqueira, junto a cidades paranaenses e outras cidades separadas da Argentina por uma rua ou por um bueiro. Sentimos que foi com a escolha de prefeitos pelo povo que aquela região teve um grande desenvolvimento. (*Muito bem.*)

Por este motivo, senhor presidente, pela experiência que tivemos da influência do Governo Federal naquela região, que continua esperando a

²⁹ Terminou sendo aprovada, no Congresso Nacional, a Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, que enquadrou, como área de interesse da Segurança Nacional, 71 municípios. Em Santa Catarina foram enquadrados seis: São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, São José do Cedro, Itapiranga, Descanso e, em 1972, Guaraciaba. Nestes municípios os prefeitos passaram a ser nomeados pelo governador após aprovação do presidente da República. O Decreto-lei nº 2.183, de 19 de dezembro de 1984, descaracterizou estes municípios como área de interesse da Segurança Nacional.

estrada federal que vai de Lages a São Miguel do Oeste, iniciada há mais de vinte anos e que até hoje não tem terminado nem o seu movimento de terras – a única coisa que o povo tem pedido ao Governo Federal é a construção daquela estrada e o Governo Federal nem isso tem feito – é que não podemos concordar, de forma alguma, em que o povo daquela região, que pelos seus esforços têm desenvolvido econômica e socialmente toda aquela grande parte de Santa Catarina, fique sem o direito de escolher o seu prefeito. Por isso, senhor presidente, tenho reiteradamente demonstrado que estou contra este projeto de lei, que vem prejudicar imensamente aquela grande e rica região de Santa Catarina. (*Muito Bem.*)

130ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 9 DE AGOSTO DE 1968.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: há tempos tivemos oportunidade de conhecer, através dos jornais, a arrecadação do Imposto Territorial Rural feita pelo IBRA, por Estado. Imaginávamos que este seria um dos meios de que o Governo deveria servir-se para acabar com a grande propriedade improdutiva: infelizmente, porém, ocorreu o contrário. Verificamos que, por absurdo que pareça, as arrecadações nos anos de 66 e 67 do Imposto Territorial Rural recaíram principalmente sobre três Estados do sul do país: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde se encontram a pequena e a média propriedades. Assim, no meu Estado, Santa Catarina, que tem 98 mil e poucos quilômetros quadrados, a arrecadação do Imposto Territorial Rural foi superior à de outros Estados com superfície dez vezes maior e ainda de outro onde existem grandes propriedades improdutivas.

Em compensação, recebemos do IBRA as informações que solicitamos referentes a casos de desapropriações de grandes propriedades no país; e qual não foi também, a nossa surpresa ao verificar que, após tantos anos já de serviço, o IBRA, até o momento, só desapropriou um pouco mais de uma dúzia de grandes propriedades. Isso está demonstrando que, até agora, o IBRA só tem servido para dar emprego a milhares de pessoas...

Sr. Antônio Bresolin – Muito bem.

SR. OSNI RÉGIS - ... E nada tem feito em benefício das populações interioranas do país. E, ainda mais: está prejudicando, imensamente, os nossos agricultores, principalmente o pequeno agricultor dos três Estados do sul do país. (*Muito bem.*)

138ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 16 DE AGOSTO DE 1968, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador.*) - Senhor presidente: existe já há alguns anos, no Brasil, uma sociedade que diz lutar pela família, pela tradição e pela propriedade³⁰. Nós também somos favoráveis à família, daí porque somos contrários ao divórcio. Somos favoráveis à tradição, à lembrança das coisas antigas do país, e somos favoráveis à propriedade. Entretanto, somos contrários à posição dos membros desta sociedade, naquilo que ela apresenta de repulsivo, isto é, o seu extremo direitismo e seu extremo reacionarismo.

Ainda há pouco, no meu Estado, Santa Catarina, quando atravessávamos a ponte para Florianópolis, moços nos vinham procurar em nossos automóveis para subscrevermos um abaixo-assinado que, diziam eles, seria encaminhado ao Papa, para acabar com o comunismo na Igreja.

Ora, senhor presidente, não existe comunismo na Igreja. Os chamados padres avançados nada mais querem do que determinadas modificações na estrutura do país. Eles não são contra a tradição. Todos nós somos favoráveis à tradição, mas contrários àquilo que ela tem de nocivo à nação. Não somos contra a propriedade, desde que essa propriedade sirva para o bem comum. Há grandes propriedades improdutivas, prejudiciais ao desenvolvimento do país, levando milhões de brasileiros ao mais completo pauperismo. É a esse tipo de propriedade que hoje grande parte do clero e dos leigos da Igreja se opõe.

Somos favoráveis a que a propriedade exista e seja considerada como é na Constituição, mas desejamos que ela tenha função social. É por causa disso que ela está regulada em lei.

30 Refere-se à Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização católica conservadora, empenhada em combater o socialismo e o progressismo religioso, fundada em 1960 pelo Deputado Constituinte de 1934, Plínio Corrêa de Oliveira, professor catedrático de História do Colégio Universitário da Faculdade de Direito de São Paulo.

Condenamos, portanto, essa associação que neste momento está fazendo um movimento direitista, oposto àquele que a Igreja vem desenvolvendo desde que saíram as primeiras Encíclicas que pediam tivesse a propriedade um sentido social, que beneficie não somente os proprietários, mas a coletividade.

É nesse sentido que estamos de acordo com o clero e leigos que tomam posição contrária a essa sociedade que tanto tem prejudicado o desenvolvimento do país. (*Muito bem.*)

140ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 20 DE AGOSTO DE 1968, ÀS 9H (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: em Santa Catarina temos poucos estabelecimentos de ensino médio pertencentes ao Governo Federal. Infelizmente, neste setor, o Governo se tem esquecido completamente de Santa Catarina. Há tempos reclamamos contra o fechamento dos Colégios Agrícolas de Araquari e Camboriú. Esses colégios pertenciam anteriormente ao Ministério da Agricultura e passaram depois ao Ministério da Educação. Os funcionários, os agrônomos continuaram vinculados ao Ministério da Agricultura, e esses colégios iam ser fechados.

Fizemos, os representantes de Santa Catarina, as nossas reclamações junto aos poderes competentes. Pensávamos, senhor presidente, que já estava resolvido o problema. Infelizmente, agora, por leitura no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, na parte de correspondência de Santa Catarina, ficamos sabendo que continuam fechados esses dois estabelecimentos de ensino, deixando em situação difícil os alunos que frequentavam aqueles colégios que tanto serviam aos agricultores, principalmente aos filhos dos agricultores de Santa Catarina.

Outra reclamação, senhor presidente, é sobre a BR-282. No Orçamento Plurianual, que tivemos a oportunidade de discutir há meses, depois sancionado pelo presidente da República, aparecia para o trecho Lages-São Miguel do Oeste, referente ao ano de 1969, uma verba de cinco bilhões de cruzeiros antigos. Por emenda nossa e do Deputado Paulo Macarini, conseguimos alterar aqueles cinco bilhões para oito bilhões. E desta forma foi sancionado pelo senhor presidente da República. Qual a nossa admiração, agora quando vimos que,

na proposta orçamentária, voltou a figurar, para o trecho Lages-São Miguel do Oeste unicamente a verba de cinco bilhões de cruzeiros antigos.

Esse é um caso que não se passa somente com Santa Catarina. Outros Estados também reclamam contra a má vontade e o desconhecimento que certos órgãos do Governo denotam, no que diz respeito inclusive a leis como aquela do Plano Plurianual.

Voltaremos a fazer emenda para fixar aquela verba que havíamos marcado no Plano Plurianual, isto é, de oito bilhões de cruzeiros antigos para o trecho Lages-São Miguel do Oeste, para o ano de 1969. (*Muito bem.*)

141ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 20 DE AGOSTO DE 1968, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente, senhores deputados: tive oportunidade, há pouco, de compulsar os dados da *Conjuntura Econômica* referentes ao primeiro semestre do corrente ano. Segundo essa publicação, que representa – pode-se dizer – o pensamento oficial, o desenvolvimento do país, no presente exercício, será, aproximadamente, de 5%. É uma percentagem regular, todavia, abaixo das previsões do próprio Governo brasileiro, porque, com o crescimento vegetativo da população acima de 8%, ficam somente 2%. Uma vez que o crescimento na parte industrial será de 15%, essa percentagem poderia ser muito superior a 5%, se não houvesse uma falha completa no tocante à parte da agricultura e pecuária.

Segundo os dados da *Conjuntura Econômica*, no corrente ano, o valor da produção será inferior ao de 1967; e, por incrível que pareça, será 20,9% [menor] ao que foi estimado pela célebre Carta de Brasília para o ano de 1968.

Com isto, senhor presidente, vemos que, infelizmente, o Ministério da Agricultura não se encontra em condições de acompanhar o desenvolvimento do país. Se esta Carta de Brasília, feita com dados estimados no ano passado para este ano, já no momento incorre em erro superior a 20%, que poderíamos esperar de uma estimativa feita para daqui a dois ou três anos?

A própria revista diz que a Carta de Brasília preconizava uma série de metas de desenvolvimento e seriam, principalmente, aquelas referentes a financiamentos, à melhor distribuição de sementes, à eletrificação rural.

Infelizmente, senhor presidente, nada disto se deu ao agricultor brasileiro. Neste ano, quase não sentimos a presença do Ministério da Agricultura no interior do país.

Ainda há pouco, compulsando o projeto da lei orçamentária para 1969, verificamos que a verba para eletrificação rural – serviço incumbido ao INDA, que seria o principal órgão de eletrificação – não chega a 600 mil cruzeiros novos...

Assim, senhor presidente, se o Governo realmente deseja alcançar aquelas metas que possibilitarão o desenvolvimento do Brasil, passando de subdesenvolvido a desenvolvido, é necessário que modifique a estrutura daquele Ministério, em certos órgãos, como no célebre IBRA que, até hoje, nada fez em benefício do interior do país, e limitou-se a comprar aviões caríssimos e outros veículos. Que haja eletrificação rural, distribuição de sementes e irrigação. Do contrário, não modificaremos o interior do país para darmos célere salto para o desenvolvimento. *(Muito bem.)*

146ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 22 DE AGOSTO DE 1968, ÀS 9H (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).

SR. OSNI RÉGIS *(Comunicação – Sem revisão do orador.)* – Senhor presidente: Santa Catarina possui uma das costas mais piscosas do país, mas infelizmente, até [há] bem pouco tempo, e, em grande parte, ainda hoje, a região da costa catarinense era uma das mais pobres e de nível de vida mais baixo de quantas existem. Agora, com os incentivos fiscais, estão aparecendo diversas indústrias na costa catarinense. Segundo sabemos, já há pedidos de aprovação de projetos para instalação de 50 novas fábricas em Santa Catarina, decorrência do aproveitamento dos incentivos fiscais do Imposto de Renda. Mas esse desenvolvimento, senhor presidente, em si não vai resolver o problema do pequeno pescador.

Felizmente, o Governo do Estado, em entendimentos com o Ministério da Agricultura, por intermédio da SUDEPE³¹, com organismos particulares e com instituições educacionais como a Faculdade de Serviço Social, está procurando resolver o problema do homem da costa catarinense.

Assim, no momento, há não somente um grande movimento para a melhoria das comunidades litorâneas catarinenses, como também um sistema educacional para o pescador, e, ainda mais, por intermédio do Banco do Estado, o crédito dirigido, que vai facilitar imensamente a melhoria das condições econômicas daquela população.

Acresce ainda, senhor presidente, que existem inúmeras iniciativas para a organização de cooperativas. O pescador catarinense vai, agora, também aproveitar condições que lhe serão proporcionadas para elevar-se não somente cultural e socialmente, mas também economicamente.

Ficam, portanto, aqui meus cumprimentos ao Governo de Santa Catarina, ao Ministério da Agricultura e às outras instituições do Estado que estão trabalhando em prol do alevantamento do nível de vida da população litorânea catarinense. (*Muito bem.*)

147ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 22 DE AGOSTO DE 1968, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: durante o final da II Guerra Mundial, a Europa Central, com exceção da Iugoslávia, foi ocupada pelos soviéticos. Como uma avalanche, os exércitos soviéticos foram derrotando as tropas nazistas e tomando conta também da Polônia, da Romênia, da Bulgária, da Tchecoslováquia e da Hungria. Somente a Iugoslávia conseguiu libertar-se por seus próprios meios e não necessitou da ajuda da Rússia soviética.

Por isso mesmo é que, anos depois, apesar de estar sob regime socialista, a Iugoslávia podia opor-se às imposições do então chefe do Governo soviético, Joseph Stalin.

31 Superintendência do Desenvolvimento da Pesca.

Entretanto, os países da Europa Central que receberam sempre grandes influências da chamada cultura ocidental – principalmente os meios intelectuais – têm sofrido com a imposição da força com restrição completa à liberdade. Assim é que sentimos aqueles movimentos ocorridos, há anos, na Alemanha Oriental, na Polônia e na Hungria. E agora, há poucos meses, esses movimentos também tiveram o seu grande impulso na Tchecoslováquia, um país com grande desenvolvimento industrial.

Os exércitos dos países da Europa Central, chefiados pelo da União Soviética, tomaram conta da Tchecoslováquia, para – dizem eles – pôr em ordem este país. É a mesma técnica, o mesmo sistema, o mesmo método que se usou quando os exércitos hitleristas tomaram conta da Europa Central, como também quando outros exércitos tomaram conta de outros países, na América Latina.

Senhor presidente, no momento em que deixamos aqui o nosso modesto protesto por esses ataques a um país tão desenvolvido como a Tchecoslováquia, queremos lembrar aos nossos companheiros e, de modo especial, ao Governo brasileiro, a campanha que se está procurando fazer do controle da natalidade no país. Por que digo isso? Porque situações muito piores do que a da Tchecoslováquia têm-se apresentado entre a União Soviética e a China e, apesar disso, apesar de a China não ter desenvolvimento industrial igual ao da Tchecoslováquia, apesar de a China estar completamente separada da União Soviética, tomando posições inteiramente contrárias a ela, até hoje a União Soviética não teve coragem, não teve jeito de pensar em invadir a China, que, se não tem grande desenvolvimento industrial, tem, entretanto, um grande território, e, mais do que isso, tem uma grande população.

E nós, no Brasil, já que temos grande território, se não tivermos, amanhã, uma grande população, estaremos na situação desses pequenos países. É por isso que, ainda há pouco, lendo o livro do célebre jornalista americano John Gunther, *Inside South America*³², em que ele frisava que nos Estados Unidos há um movimento para conseguir o controle da natalidade no Brasil, a fim de enfraquecê-lo, chegamos à conclusão de que só não estaremos, amanhã, nas condições dos países da Europa Central e também de São Domingos, se tivermos uma grande população, pois já temos um grande território. (*Muito bem.*)

32 GUNTHER, John. *Inside South America*. Nova York: Harper & Row, 1967.

**171ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA,
EM 11 DE SETEMBRO DE 1968.**

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: logo após a Revolução de 1964, o Governo enviou para esta Casa projeto de lei que criava um organismo especializado, destinado a concretizar a reforma agrária no país. Com o passar dos tempos, do IBRA somente tomávamos conhecimento pela compra de aviões a jato, de helicópteros. E o nosso lavrador, o nosso fazendeiro, só tomava conhecimento da existência desse organismo através do aumento cabuloso, imenso, do Imposto Territorial Rural.

Assim, no meu pequeno Estado, com 95 mil quilômetros quadrados, pagava-se mais de Imposto Territorial Rural do que se paga nos Estados da Bahia e Goiás, com superfície dez vezes superior à de Santa Catarina. E note-se que Santa Catarina é um Estado de pequenas propriedades, ao passo que os outros são de grandes propriedades. Enquanto no nosso Estado a propriedade é completamente aproveitada, nos outros, isso não acontece.

Com o correr dos anos, continuávamos a saber que o IBRA apenas estava estudando a reforma, fazendo levantamentos. Após quatro anos da constituição do IBRA – feita por homens da Revolução, e depois desta – órgão que deveria ser representativo da nova ordem de coisas, o Governo cria um grupo de trabalho para estudar a reforma agrária, numa demonstração de que aquele organismo não estava capacitado para isto e nada fizera, a não ser massacrar o pequeno lavrador. Ainda hoje lemos em *O Globo* que o IBRA, do Rio de Janeiro, tem mais de mil funcionários, grande parte dos quais entrou para aquele órgão sem concurso e sem exame médico.

É a demonstração, portanto, de que esse organismo, da nova situação implantada no país, faliu e não teve condições de realizar a esperada reforma agrária.

Recentemente, tivemos conhecimento de que caía, no Paraná, o helicóptero em que viajava um general reformado, chefe dessa entidade, que estava a passeio, visitando as cataratas da Foz do Iguaçu. Esta [é] a situação do IBRA.

Certamente, a tão almejada reforma agrária só poderá ser feita no Brasil com grande pressão popular, já que os órgãos especializados do Governo nada fazem em benefício do povo e para atender os objetivos para que foram criados. (*Muito bem.*)

175ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1968 (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Sr. presidente: há poucos dias realizou-se em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, o Congresso Internacional de Direito do Trabalho, convocado pelo Instituto de Direito do Trabalho, da Faculdade de Santa Catarina e sob os auspícios do Instituto Latino-Americano de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, com sede em Buenos Aires. Essa conferência teve como presidente o Professor Henrique Stodiek, da Universidade Federal de Santa Catarina. Compareceram representantes brasileiros, que apresentaram vinte teses que foram ali discutidas. Essas teses se referiam a dois temas específicos: “A Integração da Indenização do Acidente do Trabalho na Previdência Social” e “A Nova Empresa”. Quanto ao segundo tema, A Nova Empresa, foi relator o Professor G. Carmelynck, da Faculdade de Direito de Paris. O tema “A Integração da Indenização do Acidente do Trabalho na Previdência Social” teve como relator o Professor Mozart Russomano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Essa Conferência, ao término dos seus trabalhos, apresentou a declaração que passo a ler para que conste dos anais da Casa:

DECLARAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

- I -

O Congresso Internacional de Direito do Trabalho, reunido na cidade de Florianópolis (Brasil), no mês de setembro de 1968, convocado pelo *Instituto de Direito do Trabalho*, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), sob os auspícios do *Instituto Latino-Americano de Direito do Trabalho e da Seguridade Social*:

- considerando que a empresa constitui, no mundo moderno, um centro fundamental de confluência de relações entre elementos que, por sua própria natureza, estão destinados a operar como fatores de progresso social e de desenvolvimento econômico;

- considerando que a mencionada instituição é, sem dúvida, uma das realidades que mais podem contribuir para a criação e desenvolvimento de um clima de paz, não apenas entre quantos contribuem para a consecução dos objetivos básicos da convivência, mas, igualmente, entre todos os setores que integram a vida da comunidade;

- considerando que toda expressão de convivência pacífica exige, como requisito indispensável, o reconhecimento da dignidade e da liberdade da pessoa, como valores essenciais que devem ser

garantidos em toda a sociedade organizada;

- considerando que a liberdade e a dignidade não se manifestam com plenitude onde não prevalece o postulado da justiça social, de que constituem pressupostos indispensáveis à justa distribuição da riqueza e à ascensão progressiva das responsabilidades, com a ininterrupta elevação do nível de vida da sociedade;

- considerando que não é possível realizar, na sociedade industrial moderna, uma política que vise aos objetivos da justiça social sem levar em conta a grande missão que, nessa realização finalista, deve cumprir a empresa, como instituição na qual se desenvolve o complexo mundo das relações de trabalho;

- considerando que as grandes transformações técnicas da sociedade atual e as necessidades da realidade contemporânea exigem que se encare o futuro com um esforço profundamente renovador, de modo a que todas as instituições constituam fatores de elevação do homem e de benefício para a coletividade e não, ao contrário, um instrumento de exploração da pessoa humana ou fonte de tensões sociais resultantes de situações injustas;

- considerando que as transformações técnicas incidem sobre a empresa de maneira imediata e atuam sobre ela como uma imperiosa e urgente chamada à consciência dos responsáveis pela sua organização e pelo seu comando;

o Congresso resolve:

I - destacar a preocupação comum e profunda pela situação das realidades empresariais ainda estruturadas de conformidade com os princípios liberais e individualistas das relações entre o capital e o trabalho, afastadas, portanto, do sentido pirar (sic)³³ a política social.

II - Chamar a atenção para a íntima conexão existente entre o sistema econômico-social e a organização da empresa, assinalando que esta, em nenhum caso deve constituir ponto de partida para uma injusta exploração da pessoa humana.

III - Advertir, além disso, que existe uma vinculação estreita entre o problema da titularidade da empresa, com a consequente determinação da propriedade dos meios de produção e as transformações que, para sua estrutura, possam ser consideradas necessárias.

IV - Assinalar a excepcional importância que, em qualquer alteração que se queira introduzir na empresa, assume o problema da distinção entre a forma jurídica que a empresa adote e sua função integradora, porquanto - embora não se possa desconhecer a existência de interesses diferenciados entre o capital e o trabalho - não é possível negar a evidência de objetivos comuns entre ambos.

V - Manifestar que toda a reforma da empresa, qualquer que seja a perspectiva dentro da qual seja ela levada a efeito, deve ter

33 Provavelmente, pilar da política social.

presente o fenômeno evidente em nossos dias, da progressiva separação entre “titularidade” e “gestão”, fato esse de considerável alcance para que se fixe a verdadeira situação que devem ocupar, em regime de colaboração intrínseca, os diversos elementos integrantes da instituição empresarial.

VI - Pôr em relevo que o trabalho, como elemento humano da empresa, tem direito a participar, ativamente, de sua vida, em seus diversos aspectos, levando-se em conta, sempre, os princípios básicos da justiça social e a necessária representação dos trabalhadores no seio da comunidade profissional a que pertencem, embora se deva evitar que o sistema de participação voluntária ou legalmente imposta constitua mera concessão que encubra a negação de direitos ou simples correção de sistemas injustos em sua formulação ou no desenvolvimento de seus postulados.

VII - Evidenciar a considerável transcendência que, para o futuro da empresa, possui o problema do autofinanciamento e a necessária determinação dos lucros que dela resultem.

VIII - Fixar o interesse que se atribui ao problema da ação sindical na sociedade e, especialmente, de sua atuação no tocante à transformação das instituições empresariais.

IX - Distinguir entre o que, no terreno das transformações da empresa, é ou pode ser boa intenção e até mesmo finalidade precisa, das possibilidades reais de um sistema ou de uma sociedade, de modo que sempre se atue com um critério realista que não esqueça os imperativos da Justiça.

X - Ressaltar o excepcional interesse que, para a progressiva implantação de um sistema de transformação da empresa, possui o trabalho de educação e formação humana, cultural, profissional e social do trabalhador, como meio, sem dúvida, eficaz de promover um amplo movimento de reforma institucional e de elevação e garantia da dignidade e da liberdade da pessoa.

XI - Reconhecer que a empresa é o fator de equilíbrio social e um instrumento indispensável para o aperfeiçoamento espiritual, não apenas daqueles que nela trabalham, como, também, de todos os membros de uma comunidade e, portanto, recordar a grave responsabilidade que recai sobre aqueles que detêm o poder econômico e o poder político, no sentido de que façam tudo quanto se encontre ao seu alcance para, sem recair em decisões improvisadas, fugir a uma imobilidade que só poderia perpetuar situações de injustiça social, contra as quais se deve atuar sem descanso, em busca de uma sociedade mais humana, assentada sobre os princípios de paz, liberdade e justiça.

- II -

O Congresso Internacional de Direito do Trabalho, além disso, tendo em vista o relatório geral, as teses e os debates realizados em torno do Tema II,

declara:

I - A integração, no sistema da Seguridade Social, do seguro

contra acidentes e demais contingências do trabalho, com a imediata exclusão do mencionado seguro de toda e qualquer ideia de lucro mercantil, é uma relevante recomendação da doutrina contemporânea.

II - Essa integração deve atentar para as condições peculiares dos diversos países, de modo a garantir, na prática de parte dos órgãos da Seguridade Social de cada Estado, o atendimento rápido e eficiente do trabalhador, tendo em vista, especialmente, a adoção de métodos eficazes de prevenção, assistência e recuperação social do trabalhador.

III - O desenvolvimento expansivo da Seguridade Social, que tende a abranger todas as formas de incapacidade, deve considerar os caracteres específicos das mesmas, quando resultantes de acidentes e de outras contingências do trabalho.

IV - O processo de integração, no sistema da Seguridade Social, do seguro contra acidentes e demais contingências do trabalho decorre dos anéis modernos de justiça social, progresso coletivo e desenvolvimento econômico.

Florianópolis, em 6 de setembro de 1968.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*)

183ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1968, ÀS 13H.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador.*) - Senhor presidente: tive oportunidade de ler, ontem, num dos jornais de maior circulação do Rio de Janeiro, o depoimento prestado por um antigo professor da Universidade de Brasília, na Polícia do Distrito Federal, sobre o movimento estudantil e sobre a invasão da Universidade pela mesma Polícia.

Admira-me; senhor presidente, a importância que deram a esse depoimento, principalmente a Polícia, a ponto de ser todo ele publicado em jornal de tão grande circulação.

Esse antigo professor, conforme é de conhecimento de toda Brasília, foi expulso por estudantes daquela Universidade, porque, além de péssimo professor, era um dos Calabar³⁴ daquela Universidade.

Sr. Ewaldo Pinto - Muito bem.

³⁴ Alusão a Domingos Fernandes Calabar, contrabandista e senhor de engenho pernambucano que, no século XVII, ficou ao lado dos invasores holandeses, sendo por isso lembrado nos manuais escolares de meados do século XX como exemplo de perfídia e traição.

SR. OSNI RÉGIS – Nós, brasileiros, que geralmente desde o tempo de criança temos horror àqueles que fazem questão de bancar os “dedo-duristas”, nós, que já no tempo da escola primária tínhamos horror de nossos colegas que, como se usa dizer, para fazer média junto à professora, costumavam indicar este ou aquele companheiro como turbulento, vemos na expulsão daquele professor, pelos jovens da Universidade de Brasília, um ato de coragem e de saneamento básico daquela Universidade.

É por isto que, como pai de um universitário, não posso deixar de protestar contra a importância que a Polícia do Distrito Federal deu a esse depoimento. Nunca deveria ter sido ouvido aquele professor, já que estava incompatibilizado com os alunos e colegas daquela Universidade, porque – e isso é de admirar – quando expulso, aquele professor não encontrou o menor apoio nas centenas de alunos e nos professores. Isto demonstra que não tinha condições para lá estar. (*Muito bem.*)

194ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 27 DE SETEMBRO DE 1968, ÀS 9H (EXTRAORDINÁRIA MATUTINA).

SR. OSNI RÉGIS (*Continuação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: o Estado de Santa Catarina tem condições excepcionais, pois não existem lá grandes cidades. A nossa capital possui uma população um pouco superior a cem mil habitantes. As outras cidades, ou têm uma população média, ou uma população baixa. Grande parte da população estadual se encontra na zona rural. Mas, apesar disso, o Estado de Santa Catarina é daqueles que tem melhores condições, no tocante ao ensino primário.

Em 1967, por exemplo, foram matriculadas, nos estabelecimentos de ensino primário do Estado, mais de 400 mil crianças; no ensino médio, mais de 60 mil jovens.

Mas, apesar dessa preocupação que temos em Santa Catarina com o ensino primário, o ensino médio e mesmo o ensino superior; apesar de cumprir o Estado o preceito constitucional de gastar mais de vinte por cento da sua renda com o ensino; apesar de as Prefeituras municipais se preocuparem todas elas, também, principalmente com o ensino primário, apesar de tudo isso, temos a

reclamar que o Governo Federal pouco se preocupa e pouco despende com a educação em Santa Catarina.

Difícilmente chega a vinte o número de convênios firmados por ano, com as Prefeituras municipais para a construção de prédios escolares. Quanto ao ensino médio, segundo sei, o Governo Federal somente dispõe de um estabelecimento de ensino industrial e dois de ensino agrícola. Compulsando agora os dados para o orçamento do ano vindouro, verificamos que a Universidade Federal de Santa Catarina apresenta uma das menores receitas. A parte das verbas referentes à Universidade de Santa Catarina é das menores do Brasil.

Daqui, portanto, quero reclamar ao senhor ministro da Educação que olhe para Santa Catarina com a mesma atenção que dispensa aos outros Estados da Federação. Que nos dê maiores verbas para o ensino primário, para o ensino médio e para o ensino superior. Não é possível, senhor presidente, que tanta dificuldade recaia sobre o povo catarinense. A mesma coisa tem ocorrido com as estradas e outros aspectos da vida nacional. Santa Catarina, no tocante à educação não tem tido do Governo Federal o apoio suficiente. Aqui fica, pois, um apelo, no sentido de que o senhor ministro da Educação, no ano vindouro, consiga maiores verbas para a nossa Universidade e também para os estabelecimentos de ensino primário e médio. (*Muito Bem.*)

204ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 4 DE OUTUBRO DE 1968.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: um dos males do país é o desperdício de recursos que se nota em todos, ou quase todos os organismos públicos do Brasil, na esfera federal e mesmo em certas esferas estaduais. Esse desperdício, senhor presidente, nós o observamos principalmente em Brasília. Se passarmos pelas praças, pelas repartições, veremos que há um nunca acabar de obras. Fazem-se e desfazem-se as obras públicas.

Há mais ainda: o uso imoderado de meios de transporte, o desgaste com gasolina, a compra indiscriminada de veículos. Há organismos, por exemplo, como o IBRA, que compraram aviões a jato que dificilmente poderiam ser utilizados por aquela repartição. Apesar de todas aquelas reclamações contra

o absurdo que então representara a compra, continua-se a fazer o mesmo e, ainda há pouco, lemos nos jornais que o Instituto Brasileiro do Café, para não ficar atrás do IBRA, acaba também de adquirir um avião a jato, possivelmente para uso de seus diretores nas viagens de fins de semana do Rio de Janeiro para São Paulo.

Assim, senhor presidente, achamos que, se o Governo quer acabar com a corrupção, com o desperdício, deve começar a olhar essas pequenas coisas. Ainda há poucos dias o Senador Ermírio de Moraes, no Senado, mostrava, com números, a porcentagem imensa do Orçamento Federal que é desperdiçada. Fica, pois, senhor presidente, o nosso apelo para que o chefe do Poder Executivo faça um combate a esses gastos imoderados, porque assim haverá maiores meios para resolvermos os problemas da educação, saúde e transporte. (*Muito bem.*)

204ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 4 DE OUTUBRO DE 1968, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: tomamos conhecimento de outra revolução em um dos países da América Latina. Continuamos a mesma rotina no processo político latino-americano. É sempre um movimento de madrugada. Um grupo se julga com capacidade de julgar e, com facilidade, porque têm os canhões, as baionetas, os fuzis, depõe um presidente da República. Em seguida, empossa-se um triunvirato, sendo sempre determinada figura a principal. Passam-se mais uns meses. Dentre os três, um acaba ficando na chefia. Como sempre, no momento da deposição do presidente da República, é distribuída nota em que se fala em corrupção, em entreguismo, em volta às fontes, em transformações, em planificações.

Depois de certo período, vemos que, infelizmente, o processo socioeconômico não apresenta modificações. Não há modificações da estrutura rural.

Lá no Peru, senhor presidente, infelizmente, a nosso ver, continuarão os índios, o grosso da população naquele país, no seu estado de passividade; continuarão as terras a pertencer a meia dúzia de grandes proprietários, que não se interessarão em aumentar a produtividade de suas terras: não haverá reforma – se houver, será só no papel. E assim, infelizmente, continuará o Peru, como têm continuado os outros países da América Latina, apesar das centenas de golpes de

Estado que se têm processado É uma pena. Os nossos votos – apesar de não acreditarmos que isso se dê – são no sentido de que haja uma modificação profunda da estrutura socioeconômica de todos os países da América Latina. A corrupção, o entreguismo, isto tudo é efeito de causas profundas; residem na infraestrutura socioeconômica desses países. Sem a modificação dela, não modificaremos sequer a mentalidade do homem. Sem modificação da infraestrutura dos países da América Latina, continuaremos a ter golpes de Estado, modificações violentas do Governo: continuaremos a pertencer a esse submundo, distanciando-nos sempre dos países desenvolvidos, que cada vez mais se aproveitam dos subdesenvolvidos para seu enriquecimento. (*Muito Bem.*)

13ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 1969, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente, senhores deputados: aproveito esta oportunidade para falar a respeito do meu Estado e mostrar a esta augusta Casa qual a posição de Santa Catarina na economia brasileira, como também os seus aspectos sociais e culturais. Infelizmente, Santa Catarina é um pouco desconhecida do país. Há mesmo um número bastante elevado de membros do Executivo e do Legislativo que desconhecem as condições de Santa Catarina. É que nós, senhor presidente, os catarinenses, não costumamos fazer publicidade daquilo que realizamos.

Santa Catarina é o menor Estado do sul do país e mesmo um dos menores do país. Sua superfície é de 95.985 km² e sua população estimada, para 1969, é de dois milhões e 700 mil habitantes. O seu relevo é variado, com a parte do litoral cheia de reentrâncias.

Logo em seguida vem a chamada Serra do Mar, que faz com que toda a região litorânea seja montanhosa, com dificuldades, portanto, para ser trabalhada por tratores. Temos, depois, os contrafortes da Serra Geral, seguindo-se os chamados Campos de Lages, zona relativamente plana do planalto, com campos naturais e a zona de vegetação da araucária, do pinheiro, mas com muitas incrustações, à flor da terra, de basalto. A seguir, temos os vales do Rio do Peixe, do Rio Uruguai e do Peperi-Guaçu, que formam a bacia do Rio Uruguai. A região do Oeste é constituída de ótimas terras, mas apresenta difi-

culdade para ser trabalhada com tratores, em virtude, como frisei, da existência de pedras no seu solo.

Qual [é], senhor presidente, a nossa posição no tocante à vida econômica do país? Poucos conhecem Santa Catarina a esse respeito. Por exemplo: quanto ao pescado, produzimos, em 1967, 50 milhões e 236 mil toneladas. Mais do que Santa Catarina somente produziram os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Maranhão. Santa Catarina produziu, portanto, excetuando-se esses três Estados, mais do que todos os outros.

Senhor presidente, para trabalhar neste pescado, tínhamos 1.291 barcos a remo e 2.705 a vela. É de se notar, agora, a parte de motor. Possuímos 1.260 barcos a motor, abertos, e 48 barcos fechados.

Quanto ao valor da produção rural, relativamente a 1967, Santa Catarina apresentou uma produção de tal vulto que somente quatro Estados – e é de se ressaltar sua superfície e população – o ultrapassaram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Portanto, contávamos com uma produção rural das maiores do Brasil. Mas, apesar disto, senhor presidente – e aqui vêm as nossas reclamações ao Governo Federal – apesar de somente quatro Estados da Federação haverem apresentado maior produção rural do que Santa Catarina, até hoje o nosso Estado não tem uma Faculdade de Agronomia. Há mais – e as nossas reclamações continuam a ser feitas ao Governo Federal, principalmente: lemos, no *Jornal do Brasil* de ontem, que o crédito rural a ser absorvido, este ano, no Brasil, será de sete bilhões de cruzeiros novos. Pois bem, Santa Catarina, sendo o quinto Estado em produção rural, vai receber, deste crédito rural, através do Banco do Brasil e dos bancos particulares, apenas 1,66%. Esta é, infelizmente, a situação que Santa Catarina apresenta perante o Governo Federal. Sentimos dizer: pouco o Governo nos tem auxiliado neste setor.

Quanto à produção rural, vou mostrar alguns aspectos. Aliás, Santa Catarina apresenta-se de modo auspicioso nesse campo. Por exemplo: somente produzem mais arroz do que Santa Catarina o Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Paraná e Mato Grosso; batata doce: Santa Catarina é o maior produtor do Brasil; batata inglesa: somente produzem mais que Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas; cebola: somente produzem mais que Santa Catarina, o Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. Na produção de centeio, Santa Catarina ocupa o segundo lugar, logo após o Paraná; na de

cevada, também o segundo lugar, após o Rio Grande do Sul; na produção de fumo em folhas, Santa Catarina ocupa o segundo lugar do Brasil, superado apenas pelo Rio Grande do Sul; na produção de mandioca, o terceiro produtor do Brasil é Santa Catarina, o primeiro Bahia e o segundo, o Rio Grande do Sul; na produção de soja está em quarto lugar; na do tomate, no sexto; na de trigo, no terceiro; na de uva, também no terceiro.

Apesar disso, fazemos questão de [ilegível]. É de se notar que, não obstante ocuparmos o oitavo lugar, o nosso rebanho é um dos melhores do país. Poucos Estados do Brasil têm rebanho melhor do que o de Santa Catarina; demonstramos isso nas exposições pecuárias de Porto Alegre e do Paraná. Ocupamos o sétimo lugar em equinos e o quarto lugar em suínos. Apenas o Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais possuem mais suínos do que nós. A suinocultura de Santa Catarina é uma das melhores do país. Quanto à criação de ovinos, somos o terceiro produtor de lã. Relativamente à produção de leite, mais do que Santa Catarina somente se apresentam Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Bahia. Quanto às aves, Santa Catarina está em primeiro lugar na parte de marrecos e gansos. É um grande produtor de perus e de galinhas. Segundo lugar na produção de ovos; segundo lugar como produtor de mel de abelhas.

Nossa produção, portanto, senhor presidente, no que se refere à pecuária e à agricultura, é das melhores do Brasil, mas, infelizmente, sentimos dizer que o apoio do Governo Federal não se tem feito sentir em Santa Catarina.

Sr. Norberto Schmidt – Desejo cumprimentar V. Exa. pela exatidão dos dados apresentados e ainda pela eficiência da capacidade produtiva do povo catarinense. Quero ressaltar, com toda ênfase, que Santa Catarina, sendo um Estado territorialmente pequeno, tem produções de segundo, terceiro, quarto lugar. Isto é uma prova da capacidade daquele povo que V. Exa. representa. Aceite o nobre colega – embora o momento não seja muito oportuno para fazê-lo – meus cumprimentos extensivos a todos os seus valorosos coestaduanos, pela cooperação que vêm dando ao aumento da nossa produção.

SR. OSNI RÉGIS – Obrigado a V. Exa.

Senhor presidente, quero ainda me referir ao processo de reflorestamento. Como é sabido, as condições ecológicas de Santa Catarina são excepcionais para

o pinheiro, principalmente o chamado pinheiro americano ou *Pinus elliottii* que, após sete anos, pode ser usado, já no primeiro corte, na produção de papel.

As suas condições são excepcionais e, possivelmente, já devemos ter plantado em Santa Catarina, nesses últimos anos, 40 milhões de pés de *Pinus elliottii*. Agora, sabemos que o Governo está interessado em que Santa Catarina plante mais de 150 milhões de pés dessa espécie. Apesar disso, quando se quer plantar o *Pinus elliottii* em Santa Catarina, temos de conseguir mudas com particulares, porque dificilmente as encontramos no Serviço de Agricultura. Infelizmente, o Serviço de Reflorestamento do Governo Federal quase nada nos dá a esse respeito.

Quero frisar também, senhor presidente, que somos o segundo produtor de banha no país.

Há, ainda, outra parte que faço questão de acentuar: é a respeito do carvão. Como é sabido de todos, Santa Catarina é o maior produtor de carvão do país. Em 1967, produzimos mais de 2.930 mil (sic) toneladas de carvão. Há uma campanha muito grande contra o carvão brasileiro, de modo especial o catarinense, por parte de determinadas siderúrgicas, que dizem que o carvão encarece o produto. Se aceitarmos essa alegação, devemos deixar de plantar trigo, porque o nosso trigo é mais caro do que o estrangeiro; vamos deixar de produzir automóveis, porque os nossos são mais caros do que os estrangeiros.

O que é necessário, senhor presidente, é criar-se, naquela região do carvão, um complexo industrial. Em todas as partes do mundo os complexos industriais se encontram nas zonas carboníferas. No Brasil, infelizmente, principalmente por fatores políticos, ainda não existe essa mentalidade.

Mas dirão: o carvão hoje está ultrapassado. Não está, senhor presidente. Ainda há dois anos tive ocasião de visitar o Estado de *West Virginia*, nos Estados Unidos, zona de carvão. Pois bem, afora as usinas termoelétricas existentes, funcionando na base do carvão, estavam construindo a segunda parte de uma usina de 500 mil kVA, que já fornece 500 mil kVA, portanto um milhão de kVA, utilizando carvão como combustível, para levar essa energia a mais de 700 quilômetros do local da usina, isto é, até Nova Iorque. É de notar-se que se trata de uma empresa particular, e não oficial.

Mas ainda vi lá, na empresa *Union Carbide*, dois mil técnicos estudando e pesquisando somente a parte de utilização do carvão. No Brasil, onde não

temos indústrias na zona do carvão, há necessidade de se transformar em realidade o que hoje, segundo dizem, se quer levar para lá. Falam, há muitos anos, na instalação da indústria carboquímica na zona do carvão em Santa Catarina: infelizmente, os planos estão se arrastando há muito tempo, e nada se fez nesse sentido.

Sr. Norberto Schmidt – Nobre deputado, por paradoxal que pareça, na Alemanha e na Europa, a zona industrial mais intensa e mais forte é a do *Ruhr[gebiet]*, justamente a zona carbonífera.

SR. OSNI RÉGIS – Veja, V. Exa., no Brasil não existem indústrias onde existe o carvão. Criaram-se as indústrias nas zonas onde não há nem o carvão, nem o ferro. Mas, senhor presidente, apesar de ser um Estado pequeno, Santa Catarina, em 1966, tinha, trabalhando nas suas indústrias, perto de 95 mil empregados. Somente as indústrias de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Estado do Rio, possuíam mais operários. Portanto, Santa Catarina apresenta condições excepcionais para o desenvolvimento industrial.

Grande parte dessas indústrias são pequenas e médias. São poucas as grandes indústrias, algumas localizadas no Vale do Itajaí. É de se notar, também, que encontramos essas pequenas e médias indústrias em todo o Estado, muitas vezes em lugares pequenos, onde nem poderíamos imaginar que elas estivessem. Por exemplo, vamos encontrar em Caçador, pequena cidade, uma indústria de trator; em Joaçaba, uma indústria de turbinas; em Timbó, uma indústria de relógios.

Agora, a parte de estradas, um dos pontos cruciais do desenvolvimento do Estado. Apesar de Estado territorialmente pequeno, com população tamb- [falta uma parte do texto] os Estados de São Paulo, Guanabara, Minas, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Bahia possuem mais veículos de passageiros que Santa Catarina. Santa Catarina, portanto, está em oitavo lugar quanto a veículos a gasolina de passageiros.

Mas o importante não é isto, mas, sim, o que se refere a transportes de carga. Aí é que se verifica o valor econômico de uma região ou de um Estado. Quanto ao transporte de carga pesada a gasolina, superior a Santa Catarina encontramos São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Quanto ao transporte de carga a óleo diesel, que caracteriza melhor ainda a im-

portância econômica de uma região, acima de meu Estado só temos São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Santa Catarina coloca-se em sexto lugar. Mais ainda: quanto a reboques e carretas frigoríficas, portanto transporte mais pesado, apenas o Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, estão acima de nós. Ocupamos, pois, o quarto lugar.

Pois bem. Sabe, V. Exa., senhor presidente, quantos quilômetros de estrada construídos pelo Governo Federal tinha Santa Catarina em 1967? Tinha 459 quilômetros asfaltados. Apenas isto o Governo Federal havia feito: e é de se notar que eram apenas estradas de passagem, não havia estradas de penetração asfaltadas, como até hoje não existem.

Cumpre-me, senhor presidente, o dever de dizer que realmente o atual Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, tem feito bastante por Santa Catarina. Finalmente, está se terminando a estrada do litoral, que, partindo de Curitiba e passando por Joinville e Florianópolis, vai até o Rio Grande do Sul. Mas na parte principal da estrada, o trecho de penetração em Santa Catarina, ainda falta muito para fazer. O asfaltamento do trecho que vai de Florianópolis a Itajaí, e dali em direção ao Rio Grande do Sul, foi feito pelo Governo do Estado, que, agora, o entregou ao Governo Federal. Na continuação do trecho Lages-Joaçaba e desta até São Miguel do Oeste, na fronteira com a Argentina, agora é que se está dando impulso maior, na parte do movimento de terra. Este é um dos pontos de estrangulamento do nosso desenvolvimento.

No oeste de Santa Catarina, região nova, de produção muito grande, região que muito trabalha, há vinte e poucos anos, naquela região do antigo Chapecó, existia um município. Hoje, existem lá mais de 40 municípios, mais de 15 comarcas.

Pois bem, quando chove nessa região, parte da produção fica encalhada, parada, por falta dessa estrada federal, que vai de Florianópolis a Lages e São Miguel do Oeste. O estrangulamento, ali, deve-se à falta da estrada.

Senhor presidente, quanto à assistência social, temos mais alguns dados a respeito de hospitais. Santa Catarina tinha, em 1966, 156 hospitais. Pois bem, do Governo Federal havia um somente, sendo os demais, na sua maioria, particulares. Agora, até as pequenas subvenções que incluíamos no Orçamento temos dificuldades em receber.

Sr. Aldo Fagundes – Queria congratular-me com o nobre colega pelo notável discurso que está proferindo nesta tarde, dando conhecimento à Casa e à opinião pública nacional dos aspectos do desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina, que com tanto brilho V. Exa. aqui representa. A mim, nobre deputado, chamou a atenção a declaração de V. Exa. de que essas nítidas vitórias que Santa Catarina tem alcançado decorrem do esforço e da capacidade de trabalho do próprio povo, porque o auxílio, o amparo, a contribuição do Governo Federal, V. Exa. apontou, têm estado ausentes.

SR. OSNI RÉGIS – Ou são pequenos.

Sr. Aldo Fagundes – Até mesmo o Serviço de Reflorestamento, tendo em vista que os pinheirais ali têm importância, não contribui nem comparece na hora da necessidade. Na luta contra o subdesenvolvimento, os povos podem aguardar uma atitude paternalista do Estado e ficar na expectativa de que os poderes centrais, com mais força e recursos, venham em seu socorro. Podem, por outro lado, tentar vencer o subdesenvolvimento pelo seu próprio trabalho, pelo seu próprio esforço. E nós nos alegramos ao verificar, pelas declarações de V. Exa., que o povo de Santa Catarina optou por essa segunda hipótese. As informações que V. Exa. traz merecem, pois, o nosso louvor e o nosso aplauso.

SR. OSNI RÉGIS – Agradeço a V. Exa. o aparte. Quero ressaltar que quando falamos em Governo Federal é de modo geral. Atualmente, temos recebido maior apoio na parte de transportes e na energia elétrica, mas não na quantidade que Santa Catarina, a nosso ver, merece.

Quanto à parte de ensino primário, Santa Catarina tinha, em 1967, nas suas escolas primárias, 412.534 crianças. Pois bem, não havia uma unidade de ensino primário do Governo Federal. E mais: compulsei o “Anuário Estatístico do Brasil” e vi que o Governo Federal terá 724 unidades de ensino primário no Brasil, das quais nenhuma em Santa Catarina. Com relação ao ensino médio, tínhamos 322 cursos ginasiais e 141 cursos colegiais, em sua maioria particulares, do Governo do Estado ou das Prefeituras.

Senhor presidente, não quero alongar-me mais. Fiz questão de mostrar, em traços gerais, a posição de Santa Catarina. Não costumamos fazer propaganda daquilo que somos, mas hoje precisamos alertar a nação para o fato de que naquele território, de menos de 100.000 km², habita um povo que trabalha e

que pode produzir muito mais, se o Governo Federal lhe der determinadas condições. Queremos reflorestar, mas precisamos de mudas. Queremos, dentro do possível, mecanizar nossa lavoura. Tínhamos, pelo recenseamento de 1960, mais de 80 arados. Éramos, no Brasil, após o Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, o Estado que possuía o maior número de arados. Mas queremos deixar o arado para usar pelo menos tratores pequenos a fim de que possam ser trabalhadas áreas maiores. Precisamos de financiamentos e, principalmente, de estradas para dar escoamento a nossa produção. Precisamos de escolas, principalmente técnicas. Precisamos, portanto, que o Governo Federal dê apoio ao Governo do Estado, que está começando a criar uma Faculdade de Agronomia e Veterinária no interior. Se o Governo Federal não quer fundar universidades, que facilite sua criação por parte do Governo do Estado. Queremos que nos dê condições, porque só assim Santa Catarina poderá produzir não somente para seu povo, mas também para todo o povo brasileiro. *(Muito bem, muito bem. Palmas.)*

9ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 13 DE ABRIL DE 1970, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação - Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: discute-se, no momento, a conveniência de realizar-se ou não somente duas sessões plenárias por semana nesta Casa.

Não sou dos mais assíduos neste “Pinga-Fogo” nem mesmo no Grande Expediente. Acho, porém, que neste momento há necessidade de termos sessões plenárias todos os dias, isto é, de segunda a sexta-feira. No momento em que alguns constitucionalistas brasileiros acham que os membros do Legislativo não devem interferir nos problemas do Executivo, não devem frequentar os Ministérios, não devem procurar os diretores de repartições, é por intermédio desta Casa, por intermédio dos discursos no Pequeno e Grande Expediente que eles podem levar as suas reclamações, as solicitações dos seus Estados perante o Executivo. Por isso somos um daqueles que combate esta proposição que agora se quer levantar, de reduzir-se somente a duas, por semana, as sessões plenárias desta Casa.

Aproveito a oportunidade, senhor presidente, para fazer um apelo ao diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a fim de que

mande providenciar a melhoria do asfaltamento no trecho da estrada de Lages a Curitiba, que se encontra em precárias condições, prejudicando muito o trânsito daquela estrada, uma das mais movimentadas do país, e também para que forneça verba suficiente para que o 2º Batalhão Rodoviário possa fazer uma boa conservação no trecho da estrada entre Lages e Joaçaba, que se encontra em péssimo estado de conservação. Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*)

11ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 15 DE ABRIL DE 1970, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: estamos no ano de eleições para os Governos estaduais, as Assembleias Legislativas, a Câmara e o Senado. Como sempre, no Brasil, deixa-se para os últimos dias a discussão e votação de projetos que dizem respeito aos problemas eleitorais. Daí porque procuro, hoje, focalizar dois aspectos referentes a essas eleições, de modo especial para o Legislativo.

Como é do conhecimento de todos, o sistema democrático só existe dentro de sistemas de partidos. Não há democracia verdadeira onde não existe o sistema de partidos, onde a escolha dos candidatos não se processe em eleições, se possível livres e afastadas de vícios, pela riqueza de candidatos, pela influência de demagogos e pela força armada. Quanto à escolha de candidatos para as eleições vindouras, falava-se, até [há] bem pouco tempo, que tal escolha seria feita pelos diretórios estaduais ou, dentro da lei, em convenções.

Sabe-se, senhor presidente, que, na legislação dos diferentes países democráticos, três são as formas de escolha de candidatos: uma, por meio de designação pelos diretórios, sistema mais comum nos Estados Unidos; outra, através da designação por eleitores, forma também adotada nos Estados Unidos, nas chamadas eleições primárias; a terceira, aquela em que a escolha é feita por eleitores inscritos no partido, forma adotada na Europa, principalmente nos países socialistas, e que, com o correr do tempo, vem sendo posta em prática também pelos países não socialistas, sendo, naturalmente, a mais democrática.

Infelizmente, senhor presidente, ainda não decidimos se vamos fazer a escolha em convenção, portanto com a influência preponderante dos eleitores inscritos no partido, ou se pelos diretórios estaduais. Se demormos muito,

possivelmente a escolha pelos diretórios estaduais será a forma adotada no país. Não será, por conseguinte, o processo mais democrático. Lembro, assim, aos órgãos partidários, a necessidade de se resolver quanto à legislação a prevalecer a esse respeito.

Há, também, senhor presidente, outro aspecto que desejo focalizar. É o referente aos diferentes sistemas eleitorais. Temos ouvido e lido que grande número dos atuais deputados não pretende candidatar-se, porque acham que nas próximas eleições as despesas serão imensas. Em alguns jornais, cheguei mesmo a ler que representantes por determinado Estado estão calculando que, no mínimo, um candidato a deputado federal gastará 100 milhões de cruzeiros antigos, ou 100 mil cruzeiros novos.

Sabemos, igualmente, senhor presidente, que, pelo sistema atual do país, funcionam dois partidos sem muita consistência, ainda em estado – podemos dizer – informe, pela maneira como foram constituídos. Tal circunstância vai causar um impacto profundo entre os candidatos dentro do mesmo partido. Não ignoramos que a maior luta não será entre os candidatos dos dois partidos, entre os candidatos da ARENA e os do MDB. A maior luta, as maiores despesas decorrerão do choque dentro do mesmo partido. E qual a maneira de resolver isso? No meu modo de ver, somente se modificarmos o nosso sistema eleitoral.

Conforme é do conhecimento de todos, existem, esquematicamente falando, dois sistemas eleitorais: o majoritário ou de distrito, e o de representação proporcional.

O sistema majoritário, por sua vez, pode apresentar dois tipos: o de um turno, em que nas eleições é declarado eleito o candidato que, dentro do seu distrito, alcançar o maior número de votos, mesmo que não corresponda à maioria absoluta, sistema adotado nos países anglo-saxônicos, Inglaterra; Estados Unidos; e o de dois turnos, pelo qual, na primeira eleição, são considerados eleitos os candidatos que, dentro do distrito eleitoral, venham a obter maioria absoluta de votos; os que não obtiveram essa maioria, vão para o segundo turno, em que são consagrados os dois mais votados. É o que predomina na França e em outros países.

O outro sistema é o adotado no Brasil, ou seja, o de representação proporcional. Realmente [não] é o mais democrático.

Criticam o sistema majoritário sob a alegação de que, com ele, o candidato fica muito preso à sua região, no seu feudo eleitoral e dificilmente teríamos como representantes pessoas com visão dos problemas nacionais, pois figuras de projeção nacional não seriam eleitas, por não terem fixação nos seus distritos eleitorais. Ora, esta crítica não procede. Primeiro, nos Estados Unidos ou na Inglaterra, há grandes figuras, na Câmara dos Comuns ou na Câmara de Representantes, eleitas pelo sistema majoritário.

Segundo, o candidato realmente fica mais preso ao seu distrito. É mais conhecido dos seus eleitores, mais ainda: a influência do fator econômico não é tão grande no sistema de distritos eleitorais como no nosso, o de representação proporcional. Naquele sistema é muito mais fácil haver o controle das despesas dos candidatos e verificar se estão gastando além do fixado pela lei; é muito mais fácil acabar com aquele tipo de candidato que hoje é eleito por determinada região e, amanhã, por outra, por não se sentir seguro naquela [em] que foi inicialmente eleito. Se tal ocorre, é porque não soube representar condignamente seu eleitorado. Já o sistema de representação proporcional utilizado no Brasil apresenta, conforme é do conhecimento de todos, a facilidade da influência preponderante do fator econômico. Além disso, o fato de ser o candidato votado em todo o território do Estado, torna difícil a caracterização das despesas realizadas. Os candidatos possuidores de grande potencial de riqueza não desejam o sistema de distritos eleitorais, pois, dentro dele, apesar de todos os gastos que fizessem, só seriam eleitos se estivessem profundamente vinculados à região.

Outro aspecto, senhor presidente, que desejamos focalizar é o referente à formação de partidos, em relação ao sistema eleitoral. O sistema eleitoral de distrito a um turno leva à formação de dois grandes partidos. Podemos facilitar a organização de partidos, podemos facilitar a inscrição de candidatos. Apesar disto, sempre aparecerão somente dois grandes partidos. Na Inglaterra, por exemplo, onde há facilidade de inscrição, não existem somente dois partidos, mas muitos partidos. Mesmo assim, o sistema de distritos eleitorais a um turno leva à formação de dois grandes partidos independentes, dando, ao mesmo tempo, a possibilidade de que as pessoas que não queiram ficar presas àqueles partidos possam sufragar candidatos de pequenos partidos mais afinados com a sua linha de pensamento. É uma maneira, portanto, muito mais democrática.

Já o outro sistema, o de distrito a dois turnos, leva ao aparecimento de mais de dois partidos, mas dependentes. É o caso da França, que, com este sistema, ensejou o aparecimento de mais dois partidos. No segundo turno, porém, os partidos se unem para missões, ou de deputados conservadores, ou de centro, ou socialistas.

O terceiro sistema, o proporcional, que é o nosso, dentro daquela legislação antiga brasileira, levou ao surgimento de mais de uma dezena de partidos independentes entre si. Realmente, é este o grande defeito do sistema de representação proporcional. Foi o que na Europa vigorou por bastante tempo, isto é, até 1945, época em que estávamos fazendo a nossa Constituição. Começou a decair.

Finalmente, há uma fórmula diferente, que une o sistema de distrito com o proporcional, chamada mista. O sistema misto é adotado na Alemanha, em que metade das vagas à Câmara é preenchida por candidatos eleitos dentro do sistema de distrito eleitoral; a outra metade, dentro do sistema proporcional. Só que, neste último, em lugar de o eleitor votar nos candidatos, vota no partido.

As críticas que hoje se fazem na Alemanha a esse sistema de eleição mista se referem à parte proporcional, porque ela outorga uma influência muito grande aos membros das chefias dos partidos, os quais podem facilmente colocar nas suas listas pessoas a eles chegadas.

De qualquer modo, senhor presidente, o certo é que o sistema proporcional, atualmente em vigor no Brasil, não deverá continuar. Se isto acontecer, continuaremos a constatar, infelizmente, corrupção bem promovida pelos candidatos que possuem dinheiro.

Conforme referi no início do meu discurso, devo alertar as direções partidárias no sentido de que, desde já, comecem a verificar a necessidade de se modificar a legislação eleitoral, que terá influência relevante sobre os representantes pelos diferentes Estados do país nesta Casa. Trata-se de assunto que diz respeito, não somente aos atuais deputados, mas a todos que desejam ser candidatos e a todo o povo brasileiro.

Já foi estabelecida, senhor presidente, uma grande redução no número de deputados à próxima legislatura. Esta Casa perderá um terço dos seus representantes e devemos, no ensejo, reexaminar a atual legislação, a fim de que a

próxima representação nesta Casa realmente retrate o pensamento e os anseios do povo dos nossos Estados, enfim, do povo brasileiro. Precisamos acabar, de uma vez para sempre, com as malfadadas formas de se tirar dinheiro dos candidatos que não podem despende vultosas somas nas eleições; acabar com as chamadas “listas” de passeio dos jovens estudantes, dos célebres jogos de camisa das equipes de futebol, com as listas para a eleição de *misses*, artifícios através dos quais os candidatos mais ricos levam vantagem sobre os demais. Devemos também encontrar uma forma de diminuir sua influência nas estações de rádio, de TV e nos jornais.

Tentemos conseguir, senhor presidente, uma fórmula que permita iguais possibilidades a todos os candidatos, estabelecendo igualdade entre aqueles que desejam representar o povo nesta Casa.

Ao terminar, senhor presidente, renovo apelo às representações partidárias, para que desde já mandem estudar esses aspectos da legislação eleitoral, do sistema de partidos, a fim de que possamos, na próxima legislatura, ter, nesta Casa e no Senado, verdadeiros representantes do pensamento e dos anseios do povo brasileiro. (*Muito bem. Muito bem. Palmas.*)

26ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 12 DE MAIO DE 1970, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: de algum tempo para cá, temos lido sempre artigos referentes ao que se chama estatização do crédito no Brasil. Há, mesmo, no setor bancário da iniciativa privada, um movimento para que diminua essa estatização. A mim me parece que não têm razão esses banqueiros e os porta-vozes de banqueiros da iniciativa privada.

Hoje, os estabelecimentos de crédito estatais – quer aqueles em que o Governo Federal tem a maioria das ações, quer os em que os Estados têm essa maioria – apresentam-se em melhores condições perante o mercado de crédito do que os estabelecimentos de crédito privados, em virtude de fatores os mais diferentes possíveis, como seja a maior confiança que atualmente se tem nos estabelecimentos de crédito oficiais do que nos de crédito privado.

Ainda há pouco, víamos, no livro de Maurício Cibulares sobre mercado de crédito, uma passagem em que ele dizia que determinados empresários se perguntavam por que as empresas públicas do país tinham agora melhores condições do que as empresas privadas. E ele mesmo respondia que, infelizmente, nas empresas privadas os diretores levam a parte do leão na distribuição dos lucros, enquanto nos estabelecimentos de economia mista os diretores não têm essa preocupação e recebem somente os seus vencimentos e uma pequena gratificação. Nos estabelecimentos privados, muitas vezes os diretores recebem mais do que os milhares de acionistas. É esta a situação que faz com que, no momento, os estabelecimentos oficiais se apresentem no mercado de capital em muito melhores condições do que as empresas privadas.

Aqui vão, portanto, as nossas congratulações com essas empresas mistas, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco do Estado de São Paulo, o Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina, no nosso Estado, e uma série de bancos oficiais, pelo que tem sido feito nos últimos tempos. Eles, realmente, mostraram que os estabelecimentos oficiais podem mesmo ultrapassar aqueles de iniciativa privada.

O que há é uma modificação de mentalidade dentro desses estabelecimentos oficiais. (*Muito bem.*).

64ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 3 DE JULHO DE 1970, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: ontem renunciou ao mandato de deputado federal, pelo Estado de Santa Catarina, Carneiro Loyola. É uma grande perda para nós, catarinenses, a saída de Carneiro Loyola desta Casa. S. Exa. retira-se da vida pública por motivo de saúde. Nós, como seu colega de representação e também da Comissão de Orçamento, principalmente, sentimos o quanto Santa Catarina perde com essa saída.

Carneiro Loyola, como V. Exa., ontem, na reunião da ARENA, fez questão de frisar, é um daqueles homens que tinham o seu trabalho principal nas Comissões. Não era frequentador assíduo do Plenário, não aparecia sempre no

noticiário do Congresso transmitido pela Agência Nacional. Em compensação, seu trabalho na Comissão de Orçamento era um dos maiores prestados por deputados naquele órgão técnico.

Carneiro Loyola foi sempre eleito pela região de Joinville e por municípios do norte do Estado. Seu amor pela sua região, muitas vezes, a nós causava espécie, tal a devoção com que se dedicava aos seus problemas.

Até [há] bem poucos anos, militávamos em partidos contrários. Ele pertencia à União Democrática Nacional; nós, ao antigo PSD. Apesar disso, da Comissão de Orçamento, S. Exa. nunca prejudicou os interesses de Santa Catarina por motivos políticos, mesmo sendo o nosso governador também de partido contrário ao seu. Sempre fez questão de que fossem consignadas verbas globais para o Estado, de modo especial para o setor de energia elétrica.

Aqui, fica, portanto, a nossa homenagem a Carneiro Loyola, quando se afasta dessa Casa, na qual tantos serviços prestou – e acredito ainda prestará fora dela – ao nosso Estado, Santa Catarina. *(Muito bem.)*

70ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 13 DE JULHO DE 1970, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS *(Comunicação – Sem revisão do orador.)* – Senhor presidente: sábado, tive a oportunidade de assistir, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, a uma homenagem que a Prefeitura Municipal daquela cidade prestou à direção da Caixa Econômica Estadual, pelo empréstimo que concedera para a compra de máquinas que servirão àquele município.

Na oportunidade, senhor presidente, tive a felicidade de visitar, juntamente com o diretor daquele estabelecimento de crédito, duas indústrias médias de Rio do Sul – uma de aparelhos de rádio e outra de gêneros alimentícios – e senti, percorrendo aquelas duas fábricas, o problema cruciante do meu Estado: o do financiamento para a pequena e média indústria.

Santa Catarina, senhor presidente, tem um dos melhores parques industriais do Brasil. Apesar de sua população, apresenta-se como um dos Estados de indústrias mais progressistas, caracterizadas, principalmente, por ser de

pequeno e médio porte – poucas são as grandes indústrias no meu Estado – embora se saiba que o Governo tem interesse em melhorá-las.

Senhor presidente, acredito que a sobrevivência da pequena e média indústria está na automatização, porque elas têm de concorrer com as grandes fábricas, principalmente de São Paulo. Para isso, elas precisam automatizar-se. É o que se tem procurado fazer no meu Estado. Mas, para isso, necessita-se de grandes capitais, que somente os estabelecimentos de crédito, principalmente os do Governo, poderão conceder.

Senhor presidente, faço nesta oportunidade apelo ao ministro da Fazenda, aos diretores e presidentes dos grandes estabelecimentos de crédito do Governo Federal, para que facilitem o crédito às pequenas e médias indústrias de Santa Catarina, a fim de que elas possam sobreviver à concorrência das grandes indústrias, que, atualmente, já começam a aparecer no Brasil. (*Muito bem.*)

72ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA, EM 15 DE JULHO DE 1970, ÀS 13H30MIN.

SR. OSNI RÉGIS (*Comunicação – Sem revisão do orador.*) – Senhor presidente: o *Jornal do Brasil* de ontem, na sua seção econômica, dizia o seguinte: “Setores ligados à comercialização de derivados de petróleo mostraram-se ontem preocupados ante a decisão da Petrobras de elevar sua participação no mercado”.

Senhor presidente, não vejo razão por que a Petrobras não mais deva concorrer na parte da comercialização de derivados de petróleo. Por quê? Para não causar dano à *Esso*, à *Shell*, à *Atlantic* e à *Texaco*? É de notar que a Petrobras tem como acionistas não somente o Governo Federal, alguns Estados e muitos municípios, mas também centenas de milhares de brasileiros. Ora, para não prejudicar a *Esso*, que tem 27% na distribuição de derivados de petróleo; para não prejudicar a *Shell*, com 22%; para não prejudicar a *Atlantic*, que tem 14%; para não prejudicar a *Texaco*, com 12%, a Petrobras, segundo a nota que li, não deve lutar com mais combatividade na parte da distribuição dos derivados de petróleo.

Para não causar prejuízo a tantos brasileiros e a tantas instituições públicas brasileiras, senhor presidente, faço um apelo para que, realmente, a Petrobras entre no mercado de distribuição de derivados de petróleo com mais vontade de luta, para, assim, ter maior renda que reverterá em benefício do país, dos Estados, de milhares de municípios e centenas de milhares de brasileiros. (*Muito bem.*)

